



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "A" AO Nº 145 QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47) Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2015..... 4

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de agosto de 2015 30

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 72

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2015..... 94

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2015..... 122

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2015..... 173

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2015..... 181

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2015 208

1.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2015 237

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de agosto de 2015 (em conjunto com a 29ª Reunião da CCT)

(vide item 1.6)

Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de agosto de 2015 (em conjunto com a 30ª Reunião da CCT)

(vide item 1.6)

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2015 263

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2015 289

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2015..... 322

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2015 360

1.6 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de agosto de 2015..... 402

Ata da 30ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de agosto de 2015..... 438

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2015 464

1.7 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 2ª Reunião, realizada em 15 de julho de 2015 497



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia onze de agosto do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Reguffe, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, José Pimentel, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Romero Jucá, Roberto Requião, Omaz Aziz, José Agripino, Wilder Moraes e Douglas Cintra. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas da 23ª e 24ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 52 de 2015 (Aviso nº 84/2015-BCB), de 29 de julho de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao segundo trimestre de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 49 de 2015 (Aviso nº 232/MF), de 29 de junho de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório, de caráter reservado, sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – Proex, referente ao primeiro trimestre de 2015; Aviso nº 51 de 2015 (Aviso nº 225 /GMF/MF-DF), de 24 de junho de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2015 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 53 de 2015 (Aviso nº 281/MF), de 28 de julho de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior; Aviso nº 54 de 2015 (Aviso nº 282/GMF/MF-DF), de 28 de julho de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de junho de 2015, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 504-Seses-TCU-Plenário, de 9 de julho de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 003.210/2015-4, na Sessão Ordinária de 8/7/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Ofício nº 117/2015 – CMC, de 8 de abril de 2015, da Câmara Municipal de Cordeirópolis, encaminhando cópia de requerimento solicitando o apoio ao movimento Caixa Econômica Federal 100% pública, sem abertura de capital; Ofício nº 110/2015, de 28 de abril de 2015, da Conam – Consultoria em administração Municipal Ltda., com manifestações a respeito da Emenda Constitucional nº 87, de 23 de abril de 2015; e GP. 404/15, de 29 de abril de 2015, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, encaminhando nota de repúdio no tocante à elaboração de proposta de

Emenda Constitucional destinada à postergação dos pagamentos dos precatórios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Lei do Senado nº 139 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Paulo Davim, que “altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica”, tendo como relator o senador Ciro Nogueira, que oferece relatório contrário ao projeto. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Agricultura e Reforma Agrária; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 5 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do senador Paulo Paim, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para alterar o enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros”, tendo como relator o senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao projeto. O presidente da Comissão designa o senador Wellington Fagundes relator “ad hoc” da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Item 3-** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Vicentinho Alves, que “altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de balões”, tendo como relator o senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao projeto. O presidente da Comissão designa o senador Raimundo Lira relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 4-** Projeto de Lei do Senado nº 163 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Ronaldo Caiado, que “dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal”, tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório contrário ao projeto. O presidente da Comissão designa o senador Benedito de Lira relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Reguffe, Wellington Fagundes e Raimundo Lira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. **Item 5-** Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014, não terminativo, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que “dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências”, tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 142 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, que “acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir o desconto de doações ou contribuições para organizações sociais sem fins lucrativos, desde que autorizadas pelo empregado, e dá outras providências”, tendo como relator o senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 24 de 2014, não terminativo, de autoria do

senador Ricardo Ferraço, que “altera a Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980) para conceder ao executado e à Fazenda Pública o direito de impugnar a avaliação do bem penhorado, ainda que esta tenha sido realizada por oficial de justiça”, tendo como relator o senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. O presidente da Comissão designa o senador Fernando Bezerra Coelho relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 8-** Mensagem (SF) nº 36 de 2013, não terminativo, de autoria da presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil”, tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 518 de 2011, terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que “altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo”, tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Benedito de Lira e Wellington Fagundes. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 536 de 2013, terminativo, de autoria do senador Eunício Oliveira, que “altera o art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para um ano”, tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 275 de 2014, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida”, tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela aprovação do projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 12-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2015, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que “requer, nos termos regimentais, seja realizado um Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Econômico do Brasil a partir de cinco painéis temáticos: Política de Exportações; Política Industrial; Política Agrícola; Infraestrutura e Logística; e Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. Sugere-se, ainda, que o evento seja realizado em conjunto com as demais Comissões Permanentes do Senado Federal que tenham afinidade temática com os respectivos painéis”. Anunciado o item, usam da palavra os senadores Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2015-CAE. **Item 13-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 18 de 2015, de autoria do senador Romero Jucá, que “requer, nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os senhores Jorge Rachid, secretário da Receita Federal do Brasil, e Leandro Daiello Coimbra, diretor-geral da Polícia Federal, para fornecerem informações sobre a atuação dos referidos órgãos no combate ao contrabando de produtos que são comercializados burlando o pagamento de impostos no país”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 18 de 2015-CAE. **Item 14-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 19 de 2015, de autoria do senador Wellington Fagundes e outros, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II; 93, II e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de

representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Casa Civil da Presidência da República; Ministério dos Transportes; Ministério das Relações Exteriores; Conselho de Estado da

República Popular da China; Governo do Peru; Conselho Empresarial Brasil-China - CEBC; Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru". Anunciado o item, usa da palavra o senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 19 de 2015-CAE. **Item 15-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 21 de 2015, de autoria do senador Telmário Mota e outros, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública em que seja convidado o senhor Mangabeira Unger, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para discutir o pós-ajuste fiscal, que se trata de um relevante assunto para a agenda político-legislativa do Senado Federal". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 21 de 2015-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 22 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil", com a presença dos seguintes convidados: Eduardo Frade, superintendente-geral do Cade; Aldo Luiz Mendes, diretor de Política Monetária do Banco Central; Leonardo Gomes Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Murilo Portugal Filho, presidente da Febraban; e José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil; **Requerimento nº 23 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar a forte mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade", com a presença dos seguintes convidados: Joaquim Levy, ministro da Fazenda; Nelson Barbosa, ministro do Planejamento Orçamento e Gestão; Alexandre Tombini, presidente do Banco Central; e Marcelo Saintive, secretário do Tesouro Nacional; **Requerimento nº 24 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença do senhor Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, diretor presidente da empresa Sete Brasil, para discutir a situação da empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-diretores da companhia"; **Requerimento nº 25 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atuação da Comissão de Valores Mobiliários frente às denúncias de desvios de recursos da Petrobrás, e seus impactos sobre os mercados de capitais", com a presença do presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Leonardo Pereira; **Requerimento nº 26 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) frente aos resultados deficitários apresentados pelos fundos de pensão brasileiros nos últimos dois anos", com a presença do diretor superintendente, Carlos de Paula; **Requerimento nº 27 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que "requer nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar o processo de inspeção, realizado no âmbito do Tribunal de Contas da União, de possíveis irregularidades na execução da política fiscal do Governo Federal, relacionados aos atrasos nos repasses às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, conhecidas como "Pedaladas Fiscais", com a presença dos seguintes convidados: José Múcio Monteiro Filho, ministro do Tribunal de Contas da União; e Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público de Contas Junto ao TCU; e **Requerimento nº 28 de 2015**, de iniciativa do senador

Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as alterações legais propostas sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles

decorrentes e os seus impactos econômicos”, com a presença dos seguintes convidados: Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Antonio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Vágner Freitas de Moraes, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Miguel Torres, presidente da Força Sindical; e Hélio Zylberstajn, professor especialista em mercado de trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª e 24ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

Do Banco Central do Brasil.

Aviso nº 52, de 2015 - Aviso nº 84, de 2015, do Banco Central do Brasil: de 29 de julho de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do real, referentes ao segundo trimestre de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Do Ministério da Fazenda.

Aviso nº 44, de 2015.

Aviso nº 232, do Ministério da Fazenda: de 29 de junho de 2015, encaminhando relatório de caráter reservado, sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex), referente ao primeiro trimestre de 2015.

Aviso nº 51, de 2015 – Aviso nº 255-GMF, Ministério da Fazenda, Distrito Federal: de 24 de junho de 2015, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2015 e tabelas demonstrativas da posição de endividamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aviso nº 53, de 2015 – Aviso nº 281, do Ministério da Fazenda: de 28 de julho de 2015, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Aviso nº 54, de 2015 – Aviso nº 282, do Gabinete do Ministério da Fazenda, Distrito Federal: de 28 de julho de 2015, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito desse Ministério no mês de julho de 2015, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 504-Seses-TCU-Plenário, de 9 de julho de 2015, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 003.210/2015-4, na sessão ordinária de 8 de julho de 2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamenta.

Correspondências.

Ofício nº 117/2015, de 08 de abril de 2015, da Câmara Municipal de Cordeirópolis, encaminhando cópia do requerimento, solicitando apoio ao movimento Caixa Econômica Federal 100% pública, sem abertura de capital.

Ainda com relação às correspondências, Ofício nº 110/2015, de 28 de abril de 2015, da Conam (Consultoria em Administração Municipal Ltda.), com manifestações a respeito da Emenda à Constituição nº 87, de 23 de abril de 2015.

E GP nº 404/2015, de 29 de abril de 2015, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, encaminhando nota de repúdio no tocante à elaboração de proposta de emenda à Constituição destinada à postergação dos pagamentos dos precatórios.

Comunico também que recebemos da Ouvidoria do Senado Federal mensagem de cidadão contendo manifestação acerca do PLS nº 581, de 2007.

A íntegra do conteúdo do Aviso nº 49, de 2015, em caráter reservado, foi remetido ao cofre da Secretaria de Arquivo.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Começamos agora o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;
2. A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Agricultura e Reforma Agrária; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
3. Em 7/7/2015, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 21ª Reunião, realizada em 7 de julho, ocasião em que foi concedida, meu caro Senador Ciro Nogueira, vista coletiva ao relatório de V. Exª.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ciro Nogueira.

As Srªs e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Ciro Nogueira que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos, agora, para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para alterar o enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 7/7/2015, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 21ª Reunião, realizada em 7 de julho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Como o Senador Romero Jucá não se encontra, então, eu nomeio, como Relator *ad hoc*, o Senador Wellington Fagundes, por uma questão de liturgia do Regimento da Comissão de Assuntos Econômicos, porque, evidentemente, o Relator tem de estar presente.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Wellington Fagundes.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O Relator *ad hoc* não teve oportunidade de dar o parecer. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas já foi lido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, de qualquer forma, já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já foi lido pelo Senador Romero Jucá esse relatório. Portanto, os Senadores e Senadoras, meu caro Senador Wellington, já tinham conhecimento desse projeto.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2014****- Não terminativo -**

Altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de balões.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Como o Senador Requião não se encontra aqui em plenário, indico como Relator *ad hoc* o meu querido Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira, para proferir o parecer.

Trata-se de um relatório muito bem fundamentado pelo Senador Raimundo Lira, que vai emitir o seu parecer sobre o item 3, Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2014.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Relatório. Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 62, de 2014, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de balões”.

O projeto contém dois artigos. O primeiro altera o Anexo III da Lei de criação da Anac, com vistas a diferenciar a categoria de certificado de homologação de tipo exigida dos balões, e, com isso, definir novo preço para essa taxa, que passaria, então, de quase R\$900 mil para pouco mais de R\$30 mil. O segundo artigo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Segundo seu autor, a justificação do projeto é de que a taxa atualmente exigida para a certificação de balões é considerada extremamente elevada, o que dificultaria o desenvolvimento

da indústria nacional nesse setor. Ademais, acrescenta o Senador Vicentinho Alves, o valor é tão elevado que ela jamais teria sido sequer recolhida.

Após audiência da CAE, o projeto seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a quem competirá decisão terminativa sobre a matéria. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Resumindo, Sr. Presidente, eu sou sempre a favor de acabar com esse tipo de taxação excessiva para qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico no País.

Portanto, sou totalmente favorável e peço o apoio dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira. É um projeto muito simples, importante, apresentado pelo Senador Vicentinho, que é um militante da aviação civil e, portanto, alguém que tem amplo conhecimento da matéria.

A matéria lida pelo Relator *ad hoc*, Senador Raimundo Lira, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Raimundo Lira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: contrário ao projeto.

Observações:

1. a matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Não estando presente o Senador Fernando Bezerra Coelho, eu indico o Senador Benedito de Lira como Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira. Item 4 da pauta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 163, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que dispõe sobre reserva de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 99, inciso I, dispõe que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Conforme os incisos I e II do art. 5º da citada lei, os programas e projetos prioritários para a região, com especial ênfase para os relativos à natureza orçamentária que lhes forem destinados pela União, pelo Distrito Federal, Região Integrada. Para tal finalidade, ainda poderão ser destinados recursos de operações de crédito externas e internas.

Portanto, não caberia apenas ao Distrito Federal realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento dos Municípios pertencentes à região. Todavia, nos últimos anos, o Distrito Federal vem realizando investimentos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população do Entorno, sobretudo nas áreas de transporte e segurança.

No que diz respeito aos recursos recebidos pelo Distrito Federal com origem no Fundo Constitucional do Distrito Federal e no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste cabe destacar que têm finalidades distintas. O Distrito Federal, em face de sua condição especial de abrigar a Capital Federal, recebe, desde a sua criação, repasses da União para manutenção das áreas de segurança, educação e saúde.

A Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal, veio apenas ao encontro do disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, que estabelece ser de competência da União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Deve-se considerar ainda que a reserva de 10% dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para o Fundo de Desenvolvimento da Educação não garantiria, por si só, o desenvolvimento da região, que necessita da ação conjunta da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes para a solução de seus graves problemas.

Voto.

Diante dos motivos expostos, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2015.

Senador Fernando Bezerra Coelho, Relator.

É o parecer do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, apenas para me somar ao Relator, Senador Fernando Bezerra, e ao Relator *ad hoc*, Senador Benedito de Lira, e dizer que não é correto com a população do Distrito Federal que se tire o Distrito Federal do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Portanto, vou votar com o Relator, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado. Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Da mesma forma, entendo que nós temos uma região unida, e o desenvolvimento de um Estado é importante porque acompanha o desenvolvimento do outro Estado. Então, nós acreditamos que esse argumento é importante para que rejeitemos esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, sou totalmente favorável ao Relator. Conheço e vivo aqui no Distrito Federal. Tenho residência aqui desde 1987. Os encargos sociais, financeiros e econômicos do Distrito Federal são imensos, sobretudo relacionados ao Entorno do Distrito Federal. São regiões, são populações do Estado de Goiás que dependem de serviços, principalmente de saúde, aqui do Distrito Federal. Portanto, seria profundamente injusto com o Distrito Federal retirar esses recursos do Fundo Constitucional.

Dessa forma, reforçando as considerações do Senador Reguffe e em total sintonia com o que pensa o Relator, voto favorável ao que decide o Relator deste projeto, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Benedito de Lira.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em decisão terminativa.

Senador Reguffe, concordo em gênero, número e grau com as observações de V. Ex^a.

O item 5 foi retirado de pauta a pedido do Relator, o Senador Douglas Cintra. Ele está em viagem pelo Senado Federal, portanto, solicitou que nós o pautemos para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. É o Projeto de Lei da Câmara nº 50. O autor, Mendes Thame, tem insistido muito que a Comissão de Assuntos Econômicos aprecie este projeto.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Relatoria: Senador Douglas Cintra.

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.)

O item 6 da pauta é um projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e relatoria do Senador Romero Jucá, que embora, em princípio, seja favorável ao projeto, solicita a retirada de pauta para reexame.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 2014

- Não terminativo -

Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir o desconto de doações ou contribuições para organizações sociais sem fins lucrativos, desde que autorizadas pelo empregado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Passamos agora para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980) para conceder ao executado e à Fazenda Pública o direito de impugnar a avaliação do bem penhorado, ainda que esta tenha sido realizada por oficial de Justiça.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares, que não está presente, e eu nomeio o Senador Fernando Bezerra Relator *ad hoc* do projeto.

Portanto, passo agora a palavra ao já preparado e ciente das suas responsabilidades, Senador Fernando Bezerra, Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria agradecer aos membros desta Comissão e a V. Ex^a por terem colocado na Ordem do Dia matéria da qual eu seria o Relator e que fala sobre a distribuição dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Então, quero agradecer. Cheguei aqui um pouco atrasado, mas soube que todos votaram com o Relator, portanto pela rejeição do projeto de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado.

O item 7 da pauta, Sr. Presidente, como V. Ex^a já mencionou, é da relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Passarei diretamente à análise, já que não foram apresentadas emendas a esse projeto.

Concernente à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar sobre direito processual, conforme previsto no inciso I do art. 22 da Constituição da República.

Nota-se que a matéria não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da Constituição). Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária revela-se adequada, pois a matéria não está reservada à lei complementar.

No que se refere à técnica legislativa, foram feitos ajustes no texto do PLS por meio de emenda proposta ao final, como será verificado adiante.

O PLS 24, de 2014, parte da premissa correta de que é preciso deixar expresso na LEF a possibilidade de nova avaliação dos bens penhorados, mesmo quando a primeira tiver sido efetivada por oficial de justiça.

A avaliação realizada por oficial de justiça não implica inexistência de equívocos. É possível que um laudo de avaliação, embora elaborado por profissional competente, não esteja correto. Diante dessa possibilidade, o conteúdo do projeto mostra-se pertinente.

Em decorrência de tal possibilidade, surgiram precedentes de que é cabível nova avaliação dos bens penhorados, ainda que a primeira tenha sido feita por oficial de justiça. Em outras palavras, reconheceu-se a aplicação do art. 13, §1º, da LEF nesta situação. Para melhor compreensão, vale conferir a redação, em vigor, do referido dispositivo legal:

Art. 13. O termo ou auto de penhora conterá, também, a avaliação dos bens penhorados, efetuada por quem o lavar.

§1º Impugnada a avaliação, pelo executado, ou pela Fazenda Pública, antes de publicado o edital de leilão, o Juiz, ouvida a outra parte, nomeará avaliador oficial para proceder à nova avaliação dos bens penhorados.

Como se pode observar, a literalidade do §1º do art. 13 permite discussão sobre o cabimento de nova avaliação, se a primeira tiver sido efetuada por um oficial de justiça. Isso porque o oficial de justiça, por força do inciso V do art. 143 do Código de Processo Civil (CPC), recebeu a incumbência oficial de efetuar avaliações. As atribuições do aludido auxiliar da justiça estão estabelecidas no CPC, no art. 143. Vou me dispensar de fazer a leitura do artigo.

O novo Código de Processo Civil mantém, na mesma linha do Código em vigor, a atribuição do oficial de justiça para, quando for o caso, efetuar avaliações, conforme prevê o inciso V do art. 154 do referido diploma legal.

No tocante à LEF, cabe destacar que o §1º de seu art. 13, conforme redação transcrita, determina a nomeação de avaliador oficial para nova avaliação dos bens penhorados. Assim, se a primeira avaliação foi feita por oficial de justiça, avaliador oficial por força da lei, qual o motivo para designar nova avaliação? Poder-se-ia sustentar que, se já houve avaliação por avaliador oficial, nova avaliação por profissional com a mesma competência não seria necessária.

Porém, essa não é a interpretação, conforme relatado, que prevalece no âmbito do STJ. Razão assiste ao STJ no tocante ao entendimento em questão. Como dito, o laudo de avaliação,

embora efetuado por oficial de justiça – avaliador oficial, conforme prevê o CPC –, pode conter equívocos. Não por outra razão a Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, alterou o CPC.

Cabe deixar claro que, pela lógica estabelecida pelo CPC, a primeira avaliação, via de regra, é feita por oficial de justiça. Mesmo assim, nova avaliação é permitida.

A inexistência na LEF de hipóteses em que se pode postular nova avaliação dos bens penhorados pode tornar o crédito público, cobrado por meio de execução fiscal, menos protegido que o crédito dos particulares, cobrado mediante processo de execução previsto no CPC. Estará o crédito público sujeito a artifício protelatório do devedor, que poderá apresentar impugnação desprovida de fundamento, diferentemente das execuções cujo objeto seja crédito de natureza privada.

Desse modo, para que seja protegida a cobrança do crédito público, é importante prever na LEF as hipóteses em que a impugnação possa ser apresentada. Não se desconhece que a própria LEF, em seu art. 1º, estabelece a aplicação subsidiária do CPC. Entretanto, podem surgir interpretações de que a LEF não seria omissa quanto ao tratamento da impugnação, o que afastaria a aplicação subsidiária do referido Código. Assim, indica-se a aprovação do projeto do Senador Ricardo Ferraço com a emenda proposta.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2014, a seguinte redação:

“Art 1º O art. 13 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 13.

§ 1º Impugnada a avaliação, pelo executado, ou pela Fazenda Pública, antes de publicado o edital de leilão, o Juiz, ouvida a outra parte e observado o § 4º deste artigo, nomeará avaliador oficial para proceder à nova avaliação dos bens penhorados, independentemente de a primeira avaliação ter sido efetuada por oficial de justiça.

.....

§ 4º A nova avaliação a que se refere o § 1º deste artigo apenas será determinada pelo Juiz quando:

I - qualquer das partes arguirem, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação ou dolo do avaliador;

II - se verificar, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem; ou;

III – o juiz tiver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem na primeira avaliação.

§ 5º Na hipótese do inciso III do § 4º deste artigo, a nova avaliação:

I – destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados da primeira avaliação;

e

II – não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra. ‘ (NR)”

Este é o voto, Sr. Presidente: pela aprovação com a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Relator Fernando Bezerra.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Parabenizo o Senador Ferraço pela iniciativa de projeto tão pertinente, tanto é que foi aprovado aqui por unanimidade.

Item 8 da pauta. O Senador Ricardo Ferraço solicita a retirada de pauta do item nº 8.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 36, de 2013

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.)

Vamos dar sequência à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Registro que teremos dois projetos em caráter terminativo: o item 9 e o item 10. Até por uma facilidade de procedimentos, por economia de procedimentos, vou passar a palavra para o Senador Alvaro Dias, que já vai fazer a leitura dos dois projetos.

Depois, teremos requerimentos, uma vez que o item 11, também de caráter terminativo, o Senador Douglas Cintra pediu para retirar de pauta em função de ele estar em viagem pelo Senado Federal, que é o PLS 275/2014.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, há solicitação pessoal do Senador Douglas Cintra ou, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim. A informação que eu tenho aqui é de que foi um pedido pessoal dele.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Porque ele relatou a matéria favoravelmente, é um tema pacificado. Não haveria a possibilidade de V. Ex^a designar um relator *ad hoc*, como fez em vários projetos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu tenho a impressão... Eu não vejo nenhuma dificuldade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Porque ele relatou favoravelmente inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Isso.

Agora, tenho a impressão de que ele pediu para retirar de pauta pelo fato de ele estar ausente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Talvez nós pudéssemos homenageá-lo e, mesmo na ausência dele, nós aprovaríamos o relatório dele; imagine-se na presença.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas é terminativo. Nós precisamos de quórum para votar esse projeto também, meu caro Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vamos fazer o seguinte: o Senador Alvaro Dias, que já está presente, vai apresentar o relatório do item 9 e o do item 10, e aí vamos aguardar o quórum. Se não for possível, se não tivermos o quórum necessário, então fica feita a vontade do Senador Douglas Cintra para que ele relate esse projeto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na ausência dele; imagine na presença!

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... na próxima semana.

Portanto, entramos agora no item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. *A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer contrário ao projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, antes de apresentar o relatório, solicito a V. Exª a inclusão na pauta da próxima reunião desta Comissão do Projeto 147, do qual sou Relator, que diz respeito a interesses dos aposentados do Aerus. São aposentados e pensionistas que vivem um verdadeiro calvário há vários anos, e esse projeto tem relação com os direitos adquiridos por esses aposentados. Então, eu pediria a V. Exª que incluísse na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente, Senador Alvaro Dias. Devidamente registrado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, é evidente que não me dá prazer oferecer um parecer contrário a um projeto do Senador Benedito de Lira, por quem tenho grande apreço, consideração, estima e amizade, mas, infelizmente, sou obrigado a oferecer um parecer contrário. E ele entenderá, até porque apresentou o projeto em uma fase anterior às alterações que se verificaram na legislação sobre petróleo no País. Foram alterações significativas que, evidentemente, deixam sem efeito a proposta do Senador Benedito de Lira.

De qualquer forma, vou fazer referência ao relatório.

O seu projeto pretende destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos *royalties* decorrentes da produção do petróleo. Essa redistribuição dos *royalties* do petróleo encontra-se, inclusive, *sub judice*, Senador Benedito de Lira; está aguardando deliberação no Supremo Tribunal Federal.

Por força de decisão liminar da Ministra Carmen Lúcia na Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, estão suspensos os dispositivos da Lei nº 9.478, a chamada “Lei do Petróleo”, alterados pela Lei nº 12.734, de 2012, que instituem novas regras de distribuição dos *royalties* do petróleo. Nesse contexto, vigora a norma segundo a qual esses *royalties* podem variar de 5% a 10% do valor da produção, aplicando-se uma regra para os primeiros 5%, e outra, para o que exceder a esses 5%.

A proposição altera o art. 49 para modificar a distribuição da segunda parte dos *royalties* acima referida, ou seja, a que exceder os 5% da produção. Segundo a fórmula proposta, o Ministério da Ciência e Tecnologia, que atualmente recebe 25% dos *royalties*, passaria, com a aprovação deste projeto, a receber 20%, e 5% seriam realocados ao Ministério da Pesca e Aquicultura.

O autor argumenta que o Ministério da Ciência e Tecnologia já recebe recursos suficientes para financiar os programas de amparo à pesquisa previstos em lei. Por outro lado, a atividade pesqueira sofreria diversas consequências adversas da exploração e produção do petróleo, sem que haja uma compensação adequada.

Em dezembro de 2013, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou o relatório da ilustre Senadora Ana Amélia pela rejeição da matéria, que passou a constituir o parecer da Comissão. Nele, embora se reconheça que o setor pesqueiro carece de medidas de apoio, a autora argumentou que, do ponto de vista do conjunto da Nação, faz mais sentido destinar os *royalties* para áreas de maior alcance social e importância estratégica, como a educação e a saúde.

Da Comissão de Agricultura, a matéria veio para a CAE, em decisão terminativa, onde chegou a ser apresentado, em março, relatório de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, favorável à matéria, que contudo não chegou a ser votado. Dando continuidade à tramitação, a relatoria cabe presentemente a mim.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em relação ao mérito, concordamos com o autor sobre a importância de se incentivar a atividade pesqueira em nosso País, posto que, a despeito de dispor de mais de oito mil quilômetros de costa, a produção brasileira de pescado é relativamente pequena, sobretudo no contexto internacional.

Posto isso, entretanto, seguindo de perto o raciocínio desenvolvido pela Senadora Ana Amélia no parecer aprovado na Comissão de Agricultura, entendemos que a vinculação de recursos proposta não é o caminho mais adequado a ser seguido.

Essencialmente porque, na direção contrária à proposta, o mais desejável é que haja maior flexibilidade em um orçamento já excessivamente comprometido com despesas obrigatórias. O ideal é que, na definição das despesas, o processo orçamentário, com participação central do Congresso Nacional, seja aprimorado. Aliás, como se sabe, vincular esses recursos sequer garantiria mais dinheiro para a atividade pesqueira, uma vez que o Governo pode muito bem contingenciar ou de outro modo manipular a execução orçamentária em prol de suas próprias prioridades, tornando a medida inócua.

Ademais, entendemos que a proposição perdeu oportunidade – isso que é mais importante destacar – ao longo de sua tramitação, uma vez que foi apresentada antes das grandes mudanças ocorridas no marco regulatório do petróleo. De fato, a Lei nº 12.734, que determina nova distribuição dos *royalties*, prevê redução da participação da União no petróleo extraído em mar sob o regime de concessão de 30% para 20%, além de eliminar de todo a vinculação direta para os ministérios.

Reitere-se que esse dispositivo encontra-se suspenso em razão da já referida liminar favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade. Independentemente de qual venha a ser a decisão final da Suprema Corte, o fato basilar que importa aqui assinalar é que o Congresso Nacional deliberou duas vezes sobre o tema, ao aprovar o Projeto 448, de 2011, do qual originou a Lei nº 12.734 e ao rejeitar os vetos presidenciais à mesma matéria.

Em ambos os casos, o Parlamento indicou claramente o entendimento de que os recursos dos *royalties* pertencentes à União devem ir para o Fundo Social, e não para algum ministério específico.

Ademais, a Lei nº 12.734, de 2012, determinou que poderão ser destinadas parcelas dessas receitas a órgãos da Administração, nos termos do regulamento, deixando aberta a possibilidade de que, oportunamente, se contemplem as pastas mais carentes de recursos.

Por fim, cabe enfatizar que, posteriormente, a Lei nº 12.858, de 2013, destinou parte expressiva das receitas do petróleo para educação e saúde, em mais uma demonstração da preferência do Congresso Nacional em destinar tais recursos para as áreas de grande impacto a longo prazo para a Nação, evitando vinculações que beneficiam setores específicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em que pese o mérito da proposição do Senador Benedito de Lira, todas essas circunstâncias nos levam a oferecer um parecer contrário, até porque já há uma decisão do Congresso Nacional sobre a aplicação dos *royalties*, dando ênfase ao Fundo Social, com destinação significativa para a educação e a saúde.

Eu espero a compreensão do Senador Benedito de Lira para esse parecer contrário à sua proposta. No momento em que apresentou, ela se justificava, uma vez que o Congresso Nacional

ainda não havia deliberado sobre a matéria. Posteriormente, deliberou e adotou uma postura que me parece ser coerente com as exigências da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, Relator.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, infelizmente, as coisas acontecem na Casa por esse processo de... Não sei se de quantitativo no que diz respeito ao volume de projetos que tramitam nas comissões. Não é uma norma atual, mas, ao longo da história destas duas Casas do Congresso Nacional, os projetos nascidos na Casa demandavam três, quatro, cinco, oito, dez, doze, quinze, vinte anos para ser objeto de apreciação.

Eu dou um exemplo, Senador Tasso. Quando eu era Deputado Federal, em 2003, eu apresentei um projeto de lei estabelecendo regras para produzir genéricos para produtos veterinários. Esse projeto tramitou nas duas Casas do Congresso, Senador Wellington, 12 anos; após 12 anos, foi votado e sancionado; e passou um ano e três meses para ser regulamentado. Entre a iniciativa e a regulamentação, foram quase 13 anos.

Eu não faço reparo ao parecer do eminente Senador Alvaro Dias, até porque a justificativa que ele apresenta está embasada no que diz respeito àquilo que o Congresso Nacional, posteriormente a esse projeto, regulamentou para os *royalties*. Infelizmente, isso também continua parado há mais de dois anos no Supremo Tribunal Federal por um pedido de vista.

O que motivou a proposição desse projeto foi exatamente uma deficiência extraordinária no que diz respeito ao setor pesqueiro deste País, que deveria ser um dos grandes produtores de pescado, mas que é um dos últimos no mundo. Países menores que o nosso pescam muito mais que o Brasil, por deficiência, por dificuldades e até por não haver no setor qualquer tipo de incentivo para motivar ou dar qualidade aos pescadores artesanais ou até à pesca comercial.

Por conta disso, nós apresentamos o projeto, considerando que era uma fonte de recursos, até por conta dos danos causados pela exploração do petróleo em águas profundas no mar. Exatamente pelas explosões que acontecem, a mortalidade de peixes é muito grande, e precisávamos dar maiores condições para que aqueles que vivem da atividade pesqueira pudessem ter melhores condições para trabalhar e se estruturar.

Infelizmente, respeitando o parecer de V. Ex^a, como autor do projeto, lamento profundamente, porque o setor pesqueiro do meu País vai continuar da forma como está hoje. Então, quero comunicar ao nobre Relator que vou votar contra o parecer de V. Ex^a por uma questão não apenas de coerência, mas, acima de tudo, por achar que esse projeto era da maior importância para o setor pesqueiro do meu País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, acho que é importante também estar aqui observando, porque, muitas vezes, a imprensa analisa o trabalho de um parlamentar exatamente pelo número de projetos aprovados ou pelo número de projetos apresentados. Nenhum dos dois, a nosso ver, é válido, porque, às vezes, são apresentados projetos aos montes apenas para configurar essa satisfação para a opinião pública, da mesma forma que, infelizmente, muitos projetos bons acabam, com o tempo, se perdendo, como é o caso deste.

Acho que a gente precisa registrar, além daquilo que o Senador Benedito colocou, inclusive os recursos para o Ministério da Pesca, até para proteger a nossa costa marítima, pois, infelizmente, dada essa fragilidade, muitos países vêm aqui pescar na nossa costa exatamente porque ela não tem proteção por falta de recursos. Há um projeto de desenvolvimento de um submarino nuclear há tantos anos, mas até hoje o Brasil não conseguiu concluí-lo. Infelizmente, temos que votar de acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Encerrada a discussão.

Nós estamos hoje com um problema de quórum, até porque existe uma agenda hoje no Palácio do Planalto: o nosso companheiro Senador Eduardo Braga está apresentando os principais projetos para o setor elétrico brasileiro. Então, muitos Senadores estão lá acompanhando a apresentação desses projetos do setor elétrico brasileiro.

Eu vou passar para o item 10, que também é relatado pelo Senador Alvaro Dias. Se não tivermos quórum, deixarei aberta a discussão dos dois projetos e, na semana que vem, votaremos em caráter terminativo não só os itens 9 e 10, mas também o item 11, que é o PLS nº 275, citado aqui pelo Senador Ferraço.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para um ano.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Lembro, mais uma vez, que o quórum tem que ser qualificado, porque esse projeto também é terminativo.

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, esta matéria é importante porque diz respeito ao sonho, à esperança de milhares de brasileiros que jogam na loteria, muitos deles, semanalmente. E há sempre a suspeição em relação a procedimentos que são adotados. Eu próprio sou autor de vários projetos que dizem respeito às loterias. Entendo até que os projetos existentes na Casa deveriam ser compilados e anexados para que o Senado Federal pudesse apresentar uma proposta com alterações na legislação que pudessem significar a recuperação da credibilidade dessa instituição administrada pela Caixa Econômica Federal.

O projeto do Senador Eunício Oliveira pretende ampliar o prazo de prescrição dos prêmios da loteria de 90 dias para um ano.

Em sua justificativa, o autor argumenta que o prazo de 90 dias para os ganhadores dos prêmios de loteria se apresentarem para retirar o prêmio é uma imposição injusta e injustificável, caso se leve o interesse do apostador em mínima conta.

Tendo em vista que o PLS nº 536, de 2013, foi distribuído a esta Comissão para exame em caráter terminativo, incumbe sua apreciação também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa (art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal).

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal (CF), cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União. Esta está incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa de que trata o art. 61 da Constituição Federal.

A proposição atende, em geral, aos atributos exigidos pela boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, discordamos dos argumentos do autor. Os resultados dos sorteios das loterias, especialmente aquelas com maior potencial de distribuição de prêmios, como a Mega-Sena, são amplamente divulgados na mídia, em jornais locais e de circulação nacional, no site da Caixa Econômica Federal e nas próprias casas lotéricas onde as apostas são feitas, não se justificando, no nosso entendimento, o aumento do prazo de prescrição.

Além disso, quando se trata de grandes prêmios, as casas lotéricas onde as apostas são realizadas são imediatamente informadas pela Caixa Econômica Federal e se encarregam de potencializar a divulgação da notícia de que o ganhador efetuara o jogo naquele local. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o apostador de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, no Paraná, que

deixou de receber um prêmio da Mega-Sena de R\$22,9 milhões, por não procurá-lo no prazo de 90 dias. A notícia se espalhou pelo País às vésperas do vencimento do prazo para retirada do prêmio. Ainda assim, o ganhador não compareceu para retirar seu prêmio.

Episódio idêntico aconteceu, também, na Europa, em dezembro de 2012, quando um ganhador do Euromillion, a loteria europeia, premiado em junho daquele ano com 64 milhões de libras, cerca de R\$215 milhões à época, perdeu o prêmio por não retirá-lo dentro do prazo previsto, no caso da Euromillion, de seis meses. Da mesma forma, a notícia foi mundialmente divulgada às vésperas do vencimento do prazo e o ganhador não compareceu para retirar seu prêmio.

Esses dois exemplos ilustram bem o fato de que o ganhador de um prêmio de loteria que perde o prazo de 90 dias, também perderá o de seis meses ou o de um ano. A concessão de um prazo extra dificilmente reverterá tal situação.

Além disso, no caso das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o parágrafo único do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 1967, o prazo para prescrição ainda pode ser interrompido nas seguintes situações: I) citação válida, no caso do procedimento judicial em se tratando de furto, roubo ou extravio; II) a entrega do bilhete para o recebimento de prêmio dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data da extração na sede da Administração do Serviço de Loteria Federal ou nas Agências das Caixas Econômicas Federais.

Portanto, no nosso entendimento, não há razões para aumento do referido prazo.

O parecer é contrário ao projeto, sem prejuízo de que essa questão possa ser reanalisada no âmbito de uma discussão ampla sobre legislação a respeito das loterias da Caixa Econômica Federal. Acho importante que se faça essa discussão. Quando apresentamos projetos o fizemos em razão de denúncias de que um apostador havia ganhado 500 vezes o prêmio da loteria, mais de 500 vezes e outro teria ganhado, ou melhor, ganhou mais de 240 vezes na loteria, em várias situações, em vários prêmios, no mesmo mês. Portanto, ficava explícita a prática da lavagem do dinheiro sujo, através de prêmios da loteria.

Nós fizemos a denúncia, respondemos ainda, Senador Delcídio, ao inquérito, porque vazamos informações sigilosas, fornecidas pelo Coaf. Não resistimos, tendo aquele material de denúncia às mãos, cumprimos o dever de Parlamentar de apresentar denúncia para a sociedade e pedir providência. Foi o que fizemos da tribuna do Senado. E acabamos respondendo a um inquérito instaurado na Polícia Federal porque vazamos informações sigilosas fornecidas pelo Coaf. E anunciou-se, à época, a instauração de um inquérito para investigar o fato. Até hoje, sem nenhum resultado essa investigação.

Como consequência, nós apresentamos vários projetos, impondo regras mais rigorosas para a liberação dos prêmios da loteria. Por isso estou sugerindo agora, inspirado por esse projeto do Eunício Oliveira, que esses projetos todos de outros colegas Senadores possam ser também compilados para apresentação de uma proposta com alterações à legislação que diz respeito às loterias.

Mas, em relação a este projeto, o parecer é pela rejeição, pelas razões já aqui expostas no nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Como nós estamos ainda com problema de quórum para deliberar terminativamente, vou deixar a discussão em aberto dos itens 9 e 10. O item 11 nós não vamos apresentar o relatório até por pedido do Senador Douglas, em função das dificuldades de quórum.

E nós vamos já entrar no item 12, que é a aprovação de requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, seja realizado um Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Econômico do Brasil a partir de cinco painéis temáticos: Política de Exportações; Política Industrial; Política Agrícola; Infraestrutura e Logística; e Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação.

Sugere-se, ainda, que o evento seja realizado em conjunto com as demais Comissões Permanentes do Senado Federal que tenham afinidade temática com os respectivos painéis.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 7/7/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Não havendo quem queira debater este tema... Esse requerimento já foi lido.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu quero aproveitar. Até achei importante o requerimento, mas quero chamar atenção de V. Ex^a. É uma hora decisiva para a gente discutir a política de exportação, principalmente com os elementos que foram ajustados, digamos assim, ao requerimento e que são elementos que, de forma muito incisiva, contribuem para a imediata política de exportação. Portanto, é um cenário dos mais propícios. Portanto, acho que é importante isso.

E até, ao mesmo tempo, quero dizer a V. Ex^a que aparece num momento em que a gente se prepara para fazer um debate desse, da importância, inclusive, dessa natureza.

Eu recebi informação de que o Governo vai vetar o Padis. Então, portanto, aí eu fico assim meio perplexo com a necessidade de a gente discutir política de exportação, o Governo, inclusive, se preparar lançando o pacote da exportação. O próprio Ministro Armando Monteiro foi Senador nesta Casa, discutiu com a gente o Padis antes de ser votado. Eu não sei se a voz do Ministro não chega na hora dessas discussões ou se prevalece, na minha opinião, uma voz rouca da Fazenda nessa questão do Padis.

Então, eu quero dizer que apoio o requerimento, mas fico muito triste, porque não sei se discutir com o Governo uma política dessa magnitude com atitudes como essa não sei se teria tanta consequência assim não.

Mas apoio integralmente a medida e continuo ainda com a esperança de que o Ministro Armando Monteiro, que tem uma responsabilidade muito grande – eu disse, inclusive, isso a ele... Ao Ministro Armando Monteiro, talvez a cobrança seja muito maior, porque o Ministro é do ramo.

Além de ter passado pelo Parlamento, o Ministro Armando Monteiro é um Ministro, Tasso, que sai, inclusive, do setor decisivo nesse momento da economia, que é a indústria. Portanto, disse a ele que não faria nenhuma cobrança de forma adjetivada, mas faria uma cobrança, inclusive, pela responsabilidade que ele tem. Ele é um dos poucos Ministros, entre os 39, que a gente poderia dizer que é Ministro do ramo da Pasta em que está. Dessa forma, não sei se a ele será dado o direito da falha, por conta exatamente da possibilidade efetiva de contribuir para a economia com a política de exportação e com a política de atração de investimentos nessa hora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Nós, inclusive, sabemos da importância do Padis, tão brilhantemente relatado por V. Ex^a.

Esse é um projeto absolutamente fundamental, principalmente nesse viés tecnológico que a gente tanto persegue.

Meu caro Senador Flexa, que já foi também Presidente da CCT. Portanto, tem autoridade sobre esse tema, sobre esse e outros temas também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Delcídio do Amaral, nosso Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me alinhar com o Senador Walter Pinheiro.

Fui Relator desse projeto na CCT, e ele é da maior importância para que o Brasil seja, realmente, detentor de tecnologia para o seu desenvolvimento. Inclusive, a preocupação do Senador Walter Pinheiro é porque ele vence no final de maio, não é, Senador?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Em junho. *(Fora do microfone.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – No final de junho. Fizemos tudo para que ele fosse aprovado ainda antes do encerramento do Padis, para que fosse sancionado pela Presidente. Até hoje não o foi, e o Senador Walter tem informações de que ela vetará o projeto.

Isso não é bom para o Brasil, traz um atraso tecnológico muito grande, e o Senador Armando Monteiro, como Ministro do Desenvolvimento e ex-Presidente da CNI, tem todas as condições de interceder junto a Presidente, mostrando a importância. Talvez ela não tenha conhecimento do assunto. Então, é preciso que alguém ensine a Presidente o que representa o Padis para o nosso País. E eu diria, Senador Walter, que o Ministro da Ciência e Tecnologia também deveria ir junto com o Ministro do Desenvolvimento, os dois em conjunto, para que possam esclarecer a Presidente Dilma que esse projeto é benéfico e necessário para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 17, de 2015, da CAE, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

Item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 18, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, para fornecerem informações sobre a atuação dos referidos órgãos no combate ao contrabando de produtos que são comercializados burlando o pagamento de impostos no país.

Autoria: Senador Romero Jucá.

Observações:

1. em 7/7/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 18, de 2015, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 19, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II; 93, II e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Casa Civil da Presidência da República; Ministério dos

Transportes; Ministério das Relações Exteriores; Conselho de Estado da República Popular da China; Governo do Peru; Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC; Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros

Observações:

1. Em 7/7/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Em discussão.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu vou votar favoravelmente ao requerimento do Senador Wellington Fagundes. Quero, na referida audiência pública, tomar mais informações sobre a Ferrovia Transcontinental, que me parece, a princípio, um novo trem-bala. Então, é muito importante que se faça essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 19, de 2015, da CAE.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública em que seja convidado o senhor Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para discutir o pós-ajuste fiscal, que se trata de um relevante assunto para a agenda político-legislativa do Senado Federal.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros

Observações:

1. Em 14/7/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Em discussão.

Senador Flexa, muito participativo nas discussões dos requerimentos em aprovação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Dalcídio do Amaral, vou votar favorável ao requerimento do Senador Telmário Mota, que convida o Ministro Mangabeira Unger para uma audiência pública. Peço a V. Ex^a, Senador Dalcídio, que providenciasse tradução simultânea, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Na realidade, Sr. Presidente, quero comunicar aos colegas, aos membros desta Comissão, que vou dar entrada a um requerimento, também proposta de audiência pública, solicitando a presença do Prof. Paulo Rabello de Castro. Ele recentemente publicou um artigo a respeito da Lei Emergencial de Enfrentamento da Crise Orçamentária. São conceitos muito interessantes neste momento em que estamos debruçados sobre uma grave crise fiscal. Que o nosso olhar possa estar além do momento da crise, vendo as oportunidades de crescimento, de desenvolvimento do Brasil para os próximos dez, quinze anos, ao tempo em que temos que tomar medidas duras nesse curto prazo no sentido de mantermos as conquistas que foram obtidas desde a introdução do Plano Real, sobretudo na consolidação dos ganhos com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Acho que a presença do Prof. Paulo Rabello de Castro, embora eu tenha uma visão política distinta da dele do ponto de vista da avaliação do quadro político atual, ele traz ideias bastante interessantes, que mereceriam a devida análise, o devido debate aqui nesta Comissão, que é a

Comissão apropriada para que possamos colocar luzes de como sairmos desse ambiente de desânimo nas atividades produtivas e de incertezas em relação à nossa economia.

Portanto, quero comunicar que estarei dando entrada no requerimento e peço a V. Ex^a que, na próxima reunião, possa fazer a leitura do requerimento, para que apreciemos de forma oportuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento, considerando as ponderações do Senador Flexa.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento de nº 21, de 2015, da CAE, com a presença do Sr. Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Portanto, como não conseguimos hoje o quórum para decidir terminativamente, então vamos deixar os itens 9 e 10 com a discussão em aberto para que deliberemos na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vamos fazer a leitura dos requerimentos que se encontram sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº 22 , DE 2015 – CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Eduardo Frade, Superintendente-Geral do Cade;
- Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central;
- Leonardo Gomes Pereira, Presidente da Comissão de Valores Mobiliário;
- Murilo Portugal Filho, Presidente da Febraban; e
- José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

Esse requerimento é de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Será votado na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, não há possibilidade de nós votarmos esse requerimento nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, Senador Ferraço.

Nós temos os atos que são seguidos religiosamente. Nós temos vários requerimentos e, se eu abrir para um, vou ter que abrir para todos. Mas, sem dúvida nenhuma, vamos pautar esses requerimentos na próxima semana para votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Consulto V. Ex^a sobre alguns requerimentos, de minha autoria, que constam da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós vamos lê-los agora, Senador Ferraço, até para seguir a liturgia do Ato nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 23 , DE 2015 – CAE

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para explicar a forte mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da Presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Ministro da Fazenda, Joaquim Levy;
- Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa;
- Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e
- Secretário do Tesouro Nacional do Ministro da Fazenda, Marcelo Saintive.

Esse é de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Outro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2015 – CAE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Assuntos Econômicos com a presença do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor Presidente da empresa Sete Brasil, para discutir a situação da empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-diretores da companhia.

Iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2015 – CAE

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para tratar da atuação da Comissão de Valores Mobiliários frente às denúncias de desvios de recursos da Petrobras e seus impactos sobre os mercados de capitais. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Leonardo Pereira.

Autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Outro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2015 – CAE

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para tratar da atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) frente aos resultados deficitários apresentados pelos fundos de pensão brasileiros nos últimos dois anos. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Diretor Superintendente, Carlos de Paula.

Também de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO Nº 27 DE 2015 – CAE

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para explicar o processo de inspeção, realizado no âmbito do Tribunal de Contas da União, de possíveis irregularidades na execução da política fiscal do Governo Federal relacionadas aos atrasos nos repasses às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, conhecidas como “Pedaladas Fiscais”. Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro do Tribunal de Contas da União [o Senador Tasso já fez esse requerimento], José Múcio Monteiro Filho; e
2. Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira.

Quero também registrar que, por iniciativa do Senador Tasso, nós também já aprovamos aqui um requerimento e convidamos o Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz. E, fruto até dos entendimentos havidos, muito provavelmente o Presidente Aroldo Cedraz virá aqui até pelo papel que o TCU presta com relação ao órgão de fiscalização do Congresso Nacional.

E o último requerimento.

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2015 - CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para discutir as alterações legais propostas sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes e os seus impactos econômicos. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Vágner Freitas de Moraes, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Miguel Torres, Presidente da Força Sindical; e
- Hélio Zylberstajn, Professor especialista em mercado de trabalho.

Também de autoria do Senador Ferraço. Nós votaremos esse requerimento na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, com relação...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Complementando um de seus requerimentos, Senador Ferraço, relativamente ao convite do Tribunal de Contas, do procurador do Tribunal de Contas e do presidente, eu queria lembrar que para esse requerimento o convite já foi feito e o presidente do Tribunal de Contas recusou-se a mandar aqui os procuradores, alegando que o momento não era apropriado e que deveria deixar para outro momento.

O que nós discutimos aqui naquela reunião, Senador Ferraço, eu acho que V. Ex^a estava presente, é que não cabe ao Presidente do Tribunal de Contas julgar o momento que é adequado, ou não, para vir ao Senado, porquanto o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa. E nós decidimos, naquele dia, pela convocação do presidente a esta Casa, e eu gostaria de reiterar que esta convocação seja feita o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Inclusive foi aprovado um requerimento, Senador Tasso Jereissati, até por iniciativa de V. Ex^a e de outros Senadores que também solicitaram isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, na mesma direção do Senador Tasso Jereissati, nós gostaríamos de apelar a V. Ex^a para que, na condição de nosso Presidente, fizesse valer esse requerimento que foi aprovado aqui na Comissão, até porque, na reunião em que nós deliberamos por essa convocação, também ficou acertado a presença aqui do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, que à época estava em férias, mas eu tenho em mãos aqui com um ofício que ele teria mandado à Comissão de Assuntos Econômicos se colocando à disposição.

Portanto, eu quero me dirigir a V. Ex^a para que, na condição de nosso Presidente, possa ultimar as providências para que isso aconteça, considerando que nós ouvimos o Ministro do Planejamento, nós ouvimos o Advogado-Geral da União e nós precisamos ouvir a outra parte, ou seja, o Procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União. Assim, eu queria solicitar a V. Ex^a que intimasse essa agenda para que nós concluíssemos as oitivas que nós fizemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Registrado. O Senador Tasso também foi bastante veemente na reunião em que nós não pudemos contar com o Presidente do TCU, mesmo sendo o TCU um órgão de fiscalização e controle a serviço do Congresso. Com certeza, ao longo desta semana, eu já posicionarei V. Ex^{as} com relação a essa audiência pública, que é absolutamente fundamental para fazer essa discussão.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu queria fazer um pedido a V. Ex^a. (*Fora do microfone*) Existe um projeto de minha autoria e que foi relatado pelo Senador Ferraço que trata de um assunto de extrema importância para o bom andamento das contas públicas nacionais e para a transparência, que se refere à responsabilidade orçamentária.

É um projeto muito profundo, um trabalho muito grande feito por várias assessorias. O Senador Ricardo Ferraço me comunicou que já tinha entregado o relatório na semana retrasada. E nós gostaríamos, devido à importância, que V. Ex^a pessoalmente tomasse conhecimento mais proximamente desse projeto, que nós reputamos de extrema oportunidade, importância e que o colocasse o mais rápido possível em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente, Senador Tasso. Nós já havíamos falado sobre isso também. O Senador Ferraço o liberou agora, duas semanas atrás, e o Congresso estava em recesso. Com certeza, vamos agora apreciar o relatório.

Acho que esse é um tema extremamente relevante e importante para a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nessa mesma direção, gostaria de apelar a V. Ex^a. Nós temos aqui um conjunto, Sr. Presidente, de 21 projetos de nossa autoria, que tramitam nesta Comissão. Há projetos aqui distribuídos há mais de 180 dias, que estão com colegas Senadores. Acho que isso é impraticável, isso não é razoável. Não estou aqui solicitando que o Senador dê parecer favorável ou dê parecer contra, mas é necessário que haja uma diligência por parte desta Comissão para que os Parlamentares possam entregar os projetos com seus relatórios a fim de que possamos fazer o enfrentamento dos debates aqui na Comissão.

Peço o apoio a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Queria só registrar, Senador Ferraço, que, quando nós iniciamos agora em 2015 os trabalhos do Senado Federal, nós praticamente tivemos que... Praticamente todos os projetos que vinham tramitando é como se o jogo zerasse. Nós tivemos que redistribuir vários projetos. Havia muitos projetos

também aguardando parecer. Então, nós fizemos um esforço grande agora, há três semanas, e praticamente nós concluímos o trabalho de distribuição. A partir de agora, nós vamos cobrar o parecer de vários Senadores, alguns deles inclusive já foram encaminhados para cá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Há projeto distribuídos aqui de minha autoria há mais de 390 dias. Isso não é razoável.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, não é um privilégio só de V. Ex^a. Vários Senadores também têm... São as dificuldades que naturalmente enfrentamos aqui no dia a dia, mas temos que dar celeridade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas talvez V. Ex^a, como Presidente, pudesse fazer uma correspondência aos Srs. Senadores, solicitando que priorizassem, para que os trabalhos pudessem se dar com alguma normalidade aqui na Comissão. As dificuldades existem, mas V. Ex^a há de considerar que 390 dias, 190 dias para devolver, inclusive em amplo conflito com o Regimento Interno, que determina prazos que não estão sendo cumpridos... Embora entenda as dificuldades, acho que esses prazos estão para além da boa vontade, da razoabilidade.

O apelo que faço é para que, na condição de nosso Presidente, V. Ex^a possa fazer minimamente uma correspondência lembrando aos Srs. Senadores que devolvam esses projetos, porque isso tranca a pauta, isso torna o processo legislativo inviável, sem qualquer tipo de perspectiva.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente.

Nada mais a tratar, dou por encerrada a 25^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, lembrando que terça-feira, às 10h, teremos uma nova reunião deliberativa.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)



ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos senadores Delcídio do Amaral e Walter Pinheiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Telmário Mota, José Pimentel, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Hélio José, José Agripino, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Wellington Fagundes e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Benedito de Lira, Romero Jucá, Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella e Ciro Nogueira, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política de interesse parlamentar no exterior. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 25ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, de acordo com o art. 89, IV, designa como membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, para a 55ª Legistura, os(as) senadores(as) titulares Lindgerbh Farias, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin e Marcelo Crivella; e, como suplentes, as senadoras Gleisi Hoffmann e Lídice da Mata. O presidente comunica, ainda, aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 17 de 2015 (Aviso nº 10.169/SE/MF), da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, de 27 de fevereiro de 2015, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas, no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2015, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e Relatório Anual 2004, de 11 de agosto de 2015, da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, com balanço das atividades desenvolvidas ao longo do último exercício. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014, não terminativo, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Reguffe. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 307 de 2012, complementar, não terminativo, de autoria do senador Pedro Taques, que "altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência", tendo como relator

o senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 3-** Projeto de Resolução do Senado nº 26 de 2015, não terminativo, de autoria da senadora Regina Sousa e outros, que “altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as estruturas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com base em recebíveis originados pelo parcelamento de dívida ativa, não sejam considerados e enquadrados como operação de crédito conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), na hipótese que prevê”, tendo como relator o senador Ciro Nogueira, que oferece relatório favorável ao projeto. O presidente da Comissão designa o senador Walter Pinheiro relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Reguffe. O presidente da Comissão, senador Delcídio do Amaral, concede vista ao senador Reguffe, nos termos regimentais. **Item 4-** Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal”, tendo como relatora a senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. O presidente da Comissão designa o senador Walter Pinheiro relator “ad hoc” da matéria. Anunciada a matéria, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço, Reguffe, Lindbergh Farias, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho e Cristovam Buarque. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator “ad hoc”, para reexame. **Item 5-** Projeto de Lei do Senado nº 518 de 2011, terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que “altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo”, tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Anunciada a matéria, usa da palavra o senador Telmário Mota. O presidente da Comissão, senador Delcídio do Amaral, concede vista ao senador Telmário Mota, nos termos regimentais. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 275 de 2014, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida”, tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela aprovação do projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 536 de 2013, terminativo, de autoria do senador Eunício Oliveira, que “altera o art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para um ano”, tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o projeto por treze votos contrários, um favorável e nenhuma abstenção. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2012, terminativo, de autoria do senador Paulo Paim, que “altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda”, tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Tasso Jereissati. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 279 de 2013, terminativo, de autoria do senador Cícero Lucena, que “altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no

mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público”, tendo como relator o senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 10-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 22 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Eduardo Frade, superintendente-geral do Cade; Aldo Luiz Mendes, diretor de Política Monetária do Banco Central; Murilo Portugal Filho, presidente da Febraban; e José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 22 de 2015-CAE. **Item 11-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 23 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar a forte mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da Presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade, com a presença dos seguintes convidados: Joaquim Levy, ministro da Fazenda; Nelson Barbosa, ministro do Planejamento Orçamento e Gestão; Alexandre Tombini, presidente do Banco Central; e Marcelo Saintive, secretário do Tesouro Nacional”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 23 de 2015-CAE. **Item 12-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 24 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença do senhor Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, diretor presidente da empresa Sete Brasil, para discutir a situação da empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-diretores da companhia”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 24 de 2015-CAE. **Item 13-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 25 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atuação da Comissão de Valores Mobiliários frente às denúncias de desvios de recursos da Petrobrás, e seus impactos sobre os mercados de capitais, com a presença do presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Leonardo Pereira”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 25 de 2015-CAE. **Item 14-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 26 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) frente aos resultados deficitários apresentados pelos fundos de pensão brasileiros nos últimos dois anos, com a presença do diretor superintendente, Carlos de Paula”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 26 de 2015-CAE. **Item 15-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 27 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar o processo de inspeção, realizado no âmbito do Tribunal de Contas da União, de possíveis irregularidades na execução da política fiscal do Governo Federal, relacionados aos atrasos nos repasses às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, conhecidas como “Pedaladas Fiscais”, com a presença dos seguintes convidados: José Múcio Monteiro Filho, ministro do Tribunal de Contas da União; e Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público de

Contas Junto ao TCU”. O senador Ricardo Ferraço solicita a retirada definitiva do requerimento, que é aprovada pela Comissão. **Item 16-** Requerimento da Comissão de

Assuntos Econômicos nº 28 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as alterações legais propostas sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes e os seus impactos econômicos, com a presença dos seguintes convidados: Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Antonio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Vágner Freitas de Moraes, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Miguel Torres, presidente da Força Sindical; Hélio Zylberstajn, professor especialista em mercado de trabalho; e José Pastore, professor da FEA-USP”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 28 de 2015-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 29 de 2015**, de iniciativa dos senadores Hélio José e José Medeiros, que “requer, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 85 de 2014, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis aos titulares de autorização, permissão ou concessão do Poder Público para instalação de mobiliários urbanos do tipo quiosque, trailer ou feira, que utilizem o automóvel como instrumento de trabalho ou apoio”, com a presença das seguintes entidades: vice-governador do Distrito Federal; sec. do Desenvolvimento Econômico (SEDS); sec. da Micro e Pequena Empresa (SMPES); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); diretor da AGEFIS; e Sr. Luiz Ribeiro, presidente da Unitrainers. **Requerimento nº 30 de 2015**, de iniciativa do senador Delcídio do Amaral, que “requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 229, de 2009 - Complementar, que “estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Tarcísio José Massote de Godoy - secretário executivo do Ministério da Fazenda; Dyogo Henrique de Oliveira - secretário executivo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; representante da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF do Senado Federal; e José Roberto Afonso, economista e pesquisador do FGV/Ibre. **Requerimento nº 31 de 2015**, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a grave crise financeira que os estados brasileiros atravessam, bem como discutir possíveis medidas para reequilibrar as contas públicas estaduais, com a presença dos seguintes convidados: Marcelo Saintive, secretário do Tesouro Nacional; André Horta Melo, coordenador do Confaz e secretário de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte; José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre-FGV; e Raul Velloso, consultor especializado em contas públicas. **Requerimento nº 32 de 2015**, de iniciativa do senador Fernando Bezerra Coelho, que “requer, nos termos do art. 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema “Lei Emergencial de Controle Orçamentário” para que esta Comissão, no exercício de sua competência, ouça a proposta do Movimento Brasil Eficiente para a superação das atuais dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro, em suas três esferas”, com a presença do senhor Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada,

será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador WALTER PINHEIRO
Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 26ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 25ª reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo como membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, para a 55ª Legislatura, os Srs. Senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Roberto Requião (PMDB-PR), Wilder Moraes (DEM-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), tendo como Suplentes Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA); e, ainda, Marcelo Crivella (PRB-RJ) também como Titular.

Nos termos do art. 393-A do Regimento Interno, designo esta Comissão para atender o disposto no art. 99-A do Regimento, exatamente por simplicidade aqui, na tramitação, para não ficarmos criando grupo de trabalho um atrás do outro, só para complicar a vida no nosso dia a dia.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento.

Do Ministério da Fazenda:

Ofício "S" nº 17, de 2015;

Aviso nº 10169, da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, de 27 de fevereiro de 2015, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas, no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2015, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2. Correspondências:

Relatório Anual (2004), de 11 de agosto de 2015, da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, com balanço das atividades desenvolvidas ao longo do último exercício.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Pauta.

ITEM 1 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2014 - Não terminativo -

Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Relatoria: Senador Douglas Cintra.

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Quero aqui registrar a presença do Deputado Mendes Thame.

Uma honra muito grande, meu caro Mendes Thame, tê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Tasso disse que, sem ler o relatório, já está aprovado.

Com a palavra o Relator, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das proposições que lhe são submetidas por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra Comissão.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa da União por envolver direito comercial e do consumidor (art. 22, inciso I, e art. 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal). Ademais, a matéria não é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Não vislumbramos, tampouco, vícios de juridicidade e de regimentalidade no projeto.

Em relação à técnica legislativa, sugerimos pequeno ajuste de redação do art. 2º do projeto, para tornar mais claro o seu comando e adequá-lo ao teor da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, ressaltamos a relevância da iniciativa do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame em apresentar projeto que regule os planos de assistência funerária. Não parece haver dúvidas quanto aos benefícios, principalmente à população de baixa renda (principais consumidores desses planos), de se preverem regras para a comercialização de planos e para a fiscalização desse mercado pelo Estado, de forma a promover o interesse público e o respeito aos direitos do consumidor.

Com as medidas do PLC nº 50 de 2014, diminui-se consideravelmente a possibilidade de que gestões fraudulentas ou ineptas tornem as empresas insolventes, atingindo-se o consumidor em um momento de particular fragilidade emocional. Ao se estabelecerem parâmetros legais para a comercialização dos planos e para a solvência das empresas ofertantes, busca-se, assim, garantir a contraprestação dos serviços contratados, protegendo-se um público em geral hipossuficiente contra más práticas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50 de 2014, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1-CAE (Redação)

Dê-se ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014, a seguinte redação:

Art. 2º A comercialização de planos funerários será de responsabilidade de empresas administradoras de planos de assistência, e a realização do funeral será executada diretamente por elas, quando autorizadas na forma da lei, ou por intermédio de empresas funerárias cadastradas ou contratadas.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

Senador Reguffe, com a palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, fui testemunha, aqui no Distrito Federal, por ocasião do que se chamou "escândalo dos cemitérios", da forma como algumas funerárias tratam as famílias no momento de maior dor delas, que é quando perdem um ente querido.

Colocam-se preços absurdos, exorbitantes, para se enterrar uma pessoa, e isso passa ao largo do Poder Público, sem nenhuma fiscalização, sem nenhuma regulamentação.

Então, quero aqui parabenizar o Deputado Mendes Thame, porque é um projeto meritório.

E é importante regular a oferta de planos de assistência funerária. Agora, apenas quero colocar que é importante também o Poder Público ter algum ativismo, no sentido de regular

preços nesse setor. É um setor que não pode simplesmente ficar ao livre mercado, porque se usam as famílias, se abusa delas. A pessoa não consegue nem reclamar. Ela está sentindo a dor pela perda de um ente querido, não consegue nem reclamar algo naquele momento. Aí tanto as funerárias quanto os cemitérios abusam da boa-fé das pessoas, abusam do bolso das pessoas, cobrando faturas absolutamente revoltantes e exorbitantes.

Mas quero aqui parabenizar o Deputado Mendes Thame pela iniciativa da proposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria ainda está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Douglas Cintra.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Quero aqui parabenizar o Deputado Mendes Thame por mais esse projeto, também importante, hoje votado aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 2 da pauta. *(Pausa.)*

O Senador Agripino solicita, tendo em vista que S. Ex^a está se deslocando para a Comissão de Assuntos Econômicos, que aguardássemos a sua chegada.

Assim, passo imediatamente ao item 3 da pauta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, o Item 2 da pauta é uma matéria do interesse do Banco Central do Brasil, onde se define prazo para a quebra de sigilo bancário.

Eu queria solicitar vista dessa matéria, se V. Ex^a pudesse conceder vista, para que a gente pudesse analisá-la com mais profundidade, porque o Código Penal atribui ao magistrado a definição do prazo e, dada a situação, você poderá precisar de um prazo maior ou de um prazo menor.

Então, em princípio, eu não vejo como sendo um boa medida a fixação de um prazo em lei para efeito de quebra de sigilo bancário. Assim, gostaria de pedir vista.

Como o Senador José Agripino é o Relator da matéria e não se faz presente, eu gostaria de pedir vista dessa matéria – Item 2 da pauta –, para a gente agilizar a apreciação da nossa pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não; mas deixem o Senador Agripino, primeiro, ler o relatório, aí, todo mundo pode pedir vista. Mas, antes de o Senador José Agripino ler o relatório dele, fica difícil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas, até para que a gente acelere aqui a nossa pauta, são muito pertinentes essas observações antecipadas, tanto de V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, quanto do Senador Ricardo Ferraço, também, que já aproveitou para pedir vista coletiva. *(Risos.)*

Então, nós vamos aguardar a chegada do Senador Agripino para que ele apresente o seu relatório.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as estruturas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com base em recebíveis originados pelo parcelamento de dívida ativa, não sejam consideradas e enquadradas como operação de crédito conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), na hipótese que prevê.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatório: Favorável ao projeto.

E eu aqui indico o Senador Walter Pinheiro como Relator *ad hoc* do projeto.

Com o palavra o incansável Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu posso ser até incansável, mas relator geral aqui é o Senador Romero. (*Risos.*)

Não tire o título dele não, porque, senão, vai me arrumar um problema crucial.

Mas, Senador Delcídio do Amaral, eu até fui provocado, no dia de ontem, por diversos Senadores que se encontram fora, entre eles o Senador Ciro Nogueira, bem como recebi uma demanda de diversos Estados em relação a essa matéria. Portanto, como é um assunto que, de certa forma, também estamos tratando também na Comissão do Pacto Federativo, Senador Fernando Bezerra, o Senador Ciro Nogueira nos pediu para conversar com o Presidente desta Comissão e pudéssemos apresentar esse relatório no dia de hoje.

Trata-se de uma resolução que dispõe sobre operações de crédito interna e externa, dos Estados; portanto, Sr. Presidente, a proposta permite que essas estruturas, principalmente com base nos recebíveis – e acho que é fundamental que a gente entenda a proeza disso –, originárias de parcelas de dívida ativa, não sejam consideradas e enquadradas como operação de crédito conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal,

V, Ex^a, Senador Tasso, que já foi governador e é um experiente Senador da República, sabe exatamente como isso pode facilitar sobremaneira a vida dos Estados com essa estruturação.

E, para que se entenda esse objeto, acho que se faz necessária, inclusive, uma revisão conceitual, porque acho que esse seja o objetivo, inclusive, da nobre Senadora Regina, quando da propositura, assim como do Relator Ciro, quando ajustou nesse texto exatamente, eu diria, esses esclarecimentos, principalmente no que tange a essa abrangência da dívida ativa: os créditos a favor da Fazenda Pública, tanto os de natureza tributária quanto os não tributários e não recebidos na data acordada ou nas chamadas datas aprazadas.

Logo, Sr. Presidente, o objeto aqui trata exatamente da inscrição na dívida ativa e tem o objetivo de legitimar a origem do crédito a favor da Fazenda Pública, acrescentando aí os requisitos jurídicos para ações de cobrança.

Assim sendo, a Prefeitura de Belo Horizonte, que é um exemplo que o nobre Relator da matéria ajusta nesse texto, valendo-se da assessoria do Banco do Brasil, estruturou um fundo de investimento em direitos creditórios utilizando a cessão do fluxo de caixa de recebíveis gerados pelo adimplemento dos parcelamentos da dívida ativa do Município. Essa estruturação amparava-se, ou seja, sustentava-se no Parecer da PGFN nº 2.900, de 2007, que concluía pela cessão do fluxo na forma apresentada na operação de crédito para efeito – é bom chamar atenção disto – do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, em 2009, através da Instrução de Processo TC-016.585/2009-0, entendeu que a estrutura se enquadrava no conceito de operação de crédito. Nesse sentido, quero chamar atenção dos nobres Senadores – do Senador Fernando Bezerra, que é um homem que entende muito dessa matéria – para o fato de que, na medida em que houve esse entendimento, Senador Fernando Bezerra, de acordo com o estabelecido no art. 29, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, na realidade, houve um prejuízo efetivo para a Prefeitura de Belo Horizonte, nesse caso específico. Então, baseado, sustentado ou lastreado na contra-argumentação da diretoria jurídica do Banco do Brasil, esse encaminhamento foi levado ao Ministro Raimundo Carreiro, que, inclusive, já trabalhou nesta Casa, para a conclusão da análise.

Por conseguinte, o objetivo do projeto de resolução é exatamente resolver, de uma vez por todas, as controvérsias. Ao mesmo tempo – é importante aqui observar –, o projeto de resolução está tentando alterar a conduta, mas não tirar, por exemplo, de forma alguma, as atribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, alterar a interpretação e a leitura de Cortes como o Tribunal de Contas da União.

Na realidade, essa história de dizer que, indiretamente, há uma tentativa de se modificar a Lei de Responsabilidade Fiscal é um erro. O projeto tenta tornar a Resolução do Senado nº 43, de 2001, mais clara. Este é o objeto do projeto de resolução: trazer argumentos e clarezas a uma resolução já de 2001.

Nesse sentido, a alteração da proposta está de acordo com os pareceres da PGFN, e, dessa forma, estamos considerando que essas operações não podem ser enquadradas como operações de crédito. Até porque, Sr. Presidente, se assim fosse, neste período agora, por exemplo, Estados e Municípios já estariam prejudicados com a decisão tomada recentemente pela Fazenda, de que eu até discordo, de proibição de novas operações de crédito. Óbvio que o Governo Federal busca os seus ajustes em relação à questão do seu primário.

Se isso fosse levado a cabo, meu caro Presidente Delcídio do Amaral, essas operações de crédito, todas elas, estariam inseridas nesse contexto da proibição. Você criaria aí um ambiente de extrema dificuldade para Estados e Municípios.

Então, eu vou encerrar aqui fazendo basicamente esse esclarecimento, até para dizer que é importante citar o parecer da PGFN, que diz o seguinte:

Esta PGFN consolidou, há muito, o entendimento de que a cessão de direitos creditórios inscritos em dívida ativa tributária ou não tributária, quando puder ser caracterizada como cessão definitiva, isto é, que não envolva obrigação de pagar, mas, tão somente, de fazer, não se enquadra no conceito de operação de crédito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, eu estou aqui na realidade transpondo, meu caro Ferraço, não a interpretação do nosso Relator nem tampouco a minha, agora como Relator *ad hoc*, e sem substituir o nosso Relator Geral da República, mas trazendo aqui a opinião, inclusive, da Procuradoria. Portanto, não é uma opinião qualquer. É um posicionamento que ganha, poderíamos dizer assim, um caráter de quase que jurisprudência ou, pelo menos, de caminho jurídico próximo à perfeição – poderíamos citar essa expressão – para justificar exatamente o argumento e a necessidade da aprovação dessa matéria.

Poder-se-ia, talvez, argumentar que o entendimento da PGFN é por demais literal, que não se estaria atentando para a finalidade da lei, mas tal não é o caso. Na verdade, a visão da PGFN atende perfeitamente ao sentido finalístico da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual não é, como parecem entender os que defendem a tese de que a mera antecipação dos recursos futuros deveria ser enquadrada no conceito de operação de crédito, interferir nas escolhas do ente público, no tocante à distribuição intergeracional de receitas, mas o de garantir a administração sustentável da dívida pública.

Portanto, é permitir a gestores de Estados e Municípios a adoção de regras saudáveis e substanciadas para exatamente nessa chamada gerência das suas receitas.

Em outras palavras, dado que a cessão definitiva dos direitos creditórios, incluindo a modalidade "cessão do fluxo financeiro decorrente de direitos creditórios", embora constituindo, como toda alienação de um ativo, uma antecipação de receitas futuras efetivas ou potenciais, não constitui operação de crédito, meu caro Senador Tasso Jereissati, para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, por não acarretar endividamento novo ou mais gravoso para o ente que cede tais direitos.

Ou seja, dependendo do uso mais ou menos sábio que se dê aos recursos antecipados com a venda de ativos, pode-se até admitir que o ente, em decorrência da venda do ativo, ficou mais pobre no futuro, mas não que ficou mais endividado.

Pelo exposto, respondendo a essas questões, Sr. Presidente, postas na consulta da Secretaria do Tesouro Nacional, no sentido de que:

- a) as operações de cessão definitiva de direitos creditórios ou do fluxo financeiro decorrente de tais direitos, quando não implicar, direta ou indiretamente, qualquer compromisso de garantir o recebimento do valor do crédito, em caso de inadimplemento por parte do devedor, não constitui operação de crédito, no sentido da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) a submissão de qualquer operação de ente subnacional ao processo de verificação, pelo Ministério da Fazenda, de limites e condições [portanto, além de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, há um respeito, inclusive, à autoridade constituída para análise desses processos] previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e em dispositivos correlatos da RSF nº 43, de 2001, depende da caracterização da referida operação como operação de crédito, motivo pelo qual as operações de cessão definitiva de direitos creditórios ou do fluxo financeiro decorrente de tais direitos, desde que nas condições descritas no item 'a' acima, não se submetem ao referido processo de verificação.

E o terceiro item:

- c) a posição da PGFN sobre as operações de cessão definitiva de direitos creditórios ou do fluxo financeiro decorrente de tais direitos tem sido a mesma, em essência, no sentido definido nos itens 'a' e 'b' acima [já agora por mim lidos], a qual, salvo modificação de entendimento ou enquanto não houver posicionamento vinculante distinto por parte da cúpula da Advocacia-Geral da União ou do Tribunal de Contas da União, deverá servir de orientação básica para a análise por parte da Secretaria do Tesouro Nacional das referidas operações.

Então, Sr. Presidente, julgamos, por fim, para encerrar e não ser mais enfadonho aqui com os nobres pares, meritório o projeto de resolução nos termos propostos pela Senadora Regina e, dessa forma, nós opinamos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Com a autoridade que V. Exª tem, porque conhece esse tema profundamente, como todos os temas que V. Exª aborda aqui no Senado Federal, é mais um relatório, para quem assumiu como Relator *ad hoc* hoje, realmente V. Exª fez uma exposição muito competente e à altura do conhecimento que V. Exª tem nesses temas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu nunca vi um relator *ad hoc* tão preparado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É um relator *ad hoc* que parece que, na verdade, era o *ghost writer* do relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O meu pai, Senador Delcídio, que era um ferroviário, me dizia todo dia: "Meu filho, não durma sem ler uma folha de papel" – ele não falava lauda. E ele me dizia ainda: "No final da semana, você terá lido sete folhas; no final do mês, 30; e, no final do ano, 365". E, aí, nunca mais deixei de fazê-lo; estou seguindo à risca o que meu pai me disse, ou seja, não durmo à noite, todos os dias, sem ler uma folha de papel e, assim, acumulo informações fazendo essa leitura diária.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Walter Pinheiro, a vida é implacável com quem dorme. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Pode haver questionamentos.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu quero pedir vista do projeto.

Conforme o próprio Relator disse, essa é uma releitura da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, isso fragiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal, que eu considero um dos grandes avanços, nos últimos tempos, deste País, e eu considero que é preciso estudar melhor essa proposição.

Isso é uma forma de driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal para mudar alguns entendimentos dos tribunais de contas, e isso não me parece, à primeira vista, bom para o contribuinte deste País.

Então, eu peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Portanto, pedido de vista pelo Senador Reguffe do item 3 da pauta.

O item 4 da pauta é terminativo, mas, na verdade, em função de decisões da própria Mesa Diretora do Senado, esse processo com relação à prejudicialidade se tornou mais objetivo, Gonzaga.

Senador Walter Pinheiro, quanto ao item 4 da pauta, a Senadora Gleisi me pediu que se ausentasse aqui da Comissão de Assuntos Econômicos porque ela está preparando o relatório final da medida provisória de que é relatora, que é uma medida provisória muito relevante. Portanto, Senador Walter Pinheiro, como não podemos atrasar com os processos, nós temos que votar matérias, porque isso é importante para a Comissão de Assuntos Econômicos e para o Senado Federal...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Qual é o item dela?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O item 4 da pauta, Senador Pinheiro.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura;

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CI-CE, nos termos da Subemenda nº 1-CE;

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto; à Emenda nº 1-CI-CE-CAS nos termos das Subemendas nºs 1-CE-CAS, e 2 a 4-CAS; e à Emenda nº 2-CAS;

4. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Eu já tratei desse assunto aqui.

Conforme comunicado pela Presidência da CAE aos Srs. membros, na 21ª Reunião da CAE, realizada em 7 de julho, a Secretaria-Geral da Mesa editou a Instrução Normativa de nº 5, de 2015, estabelecendo procedimentos referentes à declaração de prejudicialidade das matérias.

De acordo com a instrução normativa, a apreciação da prejudicialidade de uma matéria terminativa na comissão será tomada preferencialmente pelo processo simbólico por se tratar de questão preliminar ao mérito.

Portanto, Senador Walter Pinheiro, não é necessário votação terminativa em função das instruções da Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, perdoe-me, mas não consegui compreender a extensão desse Ato Normativo que V. Ex^a acaba de ler.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu também não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O parecer será apresentado, discutido e votado. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Será votado, mas por votação simbólica; não necessariamente por votação nominal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o que define se é simbólica ou nominal?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É porque, em relação a alguns projetos... O que a Mesa do Senado fez? Isso já aconteceu na 21^a Reunião, quando tivemos essa mesma questão. Às vezes, alguns projetos que tramitaram aqui já foram motivo de apreciação e, inclusive, de aprovação. Outros projetos, por exemplo, estão pendentes, porque merecem uma avaliação quanto ao mérito e quanto à juridicidade. Inclusive, são questões que foram encaminhadas aos Tribunais Superiores.

Portanto, quando alguns projetos como esse são apresentados, eles perdem efetivamente o objeto, até porque já foram substituídos por matérias pretéritas ou mesmo porque ainda estão passando por avaliações de Tribunais Superiores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – No caso específico desse projeto, para o qual V. Ex^a designou o competente Senador Walter Pinheiro, ele tramitou por três comissões, onde recebeu parecer favorável.

Nesse caso, como será o encaminhamento? Essa é a pergunta que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Aqui, Senador Ferraço, nós vamos encaminhar em cima... Quer dizer, a proposta é o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, que não está presente aqui. Então, estou indicando o Senador Walter Pinheiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... para que ele assuma a relatoria *ad hoc*. E, dentro do enquadramento que foi feito pela Secretaria da Mesa do Senado e a Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, esse projeto aqui seria votado simbolicamente; não precisaria ser votado nominalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim, mas vamos imaginar que haja maioria nesta comissão, discordando do parecer do Senador Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Derrubado o relatório, designa-se um outro Relator. É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, de qualquer maneira, ele tem de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E vota-se o projeto.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Mas aí nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E aí o projeto é votado nominalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, há de se registrar inicialmente aqui que vou fazer a leitura do voto da Senadora Gleisi Hoffmann. Portanto, deixo bem claro que há inclusive de minha parte discordância quanto ao conteúdo.

Portanto, estou inicialmente lendo exatamente o voto da Senadora, que julgou pela necessidade do arquivamento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pinheiro, eu queria só fazer um registro. Se V. Ex^a, como Relator *ad hoc*, tem divergências, V. Ex^a pode eventualmente pedir a retirada e fazer os ajustes necessários na proposta apresentada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu estou propondo ao autor do projeto exatamente que eu poderia pedir vista e apresentar até o meu voto de discordância, se ele assim concordar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, V. Ex^a pede vista para...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Porque, necessariamente – e só V. Ex^a pode me esclarecer isso –, se a matéria for à votação e tiver...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não; eu sei que não posso pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não; ele vai pedir a retirada para reexame e, aí, ele apresenta o relatório.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas, Sr. Presidente, regimentalmente, como relator *ad hoc*, ele vira relator. Então, se ele quiser fazer um relatório distinto do relatório original, ele pode fazê-lo, inclusive agora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas como o Senador Walter Pinheiro é consciencioso...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Posso, mas aí também tem um detalhe: para fazer um relatório agora, por mais que eu tenha lido, segundo o meu pai, a folha de papel ontem à noite, aí também é demais. Eu posso cometer alguns equívocos. A folha do segundo dia não estava presente ontem à noite. Então, eu posso cometer equívocos, até por falta de substância que poderia apresentar o projeto.

Por exemplo, vou dizer aqui aos nobres pares que a gente faça a discussão e tome a decisão.

Há uma parte do projeto que trata, por exemplo, sob a égide de fazer um tipo de leitura de vinculação, que é inclusive meu ponto de discordância.

A Relatora usa um atributo, que é um atributo até muito discutido nesta Casa sobre a vinculação, e, nesse aspecto, ela transfere essa vinculação para a questão das receitas com bônus de assinaturas e gastos com educação básica e saúde infantil. E eu não enxergo dessa forma, em que pese todos nós termos uma posição muito clara em relação ao que é a vinculação no aspecto, inclusive, do comprometimento principalmente de receitas, ou até o comprometimento de gastos.

E, nesse particular, eu não vejo também como ofensa você estabelecer padrões de prioridade. Neste caso, quis o autor, que coincidentemente está ao meu lado... Um está à direita e o outro à esquerda, portanto, fiquei aqui no meio. Então, quiseram os autores, pelo menos no meu entendimento, fixar a base exatamente para os pontos mais vulneráveis dessas duas grandes áreas. Eu percebo que esta é a intenção. Ou seja, você consubstanciar a base do sistema educacional e a base do sistema de saúde com uma obrigatoriedade, assim poderíamos chamar, de preferência e de atenção especial. E atenção nessas áreas não se faz com palavras ao vento nem com intenções; faz-se exatamente com ações concretas, ou seja, com recursos.

Portanto, entendo que o objeto de mirar ou de, conforme o termo usado pela Relatora, buscar vincular era tentar enxergar fontes concretas de recursos que pudessem financiar esse desejo de atender o pressuposto básico, pelo qual todo mundo clama no País, que é a saúde infantil e a educação básica, que também é para o público infantil. Então, uma certa dose, digamos assim, de precaução e desejo para se atender a camada inclusive iniciante do País nas duas áreas preponderantes.

Assim, não enxergo o vício dessa vinculação, principalmente levando em consideração qual o objeto central que se busca com o referido projeto.

Essa é o que eu chamaria, inclusive, da minha discordância principal, sem fazer a leitura, inclusive, dos outros aspectos que têm a ver, por exemplo, com a história de como se vai fazer do ponto de vista de cortar ou não financiamento, entender a relação com as agências, nesse caso específico de petróleo e no caso da saúde.

Eu não adentraria esse mérito e pegaria, na minha opinião, o que extraio aqui dos autores e o que, na realidade, foi a leitura inicial dos autores no sentido de calçar, de entender que era prioritário apostar, de forma vigorosa, com fonte que não falha, em duas áreas que têm muitas lacunas neste País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte? Até para contribuir com a sua tese.

Na condição de autor desta proposta, que tenho a honra de compartilhar com o estimado Senador Cristovam Buarque, o que estamos fazendo basicamente é determinar que o bônus de assinatura nos campos do pré-sal, no sistema de partilha, em lugar de ir, Senador Ronaldo Caiado, para fazer primário, que esses recursos possam ir para a educação básica e para a saúde infantil. Em lugar de direcionar esses recursos para o Triângulo das Bermudas dos recursos que vão para o primário, nós estaríamos apostando, Senador Fernando Bezerra Coelho, no principal investimento que uma nação pode fazer, que é no seu capital humano. E não há nenhuma área mais relevante para investimento no capital humano do que saúde básica e educação infantil.

Essa vinculação não tem pé nem cabeça, porque a Lei nº 12.858, já no seu art. 2º, define que, para fins de cumprimento da meta prevista no inciso V do *caput* do art. 214 do PNE, serão destinados exclusivamente para a educação básica. Portanto, a Lei nº 12.858 já vincula.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Já assegura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Além do que o art. 3º da Lei nº 9.478 define e consagra que os recursos no horizonte geológico denominado pré-sal, localizado nas áreas definidas do inciso V do *caput* do art. 2º da Lei nº 12.351, serão integralmente destinados ao fundo social. Portanto, o que estamos fazendo é, em lugar de vincular esses recursos para o primário, que eles possam estar vinculados à atividade da saúde e educação. Portanto, isso só fortalece a tese de V. Ex^a.

Queria lhe dar uma modesta e humilde sugestão, uma vez que V. Ex^a foi designado pelo Senador Delcídio do Amaral: que V. Ex^a pudesse pedir para que nós pudéssemos, em conjunto, reexaminar porque essas fundamentações, em que pese a ausência da Senadora Gleisi Hoffmann, são falaciosas, porque ela fala que esses recursos são para financiar a Agência Nacional do Petróleo. E nós temos aqui as contas da Agência Nacional do Petróleo, que dizem, no seu relatório de prestação de contas do ano passado, Senador Tasso Jereissati, ao qual a Senadora Gleisi Hoffmann afirma que esses recursos não podem estar desvinculados do financiamento dessa agência.

Relatório da Agência Nacional do Petróleo: "a maior parte desses recursos é alocada na reserva de contingência, que é utilizada para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário". A própria Agência Nacional do Petróleo declara. Na verdade, houve recursos no ano passado da ordem de R\$1,300 bilhão – R\$300 milhões, aproximadamente, foram empenhados, e R\$1 bilhão foi para o primário.

Portanto, o que estamos fazendo aqui é uma opção em razão do futuro; é dar ao bônus de assinatura à possibilidade de fazermos uma poupança e não permitirmos que esses recursos continuem indo para o primário.

Portanto, acho que, se V. Ex^a pudesse ou relatar hoje, ou se convencendo e formando valor, nós, talvez pudéssemos fazer este debate em outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria de propor, Senador Walter Pinheiro: eu, nesse tempo todo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, vamos fazer o seguinte, até para preservar a Relatora, porque uma coisa é apresentar um voto em separado, quer seria deliberado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Isso. Seria até deselegante, não é, meu caro Senador?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

Por isso, estou propondo o seguinte: vou considerar o relatório dela como lido – portanto, matéria lida – e pedimos vista. Obviamente, eu, como Relator *ad hoc*, não posso pedir vista, mas pode ser pedido. E, na reunião seguinte, apresentaríamos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas V. Ex^a, como Relator, pode pedir para revisar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não. Senador Walter, V. Ex^a...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mesmo que peça para revisar, é melhor, inclusive, que até apresentemos um voto em separado, até porque...

É melhor; entendeu?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, foi pedido vista?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Ex^a tiver convencimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Walter Pinheiro, eu gostaria de sugerir, até em função...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex^a pode relatar agora? Tem convencimento para isso?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não. Eu já relatei a matéria. Agora, tem duas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria de sugerir, Senador Ferraço,...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... até em função da Senadora Gleisi, que não pôde estar presente aqui até para defender o seu relatório, eu gostaria de sugerir, por uma questão de bom senso, o seguinte: como o Senador Walter Pinheiro foi aqui indicado relator *ad hoc*, que ele retire a matéria para reexame e apresenta na próxima semana o seu relatório, agora como relator oficial. É uma coisa muito mais sensata.

Eu quero, aqui, registrar o seguinte: eu mandei levantar aqui em que situação ocorreu aqui, na CAE, alguém que ia ler o relatório, indicado como *ad hoc*, e resolveu mudar, dando seu parecer na hora. E os senhores sabem quantas situações assemelhadas ocorreram na Comissão de Assuntos Econômicos? Uma.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esta seria a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com o Senador Arthur Virgílio. Mas só que o Senador Arthur Virgílio resolveu apresentar na hora o relatório. Depois, quando viram as consequências do que foi aprovado, nós tivemos que buscar uma alternativa para corrigir.

Às vezes, um projeto que era absolutamente legítimo e, na hora, no atropelo, não foram observadas algumas questões que depois prejudicaram a matéria importante.

Então, eu acho que uma semana não tem nenhum problema. O Senador Walter Pinheiro analisa essa questão, retira para reexame, e, na terça-feira que vem, nós votamos a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, o Senador Walter Pinheiro passa a ser o novo relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Passa a ser novo relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex^a é o novo relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O novo relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bom; se a Comissão encaminhar assim, não tem problema.

Eu havia feito a sugestão até para não criar exatamente algum tipo de embaraço para quando um relator não estiver presente e o outro for nomeado *ad hoc*, ou seja, quando acontecer essa situação.

Então, não tem problema.

A sugestão que eu havia feito era no sentido de considerar o relatório dela, os Senadores pediriam vista e a gente apresentaria um voto, um relatório em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pinheiro...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, não tem necessidade de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Como?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não tem necessidade de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Neste momento, V. Ex^a está indicando um novo relator. Como tal, ele apresentará o relatório, e, aí sim, nós...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não. Senador Pinheiro, há um compromisso nosso. V. Ex^a apresenta o relatório, semana que vem votamos. E ponto!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Lógico.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Beleza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex^a é o relator oficialmente indicado. Isso está claro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Missão dada, a missão será cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dada a missão a V. Ex^a para apresentar o relatório na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho inclusive...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, é importante deixar claro que o Senador Walter Pinheiro tem uma posição distinta da Senador Gleisi. Então, a Comissão está dando apoio à decisão de V. Ex^a de que nós vamos apreciar um relatório, que é distinto do relatório que foi aqui divulgado, porque, se ela for questionar, ela não poderá fazê-lo porque a Comissão deliberou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Através da decisão de V. Ex^a houve uma deliberação. A deliberação é a designação do Senador Walter Pinheiro.

É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É isso mesmo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, uma questão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Se, na próxima semana, alguém pedir vista, é possível ou não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É possível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, porque que a gente não queima logo agora aqui o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam, pelo que entendi dos discursos aqui, essa é uma matéria muito bem já compreendida por todos. O Senador Walter Pinheiro pediu para fazer o reexame da matéria. Semana que vem nós votamos.

Há possibilidade de vistas? Claro. Esse projeto de resolução, por exemplo, do Senador Reguffe, vários governadores estavam aguardando, e nós compreendemos muito bem a pertinência dos comentários que o Senador Reguffe fez. Muitos governadores estavam acompanhando a reunião da CAE por causa desse projeto de resolução. Mas essa é a regra do jogo, é natural.

Se a gente não compreender também até a possibilidade de Senadores e Senadoras pedirem vistas, aí, pelo amor de Deus, nós que estamos nos tornando intolerantes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Inclusive o Governador do Distrito Federal. Estava o Nordeste inteiro acompanhando a CAE.

Senador Walter Pinheiro, eu solicitaria a V. Ex^a, como nós vamos ter votações nominais agora, que permanecesse.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – É que eu estou na CCT ali – eu e o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas, Senador Pinheiro, é importante o voto de V. Ex^a, e nós vamos começar a votar rapidamente aqui.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. *A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer contrário ao projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator, Senador Alvaro Dias, na 25ª reunião, realizada em 11 de agosto.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, para lembrar que, quando fizemos a exposição do nosso relatório, houve consenso, em relação, principalmente, a um quesito. A proposta do Senador Benedito de Lira foi alterada por decisões anteriores do Congresso Nacional, que já legislou sobre a matéria dos *royalties*, que, inclusive, encontra-se *sub judice*, aguardando decisão sobre a Adin, no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, a recomendação do parecer é pela rejeição, com arquivamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto. Ainda dá tempo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É possível. Portanto, vista ao Senador Telmário Mota do item 5.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatoria: Senador Douglas Cintra.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. *A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Douglas Cintra. *(Pausa.)*

Senador Caiado, eu pediria a V. Ex^a para permanecer aqui.

Da mesma forma, Senador Pinheiro e Senador Amorim, que já estava quase se encaminhando para outra Comissão, mas eu gostaria que V. Ex^{as} permanecessem aqui, pois temos algumas votações nominais.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, o item anterior, nº 5, cujo relator é o Senador Alvaro Dias, ele foi lido, colocado em discussão e a discussão foi encerrada na...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, a discussão não foi encerrada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Essa era a dúvida que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas a dúvida é correta, porque, se houvesse sido encerrada a discussão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não teria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com certeza.

Item 6 da pauta, então, tem relatoria do Senador Douglas Cintra.

Senador Douglas Cintra, com a palavra.

Eu pediria aos Senadores para continuarem aqui, porque temos votações nominais.

Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, vou ler rapidinho para os Senadores poderem ficar aqui e votar.

Vem à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o PLS nº 275 de 2014, que modifica a legislação tributária federal (Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996) para redefinir o conceito de país com tributação favorecida, ou seja, paraíso fiscal.

Como já examinado pela CRE, não há vício de competência nem de legitimidade na proposição. O projeto de lei refere-se ao sistema tributário nacional, cuja competência para disciplinar é da União, a teor dos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, ambos da Constituição Federal. Desse modo, a lei federal pode regular o assunto e cabe, pois, ao Congresso Nacional reger a matéria.

No concernente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados ao Executivo (art. 61, § 1º, da CF), de modo que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional e foram seguidas as normas de técnica legislativa apropriadas, em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Nesse sentido, verifica-se que não há incompatibilidade material no projeto, haja vista a medida corrigir distorção na definição de países com tributação favorecida.

Atualmente, são considerados, em regra, paraísos fiscais, de acordo com o ordenamento brasileiro, os países que não tributam a renda ou a tributam em alíquota inferior a 20%; ou cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade.

No entanto, a adoção de um percentual fixo de 20% não é razoável, na medida em que o próprio Brasil tributa a renda, para algumas situações, em nível inferior, como no ganho de capital decorrente da alienação de bens e nos ganhos de aplicações financeiras de longo prazo, cujas alíquotas são de 15%.

A inadequação do critério vigente para definir paraíso fiscal já foi reconhecida por meio da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que acrescentou o art. 24-B à Lei nº 9.430, de 1996, permitindo que o Poder Executivo reduza ou restabeleça o percentual. Ainda assim, a modificação não foi suficiente para corrigir as distorções, havendo potenciais parceiros comerciais na lista de tributação favorecida, o que trava os investimentos mútuos entre essas economias e o Brasil.

A título ilustrativo, entre as principais nações atualmente incluídas no referido rol, consta Cingapura, que é considerado o principal hub (centro de transportes multimodais) na Ásia e terceiro maior PIB per capita do mundo. O país também é uma das principais fontes de investimentos no exterior, atuando por meio de seus fundos soberanos.

Com a modificação dos critérios de identificação de países com tributação favorecida, poderá haver o aumento do intercâmbio comercial e dos investimentos bilaterais entre o Brasil e as diversas nações que indevidamente constam na listagem elaborada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Por isso, é louvável a iniciativa do nobre Parlamentar.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 275 de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Douglas Cintra.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perdão; com a palavra o autor do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se houver convencimento em relação ao relatório do Senador Douglas Cintra, eu não discuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, vamos votar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto.

Está aberta a votação.

Os Srs.Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Advirto os Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que se encontram em seus gabinetes ou em outras comissões que teremos mais três votações nominais, que serão ágeis, pois alguns projetos já tiveram sua leitura feita pelo relatores.

Os Senadores já podem votar no item 6.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Quem vota "sim" vota com o Relator. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quem vota "sim" vota com o Relator. *(Pausa.)*

Todos já votaram? *(Pausa.)*

Faltam dois.

No próximo item, o de nº 7, o Senador Alvaro Dias já apresentou seu relatório. Assim, será somente a votação nominal também.

Todos já votaram?

O Senador Caiado e também o Senador Tasso estão votando. *(Pausa.)*

Todos já votaram? *(Pausa.)*

O Senador Alvaro Dias conseguiu votar?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. *Fora do microfone.*) – Não. A minha senha aqui está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós vamos fechar a votação.

Fechou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, o Senador Alvaro Dias já votou? *(Pausa.)*

Então, está encerrada a votação.

Vou abrir o painel. *(Pausa.)*

Cristovam, é rapidinho aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – O meu computador está com defeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Aqui, não está funcionando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não coloquei a senha. Onde precisa colocar a senha? É minha senha normal? *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Portanto, proclamamos o resultado: 13 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Aprovado.

A Comissão aprova o projeto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu, sem querer ser repetitivo, Sr. Presidente, estou me sentindo um pouco desmoralizado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não! V. Ex^a nunca...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não só eu, mas também outros Senadores aqui.

Já faz mais ou menos dois meses que insistimos na convocação do Procurador do TCU e, até em função do desrespeito do TCU para com esta Casa, do próprio Presidente. Mas o Presidente é o menos importante. Pedimos a convocação do Procurador.

Já foi adiada a votação sobre as famosas pedaladas do Governo pelo menos três vezes, e não conseguimos trazer, até agora, aqui o Procurador do TCU, que já se dispôs a vir aqui outras vezes, falando tanto comigo como com o Senador Ferraço, se não me engano, mas não conseguimos fazê-lo.

Para mim, um assunto importantíssimo está aí sendo tratado, e, infelizmente, não temos sequer a oportunidade de discutir e de ouvir os argumentos do Tribunal de Contas da União.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – E o importante, Sr. Presidente, é que vir aqui o Procurador depois do julgamento não vai adiantar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu pediria encarecidamente a V. Exª que não adiasse mais isso e que exigisse a presença dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso, eu gostaria até de dar uma posição a V. Exª. Tenho uma audiência com o Presidente do Tribunal de Contas da União, atendendo exatamente aquilo que discutimos na última reunião, para que agendemos rapidamente essa audiência pública, conforme solicitação não só de V. Exª, mas também de outros Senadores que têm insistido muito nisso, com justa razão, em função da seriedade do tema.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, que não deixe de ser na semana que vem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Marquei para conversar amanhã com o Ministro Cedraz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O senhor pode marcar a audiência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Aí vou marcar com ele a audiência e comunico a V. Exªs.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é o Ministro que está sendo convidado; é o...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não; os dois. Nós aprovamos o requerimento referente aos dois.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, quero dizer que, em que pese a boa vontade de V. Exª, temos de ser solidários à posição do Senador Tasso Jereissati, porque não há justificativa. Não existe justificativa! A população foi para as ruas, e um dos temas propostos pela população foi o *impeachment* da Presidente, com base exatamente nas pedaladas.

E sabemos que se retarda o julgamento dessa matéria no Tribunal de Contas por interesse do Poder Executivo. Não há nenhuma justificativa também para essa protelação. A protelação do julgamento dessa matéria fica sob suspeição. O Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Senado Federal, desdenha desta Casa. Ora, não há como abdicar de uma função essencial que é a da fiscalização. E nós estamos aqui abdicando dessa função, quando somos condescendentes diante de atos protelatórios praticados lá e aqui. Aqui também houve aprovação, inclusive de uma comissão da Casa, autorizando o Tribunal de Contas da União a adotar um expediente protelatório, dando mais tempo para que a Presidência da República pudesse apresentar justificativas em relação às pedaladas.

Portanto, Sr. Presidente, acho que nós temos que ter maior rigor. Embora V. Exª compatibilize as funções de Presidente desta Comissão e de Líder do Governo, nesse caso, creio que V. Exª deve ser menos Líder do Governo e mais um representante desta Comissão, como seu Presidente, e desta Casa, exigindo que o Congresso Nacional seja respeitado, com pronto atendimento a uma convocação como essa que faz o Senador Tasso Jereissati.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu gostaria também de registrar, Senador Alvaro Dias, que, antes do recesso, nós fizemos uma audiência pública. Tratou-se de um requerimento apresentado aqui, na Comissão, não só com representantes do Governo como com representantes do TCU. E os representantes do TCU apresentaram justificativas para não estar aqui presentes nesta audiência.

Só para fazer justiça, porque quem está nos assistindo e nos acompanhando pensa: "Estão procrastinando." Muito pelo contrário. Esse debate teria sido feito antes do recesso. Lamentavelmente, nós não tivemos a presença de membros do TCU.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, creio que esse ato deve ser mais de convocação do que de convite. É o atendimento a uma responsabilidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, na mesma direção do que fizeram o Senador Tasso Jereissati, o Senador Alvaro Dias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam também e outros. Vários Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Também sou subscritor desse mesmo requerimento.

O que nos preocupa é o precedente, Sr. Presidente, porque há uma convocação deliberada por esta Comissão, e essa convocação não está tendo validade, não está tendo efetividade.

Imagina, Sr. Presidente, que nós tivemos o prazer de receber aqui o Dr. Adams, da Advocacia-Geral da União; recebemos aqui o Ministro Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, na mesma reunião em que gostaríamos de ter feito o contraditório. Não foi possível fazer o contraditório entre aquilo que expuseram aqui os representantes do Governo e os representantes do Tribunal de Contas da União. Ato contínuo esta Comissão, por indicação do Senador Tasso Jereissati, nós votamos aqui uma convocação. Salvo melhor juízo, convocação há mais de 40 dias, e já há correspondência do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira se colocando à disposição.

Então, precisamos de que V. Ex^a marque essa reunião, até para que possamos fazer o cotejo entre aquilo que foi afirmado aqui pelos representantes do Governo e os representantes do Tribunal de Contas da União. Precisamos de que V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, nosso coordenador, que V. Ex^a utilize o seu prestígio e utilize a efetividade da convocação, para que nós possamos fazer esse debate aqui, na Comissão, Sr. Presidente.

É um apelo que faço a V. Ex^a mais uma vez, contando com o apoio de V. Ex^a.

V. Ex^a, aqui, não é o Líder do Governo. V. Ex^a é Líder do Governo lá no plenário. Aqui, V. Ex^a é Presidente de todos os Senadores. V. Ex^a, aqui, cumpre uma missão suprapartidária. Essa é a expectativa que tenho, e V. Ex^a tem se conduzido assim, de forma republicana e democrática nesta Comissão.

Não há mais como adiar, Sr. Presidente, essa convocação. Isso está pegando mal, está abrindo precedentes. Os outros órgãos vão receber convocação desta Comissão e não vão cumprir.

Então, estamos a um passo de nos desmoralizarmos, e V. Ex^a, como Presidente, não pode permitir isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O requerimento do Senador Tasso foi de convocação e foi aprovado pelo Plenário da Comissão. Então, V. Ex^a, como Presidente, não precisa consultar para marcar a audiência: V. Ex^a determina a data e os convocados terão que vir ao Senado. Então V. Ex^a pode definir agora a data da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa, tenho uma audiência marcada com o Presidente do TCU e amanhã comunico a V. Ex^{as} a data...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a não está exercendo a função de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu sou uma pessoa do diálogo, sou uma pessoa que encaminha as coisas todas conversando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas dois meses de diálogo, Sr. Presidente... V. Ex^a dialoga muito tempo!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, eu quero aqui registrar, Senador Flexa, que tínhamos uma audiência pública marcada na última semana antes do recesso. Lamentavelmente, os representantes do TCU não vieram. Depois, passaram-se duas semanas, que foram as duas semanas do recesso. Nós estamos na segunda semana pós-recesso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Terceira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Devagar com o andar que o santo é de barro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Terceira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Terceira é a próxima.

Portanto, comunico a V. Ex^{as} que na semana que vem a data da audiência pública a ser realizada com os membros do TCU, que, quando foram convidados para fazer o contraponto com os dois Ministros do Governo, não compareceram.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então está confirmado na próxima terça? É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou conversar, e a ideia é fazer na semana que vem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito bem, é assim que nós ficamos felizes e animados com V. Ex^a, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Item nº 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria para um ano.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Não, o Item nº 7 já foi visto: a prescrição dos prêmios de loteria para um ano.

O projeto é terminativo, o relatório já foi lido pelo Relator Alvaro Dias na 25ª Reunião, realizada em 11 de agosto.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Não, Sr. Presidente, acho que os colegas se lembram do relatório e da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Está aberta a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

Para proceder à votação eletrônica, basta os Senadores digitarem o código de sete dígitos usado no plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, vota-se "não" ou "sim" para acompanhar o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não" quem concordar com o relatório do Relator, Senador Alvaro Dias.

Pinheiro! Pinheiro!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Falta só um, Pinheiro, só um! Do Senador Fernando Bezerra, o Senador que nos honra, um Senador de qualidade.

Vou encerrar a votação.

Os Senadores estão votando, Pinheiro!

O Senador Pinheiro está tumultuando as reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos! Está tentando esvaziar a reunião. (*Risos.*)

Todos votaram?

Senadora Vanessa.

Eu vou encerrar a votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A Senadora Vanessa sempre tem problemas com as votações. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, é a primeira vez!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Vanessa, votou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O PCdoB é muito atrapalhado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então eu vou encerrar a votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Há um curso agora: Mobral digital...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mobral digital.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Onde está o resultado da votação, Sr. Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Agora, o PT é muito atrapalhado, viu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O quórum é de quinze.

Treze votos NÃO; um voto SIM.

Não houve abstenção.

Portanto, encerrada a votação e já proclamado o resultado: treze votos NÃO; e um voto SIM. A Comissão rejeita o projeto relatado pelo Senador Alvaro Dias.

Item 8, último da pauta, terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já bem analisado pelo Senador Pedro Taques no relatório anterior apresentado nesta Comissão, do qual nos valem, a matéria apresentada refere-se à concessão de incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda, cuja competência para disciplinar é da União, a teor do art. 153 da Constituição Federal. Desse modo, lei federal pode regular o assunto.

No que se refere à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados, de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa relativa ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o Texto Constitucional e o projeto atende à exigência de lei para a concessão de incentivos fiscais, conforme previsto no §6º do art. 150 da CF. Foram também observadas as normas de técnica legislativa apropriadas, porque seguidas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

As únicas ressalvas – com as quais concordamos com o relatório previamente apresentado nesta Comissão – referem-se a pequenos ajustes redacionais. A minuta do projeto de lei, em seu art. 2º-A, estabelece a aplicabilidade para o exercício 2013. Contudo a declaração relativa a este exercício já foi entregue.

Sugere-se, portanto, a modificação na forma da emenda apresentada ao final.

Outro ajuste é para sanar uma contradição. O art. 4º-A proposto pelo PLS faz referência à necessidade de se aplicar as disposições dos arts. 260-C a 260-L da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), aos incentivos fiscais referidos na Lei nº 12.213, de 2010, o que incluirá o incentivo previsto no PLS nº 309, de 2012. No entanto, o art. 260-C do ECA dispõe que as doações podem ser efetuadas em espécie ou em bens, ao passo que o inciso III do §2º do art. 2º-A que o PLS pretende acrescentar à Lei nº 12.213, de 2010, limita a dedução às doações em dinheiro. Sugere-se, desse modo, a exclusão da referência à expressão “incentivos fiscais referidos nesta Lei” e a inclusão da expressão “no que couber”, na forma da emenda ora apresentada.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99 do RISF.

No mérito, não há qualquer reparo, haja vista ser necessário conferir tratamento isonômico às doações realizadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que já podem ser abatidas diretamente do imposto devido no momento da apresentação da declaração de ajuste anual. No regime atualmente em vigor, em relação aos fundos que tutelam os idosos, somente é autorizada a dedução realizada no ano anterior à apresentação da declaração de ajuste.

Se aprovada a proposta, ainda que a doação seja realizada no mesmo ano em que apresentada a declaração, o contribuinte poderá deduzir os valores.

A forma como a dedução poderá ser realizada aumenta os valores destinados aos fundos, pois o contribuinte, no instante em que realiza a doação, já terá conhecimento do montante do imposto efetivamente devido...

É como se o cidadão retirasse o dinheiro que seria destinado à Receita Federal e o destinasse diretamente aos Fundos. Uma medida democrática, visto que o indivíduo escolhe diretamente onde deseja que seu tributo seja aplicado.

Ademais, o benefício social gerado pela medida será muito mais relevante do que a eventual diminuição de recursos da União, pois o projeto prevê a manutenção dos limites atualmente em vigor para o abatimento do imposto.

Plenamente justificada a alteração legislativa para que sejam garantidas a isonomia e a adequada destinação de recursos imprescindíveis ao atendimento de parcela tão carente da população, que é a população idosa, Sr. Presidente.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 309, de 2012, com as emendas a seguir apresentadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso, não vai falar novamente do TCU, não é, Senador? (*Risos.*)

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, o Senador Ricardo Ferraço é um homem de boa-fé. Ele acredita, firmemente, que terça-feira que vem, os nossos convocados estarão aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu acredito porque não posso crer que o Senador Delcídio vá nos desmoralizar coletivamente, na medida em que uma convocação desta Comissão precisa ser respeitada, senão abre precedente para que outras autoridades possam também...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Olha, o Presidente da Comissão está sofrendo *bullying* dos Senadores. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, o pessoal está achando que V. Ex^a é bule, homem de pouca fé. O Tasso está dizendo que Ricardo é de muita fé e que V. Ex^a é bule, de pouca fé; está botando pouca fé nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Estou sofrendo *bullying*.

A matéria está em discussão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu tenho outro requerimento que já fiz. Eu vou votar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vamos encerrar a discussão, Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, eu tenho que dizer que está prejudicado o relatório do Senador Fernando Bezerra, porque ele está votando em causa própria. Então, fica prejudicado. Mas, mesmo assim, vou votar com ele.

Mas eu tenho outro requerimento que foi feito aqui e que V. Ex^a ainda não me respondeu, que é saber o quanto entre incentivos, deduções e isenções de imposto nós já votamos aqui desde o início do ano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós levantamos, Senador Tasso. Eu apresento esse número. Mas eu também estava muito preocupado, achando que era um número assustador e me surpreendi porque os números não são tão elevados, não. Mas vou apresentar isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É importante, porque 90%...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É importante, até para entendermos o que estamos aprovando aqui. Porque, aos poucos, nós vamos chegando a uma situação preocupante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na próxima terça-feira também?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu só queria deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, isso aí eu vou mandar já, diretamente, não precisa nem de terça-feira.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu só queria deixar claro que essa iniciativa do Senador Paulo Paim não amplia o abatimento do imposto de renda, mas mantém o limite do abatimento do imposto. Apenas confere isonomia ao fundo destinado à população idosa, o mesmo tratamento que nós temos com a criança e como o adolescente. Portanto, é uma iniciativa democrática, voltada e mirando a população idosa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito bem. É claro, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Não havendo mais quem queira discutir, eu vou colocar em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Quem vota com o relator vota "sim" ao projeto.

Está aberta a votação, Senadores e Senadoras, pelos computadores.

Para proceder à votação eletrônica basta os Senadores digitarem o código de sete dígitos usado no plenário. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, eu queria fazer uma ponderação a V. Ex^a.

Eu sou o Relator do item 2 da pauta. Essa matéria, de autoria do Senador Pedro Taques, objetiva estabelecer prazo para cumprimento e punição para descumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras, conforme o disposto no art. 1º do PLS.

O art. 2º trata de cláusula de vigência. O relatório está distribuído. Eu estou informado de que há uma intenção de membros da Comissão de pedir vista devido a preocupações do Banco Central.

V. Ex^a sabe que sou um homem de diálogo, de ouvir as pessoas e procurar entendimento, então, antes de ler o relatório, ou em vez de ler o relatório e vê-lo submetido a um pedido de vista, acho que seria melhor retirar de pauta – e é o que solicito a V. Ex^a – e ouvir as razões do Banco Central e de quem mais queira ser ouvido que não se manifestou até agora, para que eu possa preparar um relatório, se não perfeito, pelo menos um relatório o mais próximo do atendimento do que pretende o Senador Pedro Taques e das preocupações que a CVM ou o Banco Central possam ter com relação ao tema quebra de sigilo.

Então, eu pediria a V. Ex^a a retirada de pauta do item 2 para evitar discussões que poderiam demorar mais tempo do que poderemos dispensar, estabelecendo diálogo direto com as partes interessadas e com os Senadores que possam ter dúvidas com relação ao relatório que elaborei. É a solicitação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito sensata a proposta de V. Ex^a, Senador.

Então, vamos retirar de pauta o item 2, e o Banco Central, que está aqui presente, procuraria V. Ex^a para que fosse apresentado um relatório que efetivamente ouvisse também as ponderações do Banco Central. Portanto, o item 2 da pauta está retirado.

Se todos já votaram... Só o Senador Agripino não votou ainda. *(Pausa.)*

Votou? Então, vou encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Catorze votos SIM, nenhum voto NÃO.

Portanto, o relatório do Senador Fernando Bezerra está aprovado, ressalvadas as emendas, como citei aqui.

Quero consultar o Plenário se podemos repetir a votação do projeto para as Emendas nºs 1 e 2 do Relator. Dessa maneira, os Senadores e Senadoras que concordam com essa proposta permaneçam como se encontram, para evitarmos uma votação nominal outra vez, se todos estiverem de acordo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAE.

O item 9 foi retirado de pauta por solicitação do Relator, Senador Benedito de Lira.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. *A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CAS.)*

Passamos agora para o item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil. Recomenda-se para a referida audiência a presença dos seguintes convidados: Eduardo Frade, Superintendente-Geral do Cade; Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central; Leonardo Gomes Pereira, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Murilo Portugal Filho, Presidente da Febraban; e José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Observações:

1. *Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, em entendimentos mantidos com o Senador Ricardo Ferraço, fiz uma sugestão que gostaria de tornar pública aqui na Comissão. O tema que o Senador propõe para a audiência pública é muito relevante, e esta Comissão deve debruçar-se sobre essa questão do mercado de câmbio no Brasil e as possíveis ocorrências de cartelização quando da formação do preço do câmbio em nosso País, em detrimento do setor exportador brasileiro e com prejuízos enormes para esse segmento.

Mas penso que a presença do Diretor de Política Monetária do Banco Central ao lado daqueles que representam as instituições financeiras não seria a melhor maneira de aprofundarmos essa questão.

A minha sugestão, que penso que o Senador Ricardo Ferraço acolheu, é de que, como o Presidente Tombini realiza visitas frequentes ao Senado, de três em três meses, e a próxima já está prevista para o início de setembro, a gente pudesse, nessa próxima visita do Presidente Tombini, trazer também o Diretor de Política Monetária para discorrer sobre esse tema específico da audiência pública. Aí, nós agendaríamos a audiência pública para o dia subsequente, para uma data próxima, com a presença do Presidente do Banco Central e do Diretor de Política Monetária.

Essa foi a sugestão, que entendo que o Senador Ricardo Ferraço acolheu, que eu gostaria de encaminhar como sugestão para alterar os termos do requerimento ora apresentado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, V. Ex^a está de acordo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu acolho as ponderações do Senador Fernando Coelho Bezerra e acho que, na próxima vinda do Presidente Tombini trazendo o seu Diretor de Política Monetária, nós podemos fazer isso em dias diferentes. Acho que a ponderação é bastante equilibrada e eu a acolho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, o requerimento do Senador Ferraço que nós estamos analisando...

Outra ponderação que eu gostaria de fazer se refere à presença do Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Ele tem pouca...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Qual o item, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É o item 10 mesmo.

Entre os convidados está o Dr. Leonardo Gomes Pereira, da CVM. Penso que talvez não seja um convite pertinente, em razão das próprias atividades da CVM. Então, eu queria ponderar um pouco com V. Ex^a sobre isso também.

Nós aprovaríamos todos os nomes – o Diretor de Política Monetária do Banco Centralalaria na audiência pública com o Presidente Tombini – e retirariamos o Presidente da CVM, até em função das atividades da CVM, que, de certa maneira, não são tão intensivas, tão aderentes às atividades dos demais convidados.

É uma solicitação que eu faço a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu a acolho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito. Então...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho que não altera o escopo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O escopo, o objeto da audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... dessa audiência pública, até porque, com a presença, aqui, do Dr. José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, do Dr. Murilo Portugal e do Superintendente-Geral do Cade, que está procedendo a investigações sobre o cartel de câmbio no Brasil, inclusive já com solicitação de acordo de leniência, já com banco admitindo a formação desse cartel, com enormes prejuízos para o esforço do exportador brasileiro. A solicitação de V. Ex^a não altera o escopo. E a presença dos demais convidados vai poder trazer luz e elucidação a esses fatos. Acolho, portanto, a ponderação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, em votação o requerimento retirando-se o Presidente da CVM e com o Diretor de Política Monetária participando da audiência pública do início de setembro com o Presidente Tombini.

Se todos os Senadores e as Senadoras concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 22, apresentado pelo Senador Ferraço.

Eu queria só registrar aos Presidentes, aos Senadores e Senadoras que nós temos várias audiências públicas que estamos votando agora. Portanto, vamos ter que fazer reuniões extras da CAE para dar vazão a essas audiências públicas que estamos aprovando. Portanto, não vamos ter só reuniões ordinárias, deliberativas, da CAE, mas teremos também reuniões extraordinárias para zerar essa pauta de audiências públicas, que são várias e de temas absolutamente necessários.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Audiências públicas no período da tarde?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em princípio, nós faríamos a partir das 14h30, até porque as audiências públicas não têm influência nas votações de plenário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Choca com outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Claro.

Aliás, terça-feira estará acontecendo um enxame de comissões, com tudo funcionando extraordinariamente, o que tem prejudicado muito o trabalho dos Senadores e das Senadoras. A CAE, que é uma comissão que funciona terça-feira, às 10h, pelo Regimento, está sendo atropelada por outras comissões que, em tese, funcionariam outros dias mas estão funcionando às terças-feiras.

Então, é um problema para os Senadores e para as Senadoras, porque há votação para tudo quanto é lado. Hoje, o Walter tinha votação, o Cristovam, e outros Senadores aqui. Ficam-se dividindo e não têm condição de analisar os projetos todos com qualidade e votar também com consciência.

Então, precisamos avaliar isso. Vou conversar com o Presidente Renan, porque, na terça-feira, há uma sobrecarga de comissões, e, na quarta e na quinta, as coisas vão-se esvaziando. Temos de distribuir isso melhor e obedecer àquele rito, àquela programação de realização das comissões.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar a forte mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da Presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade. Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Joaquim Levy, Ministro da Fazenda; Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão; Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central; e Marcelo Saintive, Secretário do Tesouro Nacional.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se o Senador quiser agregar algum comentário adicional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esse requerimento foi feito há alguns meses, no início do ano de 2015. O tempo se passou, e estamos em meio a um forte ajuste nas contas públicas do Estado brasileiro.

Então, considero que, mais que explicar a mudança de orientação de política econômica, talvez fosse o momento de nós recebermos aqui os coordenadores da política econômica para fazermos um balanço do Estado, da arte, do ajuste dos seus resultados, das suas consequências, das oportunidades e ameaças, e até da perspectiva ou não de o Brasil eventualmente perder o grau de investimento, o que traz sérias consequências para a economia brasileira.

Portanto, acho que ajustariamos o escopo, o objeto deste convite aos ministros que conduzem a equipe econômica, a política econômica, a política monetária, e assim por diante, e faríamos um ajuste, das iniciativas adotadas e daquilo que está por vir, na expectativa de que possamos ter um ponto futuro e um horizonte em relação à dimensão da complexidade desse ajuste que está em curso, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pelo que entendi, pelas ponderações do Senador Ricardo Ferraço, a ideia agora seria discutir inclusive o pós-ajuste e as

saídas, um pouco isso. Não sei se o escopo... É interessante, até porque, efetivamente, como bem disse o Senador, as questões iniciais até já haviam sido colocadas aqui de forma separada...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não apenas isso. Também a meta de primário que foi estabelecida e que não vai ser cumprida e que tem de ser revisada...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E foi inclusive revisada no pós-ajuste.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Portanto, coisas que se juntam para a gente discutir, até porque também, Senador Ferraço, ao final deste mês, efetivamente, vamos ter a chegada da peça orçamentária.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E, conseqüentemente, deverá conter, aliás, não só a peça orçamentária, como a outra, mais importante na minha visão, que é o plano plurianual. Portanto,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Veja, Senador Walter Pinheiro: está em operação a estratégia dos chamados *swaps* cambiais, que já custaram ao Estado brasileiro, somente em 2015, R\$57 bilhões. Estamos com a taxa Selic em torno de 14,25%, sem demanda por pressão inflacionária.

Portanto, há uma série de questões, na orientação e na condução econômica, e me parece adequado possamos fazer esse debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Todas essas questões estão na nossa pauta do dia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, eu quero concordar, mas tenho muita divergência quanto a esse negócio de colocarmos três, quatro, cinco, de uma vez, na Mesa, porque a gente termina...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Podemos colocar dois e fatiar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso! Pronto, pois aí, inclusive, perde-se a intervenção. Quem está na Mesa às vezes fala demais, e, com cinco oradores, se cada um falar meia hora, meu irmão, acabou! E a gente perde isso que é correto e V. Ex^a propõe: a gente tentar inclusive interferir. Qual é a nossa contribuição nesse processo agora?

Acho que é importante a gente tentar estudar uma maneira para essa audiência pública, para que a gente pudesse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, podemos fatiar essa audiência pública em duas. Isso nós combinamos a partir da aprovação. Se todos os Senadores concordarem, aprovamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eventualmente, até aproveitando a vinda do Ministro Tombini em setembro, para que a gente pudesse, nessa oportunidade, fazer uma discussão com ele mais ampliada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Combinamos a forma de operar e finalizarmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente.

Portanto, não havendo mais quem queira fazer comentários, vou colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Requerimento nº 23, de 2015, da CAE, de autoria do Senador Ferraço. Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença do senhor Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor Presidente da empresa Sete Brasil, para discutir a situação da

empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-diretores da companhia.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Senador Ricardo Ferraço, V. Ex^a gostaria de fazer algum comentário adicional?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pelos fatos, parece-me que o requerimento é autoexplicativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2015, da CAE.

Item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 25, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atuação da Comissão de Valores Mobiliários frente às denúncias de desvios de recursos da Petrobras, e seus impactos sobre os mercados de capitais, com a presença do Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Leonardo Pereira.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Aí sim, absolutamente procedente.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Também é autoexplicativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Ferraço.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 25, de 2015, da CAE.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) frente aos resultados deficitários apresentados pelos fundos de pensão brasileiros nos últimos dois anos. Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomenda-se a presença do Diretor Superintendente, Carlos de Paula.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Consulto o Senador Ferraço se S. Ex^a quer fazer alguma observação?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, apenas reiterar a possibilidade de nós trazermos aqui o órgão que, em tese, deveria supervisionar os fundos de pensão. A todo momento, a sociedade brasileira é surpreendida com informações, as mais diversas, dando conta de questões que envolvem todo tipo de problema com os fundos. Portanto, trazer aqui o Dr. Carlos de Paula, Diretor Superintendente da Previc, considerando a importância dos fundos de pensão como fontes de financiamento para importante projeto de infraestrutura, e não apenas isso, como fonte garantidor dos fundos atuariais de um conjunto enorme de servidores e trabalhadores, eu acho que nós precisamos debater esse tema aqui na CAE, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

Não havendo quem queira fazer algum comentário, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento do Senador Ferraço.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 26, de 2015, da CAE, relativo à Previc.

Eu gostaria de fazer um registro: a Previc foi criada quando da criação da CPI dos Correios, quando da apresentação do relatório da CPI dos Correios, mostrando que CPI não só investiga, mas apresenta projetos. E a Previc foi criada, fruto das investigações, como conclusão, como consequência da CPI dos Correios.

Passamos, agora, ao item 15.

ITEM 15**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 27, de 2015****- Não terminativo -**

Requer nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para explicar o processo de inspeção, realizado no âmbito do Tribunal de Contas da União, de possíveis irregularidades na execução da política fiscal do Governo Federal, relacionados aos atrasos nos repasses às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, conhecidas como "Pedaladas Fiscais". Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: José Múcio Monteiro Filho, Ministro do Tribunal de Contas da União; e Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público de Contas Junto ao TCU.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

Esse é um tema que já foi amplamente aqui tratado. Portanto, já vou levar diretamente à votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu faria apenas uma consideração, Sr. Presidente, com relação ao Ministro José Múcio Monteiro Filho. S. Ex^a estará votando nessas questões. Portanto, me parece mais adequado que o Conselheiro possa vir aqui, na condição até de relator, após o processo de votação, para que S. Ex^a possa participar desse debate sem que seja eventualmente questionado qualquer tipo de suspeição e para que tenha liberdade do debate aqui.

Portanto, aprovamos o requerimento, mas, evidentemente, ficando resguardado que considero adequado e conveniente a sua vinda após o processo de conclusão, considerando que, em um processo como este, o Conselheiro, o Ministro Conselheiro opera como juiz e que,

portanto, não deve se antecipar aos fatos. *A posteriori*, me parece importante a presença aqui de S. Ex^a o Ministro José Múcio Monteiro Filho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Acredito, Senador Ferraço, que o requerimento que V. Ex^a apresenta está contido no requerimento do Senador Tasso, que V. Ex^a também o subscreveu, quando convoca o Presidente do TCU e o mesmo Procurador. Então, acho que há redundância de audiências.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Faremos uma junção, então...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Isso. Acho que V. Ex^a tem razão, considerando que...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Poderíamos juntar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Perde objeto em relação à...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...já há deliberação acima da convocação. Vou acatar a consideração do Senador Flexa e...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pode considerar, então, prejudicado esse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...vou retirar considerando o compromisso do Senador Delcídio de que, na próxima terça-feira, teremos, aqui, uma audiência para ouvir o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, em votação a retirada do requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 28, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as alterações legais propostas sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes e os seus impactos econômicos. Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Vágner Freitas de Moraes, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Miguel Torres, Presidente da Força Sindical; Hélio Zylberstajn, professor especialista em mercado de trabalho; e José Pastore, professor da FEA-USP.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 11/8/2015, o requerimento foi lido pelo Presidente da Comissão.

A proposta do Senador é para discutirmos esse projeto que já se encontra na Casa.

Com a palavra o autor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Presidente, me parece autoexplicativo. Esse projeto tramita no Senado Federal. É um projeto com elevado impacto no dia a dia da atividade produtiva brasileira. Portanto, a ideia é que esta Comissão possa fazer um debate acerca desse projeto que foi aprovado na Câmara e tramita aqui, no Senado da República. Estamos solicitando um debate sobre a terceirização no formato em que foi aprovado na Câmara Federal para que possamos, inclusive, firmar o nosso juízo de valor. Já tenho o meu juízo de valor,

mas acho que poderíamos ouvir aqui os diversos segmentos em relação a esse tema que me parece inadiável para obtenção de grande competitividade da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Em discussão.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Gostaria, com a permissão do Senador Ferraço, se S. Ex^a concordar, de adicionar a esta lista o Prof. José Pastore...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com muita honra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ...que é um dos grandes especialistas do País, hoje, nesta questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeitamente. Acolho a sugestão do Senador Tasso Jereissati, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Há dois requerimentos mais aqui, Senador Ferraço, para leitura. Não sei se V. Ex^a...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É isso que iria solicitar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ...estará contemplado ou não. Para completar aqui o autoexplicativo de V. Ex^a, há mais um requerimento.

REQUERIMENTO Nº 29, de 2015

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no inciso II do § 2º com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 85 de 2014, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis aos titulares de autorização, permissão ou concessão do Poder Público para instalação de mobiliários urbanos do tipo quiosque, trailer ou feira, que utilizem o automóvel como instrumento de trabalho ou apoio. Solicita-se, para tanto, que sejam convidados representantes das seguintes entidades: Vice-Governador do Distrito Federal; Sec. do Desenvolvimento Econômico (SEDS); Sec. da Micro e Pequena Empresa (SMPES); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Diretor da AGEFIS; e Sr. Luiz Ribeiro, Presidente da Unitrailers.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) –

Adentrará a próxima pauta desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Requerimento também para leitura:

REQUERIMENTO Nº 30

Autoria: Delcídio do Amaral.

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 229, de 2009 – Complementar, que “estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências”.

Há também uma lista de senhoras e senhores indicados como para convidados.

Apresentado, portanto, o requerimento do Senador Delcídio do Amaral. Matéria lida na reunião do dia de hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, eu subscrevo o requerimento do Senador Hélio José. Se puder submeter à votação, agradeço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, o Senador Delcídio pede uma audiência pública para que possamos debater um projeto de que eu tive a honra de ser o Relator, de autoria do Senador Tasso Jereissati, estruturado na direção de construir uma nova Lei de Finanças Públicas em nosso País. Portanto, é um debate importante...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – V. Ex^a está em sintonia com o Presidente da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estou sempre em sintonia com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nem sempre com o Líder do Governo. Mas, com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eu tenho estado em linha.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas a linha não tem cerol.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já é alguma coisa. Quero cumprimentar o Senador Delcídio, porque, ao pedir esta audiência pública, na prática, está sendo diligente com esse projeto, que foi trabalhado a muitas mãos e que tem uma enorme capacidade de contribuir na organização das finanças públicas em nosso País, criando um novo marco nas leis relacionadas à administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Foram convidados, Senador Flexa, para esta audiência pública o Sr. Tarcísio Godoy, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; o Sr. Dyogo Henrique de Oliveira – Secretário Executivo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; representante da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

São esses três nomes apresentados pelo Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro sobre esse requerimento. Vai ser uma reunião técnica. Entendemos que esse projeto é uma matéria alinhada com o que todos pretendemos aqui na discussão da metodologia, das contas, da responsabilidade fiscal. Portanto, é uma pauta fundamental, importante não só para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas para o Senado da República e para o Congresso Nacional. É uma demonstração importantíssima do Senado, dada a relevância da matéria e a possibilidade de construirmos efetivamente uma proposta que é de responsabilidade do Senado, e temos reais condições de aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a que incluísse, nesses convidados, o economista José Roberto Afonso, especialista em Políticas Públicas, para compor essa Mesa. Foi um dos professores, dos cabeças que ajudaram a elaborar esse projeto.

Foi aqui muito bem lembrada, pelo Senador Ricardo Ferraço, a importância da presença dele nesse mesmo debate.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sugestão aceita. O Presidente Delcídio está confirmando aqui que concorda. Nós o tiramos da linha para aprovar, ouviu Ricardo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Delcídio também "em linha" com o Senador Tasso Jereissati, não apenas o Senador Ricardo Ferraço. Está vendo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sintonia. Não é bem linha. Sintonia fina.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Sem cerol.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Só comunicar o Senador Medeiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Walter.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Que há uma...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em linha de tiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Aí é que é pior.

Em sintonia. Deixa o canhão fora disso.

Senador Medeiros, há uma prática adotada aqui nesta Comissão: os requerimentos extrapauta apresentados são lidos e, posteriormente, esses requerimentos serão apreciados pelo Colegiado desta Casa.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, há um requerimento para discutir a crise financeira que os Estados brasileiros atravessam

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Só fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu acho que V. Ex^a ficou agora um pouco fora de sintonia.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu acho que V. Ex^a...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, nós estamos requerendo...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, V. Ex^a pode entregar à Mesa uma cópia?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já está entregue.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então deixa eu ler aqui, Senador Ricardo Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Requerimento do Senador Ricardo Ferraço

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2015

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a grave crise financeira que os estados brasileiros atravessam, bem como discutir possíveis medidas para reequilibrar as contas públicas estaduais. Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomenda-se a presença dos seguintes convidados:

Marcelo Saintive, Secretário do Tesouro Nacional; André Horta Melo, Coordenador do Confaz e Secretário de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte; José Roberto Afonso, Pesquisador do Ibre-FGV; e Raul Velloso, Consultor Especializado em Contas Públicas.

Essa é leitura. Com a palavra, o autor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, na condição de instituição que tem a responsabilidade de debater os Estados do nosso País, somos a instituição responsável – somos os guardiões, por assim dizer – pelos assuntos relacionados à Federação brasileira. Somos aqui representantes dos Estados brasileiros.

Vez por outra nós estamos focando os nossos debates aqui em relação à crise do Governo Federal. Mas essa é uma crise que está chegando fortemente ou já chegou fortemente aos Estados brasileiros.

Há a todo momento, a toda semana, informações do nível deterioração dos Estados Federados. Há o caso do Rio Grande do Sul, enfim, há o caso de outros Estados que começam a atrasar suas folhas de pagamento. Há Estados que perderam grau de investimento por parte das agências de *rating*, como é o caso do Estado de São Paulo, do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte.

Portanto, essa crise que nós vivemos em nosso País não é uma crise específica da União. Ela é uma crise que avança numa intensa velocidade sobre os nossos Estados. E é preciso que nós façamos, portanto, uma reflexão e um debate acerca dessa conjuntura e das alternativas.

Esse debate, parece-me, precisa ser feito de maneira preventiva. Portanto, nós estamos requerendo apoio do conjunto das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para que nós possamos debater a realidade conjuntural e estrutural dos Estados brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero parabenizar o Senador Ferraço. Ele coloca todos esses requerimentos na pauta de hoje, inclusive os que foram votados.

Mas é importante, Senador Ferraço, discutir a crise que já abala os Estados da Federação, que é consequência da crise da União, é um rebate da crise da União nos Estados.

V. Ex^a tem razão: nós aqui no Senado somos representantes dos Estados. Mas eu consulto V. Ex^a se nós não podemos também discutir o rebatimento nos Municípios, que é tão ou mais grave que nos Estados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro que sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, seria só uma ampliação do objeto da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas aí o ideal seria, inclusive, Senador Flexa... Não, acho importante incluir...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fora do microfone.*) – Abre demais.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Talvez o grande problema seja a representação, porque aí temos três frentes que tratam – pelo menos das três de que estou me lembrando, mas se contarmos as outras, deve haver umas 30 frentes – dos Municípios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Antigamente era só a CMN. Aí resolveram fazer... Foram criados para fazer contraponto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Talvez possamos fazer uma reunião com a Frente Nacional dos Prefeitos, com foco específico na realidade municipal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Numa outra audiência. Então, vamos discutir os Estados.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O que eu queria sugerir é que...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... separar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... que separasse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... porque a situação dos Municípios pequenos pobres é a mais grave de todas. 80% das prefeituras do Estado do Ceará, que vivem quase que exclusivamente do...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... FPM.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...FPM.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... FPM vão chegar no fim do ano sem condições de pagar salários. Isso se estende a praticamente todos os Municípios pequenos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ao Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... em que tenha essa dependência. É muito grave, eu não sei como é que vai ser esse fim de ano nos municípios.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esses fundos são mantidos por IPI, são mantidos por Imposto de Renda. Há uma desidratação nessas receitas, que vai impactar não apenas o FPE, como o FPM, e um conjunto relevante de Estados brasileiros, Municípios também, tem nessas fontes as suas principais fontes de financiamento das suas ações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Principalmente os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Principais, não; a principal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Principalmente os Municípios. Estados, nem tanto. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos separar então? Fazer uma audiência...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos separar, vamos separar. O importante é lembrar aqui que, há poucas semanas, no programa do Partido dos Trabalhadores, um dos assuntos que foi colocado como sendo uma grande ação do Governo foi o fato de ele ter dado incentivo de IPI de R\$42 bilhões. Cinquenta e cinco por cento desses R\$42 bilhões foram retirados dos Estados e Municípios.

É importante dar o incentivo para atender a necessidade nas crises, mas que sejam dados – tenho projeto e diversos outros Senadores têm projetos tramitando no Congresso, há até uma PEC, a respeito disso – apenas, e todo ele, na parte que cabe ao Governo Federal, protegendo Estados e Municípios. Eu acho que temos que acelerar esses projetos e aprovar ou o projeto ou a PEC, de tal forma que isso fique consagrado. Não é possível fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos fazer uma separação. Vamos fazer uma separação na audiência, mas quero lembrar a V. Ex^a que, ainda que o programa do Partido dos Trabalhadores tenha falado em incentivo, foi o Senado que derrubou, inclusive, um projeto... manteve o veto, melhor dizendo, a projeto de lei que esse cidadão que vos fala conseguiu aprovar aqui no Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É. V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, portanto o Senado manteve o veto a um projeto... Eu inseri exatamente no projeto de lei que tratou do FPE...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a colocou a...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A questão é que é tanto para Município quanto para Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... Que é importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós aprovamos no Congresso Nacional, foi vetado, e o Congresso Nacional manteve o veto. Portanto, eu acho importante...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a é um Senador diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não sou diferenciado, não. Mas eu estou lembrando que foi o Senado, inclusive, perdemos a oportunidade. O Senado fez a transformação do FPE, e naquele momento, Senador Tarso, inseri, inclusive, um ponto fundamental. Eu usava exatamente este argumento: o Governo Federal pode fazer isenção do IPI, mas a parte que o Governo Federal dá isenção tem que ser abatida da conta que é repassada...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... para fundos de Estados e Municípios. Porque essa é uma lógica. Porque aí, na realidade, não foi isenção do Governo Federal. A isenção foi utilizando recursos de Estados e Municípios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, portanto...só que aí entra a disparidade. A isenção que pune duramente Municípios pequenos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Inviabiliza Municípios, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... termina favorecendo os Municípios grandes. Porque venda de carro, por exemplo, se dá com muito mais incidência em Municípios maiores. Portanto, nem o benefício da venda, da atividade comercial...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ninguém discute a isenção.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente, por isso é que eu estou dizendo que a isenção foi correta, mas a operação posterior, ou seja, o repasse dos recursos oriundos do IPI, agora retirados das contas, esse repasse é que foi inclusive doloroso para Estados e Municípios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, V. Ex^a foi perfeito ao antecipar e colocar no projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas a gente está fazendo o FPE, fazendo um Fundo e não mexe na principal questão que compõe o Fundo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas o importante é fazer, aprovar o novo projeto e, se for vetado, como será, pela Presidente que está por enquanto na gestão da Nação que, ao se discutir o veto, no Congresso, que se faça um destaque, porque agora o líder pode destacar um projeto. Aí destaca-se esse dos valores do Imposto de Renda, e espero que seja derrubado, porque é o que todos os Senadores querem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, nós estamos aprovando um requerimento para discutir ...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com duas audiências.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... a crise dos Estados, incorporando a crise dos Municípios numa outra audiência e adicionalmente nós traríamos os nomes para compor essa segunda audiência.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós estamos fazendo um adendo ao requerimento de V. Ex^a, na realidade, aprovando duas audiências...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... uma para Estados, outra para Municípios. Depois as sugestões e os encaminhamentos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, já fica aprovada a dos Municípios com um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Fica lida a matéria para aprovada no próximo mês.

Senador Delcídio do Amaral, quer usar da palavra ainda?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele está preocupado com a Dilma ainda.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Só para adicionar um fato. Eu estou com uma PEC, esperando ser pautada pelo Senado, justamente nessa direção, em que inclusive colocamos que qualquer isenção de IPI deve ser colocada dentro do contexto de guerra fiscal, porque não é um incentivo dado pelos Estados, mas é um incentivo dado pela União. E todas as vezes que se discute questão de guerra fiscal, vai-se direto no ICM, no ICMS, mas se esquecem esses incentivos. Qualquer incentivo que venha a ser dado, além de ter que ser claramente especificada a compensação para os Estados daquilo que vierem a perder, deve também ser obrigatoriamente aprovado pelo Senado Federal, porque é uma política econômica algumas vezes concentradora.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas nesse caso aí é financiadora, inclusive. Dinheiro de Estados e Municípios financiando a política da União.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Walter, é importante que o projeto deixe claro que não é só um incentivo na crise, mas também um incentivo à instalação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Que seja só da parte do Governo Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É, porque, na prática, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos discutir a matéria na audiência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... concentrada a nossa energia aqui em torno da crise da União, quando, na prática, nós precisamos estender esse debate para a crise avassaladora que os nossos Estados e Municípios estão vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Até porque quem paga é quem está na ponta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Portanto, Presidente Delcídio do Amaral, V. Ex^a tem diante de si uma agenda muito intensa nas próximas semanas e nós contamos com a sua diligência.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Agora, eu só pediria, Senador Ferraço... Nós vamos ter além das reuniões, como eu falei anteriormente, deliberativas, na terça, ou eventualmente até audiências públicas, eu vou marcar nos outros dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está correto V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É importante também nós nos preparamos. Eu vou informá-los sobre a agenda das audiências previamente, até para os senhores também se programarem. Isso porque é muito ruim fazer audiência pública e aí estou eu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está correto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... os convidados e não há ninguém nem para perguntar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está correto V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu acho que precisamos, para aproveitar bem essa agenda ... Acho que essa é uma agenda, dentro do que foi discutido na semana passada, uma agenda do País. A Comissão de Assuntos Econômicos talvez seja a maior protagonista dessa agenda. Então, nós precisamos não só implementar essas agendas, mas fazer com que elas tenham consequências, sob o ponto de vista legislativo, porque isso é fundamental. Não adianta só fazer audiência pública, mas também fazer com que ela tenha desdobramentos dentro do processo legislativo, e, ao mesmo tempo, que conte com a presença dos Senadores. Fazer audiência pública só com o Presidente, sem ninguém sequer para perguntar, fica muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – V. Ex^a bate o escanteio e faz o gol de cabeça.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu trarei na outra reunião, na próxima terça-feira, requerimento tão urgente quanto todos esses para discutirmos a crise na construção civil, em especial no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na reunião passada, tive uma conversa com o Senador José Pimentel, que me disse que desconhecia o atraso no pagamento das empresas de construção civil do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trouxeram-me do gabinete a página do jornal que acusava, no Pará, o atraso de 90 dias, quebrando as empresas, parando as obras. Isso é no Brasil inteiro!

Houve uma reunião, Senador Walter, li no jornal de hoje, na CBIC, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, para discutir esse assunto. Ao final da reunião, não se chegou a nada, ou seja, não houve por parte do Governo nenhum compromisso de pagamento próximo. Então, acho que esse assunto deve ser debatido aqui, trarei o requerimento na próxima terça-feira.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Inclusive, Senador Flexa, se V. Ex^a concordar, acho que poderíamos convidar o Presidente da CBIC, a Diretoria da CBIC, para vir falar sobre isso, porque é um tema muito relevante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Esse será o primeiro da lista.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Delcídio, V. Ex^a deseja falar mais alguma coisa, suas considerações finais?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, só agradecer aos Senadores e Senadoras por mais esta reunião da CAE, principalmente pelo brilhantismo com que se conduziu o Senador Pinheiro não só como relator de matérias, mas como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, esta é a única Comissão que tem dois Presidentes ao mesmo tempo, siameses.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Irmãos siameses.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Coelho saiu da toca e chegou no final...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É o requerimento que apresentei, convidando o Professor Paulo Rabello de Castro para uma audiência pública aqui na Comissão. No entendimento com a Secretaria da Comissão, parece que há duas datas sugeridas, o dia 22, se não me engano, e o dia 28 de setembro. Então, eu queria que fosse dado por lido.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se V. Ex^a não chegasse rápido como um coelho, perderia, inclusive, a leitura. Portanto, vou registrar aqui...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Porque não se pode ler requerimento, Senador Fernando Bezerra, sem o autor estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) –

REQUERIMENTO Nº 32

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Requer, nos termos do art. 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema “Lei Emergencial de Controle Orçamentário” para que esta Comissão, no exercício de sua competência, ouça a proposta do Movimento Brasil Eficiente para a superação das atuais dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro, em suas três esferas. Sugere-se como convidado o Sr. Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil

O requerimento de V. Ex^a foi lido e será inserido na próxima pauta.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, sendo convocada nova reunião para a próxima terça-feira, na mesma hora.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e três minutos, do dia oito de julho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. ITEM 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Fátima Bezerra. Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 2 – EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2003 - Complementar - Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Relatório: Pela aprovação das Emendas nºs 3-PLEN, 4-PLEN, 5-PLEN, na forma das Subemendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável às Emendas nºs 3-PLEN a 5-PLEN, com as 3 (três) Subemendas da CAS, ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003 - Complementar. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 3 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Bauer. Altera a Lei Complementar

nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador José Pimentel. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Wilder Moraes. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto. Relatoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-T, de prazo regimental, apresentada pelo Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo); e contrário à Emenda nº 1-T, de prazo regimental, do Senador Sérgio Souza. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Relatoria: Senadora Regina Sousa. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, de 2013 – Não Terminativo - Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Dispõe sobre autoprograma de saúde ou cartão saúde. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2013. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2013. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013 - Terminativo – Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro

de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Vicentinho Alves. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em turno único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Pedro Taques. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014; e pela rejeição da Emenda do Senador Roberto Rocha. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014, e rejeitada a Emenda do Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Jorge Viana. Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto salarial, quando o empregado faltar ao trabalho em decorrência de manifesta e evidente paralisação total do transporte público. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2014. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Marcelo Crivella, Otto Alencar, Eduardo Amorim, e as Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia, Regina Sousa, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de cinco itens não terminativos e cinco itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009.

Observações:

- Votação simbólica.

A Senadora Fátima Bezerra não se encontra ainda. Eu peço ao Senador Paim que, como Relator *ad hoc*, proceda à leitura do relatório do item 1.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu gostaria muito, porque é um projeto no qual venho trabalhando há muitos e muitos anos. Acontece que eu sou o autor.

A Senadora Gleisi Hoffmann poderia fazer o relatório em nome da Senadora Fátima Bezerra. É um projeto que foi amplamente discutido, não tem polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem toda a razão.

Eu então concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom dizer que o próprio MEC já liberou quanto à decisão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nem poderia V. Exª relatar.

A culpa é do Presidente. (Risos.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é uma boa culpa. Se deixasse eu relatava mesmo. (Risos.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sem culpas. Vamos lá então.

Em exame nesta Comissão, o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 03, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, do Senador Paulo Paim.

A matéria, encaminhada à Câmara dos Deputados, foi examinada anteriormente nesta Comissão, em caráter terminativo, tendo sido aprovado parecer da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

Tinha passado antes, nesta Casa, pela análise criteriosa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na Casa Revisora, em análise da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição foi modificada em cinco aspectos relativos ao mérito, além de ter sido alterada pontualmente em sua redação. Também houve uma alteração, decorrente de emenda, na Comissão de Constituição e Justiça.

A alteração mais relevante, em nosso entendimento, ocorreu no *caput* do art. 3º, em que o exercício da profissão de historiador era definido como “privativo”, no texto aprovado nesta

Casa e, no Substitutivo que recebemos da Câmara, passou a ser apenas “assegurado” aos profissionais elencados nos incisos do referido artigo.

Como segunda alteração, foi incluído inciso para permitir o exercício da profissão de historiador àqueles que trabalham nessa condição há pelo menos cinco anos.

Em terceira intervenção, foi assegurado o exercício da profissão às pessoas “portadoras de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, que tenha linha de pesquisa dedicada à história”.

Para assegurar a autonomia universitária, tema da quarta alteração, foi retirada a menção ao magistério no ensino superior, como atribuição dos historiadores. Dessa forma, preserva-se a prerrogativa das instituições universitárias de definir o perfil dos docentes que nelas atuarão.

Finalmente, na primeira Comissão a examinar a matéria na Câmara dos Deputados, houve alteração no art. 5º da proposição. No texto do Senado, o provimento e exercício de cargo, funções ou empregos de historiador exigiria a apresentação obrigatória de diploma. O Substitutivo aprovado, por sua vez, prevê a exigência de comprovação de registro profissional.

Na Comissão de Constituição e Justiça, finalmente, foi acatada emenda, que teve oportunidade de apresentar na condição de então relatora, que modifica o art. 7º da proposta prevendo que “o exercício da profissão de historiador requer prévio registro junto à autoridade trabalhista competente”. Retira-se, dessa forma, a referência à Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego.

São, portanto, seis as mudanças de mérito que precisam ser analisadas.

Análise.

Como já se afirmou no parecer anterior deste Colegiado, nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre proposições que versem sobre condições para o exercício de profissões.

Sob o aspecto formal e material, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no conteúdo das alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados. Sem dúvida, o trabalho revisor detectou alguns aspectos que merecem ser reformulados em relação ao projeto original.

Quanto ao mérito, então, firmamos entendimento favorável às modificações propostas.

Em primeiro lugar, houve modificação substancial no que se refere à natureza “privativa ou não” da faculdade de exercer a profissão de historiador. A Câmara entendeu melhor apenas “assegurar” o exercício dessa profissão aos profissionais relacionados nos incisos do artigo citado. Em nosso entendimento, essa redação é mais branda e evita a criação de uma reserva de mercado para os historiadores, pois permite que outros profissionais da área de ciências humanas, principalmente, possam também exercer as mesmas funções e prerrogativas.

O Substitutivo, diferentemente da proposta original, faculta o exercício da profissão de historiador àqueles que já a exercem há pelos menos cinco anos. Trata-se de uma correção justa, frequente nas regulamentações de profissões, no sentido de preservar direitos adquiridos e valorizar profissionais que já se encontram no mercado de trabalho, em exercício da profissão que se pretende regulamentar. É o caso, bem lembrado na CTASP da Câmara, dos professores de história do ensino fundamental: muitos são formados em outros cursos da área de ciências humanas.

Outra situação específica, considerada no Substitutivo da Câmara, diz respeito aos portadores de diploma de mestrado e doutorado, obtidos em programas reconhecidos pela Capes, que tenham linha de pesquisa associada à história. Nada mais justo, levando-se em

conta que o conhecimento já não respeita as linhas rígidas do passado. Há a História do Direito, a História da Literatura, a História Econômica e assim por diante.

Na sequência, a quarta modificação introduzida pela Comissão da Câmara retira a referência ao “magistério superior”, que constava entre as atribuições dos historiadores. Essa ideia nos parece relevante, pois diminui as áreas de atrito e a insegurança jurídica no âmbito universitário. Muitos historiadores poderiam fundamentar nesse dispositivo a existência de uma área privativa desses profissionais e questionar decisões administrativas e pedagógicas das instâncias universitárias.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Além disso, houve alteração no art. 5º da proposição. No texto do Senado, o provimento e exercício de cargo, funções ou empregos de historiador exigiria a apresentação obrigatória de diploma. O Substitutivo aprovado, por sua vez, prevê a exigência de comprovação de registro profissional. A mudança é plenamente justificável tendo em vista que a legislação exigirá prévio registro, perante a autoridade trabalhista competente, para o exercício profissional.

Finalmente, a emenda de minha autoria na Câmara dos Deputados, altera a exigência de prévio registro para o exercício da profissão de historiador. No texto original essa formalidade seria realizada junto à Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego. Ocorre que essa referência a um órgão administrativo implicaria ingerência em questões que são de competência exclusiva do Poder Executivo. Técnica e juridicamente melhor, então, que se registre na Lei apenas a expressão “perante a autoridade trabalhista competente”.

Voto.

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Paulo Paim.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, para discutir.

Eu acho que nós criamos um avanço aqui: essas matérias todas são destinadas ao veto da Presidenta. Sempre que bate no Ministério da Educação, eles, não adianta, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu solicito a atenção obsequiosa dos eminentes Senadores e assessores desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, a Vanessa precisa de uma repressão por escrito; à campanha, ela não obedece.

O fato é o seguinte, Sr. Presidente: no caso, esses projetos estão destinados ao veto. E destinados ao veto porque o Ministério da Educação diz o seguinte: "Nós já não temos professor; regulamenta a profissão de professor de Física, de História, aí, o professor de Português não pode dar aula de História, o professor de Matemática não pode dar aula de Física."

E, finalmente, nós encontramos um caminho, e eu até parablenizo a Senadora Gleisi, que é regulamentar sem criar nicho, sem prejudicar os alunos. O Supremo até decidiu, recentemente, que o Estado deveria apenas regulamentar três profissões ligadas à vida: direito, liberdade; engenharia, segurança; medicina, saúde. As demais seriam abrangidas pelo artigo 5º, que é a livre expressão.

Porém, os profissionais, vamos dizer assim, eles nos pedem, quase que nos obrigam a regulamentar suas profissões – regulamentar suas profissões –: geólogos, físicos, químicos e tal; não só estes, mas também vaqueiros, cantadores de forró, enfim, todos.

Talvez, hoje, a gente tenha encontrado um caminho: regulamentar. Porque se criam conselhos, defendem-se salários, níveis, pisos, reajustes, mas é importante que essas categorias lembrem-se de que não se pode cercear o emprego ou a atividade de outros que, embora não tendo aquela formação acadêmica tradicional, têm a vocação, a índole, a inteligência, o dom, a arte para exercer aquela função.

Então, eu vou votar favorável, Sr. Presidente. E acho até que, com esse entendimento, com essa genialidade política, possivelmente a Presidenta não vete.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, para um comentário rápido, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu agradeço a rica sinonímia com que V. Ex^a encaminha o seu voto.

Com a palavra, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra. Ela trabalhou nesse projeto quando era Deputada, foi ela quem emitiu o parecer na Câmara; aqui no Senado, ela discutiu amplamente, inclusive com o MEC, e, segundo a recomendação que tenho aqui do MEC, nada a opor à aprovação, pela forma do substitutivo que ela construiu. Depois de um debate amplo com a sociedade, durante quase dez anos, nós chegamos hoje a uma redação que estou convicto de que não será vetada, até pela posição do MEC, que vai no mesmo sentido e não engessa. Ela contemplou os historiadores, que queriam a regulamentação, e também aqueles outros setores que dão aula de História, que são especialistas na matéria há anos. Então, houve um amplo acordo com todo o setor, e é por isso que o MEC diz que não há nada a opor à aprovação.

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, pelo projeto que ela apresentou. A Senadora é especialista na área e, com certeza, o substitutivo está muito melhor do que o projeto original, que eu apresentei a pedido dos historiadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Modéstia de V. Ex^a.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o presente projeto, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Fátima Bezerra, lido, como Relatora *ad hoc*, pela Senadora Gleisi Hoffmann.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009.

A matéria vai à Secretaria da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me, só por uma questão de justiça. Eu sei que a Senadora Gleisi Hoffmann é muito zelosa para dar um parecer e tem um cuidado enorme. E ela aqui leu *ad hoc*, confiando no relatório da Senadora Fátima Bezerra e na boa intenção deste Senador. Assim, não há como não a cumprimentar também pelo relatório *ad hoc*.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não haveria como ser de outra forma, não é, Senador Paim? Confio plenamente em V. Ex^a e na Senadora Fátima. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a é sempre muito cuidadosa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a presença da Senadora Gleisi Hoffmann.

ITEM 2

EMENDA (S) DE PLENÁRIO NºS 3 A 5 AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2003 - Complementar

Ementa do projeto: Regulamenta o §4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação das Emendas nºs 3-PLEN, 4-PLEN, 5-PLEN, na forma das Subemendas que apresenta.

Observações:

- Em 1º.03.2007, foram oferecidas 3 (três) Emendas ao Projeto em Plenário (Emendas nºs 3 a 5-PLEN).

- Em 04.07.2007, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável à Emenda nº 3-PLEN, com a Subemenda-CCJ; favorável à Emenda nº 4-PLEN, com a Subemenda-CCJ; e contrário à Emenda nº 5-PLEN.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir a leitura de seu relatório, desenhando esse novo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sim, senhor, Sr. Presidente.

Realmente, é um projeto que tramita desde 2003. Já teve diversas emendas, muita reuniões, até que chega a este momento em que nós vamos votar apenas aprimoramentos finais realizados por ocasião da sua passagem pelo Plenário do Senado Federal.

Sr. Presidente, eu não vou tecer aqui comentários sobre todas as emendas, pois é muito longo. Eu vou direto para a análise do projeto e para o voto.

Análise.

O Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003 – Complementar destina-se a regulamentar a disposição do art. 40, §4º, inciso I, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005, que autoriza a adoção, nos termos definidos em leis complementares, de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência titulares de cargos efetivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Na inteligência do referido dispositivo constitucional, afigura-se, de plano, correta a opção pela modalidade de projeto de lei complementar para a regulação da matéria. A proposição, de acordo com as referidas disposições constitucionais, tem por objetivo a edição de lei complementar de âmbito nacional, a ser observada pela União e os entes.

Dessarte, não se aplica ao projeto a disposição do art. 61, §1º, inciso II, alínea "c" da Constituição Federal, que determina a competência privativa do Presidente da República para a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre servidores públicos da União e Territórios e sua aposentadoria, tendo em vista que tal reserva de iniciativa relaciona-se com as prerrogativas do Presidente, como Chefe da Administração Federal, referindo-se a projetos legislativos circunscritos à União e Territórios.

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006, destina-se a regular matéria relativa à aposentadoria dos servidores públicos de todos os entes federados, não apenas da União e Territórios. Assinala-se, portanto, a propriedade da apresentação do projeto em questão por Parlamentar, restando configurada sua constitucionalidade.

Na avaliação do projeto quanto à juridicidade, inexistem reparos a serem feitos, pois se ajusta cabalmente ao ordenamento infraconstitucional, em especial à Lei nº 7.070, de dezembro de 1982, expressamente mencionada no §1º do art. 1º da proposição.

De fato, o benefício de pensão especial, concedida por meio daquele diploma legal aos portadores da síndrome da talidomida, tem, na referida lei, natureza explicitamente declarada de verba indenizatória. Portanto, cumulativa com eventuais benefícios previdenciários, como aquele que trata a proposição.

Com respeito ao mérito, é inegável a justiça do projeto, tendo em vista que esse representa, por parte do Poder Público, o merecido reconhecimento ao esforço extraordinário executado pelos servidores acometidos da síndrome da talidomida no desempenho de suas atividades laborais. A proposição concede aos servidores públicos vitimados pela mencionada deficiência vantagem em relação à regra geral aplicada para a concessão de aposentadoria voluntária.

De acordo com a disposição do projeto, os servidores portadores da síndrome da talidomida poderão aposentar-se, voluntariamente, após 20 anos de contribuição, a despeito da regra geral de 35 para homens e 30 para mulheres. Adicionalmente, é suprimido o requisito da idade mínima para essa forma de aposentadoria, mantendo-se, no entanto, a exigência de dez anos de tempo mínimo de efetivo serviço no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006, Sr. Presidente.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Marcelo Crivella.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável às Emendas de nº 3 a nº 5 de Plenário, com as subemendas da CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003, complementar.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu não quis falar antes para não atrapalhar o processo de votação. V. Ex^a foi muito célere e isso foi bom. Eu quis acompanhar o seu raciocínio.

Eu quero elogiar aqui a iniciativa do Senador Valadares e o relatório do Senador Marcelo Crivella. Havia uma expectativa muito grande sobre esse projeto por parte dos servidores públicos, para assegurar a eles também, como é assegurado na área privada, desde que eles atuem em áreas consideradas penosas, perigosas e insalubres, enfim, num trabalho considerado especial, que eles também possam ter direito à aposentadoria especial.

Então, eu cumprimento tanto o autor, o Senador Antonio Carlos Valadares, como também o Relator, o Senador Marcelo Crivella, pela aprovação do projeto com as emendas.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta do item 3, Projeto de lei Complementar 123, com alteração por dois projetos do Armando Monteiro e da Vanessa Grazziotin. E faço isso em solicitação ao atendimento que me foi feito pela Senadora Vanessa Grazziotin. Portanto, peço que retire de pauta o Item nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar, eu indago a V. Exª se se trata do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É o 246, que altera a Lei Complementar nº 123, de 2006. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite usar da palavra rapidamente, quero apenas agradecer ao Senador Otto, que é o Relator da matéria, porque esse projeto é de minha autoria e foi pensado a inúmeros outros projetos que tramitam na Casa.

Nós já fizemos audiências públicas para tratar especificamente do assunto relativo ao projeto de minha autoria. Está aqui o Senador Moka, que relembra que conduziu inúmeras audiências públicas para debater o tema.

Eu apresentei um requerimento junto à Mesa do Senado Federal, pedindo o desapensamento. Então, já que o Senador acatou e retirou o projeto, é uma semana que temos para que a Mesa decida se o projeto será desapensado ou não.

Então, eu quero agradecer enormemente a compreensão do Senador Otto por atender esse pleito, que consideramos fundamental e importante.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin, a decisão sobre se será desapensado o projeto ou não é, em princípio, desta Comissão e não da Mesa do Senado Federal. V. Exª realmente solicitou à Mesa do Senado, que nos encaminhou o Expediente, colocando à disposição desta Comissão a decisão. E a decisão, na forma do art. 412, do Regimento, inciso IX, é por maioria da Comissão. Mas, como o Senador Otto Alencar, Relator, pede a retirada do projeto apensado por alguns dias, por uma sessão desta Comissão, assim o faremos. E a decisão quanto ao desapensamento ficará, portanto, para a próxima reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço muito a V. Exª. Quero dizer que eu imaginei errado. Fui orientada de forma equivocada, achando que caberia a decisão sobre o desapensamento à Mesa. V. Exª informa que é a esta Comissão. Então, acho que o encaminhamento que V. Exª dá contempla a todos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª não estava errada. É apenas um ligeiro equívoco, nunca um erro.

Item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-T, de prazo regimental, apresentada pelo Senador Sérgio Souza.

Observações:

- Durante prazo regimental, o Senador Sérgio Souza apresentou 1 (uma) Emenda ao Projeto.
- A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Em razão da ausência... A Senadora está presente.

Senadora Regina Sousa, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu vou dispensar a leitura total, porque hoje nós estamos em várias Comissões, correndo, a não ser que os Senadores queiram.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria só fazer um comentário e depois passar para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª é soberana na emissão do seu parecer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Às vezes, pode ser que os Senadores queiram a leitura total.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em seguida, concedo a palavra a V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Esse projeto, como foi apresentado, obriga a família a levar a criança para fazer exame de vista para poder matricular. Então, isso iria inibir a matrícula escolar. Inclusive, conversei com pessoas do MEC e apresentei substitutivo no sentido de que a escola, de que o Programa Saúde na Escola, que já existe, inclua esse item para que sejam realmente feitos os exames, porque a gente sabe que crianças apresentam dificuldades, mas podem ser feitos na própria escola, levando um oftalmologista – já fiz isso quando era gestora no Estado do Piauí.

Então, estou apresentando um substitutivo para passar essa tarefa para a escola, para o Poder Público dentro do Programa Saúde na Escola. Basicamente é esse o artigo que apresentei como substitutivo:

“Art. 4º

.....

Parágrafo único. Entre os programas suplementares de assistência à saúde a que se refere o inciso VIII será priorizada a identificação e a correção de problemas visuais e o acesso a recursos ópticos, não ópticos e ajudas técnicas.”

Dentro do Programa Saúde na Escola, que já existe hoje, inclusive há o Olhar Brasil, que trata dos adultos no ensino de jovens e adultos, isso seria feito.

Então, eu entendo que, dessa forma, a gente contempla a intenção do autor e não inibe a matrícula. Porque o pai vai dizer: "Para matricular uma criança tem que levar um atestado que ele tem boa visão ou que ele precisa de...". Então, isso poderia prejudicar. Eu conversei com o pessoal do MEC, inclusive, para redigir esse substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Cumprimentos à Senadora Regina Sousa pela objetividade de seu parecer.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria repetir esse elogio à Senadora Regina e também fazer uma solicitação a V. Exª. Como isso é questão pacífica, quero cumprimentá-la, porque a saída encontrada por ela no substitutivo, na emenda, foi adequada a uma realidade. Isso ficou, para mim, perfeito. Eu quero cumprimentá-la.

Queria sugerir a V. Exª, Senador, que nós invertêssemos a pauta logo depois da votação dessa matéria, por conta da questão dos terminativos. Porque já foram apresentados, já foram lidos os itens. A partir do item 6, são todos terminativos e nós temos quórum para essa deliberação.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, questão de ordem.

O item 5, de nossa relatoria, estamos prontos para relatar, sendo objetivos, seguindo o exemplo da Senadora Regina Sousa e, também, atendendo o pedido da Senadora Ana Amélia. Gostaríamos de relatar logo em seguida, Sr. Presidente, já que temos muitas outras Comissões.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador, só um elogio.

Senadora Regina, eu também tive essa experiência. Fui professor durante 15 anos e é comum, o professor percebe na sala de aula quando a criança tem dificuldade. Então, eu a cumprimento pela opção que deu, sem prejuízo, e alcançou o objetivo do hoje Conselheiro, ex-Senador Vital do Rêgo. Parabéns pela alternativa, que só vai contribuir com a família, com a criança e com os professores, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Regina Sousa.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado 483, de 2011, na forma da Emenda nº 2–CAS (Substitutivo), e contrário à emenda nº 1-T, do Senador Sérgio Souza.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, de 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre autoprograma de saúde ou cartão saúde.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2013.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, o Projeto de Lei nº 467, de 2013, dispõe sobre o autoprograma de saúde ou cartão saúde.

Sendo objetivo, Sr. Presidente, esse projeto visa criar um cartão desconto para que os clientes possam utilizar com o prestador de serviço em valores referenciados em tabelas. Trata-se de uma intermediação de desconto em consultas médicas, por meio de empresas ou associações que oferecem cartões de desconto e são mantidas por meio de mensalidade de seus clientes.

O Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Odontologia, todos os dois... O Conselho Federal de Medicina publicou, em 2002, a Resolução nº 1.649, que considerou a participação de profissionais, de médicos, como antiética, sendo eles proprietários, sócios, dirigentes ou consultores de empresas de cartão de desconto, bem como o Conselho Federal de Odontologia também, através da Resolução de nº 77, de 2007, que dispõe sobre desconto exatamente de honorários odontológicos através de cartão de desconto. Ambos os conselhos e também o Código de Ética Médica veda ao médico estabelecer vínculos de qualquer natureza com empresas que anunciem ou comercializem planos de financiamento, cartão de descontos ou consórcio para procedimentos médicos.

Verifica-se, portanto, uma infração, segundo os conselhos, que têm alertado que o sistema de desconto em consulta não apresenta garantias assistenciais mínimas e não se responsabiliza pela integralidade da saúde do paciente, que fica vulnerável diante de situações que exigem outros encaminhamentos de maior complexidade, a exemplo de exames mais sofisticados ou procedimentos mais sofisticados.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela rejeição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, me permita um comentário rápido sobre...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, para discutir o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, primeiro para explicar a todos que isso é uma iniciativa popular. Ela chega à Comissão de Direitos Humanos, e o Relator, que foi indicado lá, provavelmente por nós, dá o parecer sobre a iniciativa. O mérito é discutido em cada Comissão, porque isso aqui é uma SUG, não é uma iniciativa deste ou daquele Senador.

Consequentemente, eu quero aqui, com a maior tranquilidade, dizer que eu acompanho o Relator, porque, no mérito, eu sou contra. Eu garanti a tramitação por conta de uma iniciativa popular que chegou com 20 mil assinaturas, mas, quanto ao mérito, eu também sou contra e acompanho o Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que Senador Eduardo Amorim... É claro que isso não é possível, não é salutar, é antiético, isso só vai criar problemas, não vai trazer nenhum benefício, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir o presente projeto, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Amorim, pela rejeição do projeto.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer do Relator.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado 467, de 2013.

A matéria vai à Secretaria da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013

- Terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Relator, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o Ministério do Turismo, que não é contra o projeto, que quer assegurar que a esses profissionais seja dada mais segurança, me fez um apelo ainda no dia de ontem e eu me comprometi, aqui, a oralmente fazer o pedido. Eles querem fazer alguns ajustes na redação final, para assegurar a proteção devida a esses profissionais que salvam as nossas vidas. Assim, Sr. Presidente, eu peço para retirar de pauta, no caso, a pedido deste Senador, que é Relator, para que a gente construa, de repente, um entendimento. Segundo eles, poderá até voltar à pauta já na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Atendida a solicitação de V. Ex.ª.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2013

- Terminativo -

Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- *Em 20.05.2014, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.*

- *Em 24.06.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.*

- *Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

- *Votação nominal.*

Consulto a Relatora se gostaria de fazer alguma consideração adicional a respeito de seu relatório lido anteriormente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente Edison Lobão, caros colegas Senadoras e Senadores, este é mais um projeto, esta Comissão está votando projetos de iniciativa do nosso Ministro Vital do Rêgo, que foi muito produtivo na Comissão de Assuntos Sociais, com iniciativas relevantes no aspecto social.

Apenas para reafirmar, nós fizemos um substitutivo para ajustar adequadamente o estabelecimento dessa política pública que, claro, aprovado aqui, depois será submetido à regulamentação e, aí, os detalhes técnicos a respeito dessa matéria.

Na verdade, como disse V. Ex^a no enunciado, ele quer dispor de critério diferenciado para avaliação e incorporação de medicamentos órfãos. O que são medicamentos órfãos? São aqueles destinados a pessoas com doenças raras. Não são medicamentos que estão no mercado, disponíveis para uso geral, coletivo, para tratar de doenças cardíacas, ou de outra natureza, ou oncológico; doença rara mesmo. Então, aquele medicamento é específico para aquele paciente. Ele trata, exatamente, de criar uma política pública para a inclusão desses medicamentos nas políticas oficiais e públicas.

Também especifica que, na definição e no reajuste do preço de medicamento órfão, a comparação de preço deverá se restringir aos medicamentos dessa categoria. Porque você não pode comparar um produto de uma natureza com outro de outra natureza. Então, na especificação, também dá normas de importação, no caso, dando preferência, na escolha, para pacientes que tenham essas doenças raras, no uso desses medicamentos independente da autorização da autoridade sanitária, porque ela vem diretamente àquele paciente. Então, nesse substitutivo é esclarecido detalhadamente.

Eu queria agradecer à Liderança do Governo, que liberou a Bancada para votar esta matéria.

De novo, exalto a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que foi muito relevante. Nós estamos discutindo muito na Comissão de Assuntos Sociais, na Presidência do Senador Moka, na Presidência do Senador Jayme Campos, essas questões relacionadas a doenças raras.

Agora, então, eu queria a aprovação desse substitutivo, que faz algumas alterações. Não sei se há a necessidade de ler todo, são duas páginas,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Já foi lido na reunião anterior.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... se há necessidade disso. Penso que está explicado no preâmbulo.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^a.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado 530, de 2013, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que votarão pelo parecer da Relatora, Senadora Ana Amélia, responderão "sim". Os que pretenderem se manifestar contra o relatório, votarão "não".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a Relatora, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ana Amélia, Relatora, já votou.

Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a Relatora. Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone.*) – "Sim", com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Cumprimentando a Relatora, quero dizer da importância desse projeto. No meu Estado, o Estado de Goiás, há a xeroderma, que é uma doença rara. E eu tenho certeza de que esse projeto vem dar amparo legal à portaria, pois nos dá a segurança de termos essa atenção a esses pacientes, que sofrem muito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a Relatora.

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

O projeto foi aprovado, por unanimidade, em turno único.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado. Poderão ser oferecidas emendas, ainda, no turno suplementar. Vedada, todavia, a apresentação de novo substitutivo. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, estamos na fase de votação, em caráter terminativo, dos projetos que temos. Todavia, já não temos mais o quórum para votação. Nesse caso, como os projetos anteriores já tiveram os seus pareceres lidos, seus relatórios, nós temos o último projeto, que é do Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa.

Pergunto ao Senador Otto Alencar se V. Exª pode permanecer mais alguns minutos.

Voltamos a ter quórum. (*Pausa.*)

Hosana nas alturas! (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Hosana, Petecão!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quórum. Nunca confundir com corrosivo. (*Risos.*)

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 03.06.2014, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

- Em 06.05.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Foi lido o relatório nesta Comissão. Portanto, eu pergunto ao Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Objetivamente, Sr. Presidente, os planos de saúde querem excluir e considerar como doença preexistente malformação congênita. Quer dizer, é um absurdo isso do ponto de vista... O cidadão é excluído antes mesmo de nascer, porque, na malformação congênita, o indivíduo nasce com a doença.

Então, o projeto do Senador Vicentinho tem um mérito muito grande. E o que eu procurei fazer aqui foi que, mesmo quando o plano de saúde, a empresa, for dizer que é uma doença preexistente, tem que justificar o não atendimento ou a não cobertura.

É esse, objetivamente, o relatório, até para aproveitar o quórum existente, Sr. Presidente.

O voto é "Sim", parabenizando o autor do projeto, que é o Senador Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Moka. A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro esta fase.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 544, de 2013, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que aprovarem o parecer do Relator, Waldemir Moka, responderão "Sim".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente, com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Sim", cumprimentando o autor e o Relator também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone.*) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. *Fora do microfone.*) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Sim", Sr. Presidente, parabenizando também o autor e o Relator, porque seria muito cômodo para os planos de saúde excluïrem doenças preexistentes. Muitas vezes, elas estão contidas no nosso código genético. Então, eu acho que tem toda a razão o autor. E parabenizo, também, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vota "Sim".

O projeto é aprovado por unanimidade, em turno único, a Emenda nº 2–CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno.

Nesta segunda fase, ainda poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O item 9, que tem por Relatora a Senadora Lúcia Vânia, já teve também o seu parecer lido nesta Comissão.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014; e pela rejeição da Emenda do Senador Roberto Rocha.

Observações:

- Em 25.03.2015, lido o Relatório sobre o Projeto, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- Em 1º.04.2015, o Senador Roberto Rocha apresentou 1 (uma) Emenda ao Projeto.

- Em 24.06.2015, lido o Relatório sobre a Emenda do Senador Roberto Rocha, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Consulto a Senadora Lúcia Vânia se gostaria de fazer alguma consideração adicional.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Sr. Presidente, só para reavivar a memória, no mérito, essa matéria é difícil de ser contestada. Afinal, para que servem os recursos financeiros quando a pessoa humana se encontra em estado terminal de uma doença? Talvez sirva para evitar prejuízo aos parentes e herdeiros ou às empresas que operam serviços ligados à saúde. Mas o principal interessado, na imensa maioria dos casos, não é beneficiado. Em se tratando de doenças graves, sempre resta uma esperança de cura, que tem, certamente, mais possibilidade de ocorrer com o aporte de um crédito que acabará por beneficiar a todo o núcleo familiar.

Esse é o resumo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A matéria está em discussão.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, quero aqui, mais uma vez, parabenizar o autor e a Relatora do Projeto, a Senadora Lúcia Vânia.

Eu, Sr. Presidente, que passei a maior parte da minha vida profissional cuidando, tratando de pacientes com câncer, muito presenciei o desespero dessas pessoas, desses pacientes, em uma situação como essa. Às vezes, não tinham nem como se deslocar para fazer o seu tratamento de um canto para o outro, de uma cidade para a outra. Mas ele tinha lá o seu FGTS depositado. Para que serviria aquele FGTS se, em um momento de desespero, no momento da luta pela manutenção da vida, ele não pudesse realmente contar com isso?

Então, Sr. Presidente, é mais do que justo. É uma justiça que se faz ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro aprovarmos um projeto, uma medida como essa.

Por isso, eu peço aqui, também, o apoio de todos os colegas. E volto aqui a dar o meu testemunho: vivi isso em muitos momentos da minha vida profissional, lidando, trabalhando, cuidando de pacientes terminais, com dores intensas, muitas delas, realmente, por algum tipo de câncer.

Então é extremamente salutar, humano, justo e correto aprovarmos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, vou encerrar a discussão.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda apresentada.

Os senhores que aprovam o parecer da Senadora Lúcia Vânia responderão "Sim".

Nós teremos, neste caso, duas votações: a do parecer sobre o projeto e, em seguida, uma votação sobre a emenda apresentada.

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", com a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Sim", com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – "Sim", Presidente, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, com a Relatora.

Eu creio que é um projeto de suma importância. Dizem que ortopedista e cirurgião não são médicos. Eu acho que só o Eduardo Amorim que é médico. Eu trabalhei com placa, com broca, com parafuso, mas como... O Moka também é médico, é cardiologista, não é mecânico. Eu sou mecânico de muitas cirurgias, mas também trabalhei em um hospital, em Salvador, que talvez tenha sido o hospital mais dedicado às causas das pessoas economicamente mais fracas, que foi o Hospital Irmã Dulce. Eu trabalhei dez anos lá, implantei o serviço de cirurgia ortopédica e vi a dificuldade das pessoas em adquirir o medicamento de alto custo. Esse projeto aí, realmente, é um projeto superimportante, a meu ver, porque vai dar condição de saque do FGTS para salvar vidas, recuperar a saúde. Eu acho importante.

Parabenizo a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia, que tem muita sensibilidade nesse sentido, e voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Temos agora algumas definições sobre ortopedistas: temos médicos mecânicos e médicos metálicos. (Risos.)

Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone.*) – "Sim", com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia é Relatora, já votou.

Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O FGTS é um recurso do trabalhador e deve ser usado exatamente no momento em que a pessoa mais precisa. Por isso nós acompanhamos o voto e o parecer da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. *Fora do microfone.*) – "Sim", com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Sim", Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando a Relatora e o autor do Projeto e dizendo que ortopedista não é mecânico, não; é um médico extremamente especializado, porque são seis anos de faculdade mais cinco de residência, no mínimo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aliás, eu concordo também. Nós temos dois ortopedistas, V. Exª e Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O parecer da Relatora, Lúcia Vânia, foi aprovado por unanimidade.

Senadora, peço a V. Exª que permaneça só para a votação da emenda.

Em votação a emenda do Senador Roberto Rocha, que recebeu parecer contrário da Relatora.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a Relatora.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a Relatora.

Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós só temos um projeto mais em caráter terminativo. Se os Srs. Senadores puderem permanecer mais cinco minutos, nós votaremos.

Bom, o projeto, o parecer da Relatora foi, então, aprovado, também por unanimidade.

Último item da pauta.

O projeto anterior foi, portanto, aprovado e rejeitada a emenda do Senador Roberto Rocha. Item nº 10, último item da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2014

- Terminativo -

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto salarial, quando o empregado faltar ao trabalho em decorrência de manifesta e evidente paralisação total do transporte público.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2014.

Observações:

- *Votação nominal.*

O Senador Benedito de Lira não se encontra presente. Senador Paulo Paim, poderia ser o Relator *ad hoc*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É o item 10, o último item, p. 352.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Quem é o autor?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Jorge Viana.

V. Exª poderia ler a conclusão do relatório?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou fazer uma leitura bem rápida, porque só lendo a ementa eu já me localizo.

Na verdade, o projeto vai garantir que não poderá haver desconto salarial quando o empregado faltar ao trabalho em decorrência de manifestação, evidente paralisação do transporte público. É mais do que justo. E aqui, em Brasília, acontece muito isso. Eu, que fico um pouco longe daqui, do Plano Piloto, seguidamente demoro, em vez de quarenta minutos, duas horas para chegar, porque os ônibus estão em greve e os trabalhadores estão em filas e filas, pedindo carona, tentando chegar ao emprego, e não conseguem. E eles não podem ser penalizados por um movimento de paralisação, que pode ser justo, mas não pode prejudicar o trabalhador.

Por isso eu dou parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretenda discutir o projeto, posso iniciar a votação nominal.

O Senador Paim votou com o Relator.

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A favor do projeto de iniciativa do Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Jorge Viana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... e do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator. Aliás, é muito justo, Sr. Presidente. O trabalhador ser descontado pelo dia de serviço se ele não pôde chegar por falta de transporte coletivo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado o Projeto de Lei nº 210. Será comunicada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo os Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 09 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia 15 de julho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Edison Lobão, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, e da Senadora Vanessa Grazziotin. Os Senadores Blairo Maggi e Douglas Cintra registram a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 726, que encaminha cópia do Acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO sobre possíveis irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada à Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2014, que “modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva”, em atendimento aos Requerimentos nº 8, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim e da Senadora Angela Portela, e nº 15, de 2015-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: CARLOS JOSÉ KURTZ - Membro do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social da Confederação Nacional da Indústria – CNI (*representante de: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI*); RODRIGO VALENTE FAGUNDES LEBRE - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (*representante de: João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA*); ALAIN MAC GREGOR - Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (*representante de: Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC*); LUIZ ANTONIO COLUSSI - Juiz do Trabalho e Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; JOSÉ CARLOS TORVES - Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; e JULIANA CARREIRO CORBAL OITAVEN - Procuradora do Trabalho, Representante do Ministério Público do Trabalho – MPT. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Blairo Maggi e Douglas Cintra, e as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Às nove horas e quarenta e um minutos, assumiu a presidência o Senador Edison Lobão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 18ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 726, que encaminha cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União sobre possíveis irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, atendendo os Requerimentos nºs 8 e 15, ambos de 2015, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Angela Portela e Ana Amélia, respectivamente, com o objetivo de “instruir o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2014, que trata da permissão de redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado por meio de acordo ou convenção coletiva”.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Dr. Carlos José Kurtz, membro do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento da Confederação Nacional da Indústria, representante do Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade; Rodrigo Valente Fagundes Lebre, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, representando aqui o Presidente da CNA, João Martins da Silva Júnior; Alain Mac Gregor, advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, representante do Presidente da CNC, Antonio Oliveira Santos; Luiz Antônio Colussi, Juiz do Trabalho e Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Juliana Carreiro Corbal Oitaven, Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho.

Eu queria dizer aos senhores que, como temos já convocada uma sessão do Congresso Nacional às 11h, nós, no momento de início da sessão do Congresso, temos de suspender todos os trabalhos. Portanto, vamos ter uma concessão de dez minutos a cada um dos oradores para tratar do tema. Então, eu queria combinar isso com os senhores, explicando essas circunstâncias da agenda legislativa que temos nós, Senadores e Deputados Federais, já que a convocação foi feita para hoje. Estamos às vésperas do início do recesso parlamentar de julho.

Convido, de imediato, o Dr. Carlos José Kurtz, membro do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. CARLOS JOSÉ KURTZ – Bom dia a todos. Eu queria saudar, com muito entusiasmo e muita alegria, a Senadora Ana Amélia Lemos e cumprimentá-la, com os demais Senadores, pela realização desta audiência pública, muito importante para as relações de trabalho e importante, especialmente, para o Estado de onde venho, Santa Catarina, e também para o Rio Grande do Sul, onde essas questões de redução de intervalo intrajornada têm uma dimensão toda especial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Só queria aproveitar para esclarecer que o Projeto de Lei nº 8, de 2014, já examinado aqui, com relatoria da Senadora Angela Portela, é de autoria do Senador Blairo Maggi, que deverá também estar presente nesta audiência.

Perdoe-me, Dr. Carlos. Pode continuar.

O SR. CARLOS JOSÉ KURTZ – Cumprimento também o Senador Blairo Maggi pela iniciativa e os demais Senadores que se envolveram com essa questão tão importante.

Representando a CNI e seu Presidente, Robson de Andrade, eu queria enfocar, nos dez minutos, esse projeto de lei sob três aspectos, Senadora. O primeiro deles que me parece fundamental e que é pedra basilar do que defende a Confederação Nacional da Indústria é a valorização da negociação coletiva de trabalho. É fundamental, para que se avance nas relações trabalhistas, que a negociação coletiva de trabalho seja valorizada, que as convenções, os acordos coletivos sejam valorizados, que o estabelecido nesses instrumentos prevaleça, que não tenham, de alguma forma, sua validade o tempo inteiro questionada pelos órgãos de controle, quando, na verdade, em muitos dos casos, atendem absolutamente ao que interessa às partes.

Sei que estamos tratando aqui de segurança e saúde do trabalhador, mas isso também tem de ser relativizado na medida em que essa questão do intervalo intrajornada é de interesse de ambas as partes. Então, deixo aqui registrada a nossa convicção de que o avanço das relações de trabalho passa, efetivamente, pela valorização das negociações coletivas, e esse projeto de lei vem justamente nessa direção.

O segundo ponto que eu queria enfatizar, Senadora, é que o projeto de lei anda bem também quando preserva todos os requisitos para o estabelecimento desse instituto do intervalo intrajornada, especialmente no que diz respeito aos refeitórios, às autorizações do próprio Ministério do Trabalho. Portanto, a presença do Ministério do Trabalho para registro e, enfim, para fiscalização garante que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

O terceiro ponto que me parece fundamental é que uma convenção coletiva, uma negociação coletiva só se estabelece, só se verifica se há interesse das duas partes. Portanto, não vai ser o estabelecimento unilateral da redução do intervalo intrajornada, e sim, fruto de uma negociação coletiva. Os sindicatos de trabalhadores, que hoje têm uma organização muito superior àquela de 1943, quando estabelecido o instituto, é que na verdade poderão fiscalizar o real e o melhor interesse dos seus representados.

Faço, todavia, uma ponderação que verifico especialmente no meu Estado, onde esse instituto é muito utilizado. Nós temos empresas em Santa Catarina, de onde venho, que têm intervalo intrajornada estabelecido há mais de 50 anos.

Chega a ser bem mais de 50 anos.

E lá esse instituto é muito utilizado para não se trabalhar aos sábados, por exemplo. Então, o sujeito trabalha meia hora a mais durante a semana, para, justamente, poder ficar no sábado com a sua família.

Isso, na mais profunda e mais perfeita harmonia, feito em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores. Assinado com o Sindicato dos Trabalhadores, negociado com o Sindicato dos Trabalhadores e aquilo funciona e funciona muito bem.

Acontece que o art. 71 da CLT, no seu §3º, faz uma vedação à utilização de horas suplementares, e, na verdade, essa redução do horário, do intervalo entre as jornadas, decorre de uma meia hora que se trabalha a mais; senão, obviamente, é impossível você não trabalhar aos sábados.

Se, simplesmente, houver a interpretação de que as horas suplementares englobam também o que diz respeito à compensação de horário para não trabalhar aos sábados, nós continuaremos tendo problemas em Santa Catarina.

Então, parece-me fundamental, para que se consiga não trabalhar aos sábados, que é o que acontece na maioria dos casos em nossa região, principalmente na cidade de Joinville, na cidade de Blumenau, em Jaraguá, onde essas práticas são comuns, centenárias, em alguns casos, o trabalho aos sábados não acontece devido às compensações de jornada.

Então, é fundamental uma revisão do que são horas suplementares, especialmente, que diferem, no caso do artigo, da questão de horas extras. Estou falando aqui da compensação de meia hora, para que o trabalhador possa no sábado ficar com sua família, com seus filhos e aproveitar, ou sair meia hora mais cedo. Normalmente, lá se faz para não trabalhar aos sábados; ou sair meia hora mais cedo e aí ganhar toda uma condição familiar que, de outra forma, não é possível.

Então, dentro do tempo que me foi dado, eu queria registrar o avanço, a importância deste projeto de lei, que é fundamental para essas empresas. Passivos estão-se avolumando e passivos que não têm a ver com interesse dos trabalhadores, que em assembleias, lá no meu Estado, manifestaram o seu interesse pela manutenção.

Quer dizer, não foi uma coisa imposta, unilateral e há necessidade de isso ser revisado, mas também com essa visão, Senadora, para que eu peça a atenção dos senhores, que é no que diz respeito às horas suplementares. Se permanecer exatamente como está redigido o artigo, ainda que se remeta à negociação coletiva, nós continuaremos tendo alguns problemas. Então, é necessário que isso seja revisado.

Não é demais dizer que Medicina, higiene e segurança do trabalho, claro, não podem ser objeto de negociação quando atentam contra os interesses fundamentais dos trabalhadores. Mas não me parece que esse aqui seja o caso. O intervalo intrajornada aqui e a possibilidade de reduzir a jornada para se ter mais tempo com a família ou sair mais cedo, pelo contrário, eu acho que é uma coisa que tem de ser estimulada, se for do interesse daqueles trabalhadores, e cabe ao sindicato verificar isso.

É o que eu tinha a dizer nesta oportunidade, Senadora, e fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço pela objetividade, pela clareza.

Ontem, aliás – aqui apenas para um acréscimo de informação –, discutíamos na Comissão de Ciência e Tecnologia a questão dos problemas relacionados a TI, que é um setor em que o seu Estado também tem uma grande força econômica. Estava aqui o presidente do sindicato dos trabalhadores nesse setor de produção, porque ele envolve muito a questão intelectual, a questão do conhecimento na área da informática, e ele disse que o sindicato em São Paulo já havia feito, via acordos coletivos, esse tipo de processo.

Mas o pessoal de Pernambuco, do CESAR, que é um centro de excelência na área de tecnologia, de TI, havia dito que são muitos os registros de multas da Justiça do Trabalho, por não reconhecer o acordo coletivo.

Então, esse é um problema.

Exatamente por isso, vamos, como temos três representantes dos setores empregadores e três dos setores, vamos passar de imediato a palavra ao Dr. Luiz Antonio Colussi, ao meu lado aqui, que representa a Anamatra – a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – para fazer a sua exposição também por dez minutos.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Bom dia, Senadora Ana Amélia, é uma alegria especial para mim estar aqui participando desta audiência pública em nome da Anamatra, nesta reunião presidida por V. Exª, Senadora extremamente comprometida com as questões do Rio Grande do Sul e com as questões do Brasil. É uma satisfação enorme.

Cumprimento também o Senador Blairo Maggi, lá do Mato Grosso, onde, embora gaúcho, morei por mais de 10 anos, pujante Estado, e tenho o testemunho do trabalho que V. Exª realizou lá no Estado e agora continua realizando como Senador.

A Anamatra tem uma posição firmada, Senadora Ana Amélia, contrária ao projeto. Isso faz parte do nosso entendimento de defesa e proteção do Direito do trabalho. Nós compreendemos as preocupações do Senador Blairo Maggi, autor do projeto, a sua intenção de talvez avançar um pouco nessa questão laboral.

Mas nós entendemos que essa matéria está afeta basicamente à questão de saúde e segurança do trabalhador. E essa redução do intervalo acaba ofendendo e agredindo esse princípio. Nós sabemos que o repouso intrajornada é essencial para que o trabalhador reponha a sua energia e mantenha sempre a concentração e o foco no trabalho.

Então, a redução é perigosa por isso. Não que não possa haver, de forma excepcional, alguma alteração. Foi acrescentado, inclusive, o §5º ao art. 71, que permite a motoristas e cobradores um horário diferenciado. Geralmente, numa atividade, é necessário, em razão da escala – esse serviço público prestado em diversas horas –, e as empresas precisam ter essa facilidade.

Então, a Anamatra tem essa visão e esse entendimento de que o §3º do art. 71 deve ser mantido como está; quer dizer, que se permita, que se possibilite a redução por meio da autorização do Ministério do Trabalho e Emprego. Quer dizer, nós entendemos que ainda não é possível avançar nesse aspecto para esta questão que envolve o legislado e o negociado.

Aqui é uma norma de ordem pública, que precisa ser mantida. A intenção do legislador que escreveu a CLT, lá em 1943, e até antes disso, visava garantir a sanidade física e mental do trabalhador. Essa é a preocupação.

Mas o interessante aqui, que eu gostaria também de pontuar, é que também interessa ao empregador; também interessa à empresa que o trabalhador tenha esse descanso. Por quê? Porque isso vai evitar, vai dificultar que ocorram acidentes de trabalho, vai evitar que o trabalhador adoeca.

Nós temos que olhar o conjunto dos trabalhadores e nós temos atividades intensas. Se nós olharmos as atividades dos operários, dos trabalhadores manuais, do chão de fábrica, operadores de máquina e está cientificamente comprovado que os acidentes acontecem mais ao final da jornada. Então, trabalhou-se, trabalhou-se, vai cansando, vai cansando, vai cansando, e chega lá no fim do expediente, no final da jornada, é que vão acontecer ou que podem acontecer os acidentes. Então, nós temos que prevenir isso.

Além disso, também interessa ao empregador o intervalo, porque, ao descansar e retornar ao seu trabalho, o empregado teve o devido descanso, volta ainda mais concentrado, mais focado no trabalho e, portanto, com maior eficiência. Isso é fundamental também para que a produção seja mantida como pretende e necessita a empresa. A empresa precisa do trabalho do trabalhador, precisa produzir, mas tem que dar a ele também as condições de ter esse trabalho.

Eu estava dizendo e afirmei há pouco que é uma norma pública. De fato, se nós observarmos o art. 7º, inciso XXII, da Constituição, lá consta que se deve buscar a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

E, lá no art. 196, na parte das políticas públicas, da Constituição, está estabelecido que: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos..."

Então, se nós juntarmos esses dois dispositivos constitucionais, nós vamos verificar que essa norma do §3º do art. 71 é uma norma pública e que não pode ser negociada entre as partes.

Como muito bem apontado na justificativa do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2014, nós temos uma súmula do TST tratando dessa questão, a Súmula nº 437. Há quatro itens na Súmula, mas o importante para nós aqui é o Item II:

II – É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva. [Não podendo ser objeto de negociação coletiva.]

Então, esse é o entendimento majoritário do Tribunal Superior do Trabalho depois de analisar diversas e diversas ações, diversos e diversos processos que lá chegaram, e os Ministros do TST, então, estão entendendo dessa maneira.

Eu peço vênica ao Senador autor para discordar apenas de uma pequena parte da justificativa, quando fala que essa súmula é excessiva ou contraditória. Nós não conseguimos identificar essa contradição. Parece-me muito coerente com a CLT e com a Constituição. O art. 71 da CLT foi de fato recepcionado pela Constituição de 88, e nós não vislumbramos que o contido na súmula seja excessivo. Por quê? Porque, de fato, a preocupação é com a saúde e a segurança do trabalhador.

Já me encaminhando para o final e atento a nossa questão do tempo, que sempre está nos controlando, nós gostaríamos já de nos encaminhar, então, para o encerramento, reafirmando, ou sugerindo, tomando a liberdade de sugerir que o projeto, então, seja rejeitado, não seja aprovado, porque ele não contribui para a saúde e a segurança dos trabalhadores, não sendo observada a norma constitucional que prevê a redução dos riscos inerentes ao trabalho, como estabelece o art. 7º, inciso XXII, da Constituição.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Luiz Antonio Colussi, que é juiz do trabalho e também aqui representa a Anamatra.

E eu passo, de imediato, a palavra ao Rodrigo Valente Fagundes Lebre, que é assessor técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Aqui ele representa o Presidente João Martins da Silva Júnior.

Eu estou lembrando aos Srs. Senadores que nós definimos 10 minutos. Começamos aqui, e eu estou representando o nosso Presidente Edison Lobão, até ele chegar, porque temos, às 11h, uma sessão conjunta do Congresso Nacional. Portanto, temos de fazer esta reunião com a brevidade possível, e eu agradeço muito a colaboração de todos, que têm obedecido rigorosamente ao tempo.

Então, com a palavra o Dr. Rodrigo Valente.

O SR. RODRIGO VALENTE FAGUNDES LEBRE – Bom dia a todos. Gostaria de saudar a ilustre Presidente, Senadora Ana Amélia, os participantes da Bancada, assim como todos os presentes, Senadores e Deputados. Gostaria de ratificar o entendimento convergente pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2014, e gostaria inclusive de agradecer pela iniciativa ao ilustre Senador Blairo Maggi. E eu prometo ser breve.

Gostaria de enaltecer o escopo do presente projeto no sentido de incentivar as negociações coletivas tanto via acordo, quanto convenção coletiva de trabalho, pois é através desses instrumentos que se conseguem atender especificamente as reais necessidades da categoria representada na negociação.

A título de exemplo, eu, como empregado, se tivesse a opção de poder escolher em reduzir a minha jornada de almoço em prol de sair mais cedo, eu optaria. Eu acho uma opção extremamente válida e acho que se deve sedimentar o incentivo sempre às convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho. Há de se ressaltar que o empregado, neste caso, iria perder no intervalo intrajornada; contudo, ele ganha no intervalo interjornada. Então, a meu ver, é válido.

Contudo, tendo em vista que, como a ilustre Senadora já falou, eu represento a classe rural, impende ressaltar que o art. 71, ao qual o projeto pretende modificar, não foi recepcionado pelo Decreto nº 73.626, de 12 de fevereiro de 1974, que é o que trata das regulamentações individuais e coletivas de trabalho rural. No caso, a jornada do setor agropecuário, devido às suas nuances e peculiaridades, é diferenciada e consta com regulamentações próprias.

Desde já agradeço e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada ao Sr. Rodrigo Valente Fagundes Lebre, que representou aqui a CNA.

Passo a palavra ao José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia, Senadora. Obrigado pelo convite, bom dia aos demais Senadores, todos os presentes. Vou colocar assim como princípio, para ser bem objetivo e nós ganharmos tempo, que a Federação Nacional dos Jornalistas é contrária ao projeto, com todo o entendimento da intenção do Senador.

Vou colocar algumas razões específicas da nossa categoria, mas que também servem a muitos trabalhadores.

Acreditamos que a questão básica e que fundamenta é a questão da segurança do trabalho. Nós, a nossa categoria, atualmente trabalhamos de 10 a 12 horas por dia, e muitas das vezes é um trabalho de risco; e aí o cansaço e o estresse elevam esse risco nessas coberturas de jornalismo que são feitas e que envolvem outras categorias. Além dos jornalistas, há a equipe técnica, motoristas, e nós vimos, com frequência, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo, onde se trabalha com mais risco, acidentes de trabalho em função do cansaço, do estresse dos trabalhadores. E, ainda, diminuindo esse intervalo de almoço, essa situação vai piorar muito.

Quero fazer um alerta para uma situação. Por exemplo, o nosso setor, a área de comunicações, faz parte de um dos 56 setores que estão com desoneração da folha de pagamento; quer dizer, já há um benefício nessa situação.

De setembro para cá, temos tido demissões em massa; quer dizer, é uma situação que se deteriora. A crise em que o País está mergulhada, a crise econômica, com inflação e aumento do custo de vida, também vai criar uma situação de maior despesa para o trabalhador, porque só grandes empresas têm refeitório para almoço, onde se poderia pensar em uma possibilidade, mas a grande maioria não tem refeitório; aí vai aumentar o custo da alimentação do trabalhador que vai até em casa almoçar, tem de retornar e não tem um refeitório para almoço. Você vai aumentar o custo de vida do trabalhador.

Então, agora temos essa medida provisória que está circulando aí, está para ser aprovada, da redução da carga horária de trabalho e a redução do salário em 30%. Quer dizer, há um ataque, neste momento, ao mundo do trabalho e ao mundo dos trabalhadores. Então, por essa razão, eu peço a atenção dos ilustres Senadores para essas medidas. É óbvio que, para os empresários, há uma necessidade de superar a crise, mas elas não podem recair só sobre os direitos dos trabalhadores. Eu acho que o principal é a questão da segurança do trabalho, porque isso vai aumentar o risco de acidentes e de segurança dos trabalhadores.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço imensamente a manifestação do José Carlos Torves, que é Diretor da Fenaj, sobre o tema.

Agora, eu passo a palavra ao Sr. Alain Mac Gregor, que é advogado da divisão sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que representa aqui o Presidente da CNC, Antonio Oliveira Santos.

O SR. ALAIN MAC GREGOR – Bom dia, Senadora Ana Amélia, é um prazer estar aqui. A CNC agradece o convite, e sempre que formos instados a nos manifestar com relação a melhorias no mundo do trabalho, teremos o maior prazer em fazê-lo.

Em primeiro lugar, dar bom dia a todos, e eu quero enaltecer esse projeto de lei do Senador Blairo Maggi, que, ao contrário do que nós estamos acostumados a ver, traz facilidades para o mundo do trabalho.

A maioria das iniciativas legislativas são para criar obrigações. Esta não, esta traz uma facilidade. Por que facilidade? Porque insere dentro do ambiente da redução do intervalo de descanso e refeição a possibilidade da negociação coletiva.

Os colegas que me antecederam já reforçaram isso, da importância, do prestígio à negociação coletiva, em que as partes envolvidas, as partes interessadas, mediante um lastro constitucional, que muitas vezes é esquecido. Está lá no art. 7º, XXVI, o reconhecimento da negociação coletiva. Muitas vezes, é esquecido pelo Judiciário, pelo Poder Executivo, o poder que foi dado pela Constituição às partes, representantes das categorias profissionais e econômicas.

E aqui eu ressalto que não existe mais fragilidade na representação. Hoje, a representação dos trabalhadores é extremamente forte. Então, o trabalhador representado jamais sofrerá prejuízo por uma negociação feita pelo seu sindicato, porque o sindicato está ali para protegê-lo. Ao dizermos o contrário disso, estamos indo contra toda a construção evolutiva da relação sindical brasileira.

Gostaria de lembrar também – até no seu voto em separado. V. Exª pontualmente destacou isso – que a redução da jornada já é permitida. Então, já existe a previsão legal da redução do intervalo de refeição e repouso; já existe. Está lá no art. 71, §3º – já há essa previsão. O que estamos fazendo aqui é simplesmente inserir a negociação coletiva nesse momento de discussão.

E, aí, muito se falou aqui da questão da saúde e da segurança do trabalhador. Bom, não existe nenhum estudo de que a redução do intervalo vá causar doença no trabalhador, que vá causar acidente de trabalho, ao se reduzirem, por exemplo, 30 minutos. A meu ver, e como é feito normalmente nos grandes centros, reduzindo-se 30 minutos no intervalo, o trabalhador sai para casa mais cedo 30 minutos, e essa redução de meros 30 minutos é a diferença entre ele chegar duas horas e meia a mais em casa ou chegar em 40 minutos em casa.

Então, o que é mais saudável para o trabalhador? Ficar duas horas e meia no trânsito, num congestionamento, ou reduzir 30 minutos no intervalo de refeição? Sobre esse intervalo de refeição, nós estamos falando do início da CLT, quando o trabalhador tinha que cozinhar, e não havia as facilidades que temos hoje. Hoje, em 30 minutos, é perfeitamente viável você se alimentar: há restaurantes a quilo em todas as capitais; em todas as cidades, há restaurantes passíveis de fornecer refeições de imediato para o trabalhador.

Então, nós temos que avaliar, com muita cautela, essa questão de impacto na saúde e na segurança do trabalhador. Onde estão os estudos que demonstram os impactos? A meu ver, os impactos são ao contrário: você facilitar... O nosso colega da CNI lembrou de negociações que reduzem o intervalo para que ele não trabalhe aos sábados. Nós não vamos ouvir os trabalhadores? Os trabalhadores não vão se manifestar sobre isso? O interesse é deles. O interesse é deles, e aí tudo bem: há grande impacto para os trabalhadores a redução do intervalo.

Ótimo, vamos pegar nossos vizinhos. No México, o intervalo para refeição é de 30 minutos; no Chile, o intervalo é de 30 minutos; na Venezuela, o intervalo é de 30 minutos. Então, a saúde deles é diferente da saúde do brasileiro? Acredito que não, acredito que não.

Então, nesses termos, eu acredito, sim, que este projeto de lei veio para somar, veio para fortalecer, veio para trazer um reconhecimento que está sendo esquecido, que é o reconhecimento das entidades sindicais para negociar. E, mais uma vez, lembro que toda negociação tem uma contrapartida. Então, reduzindo-se o intervalo para refeição, vai haver uma compensação de alguma forma. As negociações são assim: é o "ganha-ganha": O trabalhador ganha de um lado, e a empresa ganha de outro.

Então, neste cenário, é que nós pleiteamos aos Srs. Senadores a aprovação desse projeto de lei, que é extremamente necessário e que vai melhorar as relações de trabalho do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço muito a exposição do Sr. Alain Mac Gregor, que representou aqui a CNC, divisão sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Passo de imediato a palavra à Drª Juliana Carreiro Oitaven, que é Procuradora do Trabalho.

Convido, em seguida, o nosso Presidente Edison Lobão para assumir a Presidência.

Com a palavra a Dr^a Juliana também por 10 minutos, se necessário.

A SR^a JULIANA CARREIRO CORBAL OITAVEN – Ex^{ma} Senadora Ana Amélia, Presidente, em exercício, desta Comissão, na pessoa de quem saúdo todas as demais autoridades e os demais presentes.

Realmente, eu gostaria de falar bastante sobre isso, porque eu lido com isso diariamente e eu me sinto bastante à vontade de estar aqui, nesta Comissão e nesta audiência pública, falando sobre algo que é de interesse do Ministério Público do Trabalho e, principalmente, porque aqui eu não defendo nenhum tipo de interesse específico, a não ser o interesse da sociedade.

O Ministério Público do Trabalho é uma instituição extrapoderes, independente, permanente e que tem como objetivo resguardar os interesses sociais de uma forma geral. Então, eu gosto muito de expor, agradeço bastante a oportunidade para essa participação e acredito que, neste tema, vou falar rapidamente sobre algumas questões formais rápidas que, talvez, em razão de uma dúvida, eu não consegui entender direito qual seria a intenção do projeto. Se seria de um lado através da redação que eu li, através da justificação feita para esse projeto.

Se a intenção seria inserir na CLT uma autorização expressa e indiscriminada para que toda norma coletiva pudesse dispor a respeito de redução de intervalos, ou se seria acrescentar, na CLT, mais um legitimado para solicitar ao Ministério do Trabalho e Emprego essa autorização para reduzir a jornada?

E por que eu digo isso? Porque eu não consegui entender, com a devida vênia ao projeto e a todas as intenções, qual seria efetivamente a intenção. Então, talvez poderíamos pensar – quer dizer, não seria essa a minha proposta –, eventualmente, em qualquer reformulação nesse texto, porque eu não consegui entender qual é a verdadeira pretensão.

Outro aspecto que eu gostaria de falar a respeito da justificação é que há um momento em que ela fala o seguinte, entre aspas: "O Poder Judiciário tem negado a validade da redução de intervalo, fundada em contrato ou convenção coletiva, mesmo quando amparada por ato do Ministério do Trabalho e Emprego." Fecha aspas.

Mas isso não é a realidade.

Bem tratou aqui o nosso colega juiz do trabalho sobre aquela súmula. Inclusive, quando fazemos a leitura dos precedentes que justificaram a edição da súmula, no seu item II especificamente, os precedentes mencionam que o que não se possibilita é uma autorização ampla e genérica para que toda norma coletiva possa negociar a respeito de redução de intervalo. Inclusive os julgamentos falam que, quando existe uma autorização feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego, específica, prevendo os horários, isso é possível. Então, o TST, digamos, cuja postura foi citada pelo projeto como contrária aos avanços, etc., o TST não tem impedido esse tipo de atitude. O TST vem salientando que isso seria possível desde que houvesse uma autorização prévia do Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, feitas essas considerações e apenas apresentando algum contraponto aos argumentos que foram colocados aqui, tendo em vista que nós temos um tempo bastante restrito, eu gostaria de dizer que os nossos colegas aqui de Mesa comentaram que esse tipo de interesse a respeito de diminuir o intervalo ou aumentar o intervalo é das partes. Não é das partes. O interesse não é do trabalhador. Ele não pode dispor desse interesse. Então, esse interesse não é dele. E eu falo isso muito tranquilamente, porque, no meu dia a dia, eu ouço determinados trabalhadores pedindo ao Ministério Público do Trabalho algumas determinações. E eu ouço também de outra parte, dos empregadores, solicitando determinadas implementações. E nós não estamos de olho em uma parte ou em outra, entendeu? Nós estamos de olho no que, de acordo com os estudos que, sim, existem, e que, sim, são feitos, demonstram que o intervalo intrajornada é efetivamente uma medida de segurança e saúde do trabalho. É uma medida impositiva. Ela não pode ser afastada pelo trabalhador porque ele quer.

O nosso colega comentou sobre a possibilidade de redução de um intervalo acompanhada de uma compensação de horas, para que o trabalhador não trabalhe aos sábados. Quer dizer, além de ele não ter o intervalo devido, ele também vai trabalhar mais, em horas suplementares, para que não venha ao sábado. Então, isso, para mim, é totalmente desprovido de validade, com respeito a todos os demais argumentos.

E, enfim, a negociação coletiva deve ser prestigiada – isso é uma tendência –, mas ela não pode ser prestigiada em relação a toda e qualquer pactuação.

Segundo o Princípio da Adequação Setorial Negociada, as pactuações, nas negociações coletivas, só podem ser aceitas se não diminuïrem o patamar civilizatório mínimo. Elas não podem ser aceitas de forma ampla.

Esclareço que estou considerando que a intenção do projeto seria fazer uma ampliação de forma irrestrita e genérica para que toda negociação coletiva pudesse reduzir o intervalo. Certo? Essa é a minha premissa.

Estabelecer uma autorização desse tipo na CLT significa trazer um grande prejuízo para todos os avanços que já foram feitos. Nós sabemos que o nosso ordenamento se baseia no Princípio da Vedação do Retrocesso Social. Nós sabemos que estudos são feitos a respeito. Inúmeros são obtidos a respeito de acidentes de trabalho que decorrem de fadiga, que decorrem de adoecimento – porque aí eu enquadro acidente de trabalho não só como acidente típico, mas também doença ocupacional; inúmeros são os textos, livros,. É muita coisa, doutrina, jurisprudência, números.

Quando nós vamos verificar óbitos de trabalhadores em fiscalizações, acompanhando o Ministério do Trabalho e Emprego ou só o Ministério Público do Trabalho, nós vemos que o excesso de jornada tem sido, sim, tema recorrente em todos esses problemas que envolvem óbito e acidente de trabalhador.

Então, eu vejo essa questão da redução do intervalo não como uma coisa de que o trabalhador pode dispor. Todos nós falamos: indisponibilidade absoluta. É. E por quê? Porque o trabalhador não tem noção do que efetivamente pode decorrer de uma redução desse tipo na jornada dele. Ele não pode simplesmente dizer: "Eu quero a redução". Não interessa. Da mesma forma, ele não pode dizer: "Eu quero trabalhar mais de 10 horas por dia, eu quero trabalhar 12 horas por dia". Não pode. Não pode por quê? Porque alguém tem que dizer isso para ele. Entendeu?

Bem, meu tempo já está acabando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª JULIANA CARREIRO CORBAL OITAVEN – Eu tenho 2 minutos e meio e realmente eu gostaria de abordar bastante a respeito do que nós vivemos, não é?

Cada pessoa aqui tem seus exemplos de vida, cada pessoa aqui tem seu histórico, não é verdade? E eu me sinto muito feliz de poder expor isso e falar, contrariamente, não à iniciativa do Ex^{mo} Senador, ou de todas essas tentativas que são feitas. O Ministério Público do Trabalho não fecha os olhos para todas as mudanças sociais, para todas as crises econômicas, para tudo o que existe. Nós temos que promover direitos; é isso o que nós fazemos.

Então, eu me sinto muito à vontade, muito tranquila para expor neste sentido, para dizer que acrescentar à CLT uma alteração que permita, genericamente, abstratamente, uma possibilidade de que qualquer norma coletiva, seja ela de um sindicato forte, seja ela de um sindicato fraco, estabeleça a redução de intervalo, isso realmente vai trazer muitos malefícios, porque nós não só somos formados por grandes confederações, grandes federações, grandes sindicatos. Nós temos também outra visão. Nós temos também sindicatos que, às vezes, não têm a força que gostariam de ter, e isso é uma coisa que a gente pode mudar, mas ainda não.

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA CARREIRO CORBAL OITAVEN – E, hoje, da forma como está, o TST tem consolidado esse entendimento no sentido de que essa autorização deve ser feita através do Ministério do Trabalho e Emprego em situações específicas, sendo verificado que existe a possibilidade de reduzir aquele intervalo. Inclusive, existe uma portaria do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) que disciplina exatamente como vai ser feito esse pedido de autorização. A Portaria, se não me engano, nº 1.095, vem e diz;ela quer ver escrito isso na norma coletiva; mas ela não afasta a norma coletiva. Ninguém aqui está afastando a negociação feita entre as partes, mas o que nós queremos, a bem da verdade, é que isso seja acompanhado também do que está previsto atualmente no art. 71 da CLT, que é uma autorização feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego, diante das especificidades do caso concreto, para que essa jornada possa ser reduzida.

Então, parece claro, mas a postura do Ministério Público do Trabalho, nesta oportunidade, é contra esse projeto.

Obrigado a todos e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Drª Juliana, assim como aos demais convidados desta Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, que é uma das autoras dos requerimentos de convocação dos senhores, ao tempo também em que agradeço a V. Exª por ter presidido, brilhantemente, como sempre faz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente... Obrigada, Presidente, é um prazer substituí-lo não à sua altura, mas faço o esforço.

E eu queria dizer que eu expliquei aos nossos expositores que, como temos às 11h uma sessão conjunta do Congresso Nacional para deliberar sobre matérias relevantes, inclusive, vetos, então, por isso, nós tivemos essa celeridade.

Mas, como havia um objetivo específico que era o PLS nº 8, de 2014, do Senador Blairo Maggi, por isso, também, ficou muito clara a pontuação.

Agora, eu queria pedir à Drª Juliana que fizesse uma reclamação formal ao Presidente Renan Calheiros, porque ontem eu fiquei das 8h da manhã até às 22h30 aqui no Senado e não tive intervalo para almoço. Então, quero que faça essa reclamação formal ao Presidente Renan Calheiros.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E sem hora extra também. Sem hora extra.

Então, eu queria agradecer, mas, brincadeira à parte, apenas para falar que não se podem comparar coisas diferentes de maneira igual – simplesmente isso.

Então, é claro que alguns setores mais vulneráveis precisam da proteção do Estado, mas, em uma sociedade moderna em que hoje, com a tecnologia à disposição da mão, uma criança de oito anos é capaz de saber muito mais do que nós, adultos, do que eu, porque não nasci com o *videogame* ou com o celular ou *tablet*, o mundo mudou. E eu penso também, Drª Juliana – V. Exª foi, talvez pela juventude, na crença dogmaticamente defendendo a sua tese – , que nós precisamos dar ao cidadão aquilo que ele tem, que é a liberdade de escolha.

Então, eu, sinceramente, quando uma pessoa toma uma decisão, um adulto... Porque só se pode trabalhar a partir dos 18 anos com carteira assinada. Ou então ele é um estagiário, está no primeiro emprego, é um estagiário. E, aí, as proteções são diferentes. Para esse, sim, tem que ser. Agora, para um adulto, a partir dos 18 anos, que ele sabe...

E, hoje, eu penso também que é preciso desmistificar-se a questão de tratar o empregador sempre como um explorador do empregado. Hoje, o empregador que tiver essa visão está fadado ao insucesso, porque, se ele tem uma marca, ele vai comprometer a marca, que é o maior patrimônio que tem. E, em geral, as empresas levam o nome das famílias ou da marca. Então, por exemplo,

marcas internacionais valem muito mais pelo nome, pelo valor intrínseco, do que propriamente pelo valor patrimonial. Então, há um cuidado muito grande das empresas nesse aspecto.

E, hoje, para atividades... Veja, Dr^a Juliana, a questão da TI (Tecnologia da Informação). Hoje, um criador de *software* pode trabalhar na casa dele, num *home office*, e ele não tem nem hora para fazer. Então, como é que a regulação desse trabalho vai ser feita? Não havia isso quando a CLT foi criada.

Então, é preciso... E a senhora usou uma frase ali, que a Justiça do Trabalho não está alheia às mudanças da sociedade, às exigências e à própria relação capital e trabalho. Então já foi, digamos, uma janelinha, uma frestinha boa nesse diálogo.

Esta Casa tem a obrigação e o dever de verbalizar os anseios da sociedade. E sempre com muito senso de responsabilidade.

Então, é esse o nosso dever, aqui, de todos os Senadores, e nenhum setor da sociedade pode dizer: "Isso aqui é um retrocesso, isso não pode, isso não deve". O coletivo dos Senadores – e por isso nós fomos eleitos –, nós viemos aqui para exercer um mandato de cidadania, porque, na democracia, é assim. Então, nós estamos aqui representando o conjunto da sociedade, e todas as iniciativas advêm de uma necessidade para fazer isso.

Então, eu agradeço imensamente. Aprendi muito, aqui, hoje, nesta audiência, Presidente Edison Lobão, em relação a uma demanda. Claro, vamos discutir, aperfeiçoar, fazer um encaminhamento maior.

A Dr^a Juliana, caro Senador Blairo Maggi, levantou uma dúvida sobre qual é o objetivo. Então, eu vou me resguardar, para que o próprio autor faça a explicação da dúvida que a Dr^a Juliana, do Ministério Público do Trabalho, aqui levantou a respeito, mas renovando o agradecimento a todos eles, que foram brilhantes nas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que aqui nós não temos apenas um problema de jornada de trabalho. Nós temos um problema também de acúmulo de trabalho. Temos que pensar que um corpo não pode estar presente em dois lugares ao mesmo tempo, mas o pensamento tem de estar, ao mesmo, em dois lugares diferentes. Nós estamos aqui, e aqui ao lado uma outra audiência pública, debatendo concessão de portos, que é um tema também muito caro, muito importante para todos.

Mas eu quero cumprimentar, Senador Lobão, todos os convidados que aqui estão e, por economia do tempo, não cito cada um. E quero dizer que esses debates são sempre muito importantes, até para que a gente possa formar um juízo de valor com mais propriedade, mais forte, eu diria.

Eu cheguei aqui, claro, como todos, pois nós, já, antecipadamente, temos uma opinião. Isso não significa dizer que a opinião seja inamovível. Nós podemos mover para um lado ou mover para o outro. Mas, nesse aspecto, chamou -me a atenção quando a Dr^a Juliana disse que a existência do Ministério Público do Trabalho é promover direitos. E ela é fundamental. Ela é fundamental para o equilíbrio, porque essa é a função da Justiça do Trabalho: manter o equilíbrio nas relações de trabalho, cuja tendência é sempre pender para o lado mais forte. E, nesse caso, o lado mais forte não é o lado da maioria. É o lado da força do poder econômico. Não é?

Então, eu conheço o Senador Blairo e entendo a preocupação, porque não é só uma preocupação com aumentar a produtividade, mas é uma preocupação também com o trabalhador.

Não tenho dúvida alguma de que, quando apresentou o projeto, o Senador não pensou: "Olha, não importa se vai fazer mal à saúde. O problema é trabalhar, trabalhar, trabalhar". Não. Eu sei que não é isso. É dentro de todo um cuidado.

Agora, dentro dessa questão, especificamente, acho que nós temos de avaliar se, de fato, procede ou não; se nós já estamos preparados para uma medida dessas ou não.

Eu creio que um país mais desenvolvido do que o nosso, talvez, esteja mais preparado do que o nosso. E concordo. Parece que é um pouco paternalista ou maternalista o fato de dizer que muitas vezes a pessoa quer. Mas não é assim. Quantas vezes nós mesmos usamos uma alimentação errada sem poder? E que reflexo aquela alimentação errada causa na saúde da gente? É o colesterol, que vai lá para cima. Mas não está vendo, não está entendendo nada.

Então, a ajuda do profissional e, neste caso, a palavra dos especialistas eu considero fundamental e imprescindível. É imprescindível, porque qual é o trabalhador, ou a trabalhadora, que não queira: "Diminui o meu tempo de intervalo, e eu vou chegar mais cedo em casa"? Mas, até que ponto isso é bom para a saúde dela e para o próprio processo de produtividade?

Eu acho que nós não estamos errando na forma em que o debate está sendo enfrentado. Não são esses os problemas. Não são esses os direitos. Eu acho que precisamos trabalhar uma qualificação melhor do trabalhador; o ambiente no meio de trabalho; a formação e a reciclagem têm de ser permanentes.

Então, quanto à minha tendência, com a qual eu cheguei aqui, eu quero dizer que eu saio com ela mais fortalecida, de que o mínimo a lei prevê. E o mínimo não é algo que se conseguiu abstratamente. É algo que se conseguiu a partir de muito estudo, de muita pesquisa científica e empírica. Então, dar a ele a liberdade para dizer: "Olha, trabalho o dia todo". "Não. Você, para se aposentar, tem que trabalhar 35 anos, numa jornada x". Coloque para um trabalhador: "Não. Você pode se aposentar com 25 anos se você dobrar sua jornada de trabalho para 20 horas diárias". Ele vai pegar, porque ele vai querer se aposentar mais rápido e fazer mais rápido.

Então, eu acho que essa modulação e essa mediação têm que ocorrer. Eu creio que, poderíamos – eu não sei se seria o caso – trabalhar um substitutivo ao projeto do Senador, que contemplasse algumas outras questões, mas não exatamente... Nós já estamos mexendo no mínimo. É o mínimo. É o mínimo de descanso que se pretende modificar. Então, eu acho que deveríamos ver outro método que não esse.

Era isso, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Vanessa. Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento V. Ex^a e também a Senadora Ana Amélia, que comandou esta audiência pública até poucos instantes; também os nossos convidados e os colegas Senadores aqui presentes.

Quero dizer que eu começo, aproveitando que temos uma procuradora do trabalho na Mesa e um representante dos juízes, da Anamatra, para já fazer uma denúncia contra o sistema dos jornalistas do Rio de Janeiro, que trabalham de 12 a 14 horas. Não pode. É no máximo 8 com duas. Então, se a regra vale para os trabalhadores de fora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Oito mais duas.

Então, já temos de pedir para vocês providenciarem uma volante, lá nos jornais do Rio de Janeiro, para fazer uma batida, porque não pode. Quer dizer, a regra é igual para todo mundo. Então, já que há uma coisa confessa, na mesa, que está errada. Então, é preciso tomar uma providência.

Mas, brincadeiras à parte, o que eu gostaria de dizer é o seguinte: a minha proposta é uma proposta simples e de observação do dia a dia. Eu ouço a Vanessa com as teorias, e todo mundo aqui com as teorias, mas eu sou prático. Minha formação é em Engenharia e, portanto, o caminho, o

ponto, a distância mais curta entre dois pontos sempre é a reta. Às vezes, ele não é o mais rápido, mas o mais curto é isso.

Eu fico observando, lá na minha empresa, em Cuiabá: há o escritório central, e tenho lá 450 funcionários que trabalham na empresa e cumprem os seus horários normais. Há ponto eletrônico e tudo o mais. E eu, quando estou lá, fico observando o que está acontecendo. E, como o pessoal não vai para casa almoçar... Não tem mais esse hábito de ir para casa almoçar. Eles almoçam ali, num restaurante próximo. Alguns levam lanche, outros, como a gente fala, assim, "engolem" o almoço, nem almoçam... É o hábito de cada um. A empresa não tem, lá, um refeitório.

A empresa não tem, lá, um refeitório. Ela não serve refeição nesse ambiente, porque há, ali próximo, quem forneça. Então, o cidadão tem a opção de comer ali ou não. E aí eu vejo a angústia de eles quererem bater o ponto para voltar na hora do almoço. E ficam ali, um falando com o outro e querendo bater o ponto. E obviamente a empresa também não pode deixar, porque no mundo real, no mundo do dia-a-dia, é diferente da teoria. Se passar lá um minuto, dois minutos de hora extra por dia, já vem lá o Ministério do Trabalho, vem todo mundo, e vem para cima, e é multa, é trabalho escravo e é não sei o quê. A vida das empresas é muito complicada.

Então, o meu pedido, o meu pleito ou a minha sugestão nesse processo aqui, ou na mudança da lei, é de flexibilização. E não é obrigatório. Faz quem quer. Tem que haver acordo coletivo, as pessoas têm que ter o discernimento – ouviu, Senadora Vanessa? – de definir a sua vida. Eu não acho que o Estado tem que tutelar tudo. Aliás, no nosso País, acham que podem tutelar tudo e todos a qualquer momento. Nós somos um País extremamente engessado, com leis trabalhistas, com regras disso, regras daquilo, como se o cidadão, como se o ser humano não pudesse, ele, tomar a decisão do que quer fazer. Para tudo tem que haver regra, para tudo tem que haver isso, tem que haver aquilo. Então, pela observação simples que faço, nós deveríamos dar o direito ao trabalhador, em casos, em atividades, de ele escolher.

O Alain falou claramente: se sair meia hora antes do meu escritório, ele vai chegar em casa uma hora antes do que ele normalmente chegaria quando todo mundo sai do serviço. Eu acho que é isso. Tem que facilitar um pouco a vida das pessoas. Ninguém está querendo reduzir direitos, colocar para trabalhar mais. Ora, se ele trabalhar meia hora a mais, durante o almoço, que é a jornada de trabalho... Em vez de ser uma hora, ser uma hora, meia hora, 40 minutos, 15 minutos, ele vai sair 15 minutos antes. Ele que aproveite o tempo dele para fazer outra coisa. Vai dar uma passada no comércio, vai visitar um amigo, vai – sei lá – tomar uma cerveja no bar com alguém. Ele tem o direito de escolher o que quer fazer. Então, a minha proposta é simples, não tem nada de complicada, não tem nada de sacanear ninguém. "Ah, porque é o capital contra o trabalho". Onde está o capital contra o trabalho? Se não houver harmonia, hoje, nas relações de trabalho, não há produtividade, não há harmonia para trabalhar, não há nada. Não funciona assim. Os sindicatos são plenos, os sindicatos são poderosos. Eles é que fazem a frente das negociações. Muitas vezes os sindicatos pedem coisas que nem os trabalhadores querem. Eles nem discutiram, mas os sindicatos dão um passo à frente. Eles estão fazendo uma pressão sobre as empresas.

Então, não vou dizer que não há, mas dificilmente você vai achar hoje, no País, um sindicato que esteja atrasado nessas relações, que não consiga discutir, que não consiga representar os trabalhadores e que não esteja fazendo avanços, que não seja protagonista desse negócio.

E outra coisa: não são todas as atividades que serão ou que terão a oportunidade de fazer essa opção. Não são. Por exemplo: construção civil. Construção civil é um serviço pesado. Você acha que alguém da construção civil vai abrir mão de descansar uma hora entre o almoço dele? Não vai. E nem pode também. É um serviço braçal, um serviço de envolvimento de máquina, um serviço que aí foi colocado... "E há a questão da segurança do trabalho". Há. Claro que há. Se um trabalhador vai lá e come, num refeitório, um prato de feijão com arroz, com salada, com carne, se alimenta bem, não pode subir parecendo uma máquina, se dirigindo... Concordo plenamente que não pode. Agora, o

cara que está lá no escritório e que nem almoçou, não quis almoçar, comeu uma barrinha de cereal, tem que ficar esperando uma hora para voltar a trabalhar? Ele não quer isso. Ele quer ir embora mais cedo.

Então, é essa a flexibilidade que eu estou querendo dizer neste projeto aqui. Não estou obrigando ninguém. Os sindicatos, as empresas, os trabalhadores que decidam o que é melhor para eles. Então, é nesse sentido. Eu detesto esse negócio de trabalho contra capital, capital contra trabalho. Isso não existe. Isso foi coisa do passado, muito tempo atrás. As relações são relações abertas. As informações, hoje, estão aí para todos.

Eu mencionei, ontem ainda, no plenário, quando falei sobre a questão da evolução do ECA, que meu avô morreu com 101 anos. E eu tenho certeza de que a minha neta, Senador Moka, que tem dez anos hoje, tem mais informação, na cabeça dela, do que o meu avô tinha com 101 anos. Ela tem mais informação, com dez anos, do que ele.

Quer dizer, o mundo mudou, as coisas mudaram, e nós não queremos mudar. A D. Juliana fala assim: "Não, nós não queremos mudança". Eu acho que não cabe ao Ministério Público, não cabe a ninguém dizer "não queremos mudança". Cabe a este Parlamento, cabe ao Legislativo propor as mudanças, ao Executivo sancionar essas mudanças, e ao resto fiscalizar as mudanças que forem feitas. É assim que eu entendo a vida. Para mim, a vida é muito mais simples. Ela deve ser muito mais simples, ela deve ser muito mais tranquila nas nossas relações do que o engessamento que existe.

Quero aproveitar, aqui, que há uma procuradora do trabalho. O que nós escrevemos aqui, o que a lei diz, não é, muitas vezes, o que os fiscais fazem lá no trabalho, lá embaixo, nas fiscalizações. Vocês não queiram saber o terror que é o Ministério Público do Trabalho visitando uma empresa. É um terror. Quando está tudo certo, fica procurando e procura até achar um pelo num ovo, para começar um processo, para fazer alguma coisa.

Por último, lá em Mato Grosso, uma das últimas histórias – porque há sempre as histórias – é que foram ao alojamento de uma construtora, que está construindo uma obra. Comida certa, alojamento certo, sanitário certo, ponto eletrônico certo. Tudo certo. Não acharam nada. Por último, foram ao alojamento, havia uma lâmpada queimada no alojamento. Aí a culpa é da construtora. R\$50 mil de multa por danos coletivos aos empregados, porque havia uma lâmpada queimada no alojamento.

Essas coisas são do mundo real. Vocês falam: "Não, isso é um absurdo". Mas é do mundo real. É isso que está acontecendo lá embaixo. Chega lá um fiscal, não há um colchão de 15 centímetros; a porta abre para fora, não abre para dentro; a cama não sei o quê... Multa no cidadão. Quer dizer, não vejo que essa seja a relação que deve haver entre o trabalho, o trabalhador e o sistema de fiscalização.

Então, eu gostaria muito de ter uma coisa muito mais simples, mais tranquila. A minha proposição é simples. Simples. Deixem as pessoas escolherem o que querem.

Há setores – como eu disse aqui – do trabalho que não podem fazer. Elevam o risco, vão elevar a possibilidade de acidentes. Para outros não faz a mínima diferença. Por que todo mundo tem que ser igual, quando pode ser diferente no meio? Essa é a questão que eu gostaria de vir defender aqui na Comissão, com toda a tranquilidade.

Outra coisa. Nas nossas proposituras, de legislação, eu sempre falo para o meu pessoal: vamos colocar para discutir. Eu, por exemplo, assino qualquer PEC que venha aqui. Só não assino pena de morte e aborto. O resto, vamos discutir. Não há problema. A discussão faz parte do processo legislativo. O aperfeiçoamento de uma proposta dessas faz parte. "Ah, não está bem escrito". Para mim, está bem escrito. Ah, mas não está bem escrito? Então escreve do jeito que você quer. Muda da forma que quer, desde que eu consiga o objetivo que nós queremos.

Então, não se pode ter "pré" conceito sobre as coisas. "Não. Não quero, não faço, não sei..." Não. Vamos discutir. Acho que há espaço para todo mundo evoluir nas relações do trabalho e é isso que eu desejo. Desejo que o País seja um país que respeite, sim, toda a legislação, que respeite as

regras, mas que dê oportunidade para as pessoas decidirem um pouco o que querem fazer e não serem tuteladas, o tempo inteiro, como é uma criança de dois anos. É isso que acho que está errado no nosso País.

E quero dizer que pelo menos quem escolheu a Comissão... Aqui os representantes escolheram certinho: deu três votos a favor e três votos contra. Então, para quem veio aqui com dúvida, vai sair com dúvida igual, não vai resolver a situação.

Mas eu espero que na votação, quando nós formos votar o projeto, os colegas possam acompanhar a minha propositura e a gente... De fato, é um caminho longo. Não significa que "ah, aprovou na Comissão, depois há o plenário, há a Câmara, há as comissões da Câmara, depois há a Presidente, para vetar..." Todo mundo vai ser ouvido. Não é uma coisa, assim, que vai acontecer de um dia para o outro e está tudo resolvido.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria, Presidente, pela ordem, só lembrar também à nossa Drª Juliana que aqui no Senado – para os servidores do Senado que optarem pela hora corrida, pela carga horária corrida – eles fazem sete horas. Se ele optar por isso. E aí ele tem 15 minutos de almoço. Quinze minutos. Mas aí vem o exemplo: setor público. Então, é uma escolha do servidor para fazer essa hora, essa carga horária corrida.

É dessa forma que funciona aqui. E funciona bem, porque ele também – como aquilo que foi argumentado aqui – sai mais cedo, vai para casa, não enfrenta o trânsito corrido e tal. Então, o setor público tem essa flexibilidade. Só apenas para ilustrar o tema de que estamos tratando. Como eu disse: não se pode tratar de forma igual situações diferentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, só pela ordem...

Pela ordem. Um momentinho. Eu vou pedir desculpa aos senhores. Eu tenho uma reunião de Líderes agora, dez horas. Não vou poder ficar para ouvi-los. Mas depois eu vou pegar o material e ler, e vou assistir pelo vídeo o que cada um falou aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, eu percebi que a Senadora Ana Amélia já quis colocar que aqui, no Senado, há servidores que trabalham sete horas porque é opção deles e tal. Mas há casos de gente que trabalha 14 horas aqui. É quase um regime de semiescravidão. Então, Senadora... Eu costumo brincar com a Senadora Ana Amélia que, às vezes, dez horas da noite, estão os meninos dela, atrás dela, com a máquina fotográfica e o bloquinho... Eu falei: "Eu vou te denunciar ainda..."

Eu estou falando isso porque acho que o tema precisa, um pouco, diminuir uma tensão que me parece... Nós não precisamos disso, porque o tema vai ser debatido. Eu conheço o Senador Blairo Maggi. Ele quer, na verdade, também esclarecer isso. Quer dizer, isso que está meio... A própria Drª Juliana reconhece: pode ser dada uma grande contribuição. Nós podemos evoluir para um texto, talvez, mais claro somente naqueles casos onde realmente exista um acordo coletivo e tal. Eu acho que dá para diferenciar segmentos onde isso é possível e segmentos onde... Aí, como médico, eu quero também dizer: uma hora é o tempo também do chamado metabolismo. É uma coisa que é importante para as pessoas, mas eu não acho que isso deva ser, desde que... Ele me deu – o Mac Gregor aí deve ser descendente de irlandês, não é? – um argumento importante: às vezes você diminui meia hora na hora da saída, mas você ganha duas para chegar a sua casa, em função do transporte. Aí realmente eu não sei qual é o estresse maior, se é você enfrentar essas duas horas no transporte ou ter o tempo da refeição reduzido.

Eu tenho uma formação acadêmica que me levaria a votar pelo tempo mínimo de uma hora. Essa é a minha visão acadêmica. Mas eu não quero ter essa visão. Tipo assim... E aí, Drª Juliana, com

todo o respeito, eu acho que a senhora faz uma colocação que talvez até nem quisesse fazer, que o trabalhador não tem o direito de escolher, que as pessoas têm que seguir aquilo. Eu acho que aí está um pouco exagerado. Eu acho que determinados segmentos podem, sim – e desde que haja acordo coletivo –, optar por isso. Não precisa ser uma coisa "não, o mínimo é uma hora e pronto, acabou" para todo mundo, quando nós sabemos – os jornalistas aqui sabem – que isso, às vezes, não é nem possível. No mundo real isso não é possível.

Então, eu acho que a flexibilização, desde que seja um texto em que se garanta... Eu tenho preocupação com isso. O próprio Senador Blairo falou. Um operador de máquina não pode fazer um almoço e dali a meia hora subir numa máquina para operar, porque tem um detalhe: na hora em que você ingere essa alimentação, sobretudo se for uma alimentação mais forte, você vai aumentar a taxa de glicemia, e essa taxa de glicemia muitas vezes – e na maioria delas – dá sono. Então, para quem vai operar máquina, ou alguma coisa que tem que ter... realmente e sem dúvida nenhuma representa um perigo. Então, por isso eu quero tratar desse tema assim.

Talvez a gente pudesse... O Blairo falou: eu quero ver uma coisa mais simples, uma coisa que flexibilize, que torne a vida das pessoas mais fácil. Mas sempre nós haveremos de ter também a preocupação de que, em alguns casos – e não são poucos –, esse tempo mínimo haverá de ser respeitado. Aí nós estamos falando de profissões que realmente podem acarretar um prejuízo grande, sobretudo no chamado acidente de trabalho.

Mas eu queria cumprimentar a todos. Eu acho que a Mesa foi muito rica, Dr. Luiz Antonio, porque ela trouxe opiniões diferentes. E isso aqui é uma audiência pública que tem por objetivo instruir os Relatores. Eu não sou Relator, mas a Senadora Ana Amélia é Relatora, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ângela Portela.

Ela não está presente, mas isso é para instruir o projeto e para convencimento, na hora do voto, daqueles que vão, em última instância, decidir aqui. Aí, a audiência pública é sempre muito válida.

Eu quero respeitar a opinião de cada um de vocês e agradecer pela contribuição valiosa que todos deram aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Moka.

Eu vou permitir que falem todos os Srs. Senadores e, ao final, os nossos convidados terão a oportunidade de tecer algumas considerações sobre o que foi dito pelos Srs. Senadores.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, mas eu não poderia deixar de vir participar desta audiência, deste debate, até porque eu fui um dos que provocou esta audiência pública. E às vezes, Sr. Presidente e senhores convidados – eu, para ganhar tempo, não vou citar o nome de cada um –, uma boa intenção pode gerar uma situação que traga prejuízo, principalmente para os mais fracos.

Eu lembro quando nós criamos – eu era Deputado ainda – uma certa situação de flexibilizar a organização dos sem-terra. Veja bem, do MST. Resultados? Aquela legislação, aquela proposta que veio pelo MST para dentro daquela Comissão acabou virando lei. E foi para onde depois? Para dentro das empresas. Porque, quando você faz uma lei, uma lei não é especificamente para a situação, por exemplo, que lembra aqui muito bem o Senador Blairo Maggi, porque a intenção dele é das melhores. Pode ser das melhores. Mas, quando você engessar isso na lei, é regra em nível nacional, num País onde nós temos que estar aí com o trabalho escravo. Estamos libertando o trabalhador sob o regime de escravidão. Isso é fato e é real. Se é fato e é real, nós temos que ter o máximo de cuidados com esse debate.

Só pegando algumas coisas que eu vi aqui no final... Todos nós sabemos que, no caso da carga ininterrupta de seis horas, você naturalmente abriu mão daquele horário, mas assim mesmo há um intervalo lá de 15 minutos e, na verdade, aqui dentro da Casa nós sabemos que, quando se faz a opção pelas sete horas, é no serviço público. E não pense que serviço público é área privada. Eu fui empregado durante décadas na área privada. Lá não tem essa não de achar que, porque é sete horas, você fica uma hora almoçando. No serviço público fica. E nós sabemos que fica. Pode ser que o acordo seja de 15 minutos, mas ninguém fica menos de uma hora, sai para almoçar e volta, almoça e fica sete horas. Isso é fato e é real. E não estou nem criticando.

Bom, feito o acordo, eu tenho que almoçar. Quem é que consegue almoçar em 15 minutos? Eu não consigo. Mas não consigo mesmo. E conheço o chão de fábrica, porque fui operário muitos e muitos anos. Eu sei o que é você decidir uma lei como essa e dizer para o trabalhador: "Olha, vai ali, faz um lanche e volta". Aqui dentro é fácil. Eu faço um lanche e continuo conversando. Ainda não é recomendável. Agora, a realidade do País é outra. Das fábricas, das ruas, dos campos, das construções. É outra realidade.

E por isso eu... Sou obrigado a ouvir a Dr^a Juliana falar, Dr^a Juliana, mas não dá, agora, de repente, que o culpado de uma situação, de um certo constrangimento, até, para os procuradores, o culpado agora seja o procurador. O culpado seja o fiscal do trabalho, num País onde nós estamos acabando com os fiscais do trabalho. As empresas mais do que quadruplicaram ou multiplicaram por dez os números, e o número dos fiscais do trabalho reduziu nominalmente, para menos do que a metade. Nada mais é fiscalizado. Ou em 90% não há fiscalização. Nós sabemos que não há. É só chamar aqui, numa próxima audiência que eu proponho, trazer também os fiscais do trabalho e trazer, para ouvir também, o movimento sindical.

Oxalá o movimento sindical tivesse toda a força que eu ouvi aqui ser colocado. Não tem, pessoal. Havia os grandes sindicatos. Ou não. O sindicato lá de Cacimbinhas, ou de Capão do Leão, ou de Capão do Tigre, como exemplo. A realidade deles é outra lá. E, na dúvida, *pro misero*. O que os protege é a lei. E a lei já é quase que flexível. Se nós colocarmos ainda, como eu vi aqui, "ou" – essa palavra "ou" ainda –, fica uma outra grande dúvida: a pedido do empregador "ou" em decorrência de acordo ou convenção coletiva.

Então, quanto a esse tema, pessoal, eu me preocupo pelo seguinte: passa aqui... Digamos que nós aprovássemos por unanimidade. "Na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República foi dito que dá para flexibilizar o horário do almoço". Como é que vai ser aplicado num País continental e gigante como o nosso? Nós sabemos que é delicado. Sabemos que não é fácil.

Eu sempre dou exemplo, Presidente, do fundo de garantia. E isso eu... Eu e meu amigo sofríamos na carne, porque eu também não entendia muito aquilo. Quando eu cheguei à empresa: "Você tem direito à estabilidade ou optar pelo fundo de garantia". Diga um trabalhador no Brasil que pôde optar pelo fundo de garantia. Ele não pôde optar coisa nenhuma. Ele teve que assinar o documento, senão não tinha emprego. E eu assinei aquilo tranquilo. Eu tive só dois, três empregos. Trabalhei só em duas, três empresas toda a minha vida. A última existe até hoje, há trinta anos, que é o grupo Tramontina. E tenho uma relação excelente com eles.

Então, eu acho que não dá para comparar empresas de alto porte, sérias e responsáveis – e há muitas no Brasil, graças a Deus; são a maioria. As grandes, pelo menos –, com aquelas médias e pequenas que vivem no dia-a-dia e se baseiam na legislação. A legislação que lá chega é cumprida. Eu, pelo menos, quero que seja assim. Se não é, bom, alguém vai ter que fiscalizar. E aí entra a Procuradoria do Trabalho, entram os fiscais do trabalho.

Então, Presidente, eu acho que esse tema, por mais que eu falasse aqui das minhas preocupações, com todo o respeito que tenho pelo Senador Blairo Maggi... E ele sabe que eu tenho enorme respeito; ele conversou comigo sobre o tema, ontem ainda, e pediu até que eu viesse aqui. "É importante que tu estejas lá, Senador". Eu aqui estou com essa visão de preocupação e, no mínimo,

no mínimo, nós teríamos que chamar uma outra audiência pública com a presença dos fiscais do trabalho e também das centrais sindicais.

Há uma frase... Eu demorei quase 20 anos para aprovar o estatuto do pessoal com deficiência. Eles me ensinaram isso, com a paciência que se tem que ter mesmo. Eu me reunia com eles, "não, não é o que nós queremos. Não é". Tudo com "nós", mas nada sem "nós". Nós estamos falando aqui da vida de no mínimo 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada, celetistas, lá nas ruas. Se nós temos hoje no País uma organização de centrais sindicais e também de confederações de empregadores, vamos trazer um outro debate aqui, para ver o que é possível enxergarmos em matéria de discussão sobre um tema tão delicado como esse.

Eu trabalhava em forjaria. Trabalhava em fundição. Pelo amor de Deus, se um sindicato me tirasse aquela horinha de almoço, desculpe-me a expressão, como se diz, daria vontade de mandar ele para um outro planeta. E é possível, às vezes, pessoal. É possível sim. Na pressão da negociação, para fechar o acordo coletivo, no final de todo o bolo, que são centenas de cláusulas, ou, que sejam, dezenas de cláusulas: "Não, nós acordamos, mas essa aqui nós queremos flexibilizar". E essa pressão existe. Como existem da parte do trabalhador outras pressões: "Não, eu concordo com isso, mas não concordo com aquilo". E aí? E digam para mim, que trabalhava em fundição. Eu amassava barro quente, eu diria. Quem conhece fundição sabe como é que é isso. É um bolo de terra, e você joga o ferro ali dentro. Aquela horinha do almoço, para mim, era sagrada. Eu almoçava, dava uma cochiladinha e voltava para o batente.

Então, é muito delicado esse tema e por isso eu pediria... de forma muito respeitosa e carinhosa com aqueles que pensam diferente, porque é um tema que merece o maior cuidado.

Não é bom, num momento como esse, num momento de recessão, de desemprego, o País numa situação muito difícil, nós mexermos num tema em que não há necessidade de mexer. Aquela horinha do almoço, ali, é uma questão até humana. Eu presido a Comissão de Direitos Humanos. Eu diria que é uma questão até de direitos humanos ter aquela horinha de direito ao almoço. Se eu coloco na lei, da forma que nós poderíamos colocar – se alguém quisesse – e o papel aceita tudo... mas a realidade, lá nas ruas, é outra.

Eu encerro, Presidente. Acho que deixei bem claro o meu ponto de vista; e o meu pedido seria que não tomássemos uma decisão sem ouvir as centrais sindicais e ouvir, também... Eu chamaria a Fiesp, chamaria a Fieg, chamaria a CNI e chamaríamos as centrais para um debate, aqui, sobre... O mundo do trabalho é muito rico. Agora, nós não podemos também, de um momento para o outro, começar a flexibilizar ao extremo de até o horário do almoço ser questionado.

Às vezes me falam da Grécia. A Grécia fez tudo isso. Tiraram tudo. E o que foi que deu? Está falida. E no Brasil nós não tivemos praticamente nada nessa proporção do que a Grécia fez, se compararmos – inclusive aqui estão os aposentados –, e está num patamar melhor. Com certeza está melhor. Ninguém discute Grécia e Brasil.

Então, o exemplo da Grécia não é positivo, não. "Não, mas vai acontecer como na Grécia". Vai se nós começarmos a flexibilizar tudo, tirar todos os direitos do trabalhador, do aposentado, do pensionista, dos deficientes, e dizer que vai valer agora só a lei de "quem pode mais chora menos". Eu acho que não leva a nada. Eu repito: na dúvida, *pro misero* sempre.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu, escutando aqui as palavras do amigo, o competente Paim, quero registrar que acho que o moto principal é a gente entender, quebrar o paradigma de que qualquer flexibilização é, por si só, negativa. Eu acho que a gente tem que abrir um pouco mais o debate e escutar – como muito bem ele falou –, ouvir todos e entender que quando a gente cita... Por exemplo, ele citou a Grécia, mas tantos outros países fizeram

coisas que deram certo. A gente está pegando um que deu errado, mas Espanha, Alemanha, tantos fizeram algumas mudanças que deram certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Espanha não está muito...

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Não, mas da situação que estava... E a Alemanha, por exemplo.

Então, eu quero compreender que é preciso a gente ter cuidado com todas as mudanças que devemos e podemos fazer. Acho que nós temos que pensar sempre a médio e longo prazo e pensar no mundo; pensar no contexto mais integrado e não pensar que estamos isolados, nem dentro do nosso próprio País. Existem muitas diferenças. E eu acho que a maior injustiça é tratar de forma igual os diferentes, deixar de dar oportunidades para a gente ser mais competitivo, para que a gente gere mais empregos, para que a gente dê oportunidade de o País crescer e de as pessoas melhorarem a sua qualidade de vida.

Eu entendo que essa flexibilização – e aí, como bem falou o nosso Senador Moka – pode trazer muitos benefícios se for bem aplicada. E, amigo Paim, a gente precisa entender que tem que tomar cuidado sempre. As legislações têm que ser sempre atualizadas. E se considerarmos algo que foi construído há 40, 50 anos, quando o trabalho era completamente diferente do que é hoje, não podemos imaginar que tudo aquilo, hoje, é mais adequado.

Queremos, sim, que os princípios e direitos se mantenham, porque eles são corretos, são justos e têm que preservar o trabalhador. Também não podemos – e aí acontece muito, Dr^a Juliana. A gente sabe que são casos isolados, mas eles são representativos – presumir, imaginar, pela equipe de fiscalização, que toda empresa é exploradora, que toda empresa quer fazer a coisa da forma errada. Nós temos, sim, que melhorar a fiscalização, como disse o nosso amigo Paim. Nós temos que valorizar as empresas que fazem as coisas corretas e, de alguma forma, expurgar, através de um trabalho bem feito, aquelas que não fazem. Mas de forma nenhuma nós podemos dizer que está todo mundo no mesmo caminho errado. E não podemos também imaginar que está todo mundo no mesmo caminho certo. Quer dizer, é esse discernimento, é essa capacidade de mudança que a gente precisa ter também na nossa legislação.

Quando a gente fala, por exemplo, Senador Paim, em trabalho escravo, temos que eliminar a zero. Mas sabemos que hoje ele é bem menor do que já foi pouco tempo atrás. Não podemos imaginar que, quando a gente fala que isso é representativo como imagem, isso é representativo em percentual. E não podemos, por conta de ainda existir esse tipo de deturpação da relação do trabalho, imaginar que isso possa travar outros avanços que a gente tem que ter em nossa legislação.

Então, eu acho que o diálogo é muito importante, acho que o mundo real requer que nós façamos algumas mudanças com todo o cuidado possível e vendo o que funciona. E ouvindo muito bem as centrais sindicais. Eu acho que o próprio projeto estimula isso, para que haja mais acordos coletivos, para que a gente possa entender o quanto são diferentes as atividades laborais, porque a diferença que existe de um trabalho para outro, hoje, é imensa. As consequências de um trabalho em casa, as consequências de um trabalho perto e longe de casa... Quer dizer, tudo isso tem que ser levado em consideração.

Então, eu acho muito importante não só a audiência, mas a oportunidade de a gente estudar melhor aquilo que precisa ser mudado. Nós estamos falando de um ponto. Haverá muitos outros pontos que a gente pode debater. E reiterando: que sempre, no final, seja melhor para todos. Seja melhor para o trabalhador, seja melhor para a empresa, seja melhor para o Governo e seja melhor para a sociedade como um todo.

É isso aí, nosso Presidente. Eu acho que o caminho é esse.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, senhores convidados, penso que, ao lado de ser Presidente, também sou membro desta Comissão e gostaria de fazer algumas ligeiras considerações.

Este País nosso, tão jovem, passou por momentos em que as leis foram se aperfeiçoando à medida que a modernidade chegava. Nós, no começo da nossa história, éramos movidos, do ponto de vista empresarial, pela escravidão. Aí foram imolados milhares e milhares de seres humanos, seja na intimidade das caravelas que circulavam da África até a costa brasileira, seja na rudeza do próprio trabalho em nosso País. Mas esse é um tempo que ficou para trás, à margem do caminho, com os destroços de guerra.

Nós temos hoje uma Constituição que se pretende moderna. Eu, modestamente, ajudei a fazê-la, elaborá-la. Fui constituinte. Mas eu não penso rigorosamente assim. Acho que essa Constituição, que se compõe de 250 artigos e mais cem artigos dos Atos das Disposições Transitórias, 350, com dezenas de emendas e milhares de incisos, não é uma Constituição balizadora do melhor e mais profundo interesse nacional. Ela é uma Carta Constitucional concessiva, repleta de direitos e de poucos deveres.

Um constituinte houve, chamado Roberto Campos, um dos gênios que passaram pela geografia brasileira. Sentado ao meu lado, ele dizia que se levantava contra quase tudo que se fizera na Constituinte. Porém, havia, entre os artigos concessivos, um deles que agradava ao seu pensamento. É o artigo que diz "todos têm direito à vida". Ou seja, dizia Roberto Campos: "Eu não vou morrer mais, porque eu tenho direito à vida". Com isso, ele fazia uma crítica ácida ao calendário de concessões da lei. Isso é muito bonito e muito confortável, a concessão. O dever é sempre penoso.

O que este País, a meu ver, precisa, em matéria legislativa, é de boas leis, leis adequadas, contemporâneas do nosso tempo, e não apenas concessivas.

Aqui estão juízes do Trabalho, procuradores do Trabalho, especialistas nessa matéria. Se nós fôssemos compulsar o elenco de leis ligadas ao trabalho, iríamos descobrir milhares delas. Nós temos no Brasil, hoje, cerca de 200 mil leis; nem os computadores conseguem lidar adequadamente com elas.

Eu conheço, senhores, inúmeros trabalhadores que ainda são constrangidos nos seus direitos, mas conheço, por igual, muitos empresários que buscam encerrar as suas atividades, porque não suportam mais lidar com as leis trabalhistas e com o julgamento delas, muitas vezes.

Nunca se diga que eu tenho resistência ao trabalho, porque eu fui um deles, dos trabalhadores, no início da minha vida, na gênese da minha vida.

No Congresso Nacional, junto com o Senador Fernando Henrique Cardoso e junto com o Senador Marco Maciel, redigimos uma lei de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Àquela época, eu pensava que uma lei dessa natureza seria em si mesma capaz de resolver todos os conflitos, porque o trabalhador se tornaria, desde logo, acionista minoritário e sem capital da empresa em que trabalha. Fizemos isso os três Senadores com o melhor dos propósitos. Aprovamos essa lei complementar no Senado Federal em uma semana e por unanimidade. Foi à Câmara e, desafortunadamente, lá quase pereceu nos socavões dos gabinetes e das mesas. Veio o Presidente Itamar Franco e redigiu uma medida provisória, na tentativa, no sentido de elaborar uma caminho, pelo menos, para a participação do trabalhador nos lucros das empresas, que hoje está em vigor.

Quero com isso dizer, Srs. Senadores e senhores convidados, que, sempre que pudermos aperfeiçoar a lei, devemos fazê-lo, mas uma lei a mais, por ser uma nova lei, a mim não me entusiasma. Se nós retiramos de um dos elos a capacidade de existir, o outro também não existirá. Nós estamos falando dos interesses do capital e do trabalho. Um não vive sem o outro. Eu quase diria que o trabalho, mais ainda, não vive sem o capital. Está aí a ideia que os três Senadores tiveram da edição aqui, porque existe e já existia em outros países a lei de participação do trabalhador no lucro das empresas. Se dermos tudo ao capital, o trabalho fica lá sufocado; se, por igual, damos ao trabalho em desfavor absoluto do capital, ele não existirá; e, na medida em que o capital não existe, o trabalho, por igual, não existe.

Penso, portanto, que nós temos que caminhar nessa direção, e esta comissão tem este sentido, com equilíbrio das forças e dos interesses, para que um não sufoque o outro. É ilusão supor que o capital é absoluto, é poderoso e, com isso, constrange absolutamente o trabalho. Eu não penso assim. Muitas vezes, com movimentos sediciosos, injustos, é o trabalho que sufoca o capital, esquecendo-se o trabalho de que, sufocado o capital, ele também perecerá. Está aí a necessidade de ambos navegarem com o equilíbrio que a razão sugere e a inteligência também.

Mas me perdoem essas considerações, que não têm o objetivo de obstruir, obstaculizar, impedir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, porque eu quero concordar com V. Ex^a.

Eu conheço o seu projeto, foi uma grande ideia. Mas como é que terminou no final e até hoje fica? A sua ideia e a dos outros dois Parlamentares na época estava no bom caminho. Eu também penso assim.

Se nós nos tornássemos sócios, nem que fôssemos lá com direito a 1% no final, qualquer percentual... Mas não foi assim que terminou. Entrou na linha também do optativo e resultou em que a ampla maioria dos trabalhadores não têm participação nos lucros.

Então, essa linha do optativo, dependendo da outra parte, é muito delicada. Por isso eu concordo com V. Ex^a. Não quero fazer aparte, mas estou concordando com o seu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Paim, certamente não foi o capital que obstruiu o caminho dessa lei.

Havia um Senador aqui, banqueiro, à época, que recebeu com absoluto entusiasmo e nos disse que lá na empresa dele, no banco no qual ele trabalhava e a ele pertencia, como havia participação espontânea, ainda não legal, ele observava que os funcionários, muitas vezes, se abaixavam no tapete do escritório para apanhar um clipe, ou seja, economizando, pois era do interesse dele próprio, do funcionário.

Então, era esse o objetivo, mas eu não acredito no movimento sedicioso, por facilidades, porque a lei propõe, porque a lei sugere, porque a lei permite. Isso é destrutivo quando o interesse do trabalhador está sendo prejudicado, está sendo condenado, está sendo negligenciado. Sim, permite-se, observa-se que é uma necessidade. Fora daí, é uma destruição, e isso tem acontecido frequentemente.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Na linha do que o senhor está falando, eu vejo que as empresas vencedoras já aplicam aquilo que é melhor para o trabalhador. As melhores empresas do País e do mundo valorizam, querem ver o trabalhador crescer, melhorar, aperfeiçoar-se, é isso que tem acontecido na prática.

O senhor falava da relação capital e trabalho. Eu acho que nós devemos estimular no Brasil que o capital procure estar onde está o trabalho e não onde está a especulação. No mundo, existe muita oportunidade para o capital crescer sem trabalho, em aplicações, especulações. Eu acho que o Brasil está precisando estimular o trabalho, estimular essa competitividade.

Eu tenho certeza de que esses movimentos vêm para fortalecer o trabalho; para fortalecer, através da competitividade, da regulamentação também, é claro, mas, sobretudo, da diferenciação. Tenho essa esperança e parabeno todos pelas explanações, pela oportunidade de diálogo, pelo aprendizado.

Cada vez que eu me sento ao lado do Senador Paim, eu tenho certeza de que aprendo algo mais. Cada vez que eu escuto os senhores, tenho certeza de que aprendo mais, e aí possamos, através desse diálogo, construir soluções que, sem dúvida nenhuma, farão bem sobretudo ao País. E nós vivemos bem quando o País é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Ex^a aprende com o Senador Paim, porque ele já foi um trabalhador e hoje é um código. Eu também aprendo.

Drª Juliana.

A SRª JULIANA CARREIRO CORBAL OITAVEN – Na verdade, a minha intenção era só acrescentar alguns argumentos, já que nossa perspectiva aqui é pensar sobre o assunto. Então, já que eu ouvi aqui, na fala de alguns dos Senadores, alguns argumentos, eu queria só contrapor da forma mais objetiva possível.

Primeiro, eu acho que o Ministério Público do Trabalho adota esse posicionamento bem tranquilo. O avanço é necessário, a mudança é necessária, desde que nós avancemos tomando por base as premissas corretas. Nós não temos somente grandes empresas que são grandes respeitadoras dos direitos trabalhistas no nosso País. Nós temos um País com uma imensidão territorial, com diversas situações no País todo. Eu acho que precisamos olhar para tudo isso.

Fala-se aqui que o trabalhador deve escolher, que a liberdade de escolha do trabalhador deve ser incentivada, que o trabalhador precisa escolher o que quer, mas na verdade essa liberdade de escolha muitas vezes termina sendo viciada; muitas vezes o trabalhador depende – não em todos os casos, pelo amor de Deus, mas, muitas vezes – daquele emprego e ele se sujeita a diversas circunstâncias por vontade viciada. Todos nós sabemos o que é isso. Então, nós não podemos fechar os olhos para isso. Existe liberdade? É claro que existe. Ninguém aqui é pai e mãe de trabalhador. Existe liberdade, mas não existe liberdade total. Em certos aspectos, nós precisamos restringir.

O terceiro aspecto é que quando nós falamos de explorador, desse maniqueísmo de capital e trabalho, na verdade o explorador, o empresário, o empregador é explorador da atividade econômica. É isso. Não é explorador do trabalhador. Ele explora a atividade econômica da qual participa também o trabalhador, que não pode ser visto como mercadoria, ele é sujeito de direitos. É isso aí. A visão é essa.

Alguns Senadores aqui comentaram que na construção não poderia haver essa redução, porque existe uma série de especificidades da atividade; mas a proposta, da forma como está colocada, vai autorizar também que isso seja feito na construção e onde mais quem quiser desejar. Então, para mim, esse é um dos grandes perigos.

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA CARREIRO CORBAL OITAVEN – Em tom conclusivo, nós já temos na CLT uma disposição a respeito de situações excepcionais, que foi recente, na atividade dos rodoviários. Situações excepcionais diante da natureza do serviço.

Por fim, eu acredito, só para arrematar, que essa flexibilização ampla e genérica prevista na CLT, que abarque todas as relações, não deve ser aceita, na nossa visão, na visão do Ministério Público do Trabalho, de modo a permitir que qualquer norma coletiva, sem nenhuma intervenção do Ministério do Trabalho e Emprego, possa prever uma redução desse tipo no intervalo.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem, Drª Juliana.

Dr. Luiz Antonio.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Presidente, Senador Edison Lobão, é uma satisfação também estar aqui com o senhor; ao Senador Paim o nosso agradecimento por ter feito o requerimento e colocado a Anamatra dentro desta audiência pública importantíssima. Estou muito satisfeito de estar aqui com todos esses debatedores e com a participação atenta dos Senadores.

Nós, da Anamatra, somos testemunhas desse trabalho desgastante, deste trabalho intenso dos Senadores, de estar, ao mesmo tempo, em três, quatro lugares, duas, três Comissões, audiências etc., mas isso não impede – e isso que é o mais importante – a preocupação dos Srs. Senadores com o estudo e o conhecimento. Nós somos... a Anamatra é parceira de inúmeros projetos, acompanha o trabalho. Muitas vezes o resultado não é o de que gostaríamos, muitas vezes é aquele que queremos.

Senador Paim, preocupa-nos muito, à Anamatra, aquilo que nós estamos chamando – e a atual gestão da Anamatra está denominando – de desconstrução do Direito do Trabalho. Então, há uma preocupação muito forte nesse aspecto. O projeto de terceirização como foi aprovado lá na Câmara não nos causa profunda preocupação, mas aqui, no Senado, nós encontramos, Presidente Lobão, essa preocupação dos Senadores de discutir bem o tema, sem açodamento, sem pressa, ouvindo todos os lados, isso que é muito importante.

Agora, lá na Câmara está a discussão da maioria penal, mas, junto com ela, vem a redução da idade mínima para o trabalhador. Ontem, nós participamos de uma audiência pública, a Diretora de Direitos Humanos da Anamatra estava lá. Nós defendemos que antes de diminuir, nós deveríamos nos preocupar em aumentar, porque não basta apenas entender que a criança, que o jovem, voltando, começando a trabalhar mais cedo, vai ter...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ... as condições de vida adequadas.

Então, essas preocupações realmente nos trazem esta oportunidade de dizer isso.

Mas, para encerrar aqui, o tempo realmente é exíguo, só gostaria de dizer que, de fato, há estudos que demonstram que a redução dos intervalos prejudica a saúde, é o intervalo das férias, é o intervalo de um dia para o outro, é o intervalo de dentro. Eu trabalho numa vara especializada em acidente do trabalho, a 30ª Vara de Porto Alegre. Entram aí 200, 250 processos por dia só tratando de acidentes de trabalho ou de doença profissional.

Desses 200, 250, mais da metade envolve problemas ortopédicos, LER, Dort, coluna, membros superiores, membros inferiores. Isso o que é? É o desgaste.

O que está nos preocupando também é, neste momento, o aumento do número de problemas mentais, da sanidade mental. É o assédio, é a cobrança excessiva, são as metas.

Então, Presidente, encerrando, nós deixamos essa mensagem de que, sim, o diálogo deve existir, mas ainda nós não estamos preparados para tirar o legal, tirar a lei das relações de trabalho. Preocupa-nos muito que, nesse projeto, estejamos abrindo a porta para a volta do legislado *versus* o negociado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO VALENTE FAGUNDES LEBRE – Gostaria de cumprimentar o Senador Edison Lobão.

Reitero o entendimento de que as mudanças aqui propostas não se aplicam ao setor rural, devido às peculiaridades da classe agropecuária. No entanto, como advogado, intérprete da lei, eu gostaria de expor alguns argumentos aqui.

O primeiro é em relação à ilustre Procuradora Juliana, sobre o que ensejou a dúvida dela no sentido de saber se essa flexibilização, essa redução via negociação ou acordo coletivo seria de forma ampla, e, a meu ver, aqui, de acordo com o projeto proposto, ele deixa claro que continua sendo por ato do Ministro do Trabalho e Emprego.

Em relação aos outros argumentos de que certas empresas não teriam condições adequadas para conseguir pleitear esse benefício, essa redução, também o artigo aqui é claro no sentido de que ele condiciona a atender integralmente as exigências concernentes à organização dos refeitórios e não poder estar em regime de trabalho prorrogado, de jornadas suplementares. Também, para mim, está claro.

O último ponto é na questão de que, às vezes, passa a retratar o ponto do trabalhador hipossuficiente, singular, despreparado na negociação, mas ele é representado pelo sindicato e, pelo menos, nas negociações que eu pude acompanhar, nos acordos ou convenções que eu pude acompanhar, eles são muito bem representados. O sindicato, não sei qual foi o Senador que retratou,

está até um passo à frente. Eles defendem, e defendem com muito fervor o trabalhador; então, eles estão bem representados.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALENTE FAGUNDES LEBRE – Muito obrigado.

O SR. ALAIN MAC GREGOR – Senador Edison Lobão, a CNC reitera tudo que foi falado.

Em especial, o senhor levantou um tema que é muito interessante, que é a questão da participação nos lucros, que é a Lei 10.101. Nessa lei, houve um avanço para o setor do comércio, porque ali foi criada a oportunidade de trabalhar aos domingos no comércio, e foi modificada a Lei 10.101 pela Lei 11.603, de 2007, em que, mais uma vez, tratando do trabalho aos domingos, inseriu-se a possibilidade do trabalho nos dias de feriados, mediante negociação coletiva. O trabalhador pode, sim, trabalhar em dias de feriado mediante negociação coletiva, ou seja, a lei entendeu a capacidade das partes – e aqui eu reforço que são as partes interessadas, que é o empregador e o trabalhador – em dialogar e chegar a um termo.

O Senador Paim sempre tem convocado as entidades dos trabalhadores junto com as entidades patronais, para discutir, para dialogar, para chegar a um meio termo, inclusive fez um trabalho belíssimo com relação à Lei 11.780, de 2013, que é a Lei do Comerciante, em que reuniu todo mundo e chegamos a um termo, ou seja, as entidades laborais, patronais têm sim capacidade de negociar, têm sim formas de chegar a um consenso e têm todo o cuidado de fazer isso.

Hoje, eu acompanho, pela CNC, as negociações coletivas do comércio. Nós temos 20 mil convenções coletivas todo ano, 20 mil, todas monitoradas, e 100% trazem benefícios para os trabalhadores, porque a convenção não reduz direitos...

(Soa a campainha.)

O SR. ALAIN MAC GREGOR – Ela vem para trazer mais direitos. Então, é por isso que essa proposição, em primeiro lugar, vai atender quem cumpre a lei. A lei só vale para quem a cumpre, então nós temos um cenário absurdo de empresas que nós não defendemos aqui, que são as empresas que não cumprem as leis, e um cenário de empresas que querem cumprir a lei, que querem dar mais benefícios para os trabalhadores, mas são engessadas, não podem, porque, se elas concedem um benefício para o trabalhador, mesmo querendo, mesmo tendo a possibilidade, naquele momento, de fazê-lo, elas têm medo do risco que isso vai acarretar e vai gerar um direito que nunca mais vai ser retirado. Então, nós temos que observar aqui, ter o cuidado de não sermos resistentes às mudanças. As mudanças virão, porque o mundo é dinâmico, o mundo vem mudando, então nós temos que acompanhar esse mundo através da legislação.

Como eu sempre falo, não se cria emprego por lei, desemprego se cria por lei. Enquanto nós não tivermos isso em mente, enquanto nós não deixarmos de lado a ideia de que o empregador explora a atividade econômica... Não, ele desenvolve a atividade econômica; ele não explora a atividade econômica, ele desenvolve a atividade econômica. Então, a questão de exploração é do século passado, aqui é de desenvolvimento.

O empresário hoje está próximo do trabalhador, está próximo do sindicato dos trabalhadores, por quê? Porque essa proximidade faz com que a empresa dele, o negócio dele evolua, e ninguém quer fechar porta hoje em dia. Hoje o empresário quer realmente criar um ambiente favorável para o desenvolvimento da sua atividade econômica.

Por isso, a CNC, mais uma vez, reforçando, é a favor da proposição do Senador Blairo Maggi, que vem ao encontro disso, dessa evolução. Inclusive agora, semana passada, foi editada a Portaria nº 945, de 2015, do Ministério do Trabalho, que trata da autorização transitória para o trabalho aos domingos e feriados, para as atividades que assim necessitem, em que foi valorizada a negociação coletiva. Então, ali a negociação coletiva virou um dos mecanismo automáticos para a autorização

transitória para o trabalho aos domingos e feriados daquelas atividades que assim necessitem e que não têm autorização permanente, como é o caso do comércio.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só uma frase, Presidente, só uma frase para ajudar na reflexão e ouvir os outros.

Eu, que vim do movimento sindical, penso o seguinte – e V. Ex^a foi na mesma linha –, dentro da lei, tudo; livre negociação, para quê? Acima da lei, para melhorar direitos, porque a livre negociação não permite que você atinja a lei.

Só para dizer que, no fundo, nós concordamos, eu sou fã da livre negociação, desde que respeite os parâmetros da lei. Agora, no momento em que eu altero a lei, eu permito que aquela questão específica, em que havia uma discordância, seja fruto do entendimento das partes envolvidas.

Deixe-me dar um outro exemplo de um segundo: empregada doméstica. Foi aprovada uma lei. Quando foi aprovada, eu ri naquela época, porque dizia o seguinte: a partir de hoje, todo empregador doméstico pode garantir o seu fundo de garantia para as empregadas domésticas. Sabe quantos garantiram? Nenhum que eu conheço. Pode ser que haja um ou outro que vá dizer para mim, mas, de 200 milhões de brasileiros, digamos que 50 milhões tivessem empregada doméstica, nenhum pagava para empregada doméstica. Por isso que a lei é o mínimo do mínimo para assegurar um direito para a parte mais fraca. Em tese, é mais fraca, não há como nós dizermos que não, porque, em época de desemprego, se eu tenho a caneta para empregar e desempregar, o empregado já pode percorrer as ruas novamente à procura do emprego, mas eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dr. Carlos.

O SR. CARLOS JOSÉ KURTZ – Senador Edison Lobão, a quem eu cumprimento, e aos demais Senadores presentes.

Eu represento aqui a CNI e queria dizer que nós temos algumas convergências, algumas divergências e alguns pontos que precisam ser esclarecidos ainda no próprio texto, é o que eu depreendo.

A convergência que me parece clara é de que todo mundo é a favor da negociação coletiva, da livre negociação. Não há dúvida, e a CNI se solidariza com o projeto de lei, porque ele vem no sentido de valorizar a negociação coletiva.

Qual a extensão, a dimensão, a ondulação dessa negociação coletiva já é uma questão para nós discutirmos.

No nosso ponto de vista, o assunto em tela se presta à negociação coletiva, e por que se presta? Porque tem modulações previstas na própria lei. Ora, nós não estamos aqui a inovar, a lei prevê. O art. 71 da CLT, desde 43, prevê a possibilidade de o horário, de o intervalo intrajornada ser reduzido. Não há aqui, portanto, nenhuma novidade.

Traz prejuízo essa redução? Não. A própria lei já prevê desde 43; e pelos inúmeros exemplos que foram aqui relatados durante a reunião, ficou claro que o mundo moderno, pelo contrário, exige essa redução em muitos casos. É um benefício não do empregador, não só do trabalhador, mas da própria sociedade. Quanto ao trânsito, no meu Estado, que é Santa Catarina – e reitero aqui – há cidades como Joinville e Blumenau que utilizam, há quase um século, a redução do intervalo de intrajornada. Se você retirar o intervalo de intrajornada de algumas categorias, Senador Paim, o senhor vai gerar, inclusive, uma instabilidade social, por exemplo, lá no meu Estado, em que o intervalo intrajornada é utilizado em muitos casos para você não trabalhar aos sábados. E aí há uma grande discussão. E se disse, no início, a questão das horas suplementares, o que são e como elas funcionam.

Mas, enfim, se você disser para um trabalhador que vai ter que voltar a trabalhar aos sábados...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JOSÉ KURTZ – ... isso cria uma instabilidade muito grande e muito séria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para a sua reflexão, se está tão bom, para que mudar então?

O SR. CARLOS JOSÉ KURTZ – Eu entendo que há necessidade de mudar, e mudar para facilitar, porque a possibilidade já não se discute. Se há uma coisa com que eu concordo com a procuradora é o seguinte: qual é a intenção dessa mudança? No nosso ponto de vista, já que há a possibilidade da mudança e todos os requisitos para a mudança estão previstos na lei, você não pode mudar, colocar um intervalo intrajornada para almoçar num restaurante de esquina, não pode. A lei diz que você só pode mudar se você tiver um refeitório dentro da empresa, com a distância, com todos os requisitos que são estabelecidos, com a refeição balanceada, autorizada pelo Ministério. Isso não está sendo mudado no projeto de lei. Então, concordo com a procuradora no sentido de que nós temos que saber qual é a extensão do que está sendo mudado.

Penso, sim, que a mudança só faz sentido, portanto – se não ficaria como está –se for, no nosso ponto de vista, para facilitar e respeitar. Facilitar o quê? Facilitar a possibilidade de você realizar essa alteração. Como? No meu Estado, por exemplo, há dificuldades com relação ao entendimento de que sejam horas suplementares, se pode fazer, se não pode fazer. Acho que aí há espaço para discussão no projeto de lei, via negociação coletiva, senão vai ser só mais instrumento para solicitar. Número um.

A outra questão importante é o pano de fundo dessa discussão, da valorização da própria negociação coletiva e da sua extensão. Com relação ao instituto, se não for para facilitar, se não for para valorizar os sindicatos, se não for para possibilitar que o interesse do empregado seja respeitado diante de uma legislação que vem desde 1943 – e, máxima vênha aqui, não há estudos definitivos que digam que há prejuízo para o trabalhador, até porque esses estudos teriam que ser comparados com questões como trânsito em que o senhor permanece, questões sobre permanência com a família, isso é mais complexo. É óbvio que, para algumas situações, para trabalhos pesados, você não pode se alimentar e, em seguida, ir trabalhar, mas isso a própria lei hoje já estabelece.

Então, eu deixo aqui o registro de que a CNI entende que esse projeto é muito importante, porque trata, primeiro, da possibilidade de você ampliar a negociação nas suas dimensões e criar facilidades para que essa redução, quando for de interesse do empregador, mas, principalmente, absolutamente, do trabalhador, que vai ser fruto de um acordo, possa ser facilitada, obviamente seguindo os parâmetros da lei, porque ninguém, em sã consciência, está aqui para propor qualquer projeto de lei que não venha do interesse de respeitar a legislação, o trabalhador e a própria sociedade.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Senador Edison Lobão, eu quero reforçar aqui a importância dessa proposta do Senador Paim de que se façam mais discussões, de que as centrais sindicais estejam aqui presentes, porque elas representam a grande massa de trabalhadores do País.

No caso dos jornalistas, nós somos uma categoria pequena. A nossa carga horária é de cinco horas, mas eu não conheço um jornalista que trabalhe cinco horas; são dez, doze horas, é batendo ponto e continua trabalhando. A maioria das empresas não têm refeitórios.

Então, acho que é importante abrir mais essa discussão com as grandes categorias, com a grande massa de trabalhadores do País, porque é necessário.

Acho esse projeto de lei muito generalista e isso é um prejuízo, porque não trabalha com as especificidades de cada categoria. Se trabalhasse, o art. 71 já estaria contemplando a proposta que o Senador coloca.

Quanto à desigualdade entre uma categoria e o capital na negociação, todos nós, que vivemos no mundo do trabalho e fazemos negociação, sabemos que para manter emprego, entram cláusulas

que criam prejuízos para os trabalhadores. Se não há uma legislação ou uma tutela do Estado, vão ocorrer situações como agora, com projetos de lei – num momento de crise, em que a maioria do trabalhador vai baixar para 14 anos – sendo aprovados e indo embora; quer dizer, nós estamos regredindo. A flexibilização no trabalho está regredindo os direitos dos trabalhadores.

Antes de o senhor chegar, já tinha citado várias situações em que cada vez mais se criam penalidades para o trabalho; e assim nós não vamos chegar ao desejado desenvolvimento do País de que estamos precisando tanto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu agradeço ao Dr. Carlos José Kurtz, ao Rodrigo Valente Fagundes, ao Dr. Alain Mac Gregor, ao Luiz Antonio Colussi, ao Dr. José Carlos, à Dr^a Juliana Carreiro pela gentileza das presenças e pelas contribuições valiosas que prestaram a esta Comissão na elaboração e votação da lei em causa.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 7 minutos.)



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Romário, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha e Blairo Maggi. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, solicita, excepcionalmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 79/2015-CE**, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, que requerem "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 10/2015-CE, de minha autoria, sobre a realização de Audiência Pública nesta Comissão destinada a debater os Programas de Incentivo ao Governo Federal (FIES, PRONATEC e Ciências sem Fronteiras), seja incluído no escopo da discussão o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 10 e 79/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, destinados a debater **"Os programas de incentivo à educação do Governo Federal - FIES, PRONATEC, Ciência sem Fronteira e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid"**. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Costa, Secretário Executivo do Ministério da Educação - MEC; Senhora Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Senhora Bárbara Melo, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES; Senhora Elizabeth Guedes, Integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN; Senhor Iago Montalvão, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes - UNE; Senhor José Geraldo de Sousa Junior, Membro da Comissão de Educação Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e Senhor Antônio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Wilmar Lacerda, Primeiro-suplente do Senador Cristovam Buarque. Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Fátima Bezerra e Paulo Paim (autor dos Requerimentos). Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de**

Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR PAULO PAIM
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião foi convocada na forma de audiência pública, atendendo aos Requerimentos nºs 10 e 79, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a debater os programas de incentivo à educação do Governo Federal – Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteira – e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Bom, antes de dar as boas-vindas e chamar para compor a Mesa os nossos ilustres convidados – o Senador Cristovam Buarque já está presente –, quero dar conhecimento de um requerimento, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2015, de autoria do Senador Paim, sobre a realização da presente audiência pública, destinada a debater os programas de incentivo à educação do Governo Federal - Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteira.

E esse requerimento foi também para que fosse incluído no escopo de discussão o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que já foi objeto de discussão inclusive com o Ministério da Educação.

Portanto, subscrevo o requerimento com o Senador Paim, para incluir também na presente audiência pública, além dos programas de incentivo Fies, Pronatec e Ciência Sem Fronteira, o debate do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bom, dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe aqui os convidados.

Chamamos inicialmente o Professor Luiz Cláudio Costa, nosso Secretário Executivo do Ministério da Educação; o Professor Antônio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Bárbara Melo, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes); Iago Montalvão, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE); o Professor José Geraldo de Sousa Junior, ex-reitor da UnB, representando aqui, como membro da Comissão de Educação Jurídica, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Elizabeth Guedes, Integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

Sejam bem-vindos.

Bom, o requerimento é de autoria do Senador Paim. Quero só, aqui, na condição de Presidente dos trabalhos, saudar os nossos convidados, agradecendo a presença de cada um e cada uma de vocês, dizendo o quanto é importante este debate, porque, afinal de contas, estamos tratando de programas de grande relevância para a educação brasileira. Não estamos tratando de

qualquer programa. Estamos tratando de programas, por exemplo, de caráter inovador, como o Ciência sem Fronteira; estamos tratando de programa que tem a relevância do Pronatec, um dos maiores programas até hoje instituídos no País no que diz respeito ao incentivo à qualificação profissional.

Nós vamos tratar também do Pibid, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, um programa maravilhoso cuja filosofia vem contribuindo enormemente exatamente para que nós possamos, Prof. Luiz Cláudio, avançar no que diz respeito à questão da qualidade da formação dos nossos docentes, da formação do magistério em todo o País. E estamos tratando do Fies, que dispensa comentários, pelo caráter inclusivo que ele tem de, ao lado do ProUni, embora cada um tenha características próprias, promover a inclusão social no campo da educação de milhares de jovens pelo País afora. O Fies, inclusive, em função das dificuldades de natureza orçamentária por que passa o País e de toda essa crise no campo da macroeconomia, que trouxe o chamado contingenciamento, motivo pelo qual esses programas têm sido objeto de questionamento...

Então, nada mais oportuno que a gente ter hoje aqui, Senador Cristovam, o representante dos estudantes, a voz dos estudantes, a Ubes e a UNE, a voz da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Câmara de Ensino Superior, a voz da OAB e a voz do MEC, pelo Prof. Luiz Cláudio, nosso Secretário Executivo, e pelo Dr. Idilvan, Presidente do FNDE.

Vamos dar início à nossa audiência.

Vou passar a palavra ao Prof. Luiz Cláudio para que ele faça aqui uma abertura, faça uma exposição de caráter mais geral.

Com a palavra o Prof. Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Bom dia a todos os Senadores, a todos que aqui estão, aos nossos colegas da Mesa.

Quero saudar a Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado, quero saudar o nosso Senador e, creio, nosso eterno reitor Cristovam Buarque, esse grande educador, quero saudar todos que estão aqui à Mesa conosco, o nosso colega do Ministério da Educação, Idilvan, e saudar a Helena Nader, Presidente da SBPC.

Aproveito para parabenizá-la, Helena, porque a reunião da SBPC em São Carlos, a que nós fomos, foi, mais uma vez, um sucesso e também pela sua recondução como Presidente.

Quero saudar o nosso ex-reitor da UnB José Geraldo, meu colega enquanto eu era reitor também de Viçosa – fomos reitores juntos –, com quem aprendi muito. É um prazer revê-lo.

Quero saudar a Bárbara Melo e o Iago, da Ubes, e a Elizabeth Guedes, que trabalha muito na educação superior, e quero saudar todos os colegas do MEC que aqui estão.

Senador Paulo Paim, que acaba de chegar, é um prazer tê-lo aqui. Obrigado pelo convite.

Bom, primeiramente, quero agradecer a esta Casa, que, com muita responsabilidade, vem discutindo, com muita propriedade, tantas coisas da educação e nos dados muitos subsídios para que nós possamos avançar e corrigir rumos.

Quero parabenizar o Senador Paim e os demais Senadores pelos temas.

Vou falar rapidamente sobre os temas e me colocar à disposição para, depois, podermos discuti-los mais detalhadamente, até pela felicidade desta Casa em colocar esses temas.

Então, vamos começar, pela ordem que nos foi passada, com o Fies.

O Fundo de Financiamento Estudantil, que teve uma grande mudança a partir de 2010, é um programa que, como nós sabemos, tem grande importância para o País. Os números nos mostram isso.

Nós temos, hoje, no Brasil, Senador, em torno de 7,4 milhões de estudantes no ensino superior, com mais ou menos um milhão deles em universidades federais, com essa grande expansão das universidades federais.

Em torno de 45% dos estudantes brasileiros hoje estudam devido a programas como o Fies e o ProUni. Se nós observarmos o Plano Nacional de Educação, veremos que ele aponta que nós devemos passar do que nós temos hoje... Hoje, nós temos em torno de 20,6% dos nossos jovens de 18 a 24 anos nas universidades. É um avanço dos últimos 20 anos. Realmente avançamos

bastante. O Plano Nacional de Educação nos aponta para chegarmos a 33%. Vejam que já é um avanço imenso.

Quando eu falo desse percentual de 20,6%, falo daqueles que estão estudando e já se formaram.

Então, vejam o esforço que nós temos de fazer para alcançar isso.

No total, temos hoje em torno de 34% de todas as idades, Senador Paim, que estão nas universidades, dependendo da idade. E o Plano Nacional de Educação nos dá um desafio de 50%.

Então, veja: como o Brasil pode avançar na educação superior? Não tem mais. Temos cinco programas hoje no Brasil. Podemos fazer a expansão das universidades federais. Aí, acrescento as universidades públicas, que fazem um belo trabalho, as universidades estaduais e municipais. Devemos ter em torno de 49 instituições estaduais e municipais – têm em torno de 700 mil estudantes todas essas instituições. Então, temos de expandir os nossos institutos federais – podemos expandir –, Fies, Prouni, Universidade Aberta do Brasil e Ensino a Distância. São os cinco programas que vamos ter de trabalhar para poder avançar.

O Fies é fundamental para o estudante brasileiro por diversas razões. Primeiro, sabemos, por razões históricas... Nos últimos governos, nos últimos 20 anos, fizemos muito esforço para a educação, mas o que acontece? Temos um débito histórico. Há pessoas de mais idade que trabalham, essas pessoas não conseguem hoje uma vaga nas universidades públicas, não podem ir para o Prouni; então, elas vão para o Fies. Então, o Fies precisa e vai ser mantido.

Tivemos no ano passado 732 mil contratos do Fies. O que fizemos neste ano e que tem caminhado muito bem? Inclusive, agora, o processo está aberto pela primeira vez de forma inédita. Vocês não estão sequer ouvindo falar no Fies. Costumo brincar com a imprensa que ninguém está procurando saber do Fies. É porque está indo bem.

Nós abrimos neste ano 313 mil vagas, primeiro e segundo semestre em torno disso, e agora há 61 mil vagas abertas de uma forma dialogada com as instituições de ensino superior privadas, que, em sua grande maioria, têm grande comprometimento com a qualidade e querem avançar. Elas apresentaram as vagas para o ministério, e nós fizemos a análise dessas vagas com base na relevância para o País. Então, pegamos engenharia, formação de professores e área da saúde. Essas tiveram prioridade. Priorizamos os cursos 5, 4 e também 3. Estão ali. Prioridade: 5, 4, e 3. Demos uma pequena prioridade ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto DF, de 55% para 45%. Com isso, selecionamos as vagas, os estudantes estão concorrendo de uma forma – é a primeira vez que isso ocorre assim – organizada. Os estudantes, Senador, com sua nota do Enem chegam e veem o lugar em que estão. Então, eles sabem o que está ocorrendo, sabem se há vaga e sabem que conseguiram por mérito ou, se ficaram de fora, qual a razão de terem ficado de fora. E todos aqueles que fizeram o contrato, que forem capacitados e comprovarem, evidentemente, aquilo que declararam, terão seus contratos feitos.

Para o ano que vem, devemos manter um número de vagas semelhante ao deste ano. A nossa expectativa é trabalharmos entre 300 e 350 mil vagas, que acho um patamar muito razoável para um programa de governo. Fizemos algumas modificações importantes. Antes, esse programa aceitava até 20 salários mínimos. Agora, são apenas dois e meio salários mínimos, porque precisamos pegar aquela parcela da população que realmente necessita.

Então, nossa decisão é avançar com o programa, é trabalharmos cada vez mais junto com as instituições, com esse compromisso que elas têm, da qualidade; com o estudante também, no seu mérito, na sua busca, em áreas prioritárias para o País. E esta Casa nos ajudou muito nisso, com suas críticas, com suas colocações. Avançamos no Fies e agora temos um programa com sustentabilidade para avançarmos, porque é preciso isso. Precisamos ter essa sustentabilidade, para que o programa avance, porque veja: quando fizemos 732 mil contratos no ano passado, isso foi importante para o País, eram pessoas que necessitavam.

Mas como ficava o Ministério da Educação?

Simplesmente, depois, recebia. São 730. Agora, conversamos com as instituições, as vagas são essas, públicas, transparentes, estão aqui, esses são os critérios, e vamos avançar

Então, esse é um programa em que vamos continuar avançando, precisamos avançar. É um programa bom para o País.

Segundo tema: Pronatec.

Bom, sabemos da sua importância. O Brasil ainda tem esse débito forte no ensino técnico. Lamentavelmente e de forma equivocada, colocamos no Brasil que o ensino técnico é uma coisa para o pobre que não tem condições de ir para o ensino superior. Não é nada disso. Tem de ser uma opção. Deve ser uma opção de vida. Como, nos países avançados, assim o é. O grande exemplo, talvez, seja a Alemanha, mas outros países também.

No Brasil hoje, o nosso ensino médio – isso já foi alvo de discussão nesta Casa – talvez seja o único modelo no mundo que é somente propedêutico, somente para ir para a universidade. Faz-se um ensino médio somente para ir para a universidade. Avançamos muito nisso.

Conseguimos avançar em torno 770 mil matrículas, no ensino técnico, para quase 1,8 mil. Esse é o avanço do Pronatec, além de estarmos trabalhando fortemente na qualificação profissional. É o curso que precisa qualificar profissionalmente aquele profissional, porque o Brasil precisa aumentar sua produtividade e sua renda. Tivemos, no ano passado, oito milhões de matrículas. Atingimos no ano passado a meta de oito milhões de matrículas e, neste ano, mesmo com as dificuldades orçamentárias, mesmo com as necessidades que temos de fazer esse ajuste, devemos fechar agora – e o Secretário Marcelo Feres está aqui –, na próxima sexta-feira, nós vamos fechar toda pactuação e, neste ano, trabalharemos em torno de 1,3 mil vagas para o Pronatec. Então, esse deve ser nosso número para o Pronatec, ou seja, é um programa que também avança.

Estamos fazendo também muitas melhorias na avaliação desses cursos: visita *in loco*, verificando se o curso é de qualidade, verificando a presença do aluno, para que possamos, cada vez mais, avançar com esse incentivo a nossos cursos técnicos.

Eu acho que podemos fazer uma reflexão. Ontem, eu fiz essa reflexão – e até vou pedir ao Senador que depois leia – em um artigo em *O Globo*, sobre a concepção de ensino médio, e tem um pouco de sua ideia. O que falei? Temos nossos institutos federais. Nossos institutos federais estão presentes em 560 municípios – não, é Marcelo? Estão presentes, mais ou menos, em 562 municípios. Há escola de ensino médio boa. Essa escola pode ser aquela que ajuda o ensino médio da região avançar e ela pode ser uma escola de referência, principalmente em algumas áreas que pensamos. Acho que esse é um bom caminho para irmos naquela linha de termos a presença federal. Veja bem: mais de um, em cada dez Municípios, tem a presença de institutos federais. Nessa ideia de termos técnicos concomitantes, técnicos subsequentes... Enfim, eu acho os institutos federais um dos grandes avanços pedagógicos que fizemos, nos últimos anos, neste País. Realmente, ele tem uma proposta de avanço pedagógico, formação de professores, os cursos técnicos... Eu acho que dá para nós avançarmos.

Ontem, eu fiz uma reflexão, Senador Paim – saiu até no jornal *O Globo* – sobre essa questão que está aqui e que envolve o Pronatec. Por quê? Vou dar os números aproximados, mas, depois, daremos números precisos para os senhores, o Marcelo me ajuda se eu estiver errado. O Pronatec, em torno de 28%, são cursos técnicos. Desses 28% de cursos técnicos, a grande maioria está nos institutos. Então, os institutos são a referência dos cursos técnicos. Não é o FIC, Senador, que é importantíssimo, mas é um curso de qualificação de 200 horas, no mínimo. Então, o Pronatec vai avançar e precisa avançar, porque é importante para o Brasil, para nossa produtividade e para nosso desenvolvimento.

Seria o último ponto se vocês não tivessem acrescentados o Pibid, o Ciência sem Fronteiras. O Brasil – vocês conhecem isso muito bem – é curioso. Nossa história de sucesso na educação começa na pós-graduação. O Brasil é o 13º produtor de conhecimento novo no mundo. É claro que, quando se pega *per capita*, não é tanto assim. Poderíamos contribuir um pouco mais, mas, enfim, é praticamente 2,4%. Nós temos em torno de 2,8% da população. Se pegarmos a Austrália, que tem 0,3% da população e contribui com 3%. Mas isso é uma característica de nossa história, mas a gente pode avançar.

Nossa pós-graduação avançou bem. O Brasil conseguiu desenvolver, por exemplo: temos a única empresa de agricultura agropecuária tropical no mundo. A ciência tropical nasce no Brasil com a Embrapa. Como é que foi isso? Pós-graduação! Nós criamos um programa de pós-graduação à época, visionários ex-Presidentes da Embrapa fizeram isso e treinaram nossos profissionais, nossas universidades, graduavam-se e iam para o exterior; voltaram e avançamos. Avançamos em diversas áreas com nossa pós-graduação. Hoje, nós temos uma pós-graduação – e está aqui nossa Presidenta da SBPC para nos dizer isso e o quanto ela é importante para o Brasil. Só que tínhamos isso de uma forma limitada. O Brasil não tinha uma internacionalização que tivesse escala. Era muito bem feita, mas não tinha escola, aí o Programa Ciência sem Fronteiras.

O Programa Ciência sem Fronteiras permitiu que cerca de 75 mil jovens, de graduação – vejam bem: graduação brasileiros: jovens pobres, jovens do interior, jovens em áreas importantes para o País que não tinham experiência internacional – fossem para o exterior, nas melhores universidades. O critério era este: tinha de ser as melhores universidades do mundo.

Lá tiveram a oportunidade de passar um ano, nove meses, inclusive fazer um estágio.

Eu digo para os senhores que o grande resultado do Ciência Sem Fronteiras não está nesses números; está no retorno desses jovens e nas perguntas que eles já estão fazendo nas universidades. Eles estão nos ajudando a repensar as nossas universidades, eles estão nos ajudando a avançar. Não é só dizer que mandamos 100 mil, que foram, voltaram. Não. Esse jovem volta com um compromisso social e com uma visão de universidade. Além disso, tivemos os doutores, pós-doutores, que são algo em torno de 25 mil. Então, dos 101 mil que enviamos, são 75 mil graduação. Nós nunca tivemos isso.

Nós sabemos disso, todos nós. Quando eu fiz graduação, como vários de nós aqui fizemos, qual era a chance de ir para o exterior, principalmente para um jovem pobre? Era inexistente. Ele não conseguia fazer isso. Hoje isso é possível. O jovem vai e volta. Outra coisa importante para o País: o jovem domina uma segunda língua. Isso é importante.

Então o Ciência Sem Fronteiras continua. Nós estamos reformulando o programa. Nós estamos fazendo uma ampla discussão com a Capes, dentro do Governo, para reformular o programa.

Uma reformulação que precisamos fazer é porque essa ida do estudante tem um custo alto. Algumas universidades, pela própria demanda que têm, cobram caro o que chamamos de taxas ou *bench fees*. Há universidade que cobram US\$30 mil para o estudante ficar lá. A bolsa dele é de quê? Quinze. Então, veja, eu pago 30 para o estudante estar numa grande universidade... Nós estamos negociando isso para termos de fato os estudantes colocados nas melhores universidades, mas em condições diferentes, pela escala que tem o programa. É um programa que considero estratégico para o País, que nos ajuda a avançar, forma os nossos profissionais de hoje e do futuro.

Creio que já conversamos sobre isso com o Senador Cristovam também. Vejam bem, o Brasil talvez seja uma das únicas estruturas universitárias do mundo – e tenho falado isso para vários reitores – em que pensamos que o único lugar de aprendizado é a sala de aula. Então, pegamos o nosso estudante e o colocamos por 40 horas na sala de aula, pensando que ele vai aprender. E eles estão vendo lá fora que as melhores universidades do mundo não fazem isso. Nós sabemos disso. Não significa que o estudante vai ficar ocioso, mas que ele vai ter outras formas de aprendizado, sem desprezar a sala de aula e a experiência do professor. Eles estão vendo isso lá fora, trazendo para cá e nos provocando. Quer dizer, as novas perguntas que são feitas nas universidades com esse programa são de fato aquilo que vai nos permitir avançar.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Então acredito que esse é outro belo programa.

Finalizando, para não passar muito o meu tempo, Pibid.

De cada programa de que falamos, tenho o meu entusiasmo. O Pibid para mim é o melhor que o País fez nos últimos anos. Vou explicar por quê.

Primeiro, porque pegou os nossos jovens de licenciatura. Nós sabemos que, lamentavelmente, para as licenciaturas, porque não havia e ainda não existe o atrativo, não

conseguimos ainda dar o valor que todos sabemos que elas têm. Nós não conseguimos transformar em algo efetivo a valorização do professor.

Hoje, o jovem faz o Enem, depois olha as universidades, escolhe para qual delas ele vai e passa a analisar os cursos. Ele tem uma perspectiva de futuro. O jovem que muitas vezes tem o sonho de ser professor olha para a licenciatura, mas, quando vê o salário, reflete um pouco mais e migra para outro curso. Então, precisamos valorizar a licenciatura.

O que fizemos? Nós criamos essa Bolsa Pibid, que é algo que tínhamos. Já tínhamos, e é um sucesso nosso, uma invenção brasileira, o Pibic, a Bolsa de Iniciação Científica, que já formou grandes cientistas neste País. Criamos o Pibid, em contraponto, ou seja, vamos valorizar o estudante de licenciatura, mas havia outros dois objetivos principais e um terceiro. Qual era o outro objetivo? Nós precisávamos trazer as universidades para dialogar com as escolas públicas.

As universidades fazem belíssimos cursos de graduação e pós-graduação na área de educação, mas muitas vezes não conheciam a realidade das salas de aula da nossa escola pública. Havia esse distanciamento. E esse é um *mea-culpa* que nós, professores de universidade e gestores, temos que fazer. Nós precisávamos conhecer mais.

Então o Pibid fazia o quê? O estudante tinha que ir para a escola pública. Ele ia conhecer a realidade da escola pública e trazia o problema das escolas públicas, uma realidade para dentro das universidades. E isso começou a mudar.

No início houve muita resistência. Nós tivemos resistência de ambas as partes. Hoje está vencido.

Então, além de valorizar o estudante, eu estive em várias formaturas e eles diziam: "Olhe, eu tenho orgulho de ser pibidiano, eu tenho orgulho de ter feito o Pibid e eu quero ser professor." Isso aqui me confirmou.

Isso foi muito bom, começamos a modificar.

O outro objetivo é importante. O nosso número hoje está em torno de 82 mil, 85 mil. É isso o Pibid? É por aí o bolsista Pibid hoje. Gostaríamos de ter chegado a cem mil. Por que cem mil? Não era um número mágico. Em torno de cem mil professores se aposentam na educação básica neste País. Então, a nossa ideia era termos jovens treinados, prontos, conhecedores da realidade, que fizeram toda a teoria e a prática, prontos para repor os que se aposentam, ou seja, para que houvesse uma renovação natural. Sabemos que, como gestores, temos que fazê-lo. Temos que pensar, seja na universidade ou onde for, como fica a situação. Então, fazemos essa análise. Esse era um dos grandes objetivos nossos. Aí, precisávamos fazer uma reflexão e estamos fazendo essa análise no MEC.

Acerca de todos os objetivos que citei antes para vocês, não tenho dúvidas de que, nós, o Pibid, alcançamos com grande propriedade. O único – mas não é do Programa, é da realidade brasileira – é que o jovem está saindo do Pibid, mas não está indo para a sala de aula, principalmente nas escolas públicas. É isso. Ele vai, porque é muito bom, para concurso, vai para outra carreira. Mas isso, vejam bem, não é decorrência do Programa. Por isso, o Programa vai continuar; com todos os cortes, não houve um corte de bolsa no Pibid e não haverá. Já acertamos com a Capes, não haverá cortes de bolsas, o Pibid se mantém para que possamos avançar. E estamos reavaliando o Programa.

Vejam, sobre os quatro programas que vi, houve informações muitas vezes equivocadas, a imprensa, e também nós comunicamos mal no Ministério da Educação. São quatro programas que priorizamos e estamos mantendo.

Vou falar agora quantitativamente sobre cada um deles. Leve-se em conta um ano de ajuste fiscal, e tivemos o Fies. Isso é público, os dados que estou citando aqui são públicos, esta Casa conhece bem pelos seus analistas e pelos próprios Senadores. Começamos o ano com 1,9 milhão estudantes no Fies. Decisão do Governo: todos que quiserem renovar terão seus contratos renovados. Se fizéssemos zero Fies este ano, precisaríamos de R\$15 bilhões. Então, vejam, isso é uma decisão de Governo, primeiro fato. Só para manter os que estavam, mas sabemos que vai crescendo.

Então, vejam bem, não seria justo que retirássemos qualquer estudante do programa. E não o fizemos. Todos aqueles que quiserem renovar, aditar, os seus contratos podem fazê-lo – garantido pelo Governo. Fizemos assim. Mas, e aí? Poderíamos parar por aí. Não! Apesar disso, num grande esforço do Governo – não foi fácil – com a sensibilidade que tivemos, interna, do Governo, discussões que fizemos, auxílio desta Casa e da Câmara dos Deputados também e da própria sociedade, conseguimos fazer, em uma época difícil, mais de 313 mil contratos. Foi o Programa que, com o SisU (Sistema de Seleção Unificado), com o ProUni e com ele próprio, o Fies, chegamos a 900 mil vagas pelas políticas públicas. Então, mantivemos o Programa.

Ciência sem Fronteiras. Tínhamos em torno de 8,5 mil jovens que precisavam ir para o exterior. Esses 8,5 mil jovens estavam com os seus sonhos, fizeram a seleção, edital pronto. Vou citar o custo aproximado desse período, Senadora, que era algo em torno de R\$600 milhões a R\$700 milhões para esses jovens estarem lá. Tínhamos a opção de frustrar o sonho desses jovens, mas nós os mantivemos lá, porque não seria justo. Então, vejam, houve um grande esforço do Governo para fazer isso. É um ano de ajustes, como sabemos.

Repito o Pronatec. O que fizemos no Pronatec? Apesar de todas as dificuldades, lançamos o Sisutec, tivemos a vaga do Sisutec agora; o Secretário vai fechar esta semana, como eu disse a vocês, e vamos chegar a 1,3 milhão de estudantes. E chegamos com o Pibid sem nenhuma bolsa cortada. Então, é isso. O Governo valoriza isso. Temos dificuldades, estamos fazendo ajustes nos programas, mas tenho a convicção de que vamos avançar.

Senadora, para início de conversa, era o que eu gostaria de dizer. Mais uma vez, agradeço principalmente ao Senador Paim, à Senadora Fátima e aos demais que aqui estão. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Prof. Luiz Cláudio pela exposição que acaba de fazer, trazendo uma panorâmica geral.

Saúdo aqui o Senador Paim, que é o proponente. Inclusive, eu o convido para, se quiser, presidir os trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço questão que a senhora presida. Quero ficar aqui ouvindo a todos e, ao final, fazer um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois bem, Senador Paim, como proponente da matéria, assim que terminarmos aqui a participação dos convidados, passaremos a palavra a V. Exª.

Aqui está presente o Senador Douglas Cintra, do Estado de Pernambuco.

O Senador Cristovam, que já mencionei.

E, dando sequência, Helena, você quer fazer uso da palavra agora?

E o nosso suplente, exatamente. Wilmar, suplente do Senador Cristovam, do Partido dos Trabalhadores.

Quero aqui, por favor, antes de passar a palavra a Helena, convidar o Prof. Marcelo Feres, é o nosso titular, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, permita-me, é quase uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiquei sabendo agora, e respeito a decisão da Mesa Diretora dos trabalhos, que o Secretário Júlio – Senador Cristovam, V. Exª trabalhou com ele – está saindo da Comissão no dia de hoje. É uma decisão da Mesa desta Comissão, que respeito sem nenhum problema. No entanto, acho que seria correto, no mínimo, fazer uma fala de um minuto, dizendo que o Júlio foi um grande assessor desta Comissão, um senhor que não tinha hora para começar e nem para terminar. Acho que V. Exª como ninguém, Senador Cristovam, que presidiu esta Comissão, sabe que o Júlio é um guerreiro da educação e da Comissão. Deu grande parte de sua vida por esta Comissão. E é natural que, quando muda a Mesa, às vezes, muda o Secretário. Nas comissões de que participei também foi assim.

Mas eu queria muito dizer, Júlio, que sei o amor que você tem por esta Comissão. Sei que você está saindo, não está alegre. Mas a vida é assim. Quero dizer que todo Senador desta

Comissão tem um carinho muito, muito grande por você. E saiba que as portas de outras comissões estarão sempre abertas e mesmo desta assim que a nova Presidência entender.

Eu tinha que falar isso. Está na garganta, eu não conseguiria falar. O carinho que tenho pelo Júlio é muito grande, mas entendo que é legítima também a mudança. Quando assumimos uma comissão, às vezes mudam alguns funcionários e cria-se um certo clima de constrangimento ou mesmo de tristeza. Mas é assim, Júlio.

E vá para outra atividade com Deus, porque nós todos estamos torcendo para você.

Uma salva de palmas para você, Júlio. *(Palmas.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero me somar ao Senador Paim. Na verdade, era preciso um Senador como o Paim para tomar, ter a sensibilidade de levantar este assunto neste momento, mesmo que interrompendo um debate tão importante.

De fato, é difícil imaginar esta Comissão sem o Júlio e ele sem esta Comissão, porque é como se fosse a vida dele isso aqui. Eu sei disso porque tenho uma boa relação com ele fora do Senado; encontramos-nos, conversamos. Pode-se dizer que somos amigos.

Eu quero dizer que a senhora, como Presidente, Vice-Presidente, vai precisar de muita lucidez para escolher uma pessoa que consiga desempenhar aquele trabalho.

Então, aqui fica a minha homenagem a tudo o que ele fez.

Fui Presidente desta Comissão e, sem ele, o trabalho teria sido muito menor. Claro, ninguém é insubstituível e nenhuma função é insubstituível para a pessoa. Ele rapidamente vai ter onde ficar aqui. É funcionário de carreira, concursado. Então, não tem nenhum problema de emprego. Ele tem é uma função muito importante que desempenhou ao longo de muitos anos nesta Comissão. É um homem não só respeitado pela Educação, mas muito mesmo pelo pessoal da Cultura, muito, muito, e Ciência e Tecnologia, porque durante muito tempo as comissões eram juntas.

Eu me somo aqui ao Senador Paim, dizendo que é normal, natural, é um direito dos Senadores que presidem tomarem essas decisões. É próprio da Casa mesmo, mas, às vezes, as coisas que são tomadas dentro de toda a explicação terminam sendo erradas. Acho que esta aqui pode ser um erro para a Comissão. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, Senador Cristovam, primeiro, quero me associar às homenagens que vocês acabam de fazer não só a Júlio, mas a toda equipe. Eu tomei conhecimento dessa decisão hoje, decisão que foi tomada pelo Presidente da nossa Comissão. Eu integro a Mesa Diretora aqui na condição de Vice-Presidente. Portanto, tomei conhecimento dessa decisão hoje. Eu quero aqui, Júlio, também me associar às homenagens aqui feitas por Paim e por Cristovam. Eu estou apenas há seis meses, Adriana, nesta Comissão, mas foi tempo suficiente para constatar a dedicação, o empenho e a seriedade de vocês. Portanto, a educação do povo brasileiro tem mais é que agradecer o trabalho inestimável, pautado com tanta seriedade profissional e com tanto zelo, que vocês desenvolveram ao longo desse tempo todo. O nosso abraço. O abraço, sem dúvida nenhuma, como disseram o Senador Paim e o Senador Cristovam, é de todos que fazem esta Comissão. Um abraço de agradecimento e de reconhecimento.

Nós vamos passar a palavra agora para a Srª Helena, que é a Vice-Presidente da SBPC...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Presidente. Desculpe, Helena.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não há o menor problema. Eu fui Vice do Prof. Raupp também, com muito orgulho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas é Presidente. Desculpe.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Imagina.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Helena, com satisfação, com a palavra.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Bom dia a todos.

Eu quero, no nome da Senadora Fátima Bezerra, cumprimentar a todos aqui, da Mesa. Agradeço esta oportunidade que o Senado Federal nos dá e que é extremamente importante. Então, Senador Paim, muito obrigada, assim como aos demais Senadores e aos aqui presentes.

No início, eu até gostei que a senhora tenha acabado colocando o Pibid, porque, quando me chamaram, era incentivo à educação do Governo Federal, Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras. Então, Fies... Falar depois que o Luiz Cláudio, nosso Secretário Executivo, que já ocupou o cargo de ministro por várias vezes no MEC, nas ausências de ministros, fica meio complicado.

Eu só vou começar dizendo o seguinte: a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que tem 67 anos de idade, é a favor de qualquer movimento que seja em nome da educação brasileira. É para investir em educação? Tem o nosso apoio.

Aqui, eu também já quero deixar claro, porque vou fazer críticas, que não são críticas ao Ministro ou ao Secretário Executivo, pois eu também quero deixar claro o meu testemunho do que eles têm feito para tentar manter a Pátria Educadora. Nós SBPC temos, reiteradas vezes, escrito tanto ao Palácio do Planalto quanto à Casa Civil como ao Ministro Levy que uma Pátria Educadora não pode contingenciar e cortar recursos. Isso não dá. Nós não vamos aceitar. Vamos morrer, talvez, afogados na areia, mas, enquanto não morremos, vamos continuar lutando, porque os efeitos do corte na educação e na ciência e tecnologia, que são as áreas estruturantes, só serão vistos no médio e no longo prazo. Não pode um país que cresce, de repente, cair num precipício.

Fies – totalmente favorável. O que para nós é extremamente importante – você já deixou claro, Luiz Cláudio, que teve mudanças importantes – é a transparência e a avaliação. Eu não posso, como sociedade civil, aceitar qualquer programa que não seja avaliado nos moldes com que são avaliados, por exemplo, os programas de pós-graduação que são do MEC e da Capes, que são transparentes, que todo mundo sabe o que é, para onde veio, para onde vai. Então, totalmente favorável, não vou falar dele.

Pronatec – é bastante dinheiro. Para terem uma ideia, é cinco vez o orçamento de federais e vai por aí fora. São vários CNPQs.

Então, tem que haver transparência, tem que saber, tem que saber de quanto tempo são esses cursos, até porque há o ruído de fundo. Quando você circula em meio a pessoas que estão envolvidas, há o ruído de que não é bem assim, de que há cursos e cursos. Então, isso tem que ficar claro. São quantas horas? Para onde está indo? Qual foi a melhoria do indivíduo? E isso é, enfim, o que nós queremos.

O Brasil tem o erro de achar que todo mundo tem que ser universitário. Nós temos que seguir o modelo europeu, ou até o próprio modelo americano, o modelo alemão, onde se valorizam todas as saídas, independentemente de ser o doutor ou de ser o técnico. Isso porque, muitas vezes, o que o País está precisando não é do doutor, mas do técnico qualificado. Então, o Pronatec é a grande invenção e tem de deixar muito claro para onde está indo, quais são os recursos, porque, senão, ficam os ruídos de fundo.

Ciência sem Fronteira.

Sobre isso, a SBPC se posicionou desde o começo e foi criticada por muitos, inclusive associados. Quando dizemos que a Presidenta da República tinha o direito, como legitimamente eleita, de criar o seu projeto, como todo governante tem, mantidos os projetos do Estado, aqui, a minha crítica... O programa é um sucesso! Todo mundo que foi para a SBPC... Temos feito, em cada reunião anual, eventos para trazer, ao acaso, os estudantes. E eles mesmos, quando ouvem dizer que vai haver o evento, viajam com dinheiro próprio para virem dar os seus depoimentos. Então, não tenho dúvida do sucesso, mas foi prometido dinheiro novo, e isso não foi verdade. Então, isso também tem que ficar claro.

O Ciência sem Fronteiras, em especial quando olhamos a parte... Ele é dividido entre Capes e CNPq. E até sinto falta de não estar aqui o CNPq, como também acho que a presença do Conselho Nacional de Educação seria extremamente relevante. Mas aqui, para manter, saiu dinheiro do FNDTC (Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O Senador Cristovam sabe porque nós já tivemos um debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde isso foi apontado claramente. O programa é excelente, mas tirou dinheiro de outros lugares. Então,

como o cobertor é curto, cobriu a cabeça e mostrou os pés. Então, não dá! Ou seja, o dinheiro novo não aconteceu. Isso também tem que ficar claro. Ele é relevante, somos favoráveis, é importante, porém, usou dinheiro que não era destinado para ele. Não se pode voltar atrás, mas o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, se os senhores olharem, não é desenhado para dar bolsas de estudo, em especial para graduação. Agora, somos a favor do programa. Então, somos a favor de tudo isso.

E, aí, eu havia trazido para discutirmos, porque está me preocupando muito, o que está acontecendo nas universidades federais. As universidades federais foram cortadas na carne. E, na hora em que você corta no federal, passa uma mensagem para os Estados e para os Municípios: "Abriu a temporada de caça". Desculpem-me o termo, mas é o que está acontecendo. Gera um efeito cascata. As universidades estão passando por uma crise financeira gravíssima. E, de novo, eu quero deixar claro: não é culpa do Ministro nem do Secretário Executivo, porque estão tentando, mas não estamos conseguindo a sensibilização do Ministro da Fazenda e do Ministro do Planejamento. Então, peço o esforço desta Casa para nos ajudar a reverter isso.

Sobre o Pibid, que está ali na página, o nosso Secretário já falou. É um programa pelo qual eu tenho... Ele foi avaliado, e vou trazer aqui alguns dados. Ele foi muito bem bolado; ele é de formação de professores.

É claro que eu quero na escola pública, mas, se a escola pública não abre concurso, esse professor não chega na escola pública. E não está abrindo.

Então, quando a gente vê que há número de ex-bolsistas que graduaram e não chegaram à escola pública, eu tenho que avaliar quantos concursos foram abertos em todos os 26 Estados e o Distrito Federal. Eu posso falar pelo meu Estado: São Paulo não abriu nada. O Município de São Paulo não abriu nada, tanto que está faltando professor.

Então, nós temos uma crise que chega ao Município e no Estado, que não é da alçada federal. Mas o projeto é fantástico, é brilhante. O que o Luiz Cláudio colocou é verdade: você está trabalhando com a escola, com o professor da universidade, com o bolsista e com o professor na escola, de tal maneira que esse estudante está pondo mão na massa.

Vou pular isso. Estão aqui os números – isso está na página da Capes –: 72.845 bolsas de Pibid; 5.692 para os coordenadores; 11.717 para supervisores; e aí vai, número de escolas, etc.

É um projeto-piloto do que nós gostaríamos, porque o que não vai bem neste País é a formação de professores. O nosso professor tem mais aula de como se comportar em sala de aula do que da matéria-fim que ele leciona.

Então, como eu quero melhorar o ensino superior e o ensino técnico se o meu ensino básico é tão deficitário? Como eu quero ter mais cientistas, número de doutores por cem mil habitantes se eu não consigo que a pessoa saiba ler e entender o que leu?

Nós temos um problema grave com a educação básica e temos que corrigir. O País tem isso. Essa é uma das avaliações que saíram de um grupo da Gatti e do André em que eles disse que, pelos dados até aqui analisados, esse é um programa de grande efetividade no que se refere à formação inicial de professores. Então, é um piloto que funcionou. E como é que a gente propaga isso? Como é que a gente chega àquilo que nós vamos precisar?

O Secretário falou que não foi cortada nenhuma bolsa, mas também não aumentou. O País ia chegar e precisa de mais. Nós precisamos de recursos para poder manter.

Aqui eu também quero trazer aos senhores e esse mapa mostra o que eu gostaria sobre, por exemplo, a pós-graduação. Esse era o mapa do Brasil em 1998. Está no GeoCapes e qualquer um pode entrar e *print screen* que é que eu faço quando eu preparo esses materiais.

Vocês veem que há vários brancos, o que significa que não existia nenhum programa de pós-graduação. Em 2005, já começou a colorir, sobrou apenas um Estado. Em 2013, esse é o mapa colorido do Brasil. E se vocês olharem, a Bahia, em 1998 era azul, tinha de 8 a 29 programas. Em 2005, passa para amarelo, de 34 a 87, uma escala. E em 2013, ela é vermelha. Então, esse é o Brasil que a gente quer. A gente queria isso com qualidade em todo o ensino básico, em todo o ensino técnico.

Em números de docentes é a mesma coisa, a distribuição vai mudando. É lindo o mapa! Para ter orgulho: o Brasil fez isso. Não foram ETs, não foram extraterrestres. Foi o MEC, a Capes, junto com a sociedade civil. E em muito pouco tempo. Com impacto gigantesco!

Esse é o número de alunos. E aqui é o crescimento. E mais, isso que eu quero mostrar, para encerrar e não ouvir aquela campainha, que me assusta. Isso mostra que os programas são avaliados, têm nota clara, distribuição

Se vocês olharem, desse contingente da última avaliação, apenas 145 são programas considerados de excelência: notas 6 e 7, são 270 + 145. Nota 5 são programas muito bons. Nota 4, está crescendo. E nota 3 é nota mínima para começar. Nota zero existe, não começa. Nota 1 existe e não começa. Nota 2 existe e não começa.

Não é que não existam notas zero, 1 e 2. É uma avaliação da sociedade civil, que todos conhecem. E infelizmente, a relação com a pós-graduação, a curva de trabalhos e a curva de teses de doutorado são praticamente juntas, com um pequeno soluço que não sei se manterá.

Isso aqui não interessa. O que eu queria colocar é que a pós-graduação também, como o Governo, como as universidades, teve que ser cortada.

(Soa a campainha.)

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Para manter as bolsas que, no custeio, correspondem: 100% de custeio, 86% dos recursos são bolsas, 4% são custeio. Todos esses programas espalhados pelo Brasil, mais de 5 mil, não vão receber recursos.

Se não investirmos, não vai haver equipamentos.

É esse o ponto que nós... E eu, de novo, reconheço que os esforços do MEC e do MCTI para reverter. Mas, se nós não conseguirmos o apoio político desta Casa e da Câmara, nós vamos, daqui a dois anos, estar dizendo: puxa, que pena, era verdade e nós não prestamos atenção.

Cada real que não se investe hoje significa R\$1 mil que se deixou de ganhar amanhã.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço à Prof. Helena, pela importante exposição que acaba de fazer.

Vamos passar, agora, a palavra a Elizabeth ou Bárbara... quem quer começar? *(Pausa.)*

Bárbara fala em nome da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Obrigada pela presença mais uma vez.

A SRª BÁRBARA MELO – Obrigada pelo convite. Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa em nome da Senadora Fátima. Acho que é a primeira Mesa do Congresso Nacional que eu venho com paridade de gênero – é importante salientar e valorizar nos espaços dos debates políticos e, em especial, no debate educacional.

Vou me ater a falar do tema do Pronatec. Desenvolver um pouco melhor a opinião da Ubes acerca da Pronatec.

Nós, estudantes, há muito tempo, pautamos a necessidade do investimento no ensino técnico, a necessidade da existência da escola técnica. De fato, o ensino técnico é importante para o desenvolvimento do nosso País e é importante como perspectiva para a juventude, que, cada vez mais cedo, quer poder se profissionalizar, ter essa opção para ter seu próprio emprego, para se preparar para o mercado.

Eu, particularmente, fiz o ensino técnico mais porque a qualidade do ensino médio regular oferecido era pior do que a do ensino técnico. Eu preferi fazer o ensino técnico porque tinha uma qualidade melhor.

Isto é uma coisa para ser refletida: muitas vezes o estudante entra no ensino técnico por causa disso e acaba deixando no meio do caminho porque ele não quer fazer aquele curso, ele só quer uma escola com uma qualidade melhor.

E geralmente, os institutos federais, até as escolas técnicas estaduais têm uma qualidade melhor no seu currículo, para além do técnico, que é melhor do que das escolas regulares. Isso é algo sobre o que temos de refletir, que pode inclusive ser um fator de não conclusão do ensino técnico pelos estudantes.

De fato, algo que precisamos reconhecer que teve um salto foram as vagas do ensino técnico; uma retomada do ensino técnico. E o Pronatec de fato é um programa muito importante, porque mexe com vários públicos, tanto com o estudante que está dentro do instituto federal, que faz o ensino médio e técnico concomitantemente, como foi o meu caso, sendo que fiz em rede estadual, como o estudante que está na sua escola pública regular e faz, no seu contraturno, um curso de menor duração.

De fato – eu concordo aqui com a Helena – se precisa ter uma avaliação desses cursos, especialmente os cursos do Sistema S, que de fato são importantes, mas que é preciso refletir sobre essas vagas do ensino técnico. Quais são os cursos que estão sendo abertos? Se são cursos que de fato veem as necessidades regionais; se são cursos que de fato influenciam numa perspectiva do desenvolvimento nacional.

Por exemplo, no Fies, quando se foi priorizar cursos, priorizaram-se cursos como os de medicina, o da indústria; são cursos que ajudam no desenvolvimento nacional.

Acho que o Pronatec deve priorizar cursos que sejam mais ligados ao desenvolvimento nacional, sem abrir mão dos cursos da área de serviços; sem abrir mão dos cursos que são ofertados hoje pelo Pronatec. Então, é preciso que se inove nessas vagas do Pronatec e também se priorizem as vagas que tenham mais *link* com o desenvolvimento nacional.

Este ano – não é segredo para ninguém – o aumento das vagas do Pronatec foi menor do que nos anos anteriores. Isso nos preocupa porque a gente tem o Plano Nacional de Educação que com muita luta, muita manifestação, trabalho e diálogo, esta Casa e a Câmara aprovaram, que pretende triplicar o número de vagas no ensino técnico, com garantia de 50% público. Então, precisamos ter um planejamento do aumento de vagas, da efetivação dessas vagas, para que se cumpra o Plano Nacional de Educação e também o ensino técnico cumpra o seu papel do desenvolvimento.

Então, acreditamos que para isso seja importante aumentar cada vez mais as vagas do ensino técnico, não só no Pronatec, mas também retomando o investimento do que antes foi chamado de Brasil profissionalizado, das vagas no ensino estadual, porque de fato é preciso olhar com carinho o ensino estadual das escolas técnicas. O MEC também olhar para isso, para a qualidade. E também para São Paulo, Rio de Janeiro, os Estados onde tem ensino técnico estadual, para ver se diminuiu essa verba. Então, precisamos verificar isso com muita atenção.

Outra parte importante dentro do Pronatec, mas também no ensino técnico no nosso País como um todo, é a assistência estudantil. Não tem como se aumentar vaga sem a perspectiva de se aumentar o custo, porque terá mais estudantes lá dentro. Vão aumentar os custos dentro da instituição e também da assistência estudantil, que vai além da Bolsa Formação, que vai para o passe livre, que vai para a própria alimentação dentro da escola – aquilo que a gente chama de bandeirão –, para os restaurantes estudantis.

Para a própria formação e questão de iniciação científica, por que não o estudante do ensino técnico poder desenvolver uma pesquisa? Por que não, dentro do ensino técnico, não se possa valorizar e ter um plano reestruturação de todos os laboratórios que ainda estão defasados?

Ou seja, precisamos entender, como foi a fala da Helena, que se não investirmos hoje, não aproveitarmos essas vagas que foram criadas, se os estudantes que hoje estão dentro do ensino técnico e os estudantes que não estão mas têm disposição de entrar, todo esse bolo demográfico da juventude no nosso País, se não aproveitarmos e canalizarmos com investimento cada vez maior na educação, para que se deem outra alternativa à crise, haverá prejuízos futuros no nosso País.

De fato existe o ajuste econômico, o ajuste fiscal, que a gente acredita que tem que ir mais para a pirâmide de cima, tem que ser mais na linha da taxaço de grandes fortunas, da taxaço dos grandes lucros do que da diminuição de custos, porque achamos que isso trará de fato prejuízos futuros no nosso País.

A visão dos estudantes acerca não só do Pronatec mas dos outros programas que foram falados aqui é positiva. A gente saúda a existência deles. Só que acreditamos que para eles se

efetivarem e cumprirem seu papel legítimo, é muito importante um aumento de verba e de priorização desses programas.

Tratando do Pronatec mais especificamente, foi falado aqui que 28% das vagas são do ensino técnico e o resto é do ensino profissionalizante. Então, temos algumas reflexões sobre isso.

O ensino profissionalizante, na nossa opinião, deve priorizar quem precisa urgentemente entrar no mercado de trabalho; quem precisa fazer aquele ensino profissionalizante de curta duração, porque tem que entrar logo no mundo do mercado de trabalho.

Quem está no ensino médio – a grande parte da juventude – que possa ter a oportunidade de um ensino técnico que aprofunde mais conhecimentos; um ensino técnico que possa cada vez mais caminhar, que cada vez mais debata sobre a politécnica, um ensino técnico que seja cada vez mais casado com o trabalho, cada vez mais casado com a atualidade.

Então, a gente acredita que o ensino técnico precisa cada vez mais se renovar e ser desafiado nesse novo Brasil em que a gente vive.

Já caminhando para a conclusão, acreditamos que o estudante precisa ter a perspectiva de entrar no ensino técnico e de também entrar no ensino superior. Ainda é uma opção. Ainda é visto e efetivado por aqueles estudantes que têm menor renda entrarem no ensino técnico, pois precisam trabalhar, e os que têm maior renda entrarem no ensino superior, porque podem se dar ao luxo de iniciarem no mundo do trabalho somente com os seus 25, 26 anos.

Mas a gente acredita que se deve poder fazer os dois. É preciso ter uma assistência estudantil para a pessoa se formar e poder ajudar sua própria família também, mas o que entra no mundo do trabalho também possa ter horários flexíveis para conseguir estudar. Mas com a idade certa.

Tem um projeto da Câmara que reduz a maioria laboral, que na nossa opinião não é a solução. Na nossa opinião é trabalho decente, estágio decente. Ainda existem abusos nos estágios. Isso é uma realidade para a qual temos de olhar. Não só no ensino superior como também no ensino médio. Estagiários de Administração ainda servem cafezinho. Isso é algo que precisamos mudar!

Qual vai ser a perspectiva do jovem de um emprego decente se o estágio dele ainda não é decente? A gente louva a iniciativa da lei do estágio, mas ainda não é de fato efetivada.

Então, esse olhar de avaliar o ensino técnico na iniciativa privada também tem que ser de avaliar os estágios na iniciativa pública e na iniciativa privada, o que dará a perspectiva, para os estudantes do ensino técnico, de um estágio com qualidade, um estágio que o respeite e no qual ele faça aquilo que está aprendendo no ensino técnico dele.

Achamos que, para evoluir o Pronatec e o ensino técnico no nosso País, precisamos ainda olhar alguns gargalos. O gargalo do acesso não foi vencido, mas demos longos passos nas vagas que foram criadas. Mas o gargalo da qualidade da assistência estudantil ainda precisa ser superado.

Fizemos, no último período, o Encontro Nacional de Escolas Técnicas, que foi no começo do ano, no mês de fevereiro, e na jornada de lutas do ensino técnico a gente pesquisou, entre os estudantes, a realidade de institutos federais de Norte a Sul do País, e vimos que dentro das instituições renomadas, dentro dos institutos federais ainda tem gargalos estruturais muito grandes: obras paradas, restaurantes estudantis que não foram criados, bibliotecas com acervo incompleto, maquinários de laboratórios ainda defasados.

Então, precisamos ver que só vamos construir e consolidar a pátria educadora quando o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento entenderem que o orçamento do MEC vai ser sempre crescente, e muito crescente, porque há estudantes dentro da escola, dentro da universidade, que precisam de qualidade para se formarem, e há professores que precisam de salários melhores, de incentivo, de formação continuada, de dedicação exclusiva para poderem dar o salto educacional de que o nosso País precisa.

Somos a sétima economia do mundo. O Brasil é um país rico em território, é um país rico culturalmente, que precisa de fato vencer o gargalo educacional, investir cada vez mais em educação, dar um salto na qualidade da educação, para de fato podermos explorar a fundo todas as nossas potencialidades.

Acreditamos que esses programas são importantes, mas, para além dos programas, precisamos ter iniciativas de programas de Estado, para além de programas de governo, como o Plano Nacional de Educação, que é um programa de Estado. E que possamos cada vez mais ter participação popular na criação desses programas de governo, ter participação popular na sua efetivação, na sua avaliação. E que também se possa entender que é com mais investimentos em educação, é sem corte de verbas, sem corte de orçamento no Ministério da Educação e de todos os ministérios que dialogam com essa pauta que vamos conseguir evoluir no ensino e, em especial, no ensino técnico.

Na semana passada, se eu não me engano, a Presidenta Dilma teve um diálogo com o Ministério do Trabalho sobre o Pronatec Aprendiz, mais vinculado ao Ministério do Trabalho. E acreditamos que precisa haver um olhar muito atento sobre o que será o Pronatec Aprendiz, para que o estudante do ensino técnico não seja mão de obra barata, para que ele seja indutor do desenvolvimento, para que o estudante do ensino técnico tenha boas oportunidades de estágio e de emprego, e que o Pronatec Aprendiz possa olhar para isso, que ele possa ver como as empresas estão aproveitando o estudante do ensino técnico e como o Brasil está aproveitando esse estudante.

(Soa a campainha.)

A SRª BÁRBARA MELO – Acreditamos que os estudantes do ensino técnico têm, de fato, muita opinião, muita vontade de trabalhar, mas também precisamos ter muito incentivo e muita valorização dentro das instituições do ensino técnico, sejam elas públicas ou privadas, federais, municipais ou estaduais.

Então, esse é o recado que trazemos. Acreditamos nesses programas, acreditamos em que eles precisam se efetivar com mais investimento e com mais participação dos estudantes, professores e de todos aqueles que constroem a educação do nosso País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Bárbara, que aqui falou em nome da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, entidade muito presente na luta em defesa da escola pública.

Vamos passar imediatamente a palavra para a Elisabeth Guedes, que é integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Bom dia a todos. Obrigada, Senadora Fátima Bezerra. Quero também agradecer ao Senador Paulo Paim pela convocação e pela oportunidade de estarmos aqui mais uma vez, ao Senador Cristovam, ao seu suplente, o Wilmar, e ao Senador Douglas – não sei se ele ainda continua na sala.

Eu queria, antes de começar, falar duas coisas: primeiro, sobre a manifestação dos senhores a respeito do Júlio. Nós, como frequentadores da Comissão de Educação, quer como palestrantes, membros de audiências públicas, quer como pessoas que acompanhamos a evolução da legislação, queremos agradecer ao Júlio as portas abertas, os braços abertos, a seriedade, o espírito republicano com que ele sempre tratou todo mundo, independentemente de sermos da UNE, da Ubes ou da Anup.

Eu não posso dizer que posso levar você, Júlio, porque você é concursado do Senado, mas, se pudesse, eu levaria. *(Risos.)*

E queria também dizer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O problema, só para complementar, é o que eu já disse para ele: eu posso levá-lo.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Então, eu vou levar os dois – eu levo o senhor e levo ele.

Bom, e eu também queria dizer que adorei a Bárbara. Tenho certeza de que hoje estou aqui ouvindo o discurso de uma futura Senadora ou de uma futura Deputada.

Senti muita maturidade no que ela disse. Ao invés de ficar na perseguição entre o público e o privado, a precarização do ensino, blá-blá-blá-blá, eu achei que você foi perfeita. Vou votar em você. Me avisa.

Bom, eu quero também aqui cumprimentar, em nome da Mesa, o nosso Secretário Luiz Cláudio Costa, em nome de quem eu também cumprimento o Prof. Idilvan e todos meus demais colegas.

Para mim é muito difícil começar a falar depois dessas três pessoas. Eu acho que o Luiz Cláudio mostrou uma visão muito ampla do que é hoje o apoio, muito forte, que o Governo tem dado à educação. Acho que a Profª Helena também nos mostrou sobre as agruras de um País em desenvolvimento, em crescimento e, em um período de ajuste fiscal, continuar investindo em uma estrutura de ciência e tecnologia forte na área pública; e também a Bárbara, que trouxe as reflexões dela sobre as preocupações como menina que ela é. Eu sou uma senhora, e a minha expectativa é deixar um mundo melhor para a Bárbara. Eu quero que a Bárbara encontre um Brasil melhor do que eu encontrei na idade dela, e que chegue à minha idade com um País mais justo.

Eu gostaria de voltar na mesma ordem seguida pelo nosso Secretário-Executivo, e muitas vezes Ministro Luiz Cláudio, aos programas. Vou começar pelo Fies e vou concordar com todas as colocações do nosso Secretário no sentido de que houve um avanço no aprimoramento do programa.

Quanto à redução do número de vagas, o setor – estou representando o Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), sou da Câmara de Ensino Superior de lá – entende que tem que haver uma diminuição nos recursos e achamos que colocar o Fies no mesmo sistema do Pronatec é um avanço grande no sentido da transparência. Não digo nem transparência, porque transparência é uma palavra muito vaga, mas ele coloca de maneira clara onde o Governo está querendo investir, de que maneira ele está querendo investir. O Pronatec... E aqui está o nosso Secretário que inclusive implantou o programa, porque ele não era Secretário na época da implantação, mas uma pessoa técnica, que conhece. Hoje está lá o Cristiano que lidera a equipe técnica deles. É muito difícil você chegar a alguém do Pronatec e perguntar: “Por que eu tenho 20 vagas e o fulano de tal tem 35?” Ele vai e explica direitinho o porquê de uns terem 20 e outros 35.

E aí, Bárbara, eu quero ajudar dizendo que o Pronatec já obedece a eixos tecnológicos, já obedece a prioridades. E o que o Fies fez foi se assentar sobre essa base de sucesso que o Pronatec já havia implantado. Da mesma maneira, o Pronatec também vai se assentar na experiência de sucesso que o Fies teve na avaliação dos cursos. A decisão de ir para Cursos 5, 4 e 3 só foi possível porque o sistema de avaliação do Inep e da Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior) estão atuantes.

Vou falar um pouco também... Não posso falar sobre o Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), porque é algo que eu conheço pouco, mas posso falar sobre a formação de professores. Eu acho que esta Casa e a Câmara dos Deputados, e nós que representamos a iniciativa privada, temos que repensar – estava conversando sobre isso com a Profª Helena – a questão dos conteúdos das Licenciaturas. Na verdade, quem forma os professores, em um grande número, somos nós da iniciativa privada. E se está faltando sala de aula, se está faltando experiência, se está faltando estágio, essa é uma discussão que a gente tem que ter de forma muito objetiva, muito clara e sem achar que é o dono da área de treinamento de professor. Aqui só senta eu, fulano de tal, A, B, C, D. Ficam os mesmos CPFs, as mesmas pessoas decidindo tudo para o Brasil. Acho que existem pessoas mais jovens, como a Bárbara, de fora de grupo, mas velhos até, que precisam colaborar com isso. E não é só também na questão do currículo das Licenciaturas, é também no diálogo do ensino superior com o ensino médio; no diálogo do ensino particular superior com o ensino médio – hoje nós temos 75% das vagas. E, em todas audiências públicas, muitos dos senhores já me conhecem, porque eu sou meio que figura carimbada, como bem disse o Luiz Cláudio.

Eu trabalho muito para o ensino superior e eu estou sempre defendendo o lado da iniciativa privada, que vem avançando no Brasil. A gente tem que também entender que a matriz do sistema mudou. A primeira mudança de manutenção que foi feita no Brasil, nos moldes que nós vemos hoje, tem dez anos. Foi a Universidade Anhembi Morumbi, quando fez a mudança de manutenção para o Grupo Laureate. Foi a primeira vez que um grupo internacional entrou no Brasil.

Nós estamos falando de um modelo que tem dez anos de funcionamento. Ou seja, não tem nada ainda, nós estamos começando.

O diálogo... E aí eu posso dizer de novo – o Luiz Cláudio me conhece, ele sabe que eu não sou muito de firulas –, mas o diálogo que o MEC tem aberto conosco tem facilitado muito a melhoria da nossa qualidade, porque nós temos conseguido entender o ponto de vista do MEC e o MEC tem sido capaz também de entender as nossas dificuldades em algumas regras. Eu não encontro doutores na área de Direito – tem uma pessoa aqui da OAB que irá me suceder – para trabalhar em Manaus. Não existem! Os doutores não querem ir para Manaus! Os doutores querem ficar ali, andando na Avenida Paulista, que a gente sabe que não tem lugar sequer de botar o pé. Mas eles querem ficar na Avenida Paulista! Eles querem ficar em Curitiba. Eles querem ficar no Rio. Isso não quer dizer que não seja feito um grande esforço. É claro que as universidades federais quando oferecem dedicação exclusiva e uma carreira muito mais consolidada do que as carreiras que estão sendo criadas nas universidades particulares, são muito mais capazes de atrair professores, até porque existe aposentadoria integral. Muitos professores...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – Não existe mais, mas não é o INSS, não é? Porque igual ao INSS, vamos falar sério, ninguém merece! E todo mundo ganha. Aquilo ali é uma tristeza!

Então, muitas vezes, o professor sai da rede privada, onde ele ganha mais hoje, e vai para a rede pública, às vezes morando mais longe, porque ele sabe que vai ter uma velhice e uma tranquilidade no dia-a-dia do trabalho maior. Ele tem estabilidade. Toda a vez que você tem alterações no número de alunos nas turmas, infelizmente a gente tem realocar a carga horária de professor, e não é porque a gente seja mau, mas é porque nós temos que pagar a nossa folha de pagamento. Agora, por exemplo, com a Portaria nº 23, nós temos discutido isso com o MEC, nós temos o repasse de quatro, aliás, nós temos quatro repasses de 2015 indo para 2016, 2017, enfim, do que foi combinado. E nós estamos entendendo isso. Mas nós vamos continuar pagando 13 folhas de pagamento de professores.

O esforço do ensino particular tem sido no sentido de investir em infraestrutura, investir em formação de professores, investir em pesquisa sim. Uma vez eu perguntei ao nosso ex-Ministro Paim por que não era permitido às universidades particulares montar os mestrados interinstitucionais de verdade, como são permitidos na rede pública. Nós temos universidades, por exemplo, na Bahia, com mestrados interinstitucionais com a Universidade Federal da Bahia que são um sucesso. Quer dizer, o que nós precisamos... Eu concordo com a Bárbara, que nós temos alguns vícios, e a Profª Helena também disse isso, e um dos vícios que a gente tem, no Brasil, é achar que o ensino particular é ruim, que todo mundo é tubarão de ensino, que todo mundo quer dinheiro.

Outro dia conversava com uma colega da Conter, e ela disse: "Ah, mas a empresa tal teve não sei quantos milhões ou bilhões de lucro". Eu disse-lhe: "Olha, primeiro, o lucro que sai dali é o lucro antes do Imposto de Renda, da depreciação, dos impostos todos que se paga. As margens são muito menores do que as pessoas imaginam." Você lê no jornal: "Escola tal pegou um bilhão do Fies." Eu fui conversar com o jornalista, e disse-lhe: "Pegou e fez o quê? Saiu correndo. Pegou esse um bilhão e foi correndo mundo afora? Não. Ela abriu um *campus*, ela abriu uma sala de aula, ela colocou professores".

Nós temos feito muitos estudos dentro do ensino particular, até porque somos jovens, para nos conhecermos melhor – o Luiz Cláudio conhece esse estudo. Nós fizemos um estudo, no ano passado, comparando o desempenho, as médias finais do Enade dos nossos alunos Prounistas 100% com os alunos egressos das universidades federais, e os resultados são: os alunos Prounistas egressos das universidades particulares têm notas médias mais altas do que os egressos das escolas federais. Inclusive eu apostei um almoço com um dos diretores do MEC e ganhei, porque ele me disse: "Eu não acredito nos seus resultados". "Então eu vou trazer aqui, Professor". Ganhei o almoço. Aliás, ainda não cobrei.

O que isso mostra? Isso mostra que, com uma correta política de incentivos, que selecione bem aquelas pessoas que deverão ser salvas nesta rede, que é o *safety net*, que vai salvar o excluído, que vai salvar o negro, que vai salvar o pobre, que vai salvar a pessoa que não tem uma formação acadêmica boa, quando ela está corretamente orientada e corretamente avaliada, conseguimos.

Vejam bem: quando eu pego um aluno prounista 100%, estou dizendo que a família tem até 1,5 salário mínimo *per capita* e que ele é uma pessoa pobre, mas consigo anular as diferenças socioeconômicas de entrada ao longo do curso dele. Pessoas como eu vão para a universidade pública de carro e estacionam nos estacionamento gratuitos que nos oferecem – eu ia estudar do jeito que eu achava bom. Outras pessoas se locomovem em transporte público, moram em casa com mais pessoas, trabalham de dia e estudam à noite, mas vão para o Enade e gabaritam. Isso mostra que a nossa máquina privada, que a máquina de ensino privada é boa e que precisamos dialogar melhor com o ensino médio e ajudar para que os alunos do ensino médio entrem melhores para nós.

Da mesma maneira, acabamos de concluir, agora, um estudo que vou mandar para os senhores e que mostra o efeito das universidades, de uma instituição de ensino superior particular no PIB do Município. Quando eu formo pessoas em uma instituição federal ou em uma instituição particular, qual influência isso tem no PIB? Sabemos que a maioria dos alunos que, hoje, estão nas universidades federais são filhos de classe média. Eles se formam e vão: ou mudam de cidade ou casam ou constituem uma família. Os alunos das universidades privadas são pessoas que moram, são pessoas com rendas mais baixas que, imediatamente, no momento em que se formam, começam a melhorar a vida dos seus familiares, ou trazendo-os de onde eles vieram, se são pessoas que migraram de centros menores para as capitais, ou efetivamente pagando escola para essas pessoas. O estudo que foi produzido pelo Naércio do Insper e que vai ser distribuído para os senhores vai mostrar que uma instituição de ensino particular, quando forma alunos, impacta em até 2,5% o PIB do Município, enquanto um aluno formado na escola federal, 1,7%. Geramos mais de um milhão de empregos. Hoje, são pessoas que estão dentro da iniciativa particular. Não ter qualidade não é mais uma opção para nós.

Por isso, saudamos as alterações que o MEC fez tanto no Pronatec, que vai aumentar a sua fiscalização de qualidade, quanto no Fies, que orientou e nos disse quais vagas, em quais lugares e que competiríamos pelos alunos. Acho que isso é transparente e justo.

Eu gostaria – e não quero estourar meu tempo, Senadora – de agradecer mais uma vez a oportunidade que a senhora está nos dando. Queria dizer aos senhores que me orgulho muito de militar no ensino superior particular a minha vida inteira. Sou executiva desta área há mais de 30 anos e nunca abri mão da qualidade. Acho que a qualidade de ensino é uma questão de seriedade e não de exigência do Governo. Como sempre digo, somos todos brasileiros, todos patriotas e todos estamos deixando filhos e netos. Quero que a Bárbara herde um país maravilhoso e que ela tenha a honra de, um dia, ser reitora, quem sabe, de uma universidade particular. Tenho certeza de que vamos estar preparados para receber uma pessoa como ela.

Bom dia! Obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Elizabeth, pela sua participação no debate.

Vamos, agora, ouvir Iago, representando a União Nacional dos Estudantes.

O SR. IAGO MONTALVÃO – Olá! Muito bom dia a todos que estão aqui presentes!

Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome da Senadora Fátima Bezerra, e agradecer muito o convite e ao Senador Paulo Paim, proponente da nossa audiência, porque acho que a cada vez que construímos um debate, principalmente com as entidades da sociedade civil, dos movimentos sociais, aprimoramos e fortalecemos a nossa democracia, até porque temos muito a dizer, principalmente em um momento tão especial como esse em que vivemos no Brasil, não só por ser um momento de crise econômica mundial, mas por ser um momento cuja história recente nos deixou grandes conquistas, grandes avanços, de que os movimentos sociais fizeram parte. É um pouco sobre isso que quero falar.

Nós, estudantes, durante a última década, tivemos muitas lutas e, consideramos, muitas conquistas. Esses programas que estamos debatendo hoje são frutos desse período, dessas conquistas, desses avanços. Por isso, reivindicamos esses programas como uma vitória nossa também. Ficamos muito felizes em poder debater isso aqui.

Vou começar falando do Fies.

O Fies, para nós, é um programa muito importante, porque possibilita a inserção e a popularização, a democratização, do acesso ao ensino superior por camadas mais pobres, mais necessitadas da população. Isso, para nós, é importante porque inverte a lógica do próprio ensino superior. Quando passamos a ter atores e atrizes sociais diferentes do que se tinha antes, quer dizer, quando passamos a ter pessoas de classe, de grupos sociais menos favorecidos nas universidades, alteramos a lógica de pensamento, que, antes, era mais elitizado e, hoje, passa a ser mais popularizado. Então, consideramos que esse é um programa muito importante e que dá oportunidade a muita gente. Fizemos essa luta, apoiamos. Por outro lado, o Fies é uma ferramenta que também aos estabelecimentos privados garante uma certa estabilidade, diminui a inadimplência, garante uma margem de confiança nos investimentos nessas universidades, porque já sabem que vai haver o pagamento da mensalidade.

Dessa maneira, queria começar falando do Fies como uma proposta que a Une tem feito de ser, assim como o Prouni, ferramenta de garantia de qualidade, de regulamentação, de avaliação dessas instituições.

No início do ano, o MEC deu uma sinalização interessante, assim consideramos, apesar de ter sido feita de maneira um pouco confusa, pois confundiu muito os estudantes. Foi a questão do aumento de mensalidade. A universidade só recebe, só tem direito ao Fies se aumentar a mensalidade até determinada porcentagem, porque muitas universidades aumentavam a mensalidade acima da inflação. Essa é uma batalha que temos feito em inúmeras instituições privadas no Brasil. A Une, as entidades estaduais, os DCEs são contra os aumentos abusivos de mensalidade, que muitas vezes não passam por um crivo de transparência, não se tem acesso às planilhas, por exemplo. Então, achamos que o Fies precisa ser esse instrumento de controle, de regulamentação da qualidade do ensino.

Nesse sentido, sobre algumas alterações feitas recentemente no Fies, temos também uma opinião já formada, inclusive já convocamos os estudantes e já temos resoluções da nossa diretoria, do nosso congresso que foi há pouco mais de dois meses, sobre a questão do Fies.

O que, para nós, é central é a questão do aumento dos juros. Somos frontalmente contra o aumento dos juros do Fies, até porque ele contradiz outra medida que vem sendo tomada também e que consideramos justa. O critério de renda para poder contemplar os estudantes das classes mais baixas achamos justo. São esses estudantes os que mais necessitam. Mas, por outro lado, se agora vamos colocar um critério para uma renda menos, como vamos aumentar os juros? As pessoas que são mais pobres vão ter que pagar os juros mais altos. Reafirmamos que os juros do Fies devem permanecer em 3,4%. Achamos que essa é uma questão importante, mas sabemos das dificuldades. No mesmo sentido que a Prof. Helena falou, sabemos também que esse é um problema que não diz respeito diretamente ao MEC. Sabemos que é uma opção de uma política econômica que nós temos e que consideramos equivocada. Temos também nos mobilizado para combatê-la. Achamos que a taxação das grandes fortunas, como a Bárbara já disse... Juros?

Vamos aumentar os juros também sobre as transações dos bancos. Vamos colocar mais tributação sobre as remessas de lucro para o exterior. Isso, sim, vai garantir o acesso e a qualidade para os estudantes e que não haja cortes na educação.

Então, entre outros pontos, acho que a priorização das áreas de saúde, de engenharia, de formação de professores é justa, e que não haja restrições. Esse é um ponto em que a gente tem tocado também. É uma priorização de áreas que são urgentes e essenciais para o desenvolvimento do nosso País hoje.

Sobre os critérios do acesso através do Enem, também achamos importante: a redação, o novo mínimo da nota necessária para ser aprovado no processo seletivo. Nós também achamos importante. Mas volto a reafirmar, para nós é importante que esse programa seja mantido da

forma como feito nos últimos anos. Para nós, é negativa a redução no aumento das bolsas do Fies, mas nós achamos que essa deve ser sobretudo uma ferramenta de regulamentação do ensino superior privado.

Eu concordo que o ensino superior privado é importante hoje para o nosso País, porque ele forma muitos estudantes, ele insere no mercado, no desenvolvimento do nosso País muitos profissionais e dá também... A nossa juventude quer ter esperança, ela tem sonhos. E a universidade faz parte disso. Então, o ensino superior dá essa condição para a nossa juventude também. Mas nós queremos que esse jovem, além de estar no ensino superior, possa ter um ensino superior de qualidade; que ele possa de fato contribuir com o desenvolvimento do nosso País; que ele possa ter projetos de pesquisa, projetos de extensão que dialoguem diretamente com a comunidade; que ele possa se formar com ensino de qualidade.

É claro que o ensino privado consegue abarcar mais espaços, consegue se estender em mais localidades do nosso País e, porque é muito grande, dá oportunidade para muitas pessoas, mas ele é muito heterogêneo também. Então, na medida em que você tem uma Uninove em São Paulo, por exemplo, que conta com 150 mil estudantes, você tem também outras universidades no interior de qualquer Estado que contam com 500, 100 estudantes, que muitas vezes não correspondem aos critérios de qualidade. Os estudantes têm sido prejudicados por isso. Então, por outro lado, a gente acha importante um novo critério de que só as instituições com as notas mais elevadas possam ter acesso ao Fies. Isso para nós também é importante.

Mas eu destaco outra questão: a avaliação, que não achamos que seja a mais avançada. Por isso que propomos um projeto de lei, que inclusive está quase pronto para ser votado na Câmara, que cria o Insaes. Eu venho aqui reivindicar essa pauta do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior, que, para nós, é uma pauta muito cara e que, na nossa opinião, é muito justa no que tange à qualidade, à regulamentação, à avaliação e à supervisão do ensino superior como um todo e mais especificamente do ensino superior privado. Essa é uma ferramenta que nós precisamos utilizar para ampliar.

Só para dar um exemplo do que tem sido uma efervescência muito grande nas universidades: a tal da disciplina *on-line*. Existe uma portaria no MEC que permite as universidades ofereçam de forma opcional até 20% da carga horária do estudante em matérias *on-line*. Mas o que acontece é que, talvez para ampliar a margem de lucro, diminuir gastos, as universidades privadas tornam isso ferramenta obrigatória. A maioria das universidades privadas hoje tem lá: 20% da carga horária dos estudantes é *on-line*. E os estudantes têm se revoltado muito com isso. Essa é uma reivindicação que os estudantes têm feito às universidades, porque a matéria *on-line* diminui a qualidade do ensino. E muitas vezes são matérias em que se exige manuseio, experiências, laboratório etc. e têm sido ministradas através da internet. Então, essa é uma das questões.

Isso sem falar também do capital estrangeiro na educação que, para nós, também é muito prejudicial, porque não diz respeito aos interesses do desenvolvimento do nosso País etc.

Devido ao tempo, quero falar um pouco sobre o Ciência sem Fronteiras. Acho que aquilo que a Profª Helena falou aqui foi muito justo, e a gente vem nesta mesma direção de valorizar muito esse programa, porque, além de ser um programa de qualificação do ensino, do estudante, também permite construir relações diplomáticas, porque as relações entre as universidades e os países fortalecem as relações diplomáticas e, sobretudo, é um programa que também é de permanência. Eu queria utilizar esse ponto para falar da permanência nas universidades federais.

Como eu já disse aqui anteriormente, nós vivemos recentemente um período de muito avanço na democratização do acesso às universidades. O Reuni, para nós, foi um programa muito importante porque deu oportunidade à universidade brasileira de mudar de cara. A gente até diz que hoje a universidade tem mais a cara do povo, tem mais negros, tem mais indígenas, tem mais filhos de trabalhadores e trabalhadoras. Mas isso, por outro lado, demanda que esses estudantes tenham condições de permanecer no ensino superior, porque, ao passo em que você coloca pessoas que tenham menores condições econômicas dentro da universidade, você também tem

que dar condições para que elas permaneçam na universidade. Então, a gente gera outra demanda.

Ampliou-se muito o acesso, e essa foi uma vitória inquestionável, que precisamos continuar ampliando, pois muitos jovens ainda estão fora da universidade, do ensino técnico em nosso País, mas nós precisamos dar atenção especial à permanência. E, com esses cortes que têm acontecido na educação este ano, as políticas de permanência têm sofrido grandes ataques. Isso faz com que um número grande de estudantes se evada das nossas universidades. As taxas de evasão da universidade às vezes são gritantes. Quer dizer, entra muito estudante nas universidades, mas não tem se formado a quantidade que a gente queria. É óbvio que isso não diz respeito apenas à questão da permanência, são inúmeros fatores, mas, em grande parte, estão ligados à questão da assistência.

As universidades federais atualmente têm enfrentado muitos problemas, que vão além dos custos dos terceirizados, da energia, da água etc. Os estudantes estão sofrendo, por exemplo, com a paralisação dos restaurantes universitários. Isso pode parecer pouco, mas não é, porque o estudante, às vezes, não tem dinheiro para almoçar. E se ele não tem dinheiro para almoçar, ele não consegue estudar. Então, temos sofrido cortes em bolsas. Às vezes, o ministério não corta a bolsa que vem diretamente do ministério, mas lá no orçamento da reitoria, da universidade, eles fazem um reajuste para pagar a luz. E aí tem que tirar de onde? Da bolsa do estudante....

(Soa a campainha.)

O SR. IAGO MONTALVÃO – ...que é às vezes a bolsa institucional. Então, essa é outra ponderação que temos a fazer.

Para encerrar, vou falar do Pibid. A gente fica muito feliz que o Pibid seja um programa que não sofra cortes. Esse é um programa que, pelo contrário, precisa crescer. Ele não pode sofrer nenhum corte. Ele precisa crescer. Existe um chavão muito forte do movimento educacional: ensino, pesquisa e extensão. E o Pibid é um dos programas que mais coloca em evidência esse tripé que a gente defende para a universidade. Então, a gente quer programas assim cada vez mais fortalecidos, educação forte com assistência e permanência estudantil e cada vez mais ampliação das vagas no ensino público. Isso é importante, o PNE já diz isso.

Eu encerro por aqui. Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Iago e passo imediatamente a palavra ao Prof. José Geraldo, ex-reitor da UnB, aqui representando a Comissão de Educação Jurídica da OAB. Posteriormente, Senador Paulo Paim, vou passar a palavra para V. Exª.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Bom dia ainda a todos e a todas.

Cumprimento a Senadora Fátima Bezerra, que preside a reunião até aqui; o Senador Paim, que a convocou e definiu a pauta; o Prof. Luiz Cláudio; todos os demais e todas as demais pessoas aqui presentes na Mesa; os que estão aqui, como Wilmar Lacerda, suplente.

Pode parecer extravagante a presença da OAB em uma Mesa em que, de certo modo, a linha condutora do percurso é o estritamente universitário e centrado na questão da educação superior, mas eu queria dizer que não é imprópria. O Presidente Marcus Vinicius pediu que eu o representasse, como membro da Comissão Nacional de Educação Jurídica e também como ex-Reitor, levando em conta a peculiaridade da Ordem dos Advogados, que, embora institucionalmente tenha um caráter corporativo, de ter um lugar político na construção do paradigma da educação superior no País, especialmente considerando que a própria instituição, no seu nascedouro como Instituto dos Advogados Brasileiros, é até anterior à formação da própria universidade brasileira. Parte da sua existência está ligada à luta pela institucionalização da educação superior no Brasil.

E, agora, nesta semana, em 11 de agosto, vamos celebrar 188 anos da criação dos cursos jurídicos, levando em conta que o projeto dos cursos jurídicos é o que se institucionalizou, enquanto o que se debatia era a criação da universidade brasileira, o que só foi acontecer no século XX. E é curioso, Secretário Luiz Cláudio, que, sendo esse processo tão recente,

considerando, inclusive, o contexto latino-americano e americano, porque já há universidades na América desde o século XVI, o Brasil que foi tão retardatário tenha se consolidado rapidamente com uma infraestrutura tão forte como a que vimos aqui em parte relatada, que faz com que, como interlocutor do contexto internacional de compartilhamento das políticas, as nossas formas de financiamento e de organização sejam referidas como de caráter exemplar. Sabe, como reitor, como eu também, que uma das agendas principais nossas é receber as legações estrangeiras do norte mais avançado e do sul que corre atrás, todos querendo participar também do que é a distribuição de recursos que as nossas políticas permitem, não só no Ciência sem Fronteiras, em que todos os embaixadores querem inserir suas universidades na recepção dos alunos, mas no programa de pós-graduação, que o Brasil tem como um dos mais...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. José Geraldo, desculpe-me interrompê-lo. Estão me dizendo que eu preciso ir à CCJ só apertar um botão, porque falta um voto lá em um projeto importante, de que o Humberto Costa é o Relator. Dá tempo tranquilamente. O senhor ainda tem, no mínimo, dez minutos, nos meus cálculos – seis mais um pouco. Eu vou lá, aperto o botão e volto aqui. Pode ser?

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Ah, sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, Senador Paim. Nós só terminaremos a audiência com a sua presença.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Muito bem. Se for o caso, eu continuo falando até o senhor chegar. (*Risos.*)

Nós sabemos o quanto esses países, por suas delegações, têm expectativa de participar da distribuição dos altíssimos investimentos que o Brasil faz no tocante ao financiamento da educação, em geral, na pós-graduação, mas, agora, com os programas de mobilidade e intercâmbio, na graduação.

Ouvindo os que me antecederam, embora a audiência tenha sido marcada para o item Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras, nós podemos perceber que a condição do financiamento da educação superior é larguíssima, na medida em que, mesmo aqui, outros programas foram trazidos à exame, como o Pibid, mas também os financiamentos estruturantes da educação superior que foram relacionados por todos os expositores, desde assistência estudantil até financiamento das inúmeras formas de manutenção em bolsas ou em programas que agregam recursos para o desenvolvimento da educação superior, como o Proex, o PBIP – foi rápido, hein?

Então, é um sistema muito bem estabelecido que imagino possa ser percebido na sua qualificação, quando se vê, por exemplo, do ponto de vista retórico, no sentido nobre do termo, a gente ouvir falar da mudança, por exemplo, que era de natureza endógena de um sistema de educação de qualidade da creche à pós-graduação, que envolvia estruturar internamente o sistema, para um, como agora está estabelecido, Pátria Educadora. Quer dizer que não é apenas endógeno, mas que remete a uma situação em que liga a educação com todas as políticas que organizam a identidade, a formação, o desenvolvimento e o engrandecimento do nosso País.

A mensagem aqui de lembrar que o debate não deve ser focado apenas na ponta do iceberg desse modelo, que é a questão da educação *stricto sensu*, mas que deve percorrer a transversalidade do que ele representa é o que deve chamar a nossa atenção.

Aqui, pelo que vimos, há muito avanço, há muita densidade, As críticas e as reivindicações são as mesmas que se fazem à democracia. Critica-se a democracia não porque ela é um bom regime, mas porque se quer mais, se quer mais qualidade na democracia. Critica-se a educação não porque não haja financiamento, mas porque se quer mais, porque se quer mais estruturação e melhores fontes.

Digo isso porque, por exemplo, vindo para cá, peguei o jornal do Senado de hoje e a notícia mais forte é a de que se vai debater de novo o sistema de partilha do pré-sal, e ali está se discutindo educação, ali está se discutindo financiamento. Por isso que, quando vim para cá falar em nome do Presidente da OAB, recuperei as manifestações da entidade no tocante aos pontos em que ela discute o tema da educação. E, nesses anos recentes, de 2011 para cá, por exemplo, vi que grande parte da presença representativa da Presidência da OAB, em vários eventos, foi

discutindo esses temas de financiamento: mais verbas para a educação no tocante ao sistema de partilha do pré-sal; mais verbas para a educação no sistema de não esmorecer no financiamento desses programas que estão aqui elencados. Quer dizer, uma convocação nossa, porque estaremos discutindo educação e não apenas rendimento produtivo ou crescimento econômico...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – ...mas aquilo que forma o grande perfil da educação brasileira nesses grandes debates.

Então, eu queria dizer que a OAB participa disso porque ela tem uma grande parte de responsabilidade no processo político, mas ela também se estruturou como uma espécie de agência de fomento ao desenvolvimento da educação. Porque, de um lado, pela sua história ela é considerada um ator nesse processo, ela, por exemplo, pela legislação, manifesta-se sobre a criação, o reconhecimento, o credenciamento, a regulação de todo o processo de criação e reconhecimento dos cursos de Direito no País.

É o curso, praticamente, quase o mais antigo na educação superior, participa com um grande contingente nesse número de diplomados que o Brasil tem, é essencial ao sistema republicano, porque é o único curso que, na Constituição, figura como uma leitura de sua constitucionalização, é essencial à administração da Justiça, forma um dos poderes da República e, por conseguinte, tem protagonismo no debate sobre as questões que envolvem a discussão da boa regularidade do sistema de educação superior.

Concordo que nesse aspecto não apenas o marco regulatório é importante, mas o fortalecimento dessas políticas e o engajamento da sociedade civil, da qual a OAB é uma expressão, nessa reivindicação do acompanhamento avaliador do sistema.

De repente eu vi que o tempo ficou pequeno, então vamos encerrar, não é? O juiz de futebol dá mais quatro minutos, não é?

Então eu queria dizer da importância desse debate, da importância de articulá-lo com as demais políticas que estão em curso nesse momento dramático em que nós passamos para uma leitura muito funcional do desenvolvimento do sistema, lembrando que a educação é constitucionalizada como um bem público, um bem social; não é um bem econômico, ainda que a OMC e outros organismos queiram inserir isso na lista de serviços e, portanto, fortalecer os atores que lucram com o sistema. Basta ver a relação na Bolsa de Valores da participação do capital que disputa esse espaço. E colocar essa reivindicação dentro do plano de que ela tem que ser avaliada como uma exigência da cidadania contemporânea.

Além dos aspectos dos participantes funcionais, que são os estudantes, os professores, os Parlamentares, a sociedade civil hoje se organiza democraticamente. Participação popular e controle social são indispensáveis para esse sistema.

Então era isso, Senadora. Obrigado pela presença da OAB aqui, na distinção que o convite fez, e por poder conviver com este magnífico exemplo da qualidade e da responsabilidade da educação brasileira pelos seus administradores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Professor José Geraldo, a Comissão de Educação do Senado é quem agradece e diz o quanto se sente honrada – não é, Senador Paim – com a sua presença.

Senador Paim, eu vou pedir a V. Exª para encerrar os trabalhos.

Enquanto isso, quero fazer uma consideração breve.

Primeiro, mais uma vez saudar o Senador Paim pela iniciativa. Sem dúvida, os que estão em casa nos acompanhando até o presente momento e os que a nós assistirão, porque esta audiência será retransmitida, tiveram a oportunidade de ver aqui um balanço sobre programas de caráter tão fundante, de caráter tão estruturante para os rumos da educação no nosso País.

Volto a dizer, nós não estamos falando aqui de programa qualquer. São programas, Professor Luiz, que se encerem no panorama de programas de grande envergadura do ponto de vista de inclusão social da educação. Veja que o Fies... Eu estava até comentando com Idilvan, viu, Paim? Os problemas diminuíram muito ou já foram resolvidos, senão aqui estaria cheio de Senadores.

Enfim, foi muito importante a participação da sociedade, a participação do Senado. O fato é que o Fies está mantido. O fato é que, com exceção do aumento da taxa de juros aqui mencionado por Iago, as demais modificações, Idilvan, Professor Luiz Cláudio, que foram feitas, Professora Helena, no Fies, foram mudanças exatamente para melhor, foram mudanças no sentido de quê? De qualificar cada vez mais. Foram mudanças inclusive, Senador Paim, do ponto de vista de estabelecer justiça social.

Quando se coloca que as universidades têm que ter uma nota mínima, quando se coloca também que os estudantes têm que ter um padrão mínimo de aproveitamento escolar, quando se coloca, por exemplo, a questão do padrão de renda, é sim! Nós temos que olhar, especialmente, para os que estão no andar de baixo. Nós temos que olhar, especialmente, Bárbara, para os que, efetivamente, em não conseguindo uma vaga na universidade pública, de repente não têm, de maneira nenhuma, como custear a sua matrícula em uma universidade particular.

Em boa hora também, o MEC, por exemplo, tem um olhar diferenciado para a questão da regionalização. Está correto, sim! Está correto dar uma prioridade ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Está correto, sim, inclusive, voltar-se para a questão da formação de professores, para a questão da área de ciências também, etc.

Então, eu quero, Prof. Luiz Cláudio, dizer aqui que é evidente... Profª Helena, fique certa de que eu, o Senador Paim, o Senador Cristovam e o Senador Romário, nosso Presidente, todos nós que fazemos esta Comissão temos clareza absoluta do nosso papel, do nosso dever, da nossa obrigação, que é esta Casa estar aqui vigilante, de prontidão, para zelar pelo orçamento da educação. Todos nós sabemos o que significa a construção da Pátria Educadora. Essa Pátria Educadora passa, fundamentalmente, pela realização das metas do novo Plano Nacional de Educação. Todos esses programas aqui, Paim, dialogam com o Plano Nacional de Educação – o Prof. Luiz Cláudio aqui mencionou. Todos esses programas têm a ver com o Plano Nacional de Educação, quando o Plano Nacional de Educação, em cada uma das suas modalidades, estabelece, exatamente, prazos, estratégias, data e prazos para nós cumprirmos. E, para cumprirmos esse Plano Nacional de Educação, temos que assegurar o financiamento adequado dele.

Então, Profª Helena, fique certa de que esta Comissão aqui ficará vigilante para lutarmos junto à Fazenda para não contingenciar o orçamento da educação. Basta! Nós não podemos ter retrocesso nessa área de maneira nenhuma.

Por fim, Prof. Luiz Cláudio, mais uma vez aqui agradeço a presença de todos e quero, em meu nome, em nome do Presidente Romário, em nome de Paim, em nome de todos que fazem a Comissão de Educação aqui do Senado, renovar o nosso apelo para que o MEC envie mais esforços ainda com vistas, Paim, a superarmos o impasse no que diz respeito à greve dos professores e técnicos das universidades por este País afora. São dias e mais dias em que os estudantes estão sem aula pelo País afora. E fica aqui o nosso apelo para que esses esforços sejam cada vez maiores.

Inclusive, nós estamos, Paim, buscando novo contato junto ao Ministério do Planejamento, para ver se o Ministério do Planejamento melhora a proposta que foi colocada lá, porque, quanto à proposta de 21%, os servidores estão colocando, com justa causa, que ela não responde, inclusive, à inflação. Eu sei que, no âmbito do MEC, nas questões de natureza mais específica, o diálogo tem avançado – o Prof. Luiz Cláudio pode até falar sobre isso. O Proifes tem nos procurado, as demais entidades estão sentando-se à mesa, como o Sinasefe, o Andes. Mas, enfim, fica aqui o nosso apelo para que o esforço seja cada vez maior, para que possamos superar esse impasse o quanto antes e os professores e os técnicos tenham as suas reivindicações atendidas e os estudantes possam voltar às aulas.

Com a maior alegria, agora, convido o Senador Paim para fazer as suas considerações aqui e encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podem ficar sentados, mas eu prometo que vou falar bem rápido, porque já são 12h30.

Primeiro, cumprimento a todos na figura da Senadora Fátima Bezerra, que preside esta reunião na falta do nosso querido Senador Romário, que não está aqui hoje. É que às vezes,

quando fazemos uma audiência pública, algumas pessoas dizem que estamos falando para nós mesmos. É um grande engano. Se 1% somente da população estiver assistindo a este programa, que está ao vivo, e ainda pela Rádio Senado, e reproduzido depois, mais uma vez, pela TV Senado e por toda a internet, nós teremos mais de 2 milhões de pessoas assistindo. E é mais do que isso o índice. Então, eu diria que em torno de 4 milhões de pessoas estão assistindo. Eu digo isso porque alguns, às vezes, não entendem o porquê de tanta audiência pública. É uma forma de dialogar com a população brasileira.

Eu, por exemplo, por que entrei com esse requerimento? Eu não sou um especialista em educação, mas eu adoro educação. Eu não sou um especialista em educação, mas qualquer político, em qualquer palanque que vá, diz: a revolução econômica, social e política, só pela educação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Por isso que o senhor é um militante desta causa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso é que eu sou um apaixonado por essa causa. Mas, sem sombra de dúvida, V. Exª e o Senador Cristovam são os orientadores aqui de um debate permanente de um tema tão importante como esse.

Por que apresentei o requerimento? Porque, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, comecei a receber muitos *e-mails*, *twitters*, pelas redes sociais, criando-se um verdadeiro pavor de que o Fies ia praticamente terminar. "Estão acabando com o Fies, Paim. O Governo que tu ajudaste a eleger está acabando com o Fies, que foi tão bem-criado." E, na mesma linha, o Pronatec. Recebi informação de que a moçada do programa Ciência sem Fronteiras estava voltando do exterior porque não podia nem pagar mais o dia-a-dia lá fora. Então, foi esse o objetivo. Era o caos total no campo da educação.

No mínimo, eu quero ouvir agora as partes: estudantes, professores, MEC, especialistas na área, para falar sobre o tema. Esse foi o objetivo.

Claro que gostei muito do que ouvi aqui. Eu fico com uma frase muito interessante do Prof. José Geraldo, que me ajudou muito no debate da política de cotas. Você sabe que aquele debate foi fundamental. Refiro-me à política de cotas para negros, para índios e para pobres. Este Governo foi ousado e desafiou a elite brasileira. Houve um grande debate. Fomos até o Supremo e, enfim, aconteceu, e hoje é real. Mudaram as cores. Quando eu ia fazer palestra numa universidade, eu só via uma cor. E não é que eu seja alguém que entende que a cor branca, a negra ou a amarela é a melhor. Eu amo todas as cores. Falo isso com a maior alegria, com a maior tranquilidade. Mas mudou, e mudou muito em relação àquilo que era antes.

Recebi subsídio para este debate e não vou precisar usar porque vocês responderam à maioria. Mas, Senadora Fátima, eu fico também com a sua frase, que acho que também foi do lago. E: me assustou quando eu vi ali que a taxa de juros aumentou de 3% para 6.5%, quase o dobro. Isso preocupa. Se estamos falando exatamente que é para os mais pobres, que mais precisam, até pelo corte que foi dado, isso nos preocupa muito. E fica aqui, claro, o apelo, que entendo que é geral, para ver se conseguimos achar um caminho para resolver essa questão.

Quero falar mais uma vez sobre esta questão. Falamos tanto nos alunos, falamos tanto que os nossos mestres, os nossos doutores norteiam as nossas vidas, dão luz para os nossos filhos, mas, de verdade, neste País, não valorizamos os professores. E vou dizer o porquê. A maioria dos Estados não paga o piso, inclusive o meu Estado. E não é só este governo. O outro governo, que era nosso, também não pagava. E eu sempre cobrei isso da tribuna do Senado.

Eu digo isto com alegria: o menor salário, no meu gabinete, daquele menino que está ali, no dia-a-dia, e eu o valorizo, é dois paus e quatrocentos. E os professores, como piso, não ganham isso.

Então, isso nos preocupa, merece uma reflexão. Se nós falamos que a educação é tão importante, como é que fazemos para mudar esse quadro?

E, por fim, eu sou um apaixonado também pelo Pronatec, viu, você que aprofundou esse debate? Sabe por quê? Porque eu vim de dentro de uma fábrica.

E como é que eu cheguei ao Senado? Eu era um vendedor de fruta na capital Porto Alegre, menino. E daí passei num teste numa escola técnica – e eu sempre conto essa história, porque ela é uma história que marca a vida de milhões de brasileiros.

Eu passei num teste, e o meu velho chegou lá – ele já faleceu – e me disse: "Olha, você passou no teste, vai voltar para casa!", porque eu morava em Caxias e trabalhava em Porto Alegre, com 12 anos, mas passei e entrei numa escola técnica, com 12 para 13 anos. E isso mudou a minha vida.

Então, milhões e milhões de brasileiros precisam dessa oportunidade. Por isso que eu defendo muito também a Bolsa Permanência. Entrei com um projeto, há muito tempo, nessa linha. O Governo apresentou um belo projeto, aperfeiçoou, e eu quero transformar em lei a Bolsa Permanência, para que entre Governo e saia Governo, e a Bolsa Permanência seja mantida, porque filho de pobre, pode ter certeza, não é só a questão, como aqui foi colocado.

Eu via vocês falarem aqui, percebia, não é só a questão de não pagar a mensalidade. Ele não tem dinheiro, de fato, para a refeição; ele não tem dinheiro para o ônibus; não há como – não há como! Como é que se faz? Ou não estuda. O apelo que eu faço aqui, mais uma vez, é neste sentido: que a gente fortaleça!

Eu tinha apresentado, há muito tempo – quem está no MEC sabe –, um projeto chamado Fundep. Queria criar um fundo específico para fortalecer o ensino técnico. No fim, o Fundep não caminhou, não andou, mas que bom que veio também o Pronatec, que possui a mesma linha de atuação. Então, não estou aqui dizendo que eu estou chorando as mágoas do passado, mas o Pronatec veio e abraçou milhões de brasileiros, eu poderia dizer isso.

Então, a minha fala é muito nesse sentido e, por isso, eu provoquei esta audiência pública, e saio daqui convencido pela fala do Luiz Cláudio de que o MEC tem essa clareza de que nós temos que investir cada vez mais na educação. Eu confesso – eu nunca falei isso para a minha Bancada do Rio Grande do Sul – que eu me assustei. Como houve corte de investimento na educação, a Bancada do Rio Grande do Sul sempre destinava pelo menos... Eu pegava toda a minha emenda individual e mandava para a educação do Estado. A primeira vez este ano, cortaram a emenda da educação. E o MEC liberava! Não liberava tudo, mas em parte ia liberando. E dava 15 milhões mais ou menos.

E este ano a Bancada – eu não estava presente – decidiu que o dinheiro não vai para a educação. Significa que a unidade pública estadual de lá poderá entrar à falência, como o Estado já está quase em Estado de falência. Então, preocupa-me... Não estou aqui fazendo nenhuma crítica à Bancada, mas quero refletir mais com a Bancada esse tema.

Quanto ao fato de a gente começar a desinvestir na educação por outras áreas que são também de suma importância..., mas a educação para mim ainda é a número um, tem que ser a número um. Se não houver essa visão, espero que a Bancada mude esse ponto de vista. Como é que vamos apontar para um futuro com que todos nós sonhamos e falamos, cantamos em verso e prosa também, se não damos o valor devido para essa área tão importante?

Então, eu encerro aqui. Não resta nenhuma pergunta na mesa. Eu acho que o MEC tem clareza da importância naturalmente desse debate e desse tema.

E só posso dizer muito obrigado a todos, porque todos vieram aqui; especialmente à minha querida Senadora que presidiu.

E encerramos, neste momento, dizendo que o Senador Cristovam não está aqui, mas, se ele estivesse, tenho certeza de que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O suplente está... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... ele daria uma grande contribuição.

Então, muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Assim encerramos a nossa audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião foi convocada na forma de audiência pública, atendendo aos Requerimentos nºs 10 e 79, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a debater os programas de incentivo à educação do Governo Federal – Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteira – e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Bom, antes de dar as boas-vindas e chamar para compor a Mesa os nossos ilustres convidados – o Senador Cristovam Buarque já está presente –, quero dar conhecimento de um requerimento, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2015, de autoria do Senador Paim, sobre a realização da presente audiência pública, destinada a debater os programas de incentivo à educação do Governo Federal - Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteira.

E esse requerimento foi também para que fosse incluído no escopo de discussão o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que já foi objeto de discussão inclusive com o Ministério da Educação.

Portanto, subscrevo o requerimento com o Senador Paim, para incluir também na presente audiência pública, além dos programas de incentivo Fies, Pronatec e Ciência Sem Fronteira, o debate do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bom, dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe aqui os convidados.

Chamamos inicialmente o Professor Luiz Cláudio Costa, nosso Secretário Executivo do Ministério da Educação; o Professor Antônio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Bárbara Melo, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes); Iago Montalvão, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE); o Professor José Geraldo de Sousa Junior, ex-reitor da UnB, representando aqui, como membro da Comissão de Educação Jurídica, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Elizabeth Guedes, Integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confen).

Sejam bem-vindos.

Bom, o requerimento é de autoria do Senador Paim. Quero só, aqui, na condição de Presidente dos trabalhos, saudar os nossos convidados, agradecendo a presença de cada um e cada uma de vocês, dizendo o quanto é importante este debate, porque, afinal de contas, estamos tratando de programas de grande relevância para a educação brasileira. Não estamos tratando de qualquer programa. Estamos tratando de programas, por exemplo, de caráter inovador, como o Ciência sem Fronteira; estamos tratando de programa que tem a relevância do Pronatec, um dos maiores programas até hoje instituídos no País no que diz respeito ao incentivo à qualificação profissional.

Nós vamos tratar também do Pibid, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, um programa maravilhoso cuja filosofia vem contribuindo enormemente exatamente para que nós possamos, Prof. Luiz Cláudio, avançar no que diz respeito à questão da qualidade da formação dos nossos docentes, da formação do magistério em todo o País. E estamos tratando do Fies, que dispensa comentários, pelo caráter inclusivo que ele tem de, ao lado do ProUni, embora cada um tenha características próprias, promover a inclusão social no campo da educação de milhares de jovens pelo País afora. O Fies, inclusive, em função das dificuldades de natureza orçamentária por que passa o País e de toda essa crise no campo da macroeconomia, que trouxe o chamado contingenciamento, motivo pelo qual esses programas têm sido objeto de questionamento...

Então, nada mais oportuno que a gente ter hoje aqui, Senador Cristovam, o representante dos estudantes, a voz dos estudantes, a Ubes e a UNE, a voz da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Câmara de Ensino Superior, a voz da OAB e a voz do MEC, pelo Prof. Luiz Cláudio, nosso Secretário Executivo, e pelo Dr. Idilvan, Presidente do FNDE.

Vamos dar início à nossa audiência.

Vou passar a palavra ao Prof. Luiz Cláudio para que ele faça aqui uma abertura, faça uma exposição de caráter mais geral.

Com a palavra o Prof. Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Bom dia a todos os Senadores, a todos que aqui estão, aos nossos colegas da Mesa.

Quero saudar a Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado, quero saudar o nosso Senador e, creio, nosso eterno reitor Cristovam Buarque, esse grande educador, quero saudar todos que estão aqui à Mesa conosco, o nosso colega do Ministério da Educação, Idilvan, e saudar a Helena Nader, Presidente da SBPC.

Aproveito para parabenizá-la, Helena, porque a reunião da SBPC em São Carlos, a que nós fomos, foi, mais uma vez, um sucesso e também pela sua recondução como Presidente.

Quero saudar o nosso ex-reitor da UnB José Geraldo, meu colega enquanto eu era reitor também de Viçosa – fomos reitores juntos –, com quem aprendi muito. É um prazer revê-lo.

Quero saudar a Bárbara Melo e o Iago, da Ubes, e a Elizabeth Guedes, que trabalha muito na educação superior, e quero saudar todos os colegas do MEC que aqui estão.

Senador Paulo Paim, que acaba de chegar, é um prazer tê-lo aqui. Obrigado pelo convite.

Bom, primeiramente, quero agradecer a esta Casa, que, com muita responsabilidade, vem discutindo, com muita propriedade, tantas coisas da educação e nos dados muitos subsídios para que nós possamos avançar e corrigir rumos.

Quero parabenizar o Senador Paim e os demais Senadores pelos temas.

Vou falar rapidamente sobre os temas e me colocar à disposição para, depois, podermos discuti-los mais detalhadamente, até pela felicidade desta Casa em colocar esses temas.

Então, vamos começar, pela ordem que nos foi passada, com o Fies.

O Fundo de Financiamento Estudantil, que teve uma grande mudança a partir de 2010, é um programa que, como nós sabemos, tem grande importância para o País. Os números nos mostram isso.

Nós temos, hoje, no Brasil, Senador, em torno de 7,4 milhões de estudantes no ensino superior, com mais ou menos um milhão deles em universidades federais, com essa grande expansão das universidades federais.

Em torno de 45% dos estudantes brasileiros hoje estudam devido a programas como o Fies e o ProUni. Se nós observarmos o Plano Nacional de Educação, veremos que ele aponta que nós devemos passar do que nós temos hoje... Hoje, nós temos em torno de 20,6% dos nossos jovens de 18 a 24 anos nas universidades. É um avanço dos últimos 20 anos. Realmente avançamos bastante. O Plano Nacional de Educação nos aponta para chegarmos a 33%. Vejam que já é um avanço imenso.

Quando eu falo desse percentual de 20,6%, falo daqueles que estão estudando e já se formaram.

Então, vejam o esforço que nós temos de fazer para alcançar isso.

No total, temos hoje em torno de 34% de todas as idades, Senador Paim, que estão nas universidades, dependendo da idade. E o Plano Nacional de Educação nos dá um desafio de 50%.

Então, veja: como o Brasil pode avançar na educação superior? Não tem mais. Temos cinco programas hoje no Brasil. Podemos fazer a expansão das universidades federais. Aí, acrescento as universidades públicas, que fazem um belo trabalho, as universidades estaduais e municipais. Devemos ter em torno de 49 instituições estaduais e municipais – têm em torno de 700 mil estudantes todas essas instituições. Então, temos de expandir os nossos institutos federais – podemos expandir –, Fies, Prouni, Universidade Aberta do Brasil e Ensino a Distância. São os cinco programas que vamos ter de trabalhar para poder avançar.

O Fies é fundamental para o estudante brasileiro por diversas razões. Primeiro, sabemos, por razões históricas... Nos últimos governos, nos últimos 20 anos, fizemos muito esforço para a educação, mas o que acontece? Temos um débito histórico. Há pessoas de mais idade que trabalham, essas pessoas não conseguem hoje uma vaga nas universidades públicas, não podem ir para o Prouni; então, elas vão para o Fies. Então, o Fies precisa e vai ser mantido.

Tivemos no ano passado 732 mil contratos do Fies. O que fizemos neste ano e que tem caminhado muito bem? Inclusive, agora, o processo está aberto pela primeira vez de forma inédita. Vocês não estão sequer ouvindo falar no Fies. Costumo brincar com a imprensa que ninguém está procurando saber do Fies. É porque está indo bem.

Nós abrimos neste ano 313 mil vagas, primeiro e segundo semestre em torno disso, e agora há 61 mil vagas abertas de uma forma dialogada com as instituições de ensino superior privadas, que, em sua grande maioria, têm grande comprometimento com a qualidade e querem avançar. Elas apresentaram as vagas para o ministério, e nós fizemos a análise dessas vagas com base na relevância para o País. Então, pegamos engenharia, formação de professores e área da saúde. Essas tiveram prioridade. Priorizamos os cursos 5, 4 e também 3. Estão ali. Prioridade: 5, 4, e 3. Demos uma pequena prioridade ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto DF, de 55% para 45%. Com isso, selecionamos as vagas, os estudantes estão concorrendo de uma forma – é a primeira vez que isso ocorre assim – organizada. Os estudantes, Senador, com sua nota do Enem chegam e veem o lugar em que estão. Então, eles sabem o que está ocorrendo, sabem se há vaga e sabem que conseguiram por mérito ou, se ficaram de fora, qual a razão de terem ficado de fora. E todos aqueles que fizeram o contrato, que forem capacitados e comprovarem, evidentemente, aquilo que declararam, terão seus contratos feitos.

Para o ano que vem, devemos manter um número de vagas semelhante ao deste ano. A nossa expectativa é trabalharmos entre 300 e 350 mil vagas, que acho um patamar muito razoável para um programa de governo. Fizemos algumas modificações importantes. Antes, esse programa aceitava até 20 salários mínimos. Agora, são apenas dois e meio salários mínimos, porque precisamos pegar aquela parcela da população que realmente necessita.

Então, nossa decisão é avançar com o programa, é trabalharmos cada vez mais junto com as instituições, com esse compromisso que elas têm, da qualidade; com o estudante também, no seu mérito, na sua busca, em áreas prioritárias para o País. E esta Casa nos ajudou muito nisso, com suas críticas, com suas colocações. Avançamos no Fies e agora temos um programa com sustentabilidade para avançarmos, porque é preciso isso. Precisamos ter essa sustentabilidade, para que o programa avance, porque veja: quando fizemos 732 mil contratos no ano passado, isso foi importante para o País, eram pessoas que necessitavam.

Mas como ficava o Ministério da Educação?

Simplesmente, depois, recebia. São 730. Agora, conversamos com as instituições, as vagas são essas, públicas, transparentes, estão aqui, esses são os critérios, e vamos avançar

Então, esse é um programa em que vamos continuar avançando, precisamos avançar. É um programa bom para o País.

Segundo tema: Pronatec.

Bom, sabemos da sua importância. O Brasil ainda tem esse débito forte no ensino técnico. Lamentavelmente e de forma equivocada, colocamos no Brasil que o ensino técnico é uma coisa

para o pobre que não tem condições de ir para o ensino superior. Não é nada disso. Tem de ser uma opção. Deve ser uma opção de vida. Como, nos países avançados, assim o é. O grande exemplo, talvez, seja a Alemanha, mas outros países também.

No Brasil hoje, o nosso ensino médio – isso já foi alvo de discussão nesta Casa – talvez seja o único modelo no mundo que é somente propedêutico, somente para ir para a universidade. Faz-se um ensino médio somente para ir para a universidade. Avançamos muito nisso.

Conseguimos avançar em torno 770 mil matrículas, no ensino técnico, para quase 1,8 mil. Esse é o avanço do Pronatec, além de estarmos trabalhando fortemente na qualificação profissional. É o curso que precisa qualificar profissionalmente aquele profissional, porque o Brasil precisa aumentar sua produtividade e sua renda. Tivemos, no ano passado, oito milhões de matrículas. Atingimos no ano passado a meta de oito milhões de matrículas e, neste ano, mesmo com as dificuldades orçamentárias, mesmo com as necessidades que temos de fazer esse ajuste, devemos fechar agora – e o Secretário Marcelo Feres está aqui –, na próxima sexta-feira, nós vamos fechar toda pactuação e, neste ano, trabalharemos em torno de 1,3 mil vagas para o Pronatec. Então, esse deve ser nosso número para o Pronatec, ou seja, é um programa que também avança.

Estamos fazendo também muitas melhorias na avaliação desses cursos: visita *in loco*, verificando se o curso é de qualidade, verificando a presença do aluno, para que possamos, cada vez mais, avançar com esse incentivo a nossos cursos técnicos.

Eu acho que podemos fazer uma reflexão. Ontem, eu fiz essa reflexão – e até vou pedir ao Senador que depois leia – em um artigo em *O Globo*, sobre a concepção de ensino médio, e tem um pouco de sua ideia. O que falei? Temos nossos institutos federais. Nossos institutos federais estão presentes em 560 municípios – não, é Marcelo? Estão presentes, mais ou menos, em 562 municípios. Há escola de ensino médio boa. Essa escola pode ser aquela que ajuda o ensino médio da região avançar e ela pode ser uma escola de referência, principalmente em algumas áreas que pensamos. Acho que esse é um bom caminho para irmos naquela linha de termos a presença federal. Veja bem: mais de um, em cada dez Municípios, tem a presença de institutos federais. Nessa ideia de termos técnicos concomitantes, técnicos subsequentes... Enfim, eu acho os institutos federais um dos grandes avanços pedagógicos que fizemos, nos últimos anos, neste País. Realmente, ele tem uma proposta de avanço pedagógico, formação de professores, os cursos técnicos... Eu acho que dá para nós avançarmos.

Ontem, eu fiz uma reflexão, Senador Paim – saiu até no jornal *O Globo* – sobre essa questão que está aqui e que envolve o Pronatec. Por quê? Vou dar os números aproximados, mas, depois, daremos números precisos para os senhores, o Marcelo me ajuda se eu estiver errado. O Pronatec, em torno de 28%, são cursos técnicos. Desses 28% de cursos técnicos, a grande maioria está nos institutos. Então, os institutos são a referência dos cursos técnicos. Não é o FIC, Senador, que é importantíssimo, mas é um curso de qualificação de 200 horas, no mínimo. Então, o Pronatec vai avançar e precisa avançar, porque é importante para o Brasil, para nossa produtividade e para nosso desenvolvimento.

Seria o último ponto se vocês não tivessem acrescentados o Pibid, o Ciência sem Fronteiras. O Brasil – vocês conhecem isso muito bem – é curioso. Nossa história de sucesso na educação começa na pós-graduação. O Brasil é o 13º produtor de conhecimento novo no mundo. É claro que, quando se pega *per capita*, não é tanto assim. Poderíamos contribuir um pouco mais, mas, enfim, é praticamente 2,4%. Nós temos em torno de 2,8% da população. Se pegarmos a Austrália, que tem 0,3% da população e contribui com 3%. Mas isso é uma característica de nossa história, mas a gente pode avançar.

Nossa pós-graduação avançou bem. O Brasil conseguiu desenvolver, por exemplo: temos a única empresa de agricultura agropecuária tropical no mundo. A ciência tropical nasce no Brasil com a Embrapa. Como é que foi isso? Pós-graduação! Nós criamos um programa de pós-graduação à época, visionários ex-Presidentes da Embrapa fizeram isso e treinaram nossos profissionais, nossas universidades, graduavam-se e iam para o exterior; voltaram e avançamos. Avançamos em diversas áreas com nossa pós-graduação. Hoje, nós temos uma pós-graduação – e

está aqui nossa Presidenta da SBPC para nos dizer isso e o quanto ela é importante para o Brasil. Só que tínhamos isso de uma forma limitada. O Brasil não tinha uma internacionalização que tivesse escala. Era muito bem feita, mas não tinha escola, aí o Programa Ciência sem Fronteiras.

O Programa Ciência sem Fronteiras permitiu que cerca de 75 mil jovens, de graduação – vejam bem: graduação brasileiros: jovens pobres, jovens do interior, jovens em áreas importantes para o País que não tinham experiência internacional – fossem para o exterior, nas melhores universidades. O critério era este: tinha de ser as melhores universidades do mundo.

Lá tiveram a oportunidade de passar um ano, nove meses, inclusive fazer um estágio.

Eu digo para os senhores que o grande resultado do Ciência Sem Fronteiras não está nesses números; está no retorno desses jovens e nas perguntas que eles já estão fazendo nas universidades. Eles estão nos ajudando a repensar as nossas universidades, eles estão nos ajudando a avançar. Não é só dizer que mandamos 100 mil, que foram, voltaram. Não. Esse jovem volta com um compromisso social e com uma visão de universidade. Além disso, tivemos os doutores, pós-doutores, que são algo em torno de 25 mil. Então, dos 101 mil que enviamos, são 75 mil graduação. Nós nunca tivemos isso.

Nós sabemos disso, todos nós. Quando eu fiz graduação, como vários de nós aqui fizemos, qual era a chance de ir para o exterior, principalmente para um jovem pobre? Era inexistente. Ele não conseguia fazer isso. Hoje isso é possível. O jovem vai e volta. Outra coisa importante para o País: o jovem domina uma segunda língua. Isso é importante.

Então o Ciência Sem Fronteiras continua. Nós estamos reformulando o programa. Nós estamos fazendo uma ampla discussão com a Capes, dentro do Governo, para reformular o programa.

Uma reformulação que precisamos fazer é porque essa ida do estudante tem um custo alto. Algumas universidades, pela própria demanda que têm, cobram caro o que chamamos de taxas ou *bench fees*. Há universidade que cobram US\$30 mil para o estudante ficar lá. A bolsa dele é de quê? Quinze. Então, veja, eu pago 30 para o estudante estar numa grande universidade... Nós estamos negociando isso para termos de fato os estudantes colocados nas melhores universidades, mas em condições diferentes, pela escala que tem o programa. É um programa que considero estratégico para o País, que nos ajuda a avançar, forma os nossos profissionais de hoje e do futuro.

Creio que já conversamos sobre isso com o Senador Cristovam também. Vejam bem, o Brasil talvez seja uma das únicas estruturas universitárias do mundo – e tenho falado isso para vários reitores – em que pensamos que o único lugar de aprendizado é a sala de aula. Então, pegamos o nosso estudante e o colocamos por 40 horas na sala de aula, pensando que ele vai aprender. E eles estão vendo lá fora que as melhores universidades do mundo não fazem isso. Nós sabemos disso. Não significa que o estudante vai ficar ocioso, mas que ele vai ter outras formas de aprendizado, sem desprezar a sala de aula e a experiência do professor. Eles estão vendo isso lá fora, trazendo para cá e nos provocando. Quer dizer, as novas perguntas que são feitas nas universidades com esse programa são de fato aquilo que vai nos permitir avançar.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Então acredito que esse é outro belo programa.

Finalizando, para não passar muito o meu tempo, Pibid.

De cada programa de que falamos, tenho o meu entusiasmo. O Pibid para mim é o melhor que o País fez nos últimos anos. Vou explicar por quê.

Primeiro, porque pegou os nossos jovens de licenciatura. Nós sabemos que, lamentavelmente, para as licenciaturas, porque não havia e ainda não existe o atrativo, não conseguimos ainda dar o valor que todos sabemos que elas têm. Nós não conseguimos transformar em algo efetivo a valorização do professor.

Hoje, o jovem faz o Enem, depois olha as universidades, escolhe para qual delas ele vai e passa a analisar os cursos. Ele tem uma perspectiva de futuro. O jovem que muitas vezes tem o sonho de ser professor olha para a licenciatura, mas, quando vê o salário, reflete um pouco mais e migra para outro curso. Então, precisamos valorizar a licenciatura.

O que fizemos? Nós criamos essa Bolsa Pibid, que é algo que tínhamos. Já tínhamos, e é um sucesso nosso, uma invenção brasileira, o Pibic, a Bolsa de Iniciação Científica, que já formou grandes cientistas neste País. Criamos o Pibid, em contraponto, ou seja, vamos valorizar o estudante de licenciatura, mas havia outros dois objetivos principais e um terceiro. Qual era o outro objetivo? Nós precisávamos trazer as universidades para dialogar com as escolas públicas.

As universidades fazem belíssimos cursos de graduação e pós-graduação na área de educação, mas muitas vezes não conheciam a realidade das salas de aula da nossa escola pública. Havia esse distanciamento. E esse é um *mea-culpa* que nós, professores de universidade e gestores, temos que fazer. Nós precisávamos conhecer mais.

Então o Pibid fazia o quê? O estudante tinha que ir para a escola pública. Ele ia conhecer a realidade da escola pública e trazia o problema das escolas públicas, uma realidade para dentro das universidades. E isso começou a mudar.

No início houve muita resistência. Nós tivemos resistência de ambas as partes. Hoje está vencido.

Então, além de valorizar o estudante, eu estive em várias formaturas e eles diziam: "Olhe, eu tenho orgulho de ser pibidiano, eu tenho orgulho de ter feito o Pibid e eu quero ser professor." Isso aqui me confirmou.

Isso foi muito bom, começamos a modificar.

O outro objetivo é importante. O nosso número hoje está em torno de 82 mil, 85 mil. É isso o Pibid? É por aí o bolsista Pibid hoje. Gostaríamos de ter chegado a cem mil. Por que cem mil? Não era um número mágico. Em torno de cem mil professores se aposentam na educação básica neste País. Então, a nossa ideia era termos jovens treinados, prontos, conhecedores da realidade, que fizeram toda a teoria e a prática, prontos para repor os que se aposentam, ou seja, para que houvesse uma renovação natural. Sabemos que, como gestores, temos que fazê-lo. Temos que pensar, seja na universidade ou onde for, como fica a situação. Então, fazemos essa análise. Esse era um dos grandes objetivos nossos. Aí, precisávamos fazer uma reflexão e estamos fazendo essa análise no MEC.

Acerca de todos os objetivos que citei antes para vocês, não tenho dúvidas de que, nós, o Pibid, alcançamos com grande propriedade. O único – mas não é do Programa, é da realidade brasileira – é que o jovem está saindo do Pibid, mas não está indo para a sala de aula, principalmente nas escolas públicas. É isso. Ele vai, porque é muito bom, para concurso, vai para outra carreira. Mas isso, vejam bem, não é decorrência do Programa. Por isso, o Programa vai continuar; com todos os cortes, não houve um corte de bolsa no Pibid e não haverá. Já acertamos com a Capes, não haverá cortes de bolsas, o Pibid se mantém para que possamos avançar. E estamos reavaliando o Programa.

Vejam, sobre os quatro programas que vi, houve informações muitas vezes equivocadas, a imprensa, e também nós comunicamos mal no Ministério da Educação. São quatro programas que priorizamos e estamos mantendo.

Vou falar agora quantitativamente sobre cada um deles. Leve-se em conta um ano de ajuste fiscal, e tivemos o Fies. Isso é público, os dados que estou citando aqui são públicos, esta Casa conhece bem pelos seus analistas e pelos próprios Senadores. Começamos o ano com 1,9 milhão estudantes no Fies. Decisão do Governo: todos que quiserem renovar terão seus contratos renovados. Se fizéssemos zero Fies este ano, precisaríamos de R\$15 bilhões. Então, vejam, isso é uma decisão de Governo, primeiro fato. Só para manter os que estavam, mas sabemos que vai crescendo.

Então, vejam bem, não seria justo que retirássemos qualquer estudante do programa. E não o fizemos. Todos aqueles que quiserem renovar, aditar, os seus contratos podem fazê-lo – garantido pelo Governo. Fizemos assim. Mas, e aí? Poderíamos parar por aí. Não! Apesar disso, num grande esforço do Governo – não foi fácil – com a sensibilidade que tivemos, interna, do Governo, discussões que fizemos, auxílio desta Casa e da Câmara dos Deputados também e da própria sociedade, conseguimos fazer, em uma época difícil, mais de 313 mil contratos. Foi o

Programa que, com o Sisu (Sistema de Seleção Unificado), com o ProUni e com ele próprio, o Fies, chegamos a 900 mil vagas pelas políticas públicas. Então, mantivemos o Programa.

Ciência sem Fronteiras. Tínhamos em torno de 8,5 mil jovens que precisavam ir para o exterior. Esses 8,5 mil jovens estavam com os seus sonhos, fizeram a seleção, edital pronto. Vou citar o custo aproximado desse período, Senadora, que era algo em torno de R\$600 milhões a R\$700 milhões para esses jovens estarem lá. Tínhamos a opção de frustrar o sonho desses jovens, mas nós os mantivemos lá, porque não seria justo. Então, vejam, houve um grande esforço do Governo para fazer isso. É um ano de ajustes, como sabemos.

Repito o Pronatec. O que fizemos no Pronatec? Apesar de todas as dificuldades, lançamos o Sisutec, tivemos a vaga do Sisutec agora; o Secretário vai fechar esta semana, como eu disse a vocês, e vamos chegar a 1,3 milhão de estudantes. E chegamos com o Pibid sem nenhuma bolsa cortada. Então, é isso. O Governo valoriza isso. Temos dificuldades, estamos fazendo ajustes nos programas, mas tenho a convicção de que vamos avançar.

Senadora, para início de conversa, era o que eu gostaria de dizer. Mais uma vez, agradeço principalmente ao Senador Paim, à Senadora Fátima e aos demais que aqui estão. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Prof. Luiz Cláudio pela exposição que acaba de fazer, trazendo uma panorâmica geral.

Saúdo aqui o Senador Paim, que é o proponente. Inclusive, eu o convido para, se quiser, presidir os trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço questão que a senhora presida. Quero ficar aqui ouvindo a todos e, ao final, fazer um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois bem, Senador Paim, como proponente da matéria, assim que terminarmos aqui a participação dos convidados, passaremos a palavra a V. Exª.

Aqui está presente o Senador Douglas Cintra, do Estado de Pernambuco.

O Senador Cristovam, que já mencionei.

E, dando sequência, Helena, você quer fazer uso da palavra agora?

E o nosso suplente, exatamente. Wilmar, suplente do Senador Cristovam, do Partido dos Trabalhadores.

Quero aqui, por favor, antes de passar a palavra a Helena, convidar o Prof. Marcelo Feres, é o nosso titular, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, permita-me, é quase uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiquei sabendo agora, e respeito a decisão da Mesa Diretora dos trabalhos, que o Secretário Júlio – Senador Cristovam, V. Exª trabalhou com ele – está saindo da Comissão no dia de hoje. É uma decisão da Mesa desta Comissão, que respeito sem nenhum problema. No entanto, acho que seria correto, no mínimo, fazer uma fala de um minuto, dizendo que o Júlio foi um grande assessor desta Comissão, um senhor que não tinha hora para começar e nem para terminar. Acho que V. Exª como ninguém, Senador Cristovam, que presidiu esta Comissão, sabe que o Júlio é um guerreiro da educação e da Comissão. Deu grande parte de sua vida por esta Comissão. E é natural que, quando muda a Mesa, às vezes, muda o Secretário. Nas comissões de que participei também foi assim.

Mas eu queria muito dizer, Júlio, que sei o amor que você tem por esta Comissão. Sei que você está saindo, não está alegre. Mas a vida é assim. Quero dizer que todo Senador desta Comissão tem um carinho muito, muito grande por você. E saiba que as portas de outras comissões estarão sempre abertas e mesmo desta assim que a nova Presidência entender.

Eu tinha que falar isso. Está na garganta, eu não conseguiria falar. O carinho que tenho pelo Júlio é muito grande, mas entendo que é legítima também a mudança. Quando assumimos uma comissão, às vezes mudam alguns funcionários e cria-se um certo clima de constrangimento ou mesmo de tristeza. Mas é assim, Júlio.

E vá para outra atividade com Deus, porque nós todos estamos torcendo para você.

Uma salva de palmas para você, Júlio. *(Palmas.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero me somar ao Senador Paim. Na verdade, era preciso um Senador como o Paim para tomar, ter a sensibilidade de levantar este assunto neste momento, mesmo que interrompendo um debate tão importante.

De fato, é difícil imaginar esta Comissão sem o Júlio e ele sem esta Comissão, porque é como se fosse a vida dele isso aqui. Eu sei disso porque tenho uma boa relação com ele fora do Senado; encontramos-nos, conversamos. Pode-se dizer que somos amigos.

Eu quero dizer que a senhora, como Presidente, Vice-Presidente, vai precisar de muita lucidez para escolher uma pessoa que consiga desempenhar aquele trabalho.

Então, aqui fica a minha homenagem a tudo o que ele fez.

Fui Presidente desta Comissão e, sem ele, o trabalho teria sido muito menor. Claro, ninguém é insubstituível e nenhuma função é insubstituível para a pessoa. Ele rapidamente vai ter onde ficar aqui. É funcionário de carreira, concursado. Então, não tem nenhum problema de emprego. Ele tem é uma função muito importante que desempenhou ao longo de muitos anos nesta Comissão. É um homem não só respeitado pela Educação, mas muito mesmo pelo pessoal da Cultura, muito, muito, e Ciência e Tecnologia, porque durante muito tempo as comissões eram juntas.

Eu me somo aqui ao Senador Paim, dizendo que é normal, natural, é um direito dos Senadores que presidem tomarem essas decisões. É próprio da Casa mesmo, mas, às vezes, as coisas que são tomadas dentro de toda a explicação terminam sendo erradas. Acho que esta aqui pode ser um erro para a Comissão. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, Senador Cristovam, primeiro, quero me associar às homenagens que vocês acabam de fazer não só a Júlio, mas a toda equipe. Eu tomei conhecimento dessa decisão hoje, decisão que foi tomada pelo Presidente da nossa Comissão. Eu integro a Mesa Diretora aqui na condição de Vice-Presidente. Portanto, tomei conhecimento dessa decisão hoje. Eu quero aqui, Júlio, também me associar às homenagens aqui feitas por Paim e por Cristovam. Eu estou apenas há seis meses, Adriana, nesta Comissão, mas foi tempo suficiente para constatar a dedicação, o empenho e a seriedade de vocês. Portanto, a educação do povo brasileiro tem mais é que agradecer o trabalho inestimável, pautado com tanta seriedade profissional e com tanto zelo, que vocês desenvolveram ao longo desse tempo todo. O nosso abraço. O abraço, sem dúvida nenhuma, como disseram o Senador Paim e o Senador Cristovam, é de todos que fazem esta Comissão. Um abraço de agradecimento e de reconhecimento.

Nós vamos passar a palavra agora para a Srª Helena, que é a Vice-Presidente da SBPC...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Presidente. Desculpe, Helena.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não há o menor problema. Eu fui Vice do Prof. Raupp também, com muito orgulho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas é Presidente. Desculpe.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Imagina.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Helena, com satisfação, com a palavra.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Bom dia a todos.

Eu quero, no nome da Senadora Fátima Bezerra, cumprimentar a todos aqui, da Mesa. Agradeço esta oportunidade que o Senado Federal nos dá e que é extremamente importante. Então, Senador Paim, muito obrigada, assim como aos demais Senadores e aos aqui presentes.

No início, eu até gostei que a senhora tenha acabado colocando o Pibid, porque, quando me chamaram, era incentivo à educação do Governo Federal, Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras. Então, Fies... Falar depois que o Luiz Cláudio, nosso Secretário Executivo, que já ocupou o cargo de ministro por várias vezes no MEC, nas ausências de ministros, fica meio complicado.

Eu só vou começar dizendo o seguinte: a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que tem 67 anos de idade, é a favor de qualquer movimento que seja em nome da educação brasileira. É para investir em educação? Tem o nosso apoio.

Aqui, eu também já quero deixar claro, porque vou fazer críticas, que não são críticas ao Ministro ou ao Secretário Executivo, pois eu também quero deixar claro o meu testemunho do que eles têm feito para tentar manter a Pátria Educadora. Nós SBPC temos, reiteradas vezes, escrito tanto ao Palácio do Planalto quanto à Casa Civil como ao Ministro Levy que uma Pátria Educadora não pode contingenciar e cortar recursos. Isso não dá. Nós não vamos aceitar. Vamos morrer, talvez, afogados na areia, mas, enquanto não morremos, vamos continuar lutando, porque os efeitos do corte na educação e na ciência e tecnologia, que são as áreas estruturantes, só serão vistos no médio e no longo prazo. Não pode um país que cresce, de repente, cair num precipício.

Fies – totalmente favorável. O que para nós é extremamente importante – você já deixou claro, Luiz Cláudio, que teve mudanças importantes – é a transparência e a avaliação. Eu não posso, como sociedade civil, aceitar qualquer programa que não seja avaliado nos moldes com que são avaliados, por exemplo, os programas de pós-graduação que são do MEC e da Capes, que são transparentes, que todo mundo sabe o que é, para onde veio, para onde vai. Então, totalmente favorável, não vou falar dele.

Pronatec – é bastante dinheiro. Para terem uma ideia, é cinco vez o orçamento de federais e vai por aí fora. São vários CNPQs.

Então, tem que haver transparência, tem que saber, tem que saber de quanto tempo são esses cursos, até porque há o ruído de fundo. Quando você circula em meio a pessoas que estão envolvidas, há o ruído de que não é bem assim, de que há cursos e cursos. Então, isso tem que ficar claro. São quantas horas? Para onde está indo? Qual foi a melhoria do indivíduo? E isso é, enfim, o que nós queremos.

O Brasil tem o erro de achar que todo mundo tem que ser universitário. Nós temos que seguir o modelo europeu, ou até o próprio modelo americano, o modelo alemão, onde se valorizam todas as saídas, independentemente de ser o doutor ou de ser o técnico. Isso porque, muitas vezes, o que o País está precisando não é do doutor, mas do técnico qualificado. Então, o Pronatec é a grande invenção e tem de deixar muito claro para onde está indo, quais são os recursos, porque, senão, ficam os ruídos de fundo.

Ciência sem Fronteira.

Sobre isso, a SBPC se posicionou desde o começo e foi criticada por muitos, inclusive associados. Quando dizemos que a Presidenta da República tinha o direito, como legitimamente eleita, de criar o seu projeto, como todo governante tem, mantidos os projetos do Estado, aqui, a minha crítica... O programa é um sucesso! Todo mundo que foi para a SBPC... Temos feito, em cada reunião anual, eventos para trazer, ao acaso, os estudantes. E eles mesmos, quando ouvem dizer que vai haver o evento, viajam com dinheiro próprio para virem dar os seus depoimentos. Então, não tenho dúvida do sucesso, mas foi prometido dinheiro novo, e isso não foi verdade. Então, isso também tem que ficar claro.

O Ciência sem Fronteiras, em especial quando olhamos a parte... Ele é dividido entre Capes e CNPq. E até sinto falta de não estar aqui o CNPq, como também acho que a presença do Conselho Nacional de Educação seria extremamente relevante. Mas aqui, para manter, saiu dinheiro do FNDTC (Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O Senador Cristovam sabe porque nós já tivemos um debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde isso foi apontado claramente. O programa é excelente, mas tirou dinheiro de outros lugares. Então, como o cobertor é curto, cobriu a cabeça e mostrou os pés. Então, não dá! Ou seja, o dinheiro novo não aconteceu. Isso também tem que ficar claro. Ele é relevante, somos favoráveis, é importante, porém, usou dinheiro que não era destinado para ele. Não se pode voltar atrás, mas o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, se os senhores olharem, não é desenhado para dar bolsas de estudo, em especial para graduação. Agora, somos a favor do programa. Então, somos a favor de tudo isso.

E, aí, eu havia trazido para discutirmos, porque está me preocupando muito, o que está acontecendo nas universidades federais. As universidades federais foram cortadas na carne. E, na hora em que você corta no federal, passa uma mensagem para os Estados e para os Municípios: "Abriu a temporada de caça". Desculpem-me o termo, mas é o que está acontecendo. Gera um efeito cascata. As universidades estão passando por uma crise financeira gravíssima. E, de novo, eu quero deixar claro: não é culpa do Ministro nem do Secretário Executivo, porque estão tentando, mas não estamos conseguindo a sensibilização do Ministro da Fazenda e do Ministro do Planejamento. Então, peço o esforço desta Casa para nos ajudar a reverter isso.

Sobre o Pibid, que está ali na página, o nosso Secretário já falou. É um programa pelo qual eu tenho... Ele foi avaliado, e vou trazer aqui alguns dados. Ele foi muito bem bolado; ele é de formação de professores.

É claro que eu quero na escola pública, mas, se a escola pública não abre concurso, esse professor não chega na escola pública. E não está abrindo.

Então, quando a gente vê que há número de ex-bolsistas que graduaram e não chegaram à escola pública, eu tenho que avaliar quantos concursos foram abertos em todos os 26 Estados e o Distrito Federal. Eu posso falar pelo meu Estado: São Paulo não abriu nada. O Município de São Paulo não abriu nada, tanto que está faltando professor.

Então, nós temos uma crise que chega ao Município e no Estado, que não é da alçada federal. Mas o projeto é fantástico, é brilhante. O que o Luiz Cláudio colocou é verdade: você está trabalhando com a escola, com o professor da universidade, com o bolsista e com o professor na escola, de tal maneira que esse estudante está pondo mão na massa.

Vou pular isso. Estão aqui os números – isso está na página da Capes –: 72.845 bolsas de Pibid; 5.692 para os coordenadores; 11.717 para supervisores; e aí vai, número de escolas, etc.

É um projeto-piloto do que nós gostaríamos, porque o que não vai bem neste País é a formação de professores. O nosso professor tem mais aula de como se comportar em sala de aula do que da matéria-fim que ele leciona.

Então, como eu quero melhorar o ensino superior e o ensino técnico se o meu ensino básico é tão deficitário? Como eu quero ter mais cientistas, número de doutores por cem mil habitantes se eu não consigo que a pessoa saiba ler e entender o que leu?

Nós temos um problema grave com a educação básica e temos que corrigir. O País tem isso. Essa é uma das avaliações que saíram de um grupo da Gatti e do André em que eles disse que, pelos dados até aqui analisados, esse é um programa de grande efetividade no que se refere à formação inicial de professores. Então, é um piloto que funcionou. E como é que a gente propaga isso? Como é que a gente chega àquilo que nós vamos precisar?

O Secretário falou que não foi cortada nenhuma bolsa, mas também não aumentou. O País ia chegar e precisa de mais. Nós precisamos de recursos para poder manter.

Aqui eu também quero trazer aos senhores e esse mapa mostra o que eu gostaria sobre, por exemplo, a pós-graduação. Esse era o mapa do Brasil em 1998. Está no GeoCapes e qualquer um pode entrar e *print screen* que é que eu faço quando eu preparo esses materiais.

Vocês veem que há vários brancos, o que significa que não existia nenhum programa de pós-graduação. Em 2005, já começou a colorir, sobrou apenas um Estado. Em 2013, esse é o mapa colorido do Brasil. E se vocês olharem, a Bahia, em 1998 era azul, tinha de 8 a 29 programas. Em 2005, passa para amarelo, de 34 a 87, uma escala. E em 2013, ela é vermelha. Então, esse é o Brasil que a gente quer. A gente queria isso com qualidade em todo o ensino básico, em todo o ensino técnico.

Em números de docentes é a mesma coisa, a distribuição vai mudando. É lindo o mapa! Para ter orgulho: o Brasil fez isso. Não foram ETs, não foram extraterrestres. Foi o MEC, a Capes, junto com a sociedade civil. E em muito pouco tempo. Com impacto gigantesco!

Esse é o número de alunos. E aqui é o crescimento. E mais, isso que eu quero mostrar, para encerrar e não ouvir aquela campainha, que me assusta. Isso mostra que os programas são avaliados, têm nota clara, distribuição

Se vocês olharem, desse contingente da última avaliação, apenas 145 são programas considerados de excelência: notas 6 e 7, são 270 + 145. Nota 5 são programas muito bons. Nota 4, está crescendo. E nota 3 é nota mínima para começar. Nota zero existe, não começa. Nota 1 existe e não começa. Nota 2 existe e não começa.

Não é que não existam notas zero, 1 e 2. É uma avaliação da sociedade civil, que todos conhecem. E infelizmente, a relação com a pós-graduação, a curva de trabalhos e a curva de teses de doutorado são praticamente juntas, com um pequeno soluço que não sei se manterá.

Isso aqui não interessa. O que eu queria colocar é que a pós-graduação também, como o Governo, como as universidades, teve que ser cortada.

(Soa a campainha.)

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Para manter as bolsas que, no custeio, correspondem: 100% de custeio, 86% dos recursos são bolsas, 4% são custeio. Todos esses programas espalhados pelo Brasil, mais de 5 mil, não vão receber recursos.

Se não investirmos, não vai haver equipamentos.

É esse o ponto que nós... E eu, de novo, reconheço que os esforços do MEC e do MCTI para reverter. Mas, se nós não conseguirmos o apoio político desta Casa e da Câmara, nós vamos, daqui a dois anos, estar dizendo: puxa, que pena, era verdade e nós não prestamos atenção.

Cada real que não se investe hoje significa R\$1 mil que se deixou de ganhar amanhã.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço à Prof. Helena, pela importante exposição que acaba de fazer.

Vamos passar, agora, a palavra a Elizabeth ou Bárbara... quem quer começar? *(Pausa.)*

Bárbara fala em nome da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Obrigada pela presença mais uma vez.

A SRª BÁRBARA MELO – Obrigada pelo convite. Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa em nome da Senadora Fátima. Acho que é a primeira Mesa do Congresso Nacional que eu venho com paridade de gênero – é importante salientar e valorizar nos espaços dos debates políticos e, em especial, no debate educacional.

Vou me ater a falar do tema do Pronatec. Desenvolver um pouco melhor a opinião da Ubes acerca da Pronatec.

Nós, estudantes, há muito tempo, pautamos a necessidade do investimento no ensino técnico, a necessidade da existência da escola técnica. De fato, o ensino técnico é importante para o desenvolvimento do nosso País e é importante como perspectiva para a juventude, que, cada vez mais cedo, quer poder se profissionalizar, ter essa opção para ter seu próprio emprego, para se preparar para o mercado.

Eu, particularmente, fiz o ensino técnico mais porque a qualidade do ensino médio regular oferecido era pior do que a do ensino técnico. Eu preferi fazer o ensino técnico porque tinha uma qualidade melhor.

Isto é uma coisa para ser refletida: muitas vezes o estudante entra no ensino técnico por causa disso e acaba deixando no meio do caminho porque ele não quer fazer aquele curso, ele só quer uma escola com uma qualidade melhor.

E geralmente, os institutos federais, até as escolas técnicas estaduais têm uma qualidade melhor no seu currículo, para além do técnico, que é melhor do que das escolas regulares. Isso é algo sobre o que temos de refletir, que pode inclusive ser um fator de não conclusão do ensino técnico pelos estudantes.

De fato, algo que precisamos reconhecer que teve um salto foram as vagas do ensino técnico; uma retomada do ensino técnico. E o Pronatec de fato é um programa muito importante, porque mexe com vários públicos, tanto com o estudante que está dentro do instituto federal, que faz o ensino médio e técnico concomitantemente, como foi o meu caso, sendo que fiz em rede estadual, como o estudante que está na sua escola pública regular e faz, no seu contraturno, um curso de menor duração.

De fato – eu concordo aqui com a Helena – se precisa ter uma avaliação desses cursos, especialmente os cursos do Sistema S, que de fato são importantes, mas que é preciso refletir sobre essas vagas do ensino técnico. Quais são os cursos que estão sendo abertos? Se são cursos que de fato veem as necessidades regionais; se são cursos que de fato influenciam numa perspectiva do desenvolvimento nacional.

Por exemplo, no Fies, quando se foi priorizar cursos, priorizaram-se cursos como os de medicina, o da indústria; são cursos que ajudam no desenvolvimento nacional.

Acho que o Pronatec deve priorizar cursos que sejam mais ligados ao desenvolvimento nacional, sem abrir mão dos cursos da área de serviços; sem abrir mão dos cursos que são ofertados hoje pelo Pronatec. Então, é preciso que se inove nessas vagas do Pronatec e também se priorizem as vagas que tenham mais *link* com o desenvolvimento nacional.

Este ano – não é segredo para ninguém – o aumento das vagas do Pronatec foi menor do que nos anos anteriores. Isso nos preocupa porque a gente tem o Plano Nacional de Educação que com muita luta, muita manifestação, trabalho e diálogo, esta Casa e a Câmara aprovaram, que pretende triplicar o número de vagas no ensino técnico, com garantia de 50% público. Então, precisamos ter um planejamento do aumento de vagas, da efetivação dessas vagas, para que se cumpra o Plano Nacional de Educação e também o ensino técnico cumpra o seu papel do desenvolvimento.

Então, acreditamos que para isso seja importante aumentar cada vez mais as vagas do ensino técnico, não só no Pronatec, mas também retomando o investimento do que antes foi chamado de Brasil profissionalizado, das vagas no ensino estadual, porque de fato é preciso olhar com carinho o ensino estadual das escolas técnicas. O MEC também olhar para isso, para a qualidade. E também para São Paulo, Rio de Janeiro, os Estados onde tem ensino técnico estadual, para ver se diminuiu essa verba. Então, precisamos verificar isso com muita atenção.

Outra parte importante dentro do Pronatec, mas também no ensino técnico no nosso País como um todo, é a assistência estudantil. Não tem como se aumentar vaga sem a perspectiva de se aumentar o custo, porque terá mais estudantes lá dentro. Vão aumentar os custos dentro da instituição e também da assistência estudantil, que vai além da Bolsa Formação, que vai para o passe livre, que vai para a própria alimentação dentro da escola – aquilo que a gente chama de bandeirão –, para os restaurantes estudantis.

Para a própria formação e questão de iniciação científica, por que não o estudante do ensino técnico poder desenvolver uma pesquisa? Por que não, dentro do ensino técnico, não se possa valorizar e ter um plano reestruturação de todos os laboratórios que ainda estão defasados?

Ou seja, precisamos entender, como foi a fala da Helena, que se não investirmos hoje, não aproveitarmos essas vagas que foram criadas, se os estudantes que hoje estão dentro do ensino técnico e os estudantes que não estão mas têm disposição de entrar, todo esse bolo demográfico da juventude no nosso País, se não aproveitarmos e canalizarmos com investimento cada vez maior na educação, para que se deem outra alternativa à crise, haverá prejuízos futuros no nosso País.

De fato existe o ajuste econômico, o ajuste fiscal, que a gente acredita que tem que ir mais para a pirâmide de cima, tem que ser mais na linha da taxaço de grandes fortunas, da taxaço dos grandes lucros do que da diminuição de custos, porque achamos que isso trará de fato prejuízos futuros no nosso País.

A visão dos estudantes acerca não só do Pronatec mas dos outros programas que foram falados aqui é positiva. A gente saúda a existência deles. Só que acreditamos que para eles se efetivarem e cumprirem seu papel legítimo, é muito importante um aumento de verba e de priorização desses programas.

Tratando do Pronatec mais especificamente, foi falado aqui que 28% das vagas são do ensino técnico e o resto é do ensino profissionalizante. Então, temos algumas reflexões sobre isso.

O ensino profissionalizante, na nossa opinião, deve priorizar quem precisa urgentemente entrar no mercado de trabalho; quem precisa fazer aquele ensino profissionalizante de curta duração, porque tem que entrar logo no mundo do mercado de trabalho.

Quem está no ensino médio – a grande parte da juventude – que possa ter a oportunidade de um ensino técnico que aprofunde mais conhecimentos; um ensino técnico que possa cada vez mais caminhar, que cada vez mais debata sobre a politécnica, um ensino técnico que seja cada vez mais casado com o trabalho, cada vez mais casado com a atualidade.

Então, a gente acredita que o ensino técnico precisa cada vez mais se renovar e ser desafiado nesse novo Brasil em que a gente vive.

Já caminhando para a conclusão, acreditamos que o estudante precisa ter a perspectiva de entrar no ensino técnico e de também entrar no ensino superior. Ainda é uma opção. Ainda é visto e efetivado por aqueles estudantes que têm menor renda entrarem no ensino técnico, pois precisam trabalhar, e os que têm maior renda entrarem no ensino superior, porque podem se dar ao luxo de iniciarem no mundo do trabalho somente com os seus 25, 26 anos.

Mas a gente acredita que se deve poder fazer os dois. É preciso ter uma assistência estudantil para a pessoa se formar e poder ajudar sua própria família também, mas o que entra no mundo do trabalho também possa ter horários flexíveis para conseguir estudar. Mas com a idade certa.

Tem um projeto da Câmara que reduz a maioria laboral, que na nossa opinião não é a solução. Na nossa opinião é trabalho decente, estágio decente. Ainda existem abusos nos estágios. Isso é uma realidade para a qual temos de olhar. Não só no ensino superior como também no ensino médio. Estagiários de Administração ainda servem cafezinho. Isso é algo que precisamos mudar!

Qual vai ser a perspectiva do jovem de um emprego decente se o estágio dele ainda não é decente? A gente louva a iniciativa da lei do estágio, mas ainda não é de fato efetivada.

Então, esse olhar de avaliar o ensino técnico na iniciativa privada também tem que ser de avaliar os estágios na iniciativa pública e na iniciativa privada, o que dará a perspectiva, para os estudantes do ensino técnico, de um estágio com qualidade, um estágio que o respeite e no qual ele faça aquilo que está aprendendo no ensino técnico dele.

Achamos que, para evoluir o Pronatec e o ensino técnico no nosso País, precisamos ainda olhar alguns gargalos. O gargalo do acesso não foi vencido, mas demos longos passos nas vagas que foram criadas. Mas o gargalo da qualidade da assistência estudantil ainda precisa ser superado.

Fizemos, no último período, o Encontro Nacional de Escolas Técnicas, que foi no começo do ano, no mês de fevereiro, e na jornada de lutas do ensino técnico a gente pesquisou, entre os estudantes, a realidade de institutos federais de Norte a Sul do País, e vimos que dentro das instituições renomadas, dentro dos institutos federais ainda tem gargalos estruturais muito grandes: obras paradas, restaurantes estudantis que não foram criados, bibliotecas com acervo incompleto, maquinários de laboratórios ainda defasados.

Então, precisamos ver que só vamos construir e consolidar a pátria educadora quando o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento entenderem que o orçamento do MEC vai ser sempre crescente, e muito crescente, porque há estudantes dentro da escola, dentro da universidade, que precisam de qualidade para se formarem, e há professores que precisam de salários melhores, de incentivo, de formação continuada, de dedicação exclusiva para poderem dar o salto educacional de que o nosso País precisa.

Somos a sétima economia do mundo. O Brasil é um país rico em território, é um país rico culturalmente, que precisa de fato vencer o gargalo educacional, investir cada vez mais em educação, dar um salto na qualidade da educação, para de fato podermos explorar a fundo todas as nossas potencialidades.

Acreditamos que esses programas são importantes, mas, para além dos programas, precisamos ter iniciativas de programas de Estado, para além de programas de governo, como o Plano Nacional de Educação, que é um programa de Estado. E que possamos cada vez mais ter participação popular na criação desses programas de governo, ter participação popular na sua efetivação, na sua avaliação. E que também se possa entender que é com mais investimentos em educação, é sem corte de verbas, sem corte de orçamento no Ministério da Educação e de todos

os ministérios que dialogam com essa pauta que vamos conseguir evoluir no ensino e, em especial, no ensino técnico.

Na semana passada, se eu não me engano, a Presidenta Dilma teve um diálogo com o Ministério do Trabalho sobre o Pronatec Aprendiz, mais vinculado ao Ministério do Trabalho. E acreditamos que precisa haver um olhar muito atento sobre o que será o Pronatec Aprendiz, para que o estudante do ensino técnico não seja mão de obra barata, para que ele seja indutor do desenvolvimento, para que o estudante do ensino técnico tenha boas oportunidades de estágio e de emprego, e que o Pronatec Aprendiz possa olhar para isso, que ele possa ver como as empresas estão aproveitando o estudante do ensino técnico e como o Brasil está aproveitando esse estudante.

(Soa a campainha.)

A SRª BÁRBARA MELO – Acreditamos que os estudantes do ensino técnico têm, de fato, muita opinião, muita vontade de trabalhar, mas também precisamos ter muito incentivo e muita valorização dentro das instituições do ensino técnico, sejam elas públicas ou privadas, federais, municipais ou estaduais.

Então, esse é o recado que trazemos. Acreditamos nesses programas, acreditamos em que eles precisam se efetivar com mais investimento e com mais participação dos estudantes, professores e de todos aqueles que constroem a educação do nosso País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Bárbara, que aqui falou em nome da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, entidade muito presente na luta em defesa da escola pública.

Vamos passar imediatamente a palavra para a Elisabeth Guedes, que é integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Bom dia a todos. Obrigada, Senadora Fátima Bezerra. Quero também agradecer ao Senador Paulo Paim pela convocação e pela oportunidade de estarmos aqui mais uma vez, ao Senador Cristovam, ao seu suplente, o Wilmar, e ao Senador Douglas – não sei se ele ainda continua na sala.

Eu queria, antes de começar, falar duas coisas: primeiro, sobre a manifestação dos senhores a respeito do Júlio. Nós, como frequentadores da Comissão de Educação, quer como palestrantes, membros de audiências públicas, quer como pessoas que acompanhamos a evolução da legislação, queremos agradecer ao Júlio as portas abertas, os braços abertos, a seriedade, o espírito republicano com que ele sempre tratou todo mundo, independentemente de sermos da UNE, da Ubes ou da Anup.

Eu não posso dizer que posso levar você, Júlio, porque você é concursado do Senado, mas, se pudesse, eu levaria. *(Risos.)*

E queria também dizer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O problema, só para complementar, é o que eu já disse para ele: eu posso levá-lo.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Então, eu vou levar os dois – eu levo o senhor e levo ele.

Bom, e eu também queria dizer que adorei a Bárbara. Tenho certeza de que hoje estou aqui ouvindo o discurso de uma futura Senadora ou de uma futura Deputada.

Senti muita maturidade no que ela disse. Ao invés de ficar na perseguição entre o público e o privado, a precarização do ensino, blá-blá-blá-blá, eu achei que você foi perfeita. Vou votar em você. Me avisa.

Bom, eu quero também aqui cumprimentar, em nome da Mesa, o nosso Secretário Luiz Cláudio Costa, em nome de quem eu também cumprimento o Prof. Idilvan e todos meus demais colegas.

Para mim é muito difícil começar a falar depois dessas três pessoas. Eu acho que o Luiz Cláudio mostrou uma visão muito ampla do que é hoje o apoio, muito forte, que o Governo tem dado à educação. Acho que a Profª Helena também nos mostrou sobre as agruras de um País em desenvolvimento, em crescimento e, em um período de ajuste fiscal, continuar investindo em uma

estrutura de ciência e tecnologia forte na área pública; e também a Bárbara, que trouxe as reflexões dela sobre as preocupações como menina que ela é. Eu sou uma senhora, e a minha expectativa é deixar um mundo melhor para a Bárbara. Eu quero que a Bárbara encontre um Brasil melhor do que eu encontrei na idade dela, e que chegue à minha idade com um País mais justo.

Eu gostaria de voltar na mesma ordem seguida pelo nosso Secretário-Executivo, e muitas vezes Ministro Luiz Cláudio, aos programas. Vou começar pelo Fies e vou concordar com todas as colocações do nosso Secretário no sentido de que houve um avanço no aprimoramento do programa.

Quanto à redução do número de vagas, o setor – estou representando o Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), sou da Câmara de Ensino Superior de lá – entende que tem que haver uma diminuição nos recursos e achamos que colocar o Fies no mesmo sistema do Pronatec é um avanço grande no sentido da transparência. Não digo nem transparência, porque transparência é uma palavra muito vaga, mas ele coloca de maneira clara onde o Governo está querendo investir, de que maneira ele está querendo investir. O Pronatec... E aqui está o nosso Secretário que inclusive implantou o programa, porque ele não era Secretário na época da implantação, mas uma pessoa técnica, que conhece. Hoje está lá o Cristiano que lidera a equipe técnica deles. É muito difícil você chegar a alguém do Pronatec e perguntar: "Por que eu tenho 20 vagas e o fulano de tal tem 35?" Ele vai e explica direitinho o porquê de uns terem 20 e outros 35.

E aí, Bárbara, eu quero ajudar dizendo que o Pronatec já obedece a eixos tecnológicos, já obedece a prioridades. E o que o Fies fez foi se assentar sobre essa base de sucesso que o Pronatec já havia implantado. Da mesma maneira, o Pronatec também vai se assentar na experiência de sucesso que o Fies teve na avaliação dos cursos. A decisão de ir para Cursos 5, 4 e 3 só foi possível porque o sistema de avaliação do Inep e da Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior) estão atuantes.

Vou falar um pouco também... Não posso falar sobre o Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), porque é algo que eu conheço pouco, mas posso falar sobre a formação de professores. Eu acho que esta Casa e a Câmara dos Deputados, e nós que representamos a iniciativa privada, temos que repensar – estava conversando sobre isso com a Prof^a Helena – a questão dos conteúdos das Licenciaturas. Na verdade, quem forma os professores, em um grande número, somos nós da iniciativa privada. E se está faltando sala de aula, se está faltando experiência, se está faltando estágio, essa é uma discussão que a gente tem que ter de forma muito objetiva, muito clara e sem achar que é o dono da área de treinamento de professor. Aqui só senta eu, fulano de tal, A, B, C, D. Ficam os mesmos CPFs, as mesmas pessoas decidindo tudo para o Brasil. Acho que existem pessoas mais jovens, como a Bárbara, de fora de grupo, mas velhos até, que precisam colaborar com isso. E não é só também na questão do currículo das Licenciaturas, é também no diálogo do ensino superior com o ensino médio; no diálogo do ensino particular superior com o ensino médio – hoje nós temos 75% das vagas. E, em todas audiências públicas, muitos dos senhores já me conhecem, porque eu sou meio que figura carimbada, como bem disse o Luiz Cláudio.

Eu trabalho muito para o ensino superior e eu estou sempre defendendo o lado da iniciativa privada, que vem avançando no Brasil. A gente tem que também entender que a matriz do sistema mudou. A primeira mudança de manutenção que foi feita no Brasil, nos moldes que nós vemos hoje, tem dez anos. Foi a Universidade Anhembi Morumbi, quando fez a mudança de manutenção para o Grupo Laureate. Foi a primeira vez que um grupo internacional entrou no Brasil. Nós estamos falando de um modelo que tem dez anos de funcionamento. Ou seja, não tem nada ainda, nós estamos começando.

O diálogo... E aí eu posso dizer de novo – o Luiz Cláudio me conhece, ele sabe que eu não sou muito de firulas –, mas o diálogo que o MEC tem aberto conosco tem facilitado muito a melhoria da nossa qualidade, porque nós temos conseguido entender o ponto de vista do MEC e o MEC tem sido capaz também de entender as nossas dificuldades em algumas regras. Eu não encontro doutores na área de Direito – tem uma pessoa aqui da OAB que irá me suceder – para

trabalhar em Manaus. Não existem! Os doutores não querem ir para Manaus! Os doutores querem ficar ali, andando na Avenida Paulista, que a gente sabe que não tem lugar sequer de botar o pé. Mas eles querem ficar na Avenida Paulista! Eles querem ficar em Curitiba. Eles querem ficar no Rio. Isso não quer dizer que não seja feito um grande esforço. É claro que as universidades federais quando oferecem dedicação exclusiva e uma carreira muito mais consolidada do que as carreiras que estão sendo criadas nas universidades particulares, são muito mais capazes de atrair professores, até porque existe aposentadoria integral. Muitos professores...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – Não existe mais, mas não é o INSS, não é? Porque igual ao INSS, vamos falar sério, ninguém merece! E todo mundo ganha. Aquilo ali é uma tristeza!

Então, muitas vezes, o professor sai da rede privada, onde ele ganha mais hoje, e vai para a rede pública, às vezes morando mais longe, porque ele sabe que vai ter uma velhice e uma tranquilidade no dia-a-dia do trabalho maior. Ele tem estabilidade. Toda a vez que você tem alterações no número de alunos nas turmas, infelizmente a gente tem realocar a carga horária de professor, e não é porque a gente seja mau, mas é porque nós temos que pagar a nossa folha de pagamento. Agora, por exemplo, com a Portaria nº 23, nós temos discutido isso com o MEC, nós temos o repasse de quatro, aliás, nós temos quatro repasses de 2015 indo para 2016, 2017, enfim, do que foi combinado. E nós estamos entendendo isso. Mas nós vamos continuar pagando 13 folhas de pagamento de professores.

O esforço do ensino particular tem sido no sentido de investir em infraestrutura, investir em formação de professores, investir em pesquisa sim. Uma vez eu perguntei ao nosso ex-Ministro Paim por que não era permitido às universidades particulares montar os mestrados interinstitucionais de verdade, como são permitidos na rede pública. Nós temos universidades, por exemplo, na Bahia, com mestrados interinstitucionais com a Universidade Federal da Bahia que são um sucesso. Quer dizer, o que nós precisamos... Eu concordo com a Bárbara, que nós temos alguns vícios, e a Profª Helena também disse isso, e um dos vícios que a gente tem, no Brasil, é achar que o ensino particular é ruim, que todo mundo é tubarão de ensino, que todo mundo quer dinheiro.

Outro dia conversava com uma colega da Conter, e ela disse: "Ah, mas a empresa tal teve não sei quantos milhões ou bilhões de lucro". Eu disse-lhe: "Olha, primeiro, o lucro que sai dali é o lucro antes do Imposto de Renda, da depreciação, dos impostos todos que se paga. As margens são muito menores do que as pessoas imaginam." Você lê no jornal: "Escola tal pegou um bilhão do Fies." Eu fui conversar com o jornalista, e disse-lhe: "Pegou e fez o quê? Saiu correndo. Pegou esse um bilhão e foi correndo mundo afora? Não. Ela abriu um *campus*, ela abriu uma sala de aula, ela colocou professores".

Nós temos feito muitos estudos dentro do ensino particular, até porque somos jovens, para nos conhecermos melhor – o Luiz Cláudio conhece esse estudo. Nós fizemos um estudo, no ano passado, comparando o desempenho, as médias finais do Enade dos nossos alunos Prounistas 100% com os alunos egressos das universidades federais, e os resultados são: os alunos Prounistas egressos das universidades particulares têm notas médias mais altas do que os egressos das escolas federais. Inclusive eu apostei um almoço com um dos diretores do MEC e ganhei, porque ele me disse: "Eu não acredito nos seus resultados". "Então eu vou trazer aqui, Professor". Ganhei o almoço. Aliás, ainda não cobrei.

O que isso mostra? Isso mostra que, com uma correta política de incentivos, que selecione bem aquelas pessoas que deverão ser salvas nesta rede, que é o *safety net*, que vai salvar o excluído, que vai salvar o negro, que vai salvar o pobre, que vai salvar a pessoa que não tem uma formação acadêmica boa, quando ela está corretamente orientada e corretamente avaliada, conseguimos.

Vejam bem: quando eu pego um aluno prounista 100%, estou dizendo que a família tem até 1,5 salário mínimo *per capita* e que ele é uma pessoa pobre, mas consigo anular as diferenças socioeconômicas de entrada ao longo do curso dele. Pessoas como eu vão para a universidade

pública de carro e estacionam nos estacionamento gratuitos que nos oferecem – eu ia estudar do jeito que eu achava bom. Outras pessoas se locomovem em transporte público, moram em casa com mais pessoas, trabalham de dia e estudam à noite, mas vão para o Enade e gabaritam. Isso mostra que a nossa máquina privada, que a máquina de ensino privada é boa e que precisamos dialogar melhor com o ensino médio e ajudar para que os alunos do ensino médio entrem melhores para nós.

Da mesma maneira, acabamos de concluir, agora, um estudo que vou mandar para os senhores e que mostra o efeito das universidades, de uma instituição de ensino superior particular no PIB do Município. Quando eu formo pessoas em uma instituição federal ou em uma instituição particular, qual influência isso tem no PIB? Sabemos que a maioria dos alunos que, hoje, estão nas universidades federais são filhos de classe média. Eles se formam e vão: ou mudam de cidade ou casam ou constituem uma família. Os alunos das universidades privadas são pessoas que moram, são pessoas com rendas mais baixas que, imediatamente, no momento em que se formam, começam a melhorar a vida dos seus familiares, ou trazendo-os de onde eles vieram, se são pessoas que migraram de centros menores para as capitais, ou efetivamente pagando escola para essas pessoas. O estudo que foi produzido pelo Naércio do Insper e que vai ser distribuído para os senhores vai mostrar que uma instituição de ensino particular, quando forma alunos, impacta em até 2,5% o PIB do Município, enquanto um aluno formado na escola federal, 1,7%. Geramos mais de um milhão de empregos. Hoje, são pessoas que estão dentro da iniciativa particular. Não ter qualidade não é mais uma opção para nós.

Por isso, saudamos as alterações que o MEC fez tanto no Pronatec, que vai aumentar a sua fiscalização de qualidade, quanto no Fies, que orientou e nos disse quais vagas, em quais lugares e que competiríamos pelos alunos. Acho que isso é transparente e justo.

Eu gostaria – e não quero estourar meu tempo, Senadora – de agradecer mais uma vez a oportunidade que a senhora está nos dando. Queria dizer aos senhores que me orgulho muito de militar no ensino superior particular a minha vida inteira. Sou executiva desta área há mais de 30 anos e nunca abri mão da qualidade. Acho que a qualidade de ensino é uma questão de seriedade e não de exigência do Governo. Como sempre digo, somos todos brasileiros, todos patriotas e todos estamos deixando filhos e netos. Quero que a Bárbara herde um país maravilhoso e que ela tenha a honra de, um dia, ser reitora, quem sabe, de uma universidade particular. Tenho certeza de que vamos estar preparados para receber uma pessoa como ela.

Bom dia! Obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Elizabeth, pela sua participação no debate.

Vamos, agora, ouvir Iago, representando a União Nacional dos Estudantes.

O SR. IAGO MONTALVÃO – Olá! Muito bom dia a todos que estão aqui presentes!

Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome da Senadora Fátima Bezerra, e agradecer muito o convite e ao Senador Paulo Paim, proponente da nossa audiência, porque acho que a cada vez que construímos um debate, principalmente com as entidades da sociedade civil, dos movimentos sociais, aprimoramos e fortalecemos a nossa democracia, até porque temos muito a dizer, principalmente em um momento tão especial como esse em que vivemos no Brasil, não só por ser um momento de crise econômica mundial, mas por ser um momento cuja história recente nos deixou grandes conquistas, grandes avanços, de que os movimentos sociais fizeram parte. É um pouco sobre isso que quero falar.

Nós, estudantes, durante a última década, tivemos muitas lutas e, consideramos, muitas conquistas. Esses programas que estamos debatendo hoje são frutos desse período, dessas conquistas, desses avanços. Por isso, reivindicamos esses programas como uma vitória nossa também. Ficamos muito felizes em poder debater isso aqui.

Vou começar falando do Fies.

O Fies, para nós, é um programa muito importante, porque possibilita a inserção e a popularização, a democratização, do acesso ao ensino superior por camadas mais pobres, mais necessitadas da população. Isso, para nós, é importante porque inverte a lógica do próprio ensino

superior. Quando passamos a ter atores e atrizes sociais diferentes do que se tinha antes, quer dizer, quando passamos a ter pessoas de classe, de grupos sociais menos favorecidos nas universidades, alteramos a lógica de pensamento, que, antes, era mais elitizado e, hoje, passa a ser mais popularizado. Então, consideramos que esse é um programa muito importante e que dá oportunidade a muita gente. Fizemos essa luta, apoiamos. Por outro lado, o Fies é uma ferramenta que também aos estabelecimentos privados garante uma certa estabilidade, diminui a inadimplência, garante uma margem de confiança nos investimentos nessas universidades, porque já sabem que vai haver o pagamento da mensalidade.

Dessa maneira, queria começar falando do Fies como uma proposta que a Une tem feito de ser, assim como o Prouni, ferramenta de garantia de qualidade, de regulamentação, de avaliação dessas instituições.

No início do ano, o MEC deu uma sinalização interessante, assim consideramos, apesar de ter sido feita de maneira um pouco confusa, pois confundiu muito os estudantes. Foi a questão do aumento de mensalidade. A universidade só recebe, só tem direito ao Fies se aumentar a mensalidade até determinada porcentagem, porque muitas universidades aumentavam a mensalidade acima da inflação. Essa é uma batalha que temos feito em inúmeras instituições privadas no Brasil. A Une, as entidades estaduais, os DCEs são contra os aumentos abusivos de mensalidade, que muitas vezes não passam por um crivo de transparência, não se tem acesso às planilhas, por exemplo. Então, achamos que o Fies precisa ser esse instrumento de controle, de regulamentação da qualidade do ensino.

Nesse sentido, sobre algumas alterações feitas recentemente no Fies, temos também uma opinião já formada, inclusive já convocamos os estudantes e já temos resoluções da nossa diretoria, do nosso congresso que foi há pouco mais de dois meses, sobre a questão do Fies.

O que, para nós, é central é a questão do aumento dos juros. Somos frontalmente contra o aumento dos juros do Fies, até porque ele contradiz outra medida que vem sendo tomada também e que consideramos justa. O critério de renda para poder contemplar os estudantes das classes mais baixas achamos justo. São esses estudantes os que mais necessitam. Mas, por outro lado, se agora vamos colocar um critério para uma renda menos, como vamos aumentar os juros? As pessoas que são mais pobres vão ter que pagar os juros mais altos. Reafirmamos que os juros do Fies devem permanecer em 3,4%. Achamos que essa é uma questão importante, mas sabemos das dificuldades. No mesmo sentido que a Prof. Helena falou, sabemos também que esse é um problema que não diz respeito diretamente ao MEC. Sabemos que é uma opção de uma política econômica que nós temos e que consideramos equivocada. Temos também nos mobilizado para combatê-la. Achamos que a taxação das grandes fortunas, como a Bárbara já disse... Juros?

Vamos aumentar os juros também sobre as transações dos bancos. Vamos colocar mais tributação sobre as remessas de lucro para o exterior. Isso, sim, vai garantir o acesso e a qualidade para os estudantes e que não haja cortes na educação.

Então, entre outros pontos, acho que a priorização das áreas de saúde, de engenharia, de formação de professores é justa, e que não haja restrições. Esse é um ponto em que a gente tem tocado também. É uma priorização de áreas que são urgentes e essenciais para o desenvolvimento do nosso País hoje.

Sobre os critérios do acesso através do Enem, também achamos importante: a redação, o novo mínimo da nota necessária para ser aprovado no processo seletivo. Nós também achamos importante. Mas volto a reafirmar, para nós é importante que esse programa seja mantido da forma como feito nos últimos anos. Para nós, é negativa a redução no aumento das bolsas do Fies, mas nós achamos que essa deve ser sobretudo uma ferramenta de regulamentação do ensino superior privado.

Eu concordo que o ensino superior privado é importante hoje para o nosso País, porque ele forma muitos estudantes, ele insere no mercado, no desenvolvimento do nosso País muitos profissionais e dá também... A nossa juventude quer ter esperança, ela tem sonhos. E a universidade faz parte disso. Então, o ensino superior dá essa condição para a nossa juventude também. Mas nós queremos que esse jovem, além de estar no ensino superior, possa ter um

ensino superior de qualidade; que ele possa de fato contribuir com o desenvolvimento do nosso País; que ele possa ter projetos de pesquisa, projetos de extensão que dialoguem diretamente com a comunidade; que ele possa se formar com ensino de qualidade.

É claro que o ensino privado consegue abarcar mais espaços, consegue se estender em mais localidades do nosso País e, porque é muito grande, dá oportunidade para muitas pessoas, mas ele é muito heterogêneo também. Então, na medida em que você tem uma Uninove em São Paulo, por exemplo, que conta com 150 mil estudantes, você tem também outras universidades no interior de qualquer Estado que contam com 500, 100 estudantes, que muitas vezes não correspondem aos critérios de qualidade. Os estudantes têm sido prejudicados por isso. Então, por outro lado, a gente acha importante um novo critério de que só as instituições com as notas mais elevadas possam ter acesso ao Fies. Isso para nós também é importante.

Mas eu destaco outra questão: a avaliação, que não achamos que seja a mais avançada. Por isso que propomos um projeto de lei, que inclusive está quase pronto para ser votado na Câmara, que cria o Insaes. Eu venho aqui reivindicar essa pauta do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior, que, para nós, é uma pauta muito cara e que, na nossa opinião, é muito justa no que tange à qualidade, à regulamentação, à avaliação e à supervisão do ensino superior como um todo e mais especificamente do ensino superior privado. Essa é uma ferramenta que nós precisamos utilizar para ampliar.

Só para dar um exemplo do que tem sido uma efervescência muito grande nas universidades: a tal da disciplina *on-line*. Existe uma portaria no MEC que permite as universidades ofereçam de forma opcional até 20% da carga horária do estudante em matérias *on-line*. Mas o que acontece é que, talvez para ampliar a margem de lucro, diminuir gastos, as universidades privadas tornam isso ferramenta obrigatória. A maioria das universidades privadas hoje tem lá: 20% da carga horária dos estudantes é *on-line*. E os estudantes têm se revoltado muito com isso. Essa é uma reivindicação que os estudantes têm feito às universidades, porque a matéria *on-line* diminui a qualidade do ensino. E muitas vezes são matérias em que se exige manuseio, experiências, laboratório etc. e têm sido ministradas através da internet. Então, essa é uma das questões.

Isso sem falar também do capital estrangeiro na educação que, para nós, também é muito prejudicial, porque não diz respeito aos interesses do desenvolvimento do nosso País etc.

Devido ao tempo, quero falar um pouco sobre o Ciência sem Fronteiras. Acho que aquilo que a Prof^a Helena falou aqui foi muito justo, e a gente vem nesta mesma direção de valorizar muito esse programa, porque, além de ser um programa de qualificação do ensino, do estudante, também permite construir relações diplomáticas, porque as relações entre as universidades e os países fortalecem as relações diplomáticas e, sobretudo, é um programa que também é de permanência. Eu queria utilizar esse ponto para falar da permanência nas universidades federais.

Como eu já disse aqui anteriormente, nós vivemos recentemente um período de muito avanço na democratização do acesso às universidades. O Reuni, para nós, foi um programa muito importante porque deu oportunidade à universidade brasileira de mudar de cara. A gente até diz que hoje a universidade tem mais a cara do povo, tem mais negros, tem mais indígenas, tem mais filhos de trabalhadores e trabalhadoras. Mas isso, por outro lado, demanda que esses estudantes tenham condições de permanecer no ensino superior, porque, ao passo em que você coloca pessoas que tenham menores condições econômicas dentro da universidade, você também tem que dar condições para que elas permaneçam na universidade. Então, a gente gera outra demanda.

Ampliou-se muito o acesso, e essa foi uma vitória inquestionável, que precisamos continuar ampliando, pois muitos jovens ainda estão fora da universidade, do ensino técnico em nosso País, mas nós precisamos dar atenção especial à permanência. E, com esses cortes que têm acontecido na educação este ano, as políticas de permanência têm sofrido grandes ataques. Isso faz com que um número grande de estudantes se evada das nossas universidades. As taxas de evasão da universidade às vezes são gritantes. Quer dizer, entra muito estudante nas universidades, mas não tem se formado a quantidade que a gente queria. É óbvio que isso não diz respeito apenas à

questão da permanência, são inúmeros fatores, mas, em grande parte, estão ligados à questão da assistência.

As universidades federais atualmente têm enfrentado muitos problemas, que vão além dos custos dos terceirizados, da energia, da água etc. Os estudantes estão sofrendo, por exemplo, com a paralisação dos restaurantes universitários. Isso pode parecer pouco, mas não é, porque o estudante, às vezes, não tem dinheiro para almoçar. E se ele não tem dinheiro para almoçar, ele não consegue estudar. Então, temos sofrido cortes em bolsas. Às vezes, o ministério não corta a bolsa que vem diretamente do ministério, mas lá no orçamento da reitoria, da universidade, eles fazem um reajuste para pagar a luz. E aí tem que tirar de onde? Da bolsa do estudante....

(Soa a campainha.)

O SR. IAGO MONTALVÃO – ...que é às vezes a bolsa institucional. Então, essa é outra ponderação que temos a fazer.

Para encerrar, vou falar do Pibid. A gente fica muito feliz que o Pibid seja um programa que não sofra cortes. Esse é um programa que, pelo contrário, precisa crescer. Ele não pode sofrer nenhum corte. Ele precisa crescer. Existe um chavão muito forte do movimento educacional: ensino, pesquisa e extensão. E o Pibid é um dos programas que mais coloca em evidência esse tripé que a gente defende para a universidade. Então, a gente quer programas assim cada vez mais fortalecidos, educação forte com assistência e permanência estudantil e cada vez mais ampliação das vagas no ensino público. Isso é importante, o PNE já diz isso.

Eu encerro por aqui. Obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Iago e passo imediatamente a palavra ao Prof. José Geraldo, ex-reitor da UnB, aqui representando a Comissão de Educação Jurídica da OAB. Posteriormente, Senador Paulo Paim, vou passar a palavra para V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Bom dia ainda a todos e a todas.

Cumprimento a Senadora Fátima Bezerra, que preside a reunião até aqui; o Senador Paim, que a convocou e definiu a pauta; o Prof. Luiz Cláudio; todos os demais e todas as demais pessoas aqui presentes na Mesa; os que estão aqui, como Wilmar Lacerda, suplente.

Pode parecer extravagante a presença da OAB em uma Mesa em que, de certo modo, a linha condutora do percurso é o estritamente universitário e centrado na questão da educação superior, mas eu queria dizer que não é imprópria. O Presidente Marcus Vinicius pediu que eu o representasse, como membro da Comissão Nacional de Educação Jurídica e também como ex-Reitor, levando em conta a peculiaridade da Ordem dos Advogados, que, embora institucionalmente tenha um caráter corporativo, de ter um lugar político na construção do paradigma da educação superior no País, especialmente considerando que a própria instituição, no seu nascedouro como Instituto dos Advogados Brasileiros, é até anterior à formação da própria universidade brasileira. Parte da sua existência está ligada à luta pela institucionalização da educação superior no Brasil.

E, agora, nesta semana, em 11 de agosto, vamos celebrar 188 anos da criação dos cursos jurídicos, levando em conta que o projeto dos cursos jurídicos é o que se institucionalizou, enquanto o que se debatia era a criação da universidade brasileira, o que só foi acontecer no século XX. E é curioso, Secretário Luiz Cláudio, que, sendo esse processo tão recente, considerando, inclusive, o contexto latino-americano e americano, porque já há universidades na América desde o século XVI, o Brasil que foi tão retardatário tenha se consolidado rapidamente com uma infraestrutura tão forte como a que vimos aqui em parte relatada, que faz com que, como interlocutor do contexto internacional de compartilhamento das políticas, as nossas formas de financiamento e de organização sejam referidas como de caráter exemplar. Sabe, como reitor, como eu também, que uma das agendas principais nossas é receber as legações estrangeiras do norte mais avançado e do sul que corre atrás, todos querendo participar também do que é a distribuição de recursos que as nossas políticas permitem, não só no Ciência sem Fronteiras, em

que todos os embaixadores querem inserir suas universidades na recepção dos alunos, mas no programa de pós-graduação, que o Brasil tem como um dos mais...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. José Geraldo, desculpe-me interrompê-lo. Estão me dizendo que eu preciso ir à CCJ só apertar um botão, porque falta um voto lá em um projeto importante, de que o Humberto Costa é o Relator. Dá tempo tranquilamente. O senhor ainda tem, no mínimo, dez minutos, nos meus cálculos – seis mais um pouco. Eu vou lá, aperto o botão e volto aqui. Pode ser?

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Ah, sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, Senador Paim. Nós só terminaremos a audiência com a sua presença.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – Muito bem. Se for o caso, eu continuo falando até o senhor chegar. *(Risos.)*

Nós sabemos o quanto esses países, por suas delegações, têm expectativa de participar da distribuição dos altíssimos investimentos que o Brasil faz no tocante ao financiamento da educação, em geral, na pós-graduação, mas, agora, com os programas de mobilidade e intercâmbio, na graduação.

Ouvindo os que me antecederam, embora a audiência tenha sido marcada para o item Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras, nós podemos perceber que a condição do financiamento da educação superior é larguíssima, na medida em que, mesmo aqui, outros programas foram trazidos à exame, como o Pibid, mas também os financiamentos estruturantes da educação superior que foram relacionados por todos os expositores, desde assistência estudantil até financiamento das inúmeras formas de manutenção em bolsas ou em programas que agregam recursos para o desenvolvimento da educação superior, como o Proex, o PBIP – foi rápido, hein?

Então, é um sistema muito bem estabelecido que imagino possa ser percebido na sua qualificação, quando se vê, por exemplo, do ponto de vista retórico, no sentido nobre do termo, a gente ouvir falar da mudança, por exemplo, que era de natureza endógena de um sistema de educação de qualidade da creche à pós-graduação, que envolvia estruturar internamente o sistema, para um, como agora está estabelecido, Pátria Educadora. Quer dizer que não é apenas endógeno, mas que remete a uma situação em que liga a educação com todas as políticas que organizam a identidade, a formação, o desenvolvimento e o engrandecimento do nosso País.

A mensagem aqui de lembrar que o debate não deve ser focado apenas na ponta do iceberg desse modelo, que é a questão da educação *stricto sensu*, mas que deve percorrer a transversalidade do que ele representa é o que deve chamar a nossa atenção.

Aqui, pelo que vimos, há muito avanço, há muita densidade, As críticas e as reivindicações são as mesmas que se fazem à democracia. Critica-se a democracia não porque ela é um bom regime, mas porque se quer mais, se quer mais qualidade na democracia. Critica-se a educação não porque não haja financiamento, mas porque se quer mais, porque se quer mais estruturação e melhores fontes.

Digo isso porque, por exemplo, vindo para cá, peguei o jornal do Senado de hoje e a notícia mais forte é a de que se vai debater de novo o sistema de partilha do pré-sal, e ali está se discutindo educação, ali está se discutindo financiamento. Por isso que, quando vim para cá falar em nome do Presidente da OAB, recuperei as manifestações da entidade no tocante aos pontos em que ela discute o tema da educação. E, nesses anos recentes, de 2011 para cá, por exemplo, vi que grande parte da presença representativa da Presidência da OAB, em vários eventos, foi discutindo esses temas de financiamento: mais verbas para a educação no tocante ao sistema de partilha do pré-sal; mais verbas para a educação no sistema de não esmorecer no financiamento desses programas que estão aqui elencados. Quer dizer, uma convocação nossa, porque estaremos discutindo educação e não apenas rendimento produtivo ou crescimento econômico...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR – ...mas aquilo que forma o grande perfil da educação brasileira nesses grandes debates.

Então, eu queria dizer que a OAB participa disso porque ela tem uma grande parte de responsabilidade no processo político, mas ela também se estruturou como uma espécie de agência de fomento ao desenvolvimento da educação. Porque, de um lado, pela sua história ela é considerada um ator nesse processo, ela, por exemplo, pela legislação, manifesta-se sobre a criação, o reconhecimento, o credenciamento, a regulação de todo o processo de criação e reconhecimento dos cursos de Direito no País.

É o curso, praticamente, quase o mais antigo na educação superior, participa com um grande contingente nesse número de diplomados que o Brasil tem, é essencial ao sistema republicano, porque é o único curso que, na Constituição, figura como uma leitura de sua constitucionalização, é essencial à administração da Justiça, forma um dos poderes da República e, por conseguinte, tem protagonismo no debate sobre as questões que envolvem a discussão da boa regularidade do sistema de educação superior.

Concordo que nesse aspecto não apenas o marco regulatório é importante, mas o fortalecimento dessas políticas e o engajamento da sociedade civil, da qual a OAB é uma expressão, nessa reivindicação do acompanhamento avaliador do sistema.

De repente eu vi que o tempo ficou pequeno, então vamos encerrar, não é? O juiz de futebol dá mais quatro minutos, não é?

Então eu queria dizer da importância desse debate, da importância de articulá-lo com as demais políticas que estão em curso nesse momento dramático em que nós passamos para uma leitura muito funcional do desenvolvimento do sistema, lembrando que a educação é constitucionalizada como um bem público, um bem social; não é um bem econômico, ainda que a OMC e outros organismos queiram inserir isso na lista de serviços e, portanto, fortalecer os atores que lucram com o sistema. Basta ver a relação na Bolsa de Valores da participação do capital que disputa esse espaço. E colocar essa reivindicação dentro do plano de que ela tem que ser avaliada como uma exigência da cidadania contemporânea.

Além dos aspectos dos participantes funcionais, que são os estudantes, os professores, os Parlamentares, a sociedade civil hoje se organiza democraticamente. Participação popular e controle social são indispensáveis para esse sistema.

Então era isso, Senadora. Obrigado pela presença da OAB aqui, na distinção que o convite fez, e por poder conviver com este magnífico exemplo da qualidade e da responsabilidade da educação brasileira pelos seus administradores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Professor José Geraldo, a Comissão de Educação do Senado é quem agradece e diz o quanto se sente honrada – não é, Senador Paim – com a sua presença.

Senador Paim, eu vou pedir a V. Exª para encerrar os trabalhos.

Enquanto isso, quero fazer uma consideração breve.

Primeiro, mais uma vez saudar o Senador Paim pela iniciativa. Sem dúvida, os que estão em casa nos acompanhando até o presente momento e os que a nós assistirão, porque esta audiência será retransmitida, tiveram a oportunidade de ver aqui um balanço sobre programas de caráter tão fundante, de caráter tão estruturante para os rumos da educação no nosso País.

Volto a dizer, nós não estamos falando aqui de programa qualquer. São programas, Professor Luiz, que se encerem no panorama de programas de grande envergadura do ponto de vista de inclusão social da educação. Veja que o Fies... Eu estava até comentando com Idilvan, viu, Paim? Os problemas diminuíram muito ou já foram resolvidos, senão aqui estaria cheio de Senadores.

Enfim, foi muito importante a participação da sociedade, a participação do Senado. O fato é que o Fies está mantido. O fato é que, com exceção do aumento da taxa de juros aqui mencionado por Iago, as demais modificações, Idilvan, Professor Luiz Cláudio, que foram feitas, Professora Helena, no Fies, foram mudanças exatamente para melhor, foram mudanças no sentido de quê? De qualificar cada vez mais. Foram mudanças inclusive, Senador Paim, do ponto de vista de estabelecer justiça social.

Quando se coloca que as universidades têm que ter uma nota mínima, quando se coloca também que os estudantes têm que ter um padrão mínimo de aproveitamento escolar, quando se

coloca, por exemplo, a questão do padrão de renda, é sim! Nós temos que olhar, especialmente, para os que estão no andar de baixo. Nós temos que olhar, especialmente, Bárbara, para os que, efetivamente, em não conseguindo uma vaga na universidade pública, de repente não têm, de maneira nenhuma, como custear a sua matrícula em uma universidade particular.

Em boa hora também, o MEC, por exemplo, tem um olhar diferenciado para a questão da regionalização. Está correto, sim! Está correto dar uma prioridade ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Está correto, sim, inclusive, voltar-se para a questão da formação de professores, para a questão da área de ciências também, etc.

Então, eu quero, Prof. Luiz Cláudio, dizer aqui que é evidente... Profª Helena, fique certa de que eu, o Senador Paim, o Senador Cristovam e o Senador Romário, nosso Presidente, todos nós que fazemos esta Comissão temos clareza absoluta do nosso papel, do nosso dever, da nossa obrigação, que é esta Casa estar aqui vigilante, de prontidão, para zelar pelo orçamento da educação. Todos nós sabemos o que significa a construção da Pátria Educadora. Essa Pátria Educadora passa, fundamentalmente, pela realização das metas do novo Plano Nacional de Educação. Todos esses programas aqui, Paim, dialogam com o Plano Nacional de Educação – o Prof. Luiz Cláudio aqui mencionou. Todos esses programas têm a ver com o Plano Nacional de Educação, quando o Plano Nacional de Educação, em cada uma das suas modalidades, estabelece, exatamente, prazos, estratégias, data e prazos para nós cumprirmos. E, para cumprirmos esse Plano Nacional de Educação, temos que assegurar o financiamento adequado dele.

Então, Profª Helena, fique certa de que esta Comissão aqui ficará vigilante para lutarmos junto à Fazenda para não contingenciar o orçamento da educação. Basta! Nós não podemos ter retrocesso nessa área de maneira nenhuma.

Por fim, Prof. Luiz Cláudio, mais uma vez aqui agradeço a presença de todos e quero, em meu nome, em nome do Presidente Romário, em nome de Paim, em nome de todos que fazem a Comissão de Educação aqui do Senado, renovar o nosso apelo para que o MEC envie mais esforços ainda com vistas, Paim, a superarmos o impasse no que diz respeito à greve dos professores e técnicos das universidades por este País afora. São dias e mais dias em que os estudantes estão sem aula pelo País afora. E fica aqui o nosso apelo para que esses esforços sejam cada vez maiores.

Inclusive, nós estamos, Paim, buscando novo contato junto ao Ministério do Planejamento, para ver se o Ministério do Planejamento melhora a proposta que foi colocada lá, porque, quanto à proposta de 21%, os servidores estão colocando, com justa causa, que ela não responde, inclusive, à inflação. Eu sei que, no âmbito do MEC, nas questões de natureza mais específica, o diálogo tem avançado – o Prof. Luiz Cláudio pode até falar sobre isso. O Proifes tem nos procurado, as demais entidades estão sentando-se à mesa, como o Sinasefe, o Andes. Mas, enfim, fica aqui o nosso apelo para que o esforço seja cada vez maior, para que possamos superar esse impasse o quanto antes e os professores e os técnicos tenham as suas reivindicações atendidas e os estudantes possam voltar às aulas.

Com a maior alegria, agora, convido o Senador Paim para fazer as suas considerações aqui e encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podem ficar sentados, mas eu prometo que vou falar bem rápido, porque já são 12h30.

Primeiro, cumprimento a todos na figura da Senadora Fátima Bezerra, que preside esta reunião na falta do nosso querido Senador Romário, que não está aqui hoje. É que às vezes, quando fazemos uma audiência pública, algumas pessoas dizem que estamos falando para nós mesmos. É um grande engano. Se 1% somente da população estiver assistindo a este programa, que está ao vivo, e ainda pela Rádio Senado, e reproduzido depois, mais uma vez, pela TV Senado e por toda a internet, nós teremos mais de 2 milhões de pessoas assistindo. E é mais do que isso o índice. Então, eu diria que em torno de 4 milhões de pessoas estão assistindo. Eu digo isso porque alguns, às vezes, não entendem o porquê de tanta audiência pública. É uma forma de dialogar com a população brasileira.

Eu, por exemplo, por que entrei com esse requerimento? Eu não sou um especialista em educação, mas eu adoro educação. Eu não sou um especialista em educação, mas qualquer político, em qualquer palanque que vá, diz: a revolução econômica, social e política, só pela educação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Por isso que o senhor é um militante desta causa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso é que eu sou um apaixonado por essa causa. Mas, sem sombra de dúvida, V. Exª e o Senador Cristovam são os orientadores aqui de um debate permanente de um tema tão importante como esse.

Por que apresentei o requerimento? Porque, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, comecei a receber muitos *e-mails*, *twitters*, pelas redes sociais, criando-se um verdadeiro pavor de que o Fies ia praticamente terminar. "Estão acabando com o Fies, Paim. O Governo que tu ajudaste a eleger está acabando com o Fies, que foi tão bem-criado." E, na mesma linha, o Pronatec. Recebi informação de que a moçada do programa Ciência sem Fronteiras estava voltando do exterior porque não podia nem pagar mais o dia-a-dia lá fora. Então, foi esse o objetivo. Era o caos total no campo da educação.

No mínimo, eu quero ouvir agora as partes: estudantes, professores, MEC, especialistas na área, para falar sobre o tema. Esse foi o objetivo.

Claro que gostei muito do que ouvi aqui. Eu fico com uma frase muito interessante do Prof. José Geraldo, que me ajudou muito no debate da política de cotas. Você sabe que aquele debate foi fundamental. Refiro-me à política de cotas para negros, para índios e para pobres. Este Governo foi ousado e desafiou a elite brasileira. Houve um grande debate. Fomos até o Supremo e, enfim, aconteceu, e hoje é real. Mudaram as cores. Quando eu ia fazer palestra numa universidade, eu só via uma cor. E não é que eu seja alguém que entende que a cor branca, a negra ou a amarela é a melhor. Eu amo todas as cores. Falo isso com a maior alegria, com a maior tranquilidade. Mas mudou, e mudou muito em relação àquilo que era antes.

Recebi subsídio para este debate e não vou precisar usar porque vocês responderam à maioria. Mas, Senadora Fátima, eu fico também com a sua frase, que acho que também foi do lago. E: me assustou quando eu vi ali que a taxa de juros aumentou de 3% para 6.5%, quase o dobro. Isso preocupa. Se estamos falando exatamente que é para os mais pobres, que mais precisam, até pelo corte que foi dado, isso nos preocupa muito. E fica aqui, claro, o apelo, que entendo que é geral, para ver se conseguimos achar um caminho para resolver essa questão.

Quero falar mais uma vez sobre esta questão. Falamos tanto nos alunos, falamos tanto que os nossos mestres, os nossos doutores norteiam as nossas vidas, dão luz para os nossos filhos, mas, de verdade, neste País, não valorizamos os professores. E vou dizer o porquê. A maioria dos Estados não paga o piso, inclusive o meu Estado. E não é só este governo. O outro governo, que era nosso, também não pagava. E eu sempre cobre isso da tribuna do Senado.

Eu digo isto com alegria: o menor salário, no meu gabinete, daquele menino que está ali, no dia-a-dia, e eu o valorizo, é dois paus e quatrocentos. E os professores, como piso, não ganham isso.

Então, isso nos preocupa, merece uma reflexão. Se nós falamos que a educação é tão importante, como é que fazemos para mudar esse quadro?

E, por fim, eu sou um apaixonado também pelo Pronatec, viu, você que aprofundou esse debate? Sabe por quê? Porque eu vim de dentro de uma fábrica.

E como é que eu cheguei ao Senado? Eu era um vendedor de fruta na capital Porto Alegre, menino. E daí passei num teste numa escola técnica – e eu sempre conto essa história, porque ela é uma história que marca a vida de milhões de brasileiros.

Eu passei num teste, e o meu velho chegou lá – ele já faleceu – e me disse: "Olha, você passou no teste, vai voltar para casa!", porque eu morava em Caxias e trabalhava em Porto Alegre, com 12 anos, mas passei e entrei numa escola técnica, com 12 para 13 anos. E isso mudou a minha vida.

Então, milhões e milhões de brasileiros precisam dessa oportunidade. Por isso que eu defendo muito também a Bolsa Permanência. Entrei com um projeto, há muito tempo, nessa linha. O Governo apresentou um belo projeto, aperfeiçoou, e eu quero transformar em lei a Bolsa Permanência, para que entre Governo e saia Governo, e a Bolsa Permanência seja mantida, porque filho de pobre, pode ter certeza, não é só a questão, como aqui foi colocado.

Eu via vocês falarem aqui, percebia, não é só a questão de não pagar a mensalidade. Ele não têm dinheiro, de fato, para a refeição; ele não tem dinheiro para o ônibus; não há como – não há como! Como é que se faz? Ou não estuda. O apelo que eu faço aqui, mais uma vez, é neste sentido: que a gente fortaleça!

Eu tinha apresentado, há muito tempo – quem está no MEC sabe –, um projeto chamado Fundep. Queria criar um fundo específico para fortalecer o ensino técnico. No fim, o Fundep não caminhou, não andou, mas que bom que veio também o Pronatec, que possui a mesma linha de atuação. Então, não estou aqui dizendo que eu estou chorando as mágoas do passado, mas o Pronatec veio e abraçou milhões de brasileiros, eu poderia dizer isso.

Então, a minha fala é muito nesse sentido e, por isso, eu provoquei esta audiência pública, e saio daqui convencido pela fala do Luiz Cláudio de que o MEC tem essa clareza de que nós temos que investir cada vez mais na educação. Eu confesso – eu nunca falei isso para a minha Bancada do Rio Grande do Sul – que eu me assustei. Como houve corte de investimento na educação, a Bancada do Rio Grande do Sul sempre destinava pelo menos... Eu pegava toda a minha emenda individual e mandava para a educação do Estado. A primeira vez este ano, cortaram a emenda da educação. E o MEC liberava! Não liberava tudo, mas em parte ia liberando. E dava 15 milhões mais ou menos.

E este ano a Bancada – eu não estava presente – decidiu que o dinheiro não vai para a educação. Significa que a unidade pública estadual de lá poderá entrar à falência, como o Estado já está quase em Estado de falência. Então, preocupa-me... Não estou aqui fazendo nenhuma crítica à Bancada, mas quero refletir mais com a Bancada esse tema.

Quanto ao fato de a gente começar a desinvestir na educação por outras áreas que são também de suma importância..., mas a educação para mim ainda é a número um, tem que ser a número um. Se não houver essa visão, espero que a Bancada mude esse ponto de vista. Como é que vamos apontar para um futuro com que todos nós sonhamos e falamos, cantamos em verso e prosa também, se não damos o valor devido para essa área tão importante?

Então, eu encerro aqui. Não resta nenhuma pergunta na mesa. Eu acho que o MEC tem clareza da importância naturalmente desse debate e desse tema.

E só posso dizer muito obrigado a todos, porque todos vieram aqui; especialmente à minha querida Senadora que presidiu.

E encerramos, neste momento, dizendo que o Senador Cristovam não está aqui, mas, se ele estivesse, tenho certeza de que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O suplente está... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... ele daria uma grande contribuição.

Então, muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Assim encerramos a nossa audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2015.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Berger, Eduardo Amorim e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores Senadores e às Senhoras Senadoras que esta Comissão está disponibilizando em sua página no Portal do Senado Federal, no endereço: (Comissões/Atividade Legislativa/ Comissão de Educação/ Documentos Diversos) a Lei dos Royalties do Petróleo para a Educação e o Plano Nacional de Educação, vertidos para a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A autorização para utilização dos documentos digitais supracitados foi dada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a quem agradeço em nome deste Colegiado". O Comunicado vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento da proposta preliminar e provisória do projeto Pátria Educadora: Eixo 1 – Federalismo Cooperativo, que versa sobre a estruturação do Sistema Nacional de Educação, enviado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para conhecimento e comentários da Comissão. A proposta será encaminhada para os Senhores(as) Senadores(as) Membros Titulares e Suplentes desta Comissão". O documento vai ao arquivo. **Comunicado 3:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 22140/2015/SEI-MC, de 22 de julho de 2015, do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, interino, por meio do qual encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 374, de 2015, de iniciativa desta Comissão. O requerimento foi proposto no Parecer Nº 94, de 2015, de autoria do Excelentíssimo Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações - Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. O documento vai ao arquivo. **Comunicado 4:** "Comunico aos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício SGP nº 691/2015, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fernando Capez, encaminhando os Relatórios Final e Parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de 'investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo nos chamados 'trotos', festas e no seu cotidiano acadêmico'. Os Senadores que desejarem cópia do Ofício, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. O documento vai ao arquivo. **Comunicado 5:** "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 007.333/2014-5, na Sessão Ordinária de 22/7/2015. Acompanha este Acórdão

Relatório e Proposta de Deliberação, que tem por objetivo o monitoramento do cumprimento do Acórdão 357/2011-TCU-Plenário, referente à auditoria operacional realizada em ações de apoio ao esporte de alto rendimento no país. Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Aviso vai ao arquivo. **Comunicado 6:** "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 004.185/2014-5, na Sessão Ordinária de 22/7/2015. Acompanha este Acórdão Relatório e Voto proferido pelo Tribunal, dando continuidade ao acompanhamento, determinado pelos Acórdãos 2.596/2013, 1.662/2014 e 3.427/2014, com vistas a aferir a evolução da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 quanto à sua aderência à legislação; à aprovação pelo Conselho Público Olímpico do Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas; à governança dos agentes federais envolvidos na organização dos jogos; e à transparência das informações ligadas aos gastos destinados ao evento esportivo. Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Aviso vai ao arquivo. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta. Neste momento, a Senadora Simone Tebet, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 6, o que é aprovado. **Item 6: Projeto de Resolução do Senado nº 19, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Medeiros, que "Institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário no âmbito do Senado Federal". A relatora designada é a Senadora Simone Tebet e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Requerimento nº 78/2015-CE**, de autoria da Senadora Simone Tebet, que requer "(...) nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Renato Janine Ribeiro, as seguintes informações: 1. Evolução do número de bolsistas, discriminados por modalidade (coordenador institucional, coordenador de área, supervisor e estudante de licenciatura) do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), de 2010 a 2015, por ano; 2. Metas anuais de incorporação de novos bolsistas no Pibid, até 2018, conforme o planejamento do Ministério da Educação; 3. Montante de recursos destinados ao Pibid no exercício de 2014 e no exercício de 2015, por exercício, com as respectivas fontes orçamentárias; 4. Montante de recursos do Pibid contingenciados no exercício de 2014 e no exercício de 2015, por exercício". O Requerimento de Informação é aprovado. **Item 9: Requerimento nº 75/2015-CE**, de autoria dos Senadores Ataídes Oliveira e Simone Tebet, que requerem "(...) nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos artigos 90, V, e 102, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Manoel Dias, e a Presidente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Wasmália Bivar, para prestarem depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2012; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013; Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2015; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011; Item 10: Requerimento nº 76/2015-CE; Item 11: Requerimento nº 80/2015-CE; Item 12: Requerimento nº 73/2015-CE; Item 13: Requerimento nº 68/2015-CE; Item 14: Requerimento nº 72/2015-CE; Item 15: Requerimento nº 67/2015-CE; Item 16: Requerimento nº 71/2015-CE; e Item 17: Requerimento nº 77/2015-CE.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Romário, encerra a reunião às quinze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação das mesmas.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

Primeiramente, vou fazer alguns comunicados que entendo serem de importância para esta Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srs. Senadoras que esta Comissão está disponibilizando em sua página no Portal do Senado Federal, no endereço Comissões/ Atividade Legislativa/Comissão de Educação/ Documentos Diversos, a Lei dos *Royalties* do Petróleo para a Educação e o Plano Nacional de Educação vertidos para a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A autorização para utilização dos documentos digitais supracitados foi dada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a quem agradeço em nome deste Colegiado.

O Comunicado vai ao arquivo.

Segundo comunicado.

Comunico aos Ex^{mos} Srs. Senadores e Srs. Senadoras o recebimento da proposta preliminar e provisória do projeto Pátria Educadora: Eixo 1 – Federalismo Cooperativo, que versa sobre a estruturação do Sistema Nacional de Educação, enviado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para conhecimento e comentários da Comissão.

A proposta será encaminhada para os Senadores e Senadoras membros titulares e suplentes desta Comissão.

O documento vai ao arquivo.

Terceiro comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do Ofício nº 22140/2015/SEI-MC, de 22 de julho de 2015, do Ex^{mo} Ministro de Estado das Comunicações, interino, por meio do qual encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 374, de 2015, de iniciativa desta Comissão.

O requerimento foi proposto no Parecer Nº 94, de 2015, de autoria do Ex^{mo} Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust), com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Próximo comunicado.

Comunico aos Srs. Senhores e às Srs. Senadoras o recebimento do Ofício SGP nº 691/2015, de autoria do Ex^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fernando Capez, encaminhando os Relatórios Final e Parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo nos chamados ‘troles’, festas e no seu cotidiano acadêmico”.

Os Senadores que desejarem cópia do Ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O Ofício vai ao arquivo.

Comunico aos Ex^{mos} Srs. e Sr^{as} Senadores o recebimento do aviso, de autoria do Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 007.333/2014-5, na Sessão Ordinária de 22 de julho de 2015.

Acompanha este Acórdão Relatório e Proposta de Deliberação, que tem por objetivo o monitoramento do cumprimento do Acórdão 357/2011-TCU-Plenário, referente à auditoria operacional realizada em ações de apoio ao esporte de alto rendimento no País.

Os Senadores que desejarem cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O Aviso vai ao arquivo.

Comunico aos Ex^{mos} Srs. e Sr^{as} Senadores o recebimento do aviso, de autoria do Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 004.185/2014-5, na Sessão Ordinária de 22 de julho de 2015.

Acompanha este Acórdão Relatório e Voto proferido pelo Tribunal, dando continuidade ao acompanhamento, determinado pelos Acórdãos 2.596/2013, 1.662/2014 e 3.427/2014, com vistas a aferir a evolução da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 quanto à sua aderência à legislação, à aprovação pelo Conselho Público Olímpico do Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas, à governança dos agentes federais envolvidos na organização dos jogos e à transparência das informações ligadas aos gastos destinados ao evento esportivo.

Os Senadores que desejarem cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O Aviso vai ao arquivo.

Item...

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se V. Ex^a concordar, eu gostaria de pedir inversão de pauta para podermos apreciar já o item 6, que é um projeto de resolução do Senador José Medeiros de que sou Relatora. O relatório já se encontra pronto e eu estou pronta para relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Concedido.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 19, de 2015

- Não terminativo -

Institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário no âmbito do Senado Federal.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Simone Tebet, para leitura do relatório.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Presidente Romário.

Vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 19, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, que institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário no âmbito do Senado Federal.

Em seu art. 1º, o projeto de resolução institui o referido Prêmio e propõe que o mesmo seja concedido anualmente a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras que tenham se destacado pela prestação notória de relevantes serviços em prol do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Além disso, em parágrafo único, são estabelecidos os critérios para a definição de relevantes serviços, citados no *caput* do dispositivo.

O art. 2º trata da cerimônia de entrega do Prêmio, que consistirá na concessão de diploma de menção honrosa e outorga de placa, medalha ou troféu, e deverá ser realizada em sessão especialmente dedicada a esse fim.

No art. 3º, a proposição dispõe que os critérios para a concessão do Prêmio deverão ser estabelecidos por comissão criada com essa finalidade, no âmbito do Senado Federal, e que, além de representantes do Senado, poderá contar com representantes da Presidência da República, da Câmara dos Deputados e de entidades da sociedade civil.

No art. 4º, por sua vez, a proposição determina que a primeira edição do referido Prêmio ocorra no ano subsequente ao da aprovação da resolução.

No art. 5º, a proposta estabelece que as despesas decorrentes corram por conta do orçamento do Senado.

Por fim, no art. 6º consta a cláusula de vigência, a qual dispõe que a futura resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta que a iniciativa tem por finalidade estimular as ações voltadas ao progresso do agronegócio brasileiro, particularmente nos setores da agricultura e da pecuária. Ademais, o Senador justifica que a escolha do patrono a inspirar a premiação proposta visa prestar justa homenagem a um dos pioneiros da extensão rural em nosso País.

Após a apreciação da CE, a matéria segue para análise da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Da análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas.

De fato, o Senador Jonas Pinheiro foi uma das figuras mais atuantes em prol do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Um homem do campo, que conhecia como ninguém as questões relacionadas ao setor e que se tornou, no Parlamento, uma das vozes mais representativas dos anseios do segmento agropecuário.

Da mesma forma, com efeito, é importante estimular as ações em favor de um dos segmentos mais relevantes da economia brasileira. Graças à força, à qualidade e à competitividade de nosso agronegócio, o Brasil é hoje um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo.

Quero fazer a ressalva de que somos o maior exportador de soja, de cana, de tabaco, de carne, lembrando que o autor da proposição, Senador José Medeiros, e o homenageado patrono são filhos de Mato Grosso. E tenho o orgulho de poder dizer que nasci em uma parte do Estado de Mato Grosso que hoje faz parte do Estado de Mato Grosso do Sul.

É com grande alegria, portanto, que relato esse projeto dizendo ainda que precisamos, efetivamente, fazer jus à grande potencialidade do nosso País. Por mais que queiramos ser um país industrializado – e esta realmente é a chave para o desenvolvimento do Brasil –, nós não podemos nos esquecer da nossa grande vocação. Nós somos o país que tem mais área agricultável do mundo, embora sejamos o quinto maior país do mundo.

Então, diante disto, de todas essas questões, é muito importante que esta Casa tenha um prêmio realmente que possa prestar homenagem àquelas pessoas que inovem, que sejam pioneiras, que apresentem iniciativas novas ligadas à agricultura e à pecuária do País.

Então, diante disso, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória proposição que pretenda instituir o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário. Com tal iniciativa, o Senado Federal, além do reconhecimento da extrema relevância do setor agropecuário para o nosso País, presta reverência a uma de suas figuras históricas que mais atuaram em prol desse setor.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, também não há reparos a fazer.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 19, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer.

Passamos ao item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 78, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Renato Janine Ribeiro, as seguintes informações: 1. Evolução do número de bolsistas, discriminados por modalidade (coordenador institucional, coordenador de área, supervisor e estudante de licenciatura) do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), de 2010 a 2015, por ano; 2. Metas anuais de incorporação de novos bolsistas no Pibid, até 2018, conforme o planejamento do Ministério da Educação; 3. Montante de recursos destinados ao Pibid no exercício de 2014 e no exercício de 2015, por exercício, com as respectivas fontes orçamentárias; 4. Montante de recursos do Pibid contingenciados no exercício de 2014 e no exercício de 2015, por exercício.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Senadora Simone Tebet, passo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento, que gostaríamos que fosse aprovado por esta Comissão, solicitando informações ao nosso querido e Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Sr. Renato Janine Ribeiro. As informações são relacionadas ao Pibid, que é o Programa Institucional de Iniciação à Docência.

Estamos solicitando as seguintes informações: 1. Evolução do número de bolsistas, discriminados por modalidade, do referido Programa de 2010 a 2015, por ano; 2. Metas anuais de incorporação de novos bolsistas no Pibid, até 2018, conforme o planejamento do Ministério da Educação; 3. Montante de recursos destinados ao Pibid no exercício de 2014 e no exercício de 2015, com as respectivas fontes orçamentárias; 4. Montante de recursos do Pibid contingenciados no exercício de 2014 e no exercício de 2015.

Qual a justificativa, Sr. Presidente?

Embora o Governo Federal tenha adotado o lema de “Pátria Educadora”, infelizmente, o Ministério da Educação teve o terceiro maior corte entre todos os 38 Ministérios brasileiros, da ordem de R\$ 9 bilhões. Há muito pouca transparência sobre os efeitos que esses cortes terão em inúmeros programas.

O Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid) é um dos raros programas que têm unanimidade em aprovação da opinião pública e não pode ser afetado por esses cortes.

O Pibid propicia uma inédita aproximação entre as instituições formadoras de professores e as escolas de educação básica, de maneira sistematizada, construindo pontes entre a formação inicial docente e o lócus da prática profissional dos futuros professores.

Trata-se de um programa exitoso, que, em 2014, atingiu cerca de 90 mil bolsistas, cinco mil escolas e 284 instituições de ensino superior. Seu sucesso foi documentado em um consistente estudo avaliativo, conduzido por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, que ressaltou, entre suas conclusões, a importância de que o Pibid se amplie e possa chegar a todos os alunos de licenciatura, transformando-se em política pública de Estado.

Diante da falta de informações oficiais, abundam especulações e denúncias na imprensa. As notícias são desencontradas. Professores, alunos e especialistas – até mesmo servidores do MEC – denunciam cortes que podem chegar a 90% do programa. A Capes, por outro lado, afirma que o Pibid não será reduzido, embora não diga onde fará os cortes que o decreto de contingenciamento impõe.

Frente a esse quadro, é fundamental obter informações precisas sobre a evolução do programa e o planejamento para os próximos anos, bem como sobre os efeitos nefastos do ajuste fiscal em sua execução e continuidade.

O Congresso Nacional deve agir para assegurar que o discurso em favor da Pátria Educadora deixe de ser apenas retórico e que as boas iniciativas em curso, fundamentais para a melhoria da formação docente, sejam mantidas e ampliadas.

Ainda, Sr. Presidente, se me permitir, na vinda do Ministro Mangabeira Unger, que está fazendo, a pedido da Presidente da República, um estudo mais amplo sobre os projetos, para os próximos anos, relacionados à educação, a esta Comissão, eu me lembro bem de que, embora ele quase não tenha mencionado o Plano Nacional de Educação e as suas 20 metas, ele foi muito enfático no sentido de dar enfoque à qualidade dos nossos docentes, em dizer de que forma preparar melhor os nossos professores para que eles possam melhorar a qualidade do ensino. Isso não será possível se nós cortarmos o maior programa, aquele que permite, através de bolsas de estudo, que esse professor possa se atualizar, se aperfeiçoar e, principalmente, durante esse tempo, estar em contato com o aluno na sala de aula nas escolas públicas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Concordo cem por cento com as palavras de V. Ex^a.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora ao item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 75, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos artigos 90, V, e 102, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Manoel Dias, e a Presidente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Wasmália Bivar, para prestarem depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra a coautora do Requerimento, Senadora Simone Tebet, para leitura do Requerimento.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Reforço que se trata de um requerimento cujo primeiro subscritor é o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB, de Tocantins.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos artigos 90, V, e 102, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Manoel Dias, e a Presidente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Wasmália Bivar, para prestarem depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.

Justificação

Durante muitos anos, a taxa de desemprego divulgada pelo Governo foi baseada na chamada PME - Pesquisa Mensal de Emprego, realizada em apenas 6 (seis) regiões metropolitanas do País, a saber: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Essa pesquisa, convenientemente, subestimava o número de pessoas desocupadas e inflava o número de pessoas empregadas, especialmente porque coletava dados em um universo extremamente restrito de pessoas e cidades, em especial aquelas onde o setor industrial é mais desenvolvido e possibilita o maior acolhimento de pessoas no mercado de trabalho.

Recentemente, a PME foi abandonada pelos órgãos oficiais, que passaram a adotar a chamada PNAD Contínua, ou seja, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios que, englobando cerca de três mil e quinhentos municípios, apresentou taxa de desemprego cerca de 60% (sessenta por cento) superior àquela que vinha sendo apurada por meio da PME.

Outras metodologias existem, tais como aquelas utilizadas pelo Dieese e pela OIT, ambas com índices muito superiores aos apurados pela PME.

É fundamental que o Senado Federal compreenda exatamente quais são os critérios adotados pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho para a identificação do número de desempregados no Brasil, já que esse índice orienta, substancialmente, os investimentos públicos que interferem, diretamente, na variação do índice de desemprego, tais como aqueles em educação, que é objeto direto de discussão nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Em face disso, solicito o apoio de meus ilustres pares para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 6 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO
DE 2015.**

Às onze horas e trinta minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Berger, Lídice da Mata, Romário, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Raimundo Lira, Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles”. O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho e o parecer é favorável, nos termos do substitutivo oferecido. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Mesa do Senado Federal, que “Institui no âmbito do Senado Federal a Medalha Nise Magalhães da Silveira e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Otto Alencar e o parecer favorável é aprovado, nos termos da emenda nº 1-CE (Substitutivo). Neste momento, o Senador Alvaro Dias, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 15, o que é aprovado. **Item 15: Requerimento nº 81/2015-CE**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer “(...) nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à candidatura do ex-jogador Zico (Arthur Antunes Coimbra) ao cargo de presidente da Fédération Internationale de Football Association (FIFA)”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012 (**ver Extra-Pauta: Item 18**). **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que “Institui o Dia Nacional da Educação Profissional”. A relatora designada é a Senadora Fátima Bezerra e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para relatar os itens 2 e 18. Em seguida, o Senador Telmário Mota, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 10, o que é aprovado. **Item 10: Requerimento nº 68/2015-CE**, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 45/2015, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar as autoridades abaixo para audiência pública onde discutirão o PLS nº 417/2013, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, que ‘Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura: 1. Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho - Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; e 2. Dom Sérgio da Rocha - Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB’. O Requerimento é aprovado. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010**, de

caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável, nos termos do substitutivo oferecido. A apreciação da matéria é adiada atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim, autor da proposição, faz uma manifestação no sentido de que o projeto de lei seja votado pelo colegiado na próxima reunião deliberativa desta comissão, uma vez que encontra-se na pauta há diversas sessões. Acompanha o pronunciamento do autor os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Ana Amélia.

Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que “Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável, acatando as emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE. O relatório é lido e a discussão adiada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Em seguida, o Senador Dário Berger, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 17, o que é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 19**).

Item 8: Requerimento nº 80/2015-CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, que requerem “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o ‘PLC 31, de 2009, que Dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências’. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão”. O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim solicita a inclusão em pauta, na próxima reunião deliberativa desta comissão, do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011, que “Institui o mês de março como o ‘MÊS DA POESIA’”, o que é aprovado. Logo após, registra a presença na presente reunião dos estudantes Rafael, Vitória, Gabriela e Jackson, do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), e de Juliane Salviano, do Movimento em Defesa do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Item 17: Requerimento nº 83/2015-CE, de autoria dos Senadores Rose de Freitas e Dário Berger, que requerem “nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS 464/2013, que institui o dia Nacional do Celíaco”. O Requerimento é aprovado.

Item 14: Requerimento nº 77/2015-CE, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “Em aditamento ao RCE 75/2015, apresentado a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro que seja incluída a autoridade abaixo para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil. Proponho a inclusão do seguinte convidado: 1. Sr. Jessé Souza - Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada”. O Requerimento é aprovado.

Item 11: Requerimento nº 72/2015-CE, de autoria dos Senadores Romário, Paulo Paim e Fátima Bezerra, que requerem “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, próximo ao dia 26 de setembro, para debater sobre o tema ‘O Dia Nacional do SURDO’”. O Requerimento é aprovado.

Item 7: Requerimento nº 76/2015-CE, de autoria dos Senadores Hélio José, Cristovam Buarque e Paulo Paim, que requerem “nos termos regimentais, pelo presente, e de acordo com o art. 93, inciso II do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE para debater a capacitação policial para a ‘Lavatura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)’ nos crimes de menor potencial ofensivo e a ‘Mediação de Conflitos’, e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: Cel CBMGO Carlos Helbingen Junior, Presidente da Liga Nacional dos Bombeiros – LIGABOM; José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Norma Cavalcante, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação

Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil - CNCG; Cel PMSC RR Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME; Subtenente Héder Martins de Oliveira, Primeiro Vice-Presidente da Associação Nacional das Entidades de Praças - ANASPRA; Bruno Telles, Presidente da Associação Brasileira de Criminalísticas – ABC; André Luiz da Costa Morisson, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF; Cel QOBMD/RRm Sérgio Fernando Aboud, Presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – ASSOFBM-DF”. O Requerimento é aprovado. **Item 16: Requerimento nº 82/2015-CE**, de autoria dos Senadores Hélio José, Cristovam Buarque e Paulo Paim, que requerem “(...) em aditamento ao Requerimento CE nº 76, de 2015, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater a capacitação policial para a ‘Lavatura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)’ nos crimes de menor potencial ofensivo e a ‘Mediação de Conflitos’, a inclusão do nome do seguinte convidado: Antônio Maciel Aguiar Filho, Presidente da Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI”. O Requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento nº 67/2015-CE**, de autoria dos Senadores Romário e Paulo Paim, que requerem “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater sobre a inclusão da disciplina nos currículos escolares sobre ‘A EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO’”. O Requerimento é aprovado. **Item 13: Requerimento nº 71/2015-CE**, de autoria dos Senadores Romário e Paulo Paim, que requerem “(...) nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 67/2015 - CE, a inclusão da Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, para participar, como expositora, de Audiência Pública desta Comissão destinada a debater a inclusão de disciplina sobre ‘Educação no Trânsito’ nos currículos escolares”. O Requerimento é aprovado. Neste momento, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o relatório é favorável, com três emendas apresentadas e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. O relatório é lido e a discussão iniciada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Extra-Pauta, Item 19: Requerimento nº 84, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que “(...) nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015, que ‘Institui o Dia Nacional da Educação Profissional’”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Fátima Bezerra, usa da palavra para encaminhar Moção de Homenagem à Confederação Nacional das Indústrias (CNI); ao Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI); e à organização internacional da WorldSkills por promoveram a maior competição de educação profissional do mundo, a ser realizada na cidade de São Paulo, no período de 11 a 16 de agosto de 2015. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013; e Item 9: Requerimento nº 73/2015-CE**. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Há número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos, então, à deliberação da pauta do dia de hoje.

Temos itens terminativos, a exemplo dos itens 1 e 2, a serem votados. Então, poderíamos, se o Plenário assim concordar... (Falha na gravação.)

... enquanto não chegam, porque matérias terminativas, independente da assinatura dos Srs. Senadores, precisam de voto nominal. Então, vamos passar aos itens que não são terminativos, para que possamos dar encaminhamento mais rápido às deliberações da nossa Comissão.

Item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2012
- Não terminativo -

Estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo oferecido.

Observações:

1- Na reunião do dia 19/3/2013 foi aprovado requerimento, de autoria do Senador João Capiberibe, propondo Audiência Pública para instruir o presente projeto, realizada no dia 22/5/2013.

2- Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

3- A matéria constou na pauta da reunião do dia 5/8/2015.

Consulto o Senador Alvaro Dias se S. Exª poderia fazer a relatoria *ad hoc* desse projeto, já que o Relator não se encontra presente, aliás, vi o Senador Fernando Bezerra apresentando relatoria de outra matéria na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, para que possamos dar celeridade ao tema, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, já com os agradecimentos desta Presidência interina pela gentileza.

Daremos sequência à ordem com o item 4 da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão.

O Senador Cristovam Buarque é um especialista em educação. Evidentemente, pela experiência adquirida, pelo interesse e estudo, sempre apresenta propostas interessantes que devem ser considerados com bons olhos por esta Comissão e pelo Senado Federal.

Srª Presidente, vou ler parte do relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Análise.

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é apresentada por especialistas como um dos fatores mais importantes para o sucesso escolar. Se essa participação encontra receptividade na escola e é abraçada pelos professores, a criança se sentirá acolhida vendo que os adultos se

preocupam com suas atividades, numa demonstração de carinho, cuidado e expectativas em relação ao seu desempenho.

Apesar disso, nem todos os pais frequentam a escola dos filhos. Sem desconsiderar os que não o fazem por puro desinteresse, há outros fatores que dificultam a relação família/escola.

Entre esses fatores encontram-se as assimetrias de capital cultural existentes entre professores e pais de alunos. Nem sempre o discurso docente é compreendido, pois, vale lembrar, muitos pais não são escolarizados e desconhecem os mecanismos de funcionamento desta instituição que lhes parece superior, que é a escola. Essa, por sua vez...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Alvaro Dias, agradeço, mas, como já aconteceu isso em outra Comissão, e aqui se repete com a chegada do nosso Relator, vamos fazer um jogral da relatoria de uma matéria importante, porque também o autor da matéria está na reunião. (*Risos.*)

Agradeço imensamente ao Senador Alvaro Dias e, especialmente ao Relator, Senador Fernando Bezerra, que pode prosseguir. Apenas quero lembrar que foi falha deste Presidência, porque este projeto, na reunião do dia 19 de março de 2013, foi aprovado requerimento de autoria do Senador João Capiberibe, propondo audiência pública para instituir ou instruir o presente projeto, realizado no dia 22/05/2013.

A matéria é terminativa a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e constou da pauta da reunião do dia 5/8/2015.

Com muita alegria, concedo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra, agradecendo sua presença.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero, inicialmente, agradecer a nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, por essa gentileza de poder fazer a leitura do relatório desta importante iniciativa legislativa do Senador Cristovam Buarque, ao tempo que também agradeço a colaboração do Senador Alvaro Dias, que já tinha iniciado a leitura do nosso relatório.

Considero essa iniciativa meritória, importante e, como sempre, o Senador Cristovam Buarque aponta o caminho por onde devem trilhar as melhores propostas para que possamos melhorar os indicadores nacionais do nosso País.

Dando sequência, passo à leitura do meu relatório:

Portanto, é necessário que o Estado, por meio de suas diversas agências e políticas, ocupe um papel ativo na busca da participação das famílias. Por outro lado, a Constituição Federal é bastante precisa ao afirmar que a educação é direito de todos e dever “do Estado e da família” (art. 205). Desse modo, esses dois polos devem atuar de forma coordenada para promover a educação, cabendo, a cada um deles, direitos e obrigações.

A proposição do Senador Cristovam Buarque realça as obrigações dos pais para com a educação escolar de seus filhos, estabelecendo sanções para os casos em que eles se esquivem de suas atribuições. Trata-se de chamá-los à responsabilidade que a sociedade espera de todos. Nesse sentido, julgamos que os efeitos sociais de medida como essa são apreciáveis, razão pela qual consideremos o PLS bastante meritório.

Observe-se que, por força da remissão do PLS à Lei nº 4.737, de 1965, as sanções aplicáveis aos pais ou responsáveis omissos incluem os impedimentos de: 1) inscrever-se em concurso para cargo ou função pública; 2) receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de emprego ou função pública e de empresas paraestatais; 3) participar de concorrências públicas; 4) obter empréstimos em bancos ou caixas econômicas federais ou estaduais; 5) obter passaporte e carteira de identidade; 6) renovar matrícula em escola pública ou privada; e 7) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda. No substitutivo que apresentamos ao final, retiramos os dois últimos itens do rol de penalidades por julgá-las excessivas ou estranhas ao objeto da proposição.

Com o substitutivo, pretendemos dar à proposição um sentido mais afirmativo: de criar a obrigação de os pais participarem das reuniões. A penalidade ou sanção torna-se, nesse caso, consequência pelo descumprimento das obrigações e não o objetivo primeiro da lei. Além disso,

como nenhuma sanção pode ser perpétua, acrescentamos dispositivo que permite a sua suspensão mediante a comprovação de participação em reuniões agendadas pela escola.

Ademais, buscamos dar maior clareza ao texto, para sua adequação à boa técnica legislativa. Por oportuno, acrescentamos dispositivo que facilita a presença dos pais trabalhadores às reuniões obrigatórias nas escolas de seus filhos. Também propomos adequação legal para incentivar a participação ativa das instituições de ensino na criação de laços com as famílias, por meio de visitas domiciliares. Dessa forma, exige-se maior envolvimento dos pais, mas também da escola na promoção da participação de todos.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2012

Estabelece a obrigação de os pais ou responsáveis comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do processo educativo.

Art. 1º. Os pais ou responsáveis legais ficam obrigados a comparecer periodicamente às escolas de seus filhos para acompanhar o desempenho escolar deles e participar do processo educativo.

§1º O comparecimento a que se refere o *caput* deve ocorrer pelo menos uma vez a cada dois meses letivos, em todas as escolas públicas e privadas da educação básica.

§2º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por “comparecimento” a participação em reuniões oficiais de pais e mestres ou o diálogo individual com os professores, neste caso em espaço e tempo apropriados, de forma a não prejudicar o exercício da docência, nem a participação nos conselhos escolares ou colegiados similares.

§3º O atestado de comparecimento dos pais ou responsáveis será emitido por servidor da direção da escola ou, na sua falta, por professor da criança ou do adolescente.

Art. 2º. Aplicam-se aos pais e aos responsáveis legais que não cumprirem o disposto no art. 1º as sanções previstas nos incisos I a V do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Parágrafo único. As sanções serão suspensas com a apresentação de atestados de comparecimento a quatro reuniões agendadas pela escola.

Art. 3º. O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 473.....

X – pelo tempo que se fizer necessário no dia em que participar, na escola de seu filho ou de criança e adolescente sob sua guarda, de reuniões oficiais de pais e mestres ou de diálogo individual com os professores, devidamente atestado pelo responsável pela escola [ou seja, os pais ou os responsáveis pela criança ou pelo adolescente não terão essas horas descontadas dos seus vencimentos, dos seus salários].” (NR)

Art. 4º. O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 12.....

IX – promover, em parceria com órgãos responsáveis por outras políticas públicas, com entidades da sociedade civil e membros da própria comunidade, visitas domiciliares para apoiar e orientar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar de crianças e adolescentes.” (NR)

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Esse é o nosso relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Fernando Bezerra pelo trabalho exaustivo feito e pelo aperfeiçoamento de um projeto de grande valia e de muita relevância, nestes momentos em que o Brasil precisa dar à educação a atenção e a prioridade merecidas.

Está em discussão o projeto.

O Senador Donizeti já havia se manifestado.

Para discutir, terão a palavra o Senador Cristovam Buarque, o autor, e o Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta, primeiro, quero parabenizar o Senador Cristovam pela iniciativa. Eu, que sempre fui frequentador da escola dos filhos, acho muito relevante que tomemos iniciativa nesse sentido. Segundo, infelizmente, estou tomando conhecimento agora e achei as penas muito duras.

Por isso, eu queria, por curto espaço de tempo, pedir vista do projeto de lei, para que eu pudesse amadurecer a minha visão sobre a questão das penalidades, mas, no mérito, eu sou favorável ao projeto, não gostaria de votar contra, e gostaria só de dar uma estudada nessa questão das penalidades, se não existem outras, que serão importantes, mas serão menos gravosas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O pedido de vista é regimental. Apenas penso, Senador, que talvez seja importante ouvir o autor, que possa ter argumentos fortes que levem V. Exª a alterar a sua posição, mas, independentemente, é regimental e fica até este momento mantida a sua posição.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós temos hoje... Primeiro, eu quero dizer que o parecer do Senador Fernando Bezerra é muito melhor do que o meu projeto. Eu fico extremamente feliz com a sua aceitação da concepção e os aprimoramentos que ele trouxe. Assino embaixo.

Segundo, eu penso o seguinte: nós temos algumas coisas hoje com que todos estão de acordo, como, por exemplo, que a presença dos pais na escola é fundamental para a educação. Ninguém discute isso. Educação é escola, família e mídia. Eu não sei como colocar a mídia com o espírito mais educador do que ela é hoje, para não dizer que tem grandes toques de deseducadora a mídia. A família a gente tem que envolver. Isso é um ponto em comum que nós todos temos.

As dúvidas começam em como fazer para envolver mais as famílias. Uma ideia que vai crescer é a ideia de que, se a escola pública for paga, os pais se interessarão mais. Há muitas pessoas que hoje dizem que deveria se cobrar R\$5 de mensalidade, para o pai se sentir empoderado, dizendo: "Eu estou pagando, logo o professor tem que responder a mim". Há hoje uma escola de educadores que defende escola pública, que nada querem saber da escola privada como instrumento de educação de todos, embora muito boa para a educação de alguns, que defende isso.

Eu não quero entrar nesse lado, de quebrar a gratuidade da escola, mas, ao mesmo tempo, queremos buscar formas de fazer o pai envolver-se. E aí há quatro propostas. Esperemos: um dia os pais descobrirão que devem ir à escola dos filhos. Até porque uma das razões pelas quais os pais não vão é porque eles não tiveram a educação nem mesmo a que os filhos estão tendo hoje; por pior que ela seja hoje, é melhor do que a que eles tiveram – isso é verdade. Então, eles se sentem inibidos, desmotivados e até inferiorizados na hora de dialogar com os professores. Então, essa é uma alternativa: esperemos, deixemos o tempo passar!

A outra é dar prêmios. E a escola tem feito isso. Organizam cafés da manhã para atrair os pais. Chegam a dar brindes de sorteio nas reuniões de pais e mestres. Eu não sou contra essa opção, mas não acho que é a melhor.

Na verdade são três, então. A terceira que eu criei é tomando proveito de algo que é muito criticado no Brasil, que é o voto obrigatório. E eu defendo o voto obrigatório no Brasil, sou contra o voto facultativo. Então, eu me agarrei: se o voto é obrigatório, como eu defendo, por uma

questão pedagógica, para fortalecer a democracia, por que é que a gente não obriga também a ir à escola? Eu acho o voto uma coisa importante, mas ir à escola do filho é, no mínimo, igualmente importante, e até eu corro o risco de ser mal interpretado se eu disser que é mais importante ainda. Aí eu digo: vamos juntar as duas coisas. A gente penaliza da mesma maneira que o voto. Quero dizer, Senador Donizeti, que, quando eu fui fazer a lei, e vi a quantidade de penalidades a quem não vota, eu fiquei surpreso também. Eu imaginava que eram uns R\$7. De repente, eu descobri uma quantidade de coisas. Mas, ao ver essas coisas, eu pensei: ou a gente muda a lei eleitoral e tira daí algumas dessas penalidades, ou mantém-nas também, para o caso de não comparecer à escola.

Então, eu quero pedir ao Senador Donizeti que, em vez de a gente paralisar, que vai demorar muito tempo, como a gente sabe, se for o caso, então, vamos fazer um projeto de lei mudando as penalidades para o caso de ausência no voto.

Diminuímos essa penalidade pela ausência, mas deixamos igualmente, porque, se retirarmos algumas dessas penalidades em razão da ausência do pai e as mantivermos no caso de ausência na urna, estaremos dizendo que a urna é mais importante do que a escola. Eu acho que, no mínimo, são iguais. Eu não diria que urna é mais importante do que escola, nem que a escola é mais do que a urna.

Então, eu peço ao Senador Donizeti que nós aprovemos e que, ao mesmo tempo, discutamos a obrigatoriedade do voto, que eu virei aqui defender, e as penalidades correspondentes à ausência à urna – eu aqui iria analisar quais poderíamos eliminar ou não. Eu até acho que, talvez...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, essa é a minha fala e o meu pedido. Vamos aprovar este projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu pediria silêncio às assessorias, porque o Senador autor do projeto, Senador Cristovam Buarque, está fazendo a sua manifestação. Então, por favor, eu queria colaboração para podermos acompanhar essa matéria que é da maior relevância.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, eu gostaria de solicitar que aprovemos – esse projeto ainda vai para outra Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Na CCJ vai haver debates, ainda irá à Câmara.

É um tema fundamental. No mínimo, esse debate é muito importante para se criar a consciência em relação à importância dos pais na escola.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Na sua frente, Senadora Lídice, está o Senador Eduardo Amorim, que pediu para falar. Em seguida lhe passo a palavra.

Antes, porém, como o Senador Cristovam fez uma solicitação ao Senador Donizeti... Senador Donizeti, o senhor gostaria de responder ao Senador Cristovam, que fez um pedido a V. Exª?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O meu é de encaminhamento, eu quero solicitar vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nós estamos aguardando. O pedido foi do Senador Donizeti e, aí, nós estávamos vendo... Considerando-se, Senadora Lídice, que o pedido foi feito antes, quando começamos a discussão da matéria, o Senador autor do projeto, num relatório muito bem feito pelo Senador Fernando Bezerra, sugere, porque ele não terminativo aqui, ele é terminativo na CCJ...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, lá isso poderia ser examinado. E ele fez uma analogia interessante sobre a multa para quem não vai votar e a multa para o pai que não comparece a uma reunião na escola do filho.

Senador Donizeti, autor do pedido de vista do projeto.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Cristovam, só não considero mais importante do que o voto obrigatório porque o voto obrigatório é para o coletivo, é para o global, para a sociedade como um todo, mas considero tão importante quanto. Por isso, eu sempre quis ir à escola dos meus filhos.

Eu, neste momento, não tenho divergência integral em relação ao projeto, o que tenho é uma pequena divergência em relação ao tamanho das penalidades. Penso que, se eu tiver oportunidade de olhar, com a vista coletiva – e concordo que tragamos na próxima reunião –, poderei votar com mais tranquilidade o projeto e defendê-lo.

Então, eu queria pedir a sua compreensão para que mantenhamos o pedido de vista, que a Senadora pediu que fosse coletiva, e na próxima semana devolvamos o projeto aqui para votarmos. Eu só quero olhá-lo com um pouco mais de atenção. Agora eu sei de onde o senhor tirou as penalidades, eu ainda não sabia. Vou examinar isso e olhar com muito carinho e, na próxima semana, certamente estarei aqui para, junto com o senhor, votar e aprovar o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Srª Presidente, colegas Senadores, como a vista provavelmente será coletiva e, portanto, teremos o espaço de uma semana para dialogar e para conversar, eu parabeno o autor do projeto, Senador Cristovam Buarque. Eu acho que alguma coisa tem que ser feita, e ele fundamenta muito bem: a obrigação do acompanhamento da educação não é só do Estado, isso não é só dever do Estado, é também, e sobretudo, dos pais. Também parabeno o Relator, Senador Fernando Bezerra, pelo bom trabalho e pelas emendas apresentadas.

Mas aqui eu tenho, Senador Cristovam Buarque e Relator Fernando Bezerra, apenas um questionamento. Talvez tenhamos esse tempo para fazer melhoramentos. Concorro plenamente com a questão e com o mérito, alguma coisa precisa ser feita em relação a responsabilidades também dos pais.

Mas como fica a situação daqueles pais que são separados e um mora em um Estado e outro mora em outro Estado? De quem é o dever, a obrigação? Os dois serão penalizados ou apenas um será penalizado? Isso não está previsto no projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Seria o responsável, quem tem a guarda, mas o Relator pode responder. Penso que é quem tem a guarda do filho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O poder familiar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está escrito no art. 3º do relatório do substitutivo, no inciso X:

X – pelo tempo que se fizer necessário no dia em que participar, na escola de seu filho ou de criança e adolescente sob sua guarda [...]

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É verdade, está aqui.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Só um pouquinho, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O art. 1º também remete aos responsáveis legais: "Os pais ou responsáveis legais".

Então, toda a redação define muito bem a quem cabe a responsabilidade.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É verdade. Define de quem é a responsabilidade.

Era esse o meu questionamento, e foi respondido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Parabéns, mais uma vez, ao autor e ao Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senadores.

A Senadora Lídice da Mata está propondo... O Senador Donizeti queria ainda...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aí está um ponto com que tenho discordância frontal. Tem que se criar um mecanismo para que aquele que não é o responsável, que seja pai ou mãe, também vá à escola.

Eu penso: está bem, mora em outro Estado – isso aconteceu comigo. E aí, Senador Cristovam, nas escolas particulares – eu frequentei muito –, eram as mães e mais dois pais. Um dos pais era eu. Só iam as mães. Eu acho que os pais também têm que ir.

Nesse aspecto, se há aquele que tem a guarda e outro não, para o que não tem a guarda também é preciso criar um mecanismo para que ele vá à escola saber como está o andamento do seu filho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Governo fez uma interferência na vida das pessoas quando propôs uma lei. Todos nós aqui concordamos, digamos, com o espírito da lei, mas o Estado brasileiro não pode entrar na casa das pessoas e determinar como as pessoas vão educar ou ensinar os seus filhos. Isso ele não pode. É a famosa Lei da Palmada. Então, houve uma interferência direta do Estado dentro da família. E eu penso que essa proposta diz respeito à educação. A criança sai da sua casa e vai para a escola para fazer a sua formação. É uma outra circunstância, e, sobre esta, eu penso que tínhamos que acolher, dada a relevância que ela tem, que não é a interferência do Estado, mas é uma forma de estimular os pais a estarem presentes. Então, esse é o mérito da iniciativa do Senador Cristovam.

Eu só queria, Senador Cristovam, dizer que o nosso Presidente, que me deu a incumbência aqui de representá-lo, o Senador Romário, está aqui presente. Ele está sofrendo bastante com uma dor da coluna. Ele tem um problema, veio aqui, bastante sensibilizado com essa dor, e eu, com muita solidariedade à dor do Senador, estou aqui.

O item 2 da pauta é terminativo e trata de um projeto de que sou Relatora, do Senador Zeze Perrella, que é da área do esporte, do futebol, e eu disse, hoje de manhã, em uma entrevista que o Senador Presidente conhece bem a matéria, que é sobre o seguro dos atletas e também dos técnicos de futebol.

Senador Romário, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. Na verdade, quinta-feira passada, eu fiz uma intervenção cirúrgica na diástase e numa hérnia umbilical, e eu teria que ficar afastado 30 dias. Como o trabalho e o dever estão sempre acima de qualquer coisa, não da saúde, mas para vir aqui depois de participar de uma audiência dessa importância não poderia ser diferente.

Agradeço a V. Exª por estar presidindo esta Comissão e quero dizer que em melhores mãos não poderia estar. Tenho certeza de que, semana que vem, se Deus quiser, estarei já bem melhor e presidirei esta tão importante Comissão aqui do Senado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nós precisamos do senhor aqui inteiro, Senador. Cuide da saúde. Ela é mais importante do que qualquer coisa, porque, sem ela, nós não temos condições...

O senhor está até com dificuldade de falar, com a respiração ofegante. Cuide da sua saúde, Senador. Somos solidários com o senhor. Compreenderemos, e o que precisar de todos nós, estaremos aqui para ajudá-lo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só um pouquinho, apenas para responder ao Senador Donizeti e a todos. Esta lei, como todas as outras, está dentro do Código Civil, que prevê como é o tratamento da criança com o respectivo pai e responsável. Eu

creio que o art. 1583, que trata do capítulo da proteção dos filhos, diz da responsabilidade do pai, ou da mãe, que tem a guarda. Então, a gente vai ter que respeitar isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço.

O Senador Donizeti mantém o pedido de vista, e a Senadora Lídice da Mata propõe que a vista seja coletiva. Então, a vista será coletiva. Na próxima reunião deliberativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria será incluída na pauta.

Agradeço muito ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Alvaro Dias, e ao autor aqui presente, que deu uma contribuição no esclarecimento desta matéria.

Voltamos ao item 1, já que há presença dos nossos Senadores votantes. Precisamos de quórum, já que a matéria é terminativa. *(Pausa.)*

Para facilitar o procedimento, já que o Relator está presente e também a matéria é não terminativa, enquanto aguardamos a chegada de mais dois Senadores – e pediria também o apoio dos Senadores que estão aqui, para que permaneçam por mais um instantinho, porque vamos fazer essa apreciação brevemente –, vamos apreciar o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, de 2015

- Não terminativo -

Institui no âmbito do Senado Federal a Medalha Nise Magalhães da Silveira e dá outras providências.

Autoria: Mesa do Senado Federal.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo oferecido.

Observações:

1- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

2- A matéria constou na pauta da reunião do dia 5/8/2015.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para apresentar o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Srª Presidente, nobre Senadora Ana Amélia; Srªs Senadoras e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Resolução nº 4, de 2015, do Senador Sérgio Petecão e outros, que institui a Medalha Nise Magalhães da Silveira no âmbito do Senado Federal.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução nº 4, de 2015, de autoria dos Senadores Sérgio Petecão e outros Senadores.

A láurea se constitui de uma medalha a ser conferida, anualmente, no mês de outubro, a três personalidades que tenham contribuído, de modo relevante, para o “desenvolvimento de técnicas e condições de tratamento humanizado da saúde no Brasil”.

O projeto dispõe que os nomes dos indicados, que serão amplamente divulgados, deverão ser acompanhados de *curriculum vitae* e de justificação, e encaminhados, até o dia 5 de setembro, ao Conselho da Medalha Nise Magalhães da Silveira, a ser constituído, a cada ano, por representantes de cada um dos partidos políticos com assento na Casa, permitida sua recondução, e presidido por um deles.

Especifica também que são partes legítimas para fazer as indicações Senadores ou entidades governamentais e não governamentais de abrangência nacional, que atuem na defesa dos direitos humanos.

Em seu dispositivo final, o projeto estabelece que a resolução em que vier a se tornar o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Para justificar a iniciativa, seus autores se valeram do suporte biográfico da médica psiquiatra Nise Magalhães da Silveira, ao inovar os procedimentos terapêuticos ministrados aos pacientes do Hospital Pedro II, do Rio de Janeiro, pelo uso da arte e da terapia ocupacional, em oposição aos tratamentos convencionais, como o eletrochoque, o choque insulínico e a lobotomia, que realmente eram processos totalmente desatualizados. Eletrochoque é uma coisa que foi usada há

muitos anos, inclusive, um outro parecido, chamado cabeceira baixa, em que o doente era colocado de cabeça para baixo na tentativa de melhorar a circulação do cérebro do paciente. Realmente, era preciso uma modificação, e ela estabeleceu esses critérios novos.

Não apenas por isso, mas também graças a seu “enfrentamento constante em defesa dos direitos humanos, no trabalho de mais de 50 anos em um hospital habitado por indigentes com doenças mentais crônicas”, seu trabalho científico sobre a esquizofrenia teve reconhecimento mundial.

Militante do Partido Comunista Brasileiro, notabilizou-se no ativismo político, o que lhe rendeu a prisão durante o Estado Novo. Na oportunidade, dividiu a cela com Olga Benário e conviveu, no mesmo presídio, com Graciliano Ramos, seu conterrâneo, episódio narrado por ele em suas *Memórias do Cárcere*, um livro muito bem escrito e muito bonito.

O projeto não recebeu emendas.

Análise.

Inscribe-se no rol de competências da CE, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de temas relacionados a homenagens cívicas, como é o caso do PRS nº 4, de 2015.

Esse projeto busca homenagear a médica Nise Magalhães da Silveira, uma das figuras exponenciais da prática medicinal e da comunidade acadêmica, reconhecida no Brasil e no exterior por seu trabalho de assistência humanitária a doentes mentais, ao conferir uma láurea com o seu nome a quem se tenha dedicado ao progresso das técnicas humanitárias no tratamento de patologias diversas.

Pouco há o que incorporar aos termos da justificção do PRS nº 4, de 2015.

Nascida em Maceió, em 1905, Nise da Silveira graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926 – a Faculdade de Medicina da Bahia, onde me formei, foi a primeira faculdade de medicina do Brasil, de 1808. Concursada para ocupar o cargo de médico psiquiatra da antiga Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental, foi afastada do serviço público de 1936 a 1944, em decorrência de seu ativismo político, contrário à ideologia do Estado Novo, instituído no Brasil pelo então Presidente Getúlio Vargas – gaúcho, não sei se torcedor do Grêmio ou do Internacional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O senhor é mau comigo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A senhora é torcedora do...?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O senhor é mau comigo. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A senhora é torcedora de que clube, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não merecia, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Houve aí um 5 a 0 no último...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – De novo, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Menos mal, Senador Otto, pois a nossa Seleção contra a Alemanha foi pior.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Tomou 7. Isso mesmo, mas porque o Romário não estava jogando. Se estivesse jogando, ganhávamos dos alemães, porque ele ganhou várias vezes.

Após readmitida, foi designada em 17 de abril de 1944 para trabalhar no Centro Psiquiátrico Pedro II, hoje Instituto Municipal Nise da Silveira, onde fundou, em 1946, a Seção de Terapêutica Ocupacional (STO).

A terapia por ela desenvolvida e o reconhecimento de suas inovações terapêuticas, centradas nos ateliês de pintura e de modelagem da STO, originaram a criação do Museu de Imagens do Inconsciente, hoje reverenciado pelos praticantes da moderna medicina psiquiátrica.

Merece todo o nosso apoio o patrocínio pelo Senado Federal de uma láurea que busca, por um lado, reconhecer a importância do desenvolvimento e da utilização de terapias humanitárias

que tanto beneficiam a recuperação ou a redução no sofrimento de pacientes de diversas patologias; por outro, homenagear a personalidade pioneira e exponencial dessas conquistas.

Os únicos reparos que se fazem, conquanto proclamando o indiscutível e louvável mérito da premiação, são, primeiro, o de que se conceda não uma medalha, mas um diploma de igual valor simbólico e em iguais dimensões às que o projeto pretende atingir, de modo a acarretar menor dispêndio financeiro à Casa promotora. Ademais, deixar explícita menção a suportes operacionais, imprescindíveis à consecução dos objetivos da iniciativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4, de 2015, na forma da emenda apresentada a seguir, que passo a ler, Senadora Ana Amélia.

EMENDA Nº – CE (Substitutivo)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, de 2015

Institui o Diploma Nise Magalhães da Silveira.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica instituído o Diploma Nise Magalhães da Silveira, destinado a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante para o desenvolvimento de técnicas e de condições de tratamento humanizado da saúde no Brasil.

Art. 2º O Diploma será conferido, anualmente, a três personalidades, em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de outubro.

Art. 3º A indicação do candidato, devidamente justificada e acompanhada do respectivo *curriculum vitae*, deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal até o dia 1º de maio.

Parágrafo único. Poderão indicar candidatos ao Diploma:

I – entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas com a defesa dos direitos humanos, em especial aos que dizem respeito à proteção da saúde e ao bem-estar do paciente;

II – Senadoras e Senadores no exercício do mandato.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído, por ato do Presidente do Senado Federal, o Conselho do Diploma Nise Magalhães da Silveira, composto por até sete parlamentares, representantes dos partidos políticos ou de blocos parlamentares, respeitado o princípio da proporcionalidade, conforme disposto no art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal.

§1º O Conselho a que se refere a *caput* será renovado a cada ano, permitida a recondução de seus membros, individual ou coletivamente.

§2º O Conselho escolherá, anualmente, entre seus integrantes, seu Presidente.

§3º Os órgãos que compõem a estrutura administrativa do Senado Federal poderão ser convocados pelo Presidente do Conselho para prestar o apoio necessário ao cumprimento dos objetivos desta Resolução.

Art. 5º Os nomes dos agraciados deverão ser encaminhados à Mesa até o dia 5 de setembro, para serem anunciados ao Plenário e divulgados, entre outros meios, pelos órgãos de comunicação do Senado Federal.

Art. 6º As despesas necessárias à premiação serão custeadas pelo Senado Federal, inclusive as de transporte, alimentação e hospedagem dos agraciados.

Parágrafo único. Serão reservados, na mesma rubrica orçamentária destinada às comissões temporárias especiais, os recursos destinados ao custeio das despesas que se fizerem necessárias à realização do evento, em especial as de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia. Coloco em votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Otto Alencar.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador.

Cumprimentos também pela sua providência em relação à alteração de não haver despesa do Senado e substituir a medalha por um diploma. Cumprimentos ao Senador.

Falta apenas um voto só para votarmos o item terminativo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Enquanto não há o quórum, solicito a V. Exª inversão de pauta para o item 15, que é um requerimento de apoio à candidatura de Zico à Presidência da FIFA. Creio que seja um ato simbólico desta Comissão, se V. Exª concordar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulta ao Plenário sobre a proposta do Senador, porque é um requerimento do item 15 para apreciação pelo Plenário.

Os Senadores que concordam... *(Pausa.)*

Concordaram.

Senador, por favor, a leitura do requerimento.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 81, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à candidatura do ex-jogador Zico (Arthur Antunes Coimbra) ao cargo de presidente da Fédération Internationale de Football Association (FIFA).

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra o Senador Alvaro Dias para as justificativas

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado aos colegas pelo atendimento a este pleito.

É um ato simbólico desta Comissão. O futebol mundial passa por um momento dos mais importantes da sua história. É bom dizer antes – nós temos a presença do Romário, que foi um atleta exemplar e hoje é um político exemplar – o futebol movimenta no mundo atualmente mais de US\$200 bilhões, portanto, é uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego, de renda, de receita pública, de oportunidades. E, certamente, se o futebol for bem gerido, bem administrado, com correção, com postura ética, ele será um instrumento de maior significado, alavancando o processo de desenvolvimento econômico, especialmente dos países onde ele tem mais vigor, como é o caso do Brasil.

O Zico foi um atleta exemplar e é, sobretudo, uma personalidade exemplar no mundo do futebol e internacionalmente.

Ele leva uma boa imagem do nosso País. Não há dúvida de que a sua presença no cenário do futebol mundial é uma presença que favorece a boa imagem brasileira, num contraste evidentemente com outras figuras nacionais que, lamentavelmente, nos envergonham.

Nessa hora em que a FIFA está sob os olhos do mundo, como um antro de corrupção, alguns acham que lá se instalou uma organização criminosa. É preciso que ela seja reorientada, reorganizada e, sobretudo, gerida com competência e com correção.

Imagino que o Zico teve uma razoável experiência administrativa, pois foi Ministro dos Esportes em nosso País e tem participado ativamente da atividade futebolística, agora como

técnico. Percorreu outros países e tem, portanto, um relacionamento internacional razoável. E não nos importa o seu sucesso ou o seu insucesso nessa empreitada. Eu creio que importa ao Senado Federal e a esta Comissão a solidariedade, o apoio, o estímulo, a motivação. Ele, com ousadia, se dispõe a esse enfrentamento, e nós temos que dar a ele o apoio, a solidariedade, a manifestação da nossa solidariedade, os nossos aplausos pela sua conduta exemplar em todos os momentos, sobretudo agora, pela sua coragem em se dispor a enfrentar essa batalha pela FIFA.

A FIFA, só na Copa do Mundo, no Brasil, obteve um lucro de mais de US\$500 bilhões. É preciso que ela, repito, seja reorientada, reorganizada e administrada com competência. Certamente se Zico puder obter o apoio lá fora, apoio de que necessita para chegar à presidência, saberá compor uma equipe de executivos competentes para administrar essa instituição poderosa, que é a FIFA.

Certamente os colegas Senadores oferecerão apoio a essa empreitada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias, lembrando que agora nós conseguimos quórum, mas o Senador Telmário pediu para fazer uma manifestação para votarmos o requerimento do Senador Alvaro Dias, que propõe o apoio desta Comissão à indicação do nome de Zico, o Arthur Antunes Coimbra, para a presidência da FIFA.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidenta, muito obrigado. Vou ser bem rápido enquanto esperamos esse quórum. Quero também cumprimentar o Senador Alvaro pela sua fala.

A personalidade do Zico é interessante em dois pontos: primeiro, porque ele vem das bases, ele era jogador, como é hoje o nosso Senador Romário. Normalmente esses cargos são ocupados pelos cartolas do futebol. Então, dar oportunidade a ele motiva os demais jogadores no sentido de que é possível chegar lá também, ou seja, começar a carreira como jogador e depois ser um dirigente do futebol brasileiro. Então, acho que isso é importante.

Ouvindo a fala do Senador, concluindo a minha fala, acho que as regras começam a virar exceções. Quer dizer, é normal, o ser humano tem que ser ético, tem que ser moral, tem que ser digno. Mas por ele ser isso, merece todo o nosso credenciamento, a nossa resposta.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigado.

Está em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias que propõe apoio à candidatura de Zico à presidência da FIFA.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Cumprimento o Senador Alvaro Dias pela iniciativa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É para pedir uma inversão de pauta, uma inclusão extrapauta de um projeto que já está há muitos anos circulando, que tem um impacto, a meu ver, muito positivo no desenvolvimento do interesse das crianças pela ciência nas escolas, que é o Projeto de Lei nº 224, e do qual V. Exª inclusive é a Relatora. Aproveitando o quórum, eu gostaria de pedir essa inclusão na pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu consulto os colegas Senadores se concordam com a proposição do Senador Cristovam Buarque para a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 224, de 2012, de autoria do próprio Senador e do qual eu tenho a honra de ser a Relatora.

O projeto trata de uma decisão terminativa que obriga beneficiários de bolsas de estudo de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica ou fundamental. *(Pausa.)*

Então, com o apoio dos Colegas Senadores, está incluído, extrapauta, na votação de hoje.

Eu gostaria de pedir aos Senadores mais um apoio, Senador Otto, que já me fez sofrer lembrando a tragédia de domingo, pois sou colorado – ele foi mau comigo, ele fez de propósito, porque chegou aqui e me perguntou: de que lado está? Eu disse: não quero falar sobre esse tema. Está clara, portanto, qual é a minha torcida, mas ele me provocou ainda. Brincadeira!

Como é rápido, a autora está aqui, é a Senadora Fátima Bezerra, vamos ao item 6, que é bem simples.

Depois desta matéria iremos para as terminativas, havendo o quórum necessário.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2015

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Educação Profissional.

Autoria: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável

Observações:

1- A matéria será apreciada pelo Plenário.

2- A matéria constou na pauta da reunião do dia 5/8/2015.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Ana Amélia, serei bem breve, apenas quero aqui pedir o apoio dos nossos colegas para aprovação desse Projeto. Conforme a senhora já mencionou, ele é de autoria da Deputada Professora Dorinha, com quem tive a alegria de conviver quando Deputada Federal naquela Casa. Assim como eu, ela é uma Parlamentar que tem uma militância bastante atuante na área da educação e, portanto, o projeto é simples, porém, de um significado importante por tudo o que representa a modalidade da educação profissional para o desenvolvimento da educação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Nação que sonhamos, que é um desenvolvimento nacional com geração de emprego, com inclusão social.

A educação, em geral, é fundamental, é decisiva para isso, e a Educação Profissional mais ainda. Levando em consideração ainda, Senadora Ana Amélia, o desafio posto no nosso País de ampliar a oferta da educação profissional. O Brasil, durante muito tempo, não priorizou a oferta na questão da educação profissional, mas isso vem sendo feito. Tivemos a expansão da educação profissional nesses últimos 12 anos, levando dezenas de escolas técnicas pelo país afora. Tivemos, recentemente, o Pronatec, temos o Sistema S, que merece todas as nossas homenagens pela *expertise*, pela experiência que tem.

Aliás, esta semana, o Brasil está sediando o maior evento de educação profissional do mundo, o WorldSkills, de iniciativa da Confederação Nacional das Indústrias. Então, é simples a ideia do calendário de instituir o Dia Nacional da Educação Profissional para dar mais visibilidade, chamar mais a atenção da sociedade junto ao Poder Público, para fortalecer a educação profissional no nosso País.

É só, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação o Projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto que institui o Dia Nacional da Educação Profissional, de autoria da Deputada Professora Dorinha Rezende, tendo como Relatora a Senadora Fátima Bezerra, que acaba de proferir o seu relatório.

Com a aprovação, a matéria irá direto para a apreciação do Plenário do Senado Federal.

Eu queria dizer que, para o item 1, terminativo, lamentavelmente, perdemos o quórum.

Queria informar que, quanto ao Projeto do Senador Paulo Paim que institui o Programa de Bolsa Permanência Universitária, o Senador Randolfe pediu a retirada de pauta da matéria.

Quanto ao item 2, de que sou Relatora, pediria que a nossa Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, assumisse, para eu fazer a apresentação do meu relatório. Enquanto isso, o Senador Telmário pediu para fazer uma manifestação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr^a Presidenta, eu queria, nesse ínterim, fazer uma inversão de pauta, para a análise do requerimento do item 10, que é fundamental para darmos seguimento ao PLS 417/2013, que está dependendo de uma oitiva, para ouvirmos as pessoas que estão solicitadas nesse aditamento do Requerimento 45.

A Senadora Fátima está assumindo, e eu queria repetir a solicitação para que coloque o nosso requerimento do item 10 em votação, porque nós estamos com um PLS paralisado, dependendo de ouvirmos as pessoas que estão apontadas nesse aditamento.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo concordância, Senadora Ana Amélia, podemos colocá-lo, rapidamente, não?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, em discussão, o item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 68, de 2015

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 45/2015, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar as autoridades abaixo para audiência pública onde discutirão o PLS nº 417/2013, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, que "Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura: 1. Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho - Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; e 2. Dom Sérgio da Rocha - Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão. (Pausa.)

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Aprovado o requerimento, não é, Senadora?

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Aprovado o requerimento, agora vamos para o item...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Item 2, terminativo.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Item 2, terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr^a Presidenta, pela ordem. Eu só queria destacar que o item 1, mais uma vez, foi retirado de pauta, sobre a Bolsa Permanência.

Acho que esta é a vigésima vez. Eu não sei onde está este artigo do Regimento em que, havendo vista coletiva, sai da vista coletiva, volta para cá, tira de novo, bota de novo. É a vigésima vez, que eu me lembre! Já reclamei com três, quatro, cinco pessoas que estavam presidindo. Mais uma vez, foi retirado. Eu espero – só vou pedir isto – que, na próxima semana, então, já que houve um acordo – inclusive com o Governo – que o projeto seja votado!

Dá impressão de que é aquela briga de gato e rato: "Ele pensa que vai votar, a gente diz que vota, mas não vota! A gente engana e tira de novo. Depois, a gente bota de novo!" Eu acho falta de seriedade nisso. É falta de seriedade o que estão fazendo com um projeto tão importante, que é a Bolsa Permanência, mas tudo bem. Eu só faço este apelo, para que, na semana que vem, não

suma – de novo – da pauta, porque alguém inventou uma vista não sei de onde. Já foram pedidas todas as vistas possíveis e imagináveis!

Era isso, Sr^a Presidenta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero subscrever ao pedido do Senador. Esse é um projeto que, realmente, trará grandes vantagens. Não há por que se continuar adiando, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Senador Paim. O registro está feito, subscrito pelo Senador Cristovam.

Agora, vamos passar a palavra...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E por mim também, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E pela Senadora Ana Amélia.

Agora, vamos passar ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica.

Autoria: Senador Zeze Perrella

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, acatando as emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE.

Observações:

1- Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para as emendas.

2- Na reunião do dia 7/8/2012 foi aprovado requerimento, de autoria do Senador Aníbal Diniz, propondo Audiência Pública para instruir o presente projeto, realizada no dia 10/4/2013.

3- A matéria constou na pauta da reunião do dia 5/8/2015.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para apresentar o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cara Presidente, Senadora Fátima Bezerra, caros colegas Senadores, caros assessores, Senador Cristovam, Senador Paim, Senador Dário Berger, eu até vou resumir esta matéria, porque é tão singela.

A Lei Pelé obriga os clubes de futebol, na participação de campeonatos, a fazer um seguro de vida e contra acidentes para os atletas profissionais, os atletas de alto rendimento. A Lei Pelé já prevê isso. Em 2011, nós tivemos um caso bastante emblemático do então treinador do Vasco, Ricardo Gomes, que sofreu um AVC em uma partida, e só agora em 2015, retornou à atividade, depois de um longo processo de tratamento.

Então, na verdade, o projeto do Senador Zezé Perrella, que conhece bem a matéria, presidiu o Cruzeiro, de Minas Gerais, foi gestor de um clube, sabe que é importante para o clube como proteção, mas especialmente para o profissional do futebol e para o técnico do futebol, porque o técnico é indispensável. Talvez por isso, Senador Paim, a saída do técnico tenha provocado o desastre que aconteceu domingo lá em Porto Alegre.

Mas queria apenas dizer que o projeto do Senador do Senador Perrella inclui o técnico e seus auxiliares também no benefício de ter do clube um seguro de vida e também de acidentes. Então, eu penso que, com esse processo, a gente possa...

Eu apenas fiz uma emenda favorável à aprovação, com a emenda da Comissão, dando ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado 224 – desculpem, ela me deu um outro... *(Pausa.)*

O voto é exatamente este: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 531, de 2011, do Senador Zezé Perrella, com as emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Econômicos, que foram acolhidas no nosso relatório. Ela já tinha sido submetida à Comissão de Assuntos

Econômicos, portanto penso que não há nenhuma controvérsia em relação a assegurar aos jogadores de futebol e também, que a lei já previa, para os técnicos e seus auxiliares, o direito ao seguro de vida e de acidentes.

Esse é o voto, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. Em discussão, Senador Paim?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, Senadora. Nós não podemos votar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu me sinto contemplado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... porque ele é terminativo. Eu só quis aqui apresentar...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ah, então desculpa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... para fazer aquilo que o Senador Paim há pouco reclamou, que é exatamente essa coisa da demora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo menos, é a leitura do relatório, você está certa. O meu eu tenho que votar agora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Exatamente. Então, vamos ter que votar isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E ele é terminativo, nós não temos o quórum necessário para votar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria pedir, Senadora, já que estou aqui e foi incluído por aprovação do Plenário, e também por agilidade processual, relatar o projeto obrigando beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos da educação fundamental ou educação básica.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É o item 18:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2012

- Terminativo -

Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas, e contrário à Emenda nº 1-CCJ.

Observações:

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como a autoria é do Senador Cristovam Buarque, que conhece muito bem o setor de educação, e as iniciativas dele, eu tenho sempre um acolhimento muito respeitoso, porque sei que são de interesse do País e para benefício também da educação brasileira. O PLS do Senador Cristovam envolve matéria de natureza educacional. Está, portanto, dentro de todo o nosso escopo.

Ele lembra que nos últimos anos as políticas das áreas de educação têm ampliado consideravelmente o oferecimento de bolsas de estudos para estudantes da educação superior. Merecem destaque nessa direção, referido agora há pouco pela Senadora Fátima Bezerra, o Programa Universidade para Todos (ProUni), e mais recentemente o Programa Ciência sem Fronteiras. O primeiro oferece bolsas parciais ou integrais para a educação superior, tendo beneficiado mais de 1,4 milhão de estudantes. Já o Programa Ciência sem Fronteiras oferece bolsas de um ano de duração em universidades de vários países do mundo na modalidade graduação sanduíche.

Há ainda outros programas de natureza similar no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), voltados também à pós-graduação. Essas iniciativas são de grande relevância para qualificar os profissionais que sairão das nossas universidades.

Atuar num projeto de pesquisa ou morar no exterior e frequentar uma universidade de ponta são experiências que enriquecem o currículo do estudante e permitem que ele tenha acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos muito avançados. Tudo isso será revertido em benefício do País, é claro.

A proposição em exame vai muito além da mera expectativa do retorno individual aos beneficiários desses programas. De certa forma, o projeto alia a expectativa de formação de capital humano com o retorno de curto e médio prazos para a sociedade, sob a forma de prestação de serviços, por parte dos estudantes, nas escolas públicas do País, durante o período em que forem beneficiados das bolsas de estudo ou após a volta ao País, no caso dos bolsistas no exterior.

Sob o ponto de vista da competência, não há o que discutir em relação a isso. Essas ideias foram debatidas nesta Comissão, numa audiência pública realizada no dia 5 de maio.

Na ocasião, especialistas e representantes dos gestores estaduais e municipais de ensino manifestaram suas opiniões favoráveis ao mérito da proposição, porém apontaram dificuldades que podem surgir para a sua operacionalização, especialmente em relação à amplitude dos programas de bolsas atualmente existentes, à incompatibilidade que pode existir entre as áreas de formação dos estudantes e a demanda por parte das escolas, além de problemas de fundo conceitual em relação ao estabelecimento de uma exigência como essa para quem cursa a educação pública.

As críticas e sugestões colhidas na ocasião foram de grande relevância para reavaliarmos nosso posicionamento em relação a vários pontos do projeto, o qual julgamos digno da acolhida por esta Comissão pelas razões já apresentadas.

Entendemos, porém, que ele deve ser aperfeiçoado para melhor definir quem são os estudantes obrigados a prestar a contrapartida em serviços educacionais, além de contornar dificuldades que podem surgir em sua operacionalização.

Fazemos isso por meio da apresentação de emendas que incorporam várias das sugestões levantadas na audiência pública, a que já aludimos.

Nesse contexto, deixamos de acatar a emenda aprovada no âmbito da CCJ, por limitar aos bolsistas de iniciação científica e de iniciação docente a prestação de serviços propostos pelo PLS.

Por fim, do ponto de vista das questões de constitucionalidade, não há nenhuma dúvida.

Voto.

Pelas razões, nós nos manifestamos pela rejeição da Emenda nº 1 da CCJ e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, a seguinte redação:

Art. 2º O estudante de graduação de instituição federal de educação superior, beneficiário de bolsa de estudos custeada com recursos federais, fica obrigado a prestar serviços de divulgação, formação e informação científica e educacional pelo mínimo de duas horas semanais em estabelecimentos públicos de educação básica, durante o período de duração da bolsa.

§ 1º Ficam excluídos do disposto do *caput* os beneficiários de bolsas de iniciação à docência de assistência estudantil e de formação de professores, além de estudantes que já desenvolvam trabalhos em escolas públicas em razão de atividades curriculares ou de extensão ou em razão de atividade profissional com carga horária igual ou superior à estabelecida nesta lei.

§ 2º Os bolsistas no exterior cumprirão o disposto no *caput*, quando do retorno ao Brasil.

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012 a seguinte redação:

Art. 3º A União, em articulação com os sistemas estaduais e municipais de educação, definirá:

1 – As áreas acadêmicas cujos bolsistas participarão das atividades de que trata o art. 2º anualmente;

2 – O número anual de bolsistas participantes;

3 – As formas de participação dos bolsistas nas atividades das escolas;

4 – Os deveres e os direitos dos bolsistas e das instituições que os receberem;

5 – Os mecanismos de acompanhamento das atividades envolvidas.

Parágrafo único. Os sistemas estaduais e municipais de educação interessados em contar com a atuação dos bolsistas em suas respectivas redes de ensino apresentarão projetos, contemplando o disposto neste artigo, além de outras exigências constantes do regulamento.

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, renumerando-se o atual art. 5º.

Esse é o voto, caros colegas Senadores, e esse é o meu voto, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bem, a Senadora Ana Amélia acaba de apresentar também o seu relatório.

Entretanto, em função de norma regimental, uma vez que o projeto é terminativo, ele vai ficar sobrestado. Assim, o PL 224/2012, do Senador Cristovam, que tem como Relatora a Senadora Ana Amélia, ficará sobrestado, bem como o PL 531/2011.

Vamos dar sequência agora aos requerimentos. Nós gostaríamos...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu sou subscritor, junto com a Senadora Rose de Freitas, de requerimento, evidentemente de autoria dela, que consta no item 17 da pauta, o qual solicito a V. Exª que coloque para deliberação dos membros desta Comissão. V. Exª poderia fazer isso?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, nós vamos colocar, Senador Dário.

Eu queria só, Senador Paim, pedir para ser incluído extrapauta o requerimento de urgência para que nós possamos levar ao plenário, Senador Cristovam, o projeto de lei que eu relatei agora há pouco e que trata de instituir o Dia Nacional da Educação Profissional. E eu repito, até pelo fato de o Brasil está sediando a WorldSkills, V. Exª já esteve comigo na WorldSkills de Londres, eu estive também depois na Alemanha, e é um evento, sem dúvida nenhuma, muito importante. É, inclusive, oportuno que esta Comissão prestigie porque é um evento de grande repercussão no que diz respeito à educação profissional.

Então, apenas para incluir extrapauta para que nós possamos levar ao plenário da Casa o projeto de lei para ser aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem todo o meu apoio, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, pela ordem. Eu gostaria de subscrever o requerimento do item 7 e também o do item 16, porque os Senadores não estão aqui, mas eu concordo plenamente com o propósito da audiência; ambos requerimentos do Senador Hélio José, que não pôde vir hoje aqui a esta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador, seu pedido será atendido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos agora ao item 8, de autoria do Senador Paim, que propõe audiência pública para tratar do tema do reconhecimento da atividade da capoeira.

ITEM 8 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 80, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o “PLC 31, de 2009, que Dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências.” Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, esse é um tema que, por incrível que pareça, virou polêmico. Existem diversas posições sobre esta regulamentação, mas, na verdade, o que eu estou pedindo – e não estou neste momento solicitando a V. Exª que a gente marque o dia da audiência, porque também vai ter que ser amplamente negociado – é que seja incluído somente neste meu requerimento o nome da Professora Doutora em Educação, Mestra, Srª Rosângela Costa Araújo, Neuber Leite Costa, capoeirista regional, e Cida Abreu, Presidenta da Fundação Palmares.

A própria presidenta me ligou dizendo que é um tema que virou polêmico nesse mundo da arte da capoeira e que tem que ser tratado com carinho mesmo, que eu não marcasse a data da audiência sem combinar com ela porque ela quer muito estar aqui presente, mas que faz questão de que esses três nomes sejam incluídos.

Então, esse é o objetivo do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, eu quero subscrever o requerimento junto com V. Exª e, se me permite, também gostaria de acrescentar aqui um nome lá do Rio Grande do Norte, o meu Estado, para contribuir com o debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Oportunamente eu passarei para a Comissão o nome da pessoa que virá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, eu acato tranquilamente a sua indicação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão.

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, nós temos também, e eu estou há muito tempo aguardando, é quase que um sonho dos poetas e poetisas, que a gente aprove um projeto que considera o mês de março como o mês da poesia.

Não porque acho que março é bonito ou feio, mas porque, nesse mês, nasceu Thiago de Mello, o poeta que escreveu *Os Estatutos do Homem*.

Então, eu pergunto aqui se o Senador não poderia ler o relatório e, na próxima semana, nós votaríamos com tranquilidade, com quórum, porque percebo que alguns Senadores fazem isso, dá certo e é positivo. Tudo é positivo no campo do conhecimento. Se o Senador pudesse ler o relatório e, na semana que vem, votaríamos, se for possível.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos também, agora, incluir o projeto que trata da questão do mês da poesia para a semana que vem. Pode ser, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não precisa. Na próxima semana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu sei, mas o projeto não tem necessidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não tem problema.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ele entra na próxima semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiquei tranquilo.

Só quero fazer um último registro, se me permite, Senadora. Procuraram-me aqui no plenário os estudantes Rafael, Vitória, Gabriela, Jackson, Juliane e Salviano, preocupados com a situação da Unifeso, universidade filantrópica que fica no Município de Teresópolis, Rio de Janeiro. A universidade não recebeu repasse do Governo referente ao Fies – fizemos uma audiência aqui, na semana passada, sob a sua presidência –, que representa mais de 50% do seu orçamento. Portanto, a instituição corre riscos, sendo que a universidade é a segunda maior empregadora do Município.

Fica o apelo aqui de público, nesta Comissão, para que esse depósito do Fies seja feito para a Unifeso.

Era isso. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Paim.

Senador, só acrescentar que, depois de aprovado o projeto, a Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca, que coordeno aqui no Congresso Nacional, se coloca à disposição de V. Exª para fazermos uma atividade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E trazer o Thiago de Mello. Ele é uma figura. Ele esteve na Comissão de Direitos Humanos falando sobre essa proposta. Fiquei impressionado com ele. Primeiro, ele falou de pé – estava sentado, como a senhora está aí na mesa e disse: "Olha, quando eu vou falar de poesia, só consigo falar de pé." E, ao mesmo tempo, ele disse que, quando um poeta está falando, o silêncio é fundamental. Levou uma mensagem para toda a Comissão. E a Comissão ficou em total silêncio. Foi a primeira vez que vi silêncio absoluto. Ele é uma figura. Eu me comprometo com V. Exª de trabalharmos juntos nessa atividade, com a presença dele.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito. Vamos organizar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sempre homenageamos as pessoas depois de mortas. Por que não homenagear uma figura como essa ainda em vida?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

Vamos, agora, Senador Dário, ao Requerimento nº 17, da Rose de Freitas, subscrito por V. Ex^a.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 83, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS 464/2013, que institui o dia Nacional do Celíaco.

Autoria: Senador Dário Berger e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Queria pedir o apoio dos Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. *(Pausa.)*
Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos aqui agora um requerimento de nossa autoria, item 14, pedindo apenas que seja incluída a autoridade abaixo para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologias de cálculos do desemprego no Brasil.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 77, de 2015

- Não terminativo -

Em aditamento ao RCE 75/2015, apresentado a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro que seja incluída a autoridade abaixo para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil. Proponho a inclusão do seguinte convidado: 1. Sr. Jessé Souza - Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Na verdade, é uma audiência pública, Senador Paim, que vai tratar do tema do desemprego, e achamos por demais oportuno que seja convidado também o Sr. Jessé Souza, meu conterrâneo do Rio Grande do Norte, grande gestor.

O Sr. Jessé Souza vem a ser o Presidente do IBGE, Senador Dário Berger, então, é só para incluir e convidá-lo por tudo que o IBGE apresenta no que diz respeito à realização de suas pesquisas, no tema do emprego e do desemprego.

Em discussão, os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Senador Paulo Paim subscreve o requerimento do Senador Romário, que é para debater sobre o tema, o Dia Nacional do Surdo.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 72, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, próximo ao dia 26 de setembro, para debater sobre o tema 'O Dia Nacional do SURDO'.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Senador Paulo Paim, eu quero também subscrever junto com V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O próprio título já diz o objetivo. Vamos debater e homenagear o Dia Nacional do Surdo, com a presença aqui tenho certeza de inúmero deles, que são pessoas que a gente sempre diz que dão um olhar diferente para as nossas próprias vidas, que são as pessoas que levam algum tipo de deficiência.

Por isso, eu fiz questão e V. Ex^a também, e tenho certeza que toda a Comissão vai aprovar, por unanimidade, essa iniciativa do Senador Romário.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Senador Paim.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora para o item 16.

É o item que trata da questão da mediação de conflitos, apresentado pelo Senador Hélio José. O Senador Cristovam subscreveu e agora também o Senador Paim.

O objetivo é a realização da audiência pública, para debater a capacitação policial para a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 82, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento CE nº 76, de 2015, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater a capacitação policial para a "Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)" nos crimes de menor potencial ofensivo e a "Mediação de Conflitos", a inclusão do nome do seguinte convidado: Antônio Maciel Aguiar Filho, Presidente da Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para avisar aos que me pediram que eu apresentasse e a senhora já leu aí, ao mesmo tempo, a mediação de conflitos. É uma importante audiência pública e, por isso, é claro, terá o apoio de todos nós.

Eu não sei se tem alguma coisa com o 7 também. Eu sei que o 16 foi.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Há aqui também um requerimento de autoria do Senador Romário, subscrito por mim, que propõe a realização de uma audiência pública para debater também um tema muito importante que é educação no trânsito.

Aqui estamos convidando, claro, o Diretor da Secretaria de Educação Básica, Presidente do Instituto de Segurança do Trânsito. Há também requerimento aditivo para convidar a Maria Alice Nascimento Souza que vem a ser a Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal.

São os requerimentos 12 e 13.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 67, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater sobre o a inclusão da disciplina nos currículos escolares sobre "A EDUCAÇÃO NO TRANSITO".

Autoria: Senador Romário

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 71, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 67/2015-CE, a inclusão da Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, para participar, como expositora, de Audiência Pública desta Comissão destinada a debater a inclusão de disciplina sobre "Educação no Trânsito" nos currículos escolares.

Autoria: Senador Romário

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, permita-me, eu quero também cumprimentar V. Exª e o Senador Romário por essa iniciativa. Sabe-se que morre mais gente no trânsito do Brasil do que nas guerras que estão acontecendo no mundo. Por isso, a educação no trânsito é fundamental e é uma bela iniciativa do Senador e de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É verdade, Senador, as estatísticas mostram que são mais de 40 mil vítimas exatamente da questão do trânsito e a escola, sem dúvida alguma, é um local muito apropriado para acolher esse debate.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu queria agora, Senador Paim, Senador Dário Berger, pedir à assessoria da Mesa que preparasse não sei se é uma moção de homenagem, de aplauso à Confederação Nacional das Indústrias e às entidades que promovem exatamente o WorldSkills. Porque pela primeira vez, em mais de 50 anos, um país da América Latina será palco da maior competição de educação profissional do mundo.

Inicia exatamente hoje, na cidade de São Paulo, a WorldSkills competição. O evento tem como objetivo dar visibilidade, importância à educação profissional, como verdadeira ferramenta de transformação socioeconômica.

Para vocês terem uma ideia da grandiosidade do evento, Senador Dário, ele começa hoje e reúne mais de 62 países. Estão sendo esperados aproximadamente 1.200 alunos competidores. A competição vai até domingo. O Brasil estará representado por uma delegação formada por 56 estudantes.

Para participar da WorldSkills São Paulo 2015, o time brasileiro passou por um treinamento de mais de 311.000 horas em 64 tipos de treinamento. Eles receberam o apoio de 189 profissionais, na preparação dos estudantes, de 70 especialistas internacionais de 13 países e de 21 empresas parceiras.

Essa é a 16ª participação do Brasil. Já conquistamos 68 medalhas e 111 certificados de excelência. Eu sou testemunha disso. Na edição de 2013, em Leipzig, na Alemanha, o Brasil conquistou 12 medalhas no WorldSkills, um recorde para o País. Foram 4 medalhas de ouro, 5 de prata e 3 de bronze. Realmente, foi um desempenho bastante satisfatório em Leipzig, a última que houve, em 2013. Eu estava lá também.

Portanto, esse evento mostra o quanto o Brasil vem se destacando na educação profissional.

E aquilo que já coloquei: em 12 anos, Paim, houve iniciativas do nosso Governo, com a expansão e o fortalecimento da educação profissional com as escolas técnicas, o Pronatec, etc.

Agora, quero ainda aqui colocar, Paim, que, mesmo diante de todos esses avanços, é uma pena, mas vou dizer aqui: mesmo com todos esses esforços, mesmo com todos esses avanços, no que diz respeito à questão da educação profissional, falta o reconhecimento formal desses profissionais. É um absurdo isso! O Brasil, cada vez mais, está despertando para a importância de incentivar a educação profissional, porque o Brasil não precisa só do diploma de nível superior, precisa também de bons técnicos. E, infelizmente, até hoje, os técnicos não têm o reconhecimento da sua profissão.

Existe um projeto na Câmara, do qual tive a oportunidade de ser Relatora, foi aprovado na CCJ, mas, infelizmente, por manobras regimentais, está parado até hoje. Faço esta consideração para que possamos, Senador Paim, somar-nos a essa luta.

Enfim, em nome de todos, em nome da Comissão de Educação e Cultura, nós queremos desejar um bom congresso, uma boa competição a todos os participantes, especialmente aos brasileiros – Jackielyson André, permita-me, do meu Estado, Senador Paim –, e parabenizar a organização da competição, tanto o Senai quanto a Confederação Nacional da Indústria e a WorldSkills International.

Eu preciso colocar em votação

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está bem. Então, eu gostaria que fosse feita uma moção aqui de homenagem, de reconhecimento, enviada para o Senai, para a CNI e para organização internacional da WorldSkills, pela participação, pelo empenho deles e pela ousadia. Inclusive, eles estão tendo de sediar, pela primeira vez, esse evento na América Latina.

E dizer ao Senador Dário e ao Senador Paim que, se tiverem disponibilidade, vale a pena V. Ex^{as} conhecerem o WorldSkills. É muito bonito, muito mesmo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu ouvi falar que é muito bom.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bem, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Convoco para amanhã, quarta-feira, às 10h, audiência pública destinada a debater os jogos mundiais indígenas, com a presença de Edson, Marcos Terena, Claudia Martins, Hector Franco, João Pedro e um representante do Ministério do Esporte e do Ministério da Justiça.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia doze de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Sandra Braga, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Dalirio Beber, Lídice da Mata e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 36, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, e ao Aditamento nº 48/2015-CE, apresentado pelos Senhores Senadores Telmário Mota e Donizeti Nogueira, destinados a debater **“Os Jogos Mundiais Indígenas”**. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Marcos Terena, Presidente do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC; Senhor Hector Franco, Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; Senhor Evandro Garla Pereira da Silva, Secretário Nacional do Ministério do Esporte; Senhor Edson da Silva Gomes Xerente, Representante dos Atletas Indígenas da Etnia Xerente; Senhor Fernando de Luiz Brito Vianna, Assessor da Diretoria de Promoção e Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do índio - FUNAI e Representante do Ministério da Justiça - MJ; e Senhora Cláudia Martins Lélis, Vice-Governadora do Estado do Tocantins - TO.** Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Lídice da Mata, autora do Requerimento. Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Romário e os Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Telmário Mota (autores do Requerimento de Aditamento). Em seguida, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a presença de todos e a participação dos internautas, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente em exercício, Senadora Lídice da Mata, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA LÍDICE DA MATA
Presidente em exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 36, de 2015, desta Comissão, de autoria da Srª Senadora Lídice da Mata, e ao Aditamento nº 48, de 2015, desta mesma Comissão, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Donizeti Nogueira, para realização de audiência pública destinada a debater os Jogos Mundiais Indígenas.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são Edson da Silva Gomes Xerente, representante dos atletas indígenas da etnia xerente, Marcos Terena, Presidente do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), Hector Franco, Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, Fernando de Luiz Brito Vianna, assessor da Diretoria de Promoção e Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio (Funai) e representante do Ministério da Justiça, e Evandro Garla Pereira da Silva, Secretário Nacional do Ministério do Esporte.

Sejam todos bem-vindos!

Outra convidada que ainda não chegou, mas está próxima, é a Vice-Governadora do Estado do Tocantins, Srª Cláudia Martins Lélis.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o importante não é competir, mas, sim, celebrar. Todos aqui conhecem bem o lema que impulsionou e encorajou os atletas que participaram das 13 edições dos jogos indígenas já promovidos no Brasil.

Eu, pessoalmente, acredito que esse tipo de competição, esse mote realmente permeia ou, pelo menos, deveria permear toda e qualquer atividade esportiva, porque não podemos mais pensar o esporte da atualidade sem termos em vista o intercâmbio de culturas e estímulo à cooperação.

Na audiência pública de hoje, teremos a possibilidade de debater todos os aspectos que envolvem a questão dessa grande festa de integração que, desde 1996, já reuniu mais de 150 povos indígenas apenas no Brasil.

Entre os próximos dias 23 de outubro e 1º de novembro, daremos mais um passo importante: a cidade de Palmas sediará a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. A expectativa, segundo os organizadores, é de que participem do evento mais de dois mil atletas vindos de 30 países. Serão 24 etnias brasileiras reunidas como povos de toda a América e de países como Austrália, Nova Zelândia, Congo, Etiópia, Mongólia, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Os milhares de esportistas participarão de atividades relacionadas a jogos tradicionais ou esportes ocidentais.

Desde que o objetivo seja a unificação das etnias, em paralelo, os próprios grupos vão promover uma série de atividades culturais ligadas a seus costumes. Não vejo oportunidade melhor para a consensuação daquilo que deve constituir o objeto último do esporte: a celebração da diversidade e a promoção da integração.

Por esse motivo, em nome de toda a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agradeço aos Senadores requerentes desta audiência pública, assim como agradeço a disponibilidade dos convidados aqui presentes.

Com uma consideração especial de colega, agradeço também a presença do esportista Edson da Silva Gomes Xerente, representante dos atletas xerentes aqui presentes. Muito obrigado.

Acredito que poderemos ter aqui um grande debate.

Como sempre fiz aqui, nesta Comissão, passarei, a partir de agora, a Presidência à autora do requerimento, a nossa querida, simpática e maravilhosa Senadora Lídice da Mata.

Por favor.

Inclusive, já faço o anúncio – eu havia me comprometido com a Senadora e me comprometi agora com o Senador – de que estarei em Tocantins, Palmas, no início dessa grande competição. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia.

Eu gostaria de agradecer ao Presidente, Senador Romário, não apenas pela presença nesta audiência, mas também por este compromisso de participar dos Jogos Mundiais Indígenas.

Além de o Senador Romário ser Presidente desta Comissão – por isto a importância institucional da sua participação nesse evento –, ele é, muito mais do que isso, para o povo brasileiro e para todos nós, um grande atleta, um atleta que marcou o futebol do nosso País nos áureos tempos em que o futebol brasileiro era um futebol de craques e orgulhava o povo brasileiro, é claro, sem a lembrança terrível da última Copa do Mundo. Eu creio, portanto, que vai ser um momento extremamente importante para os Jogos Mundiais Indígenas esse momento que nós vamos realizar no Tocantins. A presença do Senador Romário vai, sem dúvida alguma, abrilhantar bastante essa nossa festa.

Eu agradeço ao Romário a sua dedicação a esta Comissão. Agradeço como Senadora que é sua companheira de Partido e que o admira muito como craque e também como político. Todos nós reconhecemos o seu valor nesta instituição da política trazendo a seriedade do craque do futebol para o fortalecimento da política com "p" maiúsculo em nosso País.

Eu não sou de Tocantins. Não estou, portanto, fazendo esses elogios e esse agradecimento como alguém que vai estar diretamente beneficiada no seu Estado com sua presença, mas creio que há uma dívida do Brasil para com os povos indígenas do nosso País e que Tocantins, neste momento, representará todos nós brasileiros.

Além disso, quero confessar que o meu interesse, além de ser pela luta em defesa dos povos indígenas, é também um interesse em que nós possamos ter as olimpíadas nacionais na minha Bahia. Não estou fazendo esse esforço, digamos assim, só em nome da causa, não. É em nome da causa, principalmente, especialmente, mas também em nome de levar essa causa para contaminar a Bahia e para beneficiar, com a presença dos jogos nacionais, das olimpíadas nacionais, o nosso Estado.

A potencialidade do turismo em nosso País para transformarmos, cada vez mais, o esporte como um grande parceiro das ações do turismo, mas, principalmente, como um grande parceiro do desenvolvimento físico, social da juventude brasileira nos une a todos neste momento.

Então, eu também queria agradecer por esse gesto de humildade e de solidariedade que o Presidente da Comissão tem para com todos nós que somos autores das audiências públicas. Eu, pessoalmente, sei do esforço que ele fez para estar aqui hoje, porque fez uma cirurgia recentemente. A nossa Bancada está precisando se benzer, porque 50% dela está em recuperação. Senador Donizeti, 50% da nossa Bancada foi submetida a cirurgias neste período. Como sou baiana, vou, certamente, me benzer e pedir a proteção do Senhor do Bonfim para que não os outros 50% não sejam contaminados. Sei, portanto, do esforço que o Senador Romário fez para estar aqui hoje entre nós, pois está se recuperando de uma cirurgia que acabou de fazer.

Sem mais delongas, quero iniciar o nosso trabalho...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... passando a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, primeiro, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e agradecer ao Senador Romário por se comprometer a estar presente na abertura dos Jogos Mundiais Indígenas lá no Tocantins e dizer que o Tocantins está bem representado na Mesa, porque a Bahia, sua vizinha, está presidindo a reunião hoje.

Lembro que o Romário, como atleta, foi bastante polêmico, mas lembro também que ele nos salvou na Copa dos Estados Unidos. O Zagalo não queria levá-lo, mas a pressão popular, acho

que a força dos flamenguistas – eu não torço pelo Flamengo –, a força de nós brasileiros o levou para os Estados Unidos e nós sabemos que não teríamos ganhado a Copa dos Estados Unidos sem o Romário, porque sua presença, Senador, foi fundamental para que pudéssemos ganhar a Copa do Mundo. Então, é uma satisfação estar ao seu lado nesta Comissão.

O Tocantins está de braços abertos para o grande evento que nós vamos fazer em Palmas. Não preciso dizer isto, pois aí está o nosso Secretário, que representa o nosso Prefeito, Carlos Amastha, e daqui a pouco estará chegando a nossa Vice-Governadora, para representar o Governador Marcelo Miranda.

Nós, certamente, vamos trabalhar, Senadora Lídice da Mata, para transformar Tocantins no Estado do turismo de aventura e Palmas na cidade do turismo de eventos. Não sei se V. Ex^a conhece a nossa capital, mas ela é extraordinariamente linda.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Infelizmente, ainda não conheci. Espero ter a oportunidade...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos conhecer agora nos Jogos Indígenas!

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – de receber o convite de V. Ex^a para ir à abertura dos jogos. Tenho até um sobrinho que, como funcionário público, visitará todo o Estados fazendo um levantamento relacionado ao seu trabalho.

Mas tenho a honra de dizer que tive a honra de votar na sua criação na Assembleia Nacional Constituinte, reconhecendo o trabalho extraordinário que foi desenvolvido pelo constituinte Siqueira Campos, que realmente convenceu todos os Constituintes brasileiros da necessidade de criação desse Estado vigoroso que encanta o Brasil inteiro e que é uma potencialidade de futuro da nossa Nação.

Obrigada.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr^a Presidenta...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria de, rapidamente, também me manifestar, considerando que logo mais terei que relatar dois projetos na CCJ. Eu não poderia deixar de parabenizar V. Ex^a e o Senador Telmário Mota, autores do requerimento...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Senador Donizeti também.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ..., bem como o Senador Donizeti, que é de Tocantins. Parabenizo os três Senadores por essa iniciativa. Eu sou de Roraima, Estado que tem quase 13% da sua população composta por indígenas, com dez etnias, e espero que o povo indígena de Roraima também possa participar ativamente dos Jogos Mundiais Indígenas. Considero esse um momento em que um País que sediou inúmeras competições nos últimos anos pode considerar a importância de dar visibilidade maior para o povo indígena do nosso Estados e do Brasil inteiro. Como V. Ex^a disse, Senadora Lídice, o Brasil tem uma dívida com os povos indígenas. Então, a realização desses jogos em Tocantins vai dar certa visibilidade ao povo indígena no esporte e, espero, em outras questões que refletem a sua luta no nosso País.

Parabenizo os três Senadores autores do requerimento e também o nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Romário, grande campeão do nosso País, que tem conduzido com muita sensatez e com muita responsabilidade esta Comissão de Educação, que tem como Vice-Presidente a Senadora Fátima Bezerra, que também é uma pessoa extremamente comprometida com a educação do nosso País.

Parabéns a todos!

Espero que aqui tenhamos um debate qualificado e proveitoso para os Jogos Mundiais Indígenas em nosso País.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Apenas para agradecer a V. Ex^a pelas palavras que foram a mim direcionadas. Na verdade, são meus o prazer e a honra de estar aqui hoje participando e conhecendo um pouco a história desses jogos, que têm grande importância e relevância para o nosso País.

Para finalizar, diferentemente de V. Ex^a, tive oportunidade de ir, nos últimos dois anos, duas vezes a Palmas e posso corroborar realmente o que disse o nosso Senador Donizeti dizendo que Palmas é uma das grandes cidades que temos em nosso País em todos os sentidos, principalmente no que se refere à beleza.

Parabéns a todos de Tocantins!

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que contribuíram para o início dos nossos trabalhos.

Vamos à audiência pública.

Combinei, antes, com os senhores convidados de começarmos da esquerda para a direita. Como a nossa Vice-Governadora ainda não chegou, certamente, quando ela chegar, passaremos a palavra a S. Ex^a após a fala de quem estiver usando a palavra naquele momento.

Começaremos, portanto, pelo Presidente do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena, essa personalidade conhecida do povo brasileiro e de todos aqueles que acompanham a luta de afirmação indígena em nosso País.

Antes, porém, quero combinar o tempo de 15 minutos para cada um dos convidados. Se tivermos alguma necessidade de estender o tempo, seremos flexíveis. No entanto, se os senhores convidados se sentirem à vontade para usar menos tempo, também ficaremos agradecidos.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao Marcos Terena.

O SR. MARCOS TERENA – Senhoras e senhores, muito bom dia!

Registro minha saudação aos Parlamentares que aqui se encontram, na pessoa da nossa amiga e companheira Lídice, aos indígenas aqui presentes, na pessoa do Edson Xerente, lá do Tocantins, e a todos os presentes.

Não sou do Tocantins, mas do Pantanal do Mato Grosso do Sul, e sou articulador internacional dos jogos mundiais. Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas nasceram em uma articulação que fizemos. Eu sempre considero isso uma iniciativa da inteligência do pensamento indígena. Não gostamos muito de nos submeter aos protetores dos índios porque temos que exercitar, inclusive na necessidade, os nossos valores como cidadãos indígenas, especialmente as nossas soberanias como povos.

Sou funcionário da Funai, sou piloto comercial de avião, mas também bati a minha bolinha, como a gente fala, não é, Senador Romário? Tínhamos um esquadrão de futebol aqui, em Brasília, que se chamava Curumim. Era um time formado por estudantes indígenas. Na verdade, essa era a forma que tínhamos, na época ditadura, de levantar a nossa voz. Sempre jogávamos contra as universidades, contra as cidades do Entorno e também com jornalistas, para fazer a cabeça deles no sentido de compreenderem o que significava o nosso momento de lazer, de esporte, como vamos fazer também nos jogos mundiais.

Muita gente pensa que os jogos mundiais, ou jogos indígenas, como chamamos, são um campeonato de índios. Não é isso. Nós, organizadores indígenas, temos quebrado a cabeça para montar esses jogos mundiais. Imaginem, por exemplo, quando recebemos um pedido dos índios da Sibéria. Índios da Sibéria! Quem são esses caras? Não os conhecemos. Inclusive, vou ter que ir à Sibéria. Vou passar três dias viajando para chegar à Rússia, ficar um dia lá e voltar mais três dias. Isto só de viagem. Imaginem vocês esses irmãos que virão aqui para os jogos mundiais. De repente, vêm os famosos pigmeus da África pedindo para participar dos jogos, bem como os índios da Etiópia, da Nigéria, do continente africano, aqueles grandões. Até pensamos assim: "vamos convidá-los, mas desde que não sejam os caras do Quênia, porque, senão, vamos perder a corrida para eles". Então, também temos nossos macetes, nossas articulações. Por quê? Porque,

como disse o Senador Romário em seu discurso, o importante para nós não é só ganhar. Nós somos vencedores. O importante é celebrar!

O Brasil vai ter oportunidade, através de uma iniciativa dos índios do Brasil, de organizar um grande evento, que ninguém sabe direito como vai ser. Eu estive, na segunda-feira, na sede da ONU, em função do Dia Internacional dos Povos Indígenas, e me encontrei com...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Registro e agradeço a presença da Srª Cláudia Martins Lélis, Vice-Governadora do Estado de Tocantins, e explico que iniciamos com a palavra do Presidente do ITC.

Após a fala dele, passaremos a palavra à senhora.

O SR. MARCOS TERENA – No dia 9 de agosto é celebrado do Dia Internacional dos Povos Indígenas. Fui, então, por casualidade, a Nova York e me encontrei com o Secretário-Geral da ONU, o Sr. Ban Ki-moon.

É muito importante explicar para o pessoal que não gostamos muito de juiz nos jogos indígenas, mas que, provavelmente, vamos ter que ter juiz para o futebol masculino e o futebol feminino. Mas a maioria das competições dos indígenas não tem juiz, porque um ensinamento que procuramos dar à nossa juventude e à juventude brasileira é que temos que reconhecer quando ganhamos, mas também quando perdemos. Essa é uma tradição indígena que vamos exercitar.

Eu estava explicando isso ao Sr. Ban Ki-moon para que ele pudesse ir, no dia 23 de outubro, a Palmas participar da cerimônia do Fogo Sagrado, que vai ser a grande celebração dos povos na abertura dos jogos.

Esse também é um estudo que nós estamos fazendo para mostrar que os jogos indígenas têm também a sua espiritualidade. Nós vamos acender o Fogo Sagrado um dia antes, num dado local de Palmas.

Todos, inclusive o Prefeito e o Governador, querem saber onde é esse lugar, mas nós não podemos dizer. Apenas no dia a gente vai informar qual será esse lugar. Isso tem a ver com o meio ambiente, tem a ver com a espiritualidade.

Todo o processo de construção dos jogos é feito pelo Comitê Intertribal, através dos seus membros. A equipe do Comitê Intertribal é muito pequena, mas a gente se divide em cinco, dez pessoas para dar conta do recado.

E eu queria salientar também a importância do apoio do Governo Federal.

A Presidente Dilma esteve conosco no lançamento do jogos aqui, no Estádio Mané Garrincha. E foi importante, porque foi ali que ela fez uma menção sobre a base alimentar e a força física dos povos indígenas. Os indígenas brasileiros não treinam, não estão treinando. Os canadenses estão treinando, os panamenhos estão treinando, os nicaraguenses estão treinando, todos estão treinando, menos nós, brasileiros, porque a força física vem da nossa base alimentar. Então, uma das discussões durante os jogos vai ser a soberania alimentar, com o apoio do Ministro Patrus Ananias.

Nós queremos mostrar o porquê de o índio ser forte. Ele não vai ao ginásio, ele não treina todos os dias, mas ele é muito forte e sabe se articular dentro do seu campo de atuação. E esse tipo de exemplo nós queremos também trazer para as Olimpíadas mundiais, mostrando que o importante não é você tão somente ganhar medalhas. A medalha dos povos indígenas é a medalha da vida!

Muitas ONGs reclamam da gente porque a gente não fala da demarcação durante essa discussão, mas a gente quer mostrar que os indígenas são fortes quando eles têm a terra demarcada. Então, com isso, eles têm a tranquilidade de viver no seu território, ficando em paz com os vizinhos e não tendo conflitos. Quando o governo demora para demarcar as terras, acontecem as demandas judiciais, o conflito com os vizinhos, e nós não queremos isso!

Então, o índio que vem para os jogos é o índio sadio, o índio forte, o índio soberano. Não queremos índios chorões, que ficam reclamando. Nós temos que continuar lutando pela demarcação das terras, temos... Lá, por exemplo, nós vamos ter um programa de saúde, vamos ter, também, um programa de base alimentar. Toda a cozinha que será construída pelo Ministério

do Esporte terá o acompanhamento de índios que estudam nutrição na universidade. Então, toda a mão de obra que a gente vai tentar incorporar vai ter...

Muita gente não compreende isso, não entende por que se está trazendo índios para participarem. É porque ele precisa aprender como funciona o mundo do branco, para ele também poder exercitar a sua soberania. *(Pausa.)*

Eu acho que ele não está se sentindo bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS TERENA – Tudo bem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS TERENA – O.k.

Também vamos ter, durante o Jogos Mundiais, o desfile da moda e da beleza indígenas.

Muita gente está perguntando assim: "Mas as mulheres vão andar como as modelos das cidades, os manequins?" Não, não se trata disso! É para demonstrar o valor da mulher indígena como base de toda a nossa sociedade, seja política, seja familiar. É a mulher a base soberana das famílias indígenas.

E, por último, o que eu queria comentar...

Eu queria saber se está no ponto o primeiro vídeo.

Há um vídeo que eu queria mostrar para os Senadores, principalmente... *(Pausa.)*

Onde está o...

Eu não sei quem está no controle.

Mostrem aí, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS TERENA – Esse vídeo de um minuto a gente tem procurado divulgar, porque não tem sentido a gente fazer os Jogos Mundiais, o Ministério investir muitos recursos nesse trabalho, se nós não conseguirmos fazer uma aliança com a sociedade brasileira.

Eu espero que, aqui, com os Senadores... Todas as palavras ditas pelos senhores foram oportunas e foram entusiasmadoras para que continuemos nessa missão, nesse trabalho. Como eu disse, não é um trabalho fácil. É mais fácil surgirem críticas. Mas nós temos um norte, temos uma missão, e não nos deixamos afetar pelas críticas. Estamos acostumados a isso.

Nós somos como aquele centroavante que fica na beira do gol. Nós vamos fazer o gol, mas nós precisamos de um lançador. Nós precisamos de um cara como o Gerson – como eu sou botafoguense, lembro do Gerson – para lançar a bola para que o centroavante faça o gol. Não sei se ainda há centroavantes, mas, no meu tempo, na época em que eu jogava futebol, havia.

Se nós não fizermos essa aliança, não conseguiremos acelerar os produtos indígenas no Congresso Nacional: os direitos, a questão da PEC 215... É uma etapa de luta, que não termina apenas com o protesto. Nós temos que construir isso em uma aliança ampla com o Congresso Nacional, com os Deputados, com os Senadores e, principalmente, com a sociedade, para que esta compreenda que nós não somos obstáculos ao desenvolvimento.

Nos Jogos Mundiais, nós vamos ter também uma feira de produtos agrícolas da família indígena. Então, lá, a comida vem da mandioca. Inclusive, eu queria lembrar isso. Muita gente brincou porque a Presidente fez menção à mandioca. Muita gente ficou brincando com o discurso dela, mas foi um discurso que veio do coração. Ela não estava lendo um papel. Ela lembrou que a base alimentar dos índios são a mandioca e o milho, mas ninguém falou do milho. Ficaram se referindo só à mandioca, que é, de fato, a nossa base alimentar. Da mandioca, a gente faz a farinha, o pão, o beiju e a cachaça, assim como do milho.

Então, nós queremos, com esse grande complexo que são os Jogos Indígenas, demonstrar que nós, como primeiras nações do Brasil, temos o direito de viver e viver bem. Nós temos que mostrar que, quando a gente luta pela demarcação da terra, nós estamos garantindo uma coisa

que vai ser debatida em 2018, aqui, no Brasil, que é a questão da água, a água subterrânea e a água dos rios. E nós temos que estar preparados para isso.

Quem são os donos das minas de água no Brasil? Ninguém debate isso! Então, nós, indígenas, vamos levantar essa questão em 2018.

Há ainda mais um vídeo, que eu gostaria de mostrar, sobre a logo dos jogos.

Há essa marca aqui, feita pela Prefeitura, mas há também essa marca aqui, que nós fizemos. Vamos mostrar agora como foram feitas essas cores, como elas foram desenhadas.

Por favor. *(Pausa.)*

Enquanto estão preparando ali, eu queria aproveitar para salientar que essa peça, assim como o Kali, aquele bonequinho, foi feita pelo meu irmão, o Carlos Terena. Foi desenhada por ele, não por um artista plástico, não por... Então, tudo que a gente puder usar, volto a dizer, da inteligência, da experiência e da capacidade indígena nós vamos usar, para que possamos realmente mostrar que quem faz os jogos são os índios, que quem idealizou os jogos foram os indígenas, que não é um evento nem do Governo Federal, nem do Estadual, nem do Municipal.

Agora está passando aqui.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MARCOS TERENA – Essa é uma das peças que compõem a logo, que acaba resultando nesta, aprovada pelos índios de mais de 30 países, que vai servir para a vida toda. Eu queria dizer também para os Senadores aqui presentes que vai ser um momento histórico para nós indígenas do mundo todo.

No final do evento, vamos lançar aquilo que seria a FIFA dos índios. Vamos criar um conselho mundial internacional indígena para os jogos indígenas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não é a FIFA.

O SR. MARCOS TERENA – Não é a FIFA. É melhor dizer que seria o COI, Comitê Olímpico Internacional, mas dos indígenas, formado pelos indígenas. Lá, vamos decidir também onde vão ser os II Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e de quanto em quanto tempo vamos fazê-lo.

Eu queria, por último mesmo, agradecer a todos por esta oportunidade. Outros atores dos jogos falarão, mas, como indígena brasileiro, como criador, como inventor dessa modalidade, que nunca existiu na história dos povos indígenas do mundo, quero pedir também o apoio dos senhores.

O Senador Romário já se comprometeu a estar lá na abertura. Esperamos que ele participe da cerimônia sagrada também, assim como a Senadora Lídice da Mata, e o Senador Donizeti Nogueira vai estar lá, pois é a terra dele. Eu também gostaria de pedir que seja divulgado no Senado esse tipo de ação afirmativa dos povos indígenas.

Eu ouvi o Senador dizer – acho que foi um erro – que os jogos iriam começar no dia 23, mas, na verdade, os jogos vão começar no dia 20 de outubro. Nessa data, chegam na cidade de Palmas em torno de 2.500 indígenas, metade do exterior, metade do Brasil. Nessa ocasião, esperamos que a cidade de Palmas esteja preparada para receber esses estrangeiros do ponto de vista, estrutural, comercial, hoteleiro e, principalmente, da simpatia do povo.

Senador Romário – eu queria falar disto mais diretamente a V. Exª –, já convidamos um zagueiro, jogando como apoiador dos jogos mundiais, que é o Cafu. Certamente, vamos querer que V. Exª seja o nosso centroavante também nos jogos mundiais.

Na parte artística, temos o apoio, como madrinha, da grande cantora baiana Margareth Menezes. Queríamos trazer o Milton Nascimento, mas ele está meio doente, e o Chico Buarque disse que vai estar na Europa. O Paulo Betti também vai estar com a gente. Gostaríamos de salientar a importância dessas personalidades apoiando a causa indígena, assim como do Carlinhos Brown e, lá do Tocantins, do famoso Genésio, com a sua simplicidade e tal.

É importante dizer que não fazemos acepção das pessoas, mas queremos realmente somar e, naquele dia, fazer uma grande celebração dos povos do mundo no Brasil e lá na cidade de Palmas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Estou acolhendo a sugestão de que a nossa Vice-Governadora fale depois, para que ela possa entrar mais em contato com as falas que estão sendo feitas aqui, já que ela chegou um pouco depois dos convidados.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Srª Presidente, só uma curiosidade: tenho umas duas perguntas para fazer, mas espero todos eles finalizarem para fazer depois?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Se for diretamente a ele, pode fazer.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É para o nosso amigo Marcos Terena. Qual o exato significado do Fogo Sagrado nos jogos indígenas e quando serão as olimpíadas mundiais?

O SR. MARCOS TERENA – A grande força dos povos indígenas, não só do Brasil como do mundo, é a força espiritual. Então, os pajés, como são chamados aqui, no Brasil, da Rússia, da África, da Ásia e do Brasil vão fazer juntos o acendimento do Fogo Sagrado, que é o fogo tradicional do pajé. Nós não usamos o fósforo ou o isqueiro para acender esse fogo.

Ele é feito numa cerimônia um dia antes para ficar aceso e iluminar novos caminhos para os índios e para o mundo. Todo mundo diz que os índios sofrem, mas o mundo está sofrendo também, com a pobreza, com a questão do meio ambiente.

Então, queremos mostrar isso do ponto de vista da cerimônia espiritual indígena, que é uma coisa séria, não é para qualquer pessoa. Isso vai ser feito no dia 22 de outubro, um dia antes, ao pôr do sol. Muita gente perguntou que horas vai ser. Será ao pôr do sol. Mas a que horas? Ao pôr do sol. Quando o sol estiver baixando, se você não estiver lá, você vai perder a cerimônia. Esta é uma orientação do nossos pajés: fazer a cerimônia ao pôr do sol, com todas as pessoas e autoridades que queiram participar. O fogo fica aceso naquele dia.

No dia seguinte, um atleta, aí sim, dos jogos mundiais, junto com os atletas da cidade, leva esse fogo para dentro da arena, para acender a grande pira dos jogos mundiais.

Basicamente, é isso que vai ser feito, mas não seremos nós que faremos, e sim os pajés, que estão nas nossas aldeias já cuidando de nós, abrindo os caminhos para que possamos realmente fazer um evento de consciência e coração.

Qual a outra pergunta?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quando serão as olimpíadas mundiais?

O SR. MARCOS TERENA – Vamos chegar lá no dia 20. Nos dias 21 e 22, teremos o que chamamos de Festival das Culturas Indígenas. No dia 22, como expliquei, vamos estar acendendo o Fogo Sagrado em um ponto da cidade. No dia 23, o fogo sai desse local e entra como parte da cerimônia indígena da abertura dos jogos, que vai ser no dia 23, Dia do Aviador, que é o meu dia também.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, mas estes jogos de outubro já são as olimpíadas ou é o mundial?

O SR. MARCOS TERENA – Sim, já são...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – São as olimpíadas mundiais então. O.k. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Ele está explicando porque ele...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Entendi.

Esse evento que V. Exª está querendo levar para a Bahia...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aí são os jogos nacionais.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Era em relação a isso. Está bem. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aí o Rio de Janeiro não nos vai tomar. (*Risos.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tem meu voto Senadora.

O SR. MARCOS TERENA – Só um minuto, Senadora. Os jogos mundiais – esqueci-me de explicar – são compostos de três grandes modalidades: uma que chamamos de modalidade tradicional de identidade, que só aquele povo faz, como o futebol de cabeça, muito conhecido hoje pela mídia, outra modalidade são os jogos tradicionais de competição, como travessia de rio, natação para homens e mulheres, corrida de 8km, que está sendo organizada junto com a Prefeitura, e também o arco e flecha, para homens e mulheres também, que é o que eu acho que vai ser o grande lance dos jogos, além do futebol de cabeça, porque vão disputar Brasil e Estados Unidos, Brasil e Canadá.

Agora, o grande desafio – por isso os jogos são um exercício muito interessante – é saber que tipo de canoa nós vamos usar, porque há a canoagem também. Os índios do Canadá têm aquelas canoas de couro, e nós temos aquelas da própria madeira da Amazônia, que é mais pesada. Que tipo de flecha que nós vamos usar? A flecha que vai ser usada nos Jogos Olímpicos do Rio ou a flecha que só o brasileiro usa? Então, nós estamos discutindo com os guerreiros de outros países o que nós vamos usar.

Não há uma fórmula exata – eu já disse isto – de como vai ser, mas há uma coordenação, um comando, que vai se transformar nessa comissão internacional a que me referi.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra, então, ao Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas... Da Prefeitura ou do Estado?

O SR. HECTOR FRANCO – Da Prefeitura de Palmas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Da Prefeitura.

Sr. Hector Franco.

O SR. HECTOR FRANCO – Bom dia a todos!

Quero, em nome do Prefeito Carlos Amastha, que será o anfitrião na cidade-sede dos Jogos Mundiais Indígenas, saudar a Senadora Lídice pelo convite para esta audiência pública e também o Senador Romário. Não sei se ele vai lembrar que, no finalzinho de 2014, eu o encontrei num avião – ainda não tinha tomado posse – e lhe entreguei um cartão dos Jogos Mundiais Indígenas. Com o jeito Romário de ser, ele disse: "Maneiro! Maneiro!" Isso culmina neste momento em que estamos reunidos nesta importante audiência.

Saúdo ainda o Senador Donizeti, que representa o nosso Tocantins.

Quero saudar também a Vice-Governadora, Claudia Lélis, e o meu amigo Marcos Terena, líder indígena de renome mundial, com visibilidade, que propõe a visibilidade da causa indígena em todo o mundo.

Quero saudar o Dr. Evandro Garla Pereira, que representa o Ministério do Esporte, a Secretaria Nacional de Educação e Inclusão Social.

Quero saudar também o companheiro Edson Xerente, da etnia xerente, do Estado do Tocantins, que estará presente lá. Nós vamos tentar fazer o possível para eles ganharem o maior número de modalidades por serem o time da casa.

Eu gostaria de saudar também o representante da Funai, Dr. Fernando, e todos os senhores e as senhoras.

Bem, manifestamos aqui a alegria de a capital mais jovem do País, Palmas, com 26 anos, ter sido criada após a fundação do Estado do Tocantins. Uma reivindicação histórica do povo daquele lugar culminou com a criação do Estado após a Constituição cidadã. A Senadora Lídice era presença viva naquele momento, o que nos deixa muito felizes.

Palmas, como cidade-sede, e Tocantins, como um todo, estão muito felizes em sediar a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, um marco que ficará para a história. Daqui a cem anos, quando contarem a história dos Jogos Mundiais Indígenas, nós teremos os primeiros heróis

do esporte indígena, da cultura indígena, que aparecerão na cidade de Palmas. Com isso, teremos um marco histórico, ficaremos marcados na história.

A cidade de Palmas, hoje, é um símbolo do que é o Brasil. Localizada no coração do País, com 300 mil habitantes, é a capital mais jovem, como eu já havia dito. Por isso, necessita de saltos de desenvolvimento para acompanhar o progresso do País, tendo em vista os desafios de um lugar onde nada havia.

Gente de valor para lá foi e fundou, do nada, aquilo que hoje nós entendemos ser, talvez, um novo modelo de sociedade. Através da batuta do Prefeito Carlos Amastha, da sua condução visionária, estamos estabelecendo, de fato, um marco para não repetir os erros do passado que tantas cidades, infelizmente, deixaram que acontecessem na área de mobilidade urbana, na área de convivência, na área de adensamento da cidade, de planejamento. Hoje, nós estamos, através dessa condução do Prefeito Amastha, estabelecendo um novo parâmetro de cidade, um novo parâmetro de sociedade. Evidentemente, estão todos os senhores e as senhoras que não a conhecem convidados a conhecer a nossa cidade no período dos Jogos Mundiais Indígenas.

Então, essa alegria da nossa população hoje já se integra em um evento que reflete, no caso, dentro da visão de por que Palmas se apresentou, se candidatou a sediar os Jogos Mundiais Indígenas, pois é uma candidatura natural.

Palmas, como o Estado do Tocantins, abriga importantes etnias indígenas, como as etnias xerente, krahô, javaé, xambioá, pankararú, krahô-kanela, que representam a força motriz e a força matriz dessa cultura tão impregnada na nossa cidade. Nossa cidade tem suas estações do transporte coletivo com nomes das etnias indígenas. Os grafismos dessas etnias estão impressos nas calçadas da nossa Praça dos Girassóis. Então, quem visitar Palmas vai encontrar esses símbolos todos presentes na nossa cultura, presentes na nossa vida. Esses valores são cultivados, são preservados, e, eu diria, a partir, agora, dos Jogos Mundiais Indígenas, terão presença ainda mais viva nas nossas escolas, nas escolas de tempo integral, que hoje são consideradas as melhores escolas do ensino fundamental em todo o País, do que temos muito orgulho.

É importante também mencionar que sediar os Jogos Mundiais Indígenas é um desafio, e um desafio de enormes proporções, no sentido de que são os primeiros, jogos. Então, estamos, de certa maneira, aprendendo juntos como isso se desenvolve. Apesar de todo o conhecimento, de toda a tecnologia já existente pelas edições anteriores dos jogos nacionais, agora estamos trazendo o mundo para competir e celebrar. E essa é uma aventura que tem sido desenvolvida, acho, de maneira bastante harmônica. A gente sabe que eventos dessa natureza são eventos que provocam discussões, porque todos têm sua maneira de pensar e sua maneira de fazer, mas eu diria que temos, hoje, um processo criativo e de execução bastante harmônico entre os entes que fazem parte da matriz de responsabilidades. E aí a gente destaca o Ministério do Esporte que, de uma maneira muito feliz, de fato, assumiu os Jogos como um evento no nível dos grandes eventos que o Brasil sediou e sedia... Ou seja, estamos tendo, por parte do Ministério do Esporte, o mesmo tratamento desses eventos, o mesmo grau de importância, porque esse é um evento que, de fato, mostra a imagem do Brasil, pois é um evento criado no Brasil, feito por brasileiros, ou seja, com a nossa marca.

Também não podemos deixar de citar o apoio do Governo do Estado do Tocantins. Cumprimento, na pessoa da Vice-Governadora Claudia Lélis, o Governador Marcelo Miranda, enviando a ele o abraço do Prefeito Amastha neste momento em que, deixando qualquer aspecto político de lado, estamos trabalhando, de fato, para o progresso da nossa terra, para o progresso da nossa gente, num evento tão importante... É fundamental os entes públicos trabalharem de maneira concomitante. E, obviamente, o Comitê Intertribal, como idealizador dos Jogos Mundiais, é a nossa referência cultural. É com ele que aprendemos como proporcionar à cidade as instalações e as condições necessárias para abrigar um evento como esse.

Com isso, é importante que a gente mencione também o que Palmas está fazendo para sediar um evento dessa natureza. Nós encaramos, por decisão do Prefeito Carlos Amastha, esse desafio como um dos principais desafios e, principalmente, uma grande oportunidade para a cidade de Palmas. A cidade de Palmas tem potenciais na área turística – tanto na área do turismo

ecológico como no turismo de eventos e no turismo religioso – fantásticos, e essas potencialidades devem aparecer no seu devido direito para todo o Brasil e para todo o mundo. Essa é a grande oportunidade e é por isso que estamos nos preparando para receber, de fato, e proporcionar um grande evento, respondendo ao líder Marcos Terena, que sempre nos impulsiona, sempre nos cobra sobre como vai a preparação da cidade.

Muito bem. A partir do momento em que nós, de fato, recebemos a incumbência de sediar os Jogos Mundiais Indígenas, a primeira coisa em que trabalhamos foi num *master plan*. Ou seja, desde aquele momento, nós tínhamos o entendimento do que queremos fazer e de onde queríamos chegar na preparação da cidade-sede.

Através desse plano *master*, aspectos já integrados com os demais *stakeholders*, com os demais participantes dos Jogos – principalmente o Ministério do Esporte, principalmente, e o Comitê Intertribal –, nós estabelecemos uma relação de alguns projetos que são fundamentais para a realização do evento de caráter internacional.

Em primeiro lugar, o projeto de segurança dos Jogos Mundiais Indígenas, um projeto que está sendo desenvolvido por todos os entes de segurança nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ou seja, já em dez oficinas temáticas, esse plano está em fase final de elaboração, para que nós tenhamos todos os aspectos relativos à segurança contemplados, da segurança das delegações, pois, afinal de contas, além de indígenas, são atletas – então, contemplam-se todas as questões dessa natureza, – à segurança dos turistas e da população. Não adianta nada cercarmos somente o evento de todos cuidados relativos à segurança, pois a cidade vai continuar viva, as pessoas vão continuar trabalhando e estudando. Então, também temos que cuidar da cidade enquanto ela abriga o evento e desenvolve-se o trabalho dos Jogos Mundiais Indígenas.

Eu preciso mencionar que esse projeto tem o apoio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça. É importante que seja mencionado que é um trabalho integrado, e nós temos, de fato, um projeto com uma central de monitoramento de segurança onde todas essas forças estão trabalhando em conjunto e irão proporcionar a devida segurança para a cidade durante a realização dos jogos.

Na área de saúde, da mesma forma, estão integradas as estruturas de saúde do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas. Também já estão bem adiantados com o plano de saúde do Município, que prevê o cuidado da saúde dos atletas da saúde do público e da própria cidade como um todo, em vários aspectos: vigilância sanitária, alimentação, cuidado com a área de gastronomia da cidade, com a área de hotelaria. Tudo isso está sendo preparado para que possamos antecipar qualquer eventual situação e tenhamos a resposta pronta para cada uma dessas situações.

Da mesma forma, há o projeto de mobilidade. Palmas é uma cidade que hoje já tem projetos aprovados no sentido de ter uma das soluções de mobilidade urbana mais avançadas do mundo, e nós teremos um ensaio importante disso, durante os jogos mundiais, através de um projeto mobilidade, para que as pessoas, não só os turistas e aqueles que estão participando dos Jogos, mas também a cidade, de maneira geral, possam se locomover utilizando transporte alternativos. Inclusive, teremos, nas rotas hoteleiras, ônibus de tração elétrica, o que também é uma inovação no que diz respeito à questão ambiental e nos deixa muito felizes.

Obviamente, há todo um projeto, em conjunto com o Ministério do Turismo, de aprimoramento do nosso *trade* turístico na área de hotelaria. Nós também temos parcerias com organizações que hoje proporcionam o intercâmbio de residências. Então, nós estaremos prontos para, na área de turismo, hotelaria e gastronomia, receber o mundo em Palmas.

E é claro que a cidade se preocupa em criar um clima entre a nossa população, para que sejam vivenciados os jogos e para que as pessoas se apaixonem pelos Jogos Mundiais Indígenas. Esse processo vem acontecendo através de campanhas na televisão, no rádio e na internet, de ações promocionais nas redes sociais, e no *site* dos Jogos Mundiais Indígenas da cidade-sede, que já está no ar há um bom tempo. Nós também temos participação, nos eventos, do mascote criado pelo Comitê Intertribal, o Kali, que apareceu naquela animação, e da sua amiga Tory, uma menina indígena cujo nome significa, na língua guarani, alegria. Então, nós temos a participação desses

Mascotes em eventos na cidade, nas escolas, e, em eventos locais, com *trade* empresarial, de maneira que os Jogos façam parte da vida desde já. Isso tem proporcionado um envolvimento muito importante da população.

É importante também que nós mencionemos as obras de infraestrutura da Vila dos Jogos Mundiais, uma obra de 120 mil metros quadrados, com toda a infraestrutura de água e esgoto, energia, fibra ótica, com a urbanização de todos os aspectos da vila e a recuperação do Estádio Nilton Santos, projeto este em parceria com o Governo do Estado.

Então, todas essas obras já estão em processo de finalização, para que as estruturas ali concebidas, com ambientação indígena, desde a grande arena até a Oca da Sabedoria, a Oca Digital, possam ocupar esses espaços já destinados.

Nós já estamos bastante adiantados, dentro dos prazos, e com obras que respeitarão...

(Soa a campanha.)

O SR. HECTOR FRANCO – ... também toda a questão ambiental, retirando o mínimo possível de arborização, respeitando todos esses aspectos que fazem com que os jogos indígenas tenham essa característica respeitada.

Por fim, além do legado físico dessas obras que, futuramente, irão abrigar a Vila Olímpica de Palmas e das de mobilidade, de segurança e de saúde, fica o legado moral. Nós sabemos, a população de Palmas sabe que pode realizar um grande evento como esse. Uma cidade com 26 anos pode abrigar, tem condições de abrigar e criar, junto com os demais participantes, um evento de classe internacional.

É por isso que nós temos esse orgulho e queremos, desde já, em nome do Prefeito Carlos Amastha, convidar todos os senhores para estarem conosco em Palmas em outubro para, todos juntos, vivermos aquilo que, hoje, nós temos como *slogan* da cidade-sede: "somos todos indígenas".

Muito obrigado, Senadora, e um bom dia a todos. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Agora, temos uma imagem, uma visão daquilo que a infraestrutura da cidade está preparando. A própria Secretaria foi criada para esse fim.

Vamos passar a palavra, então, à representação do Ministério do Esporte, um dos grandes responsáveis também pela realização dos jogos. *(Pausa.)*

V. Sª quer exibir um vídeo?

Então, como S. Sª sugeriu que fosse exibido um vídeo, nós vamos, primeiramente, exibir esse vídeo e, depois, passar a palavra ao Sr. Evandro.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço pela apresentação desse filmezinho, que serve para confirmar e consolidar a fala do representante do governo municipal.

Muito sucesso nessa infraestrutura.

Evandro Garla Pereira, representando o Secretário Nacional do Ministério do Esporte.

O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata, pelo convite para esta audiência pública. Estar aqui, tanto para nós como para o Ministro George Hilton, é uma grande responsabilidade desde que ele assumiu o Ministério.

Quero cumprimentar todos da Mesa e, na pessoa do nosso Marcos Terena, cumprimentar todos os parceiros presentes.

Tentarei ser bem breve, até mesmo para ouvir os demais amigos que estão aqui na Mesa.

Quando o Ministro George Hilton assumiu o Ministério, nas primeiras reuniões, foi apresentado o trabalho que deveria ser realizado para desenvolver os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas este ano. Sabemos que isso começou na gestão passada, na época do Ministro Aldo Rebelo, e já havia esse desenho e inúmeras ações e parcerias com o Município de Palmas e

também com o Estado de Tocantins e o ITC. E o próprio Ministro – como podemos ver nas fotos e no vídeo que o Hector trouxe – está empenhado nisso. Ele foi aos Estados Unidos, à ONU, para mostrar que, de fato, o Ministério do Esporte, o Estado brasileiro está, sim, trabalhando, em conjunto com todas essas ações.

Do comitê gestor fazem parte a Prefeitura de Palmas, o Estado do Tocantins, o ITC, o Ministério do Esporte e também o PNUD. E isso tem se mostrado um grande desafio para todos nós.

Não é à toa que, em diversas reuniões com o Ministério, com a Casa Civil, esse já foi considerado um grande evento, semelhante às Olimpíadas e à Copa.

Então, hoje, neste exato momento, está havendo uma das diversas reuniões, como as que têm havido desde o início do ano, para tratar de diversos assuntos. O próprio Hector Franco salientou a parte de segurança, mas não há somente esta parte. Há também a alimentação, hotelaria, que está sendo conversada com os demais ministérios, a recepção junto à Infraero, para receptionar bem os nossos convidados indígenas que estarão vindo dos demais países.

Também, o trabalho que o Ministério dos Transportes vem desenvolvendo junto à comunidade indígena não diz respeito somente aos jogos mundiais. Como o próprio Marcos Terena comentou, desde 1996, temos os jogos nacionais. Já se passaram 12 edições, sempre com o apoio do Ministério do Esporte.

O próprio Ministério tem inúmeras ações desenvolvidas para a comunidade indígena. Não é à toa que temos hoje, por exemplo, um programa, Esporte e Lazer na Cidade, que é exclusivo para as comunidades tradicionais. Temos também, hoje, o programa Segundo Tempo, que está sendo desenvolvido, lá em Manaus, como uma experiência para expandirmos as políticas públicas da área esportiva para os povos indígenas.

Para que todos tenham uma ideia, Senadora e Senadores, em abril agora, tivemos, lá em Cuiabá, o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. Nesse fórum, que durou três dias, houve conversas e debates sobre as inúmeras ações e políticas públicas que estarão sendo desenvolvidas para a comunidade indígena.

Então, o próprio Ministro George Hilton está empenhado nos jogos, mas principalmente em fomentar o esporte nos povos indígenas

Gostaria de agradecer à nossa parceria, que está aqui hoje com o Hector Franco, juntamente com o Marcos Terena, com a nossa Vice-Governadora e também com o PNUD. Também estamos à disposição; o Ministério está encampado. Não vou relatar novamente todas as ações aqui implementadas, que já foram aqui ditas, mas o Ministério está de frente, junto, pronto, para fazer com que estes jogos sejam os melhores de todos os tempos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço a fala e a contribuição do senhor.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero ressaltar que esta audiência está sendo realizada em caráter interativo e pode ser acompanhada através do Portal e-Cidadania no www.senado.gov.br. Já temos aqui uma pergunta vinda desse canal de participação popular.

Vamos adiante.

Concedo a palavra ao nosso atleta Edson da Silva Xerente.

O SR. EDSON DA SILVA GOMES XERENTE – Bom dia a todos. Meu nome é Edson Xerente. Sou da etnia xerente. Hoje, estou representando não só a minha etnia, mas todos os nossos atletas brasileiros atuais.

A minha fala diz respeito aos jogos mundiais, que estão sendo muito importantes. A gente só tem a agradecer o apoio que os poderes políticos têm dado e vão dar aos povos indígenas.

Estamos nos preparando para representar o nosso País da melhor forma possível. Já tivemos a Copa do Mundo, que representou o nosso País. Hoje, o Brasil está tendo essa oportunidade de mostrar tanto o futebol quanto os esportes tradicionais.

Então, temos essa dificuldade na questão da fala. Quero que me desculpem com relação a minha fala, mas vários vão ter de me entender.

Então, sou de Palmas, Tocantins.

Já estamos nos organizando para receber pessoas de vários países. Esperamos representar o Brasil da melhor forma possível, em várias modalidades. Para nós, é muito importante esse evento de integração, que é o mundial.

Eu creio que todos aqui já falaram o que eu gostaria de falar, e nós, indígenas, só temos que agradecer o que vai acontecer em nosso País, que são esse jogos mundiais. Convidamos todos para prestigiar esse grande evento.

Era essa a minha fala. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada. Para nós é uma satisfação e uma honra ter uma representação dos atletas indígenas entre nós.

Passo a palavra, então, ao Fernando de Luiz.

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – Eu não sei se eu poderia fazer uso daquele microfone para ficar mais confortável.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, pois não.

O Sr. Fernando de Luiz é representante da Funai, e tem a palavra por 15 minutos.

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Bom dia aos Senadores componentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e demais componentes da Mesa.

Inicialmente, eu queria trazer um agradecimento, em nome do Presidente da Funai, João Pedro Gonçalves da Costa, pelo convite para que a Funai estivesse representada nesta audiência pública que debate este evento tão significativo, que são os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O agradecimento traz contido em si, primeiro, o reconhecimento de que, na verdade, nem haveria motivo, do ponto de vista estritamente formal, para que a Funai estivesse aqui representada, na medida em que, como já foi abordado pelos demais oradores, os jogos mundiais são, em primeiro lugar, o desdobramento de uma série histórica de jogos dos povos indígenas, que começaram em 1996, tiveram sua décima segunda edição em 2013, na cidade de Cuiabá, e que são fruto da idealização e do trabalho muito duro, ao longo de décadas, de Marcos Terena, aqui representado por seu irmão, Carlos Terena. É uma iniciativa propriamente indígena, como já dito, acolhida pelo Governo Federal e por parceiros na esfera estadual e municipal. Cada uma de suas edições contou com parceiros das esferas de governo federal, estadual e municipal.

Os jogos mundiais chegam, então, como o desdobramento da iniciativa de Marcos Terena e Carlos Terena. O Comitê Intertribal, que tem a sigla de ITC – já foi mencionado aqui –, é o proponente dessa ideia. Apresentou-a ao Ministério do Esporte, o Ministério do Esporte fez seus esforços e selecionou a cidade-sede. Palmas foi escolhida como cidade-sede. Nesse sentido, trabalhou-se na constituição de um vasto leque de parcerias, no estabelecimento de uma matriz de responsabilidades, em que estão representados o ITC, o Ministério do Esporte, o Governo do Estado do Tocantins e a Prefeitura de Palmas.

Evidentemente, a Funai, como órgão responsável pela coordenação e articulação das políticas públicas voltadas para os povos indígenas, tem sido chamada, no âmbito interno do Governo Federal, nas reuniões a que o Secretário Evandro fez referência há pouco, junto com vários outros órgãos do Governo Federal, dada a complexidade, o tamanho e a magnitude do evento. Inclusive o Ministério das Relações Exteriores, aqui representado também – estou reconhecendo alguém, que não está me ouvindo, mas está aqui presente –, e vários outros ministérios têm sido chamados pela Casa Civil para, juntos, darmos a nossa contribuição. E a Funai tem procurado acompanhar e dar a sua contribuição no que for necessário, possível e estiver ao seu alcance.

Eu gostaria de destacar, em breves pinceladas do ponto de vista histórico e antropológico, o significado desses jogos.

Deve estar claro para todo mundo, mas, pelo que foi falado aqui, eu só queria, na verdade, destrinchar coisas que já apareceram na fala de todos.

Mas quero dizer que esses jogos estão idealizados pelos indígenas – na figura do Marcos, do Carlos e tal – e que eles partem de dois pilares básicos. Um deles é o reconhecimento de que os diversos povos indígenas – inicialmente, vamos falar dos brasileiros, mas, justamente, nós estamos passando agora para a etapa em que a coisa se expande para o plano mundial – que vivem no Brasil, segundo seu próprio desenvolvimento histórico e cultural, têm práticas muito semelhantes ao que nós modernamente denominamos de esporte.

Então, a gente pode citar, e já foram citados aqui, os jogos de bola, especialmente o que o Marcos chamou de "futebol de cabeça", lá dos povos do oeste de Mato Grosso e de Rondônia, os parecis e os enawenê-nawês. Realmente, é um jogo que visualmente é muito impactante, porque jogam a bola só com a cabeça, dão mergulhos no chão, cabeceiam e levantam a bola com uma habilidade incrível.

Há as corridas de tora, que vários povos de língua jê, incluindo os xerentes, sempre praticaram. É uma tradição dos povos de língua jê – xerentes, xavantes, krahôs, os povos timbira, todos ali do centro do Brasil.

Há as lutas corporais, como é o caso da luta huka-huka, lá do Alto Xingu, que é muito destacada. Há pouco tempo, eu estava até vendo pela internet que o lutador de MMA, o Anderson Silva, foi lá para o Parque do Xingu aprender um pouco, trocar com os indígenas, conhecer a luta huka-huka na prática e trocar conhecimento com sua prática de jiu-jitsu.

Enfim, são várias as chamadas práticas esportivas, muito embora nós saibamos também – e já foi falado aqui – que o componente tão forte de competição que há nas práticas ocidentais, chamadas de esportes, não está tão presentes nessas práticas indígenas. A dimensão de superar o adversário, do recorde, de procurar sempre a vitória a qualquer custo, não é tanto o significado central dessas práticas indígenas. Mas, enfim, são práticas assemelhadas ao que nós chamamos de esporte. Esse é um dos pilares dos jogos indígenas.

Eu havia até pensado em mencionar, se houvesse tempo, a existência desses jogos indígenas nos registros históricos e antropológicos. Sobre os jogos de bola, por exemplo, acabei de falar dos jogos de cabeça dos enawenê e dos parecis. Mas a verdade é que, ao longo da América, do continente americano inteiro, desde a América do Sul, América Central e América do Norte, há registros de jogos com bola. E o fato de existirem esses jogos e de, logo no começo da colonização do continente americano, alguns indígenas terem sido levados para a Europa para demonstrar essas práticas, isso fez com que algumas pessoas até avertissem a hipótese de que os jogos com bola ocidentais – o futebol é o mais famoso e difundido – teriam no fundo uma origem indígena.

Na verdade, é difícil fazer essa afirmação pelo mero fato de existirem os jogos indígenas, de indígenas no começo do processo colonial terem ido à Europa demonstrar esses jogos lá pelo começo do século XVI. É muito difícil afirmar, só por conta disso, que eles sejam os ancestrais, estejam numa espécie de árvore genealógica do nosso futebol, do futebol que todos conhecemos e que está difundido em todo o mundo, até porque registros como esses também ocorrem em outras partes do mundo – na China antiga, no Japão, etc. e tal.

O mais provável é que o futebol que, como todos sabemos, foi codificado na Inglaterra no final do século XIX, tenha tido um desenvolvimento ali na Europa mesmo, a partir da sua própria evolução de jogos medievais europeus, etc. e tal.

De todo modo, o que estou querendo destacar aqui a existência de jogos próprios dos indígenas, e, aí, o segundo pilar dos jogos, que é o reconhecimento de que o processo de contato dos povos indígenas brasileiros com a sociedade envolvente é um fato muito marcante.

Eu tive até oportunidade, independentemente do meu trabalho na Funai e antes de eu trabalhar na Funai, de fazer o meu trabalho de pesquisa na universidade sobre a relação de um povo específico, os xavantes de Mato Grosso, com o futebol. E, ao fazer esse estudo, tive que ler dentre outras coisas, e o fato é que, reconhecidamente, o futebol entrou, assim, em diversos povos ao longo do País todo, de maneira muito forte. E cada caso há de ter sua história específica.

No caso dos xavantes, o que eu pude recolher e estudar é que os missionários salesianos tiveram um papel importante ali na introdução, e a gente sabe que, em outros lugares, os próprios

funcionários do antigo Serviço de Proteção ao Índio, que é o órgão indigenista que antecedeu a Funai, também tiveram um papel.

Depois, quando o contato com a sociedade envolvente se fez mais rotineiro, veio a questão de sair para as cidades, o contato com a população regional. Começaram a participar de campeonatos nas cidades, com a presença do rádio e da televisão. E o fato é que o futebol é enormemente bem aceito nas populações indígenas, em muitas delas, tanto que tem um papel de destaque nesse evento que estamos hoje comentando aqui, os jogos mundiais.

Queria destacar um pouco mais, apesar de já tê-lo feito, o papel importante – fundamental, na verdade – dos idealizadores desses jogos, o Marcos e o Carlos. É preciso reconhecer que, embora o Marcos, talvez até por questão de modéstia, na sua fala não tenha destacado isso, a própria trajetória pessoal do Marcos é muito significativa e importante para a gente entender como é que se chega nessa série de 12 jogos nacionais, e agora conseguindo dar esse pulo para esses jogos mundiais. O Marcos falou rapidamente aqui, e já o ouvi várias vezes mencionando isso, já vi textos que se referem a essa época, sobre o fato de que, na sua juventude, alguns estudantes indígenas se reuniam em torno do futebol na cidade, e através do futebol se gerava aquele ambiente de estarem juntos para discutir outras questões. Acho que o esporte, na própria trajetória do Marcos, sempre teve esse papel de catalisador, de juntar os indígenas, e também, ao mesmo tempo, de conseguir que os indígenas coloquem a sua voz para a sociedade mais envolvente, a sociedade brasileira e mundial, como está sendo o caso agora.

Lembro também que o Marcos tem essa trajetória também com esse trânsito muito grande nas organizações internacionais, junto à ONU, nos debates sobre as questões indígenas internacionais na ONU, em outras organizações ligadas ao sistema ONU. E, através disso, o Marcos conseguiu tecer essa rede de conhecimentos que permitiu que ele chegasse agora a ter esses parceiros que estão vindo de diversas partes do Brasil, usando, novamente, o esporte, a linguagem esportiva, os jogos, para fazer uma grande celebração, uma grande reunião, que a gente sabe que abarca uma perspectiva muito maior do que meramente a realização de jogos e práticas esportivas. Isso está no centro, mas o mero fato de se reunirem indígenas de tantas partes diferentes do mundo e também diferentes indígenas do Brasil gera um potencial de debate, de troca de ideias muito positivo.

Então, já para ir chegando ao fim da minha fala, quero dizer que também, como já foi mencionado aqui, estão previstos dois eventos paralelos aos jogos, um deles uma feira de produtos tradicionais indígenas, capitaneada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Embrapa e a Funai. Foi lançada uma chamada para 15 iniciativas indígenas de produção de alimentos e de bebidas. Aqui é bem concentrado em agricultura mesmo: alimentos e bebidas produzidos pelos indígenas serão expostos nessa feira, que ocorrerá em paralelo aos jogos propriamente ditos. Também haverá uma feira de artesanato, nesse caso, capitaneada pelo Sebrae, se não estou enganado, fora outros espaços, como acabei de dizer – espaços de debates, de encontros, que serão propiciados pela própria realização dos jogos.

Acho que posso encerrar aqui, destacando, mais uma vez, o papel da Funai de colaboração nesse processo junto ao Ministério do Esporte. Naquilo que for necessário e possível, estamos juntos nas reuniões que estão sendo chamadas pela Casa Civil. Destaco ainda que a Funai, neste ano, está também envolvida com um evento de grande magnitude de outra ordem, mas que, para nós, é muito importante, que é a realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

Já houve diversas etapas locais. Agora nós estamos entrando no momento de realizar as etapas regionais. Inclusive, na quinta-feira, viajarei para Santarém, onde haverá a segunda etapa regional.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – Para finalizar, quero reforçar um pouco as palavras do Evandro no sentido de que o Ministério do Esporte tem-se empenhado na construção de políticas públicas de esporte e lazer que abarquem também os povos indígenas. Nesse sentido,

também temos estado em articulação e em debate com a equipe do Ministério do Esporte. Estivemos presentes no fórum de Cuiabá, em que isso começou a ganhar uma dimensão interessante.

E a Funai, como órgão que trata das questões indígenas mais gerais e tem o papel de articular e coordenar políticas públicas voltadas para os povos indígenas, considera um grande avanço o passo que o Ministério do Esporte tem dado no sentido de direcionar suas políticas também para os povos indígenas. Estamos trabalhando em parceria com o Ministério para que isso se torne realidade e que, em algum momento, consigamos juntar essas políticas de caráter mais estruturante e permanente nas diversas áreas indígenas com eventos dessa natureza, como são os jogos. Seria interessante constituirmos uma ligação entre essas duas dimensões, o que seria muito importante para apoiar os povos indígenas no seu direito ao esporte. É o esporte visto como direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradecemos muito a participação da Funai.

Finalmente, passamos a palavra à Srª Claudia Martins Lélis, Vice-Governadora do Estado do Tocantins.

A SRª CLAUDIA MARTINS LÉLIS – Muito bom dia a todos.

Quero saudar a Presidente eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ex^{ma} Srª Senadora Lídice da Mata; saudar, de maneira especial, o Senador do meu Estado, Donizeti Nogueira; cumprimentar o Secretário Nacional do Ministério do Esporte, Evandro Pereira; cumprimentar o Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, Hector Franco; saudar o representante dos atletas indígenas, da etnia xerente, de Tocantínia, no meu Estado do Tocantins, o Sr. Edson da Silva; o Presidente do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, meu amigo pessoal, por quem tenho grande admiração, Marcos Terena; cumprimentar o assessor da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, Sr. Fernando; cumprimentar todos os presentes, em nome da minha amiga particular, servidora desta Casa de leis, Cristina Nasser; e meu companheiro também, que muito tem contribuído para a realização desses Jogos Mundiais Indígenas, Luiz Lobo, do PNUD.

Senhoras e senhores aqui presentes, em primeiro lugar, eu quero me desculpar com a Presidente, Senadora Lídice da Mata, pelo meu atraso. Devido à manifestação que acontece hoje, o trânsito realmente estava bem pesado, e ainda nos deparamos com um acidente, o que me fez chegar atrasada. Portanto, gostaria de me desculpar pelo atraso e de agradecer imensamente pelo convite para participar desta audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutirmos a realização dos primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

O Marcos Terena comentava comigo que cada um tem quinze minutos de fala. Eu disse a ele que só precisaria de cinco minutos. Ele brincou comigo: "Só?", e eu disse: "Sim, só". Na verdade, a minha fala é pautada hoje na essência do que entendo serem esses Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, da sua verdadeira importância: seus principais atores, que são os povos indígenas, o índio.

Sabemos da importância desse evento como evento desportivo, com grande potencial de atração turística, meu Secretário Hector Franco, mas eu gosto sempre de ressaltar que esses jogos que acontecem no Tocantins, em 71 dias, significam para nós, tocantinenses, e para o País muito mais do que isso.

É um momento em que um Estado que abriga nove etnias indígenas se abre para receber indígenas de 24 etnias brasileiras e de 22 países já confirmados – não é isso, Marcos, 22 países?

Então, é um momento, na verdade, muito importante. É uma grande oportunidade do resgate da autoestima, da integração e da troca de experiências das diversas comunidades indígenas.

Por isso, apesar de toda essa crise financeira por que atravessa o Brasil – e o Tocantins não está de fora, muito pelo contrário –, o Governo do Estado está comprometido em cumprir a sua parte na matriz de responsabilidade que foi assinada entre o Governo Federal e o Governo do

Estado em maio deste ano. E, falando um pouco dessa matriz, ela diz respeito à responsabilidade do Estado e garante a segurança das autoridades indígenas, dos turistas, enfim, do público em geral, durante os Jogos Mundiais Indígenas; garante a adequação do Estádio Nilton Santos, onde acontecerão as partidas de futebol, e contribui, dá todo apoio ao Comitê Intertribal, o que já vem acontecendo desde o início do ano, além da contribuição na agenda de convergência, que está sendo construída a muitas mãos, que garante a defesa dos direitos humanos durante a realização dos jogos.

O modelo dessa agenda de convergência é o modelo que foi implantado pelo Governo Federal na realização da Copa do Mundo, em 2014, que garantiu os direitos das nossas crianças e adolescentes. Esse mesmo modelo será implantado em Palmas, tendo a união de 21 instituições, que irão garantir a total proteção e defesa desses menores. Essa assinatura do termo de cooperação vai acontecer segunda-feira agora próxima, em Palmas, pelo Ministro-Chefe da Secretaria dos Direitos Humanos, Pepe Vargas, pelo Governador Marcelo Miranda e pelo Prefeito de Palmas, Carlos Amastha.

O Governo do Estado está empenhado e comprometido totalmente em cumprir todas as etapas da nossa matriz de responsabilidade e dar todo apoio a essa agenda de convergência. Eu tenho convicção, meu amigo Marcos Terena, que, trabalhando juntos e unidos, os Jogos Mundiais Indígenas serão um sucesso e um orgulho não só para o Tocantins, mas para todo o povo brasileiro.

Conforme eu já venho conversando com você desde o início do ano, quando você logo me procurou para podermos trabalhar juntos na realização dos Jogos Mundiais Indígenas, eu costumo dizer que a palavra de ordem do momento é a parceria, e é isso que eu defendo aqui agora e venho defendendo desde o início do ano. Com a parceria e a união de todos, juntos, não tenho dúvida alguma de que vamos realizar os Jogos Mundiais Indígenas da melhor forma possível e com todo o sucesso que esse evento merece.

Para finalizar minhas palavras, quero ressaltar aqui que precisamos urgentemente valorizar nossos indígenas como cidadãos de primeira linha, que têm todo o direito de acesso à educação, ao esporte, à saúde, às novas tecnologias, sem que isso necessariamente represente um processo de aculturação, o que vem acontecendo fortemente, infelizmente, nas aldeias dos povos indígenas não só do Tocantins, mas do Brasil e do mundo.

Então, é um tema de grande relevância, e nós temos que nos dar as mãos para tentar resolver esse problema que vem assombrando as aldeias indígenas. É preciso, juntos, encontrarmos o caminho do reconhecimento amplo e do fortalecimento da cultura indígena em nosso País. O Governo do Estado de Tocantins, o nosso Governador Marcelo Miranda, tem esse compromisso com os povos indígenas.

Muito obrigada.

Essa é a minha mensagem. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço a participação do Governo do Tocantins, da Prefeitura de Palmas e de todos os outros representantes de instituições que estão nesta Mesa, especialmente o Marcos Terena.

Vamos passar a palavra aos Srs. Senadores.

Antes, porém, quero ler a pergunta encaminhada, através da participação interativa do cidadão, nesta audiência pública, por meio do e-cidadania#participaçãopopular.

Bom dia. Gostaria de saber se está acontecendo na organização dos Jogos Mundiais Indígenas diálogos com a sociedade civil organizada, indígenas e os que trabalham com povos indígenas (indigenista). Caso esteja, como esse diálogo está acontecendo?

Eu não sei se essa pergunta já não foi, na prática, respondida pelos depoimentos dos representantes da Funai, do Ministério do Esporte, mas, se algum dos senhores quiser

especialmente tratar desse assunto, pode fazê-lo após a fala dos Srs. Senadores, antes de encerrarmos a presente audiência.

Passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – No Tocantins, já tivemos duas edições de jogos. Participei muito ativamente, presente em quase todo momento, da primeira edição dos jogos indígenas que aconteceu no nosso Estado.

Mas o companheiro da Funai falou uma palavra mágica. Meu primeiro contato com os povos indígenas foi na minha cidade, em Minas, quando eu era criança, e os xavantes passaram por lá jogando futebol. Aquilo foi, na cidade, motivo de muita mobilização, de muita desconfiança e até de medo, porque a história e a vida, naquele momento, na sociedade brasileira, ainda pregava muito preconceito, que ainda existe hoje, e muito medo dos povos indígenas. E eu fiquei muito encantado com aquele povo forte, jogando futebol – corriam que só! – numa partida contra um time da cidade, que, por sinal, terminou por 2x1, com a vitória dos xavantes – lembro até hoje.

Mas estou no Estado do Tocantins e tenho convivido, ao longo dos anos, com o dilema e os problemas dos povos indígenas. Tenho encontrado e tenho visto o Marcos Terena desde muito nessa luta. O Marcos é um indígena que veio para a sociedade branca, estudou, trabalhou, voltou a botar o pé no meio do seu povo e defende permanentemente o seu povo. E, agora, faz essa luta transcender a nível mundial com esses jogos. Então, isso é muito importante.

Minha preocupação hoje é que os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em Palmas não sirvam apenas como uma peça publicitária para o nosso Estado, para nossa capital, mas que deixem, de fato, um legado importante. O Tocantins tem, de muito, desde o governo Moisés Avelino, um trabalho de tentar uma educação diferenciada, preparando os próprios indígenas para serem professores nas aldeias. Penso que isso avançou ainda muito pouco, mas agora é o momento que acho que, além da festa, que vai ser linda, não tenho dúvida... Temos à frente do evento, lá no Estado, um grande realizador de eventos e outra grande realizadora de eventos, que são a Claudia Lélis e o Prefeito Carlos Amastha. Claudia, durante muito tempo, dominou os eventos naquela cidade, e nosso Prefeito é muito bom nisso. E é importante reconhecer que os jogos indígenas ganharam a dimensão que estão ganhando porque a visão do Carlos Amastha é bastante ampliada, e ele aproveitou essa oportunidade.

Mas há essa indagação. Objetivamente, lá na cidade, ficarão algumas coisas que vão servir para o nosso povo, mas, quanto à infraestrutura, o que estamos pensando que pode ajudar a potencializar os jogos indígenas no nosso Estado em decorrência dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas?

O que vai ficar que possa potencializar o esporte dos povos indígenas, no nosso Estado, de infraestrutura, nesse sentido? Para que não possamos passar pelo jogos e depois voltar às mesmas coisas?

E a dificuldade da prática dos esportes dos jogos tradicionais dos povos indígenas, como bem buscou ressaltar, também, o Fernando de Luiz Brito, da Funai e como já havia sido colocado pelo Marcos Terena, é importante nós termos essa preocupação.

O Hector, representando aqui o nosso Prefeito, a Vice-Governadora Cláudia Lélis, representando o nosso Governador, que a gente deixe um legado que vá além: que a gente possa melhorar a educação, o serviço de saúde, mas também que a gente oportunize, criando espaço, desenvolvendo espaço para a prática dos jogos indígenas, nas aldeias, facilitando isso. Não é muito fácil. A vida lá na aldeia é difícil, a gente tem vivido.

Eu visitei todas as aldeias xerentes, Edson, em 1990. Em 1990, eu fui candidato a Deputado Estadual, e tinha um amigo, o Agenor, lá de Tocantínia, que falou: “Quero levar você para conversar com todas as aldeias”. Eu visitei todas as aldeias xerentes. E eu fiz um negócio meio maluco, porque peguei um grupo de mamulengueiros que foi comigo para as aldeias, e era uma festa para as crianças. Mas eu não sei se entendia bem o que falava o mamulengueiro. O camarada que é internacional nisso, o Chico Simões – você provavelmente o conhece – fez essa aventura comigo. Foi um negócio fantástico.

Então, eu estou otimista. Eu sei que vai ser um sucesso a realização dos jogos. A minha preocupação, Senadora Lídice da Mata, e Senador Telmário, que está aqui, é o depois: o que nós, autoridades políticas, podemos fazer lá no nosso Estado, para dar consequência a uma série de demandas que estão sendo colocadas e que certamente serão colocadas. Eu conheço e acompanho a militância do Marcos. Ele não está, certamente, realizando os jogos só para fazer uma festa. Está muito claro isso para nós, e nós queremos nos colocar à disposição, naquilo que as nossas parcas possibilidades de apoiar possam contribuir.

Mas eu estou muito seguro de que nós vamos ter um grande evento e que trará, certamente, resultados muito positivos para os povos indígenas do Brasil e do mundo, em especial lá para o nosso Estado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidenta Lídice, primeiro, quero pedir desculpas por ter chegado um pouco atrasado nesta Comissão, e V. Exª me convidou muito cedo: “Olha, vamos embora que teremos os jogos indígenas”.

Mas eu tinha uns cinco requerimentos, lá na Comissão de Direitos Humanos, exatamente um com relação aos povos indígenas. Estou pedindo diligência, no Mato Grosso do Sul e na Bahia, onde há uma zona de atrito muito grande. Recentemente, fizemos uma audiência pública sobre a quantidade de violência contra os povos indígenas, onde, na Bahia, nem a Funai, Fernando, entra. Nem a Funai está entrando.

Então, nós vamos fazer uma diligência. O Senado vai à terra da Senadora Lídice da Mata, que vai estar também conosco. Eu morei lá 14 anos, e tenho a Bahia como a minha terra, que amo muito; conheço o povo baiano. Então, é preciso buscar ali um encontro de pacificação. O baiano trata bem os outros – imagina os próprios indígenas. Não tenho nenhuma dúvida de que vai ser maravilhoso.

Mas eu queria aqui, primeiro, saudar a todos, cumprimentar o Fernando, o Edson, o Evandro, a Presidenta, o Hector, o Marcos e a Cláudia. A Cláudia eu tive a oportunidade de vê-la, um dia desses, ali na Presidência. Não é Cláudia? Estava tendo um evento e parece que você estava lá. E o Senador Donizeti.

Eu vejo, com muito alegria, esse primeiro encontro – digamos assim – internacional. O Brasil se deu bem na Copa do Mundo, mostrou capacidade, eficiência em promover este tipo de evento.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, somado o esforço da Federação, o esforço do Governo do Estado, da prefeitura, vai ser um evento fantástico, mas eu trago aqui uma ligeira reflexão. Vocês veem que essa convivência entre brancos e índios há mais de 500 anos é um pouco nefasta principalmente aos povos originários, e aí falo com muita propriedade porque nasci dentro de uma comunidade indígena: minha bisavó era índia pura; eu sou da etnia dos macuxis, e minha avó nem português falava.

Roraima avançou muito. Foi o Estado que demarcou muita terra e avançou bastante. Por exemplo, a primeira vice-prefeita indígena foi em Roraima; um sobrinho meu era o candidato, e ela também, do Contão, uma comunidade grande em que estudei num primeiro momento; era indígena. Os primeiros vereadores, o primeiro prefeito indígena foi lá; a primeira secretaria indígena criada no Brasil foi no Município de Pacaraima e depois no Governo do Estado. Hoje, na secretaria indígena no Governo do Estado, os 72 servidores são indígenas, todos: o secretário adjunto, os diretores. Todos, todos, todos são indígenas. *(Palmas.)*

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso é uma luta nossa. Nós sempre lutamos por isso. E, agora, o meu sonho era colocar um indígena na Funai, mas fui vencido, Fernando. Estou querendo colocar um diretor indígena lá, porque eu acho que hoje os índios se prepararam. Nós temos médicos indígenas, temos advogados, temos psicólogos, temos administradores, temos economistas e professores, e 95% dos professores em Roraima são

indígenas. Hoje estão em greve lá. Por quê? Porque o novo governo, a nova secretária quis acabar com os centros regionais, uma conquista dos povos.

A educação é controlada pelos professores, há uma eleição, e eles colocam ali um coordenador no centro regional. Eu sempre defendi isso, e agora eles queriam unificar os estudos dos povos indígenas com a nova secretária. Fomos contra isso, e deve haver hoje ali cerca de quatro mil indígenas fazendo greve, e nosso carro de som está lá fazendo o maior barulho. A Governadora me ligou e perguntou: "Senador, o senhor está contra mim?". Eu falei: "Não, estou a favor dos povos indígenas, e a sua secretária é que está na contramão". E, outra coisa, a democracia não é silenciosa; a democracia é o povo na rua, gritando a sua dor, a sua necessidade. Assim, você constrói, assim você avança, assim você se compreende. Esse negócio de democracia eu calado, e o outro fazendo, não. Você tem que gritar. O Estado só age na pressão, e é nessa pressão que você encontra às vezes um denominador comum ou se aproxima muito mais. Então, é importante que a gente realmente...

Eu quero parabenizar essa organização. Eu tenho certeza de que vai dar certo, embora, em Tocantins, minha Vice-Governadora, meus Senadores, outro dia, uma senhora tenha saído nos meios de comunicação porque se revoltou e obrigou uma empresa de ônibus a tirar dois indígenas do ônibus. Então, é preciso ver realmente se, às vezes, os companheiros tinham bebido ou se estavam incomodando – eu não sei qual foi a causa. No entanto, se foi uma causa de retaliação, se foi uma causa de discriminação, é preciso que se apure, e acho que o Presidente da Funai, o João, está sabendo desse fato, Fernando. É preciso a gente ver essas coisas para acabar com esses entraves.

Numa festividade, num momento desses, fico preocupado.

Ontem, o Senador Renan, por uma medida fantástica, colocou 28 itens e elaborou para buscar uma Agenda Brasil. Ele não tinha outro caminho para percorrer. Eu fui olhar direitinho essa Agenda Brasil e me parece uma agente lobista. Em cima dessa agenda lobista dele, ele faz aqui novas regras para investimento no setor de mineração, com clara definição de querer avançar na mineração dos povos indígenas; novas regras para atividades produtivas em áreas indígenas; e novas regras para licenciamento do marco das terras indígenas. Não sabem fazer uma Agenda Brasil sem avançar nos direitos dos outros? Então, lá vem briga, Fernando para a gente, na Funai, defender isso aqui.

Eu vou me posicionar de forma bem clara contra isso, porque isso aqui é um absurdo. Ninguém pode fazer festa na casa dos outros. Eu acho que lá há coisas positivas, mas há coisas muito negativas, oportunistas. E fiquei mais triste ainda quando vi o *Correio Braziliense* dizer aqui que, segundo o Senador Romero Jucá, essas medidas não são para salvar a Dilma, muito menos a democracia, mas para deixar o PMDB muito bem diante de uma possível crise incontornável.

Então, não me pareceu que é uma agenda para o Brasil e para o Senado, mas para salvar um partido. Aí, o meu repúdio.

Bom, quero, aqui, parabenizar a todos e desejar, sem nenhuma dúvida, com muito otimismo, uma belíssima festa, Cláudia, lá, a todos que vão ali competir.

E o mais importante: nós sabemos que os avanços... Quando os portugueses chegaram aqui ao Brasil, que não foi descoberto, pois no Brasil já havia gente, nós tínhamos quase 5 milhões de povos indígenas. Em 1957, esse número reduziu-se a quase 70 só. Então, quase foi a total extinção. De lá para cá, nós temos cerca de 800, 900 dos povos indígenas; acredito que há 225 etnias, e aí é a reintegração das culturas, Marcos.

Eu estive recentemente no Mato Grosso, em um evento na parte de esporte, e eu vi ali um membro dos cintas largas... Lá, eles têm uma modalidade esportiva de carregar uma tora que pesa quase 70kg. E eu imaginei todos fazendo, e lembrei-me dos ianomâmis, que têm um biotipo bem pequenininho e não aguentam; caem com aquela tora. (*Risos.*)

Então, é claro que isso aí é para desconstruir, mas o importante é essa integração. Os povos indígenas vão ter a oportunidade de se integrarem, não só com a cultura dos povos indígenas brasileiros, mas, também, com outros povos que estarão ali presentes.

Então, sem nenhuma dúvida, merecem o nosso apoio, merecem o nosso aplauso.

E eu quero parabenizar a nossa Presidenta Lídice da Mata por esta iniciativa fantástica, de nos dar a oportunidade, neste momento que antecede esse grande evento, essa grande organização, de ouvir aqui as pessoas que vão estar direta ou indiretamente fazendo essa festa verdadeira dos povos originários do nosso Brasil.

Meus parabéns e muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Agradeço a presença sempre diligente e atuante do nosso Senador por Roraima, Senador Telmário, que é meio baiano também. (*Risos.*)

Da minha parte também agradeço, como baiana.

Eu queria pedir desculpas, porque, ao ler a pergunta recebida pelo Portal e-cidadania, esqueci de ler o nome e a região. O nome da pessoa é Fernando Gomes, do Tocantins, que perguntou sobre diálogos com a sociedade civil organizada.

E, também, vem da Bahia o Sr. Gabriel Carvalho, que também faz um comentário:

Gostaria de saber se há alguma articulação com o Ministério do Turismo e Embratur para que os jogos indígenas sejam incluídos na cesta de produtos das agências e operadoras de viagem.

Uma pergunta bem interessante, voltada para o desenvolvimento do turismo naquele Estado.

Então, eu vou, como sugestão, pedir que os senhores respondam em, no máximo cinco minutos, a essas perguntas e fazer algum comentário – quem quiser pronunciar-se. Não é preciso que todos se pronunciem.

Pois não, a Vice-Governadora, Srª Cláudia, deseja... (*Pausa.*)

Pois não, Vice-Governadora, Srª Cláudia.

A SRª CLAUDIA MARTINS LÉLIS – Senador Telmário, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo. Deu para perceber que V. Exª é um grande defensor dos povos indígenas, assim como eu. Não sou neta de índio não, mas eu sou uma grande defensora da causa indígena, até porque é uma forte bandeira do meu Partido, Partido Verde. Destaco, inclusive, a alegria e a honra de a nossa Vice-Prefeita também ser do Partido, Célia Sacramento, que é do Estado de nossa Senadora aqui.

Quero dizer algo para V. Exª a respeito desse episódio do índio. Estava até conversando aqui com o Marcos Terena que eu não fiquei sabendo disso, e o Secretário Hector também disse que não foi do conhecimento dele, e o Terena esclareceu que parece que foi no Estado do Goiás; não foi no Estado do Tocantins.

E, quanto a essa questão do Ministério do Turismo e da Embratur, o Estado do Tocantins já abriu diálogos e conversações com a Embratur e com o Ministério do Turismo, para que a gente possa fazer uma agenda paralela e trabalhar os Jogos Mundiais Indígenas em relação a essa questão turística, para fortalecermos os principais pontos turísticos não só da cidade de Palmas, como do Estado de Tocantins.

A Prefeitura de Palmas também já vem avançando e trabalhando nisso, e parece que existe até um aplicativo gratuito, para que todos os empreendedores de pontos turísticos possam baixar o aplicativo, e, assim que a pessoa chegar ao nosso Estado, ela poderá já consultar o aplicativo e fazer sua visita turística.

Então, só queria esclarecer essa questão turística e esclarecer ao Senador Telmário o episódio do índio no ônibus.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. O nosso Secretário.

O SR. HECTOR FRANCO – Meu Senador Donizeti, quanto ao questionamento que o senhor apropriadamente faz em relação à questão do legado, em nome do Município, em nome do Prefeito Carlos Amastha, esclareço que essa reflexão vem sendo feita desde o momento em que Palmas foi brindada com o direito de sediar os Jogos Mundiais Indígenas.

Já há um bom tempo também, nós fazemos um paralelo entre a maneira como a pessoa com deficiência era vista anos atrás – estou falando de um passado, graças a Deus, distante – e como hoje ela é vista, depois do advento do esporte paralímpico. Hoje, em conjunto com a Olimpíada, existe também a Paraolimpíada.

Hoje, passadas algumas edições das Paraolimpíadas, não há dúvida de que a sociedade enxerga a pessoa com deficiência uma maneira diferente, porque os jogos paralímpicos revelaram heróis. Inclusive o próprio desempenho paralímpico brasileiro é superior – em número de medalhas, em número de resultados – ao próprio esporte olímpico.

Então, hoje nós temos valores, nós temos a dignidade e toda essa percepção diferenciada da pessoa com deficiência em razão das diversas edições das Paraolimpíadas.

Nós temos a convicção de que, como um legado muito profundo – um legado moral muito profundo –, não só em Palmas, não só no Tocantins, mas em todo o mundo, esta primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas e as edições subsequentes dos Jogos Mundiais Indígenas, em diversos lugares do mundo, também provocarão, na sociedade de Palmas, na sociedade do Tocantins, na sociedade brasileira e em todo o mundo, uma visão diferente, porque nós teremos heróis indígenas.

Eles já existem, mas eles vão tornar-se públicos, eles vão tornar-se notórios, eles vão tornar-se portadores e porta-vozes dos valores indígenas, dos valores não só do esporte indígena, mas da sua cultura.

Então, eu diria que esse é um legado – se a gente for analisar todo o arcabouço do que são jogos mundiais – fundamental. Eu faço esse paralelo com o esporte paralímpico.

Do ponto de vista específico da cidade de Palmas, eu não posso deixar de dizer, meu Senador, que nós temos um compromisso fundamental – quando eu digo nós, eu digo a administração no Município –, intrínseco, profundo com todo palmense – o palmense indígena, o palmense não indígena. O palmense é o foco da nossa atenção, do nosso trabalho. O Prefeito mesmo disse que ele não administra por prioridades; ele prioriza tudo.

Então, nós temos como legado, do ponto de vista físico, aquela região que irá abrigar os Jogos Mundiais Indígenas: a Vila Olímpica de Palmas. A Vila Olímpica de Palmas vai agregar não só atividades do esporte de alto desempenho, mas também da formação esportiva.

Também teremos uma escola de tempo integral, com foco no esporte, aberta a toda comunidade. Mudaremos o eixo urbano da cidade para outra região, permitindo à população de trabalhadores acesso a equipamentos esportivos, equipamentos de lazer de Primeiro Mundo, assim como a uma área de eventos.

Então, os focos da administração municipal, em momento algum desrespeitando a importância do legado que tem de ser dado para o esporte indígena e para a cultura indígena de maneira geral, são todos os palmenses.

Assim, o que nós pudermos fazer e o que estamos fazendo em colaboração com o Comitê Intertribal – e dizemos que o que hoje aprendemos das questões indígenas é com o Comitê Intertribal, porque ali nós temos o contato direto com todas as nuances da cultura indígena –, nós vimos fazendo.

Agora, reitero que o nosso compromisso é com a sociedade palmense e, por extensão, com a sociedade tocantinense, com todo cidadão. E é por isso que nós temos essa grande preocupação.

Quanto às questões dos nossos internautas – vamos chamar assim –, um aspecto importante é a agenda de convergência que a Vice-Governadora Claudia Lélis mencionou, justamente o fórum onde se discute toda a rede de proteção social, para dar atenção a esses aspectos não só da criança, do adolescente, da mulher, mas também das populações indígenas que participam dessas discussões, para que as questões indígenas também façam parte do debate.

Então, essas ações são afirmativas nesse sentido, para que essa rede de proteção seja intensificada e que também se enriqueça o debate, para que nós tenhamos isso também como um legado do nosso Estado para as populações fragilizadas e também pensando no cidadão como um todo, para toda a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA – Para colaborar com o Senador Donizeti, quando ele falou em relação aos jogos nacionais, no Estado Tocantins, aconteceram duas edições. A primeira edição aconteceu em 2003, em Palmas – foi a sexta edição dos jogos; e, em 2011, aconteceu em Porto Nacional a 11ª edição dos jogos.

Destaco um comentário muito bem feito pelo Senador Telmário, mas, antes disso, quero parabenizá-lo pelo trabalho que S. Exª tem desenvolvido no Estado de Roraima. Além de apoiar os povos indígenas, também tem feito um trabalho através da cultura. Quero dar meus parabéns pelo que aconteceu no domingo: Roraima venceu o campeonato de danças juninas, que aconteceu aqui na cidade satélite de Riacho Fundo II; foi o brasileiro, a que assisti. Estive lá presente, foi muito bonito, e ganhou em primeiro lugar, tanto que, no ano que vem, será lá em Roraima, em Boa Vista, o Campeonato Brasileiro de Quadrilhas Juninas.

Voltando ao nosso assunto dos jogos mundiais, em relação à Funai, sobre o senhor vir lutando para colocar um indígena lá na parte regional, o Ministério do Esporte, preocupado com essa ação, criou a Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas, cujo coordenador hoje é o Jorge Pankará. Além de gestor, é um líder tribal lá do Sertão pernambucano. Então, isso demonstra o quanto o Ministro George Hilton está preocupado com as ações de políticas públicas para os povos indígenas.

Para encerrar, aos senhores e senhoras que quiserem conhecer também um pouco mais dos jogos e das ações, está ali o endereço do site dos jogos, no âmbito do gov.br, www.jmpi2015.gov.br.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mais alguém deseja?

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – Primeiramente, eu quero dirigir-me ao Senador Telmário Mota para dizer que já tive a oportunidade... O senhor evidentemente não vai estar lembrado de mim, mas eu estou lembrado do senhor, quando esteve presente à abertura de um evento. Antes de o senhor chegar, o Secretário Evandro fez menção aqui ao I Fórum de Discussão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas, realizado em Cuiabá. Na abertura do evento, o senhor fez uma fala muito interessante, destacou a sua ascendência macuxi. Então, eu já conhecia o senhor e queria agradecer as suas palavras, sinalizando o apoio à Funai nessas lutas em defesa dos direitos dos povos indígenas, que possivelmente se intensificarão nos próximos tempos; e, se não se intensificarem, os desafios já são suficientemente grandes para nós reconhecermos no senhor um aliado importante.

Na verdade, Senadora Lídice, se eu pudesse, eu gostaria de fazer uma menção à pergunta que foi feita, se eu não me engano, pelo meu xará, Fernando...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Fernando.

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – ... que mandou aí pela internet...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sociedade civil.

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – A pergunta sobre o diálogo com a sociedade civil organizada, a respeito da organização dos jogos.

Eu queria começar destacando o seguinte: existe, no âmbito do Governo Federal, uma comissão, chamada Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que conta com representação indígena, representação minoritária de organizações indigenistas, como disse o Fernando na pergunta dele, e representantes de diversos órgãos do Governo Federal.

A CNPI, quando foi criada, se eu não me engano no começo dos anos 2000 – eu diria, se eu não estiver equivocado, na primeira gestão do governo Lula –, trazia consigo a promessa de se constituir num conselho, de se transformar posteriormente num conselho.

Em algum momento, eu também não me recordo exatamente da data – lembro que o então Ministro da Justiça, que era o Tarso Genro, trouxe para o Congresso Nacional a proposta de transformação da Comissão Nacional de Política Indigenista num conselho, e isso nunca se concretizou.

Já fiz menção aqui ao fato de que a Funai tem a atribuição de ser a coordenadora e articuladora da política indigenista, porque a execução das políticas hoje em dia é feita de maneira bastante dispersa, por vários ministérios, vários órgãos, inclusive estaduais e municipais. E esse papel articulador ganharia muito sentido se houvesse uma instância mais fortalecida, como a CNPI transformada em o CNPI, o Conselho.

Falando um pouco da CNPI, onde há representação da sociedade civil organizada, tanto as organizações indígenas como minoritariamente as indigenistas, lembro que, nesse processo da organização dos jogos mundiais, de fato, foi uma defesa nossa que houvesse uma apresentação do projeto dos Jogos lá na CNPI. Houve essa apresentação. O Marcos Terena, representante do Ministério do Esporte, e representantes da Prefeitura de Palmas estiveram lá para apresentar.

Eu queria fazer esse registro e fazer um registro de que nós entendemos que o Ministério do Esporte, essa discussão das políticas de esporte e a discussão dos jogos poderiam estar mais articulados do que têm estado com essa instância que é a CNPI. Eu queria só fazer esse registro a título de comentário sobre a pergunta do Fernando.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está bem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso depende de projeto de lei? Isso é decreto? O que é?

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – Eu acho que poderia ser por decreto. Eu acho que foi apresentado por projeto de lei – não é, Gustavo? – a transformação da CNPI.

O SR. GUSTAVO VIEIRA – Ele veio da Câmara dos Deputados, PL nº 3.581.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pois é, mas é obrigatório que seja projeto de lei, ou pode ser objeto de um decreto da Presidenta?

O SR. GUSTAVO VIEIRA – Eu acho que pode ser objeto de decreto.

O SR. FERNANDO DE LUIZ BRITO VIANNA – Pode ser. Todas as outras comissões foram por decreto também.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu quero pedir licença a todos para passar de volta a palavra ao nosso organizador dos jogos. Depois dele, eu gostaria de tentar indicar a finalização da audiência, em função do tempo nosso de trabalho.

Passo a palavra para Marcos Terena.

O SR. MARCOS TERENA – Creio que foi uma boa manhã hoje, em que aprendemos um pouquinho sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Eu queria agradecer à Senadora, agradecer aos Senadores aqui e também à Governadora, ao Hector, ao Evandro e ao Fernando.

Especialmente, eu quero agradecer aqui, porque todo mundo pensa que só eu e o Carlos Terena fazemos os jogos. Nós temos, atrás de nós, um monte de guerreiros e guerreiras que moram na aldeia. Na verdade, todos eles moram na aldeia. O Edson, mesmo, que é o nosso conselheiro, mora na aldeia; não mora na cidade. Então, é uma dificuldade muito grande trazer esses conselheiros para a cidade.

Mas todos estão comprometidos com a realização desse evento não só do ponto de vista do sucesso. É fácil fazer o *marketing* dos jogos ou dos indígenas sem se comprometer com a causa indígena. O nosso compromisso é com a demarcação das terras.

Quando nós mostrarmos lá os índios kaiwás, por exemplo, que estão inscritos, que vão participar dos jogos, eles vêm com a delegação de jovens, inclusive, jovens que são estudantes, que são universitários, mas há o líder, também, que nós chamaríamos de líder comunitário, ou líder espiritual. Então, nenhum deles vem solto.

Nós fazemos um trabalho muito rígido, como comandantes desse processo, mas dentro de um entendimento. Nós não brincamos com os nossos parentes, não mentimos para eles. Nós nunca mentimos para eles. Nós não enganamos, digamos assim, com um faz de conta. Por isso, exigimos muito da prefeitura, exigimos muito do Governo do Estado, exigimos muito do Ministério do Esporte a garantia de uma segurança – onde vão dormir, onde vão comer –, para não acontecer como em outras experiências.

Geralmente, no Tocantins, nós não temos vivido essa experiência de chover na oca dos indígenas. Vão construir 22ocas, para abrigar os índios brasileiros. Vai ser uma engenharia indígena, uma arquitetura indígena, mas também uma arquitetura de ponta. Nós vamos fiscalizar os trabalhos.

Vamos encostar os nossos conselheiros nos arquitetos e nos engenheiros a serem contratados.

Quanto à questão da comida, eu já expliquei. Um dia vai ter peixe, outro dia vai ter carne, noutro dia vai ter frango. Mas nós vamos também primar pela qualidade da alimentação. Inclusive, no restaurante coletivo para quem não é indígena – tem que haver um lugar para se tomar um refrigerante –, nós estamos combinando com a prefeitura de fazer uma fiscalização rígida, para que o indígena que mora na aldeia não passe mal e volte para a sua casa doente.

É um jogo pesado! Então, por isso eu considero de alta responsabilidade para nós, como índios e como organizadores desse trabalho.

Outro detalhe, já terminando a minha mensagem, é salientar esse compromisso que nós temos com o legado para os indígenas. A Presidente Dilma nos visitou lá no Congresso – até o Senador estava lá. Nós não prevíamos, claro, a presença dela. Ela solicitou a presença na abertura, no lançamento dos jogos, junto com o Ministro dos Esporte George Hilton.

Nós dissemos: "Bom, aqui todos são bem-vindos". Não levamos em conta a questão partidária, se ela é de um partido ou de outro, tanto que ela estava junto com a Senadora Kátia Abreu, que foi uma das precursoras em levar os jogos indígenas para Palmas, junto com o Vicentinho Alves, que é piloto e meu amigo pessoal. Foram esses dois que, praticamente, levaram os jogos para Palmas, junto com um comunista, que é o Aldo Rebelo. Então, para nós não importa. E agora temos um ministro evangélico, que vai fazer os jogos.

Então, para nós, não importa. O importante, é o compromisso, as alianças...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS TERENA – Só quero salientar que, quando a Presidente Dilma esteve lá, e eu fui escalado para sentar do lado dela – e para mim foi uma honra –, falei para ela da importância da presença dela como autoridade máxima do Brasil. Não como Dilma, não como PT, mas como a autoridade máxima do nosso País. Então, estamos olhando para ela como essa autoridade.

Com isso, queremos fazer dois compromissos com ela. Um, de que ela se engajasse nesse propósito de que o Senador acabou de falar: o de termos, um dia, um índio na Presidência da Funai. Não importa se ele é partidário, se ele é de organização, mas que seja um índio com competência adequada para responder às demandas da Funai. A Funai é hoje um órgão totalmente esvaziado, totalmente sem dinheiro, sem articulação política.

Estou vendo esses dois jovens e outros funcionários aqui que estão fazendo o possível, mas, do ponto de vista da relação institucional, ela é um órgão falido. E quem fez isso foram os maus gestores do passado, especialmente as organizações de apoio ao índio, que são comprometidas com elas, mas que não são comprometidas com a causa indígenas nem, muito menos, com a instituição.

A segunda coisa que nós falamos para a Presidente é que o Pajé iria fazer uma oração. Perguntamos se haveria algum problema ela se sentar e compartilhar daquela oração, daquela benção, daquela cantoria. Ela disse que não haveria problema algum.

No canto, o Pajé – e isso nós não contamos para ela – falou assim: "Olha, você está aqui na nossa terra, na nossa casa. E, a partir de hoje, você é uma aliada nossa, e nós vamos te proteger".

Como os senhores são do PT e eu também sou, quero dizer que podem acontecer todas essas ondas que ela está vivendo, mas que nós acreditamos no Grande Espírito. O Romário perguntou aqui o que é o Fogo Sagrado. É aquilo que o Pajé fez aqui no lançamento dos jogos e que nós vamos fazer lá. Isso está acompanhando ela, do ponto de vista indígena, espiritual, para que ela possa atravessar esse caminho que ela está enfrentando.

Nós não vamos fazer nada, não vamos fazer marcha. Eu vejo irmãos indígenas fazendo marcha. Isso não é costume nosso, dos índios. A força do índio é espiritual, é cultural, mas desde que tenha a sua terra demarcada. Por isso, a gente faz o bom combate.

No passado, eu ajudei a expulsar fazendeiros de terras indígenas junto com os caiapós, com os caingangues, com os ianomâmis, com os macuxis, naqueles tempos dos anos 80. Hoje, ficou difícil, porque há vários Senadores e Deputados fazendo um trabalho de articulação política, coisa que nós não temos. O único índio que tivemos aqui, no Congresso, se chamava Mário Juruna. Nunca mais tivemos índios eleitos para o Congresso Nacional.

A gente espera que, através dos jogos, a gente cresça, como diz a poesia: cresça e apareça, mas apareça no bom sentido, em uma grande aliança com o Congresso Nacional também.

Muito obrigado, Senadora, por esta oportunidade. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu que agradeço.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Lídice, se eu tivesse força para ajudar, eu estou de acordo que sejam na Bahia os próximos jogos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Ministério do Esporte dá uma força nessa direção também.

O SR. MARCOS TERENA – E já tem o nosso apoio também, do Comitê Intertribal.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto. Nós temos índio no País inteiro, obviamente, porque nós viemos dos índios. Nós, todos os brasileiros, somos indígenas. Eu quero até dar uma sugestão ao Governo: que, usando dos instrumentos das novas tecnologias, durante os 13 dias de jogos que ocorrerão no Tocantins, fazer um grande "tuitaço" no País inteiro, mobilizando as redes de comunicação: "brasileiros somos todos indígenas", e não apenas em 2015, mas sempre. E nessa direção...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria fazer uma correção aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim. Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Cláudia, você tem razão. Eu queria aqui fazer um reparo. Foi em Alto Paraíso, Goiás, que aconteceu esse lamentável episódio. Então, quero corrigir isso.

Evandro, o primeiro a ocupar essa carteira no Ministério do Esporte foi um primo legítimo meu, que era o Rivelino. Ele é da comunidade, fala bem macuxi. Ele era do PCdoB, partido com o qual, na época, tínhamos uma certa parceria. Nós o indicamos para vir para cá, e agora ele foi substituído. O Rivelino sempre gostou de esporte. Ele é da comunidade de Sorocaima, Município de Pacaraima.

Cláudia, o PV é meu parceiro. Eu fui candidato a prefeito, e o presidente lá, o Rudson, foi meu vice e aqui, para o Senado, é meu suplente. Eu tenho muito carinho pelo PV; é um partido parceiro nosso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certamente, o nome Rivelino deve ter sido inspirado. Por que será? *(Risos.)*

Eu quero agradecer, portanto, a presença de todos que estão aqui; àqueles que nos acompanharam através das redes de participação de interatividade; a todos os Senadores e Senadoras que aqui estiveram presentes; ao Presidente desta Comissão, o Senador Romário, que nos deu toda a força para realizarmos este evento. Ele esteve aqui no início, mas, como disse, acabou de fazer uma cirurgia e, durante a nossa reunião, teve manifestação de dor muito forte e teve de se retirar.

Agradeço a todos. Contem com a Comissão e contem conosco.

A Bahia aguarda os jogos nacionais lá.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para falar para a Vice-Governadora que o Romário confirmou a presença dele na abertura dos Jogos Indígenas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada esta audiência.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)



ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665 de 2015; Aviso nº 459 de 2015; Aviso nº 682 de 2015; AVS nº 47 de 2015; Aviso nº 721 de 2015; Aviso nº 740 de 2015; e Aviso nº 505 de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento

sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 63, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 65, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 66, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do

Regimento Interno. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 67, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em municípios que compõem a Bacia, e as ações e atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas. • O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais. • Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após

dez anos de seu início. • O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa. • Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 71, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 72, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério dos Transportes; • Ministério da Agricultura; • Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR) • Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); • Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); • Agência Nacional de Águas (Ana). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 73, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria do Patrimônio da União (SPU); • Universidade Federal do Tocantins (UFTO) • Instituto Socioambiental (ISA); • Instituto Araguaia de Proteção Ambiental. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 341, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda n° 2-CAE e pela rejeição da emenda n° 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 20) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera a Lei n° 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho. Relatoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 74, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de

Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial nº 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo, para tanto, ser novamente oficiada a Presidente da República para prestar os devidos esclarecimentos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **OTTO ALENCAR**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes Avisos do TCU, recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Avisos 665, de 2015, 459, de 2015, 682, de 2015, 47, de 2015, 721, de 2015, 740, de 2015, e 505, de 2015.

Informo que a relação dos Avisos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passamos à pauta.

Antes, vou passar a palavra ao nobre Senador Ataídes Oliveira, para que ele possa se pronunciar.

Senador Ataídes, com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, Senadores e Senadoras!

Nós ainda estamos aguardando a vinda de mais alguns Senadores para que o nosso quórum seja estabelecido, para que nós possamos, então, começar as nossas votações. Enquanto isto, o Presidente me passa a palavra.

Eu gostaria, Presidente e demais Senadores, usando esse tempo, com toda vênica aos Senadores e à Senadora que aqui se encontram, do Partido dos Trabalhadores, de dizer que vejo o cenário econômico, o quadro econômico, macroeconômico, que se estabeleceu hoje em nosso País como extremamente preocupante. E ratifico, com toda vênica aos nossos companheiros aqui do PT, que a falta de credibilidade, hoje, do Governo Dilma eu vejo como uma das causas mais danosas à nossa economia, porque um governo que perde a credibilidade perde a condição de governabilidade. A inflação neste País já bateu os dois dígitos, a taxa de juros é de 14,25%, recessão... Como funciona isso? Este governo só tem um remédio para combater esta inflação: elevar taxa de juros. Só. Mas eu vejo que está na contramão de tudo. Eu tenho dito isso e tenho dado, inclusive, Sr. Presidente,

exemplos. O que equilibra, no meu entendimento, a inflação é oferta e procura. Quando você tem mais produto no mercado, obviamente, o preço desse produto tende a cair, e, caindo, nós não teremos inflação.

Eu dou um exemplo dos Estados Unidos. Em dezembro de 2007, a taxa de juros americana era de 4,25%. Em 2008, quando explodiu a bomba, a bolha, o governo chamou os empresários e disse: "Nós temos que produzir. Vamos fazer uma certa reserva de mercado, sem protecionismo." Os empresários americanos disseram o seguinte: "Tudo bem, mas com esta taxa de juros de 4,25% nós não podemos produzir." O governo falou: "Nós vamos baixar a taxa de juros." E essa taxa de juros está a 0,25% desde 2008, com índice de crescimento da ordem de 3%.

Hoje, eu vejo que a inflação é de 10%, que a taxa de juros é de 14,25%, essa recessão – hoje, os brasileiros perdem R\$16 bilhões por mês em poder de compra –, vejo uma queda de 6% do PIB – hoje, fala-se de retração do PIB de 12%, mas eu acredito que seja de mais –, o desemprego, o PEA... Nós temos, hoje, Presidente...

A hora que o senhor achar que eu devo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Já há quórum.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Já há quórum? Então, depois eu continuo.

Esse desemprego muito me preocupa. Fiz um discurso um desses dias falando de todo o cenário econômico.

As contas públicas. Hoje, estamos com déficit primário. Isto é preocupante! Só em juros da dívida este ano devemos pagar R\$500 bilhões. Em relação ao *swap* cambial, Senador Reguffe, só neste trimestre já tivemos uma perda de R\$57 bilhões. A nossa dívida pública bruta já chegou aos R\$4 trilhões. Então, a nossa balança comercial... A desvalorização da nossa moeda está ajudando a nossa exportação.

Esse PPE que está chegando à Casa é um tiro não no pé, mas no peito, porque o FAT é que vai bancar os 15% desses trabalhadores que vão ter essa redução. Agora, imaginem: o FAT não tem dinheiro para pagar o abono salarial... Olha que informação! O FAT não tem dinheiro nenhum em caixa. Por quê? Emprestou R\$200 bilhões ao BNDES com taxa de equalização menos 1%. Então, como é que o Governo vai segurar esse emprego bancado pelo FAT se o FAT não tem dinheiro?

Queda na arrecadação. Perdemos R\$122 bilhões somente este ano. Em poupança, perdemos R\$41 bilhões.

Eu sempre digo que a solução é equilibrar as contas, cortar esses ministérios... O Senador Reguffe disse, há poucos dias, fazendo uma comparação do americano com o brasileiro, entre os Estados Unidos e o Brasil, que, enquanto nós temos aqui 26 mil cargos comissionados, os Estados Unidos têm pouco mais de seis mil, não é? Não chega a oito mil. Não consigo entender isso!

Então, nós temos que acabar com essa corrupção, equilibrar as contas e voltar a fazer crescer a economia deste País. Ou seja, nós temos que aumentar a produtividade. Tem que chamar os empresários e falar "vamos produzir neste País". Aí, sim, a inflação cai.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senador Ataídes Oliveira.

Eu queria, inclusive, ressaltar aqui que a decisão tomada pelo Senador Reguffe e sua presença nos ajudaram muito a derrubar aquele projeto, que, depois de lido, nós rejeitamos no plenário, que dava condição do aumento do IPTU em escala. Depois que li todo ele, percebi que iria criar um grave problema para os contribuintes, claro que acima de tudo para os contribuintes, e também para os Municípios.

Eu cotejei no meu Estado, na Bahia, Senador Reguffe, com a crise da seca, do êxodo rural, das tragédias da seca no Estado da Bahia, onde nós temos mais de 258 Municípios que têm menos de 12 mil, 13 mil habitantes, que tem uma arrecadação, alguns deles, os menores, que não passa de R\$700

mil por mês para todas as atividades, eu levantei que, em grande parte desses Municípios, as pessoas não podem pagar o IPTU porque não têm salários condizentes com isso, e os prefeitos até não cobram o IPTU.

Naquele projeto de lei havia um artigo, um parágrafo único que dizia que o prefeito que não cobrasse o IPTU ficaria sem poder receber as transferências voluntárias. Ou seja, ele não cobra por causa do drama da seca, da pobreza, da miséria e, além disso, fica sem receber as transferências voluntárias. Qualquer emenda, qualquer transferência do Governo Federal, se o Prefeito não cobrasse o IPTU, ele seria penalizado. O que prova o que eu disse aquele dia.

Por conhecer meu Estado do menor Município ao maior, todos eles – a Bahia tem 417 Municípios e eu conheço todos eles, conheço as características políticas e administrativa de cada um desses Municípios –, sei que seria uma situação muito grave para o contribuinte das grandes cidades e para os pequenos Municípios.

Acho que o grande mal do Congresso Nacional, que precisa ser corrigido, é aprovar uma receita única para Estados e Municípios completamente diferentes um do outro na economia, no setor administrativo, na arrecadação. O Brasil não é o Brasil só de São Paulo ou do Rio de Janeiro. O Brasil tem uma diversidade cultural, administrativa, de arrecadação, de pobreza e de riqueza muito grande.

Por isso, quero até agradecer a V. Ex^a, que foi decisivo. Nós derrubamos aquele projeto por um voto só, e a sua participação foi superimportante naquilo.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apenas para registrar, Senador Otto, que aquele projeto... O Senado Federal votar um projeto que deveria ser da alçada de cada Município...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... inclusive fere a Constituição. E não é correto nós, aqui, votarmos um projeto que aumentaria o IPTU de todos os brasileiros com uma canetada – isto não é certo – e descontarmos no contribuinte as ineficiências das prefeituras Brasil afora.

Cabe aos governos, federal, estaduais, distrital, no caso de Brasília, ou municipais, serem mais eficientes, qualificando melhor os seus gastos, não em cima do contribuinte, penalizando o contribuinte, gerando mais impostos para o contribuinte. Aí é muito fácil, não é? Você gasta, gasta, gasta e, depois, vai ao contribuinte e o penaliza descontando nele em forma de impostos.

Então, acho que foi uma vitória naquela tarde. O projeto, no início, iria passar por unanimidade, com todo mundo concordando, mas, de repente, nós conseguimos chamar a atenção da Casa para esse importante fato e a Casa votou a favor do contribuinte, negando o prosseguimento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti, V. Ex^a vai usar a palavra?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só uma observação, Presidente.

Tenho discutido... Nessa questão do IPTU, o que me chamou a atenção aqui, agora, é que o Brasil está precisando ser pensado a longo prazo. Nós precisamos pensar o Brasil em longo prazo. Precisamos discutir o país que queremos construir, em quanto tempo nós vamos construir esse país que desejamos, quanto ele custa e quem paga a conta.

Hoje, tudo que estamos fazendo é tentando remediar. Temos um bolo e queremos redividir o bolo, que já não resolve os problemas. Mas, aqui, no Senado e na Câmara, vira e mexe aparece uma proposta para tentar salvar a pele lá do Município, salvar a pele do Estado, resolver problemas de curtíssimo prazo. Isso não vai ser uma solução para nós. A solução é pensar o Brasil a mais longo prazo.

Temos tramitando na Casa uma emenda que propõe, no art. 165, acrescentar, antes do PPA, que o Executivo seja obrigado a fazer planejamento estratégico de longo prazo, com visão de 20

anos, 30 anos. Esperamos trazer para dentro dessa discussão do Pacto Federativo essa colocação, essa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... para ver se a gente consegue planejar a longo prazo e não pensar só no urgente, tentando trabalhar o que é mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Retomamos a pauta.

O item 1...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes, pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... fazer um registro agradecendo e parabenizando o Senador Reguffe por essa decisão com relação ao IPTU. Não há mais como meter a mão no bolso do trabalhador brasileiro, Senador Reguffe! Não há mais como! Nós temos a maior carga tributária deste Planeta Terra.

Eu tenho um exemplo interessante no meu querido Estado do Tocantins. Lá em Palmas, capital, nós tínhamos um IPTU defasado. Nós sabemos disso, não é, Senador Donizeti? Era um IPTU um tanto quanto defasado. Entrou um prefeito e simplesmente aumentou em quase 10.000% os IPTUs da cidade. Isso foi uma bomba e trouxe prejuízos enormes para a capital.

E nós temos um outro problema gravíssimo no Tocantins e no Brasil afora, que é o problema fundiário, urbano e rural. Hoje, 45% do povo tocantinense, que tem lá o seu barracão, não tem documento nenhum. Agora, um projeto dessa natureza, como disse V. Ex^a, que, numa canetada, vai fazer com que os prefeitos tenham a obrigação de aumentar o valor desses IPTUs seria um desastre total.

Então, eu parablenizo V. Ex^a pela iniciativa e abono as palavras do nosso Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O item 1, que diz respeito ao Requerimento nº 57, de 2015, já foi lido na reunião anterior e é de autoria do Senador Jorge Viana.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se:

- Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANEEL;
- Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria:

Relatório:

Observações:

-O requerimento foi lido na reunião de 07/07/2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Ele já foi lido e é do conhecimento dos Srs. Senadores.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Aprovado.

O item 2 é do Senador Ronaldo Caiado. Como S. Ex^a não está presente, não vamos colocá-lo em votação.

O item 3 é do nobre Senador Reguffe, e eu passo a lê-lo.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015.

1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação;

2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia.

Autoria: Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apenas para destacar, Sr. Presidente, que o objetivo é que todos tenham o direito de emitir as suas opiniões democraticamente nesta Casa.

Agora, a minha posição sobre a questão dos transgênicos é no sentido de que seja colocado, sim, no rótulo dos produtos a informação de que se trata de produto transgênico. Essa é uma posição minha, que contraria alguns setores, mas eu considero importante para o consumidor brasileiro que essa informação conste, porque ele tem o direito de saber se aquele produto contém transgênicos ou não.

Agora, todos têm o direito de falar, de emitir as suas opiniões. Por isso o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Essa reunião será na Sala 7, às 10h30 ou 11h. Vai ser uma reunião conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O item 4 é da minha autoria.

Passo a lê-lo.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do

acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do São Francisco (PISF).

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Inclusive, ontem, em reunião, em conversa com o Ministro da Integração, soube que a Presidente Dilma vai comparecer ao Município de Cabrobó, no Nordeste do País, para iniciar a primeira etapa da transposição do Rio São Francisco. Ou seja, a partir dia 21 de agosto deve jorrar a primeira parcela da transposição das águas do Rio São Francisco, no Eixo Norte da transposição, na cidade de Cabrobó.

Creio que será uma vazão de 26 metros cúbicos por segundo. A Barragem de Sobradinho está com uma vazão atual de 900 metros cúbicos por segundo, mas a nossa temeridade é a de que, se não tivermos, neste ano, um período de chuvas que possa suprir o Rio São Francisco com mais águas, tenhamos grande dificuldade. Espero que não. Ainda não tenho informações climáticas, mas deixa o Nordeste muito tenso a situação da dificuldade de vazão do Rio São Francisco.

O segundo requerimento também é de minha autoria. É o de nº 63, de 2015.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 63, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal.

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 6 também é de minha autoria, sobre essa mesma questão.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução

das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 7 também é de minha autoria.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 66, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, para o item 8, outro requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67, DE 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos

alcançados em curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 68, DE 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são: estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf).

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 69, DE 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 11 também é de minha autoria.

Bom dia, Senadora Lídice da Mata!

Estou aqui lendo, nobre Senadora Lídice da Mata, requerimentos sobre as ações relativas ao Rio São Francisco, das quais V. Ex^a é tenaz defensora. V. Ex^a tem colaborado muito com o nosso trabalho...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Sem dúvida alguma, sob a liderança de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ...para que o nosso Velho Chico possa realmente sobreviver.

Então, passo ao item 11, que trata de requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 70, de 2015.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estou observando na pauta... V. Ex^a está lendo o item 10, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O item 11.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O item 11. Os itens 11 e 12 são de sua autoria também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tratam sobre a revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Até o item 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, podíamos aprovar em globo esses requerimentos todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu os estou lendo com detalhamento porque faz parte da política da Comissão, para dar conhecimento aos Srs. Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas já temos conhecimento, porque já fizemos a leitura. V. Ex^a, com dinamismo, já distribuiu a pauta para todos os Senadores. Nós já fizemos a leitura. Sugiro isto por economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Se V. Ex^a me permitir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ..., eu gostaria de lê-los, porque há algumas coisas que tocam...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu estou levantando isso...

Inclusive, antes de V. Ex^a chegar e antes de a Senadora Lídice da Mata chegar, eu queria dar uma informação, Senador Jorge Viana, Senador Ataídes, que também defende o Araguaia e o Tocantins, Senador Flexa, que defende todas as bacias hidrográficas do seu grande Estado, onde há água sobrando, enquanto falta no Nordeste...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está à disposição do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas está difícil para trazer, é muito longe.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Podem buscar de balde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É muito longe. Não dá, não.

Senadora Lídice da Mata, Senador Jorge Viana, ontem, eu estive em reunião com o Ministro da Integração, e está praticamente acertado que, no dia 21 de agosto, agora, a Presidente Dilma vai fazer a primeira ligação das bombas que já vão suprir com água o Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, no Município de Cabrobó, no Estado de Pernambuco. Esse Eixo Norte é o mais importante de todos, porque é a região que está sofrendo mais com a seca. A vazão que será dada a esse canal norte será de em torno de 26 metros cúbicos por segundo. A vazão, hoje, da Barragem de

Sobradinho para a manutenção do trajeto do rio depois de Sobradinho, inclusive com a alimentação das hidrelétricas, é de em torno de 900 metros cúbicos por segundo. Então, vão ser retirados 26 metros cúbicos por segundo, o que é uma coisa razoável.

Eu quero, inclusive, deixar algo bem claro. Há essa nossa defesa dos rios... O Senador Flexa, o Senador Ataídes e todos nós defendemos aqui os nossos rios, até porque há outro elemento na natureza para substituir a água. Eu quero deixar bem clara a nossa posição, a minha posição e a posição da Senadora Lídice da Mata, que somos do Estado do Bahia, ou seja, o Estado da bacia do Rio São Francisco, como são outros Parlamentares, que são de Minas Gerais, Estado da bacia do Rio São Francisco, do Estado de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe: nós nunca nos colocamos contra a transposição do Rio São Francisco. Sempre fui favorável à transposição do Rio São Francisco para consumo humano, que é o principal, para consumo industrial, para consumo animal, para geração de energia elétrica. Sempre a posição mais difícil de se concordar é com a utilização dessas águas para a irrigação pelo custo da energia.

Inclusive, hoje, na composição dos preços de quem pratica irrigação às margens do Rio São Francisco, isso está chegando a quase 50% do preço da composição do produto. Para quem produz uva hoje em Juazeiro e em Petrolina, para quem está produzindo manga ou quem está em qualquer outra atividade dessa natureza, o aumento do custo da energia elevou demais esse custo. Inclusive, isso seria uma coisa que o Senador poderia debater para aqueles que utilizam energia para irrigação terem um custo menor do que está sendo praticado, coisa que eu já levei até o Ministro Eduardo Braga.

No dia 21, deve-se dar início à alimentação desse canal do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, com algo em torno de 26 metros cúbicos por segundo. O que nós esperamos é que a revitalização caminhe aceleradamente para não faltar, no futuro, a água para suprimento desses Estados que precisam dela, inclusive para o mais necessitado de todos, que é o Estado da Paraíba. O Estado de Pernambuco, o Estado do Ceará e o Estado do Rio Grande do Norte ainda têm uma possibilidade de ter um quantitativo maior de recursos hídricos, mas o Estado da Paraíba talvez tenha a menor possibilidade de suprimento de água, porque, com todos os seus mananciais, ele deve ter em torno de 300 metros cúbicos por segundo/ano para cada pessoa, *per capita*. Isso é a metade do que necessita um ser humano para suprimento das suas necessidades mínimas, que seria algo em torno de 600 metros cúbicos *per capita*/ano. Então, a Paraíba tem um potencial que é a metade disso. Portanto, para suprimento, para consumo humano, eu acho que é uma coisa perfeitamente correta. A minha crítica permanente foi de que os investimentos na transposição deveriam andar emparelhados com os investimentos na revitalização, até para haver a produção de água necessária para sustentar esse projeto, que é importante para os Estados que têm menor capacidade de aquíferos e de produção de água para suprimento de suas populações.

Vamos ao item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 70, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são:

- *O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em Municípios que compõem a Bacia, e as ações e*

atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses Municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas.

- *O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais.*

Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após dez anos de seu início.

- *O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa.*

- *Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas.*

Autoria: Senador Otto Alencar

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero, inclusive, chamar atenção para esse item aqui. Alguns afluentes da margem direita e da margem esquerda do Rio São Francisco estão recebendo efluentes líquidos e sólidos das fábricas, contaminando um dos principais afluentes da margem direita, o Rio Paraopeba, de modo que hoje a utilização dessas águas não está servindo sequer para o consumo humano.

Então, essa é uma questão importante que tem debatido a Senadora Lídice da Mata, para quem passo a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, na verdade, quero parabenizar V. Exª pela apresentação desse série de requerimentos visando à proteção e ao debate, principalmente nesta Casa, a respeito da proteção e da revitalização do Rio São Francisco, mas também de outras bacias. Pelo que eu entendi a partir de requerimentos de outros Senadores, nós estamos, nitidamente, com uma pauta de proteção às nossas águas no dia de hoje.

Sr. Presidente, também nesse sentido, eu queria dizer que nós aprovamos, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, um projeto de minha autoria que institui normas gerais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Esse projeto, aprovado naquela Comissão, já veio para esta Comissão, onde eu solicitei que V. Exª assumisse a relatoria desse projeto, mas não sei V. Exª a assumiu. Por isso mesmo, eu queria apenas ressaltar a existência do projeto e saber se, efetivamente, V. Exª já despachou indicando o Relator, que, se não é V. Exª, eu gostaria de saber quem é, para solicitar que o projeto venha à pauta desta Comissão, aproveitando justamente essa série de requerimentos tratando da questão do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Qual o número do projeto?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Trata-se do PLS nº 86, de 4 de março de 2015.

Mas, prosseguindo, Sr. Presidente, ainda assim, eu justamente queria parabenizar V. Exª pelo trabalho que faz nesta Comissão liderando a defesa da bacia do Rio São Francisco na Bahia, que me tem como uma das suas lideradas e que está muito bem defendida nessa série de requerimentos que V. Exª apresenta à Comissão e vota aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata, esse projeto é muito importante e está sob minha relatoria. Estamos preparando o relatório. Creio que, na

próxima reunião da CMA, vamos trazê-lo para votação. Estamos analisando. Já fui informado de qual é, porque estou relatando alguns.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço justamente porque eu havia sugerido que, pelo interesse, pela atitude e pelo compromisso de V. Exª com o tema, pudesse V. Exª mesmo ser o Relator. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senadora Lídice da Mata, uma guerreira na defesa dos interesses do Estado da Bahia. V. Exª é uma pessoa por quem tenho grande admiração e respeito. Possui uma história de vida bonita: foi prefeita de Salvador, deputada estadual, deputada federal, é senadora, só falta ser governadora. Mas, de vez em quando, ela diz isso em discurso na Bahia. A Bahia precisa ter uma governadora. Não é isso, Senadora? V. Exª não fala isso sempre? *(Risos.)*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu me contento com os amigos que são governadores. Um dia, quem sabe! Eu tenho o desejo, sem dúvida, de que uma mulher, não, necessariamente, eu, possa ser governadora do Acre, da Bahia, do Pará... O Acre já teve, o Pará já teve duas... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas tenho certeza de que a Bahia com a Lídice seria boa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – As mulheres sempre agregam um valor importante na sua participação na política.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É uma questão de disputa eleitoral do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro, contenha-se um pouco com a Senadora Lídice da Mata porque ela é de Iansã, Santa Bárbara, é guerreira! Tenha calma nas suas colocações!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Não é nada contra... Pelo contrário, é minha rainha. *(Risos.)*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – São os conhecimentos profundos que o Senador tem da religião afro-brasileira. Com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com muito orgulho, porque sou baiano da gema.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Respeito e valorizo muito a cultura, a tradição religiosa, que é fundamental para todos os baianos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para os baianos e para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Todos os grandes baianos louvavam essa religiosidade, essa cultura, inclusive o nosso maior escritor, Jorge Amado, que deixou coisas belíssimas escritas sobre esse tema.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Passamos ao próximo item.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 71, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são:

- *Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu queria, inclusive, destacar o apoio que recebemos do Ministro Eduardo Braga, das Minas e Energia. Tive duas audiências com o Ministro para tratar do tema da bacia do Rio São Francisco. Ele nos recebeu e, através da P&D Aneel, está levantando a possibilidade de se fazer, já está em andamento, um convênio com o Instituto de Florestas da Bahia, que foi criado há alguns anos e que tem em Sauípe um sítio de 60 tarefas, onde planta todas as mudas da Mata Atlântica. Temos, hoje, todas as mudas da Mata Atlântica, que, ao longo dos anos, foi devastada. Lá há mudas de qualquer planta.

Ele já teve encontro com o pessoal da P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), e está em andamento um convênio para se fazer um projeto-piloto no que eu considero o principal afluente do Rio São Francisco, na Bahia, que é o Rio Corrente, que nasce em Correntina. São várias nascentes, algumas já comprometidas, com matas destruídas.

E esse instituto é interessantíssimo, porque conseguiu mudas de todas as árvores da Mata Atlântica que foram, ao longo dos anos, destruídas: caviúna, cerejeira, baraúna, imbuia, pau d'arco, camaçari, que dá muito na região metropolitana de Salvador... Enfim ele conseguiu muda de todo tipo de árvore que se imaginar. Há todas essas mudas, algumas delas, inclusive, de crescimento mais acelerado. Isso pode contribuir muito...

Ele já tem *know-how*. De todos os polos industriais da Bahia – eu fiz o levantamento –, talvez o de Camaçari seja o que tem a maior preocupação com o meio ambiente, pela Cetrel (Central de Tratamento de Efluentes Líquidos), que talvez seja a empresa mais qualificada do Brasil no tratamento de efluentes líquidos e sólidos. E, com a participação que teve com estudos de florestas, isso levou a se fazer, no Polo Industrial de Camaçari, o reflorestamento de várias nascentes, inclusive de vários rios intermitentes e até de rios perenes da região, o que deu um resultado espetacular.

Serve, inclusive, de exemplo para o Brasil ter essa experiência presidida por um baiano dedicado a essa causa há muito tempo, o Dr. Alvaro Oyama, que tem trabalhado e é um apaixonado por essa causa de reflorestamento da Mata Atlântica de todo o entorno da área do Polo Industrial de Camaçari.

E, para esse projeto-piloto de revitalização da bacia do Rio Corrente, eu tenho absoluta certeza, vou contar com a sua força e com o seu apoio, como já tenho contado aqui, de que vamos, juntos, trabalhar para dar um novo alento a essa questão da revitalização do Rio São Francisco.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Além, é claro, do estudo já iniciado da revitalização do Rio Paraguaçu, que é o rio de todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sim, é o rio da nossa Chapada Diamantina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ..., sem dúvida, da nossa Chapada, da nossa cidade de Cachoeira, e o rio que abastece boa parte das cidades baianas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Isso. O Rio Paraguaçu nasce na minha região, onde nasci, na Chapada Diamantina, na cidade de Barra da Estiva, região da seca na Bahia. Há um contrassenso, Senador Flexa Ribeiro, porque ele nasce na região da seca, sai da região da seca, atravessa a Chapada toda, chega à cidade de Cachoeira, cidade heroica...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Heroica.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Foi de Cachoeira que surgiram os baianos que fizeram a verdadeira independência do Brasil, no dia 2 de julho, data comemorada pela Senadora Lídice da Mata. No dia 25 de junho, o governo é transferido para a cidade dela, para Cachoeira, por indicação dela.

Lá existia a Barragem de Bananeiras, que supria São Félix e Cachoeira. É um projeto antigo, feito ainda pelo ex-Senador Antonio Carlos Magalhães e construído pelo Governador João Durval Carneiro, a principal obra de todos os tempos na Bahia, a da Barragem de Pedra do Cavalo, alimentada pelo Rio Paraguaçu. Foi o João Durval que a inaugurou na época. Essa barragem é suprida por esse rio que vem da seca e já tem grandes áreas preservadas. Lá está o Parque Nacional da Chapada Diamantina, que tem preservação. Nós, em 2002, fizemos um projeto chamado Sempre Viva, que preservou, por decreto, uma área de 70 mil hectares na região de Mucugê e Ibicoara. A sempre-viva é uma plantinha que dá na Chapada. Por isso, o projeto se chama Sempre Viva. Algumas nascentes estão preservadas, outras não, como é o caso do Rio Utinga, do Rio Santo Antônio e do Rio São José, em que estamos trabalhando. Mas é responsabilidade do Governo do Estado – o Governador Rui Costa recriou a Secretaria de Infraestrutura Hídrica com essa finalidade – revitalizar completamente o Rio Paraguaçu. Mas esse rio, que vem de uma área seca, supre, hoje, 52% de toda a água oferecida pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. É uma coisa fantástica: um rio que vem de uma área seca supre a região metropolitana de Salvador, que só anda alagada por chuvas permanentes, como aconteceu agora. Como não há, nessa região próxima ao litoral, nenhuma bacia para se fazer uma grande barragem, foi feita na terra que a Senadora Lídice da Mata considera como sua pátria, que é a cidade de Cachoeira. Aliás, ela tem como sua pátria a cidade de Cachoeira, de Alagoinhas e outras tantas cidades de que ela se considera filha.

Portanto, vou passar agora ao item 13, para concluir, daqui a pouco, com o item 14. Nós podemos até votar os dois itens em globo para atender o nobre Senador Flexa Ribeiro, que está um tanto quanto ansioso. Então, podemos votar em globo.

Votação, em globo, dos itens 13 e 14. Vou ler um só, porque são matérias parecidas, idênticas. Requerimento nº 72, de 2015.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 72, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições:

- Ministério dos Transportes;

- *Ministério da Agricultura;*
- *Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR)*
- *Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);*
- *Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);*
- *Agência Nacional de Águas (Ana);*

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 73, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições:

- *Ministério do Meio Ambiente (MMA);*
- *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);*
- *Secretaria do Patrimônio da União (SPU);*
- *Universidade Federal do Tocantins (UFTO)*
- *Instituto Socioambiental (ISA);*
- *Instituto Araguaia de Proteção Ambiental;*

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

O outro requerimento também é do Senador Donizeti Nogueira. Só mudam as pessoas, mas versam sobre o mesmo assunto.

Quero parabenizar o Senador Donizeti Nogueira por sua preocupação com o Rio Araguaia, superimportante, e também com o Rio Tocantins, um rio muito importante da região.

Coloco em votação os dois.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, na verdade, esses dois requerimentos decorrem do projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, que está sob a relatoria do Senador Douglas Cintra. Eu combinei com ele que, antes de trazer o projeto para, novamente, ser debatido aqui, nesta Comissão, a gente faria essas duas audiências públicas para aprofundar o debate sobre o aproveitamento e a preservação do Rio Araguaia. Peço o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para que a gente possa aprovar esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados os dois requerimentos do nobre Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Quer discutir?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

Desculpe-me. Peço desculpas ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Somente para também, como V. Ex^a já fez, parabenizar o Senador Donizeti Nogueira. É importante, como diz o Requerimento, que se façam essas audiências para que se possa estudar e ter a preservação da calha principal, do curso natural do Rio Araguaia. O Brasil, Senador Donizeti, tem um projeto da maior importância, da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que, quando estiver implantada, vai permitir o escoamento da produção desde um local próximo a Brasília até a saída lá pela foz do Rio Amazonas ou Belém. E permitirá não só o escoamento da produção, mas também a entrada dos insumos para o desenvolvimento, de adubo e de outros insumos importantes, a um preço bem menor para o consumidor, porque o modal de transporte aquaviário é o mais barato.

Então, eu acho importante o requerimento de V. Ex^a, para que se discuta em duas audiências públicas a preservação da calha principal, e vamos avançar, aproveitar a sua audiência pública para discutir a questão da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Flexa Ribeiro, esse projeto de lei da Senadora Kátia Abreu veda muitas coisas a serem feitas no Rio Araguaia. O Senador Douglas Cintra tinha um parecer pelo o arquivamento e rejeição do projeto. Nós resolvemos, nessa conversa com ele, nessa discussão, aprofundar esse debate, de forma que, mesmo que a gente aproveite o potencial hidroviário do rio e outras potencialidades que ele tenha, a gente não corra o risco de degradá-lo e fazer com que ele seja prejudicado. Então, eu acredito que vá dar para a gente fazer um aprofundamento muito grande. A gente tem a hidrelétrica de Santa Isabel, que está projetada... A partir desse debate envolvendo todos esses atores, a gente vai ter clareza se é viável, se é necessário fazer a hidrelétrica de Santa Isabel. Há a questão da hidrovia no Rio Araguaia. Uma vez que o rio que vai fazer sair de perto de Brasília para chegar até lá, na foz, como o senhor diz, é o Rio Tocantins, que hoje já é quase um único lago, dado o número de hidrelétricas que já o compõem.

Então, nós vamos fazer um grande debate aqui. São muito importantes as suas observações. E, certamente, essas audiências serão muito bem frequentadas, principalmente pela bancada da Amazônia, que tem uma responsabilidade maior com o Rio Araguaia e com a Bacia Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sem sombra de dúvida, Senador Donizeti, nós vamos poder aprofundar a discussão sobre o aproveitamento com responsabilidade, sustentável, da bacia do Rio Araguaia, porque é ele, junto com o Tocantins, que compõe a hidrovia que vai fazer essa ligação com o Centro-Oeste do País.

Eu tive até oportunidade de conversar com a Senadora Kátia Abreu sobre o objeto do projeto. Ela praticamente engessa o Rio Araguaia. Eu fui Relator em alguma Comissão – não lembro em qual – e meu parecer foi pela rejeição do projeto, como está sendo o do Senador Douglas Cintra, porque o projeto, Senador Otto, é muito duro no seu objeto. Se aprovado, vai tornar o Rio Araguaia intocável, e é preciso, como o Senador Donizeti colocou aqui, que se aprofundem os estudos para se ver a manutenção do rio, sem prejuízo à sustentabilidade dele, mas também seu aproveitamento, para que as condições dos brasileiros que estão nessas duas regiões possam melhorar cada vez mais, para que eles possam ter melhor qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O item 15 é de autoria do Deputado Weliton Prado. O Senador Romero Jucá, Relator, não está presente.

Da mesma forma o item 16, do Senador Douglas Cintra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana para o item 17.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente. Se o Senador Jorge Viana permitir, estou sendo chamado na CAE, que precisa de um Senador para completar o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vai fazer falta, mas V. Ex^a está liberado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós temos dois terminativos aqui, que eu já vi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Quais são os dois?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O 20 e o 21. Mas não temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O 20 não precisa nem de quórum, porque já estamos na segunda votação e não foi oferecida emenda. Então, posso colocar em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não precisa de quórum?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não, nem votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, eu pedi a palavra pela ordem para pedir a V. Ex^a que pautar para a próxima reunião da CMA projeto de minha autoria de nº 258, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Será pautado, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele trata da questão da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo. Esse foi um projeto que já tramitou aqui. O Senador Jorge Viana se posicionou contrariamente, o Senador Pedro Taques, que hoje é Governador de Mato Grosso, pediu até uma audiência, mas surgiu, Senador Jorge Viana, um dado: O ICMBio deu um parecer favorável para que seja desmembrado, para que possa haver a utilização para o turismo, que é uma das fontes de renda daquela região.

Então, eu gostaria que V. Ex^a pudesse pautar para o projeto andar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço, até para facilitar o encaminhamento de V. Ex^a, que, se V. Ex^a puder, nos remeta já esse parecer para a gente já ir tomando conhecimento do ambiente novo que temos para deliberarmos, como o Presidente está se propondo a acatar o pedido de V. Ex^a,

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Farei isto. Acredito que já esteja no corpo do processo, mas eu encaminharei ao gabinete de V. Ex^a para que a gente possa, se o Presidente pautar a matéria, aprová-lo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Jorge Viana para o item 17.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, antes de mais nada, cumprimentar e agradecer V. Ex^a pelo encaminhamento do item 1, que foi aprovado hoje aqui. É um requerimento de minha autoria que eu acho muito apropriado para uma das prerrogativas desta Comissão, prerrogativas tão amplas, pois tratam da defesa do consumidor, de fiscalização, controle e do meio ambiente. Então, de fato, Senador Otto, esta Comissão tem um espectro de trabalho enorme, pois trata de meio ambiente, de defesa do consumidor e de fiscalização e controle.

O meu requerimento prevê uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor por conta da aplicação das bandeiras tarifárias que a Aneel autoriza agora as operadoras a fazerem. No

Acre, por exemplo, que está interligado ao Sistema Nacional, que fica ali próximo, em Rondônia, que trabalha a geração de energia com o uso de bacias hidrográficas nossas da Região, nós estamos na bandeira vermelha. Ou sejam, temos um adicional de conta. Nós exportamos energia na Região, na Amazônia, e pagamos a maior tarifa.

Isso é inexplicável! É um absurdo! Quer dizer, o centro-sul do País consome energia gerada na Amazônia e quem paga uma conta adicional maior são os moradores da Amazônia.

Então, o requerimento prevê essa audiência pública para que se busque uma explicação e que se estabeleçam outros critérios. Nós deveríamos receber por estarmos gerando energia, não pagar por isso.

Então, agradeço a votação e espero que se faça...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª quer que retire de pauta?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, não, eu estou agradecendo pela votação do item 1, que V. Exª aprovou hoje...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Do item 1, eu sei. Mas o item 17...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e só reforçando que seria importante marcarmos essa audiência, já que foi aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas V. Exª tinha falado antes também que iria retirar de pauta o item 17.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agora, em relação ao item 17, de que eu sou Relator, eu acho que é um projeto da maior importância pelo outro lado da Comissão aqui, mais de meio ambiente, eu queria melhorar o meu relatório. Então, não tenho outro óbice a não ser o de trazer o meu relatório na nossa próxima reunião com algumas alterações que quero fazer nele, já que sou Relator.

É este o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª será atendido.

O item 18 também é do Romero Jucá, que não está presente.

O item 19 é do Aloysio Nunes Ferreira, que também não está presente.

Vou só ler o item 20. É a segunda votação.

Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013. Terminativo.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar

Observações:

-Em reunião realizada em 14/07/2015, foi aprovado o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013, por unanimidade.

-A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284).

A matéria está em discussão.

O substitutivo ao Projeto foi aprovado na última reunião deliberativa da Comissão, quando foram apresentadas emendas ao substitutivo no turno suplementar.

O mesmo é dado como aprovado, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O autor do item 21 não está presente.

Extrapauta.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial nº 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo, para tanto, ser novamente oficiada a Presidente da República para prestar os devidos esclarecimentos.

Autoria: Senador Otto Alencar

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora para discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como não há nenhuma outra matéria, está encerrada...

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria, pedindo a compreensão dos colegas, rapidinho, mais três minutos.

Estou, aqui hoje porque aqui também é uma comissão de defesa do consumidor. Estamos vivendo, no Acre, um drama que tenho que compartilhar no plenário desta Comissão: é o dos abusivos preços das passagens aéreas e a falta de alternativa para quem quer ir. Eu estou indo para o Acre toda semana. Ontem, no jantar com a Presidenta, os colegas perguntaram como é que eu faço. Eu pego um voo uma hora da manhã – tem duas horas de fuso – e chego aqui às 7 da manhã. Agora, o problema não é só esse esgotamento físico de quem precisa ir por conta dos horários de voo. A pista de Rio Branco está em obras e as companhias aéreas estão operando só na parte da noite. O problema é o abuso de TAM e da Gol em relação às tarifas, Sr. Presidente.

Então, desde 2012 que trago este tema para esta Comissão. É um assunto gravíssimo o custo de passagem no Brasil. É gravíssimo. O preço do petróleo era tido como o grande vilão, porque o preço do barril passava dos US\$100,00, mas agora ele é de US\$45,00. Eles diziam que o preço do petróleo chegava a 40% do custo das passagens no Brasil, mas agora o petróleo está menos da metade do que era e as passagens aumentaram, custam o dobro do que custavam. Uma passagem de avião para o Acre, segundo minha assessoria... Vou fazer um pronunciamento hoje na tribuna do Senado. Só para se ter uma ideia, para o dia 17 de agosto, a passagem de ida custa R\$1.500,00, assim como a de volta. A pesquisa foi feita no dia 24. Ida e volta custariam R\$3.000,00, sendo que ida e volta para Nova York sairia por R\$1.300,00. Então, ida e volta para Nova York sai mais barato do que ida para o Acre. Isto se se comprar com antecedência. É muito mais barato, como está dizendo aqui a nossa amiga assessora Cíntia.

E mais ainda: a assessoria fez um apanhado comparando os preços de passagem para o Acre com os preços de passagens para Nova York, para Madri, para Tóquio. Todas essas passagens de ida e volta são bem mais baratas. Então, é muito mais barato ir para Tóquio e voltar de lá do que ir para Rio Branco e voltar de lá. E a população da Amazônia, a população do meu Estado não tem no transporte aéreo um luxo. Não é um capricho andar de avião, não é porque se tem pressa, mas por necessidade. É um transporte.

Então, eu queria compartilhar com os colegas do Plenário e com V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Eu apresentei... Já fizemos duas audiências públicas aqui, e eu vou entrar com outro requerimento, porque os tempos são outros, o preço do petróleo é outro, e nós não temos como conviver com essa situação. Vou apresentar meu requerimento hoje no Plenário e vou encaminhar, na terça-feira, um requerimento, aqui, de audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Se V. Ex^a quiser colocar extrapauta, nós podemos votar agora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria, porque este aqui é um pedido de informação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Esse é um tema importante.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e tem que ser feito exclusivamente no Plenário, mas o de audiência pública eu vou trazer na terça.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu acho, inclusive, Senador Jorge Viana, que poderíamos fazer um requerimento para o Tribunal de Contas da União auditar, se é que ele tem competência para auditar. Não sei se ele tem competência para auditar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É, porque nós precisamos colocar aqui – eu queria sugerir isto a V. Ex^a – os dirigentes das empresas. Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Se há recursos públicos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o mais grave, o mais grave, Sr. Presidente, é que a Azul e a Trip, que fazem o voo Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, querem abrir um voo de Rio Branco a Brasília mas não é permitido, porque a Gol e a TAM não permitem. Quer dizer, há um mercado. O Brasil não tem aviação regional. Não tem.

O pedido de informação, inclusive, é no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil, da Anac. Eu vou estar também com o Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, estou pedindo uma audiência. Não tem sentido o Norte e o Nordeste do Brasil viverem essa situação de penúria. Houve crescimento econômico no governo do Presidente Lula, houve melhoria, as pessoas mais pobres estão andando de avião, nós temos mais de 120 milhões de brasileiros andando de avião por ano, os aeroportos estão... E as companhias aéreas, em vez de reduzirem as tarifas porque aumentou o mercado, porque há mais consumidores, estão fazendo a exploração daqueles que podem menos. Do mesmo jeito que a Aneel está explorando com a bandeira vermelha para a Amazônia, as tarifas de transporte aéreo para a Amazônia são proibitivas.

Eu, daqui a pouco, vou ser investigado. Sabem por quê? Alguém, algum iluminado aí desses que gostam de querer ver problema em tudo que é atividade dos Senadores... Sabe por quê? Sabe como é que eu estou fazendo para vir? Eu estou comprando passagem de Rio Branco para Manaus. Como de Rio Branco não há voo da TAM ou da Gol para Manaus – tem que vir via Brasília –, eu compro passagem para Manaus por R\$700,00 e desço em Brasília, e o avião, depois, segue para Manaus. E eu nunca vou a Manaus. Então, vai aparecer lá que eu devo ser o maior frequentador de Manaus, sem ter ido lá uma única vez.

Eu lido com dinheiro público. Eu compro passagem com três meses de antecedência. Eu mudei as regras de aquisição de passagem na Mesa Diretora do Senado – antes, a gente só podia ter o ressarcimento depois de voar –, mas mudei para que o Senado gaste menos.

Então, eu estou dando um jeito. Estou comprando passagem com três meses de antecedência, indo para Manaus, sem ir a Manaus, para poder gastar menos dinheiro público. Mas isso é um abuso, e a luta agora é para ver se a Azul também pode fazer um voo. Eu vou apresentar uma proposta alterando essa malha viária no País e criando, flexibilizando, para que, onde não temos aviação regional, as companhias nacionais possam operar independentemente, para não haver reserva de mercado para a TAM e para a Gol.

Então, vou apresentar mais uma vez – desde 2012 que eu apresento requerimentos aqui... O Senador Eduardo Amorim também já trabalhou muito esse tema comigo. Vou apresentar, devemos fazer uma nova audiência pública...

Nós temos sérios problemas. O preço do petróleo agora é menos da metade do que era, e nós não podemos ter a população mais pobre, que mora nas regiões mais isoladas do País, sendo explorada, como nós estamos sendo. A tarifa agora é de R\$1.700,00, mas, na semana passada, era de R\$2.400,00, R\$2.500,00. Eu estou querendo fazer uma reunião de planejamento do meu gabinete de Brasília com o do Acre, mas não posso fazer, porque não acho correto pagar R\$5 mil por uma passagem de ida e volta para Rio Branco para levar um assessor para fazer um trabalho comigo. Custa R\$5 mil cada passagem de ida e volta para Rio Branco. Isso é uma executiva para ir para a Europa, para um bacana ir passear na Europa e voltar, e a gente não consegue ir e vir dentro do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Concordo...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ... com V. Ex^a. Acho, inclusive, que a Anac poderia verificar essa composição de tarifas e de preços. Ela poderia fazer uma verificação.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É só para me solidarizar e entrar no mesmo time do Senador Jorge Viana. Uma passagem para Palmas hoje custa R\$800,00, e são 55 minutos de voo. Está muito cara.

E ainda há uma distorção aqui, no Senado. Os Parlamentares de São Paulo, por exemplo, ganham até um pouco mais ou o mesmo valor que a gente ganha para passagens, sendo que a passagem daqui para São Paulo custa cerca de 50% menos do que a passagem para Palmas, para o Acre, etc.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – É uma audiência pública que nós vamos fazer.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu serei signatário, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É isto que eu falo: até nas passagens o Brasil é diversificado. Há diferenças. É por isso não cabe uma receita única para todos Estados, para todas as localidades do Brasil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O negócio é comprar um puxadinho em Barcelona e vir trabalhar no Senado toda semana. Vai voar um pouco mais de avião, mas vai sair mais barato para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu acho, inclusive, Senador Jorge Viana, que V. Ex^a deveria notificar a Presidência do Senado que o senhor não vai a Manaus, mas desce em Brasília. Deveria notificar, oficializar, mostrar, porque, daqui a pouco, certamente, alguém vai levantar isso, e o fiscal da lei, que é o Ministério Público, por não ter essa informação, não por má-fé... Eu não creio que o Ministério Público vá agir, em momento algum, por má-fé, até porque, se há um órgão, na minha vida pública, que me ajudou muito a chegar até aqui, é o Ministério Público. Eu fui secretário de Estado três vezes, fui governador do Estado, fui conselheiro do Tribunal e Presidente da Assembleia e nunca tomei uma atitude em relação a algo sobre o que eu tivesse dúvida, sobre a

formação de um edital ou a homologação de uma licitação, sem perguntar antes ao fiscal da lei se eu poderia fazer ou não. Quando era autorizado, eu fazia; quando não autorizado, não fazia.

Eu quero, inclusive, aqui, destacar a Presidente Dilma, que mostra, com o envio do nome do Procurador-Geral Rodrigo Janot a esta Casa, que quer a apuração de todos os fatos. Nada ficará sem apuração, como aconteceu em décadas passadas, e ainda temos aquela lembrança, que não é uma lembrança bonita para o Brasil, do "engavetador-geral" da República. Então, a Presidente Dilma, encaminhando o nome de Rodrigo Janot, quer que continue a apuração, para que aqueles que foram pelo caminho errado sejam punidos e para que aqueles que não foram sejam absolvidos.

Como não há nenhuma outra matéria para se discutir, declaro encerrada a reunião.



ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Douglas Cintra, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho e Eduardo Amorim. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 59, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Senhor Herton Araújo, ex-Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a fim de explicar as suspeitas de possível ingerência na não divulgação, durante a campanha de 2014, de dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2013, que mostravam aumento da extrema pobreza no Brasil. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 75, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal (CF) e do art. 3º da Resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 215, de 2008, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) solicite que o TCU fiscalize – por economia processual –, no âmbito do Processo TC-005.335/2015-9, que trata da prestação de contas do governo federal referente ao exercício de 2014, a legalidade dos decretos abaixo relacionados e, ao final, manifeste-se a este Colegiado: 01) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 62.219.369,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 02) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Militar da União, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 15.021.672.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 03) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento da seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 475.887.240,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 04) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 12.571.676,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 05) DECRETO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 155.116.648,00, para

reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 06) DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 693.354.378,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 07) DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 95.943.426,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 08) DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 429.975.667,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 09) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 409.096.054,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 10) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Militar da União, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 15.021.672.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente 11) DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 409.096.054,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Autoria: Senador Ataídes Oliveira e outros. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1.206/2015, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação, que trata de Relatório da Auditoria Coordenada Internacional que analisou a política pública de conservação da biodiversidade por meio da avaliação da gestão de áreas protegidas da América Latina (TC-006.762/2014-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 5) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para tratar do prazo de entrega de imóveis adquiridos em fase de incorporação e dá outras providências. Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer a incidência de multa na hipótese de atraso na entrega do imóvel por parte da incorporadora ou construtora. Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 16/2015 com uma emenda e pela rejeição do PLS nº 279/2014. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do PLS nº 279, de 2014; e pela aprovação do PLC nº 16, de 2015, com a emenda nº 1-CMA. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre sanções aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações com base nas reclamações fundamentadas registradas nos órgãos públicos de defesa do consumidor. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011 – Terminativo. Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de reserva permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 – Terminativo. Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1 a 13 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Retirado de pauta pela relatora. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 77, de 2015. Conforme acordado com este colegiado na terça-feira passada (11), requeremos a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater sobre a oferta de linhas aéreas na região Norte, o mercado de aviação civil no País, bem como a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil do Senado. Ademais, será discutido se há, ou não, impedimentos ou barreiras para novas companhias aéreas ofertarem voos para a região Norte. Além de os preços cobrados da população que reside na Amazônia brasileira serem abusivos, a oferta de voos é deficitária e os horários são sacrificantes. Na Amazônia, o transporte aéreo não é apenas mais uma alternativa de locomoção, e sim um serviço de primeira necessidade. Para tanto, convidamos: • Sr. Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; • Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor- Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; • Sra. Claudia Sender, Presidente da TAM Linhas Aéreas; • Sr. Paulo Sergio Kakinoff, Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes; • Sr. David Neeleman, Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; e • Sr. José Efromovich, Presidente da Avianca Brasil. Autoria: Senador Jorge Viana e outros. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **OTTO ALENCAR**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

Passo a falar sobre um assunto que interessa muito ao Congresso Nacional.

Minha saudação ao Senador Ataídes, Vice-Presidente, e à Senadora Lídice da Mata.

Semana passada, aprovamos aqui um requerimento extrapauta, encaminhando ao Tribunal de Contas, para que apreciasse, decretos publicados no *Diário Oficial*, da Presidente da República, com abertura de crédito suplementar, segundo o Procurador, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, sem autorização do Congresso Nacional, ou seja, infringindo a Constituição Federal, creio que o art. 167 da Constituição Federal, e também decreto sem numeração.

Por isso nós aprovamos aqui um requerimento de minha autoria, extrapauta, como foram feitos outras vezes aqui, e encaminhamos ao Tribunal de Contas, que deu mais 15 dias para que a Presidente da República pudesse se explicar.

O Tribunal de Contas da União é um órgão que eu conheço bem. Eu fui Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. O Senador Ataídes, cioso da nossa responsabilidade, inclusive nos questionou, e eu mandei para ele as explicações do meu ato.

Eu falo com a experiência de quem foi, por cinco anos, Conselheiro. Conheço perfeitamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovada em 2000 e foi sancionada pelo então Presidente

Fernando Henrique Cardoso. É uma lei que deu uma contribuição muito grande à gestão para, de alguma forma, limitar o poder do Executivo. E ao que a lei serve mesmo, naquilo para o qual foi aprovada pelas Casas Legislativas, pelo Congresso é exatamente para limitar o poder de quem está no Executivo. Essa legislação sempre é feita assim.

Essa é uma lei importante que, aliás, precisa ser modificada. Eu já apresentei aqui duas emendas à Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo no que tange ao art. 23 e ao art. 42.

No meu Estado – não sei se é assim nos outros Estados, no Tocantins –, o Estado da Bahia, nos últimos dez anos, 43 Municípios tiveram perda de arrecadação por perda de população, êxodo rural. Então, Municípios que, no Fundo de Participação dos Municípios, eram 1,2 de arrecadação, que dá mais ou menos R\$2 milhões por mês, passaram a ser 0,6 e passam a ter uma arrecadação de metade ou de menos da metade disso. É o caso, por exemplo, do Município que a Senadora Lídice da Mata conhece, Nova Redenção, na Chapada Diamantina, que chegou a ser 1,0, e hoje é 0,6. Só que, com a perda de população, perde-se a arrecadação. E a culpa não é do prefeito por ter perdido a arrecadação.

A migração no Brasil e no mundo é uma coisa normal. Sai-se do Nordeste para vir a São Paulo há séculos, há muito tempo que se vem atrás de emprego em São Paulo, ao ponto de um nordestino terminar sendo Presidente da República de tanta migração que houve, o Presidente Lula.

Então, 43 Municípios perderam arrecadação por perda de população, só que esses Municípios, Senador Ataídes, fizeram, ao longo dos anos – a Senadora Lídice conhece isso –, concurso público, que a lei assim estabelece. E o Ministério Público – que é o grande órgão, talvez, de todos os órgãos criados na Constituição de 1988, esse é o que melhor serve o País na fiscalização dos atos do Poder Executivo –, entende que um Município não pode demitir, até porque a lei não permite, porque os funcionários são concursados. Então, esses Municípios – como, por exemplo, é o caso do Município de Nova Redenção, como é o caso do Município de Potiraguá, que também chegou a ter 14 mil habitantes e hoje tem 8 mil – têm funcionários concursados estáveis, e o comprometimento da folha – eles não podem ser demitidos porque são concursados – chega até 68% da arrecadação do Município, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal manda que não pode ultrapassar 54%. Como ele não pode demitir, ele compromete a arrecadação, 68%, só com pessoal.

Resultado: a Lei de Responsabilidade Fiscal diz o seguinte, que no primeiro ano em que ultrapassar 54%, o gestor, prefeito é multado em 30% dos seus subsídios; no segundo ano, ele tem contas rejeitadas e é colocado como ficha suja, sem ter culpa absolutamente nenhuma de ter ultrapassado 54%, porque ele perdeu arrecadação e ele tem transferência obrigatória do fundo de participação.

Outro caso que aconteceu também no meu Estado, também no Brasil inteiro, em 2013 e 2014, mais em 2012 e 2013, a Presidente Dilma Rousseff diminuiu o IPI da linha branca e dos automóveis. Todos os Estados e Municípios tiveram queda na arrecadação. Só o Estado da Bahia perdeu R\$600 milhões do FPE em 2013, o que alterou muito o orçamento do Estado. Os Municípios perderam também. Resultado: em 2014, a maioria dos prefeitos do Estado da Bahia tiveram contas rejeitadas em função do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz o seguinte: se o prefeito não pagar tudo que empenhou no exercício dele dos quatro anos, deixar alguma coisa empenhada sem pagar, ele tem conta rejeitada e é encaminhado ao Ministério Público.

Na Bahia, o art. 42, em 2014, foi responsável pela rejeição de mais de cem contas de prefeituras, de prefeitos que perderam arrecadação, porque se baixou o IPI, e, baixando o IPI, diminuiu-se o Fundo de Participação dos Municípios. Os prefeitos não tiveram culpa pela perda de arrecadação, mas tiveram contas rejeitadas e foram encaminhados ao Ministério Público.

Por isso, apresentei duas emendas ao art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao art. 42, dizendo o seguinte: quando o prefeito tiver perda de arrecadação, ou o governador, e ele não pode pagar no exercício aquilo que ele empenhou, ele fica desobrigado se ele teve perda de arrecadação e

a culpa não é dele. A culpa é de quem comanda, que é Brasília, quem define é Brasília. A Constituição Federal tem certos absurdos que o Congresso Nacional devia ter corrigido há muito tempo.

Senador Ataídes, o Brasil é o único país democrático do mundo, vou repetir, o Brasil é o único país democrático do mundo em que a letra de lei que faz, que diz como é que vai distribuir o ICMS, que é um imposto dos Estados, arrecadado nos Estados, é a Constituição de 1988. Isso é uma aberração! Como uma Constituição pode definir que o ICMS para ser distribuído tem que ser pela Constituição Federal, quando deveria ser uma lei aprovada pelas assembleias dos Estados, que conhecem o perfil de cada Município. No Estado da Bahia, há um Município só que arrecada mais ICMS por mês do que 192 Municípios somados junto.

Então nessas coisas que a Lei de Responsabilidade Fiscal precisa ser alterada e a Constituição também. A Constituição devia ter jogado para as assembleias o direito e o poder de legislar na distribuição do ICMS. Então, ficam muitos recursos centralizados nos Municípios e os outros à míngua, como é o caso.

Portanto, o que eu quis dizer no meu requerimento foi que me chamou a atenção, que eu não posso acreditar que a Presidência da República, com o Ministério do Planejamento, com tanta assessoria que tem, possa publicar decreto, primeiro, sem numeração, segundo, abrir crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional. Isso é crime de responsabilidade e está claríssimo no art. 167, se eu não me engano, da Constituição Federal, inciso IX, se não me engano, assim de cabeça. Isso é uma coisa muito grave. Por isso, o requerimento.

Eu queria dizer mais. Até o Presidente da Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Eduardo Cunha, falou que está se valorizando demais o parecer que vai ser exarado pelo Tribunal de Contas da União. Não é se valorizar demais. O Tribunal de Contas da União, como os tribunais de contas dos Estados e dos Municípios... Os dos Municípios não rejeita conta de prefeito. Os dos Estados não rejeitam conta de Governador. O Tribunal de Contas da União não rejeita conta de Presidente da República. Opina pela rejeição porque as contas estão irregulares. Os juízes, se o Tribunal de Contas do Município opinar pela rejeição das contas da prefeitura, o juízes seremos nós, Senadores e Deputados Federais.

Eu aplaudi o Ministro Barroso, se não me engano, pois ele determinou que agora as contas sejam apreciadas pela sessão conjunta do Senado e da Câmara. Não pode ser isolado. Isso vai ao encontro do art. 49 da Constituição Federal, inciso III, que é muito claro: "as contas devem ser apreciadas numa sessão conjunta do Congresso Nacional". Se estava fazendo antes, ele até não acolheu o pedido da Senadora Rose de Freitas para que anulasse aquela sessão, mas determinou que, a partir de agora, seja pelas duas Casas conjuntas.

E eu quero dizer o seguinte: o Tribunal de Contas da União é um órgão perito. Ele faz auditoria das contas. E é assessor. Depois, ele opina se estão regulares ou irregulares. E a Lei de Responsabilidade Fiscal, Senador Flexa Ribeiro, Senador Reguffe, Senador Donizeti, tem de ser modificada. Ela é de 2000. E nós estamos em 2015. Ela tem que ser modificada.

Por exemplo, os arts. 35 e 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fala sobre o que é vedado ao gestor fazer, fala na vedação e no que é vedado. Mas não gradua a sanção em função da irregularidade cometida. E ela deixa a irregularidade como sinônimo quase de improbidade. E irregularidade é o não cumprimento da lei. Improbidade é desvio de recurso.

E aí, quando rejeita a conta de um prefeito lá do interior do Brasil, que não pôde cumprir os 15% da saúde porque perdeu arrecadação, que não pôde cumprir os 25% da educação porque perdeu arrecadação, a conta é rejeitada como se ele tivesse desviado recurso, quando, no caso, ele não teve arrecadação para cumprir os 15% e os 25%. E ele é transformado em ficha suja sendo um homem de bem.

Eu fui conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia por cinco anos e meio. Poderia ficar mais dez anos e renunciei ao cargo. Renunciei ao cargo porque, nos 417 Municípios da Bahia, há prefeitos, a

grande maioria, de homens direitos, de bem, honestos, que trabalham e de mulheres também, direitas e que trabalham – isso é um perfil do meu Estado –, mas há também alguns que desviam e descumprem a lei ou então desviam recursos e vão para improbidade administrativa.

Eu rejeitei contas de prefeitos porque não cumpriram os 15% da saúde, os 25% da educação e porque não cumpriram o art. 42, e posso atestar que são homens honrados. Alguns deles renunciaram, elegeram-se e renunciaram. E outros não querem mais saber de administrar nenhum Município. Pessoas corretas, de bem. Municípios na Bahia, eu conheço todos os 417. Você pode chegar e vai ver hospital funcionando bem, escola de primeira qualidade, a grande maioria, mas têm também aqueles que, primeiro, não estão preparados para administrar e, segundo, não estando preparados cometem a falha moral, que é a coisa mais grave que pode acontecer na vida pública, a falha moral.

O Brasil, hoje, vive uma crise em função de três atos. Primeiro e mais grave de todos, a crise moral da Petrobras, da Eletrobras, enfim, dos órgãos que estão aí comprometidos. Depois, a crise política e, por fim, a crise financeira e econômica que atravessa o País.

Senador Reguffe, mostrei aqui ao Senador Ataídes, no dia 17 de julho, eu fiz um discurso na tribuna dizendo que se o Governo Federal não tomasse uma providência para resolver a liquidez das empresas do Brasil, que estão aí comprometidas, e são 22 que estão na Lava Jato, ou seja, punir os seus diretores, como se pune nos Estados Unidos e salva-se a pessoa jurídica para continuar trabalhando, em um acordo de leniência... No dia 15 de julho eu falei sobre isto, que se essas empresas não tivessem a liquidez restabelecida nós iríamos caminhar para a falência dos bancos brasileiros. E, hoje, está aqui uma matéria do *Valor* dizendo exatamente isto que eu falei, que os bancos estão preocupados porque estão sem receber. As 22 empresas que estão comprometidas na Lava Jato devem aos bancos e à Bolsa R\$130 bilhões. Vou repetir, R\$130 bilhões é o que devem essas empresas à Bolsa e aos bancos. Resultado, quando não recebem vai para a perda parcial no banco, aí chamam o avalista ou, então, mandam ver as garantias. As garantias, dessas empresas da Lava Jato, com o passar dos meses, quase um ano, estão indo para a Bacia das Almas, o que valia 1 bi vale 500, porque ninguém vai pagar ou vai comprar ativo de empresa que está na Lava Jato sendo transformada em inidônea.

Portanto, nós podemos ter uma grave crise, como teve no Governo Fernando Henrique, em que foi obrigado, o Presidente, à época, a fazer o Proer para salvar os bancos. E pode acontecer também agora no Governo Dilma Rousseff.

Eu disse isso no dia, está aqui o discurso, 17 de julho de 2015 e hoje eu vejo que o *Valor*, o prestigiado jornal *Valor*, coloca que os bancos começam a chamar todas as empresas que estão na Lava Jato para que elas venham acertar as contas. Se não acertarem as contas, entrar em perda total, vai para o balanço do banco, e o banco vai quebrar. Além da quebra de empresas do Brasil, vai haver a quebra de bancos. Isso é uma coisa grave! Eu tive duas audiências com o Ministro responsável pela área e acentuei essa questão. E eu acho que o acordo leniência deve ser feito para que elas possam voltar a trabalhar, gerar emprego e renda.

No meu Estado, o desemprego é visível. Já são mais de 50 mil desempregados de carteira assinada. Só o estaleiro Enseada do Paraguaçu já demitiu seis mil, a Ferrovia Oeste-Leste está parada, são mais de oito mil desempregados.

O Brasil não pode parar e quem tem que liderar essa retomada é o Governo, é o Poder Executivo, liderada por quem foi eleita com o meu voto por duas vezes, em 2010 e em 2014, a Presidente Dilma. Ela tem que liderar! A liderança é dela! Ela tem que tomar a liderança para que o País não embarque no desemprego, na inflação e no descontrole total com o caos social.

Portanto, essa situação que eu coloco aqui é para dizer que o Tribunal de Contas da União, por ser um órgão perito, não vai rejeitar conta. Quem vai rejeitar ou aprovar conta somos nós, Senadores e Deputados Federais, em uma sessão conjunta do Congresso Nacional.

Eu dou a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que queria fazer um aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, primeiro, quero parabenizá-lo pelo requerimento, pelos projetos e pelo seu pronunciamento.

Tudo isso que está acontecendo no Estado da Bahia está acontecendo no Brasil por inteiro. No Estado do Pará, não é diferente. As prefeituras, a maioria delas, nós temos 144 Municípios, pode-se contar nos dedos da mão aquelas prefeituras que ainda se encontram em condições regulares, fora do caos.

Um Estado que sempre se destacou pela gestão do Governador Simão Jatene, desde Almir Gabriel, como um Estado cumpridor de suas obrigações, tem um endividamento acho que o menor endividamento dos Estados brasileiros. A legislação permite que o Estado possa alavancar duas vezes o valor da sua receita líquida. O Estado do Pará tem 0,2 de dívida, ou seja, tem 10% da capacidade que pode alavancar.

Tem um financiamento, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, desde o ano passado, de R\$600 milhões no BNDES que simplesmente não é liberado. E não é liberado simplesmente porque vai ter influência no superávit geral. O BNDES acaba de assinar um contrato, dia 25 de julho agora, financiando o segundo trecho do metrô do Panamá por R\$1,85 bilhão, quer dizer, o Brasil, apesar de tudo isso que está vindo ao conhecimento da sociedade, continua fazendo as mesmas coisas. Assina um contrato com financiamento para obra no exterior de R\$1,85 bilhão com financiamento do BNDES e não libera R\$600 milhões para um Estado brasileiro, que tem essa capacidade de endividamento.

O programa do PT, que foi ao ar há poucas semanas atrás, faz uma ode ao fato de o Governo ter incentivado, ter dado incentivo fiscal de IPI – se não me falha a memória – da ordem de R\$42 bilhões. Cinquenta e cinco por cento desse valor são tirados dos Estados e dos Municípios. Quer dizer, o Governo faz propaganda e ainda leva os governos estaduais e os governos municipais a ficarem em uma situação de dificuldade perante a sociedade, quer dos Municípios e do Estado.

Existem dezenas de projetos tramitando no Congresso Nacional que definem que a União pode sim – e deve – dar incentivos aos setores da economia, quando houver necessidade disso. Mas que esses incentivos sejam dados com a parte da União e não com a parte que cabe aos Estados e Municípios. Eu próprio tenho um projeto nessa direção que tramita há sete anos e não anda. Existe PEC já tramitando também desse jeito.

Então, é preciso que o Congresso Nacional defina isso, para que os Estados e os Municípios não fiquem na situação que V. Ex^a fez referência, quer dizer, o Governo dá incentivo de IPI, que é necessário dar em momentos da crise, mas que dê do valor que cabe a ele, e não do valor que é transferido a ele pela sociedade e que ele tem que repassar para os Estados e Municípios e não o faz.

Então, é lamentável! V. Ex^a tem toda a razão. Peço a Deus que consigamos atravessar essa crise com menos sacrifício possível da população brasileira, porque a cada dia que nós tomamos conhecimento de novos fatos, a crise, ao invés de se aliviar, ela se agrava. E isso não é bom.

V. Ex^a traz a notícia hoje do *Valor Econômico*, da situação das empresas que estão na Lava Jato, que são as maiores empresas do Brasil. Se forem levadas à insolvência, será como um jogo que nós brincávamos quando crianças, o dominó. Coloca as fichas de dominó, bate na primeira, as outras todas caem ao mesmo tempo.

Nós temos a obrigação e a responsabilidade de atentar para isso e que o Governo Federal possa tomar medidas. Lamentavelmente, até hoje, parece que não há crise no Brasil, para que está tudo às mil maravilhas, porque o Governo não fez um ato sequer que mostre: nós reconhecemos a crise e vamos cortar na própria carne, ou seja, diminuir o custo da máquina. O Estado brasileiro custa quatrocentos e tantos bilhões, R\$425 bilhões por ano. Então, é preciso que isso seja cortado em vez de fazerem os cortes que estão sendo feitos.

Espero que as soluções do Governo Federal possam vir na direção do que as ruas estão clamando. Tivemos uma nova manifestação ontem, uma manifestação que já não é só com referência à Presidenta Dilma, já leva ao ex-Presidente Lula, ao próprio Partido dos Trabalhadores, ou seja, a crise se agrava. Fazer Agenda Brasil, como o Presidente do Senado propôs, como um meio de dar um pouco de alívio ao Planalto não vai resolver o problema em que o Brasil se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Srs. Senadores, Srª Senadora.

Presidente, eu o ouvi enquanto o senhor falava, e tem algumas coisas que eu quero questionar. Por exemplo, essa questão da falta de gradação na penalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal. É o que o senhor estava colocando.

Outra questão é que há um desequilíbrio também na distribuição do FPM quando se tem um Município com dois mil habitantes e um com nove mil habitantes e o mesmo valor de FPM. Precisamos estudar isso, porque de dois mil habitantes para nove mil habitantes há uma diferença muito grande. Mesmo que fossem cinco mil já seria muito grande. O 0,6 parece que vai até nove, antes de dez, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O 0,6 passa a ser 0,8 quando ultrapassa 10.300 habitantes.

Por exemplo: na Bahia, o menor Município talvez seja Catolândia, que inclusive era isolado. Eu fiz a estrada de Catolândia agora, em 2014. Ele tem 3.200 habitantes. O que tem 9.900 recebe a mesma coisa que Catolândia recebe, só que Catolândia atende a todos os programas que foram aprovados aqui, neste Congresso Nacional: PSF, Projovem, Proidoso. Conselho Curador, Peti, Cras, CAPS. São doze programas que o Congresso criou, mandou o Município executar, deu atribuição para o Município executar, e não mandou recurso atrás.

Então baixar, não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O que eu acho é o seguinte...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu não proponho baixar, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ...é que de nove mil podia se aproximado para ser 0,8.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu acho que a gente tem que mudar essa escala. Baixar não tem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – De jeito nenhum!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – As atribuições são as mesmas.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu tenho Município no Tocantins que tem dois mil e tenho Município que tem nove mil que tem o mesmo FPM.

Temos que criar uma nova tabela para essa situação. Você não precisa abaixar, mas tem que criar uma nova tabela.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A outra questão que eu observei na sua fala e que é crucial é que, muitas vezes, o Prefeito faz a prestação de conta dele da educação e da saúde, e, lá, no tribunal, por um erro técnico aqui e ali, são glosadas algumas coisas. Nesta glosa, ele sai dos 25%, dos 15% e vai para aquela penalidade que o senhor colocava.

Então, penso que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é muito importante, precisa ser repensada em alguns aspectos, que o senhor bem colocava aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Porque ela já tem 15 anos. Muita coisa mudou no Brasil, ela precisa ser mudada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Precisa ser mudada, concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Agora, Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ela não pode ser mutilada, porque ela é um instrumento da maior importância.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não pode tirar o princípio...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Da responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não, não, da responsabilidade, não.

Mas, nessa questão da perda de arrecadação, não tem como.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, está correto. Se a perda não é por culpa do gestor...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Agora, Senador Donizeti...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tem que haver uma transição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Os tribunais todos dão direito aos prefeitos, o Tribunal de Contas dos Municípios e dos Estados, do pedido de reconsideração.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Isso é um direito, a lei permite. Eu, por exemplo, rejeitava as contas do Município tal, o prefeito tinha o direito de, em 15 dias depois, apresentar um pedido de reconsideração, que poderia ser negado ou não. E, além disso, havia o pedido de revisão, porque, às vezes, o auditor ou o coordenador de controle interno ou externo do tribunal não percebe que ele cumpriu a lei e o pune. E, às vezes, existe até a não observância de alguns princípios. Por isso, existe a rejeição, o direito do pedido de reconsideração e até o direito de revisão que os tribunais, pelo menos, dos Municípios, são obrigados a oferecer, não sei se a União é assim, mas dos Municípios é assim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – V. Ex^a é de um Estado bem mais maduro do que o Tocantins...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Maduro não, o primeiro do Brasil, descobriu lá.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, e o Tocantins é um Estado muito novo. Durante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O Brasil tem Porto Seguro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Durante um determinado período e um bom período, o Tribunal de Contas era instrumento para coagir prefeito para apoiar nas eleições. Hoje, isso vem evoluindo, a democracia vem crescendo, e isso vem sendo superado.

Mas era só para dizer dessas duas observações que V. Ex^a fez, que concordo e muito, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que precisamos encontrar uma maneira de rever.

Por último, é uma pergunta sobre a questão das empresas. Pode o Congresso, ou o Senado, ou a Câmara tomar uma iniciativa no sentido de agilizar esse processo, que não seja o acordo de leniência?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas só o Poder Executivo pode fazer isso, o Congresso não tem condição. O acordo de leniência está na mão do Governo. Várias empresas já pediram e não foi feito até hoje, várias empresas. Até o mês de julho, cinco empresas tinham pedido acordo de leniência e não foi feito, inclusive, aqui está a matéria do jornal *Valor*, que diz aqui: "Bancos buscam saída para empreiteiras da Operação Lava Jato."

São 22 empresas que estão envolvidas na Operação Lava Jato, paralisadas. Essas 22 empresas têm a pagar banco e a bolsa, Senador Reguffe, R\$130 bilhões. Os bancos não vão suportar. Estão aqui os bancos chamando, convocando as duas maiores, Andrade Gutierrez e Odebrecht, a sentar-se à mesa para conversar, como já chamaram outras empresas da Lava Jato.

Nos Estados Unidos, quando acontece uma coisa dessa natureza com as empresas, salvam-se as empresas e punem-se os culpados. Está tendo punição para os culpados, inclusive, digo que esta Operação Lava Jato, como a do Mensalão, quebrou um estigma no Brasil. Dizia-se antes desse período que, no Brasil, só eram presos os pobres. Hoje, a elite está na cadeia, a oligarquia está na cadeia, a elite empresarial está na cadeia. Não deixa de ser um ponto positivo para o povo brasileiro. Em função de quê? Ministério Público, que é o órgão, volto a repetir, o órgão principal criado pela Constituição de 1988.

Cheguei aqui como Senador, já fui Governador, Secretário três vezes, e V. Ex^a não pode imaginar – não pode imaginar – o que devo ao Ministério Público. Devo muito ao Ministério Público do meu Estado da Bahia. Sabe por que, Senador? Porque, todas as vezes em que eu tinha dúvida sobre um edital de licitação, todas as vezes em que eu tinha dúvida sobre a homologação de uma licitação, mandava para o Ministério Público. Se o Ministério Público dissesse "cancela", eu cancelava; "homologa", eu homologava. Então, devo muito ter chegado aqui como ficha limpa ao Ministério Público criado na Constituição de 1988, que é um dos principais órgãos de fiscalização e que deve ser prestigiado.

Inclusive, vi agora a recondução do Procurador Rodrigo Janot pela Presidente Dilma, e o Senador Renan está colocando em votação. Não sou da Comissão de Constituição e Justiça, mas no plenário vou encaminhar pela recondução dele, para que possa continuar analisando os erros cometidos por quem errou, para pagar de acordo com a lei.

Com a palavra, o Senador...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, por fim, quero observar... Ouvi o seu discurso, estava presente. Dias antes, tinha colocado esta preocupação também no Plenário do Senado: a de que precisamos salvar urgentemente as empresas.

Então, penso que nós que somos Bancada de apoio do Governo, precisamos pressioná-lo para agir com muita rapidez com relação a isso.

Essa iniciativa pretendo colocar na reunião da Bancada do PT hoje, para discutirmos essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Isso está com atraso de dois ou três meses.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Essas empresas...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – ... têm outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Várias outras atividades.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Várias outras atividades.

E aí isso repercute em todas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É o caso, por exemplo, da Odebrecht, que participa da Braskem e do Polo Petroquímico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Braskem, Polo Petroquímico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Se houver um problema e parar o Polo, 35% do PIB da Bahia está no Polo Industrial da Bahia. Então, parou o polo, pararam 35% da arrecadação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Há a Andrade Gutierrez, a Oi. Há uma ramificação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, vou agora, com o quórum, declarar aberta oficialmente esta reunião, submetendo aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O item 1 é do Senador Ronaldo Caiado, que não está presente.

Passo ao item 2, que foi pedido para ser retirado de pauta. Essa retirada de pauta foi solicitada pelo autor do projeto, o nobre Senador Paulo Bauer e pelo Senador Ataídes Oliveira.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 75, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal (CF) e do art. 3º da Resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 215, de 2008, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) solicite que o TCU fiscalize – por economia processual –, no âmbito do Processo TC-005.335/2015-9, que trata da prestação de contas do governo federal referente ao exercício de 2014, a legalidade dos decretos abaixo relacionados e, ao final, manifeste-se a este Colegiado:

01) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 62.219.369,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

02) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Militar da União, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 15.021.672.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

03) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento da seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 475.887.240,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

04) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 12.571.676,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

05) *DECRETO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 155.116.648,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

06) *DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 693.354.378,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

07) *DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 95.943.426,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

08) *DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 429.975.667,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

09) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 409.096.054,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”;*

10) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Militar da União, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 15.021.672.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*

11) *DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 409.096.054,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Autoria: Senador Ataídes Oliveira e outros.)

O item 3 é projeto de minha autoria. Portanto, passo a Presidência ao nobre Senador Flexa Ribeiro, para que eu possa relatar o item 3, Aviso nº 6, de 2015, não terminativo, que encaminha cópia do Acórdão...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.206/2015, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação, que trata de Relatório da Auditoria Coordenada Internacional que analisou a política pública de conservação da biodiversidade por meio da avaliação da gestão de áreas protegidas da América Latina (TC-006.762/2014-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Com a palavra, o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vem à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 6, de 2015 que encaminha cópia do Acórdão nº 1.206, de 2015, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Processo é 006.762/2014-0, acompanhado de relatório da proposta de deliberação que o fundamenta.

Os autos de auditoria operacional, realizadas sobre as ações governamentais, referentes à implementação das políticas de conservação da biodiversidade na América Latina, em especial as relacionadas com as áreas protegidas do Brasil.

Entre as diretrizes que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, previstas no art. 5º, constam a representação de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais; a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; a sustentabilidade econômica das unidades de conservação e a alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos.

Os trabalhos da auditoria foram coordenados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da República do Paraguai, além de doze Entidades de Fiscalização Superiores da América Latina. A auditoria foi realizada principalmente no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia a quem cabe a gestão das unidades de conservação (UC) federais brasileiras, e no Ministério do Meio Ambiente, responsável por coordenar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Conforme relata o TCU, foram avaliadas, de forma padronizada, 1.120 áreas de preservação, com o intuito de aferir se existem as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas alcancem os objetivos para os quais foram criadas, identificando fragilidades e oportunidades de melhoria, bem como boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dessas unidades.

Apesar de reconhecer que a criação de áreas protegidas é umas das principais estratégias de conservação da biodiversidade e que, entre 2003 e 2008, o Brasil foi responsável pela criação de 74% das áreas protegidas em todo mundo (número expressivo: 74% de todas as áreas protegidas no mundo), o TCU constata que essa política não vem sendo acompanhada das condições necessárias à implementação e à consolidação desses espaços.

A complexidade e o elevado apuro técnico da auditoria podem ser constatados a partir das determinações e recomendações acolhidas no Acórdão que a seguir apresentamos com breve descrição dos seus respectivos fundamentos.

1. Determinar ao Ministério do Meio Ambiente que apresente, em até 180 dias, planos de ação de modo a:

1.a) implementar as evoluções necessárias no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), de forma a atender ao previsto no art. 50 da Lei nº 9.985, de 2000, e disponibilizar informações fidedignas e atualizadas das características relevantes das unidades de conservação, dadas as deficiências encontradas na atual versão do CNUC;

1.b) implementar mecanismos de monitoramento do desmatamento para os biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, que forneçam informações atualizadas e sistematizadas da cobertura vegetal existente nesses biomas, em especial a presente nas unidades de conservação. Isso porque, diferentemente da Amazônia, que conta com três sistemas de monitoramento de desmatamento e degradação florestal, esses biomas não dispõem de semelhante nível de atenção. Na realidade, os dados mais recentes datam de 2009 (2010, no caso do Cerrado).

2. Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que apresente, em até 180 dias, planos de ação de modo a:

2.a) definir estratégia de consolidação territorial das unidades de conservação federais, com o estabelecimento de critérios de hierarquização e priorização do processo de regularização fundiária, que considere os aspectos técnicos, legais, econômicos, sociais e ambientais envolvidos nesse processo. O fundamento do TCU para essa determinação é o reconhecimento de que 47% das áreas protegidas brasileiras na esfera federal enfrentam problemas relativos à conclusão do processo de consolidação territorial. Esse fato contraria o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006) que reconhece como um de seus princípios a importância da consolidação territorial das unidades de conservação e demais áreas protegidas.

2.b) elaborar e entregar o relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do país à apreciação do Congresso Nacional, de forma a atender o disposto no art. 51 da Lei nº 9.985, de 2000 – o que, até hoje, não foi feito.

O TCU decidiu ainda, em seu acórdão:

3. Recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que:

3.a) fomenta ações que promovam melhorias na infraestrutura disponibilizada nas unidades de conservação, em especial nas áreas pertencentes à categoria parques, com vistas a ampliar o aproveitamento do potencial de uso público, a fim de atender ao previsto no art. 4º, inciso XII, da Lei nº 9.985, de 2000;

3.b) promova ações de articulação institucional para aprimorar a infraestrutura de apoio à pesquisa nas unidades de conservação, de modo a incrementar o número de pesquisas realizadas e estimular a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade contida nessas áreas, em cumprimento do art. 4º, inciso X, da Lei nº 9.985, de 2000.

4. Recomendar ao ICMBio que:

4.a) estabeleça indicadores que informem a contribuição das unidades de conservação na proteção de espécies ameaçadas, a fim de aperfeiçoar a avaliação e a comunicação dos resultados alcançados pelas áreas protegidas na conservação da biodiversidade;

4.b) aprimore a qualidade da atuação dos conselhos gestores nas unidades de conservação, com o objetivo de propiciar maior participação social na gestão e no aproveitamento sustentável dos recursos naturais dessas áreas.

Em cumprimento ao item 9.3 do Acórdão em análise, cópias do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentaram foram remetidas à Comissão de Meio Ambiente, ao Ministério do Meio Ambiente, ao ICMBio, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério das Relações Exteriores, à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados, e à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Isso para dar-lhes ciência, de modo especial, sobre os seguintes aspectos:

9.3.1. segundo o vigente planejamento estratégico do Ministério do Meio Ambiente, o incremento previsto para o atual montante de áreas protegidas marinhas será insuficiente para atingir, até 2020, a Meta 11 de Aichi da Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas;

9.3.2. a não elaboração e entrega do relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País à apreciação do Congresso Nacional afronta o disposto no art. 51 da Lei 9.985/2000;

9.3.3. os riscos envolvidos em manter as atribuições do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade sem dotá-lo de insumos necessários ao pleno exercício de suas funções;

9.3.4. a utilização da estratégia de criação de unidades de conservação deve ser acompanhada de mecanismos que garantam os recursos essenciais (recursos financeiros, recursos humanos, planos de manejo e estruturas física e administrativa) para a efetiva implementação e adequada gestão desses territórios, de forma a aproveitar o potencial econômico, social e ambiental dessas áreas, conforme os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Em face do exposto, e considerando que as determinações e recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão das unidades de conservação, constantes no Acórdão nº 1.206/2015-TCUPlenário, serão objeto de monitoramento por parte do Tribunal de Contas da União,

concluímos no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento do Aviso AMA nº 6, de 2015 (Aviso nº 634-GP/TCU, de 16 de junho de 2015, na origem), procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento do Aviso.

Devolvo a Presidência da reunião ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª, se possível, a apreciação do Requerimento nº 1 da pauta. Por falha minha, não estava aqui no momento em que V. Exª fez a leitura. Se fosse possível, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª será atendido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) –

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 59, DE 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Senhor Herton Araújo, ex-Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a fim de explicar as suspeitas de possível ingerência na não divulgação, durante a campanha de 2014, de dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2013, que mostravam aumento da extrema pobreza no Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente, é um convite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Esclarecimento, convidado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É um convite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento meu, que eu havia anunciado na última reunião, para o qual eu queria a compreensão e o apoio, eu recebi o apoio de vários colegas, que diz respeito à dificuldade que nós estamos tendo na Amazônia e em outras regiões do País, especialmente no meu Estado, o Estado do Acre, mas não é diferente em Rondônia, em Roraima, quanto à frequência de voos, horários dos voos e o custo das passagens.

Eu queria pôr em apreciação, apresentar o requerimento, conforme eu havia anunciado, na última reunião, se V. Exª e os colegas permitirem, porque eu estou propondo uma audiência pública aqui, nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Eu acho que esta é a Comissão apropriada para tratarmos desse assunto, que é tão caro, tão importante para quem vive na Amazônia. E posso então fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pode fazer. Eu posso colocá-lo como extrapauta, até porque na reunião anterior, V. Ex^a...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Havia solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ...havia solicitado e levantou essa questão que eu acho de muita relevância e importância.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme acordo com este Colegiado, na terça-feira passada, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater sobre a oferta de linhas aéreas para a Região Norte, o mercado da aviação regional, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população que reside na Amazônia brasileira, especialmente no meu Estado do Acre, onde o transporte aéreo não é apenas mais uma alternativa de locomoção, e sim a única possibilidade de integração com o resto do País. Portanto, é de grande necessidade.

Para tanto, sem prejuízo dos demais nomes convidados, indicamos para a audiência pública: a Presidente da TAM, Claudia Sender; Paulo Sérgio, Presidente da Gol; David Neeleman, Presidente da Azul Linhas Aéreas e Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação.

É esse o teor do meu requerimento, e aproveito para pedir, eu tenho tido apoio tanto no debate no Plenário, como aqui no Plenário desta Comissão. É uma situação inexplicável! A passagem mais barata que se tem, para o Estado do Acre, de ida, é em torno de R\$1,5 mil a R\$1,7 mil, ou seja, ida e volta é de R\$3 mil a R\$3,5 mil.

E eu mostrei aqui, há um levantamento, no mesmo período, é mais barato uma ida e volta para Tóquio, do que uma ida para o Estado do Acre. Ou é mais barato uma ida e volta para qualquer cidade, capital dos países que compõe a União Europeia, do que apenas uma volta de Rio Branco até Brasília.

E é inadmissível que a população brasileira tenha seu direito constitucional de ir e vir cerceado pelo preço abusivo das passagens aéreas. É uma exploração o que as companhias aéreas estão fazendo, especialmente com Estados e com as regiões onde o transporte aéreo não é um luxo, não é um capricho, mas é algo de primeira necessidade.

Então, agradeço a V. Ex^a e peço a compreensão dos colegas, para que se aprove, conforme eu havia solicitado, já na semana passada, esse requerimento para que se possa agendar essa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vamos colocar o requerimento extrapauta. Mas, antes, eu vou passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao Senador Donizeti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Senador Jorge Viana, autor do requerimento, eu quero, primeiro, parabenizar o Senador Jorge Viana por propor uma audiência pública para tratar de um problema seriíssimo, que é a aviação na nossa região, na Região Amazônica, e no Brasil como um todo, mas na Região Amazônica em especial.

Eu só pediria o entendimento do Senador Jorge Viana para que nós pudéssemos incluir, Senador Jorge, na relação de convidados o Secretário de Aviação Civil, um Secretário com *status* de Ministro, por um motivo muito simples: para que ele pudesse aqui, também, junto com os presidentes das empresas aéreas, esclarecer a nós Senadores por que não foi regulamentado o Plano Nacional de

Desenvolvimento da Aviação Regional, que foi relatado por mim, sancionado pela Presidente Dilma e não foi regulamentado, ou seja, não está sendo praticado. Ele vai ajudar muito, porque vai haver subsídio para aeronaves.

Quando eu fiz o parecer, eu destaquei a Amazônia do resto do Brasil, dando mais subsídios para os voos regionais da Amazônia, definindo o que são aeroportos regionais. Mas, lamentavelmente, como não foi regulamentada, não entra em aplicação.

E também para que ele possa esclarecer a nós Senadores como anda o plano dos duzentos e quarenta e tantos aeroportos no Brasil, porque, para o meu Estado do Pará, são 24. E V. Ex^a sabe que esses aeródromos da Amazônia são importantes, porque eles salvam vidas, como V. Ex^a falou. Não é só transportar passageiros, também salvam vidas. Se houver uma emergência, não dá para ir de barco, muito menos de carro, porque na grande parte dos Estados não existe estrada.

Então, eu pediria a compreensão do autor, Senador Jorge Viana, que pudesse incluir o Ministro Secretário de Aviação Civil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, primeiro, agradecer muito a qualificação que V. Ex^a dá ao meu requerimento.

Há mais um adendo. Além de nós incluirmos o nome do Ministro da Secretaria Nacional da Aviação, o Ministro Padilha, porque eu acho que é da maior importância para a Amazônia saber a quantas anda o projeto, do qual V. Ex^a foi o relator...

O Presidente Renan incluiu, na chamada Agenda Brasil, a busca de simplificação do processo de licenciamento para esses aeroportos na Amazônia. Então, nós teríamos uma discussão de a quantas anda o projeto, como está a perspectiva de nós trabalharmos a facilitação do licenciamento para a implantação desses aeroportos, que são tão fundamentais para a nossa região, e aí também teríamos oportunidade, reunindo a Anac, o Ministro da Aviação Civil, as companhias aéreas, de fazer um debate, porque há certa canibalização do transporte regional. Uma empresa regional estabelece rotas na região, a GOL ou a TAM estabelece voo em cima, baixa o custo das passagens, a empresa regional quebra, e eles elevam o preço novamente.

Essa é uma situação que vivemos especialmente na região de Cruzeiro do Sul. Toda tentativa de ter aviação regional foi inviabilizada pelas grandes companhias. Tão logo elas inviabilizam as companhias regionais, voltam a ter as tarifas e a passagem de avião mais caras do Brasil e do mundo.

Então, é algo incompreensível. Se não houver o Estado brasileiro mediando, se não houver uma política de Estado para a região, a população da Amazônia vai seguir sendo tratada como de segunda classe, porque nós não vamos ter a oferta de voos. Que Estado da Amazônia pode se desenvolver se os voos são todos de madrugada?

Eu fiz mais uma viagem. Eu venho toda semana do Acre. Hoje, vim de Rondônia, de Porto Velho, porque eu estava fazendo uma visita à obra sobre o Rio Madeira, fiscalizando junto com técnicos do DNIT, cumprindo o meu papel na segunda-feira passada. Peguei um voo à 1h30 da manhã em Porto Velho e cheguei aqui às 6h da manhã. Toda semana é isto: uma noite sem dormir em um avião que cobra caro e oferece um péssimo serviço.

Nós temos de falar em nome da população: somos 25 milhões de brasileiros que vivem na região e que são tratados em muitos aspectos como brasileiros de segunda categoria. E isso é inadmissível.

E o mais importante: na Amazônia, transporte aéreo não é artigo de luxo, é de primeira necessidade. Ele é tão ou mais importante do que qualquer um outro, inclusive, do ponto de vista ambiental.

Então, se V. Ex^a aceita, eu gostaria de incluir o nome de V. Ex^a, subscrevendo o meu requerimento, para que pudéssemos fazer essa audiência pública. Precisamos tomar cuidado,

Presidente Otto, porque, em relação aos presidentes das companhias aéreas, na última audiência que nós fizemos, lutamos e falamos que não aceitávamos, que o Senado Federal não aceitaria representantes. Nós temos de organizar para que venham, nem que para isso tenhamos de dividir em duas audiências, que venham os presidentes dessas companhias. Eles falavam que o problema todo era o custo do petróleo, que o barril estava custando US\$110, o que consumia 45% do custo de uma passagem aérea. O petróleo agora está menos de US\$50 o barril. Onde está o problema, então? A passagem, pelo que eu saiba, aumentou de preço. Então, é muito oportuno.

V. Ex^a tem trabalhado aqui conosco, e eu o parabeno, tratando das questões ambientais; tratando de questões centrais desta Comissão. Esta é uma Comissão ampla, ela trabalha a defesa do consumidor, a fiscalização e controle. E este é um caso clássico de defesa do consumidor, fiscalização e controle. Por isso, peço o apoio de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu quero só agradecer ao Senador Jorge Viana por permitir que eu seja subscritor, junto com ele, do requerimento e dizer, Senador Jorge, que o barril do petróleo caiu realmente de mais de US\$100 para US\$50 OU US\$60, mas, no Brasil, não sei por que, o preço do combustível subiu. Eles vão alegar isto: caiu o preço do barril, mas o combustível teve aumento de preço.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas tem um pequeno detalhe, Senador Flexa: o preço do combustível da aviação não está vinculado ao preço do combustível para o consumo do brasileiro. Está vinculado ao preço internacional. Então, nós também podemos cobrar ou esclarecer isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

Senador Donizeti e, em seguida, a Senadora Vanessa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, quero parabenizar o Senador Jorge Viana. Já na semana passava, havia dito que concordava e que toparia até ser o subscritor do requerimento. Mas, como eu tenho percebido também que há uma exorbitância nos preços para a Região Nordeste, talvez fosse conveniente, como eu vejo que a Avianca faz muitos voos para o Nordeste atualmente, que convocássemos também o Presidente da Avianca.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, quero primeiro cumprimentar o Senador Jorge Viana pela iniciativa e o Senador Flexa pelo trabalho que vem desenvolvendo. Não há dúvida alguma de que, com a relatoria do Senador Flexa na lei que determina a Política da Aviação Regional, a Amazônia brasileira teve o papel que deveria ter: um papel destacado, porque é diferente das demais regiões. É diferente do Nordeste, é diferente de regiões e interiores de outros Estados e das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Então, Senador Jorge Viana, eu quero fazer um pedido a V. Ex^a. V. Ex^a ofereceu ao Senador Flexa Ribeiro, que é do Pará, mas peço que eu também possa assinar com V. Ex^a esse requerimento, porque eu o considero fundamental, Sr. Presidente.

Nós estamos em um momento em que a economia, a situação econômica se agrava no mundo. O Brasil, apesar de todas as dificuldades, ainda é aquele que sofre menos os reflexos. Se formos ver os resultados da Petrobras, e eu conversava com o Senador Flexa a respeito, eles não foram positivos como nos anos anteriores, mas foram mais positivos se comparados com o de outras companhias como a British Petroleum e outras gigantes do mundo. A Vale do Rio Doce e outras empresas que atuam no Estado do Senador Flexa tiveram o mesmo problema. Estão tendo balanços extremamente negativos.

Então é hora de a gente discutir com muita lucidez, com muita lucidez, porque é isso, Presidente. O Senador deu o exemplo dele vindo de Rondônia, mas pode dar vindo de Rio Branco, vindo de Manaus e viajando de Boa Vista, de Manaus para Carauari.

E outra coisa, Presidente, esses aeroportos, a gente tem que ver na Anac. Eu estou para pedir uma sala lá na Anac, porque é todo dia que eles anunciam que um aeroporto vai ser fechado. Quase que a gente perde a contratação de mais de mil trabalhadores da Petrobras no Município de Coari, que trabalham na Base de Urucu. Por quê? Porque o aeroporto estava sendo fechado, e nós conseguimos que a Anac fizesse uma reavaliação, para que o aeroporto pudesse não ser fechado, e a gente garantisse essa quantidade de empregos.

Então, pedi a palavra para cumprimentar o Senador Jorge Viana, o Senador Flexa, e pedir, Senador, se eu também puder subscrever, ficaria muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, era só para dizer que eu fico muito honrado de poder ter o apoio, tanto da Senadora Vanessa, como do Senador Donizeti e dos demais colegas da Comissão.

E volto a lhe pedir, Sr. Presidente, eu acho que é uma oportunidade que nós temos. O mercado da aviação no Brasil cresceu muito, nós estamos tendo a concessão de aeroportos, está melhorando a qualidade do serviço nos aeroportos, há um *ranking* agora dos aeroportos.

E nós podemos fazer esse debate aqui, ouvir também dos presidentes das companhias onde é que estão os problemas deles. Agora, nós temos que defender o lado daqueles que não têm voz, que não podem e que só pagam caro por um serviço de péssima qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Que são os consumidores do serviço.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São exatamente os consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou colocar em votação o requerimento extrapauta do nobre Senador Jorge Viana, subscrito e aditado pelo Senador Flexa Ribeiro, aditado pelo Senador Donizeti, pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item extrapauta aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 77, de 2015

- Não terminativo -

Conforme acordado com este colegiado na terça-feira passada (11), requeremos a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater sobre a oferta de linhas aéreas na região Norte, o mercado de aviação civil no País, bem como a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil do Senado. Ademais, será discutido se há, ou não, impedimentos ou barreiras para novas companhias aéreas ofertarem voos para a região Norte.

Além de os preços cobrados da população que reside na Amazônia brasileira serem abusivos, a oferta de voos é deficitária e os horários são sacrificantes. Na Amazônia, o transporte aéreo não é apenas mais uma alternativa de locomoção, e sim um serviço de primeira necessidade.

Para tanto, convidamos:

- Sr. Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;

• Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

• Sra. Claudia Sender, Presidente da TAM Linhas Aéreas;

• Sr. Paulo Sergio Kakinoff, Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes;

• Sr. David Neeleman, Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; e

• Sr. José Efromovich, Presidente da Avianca Brasil.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.)

Eu, de pronto, pela importância, Senador Jorge Viana, do tema, já estou determinando aqui à secretaria da Comissão de Meio Ambiente que possa marcar para o dia 1º de setembro essa audiência pública, daqui a 15 dias, e determino à Secretaria que envie os convites aos nomes dos responsáveis pelas empresas de aviação e também para aqueles que foram citados pelo Senador Flexa Ribeiro, o Ministro e...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente da Anac.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Da Anac, para que possam comparecer. Então...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu penso que o Senador Raupp também, não é, Senador? Nós estamos propondo aqui a audiência pública para discutir a aviação e o preço das tarifas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Já vou assinar hoje os convites para essas autoridades, para que compareçam.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Todos estão subscrevendo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Quanto a essa questão da Anac, Senador Jorge Viana, Senadora Lídice da Mata, Senadores todos que estão aqui, eu quero dizer o seguinte: Brasília centraliza um poder excessivo na questão das agências. Não é possível que um país como o nosso, com 26 Estados e o Distrito Federal, uma agência só possa fazer inspeção, homologar ou não um aeródromo. Isso é um absurdo!

Senador Jorge Viana, Senador Flexa, o que nós poderíamos fazer é pensar em alguma forma de os Estados brasileiros terem as suas agências estaduais, seguindo normas federais, para, pelo menos, homologar esses aeródromos de menor porte. Que não sejam os grandes aeroportos, mas os aeródromos de menor porte.

De 2011 a 2014, fui Secretário de Infraestrutura. Eu recuperava os aeródromos, colocava de acordo com as normas da Anac e ficava meses e meses esperando um inspetor da Anac para fazer a vistoria, e eles não iam. No ano da Copa do Mundo, a resposta que a Anac me dava era a seguinte: não temos inspetor para analisar, porque estão dedicados exclusivamente à Copa do Mundo. Resultado: tomamos 7 a 1 da Alemanha, e os aeródromos da Bahia ficaram todos sem homologação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois é. Exatamente. Então o que eu acho é que nós precisamos encontrar... Senador Jorge Viana, nessa Agenda Brasil poderia se colocar um projeto em que a Anac pudesse dar autonomia aos Estados, a agências estaduais para, pelo menos, fazer inspeção e homologação dos médios e pequenos aeródromos, porque para um inspetor desses ir ao Amazonas, ao Acre é uma grande dificuldade. Além de ter pouca gente para fazer aqui para nós, a burocracia impede que se consiga fazer rápido. Eu inclusive estou estudando uma proposta, vendo algum projeto de lei para apresentar nesse sentido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, é importante também dizer que a Anac, há alguns anos, retirou o efetivo que ela tinha nos Estados. Então...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exato. Retirou. Não tem representação, não tem representação. A ANTT ainda tem, mas a Anac não tem.

Dentro do princípio federativo os Estados precisam ter autonomia para isso, desde que sigam as normas federais, as normas que são editadas pela lei federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós temos vários aeródromos no Pará sem que homologação, inclusive em Redenção, que é uma cidade polo do sul do Pará não temos aeroporto ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O que me chamou atenção foi o seguinte: em contrapartida, Senador, esses aeródromos da iniciativa privada são homologados rapidamente. Eu quero aqui saber porquê isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Os particulares?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Os particulares.

No oeste da Bahia, cada proprietário rural tem seu aeródromo. Eles são regularizados rapidamente. E os públicos não, têm que seguir normas, porque a burocracia impede que aconteça isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lá no Pará – eu acho que nos Estados da Amazônia, não sei se na Bahia –, o piloto comandante faz um plano de voo saindo de Belém para um aeroporto homologado e pousa em outro porque tem que pousar lá para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É esse o jeitinho brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...levar o passageiro.

Eu vou pedir a um Deputado da Assembleia do Pará que proponha um título de Senador no Pará para V. Ex^a, Senador Otto Alencar, para a Senadora Lídice da Mata porque aí fica a Comissão da Amazônia, fica todo mundo aqui da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Fico muito grato a V. Ex^a. Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, não é a presença física do escritório da Anac no Estado que resolve. É querer resolver, se tiver gente ou se houver disposição de resolver, resolve-se. Mas eu penso que a saída que o senhor propõe é a melhor, é a que vai dar agilidade e os Estados têm fé pública para fazer isso, têm condição técnica de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O Estado pode organizar uma agência estadual de aviação seguindo normas federais, faz a inspeção, encaminha aqui para a Anac, a Anac vê se foram cumpridas as normas e, lá, homologa. Então, que haja uma representação nos Estados, que a Anac coloque representação em cada Estado, como tem a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Quero aqui, atendendo a uma solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin, marcar para o dia 31 de agosto, como pede a nobre Senadora, uma audiência pública para discutir o Centro de Biotecnologia da Amazônia, juntamente à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Então, está marcada para o dia 31 de agosto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, de fazer algumas observações porque seria importante que tivéssemos lá o aparato do Senado como, por exemplo, a TV Senado que se deslocasse até lá para cobrir e que V. Ex^a também encaminhasse convite a todos secretários de ciência e tecnologia ou os homólogos dos Estados da Amazônia brasileira, porque não é um debate que se relaciona só com o Amazonas; é um debate que dialoga com o Acre, com Roraima, com Rondônia, com o Pará, com todos os Estados da Amazônia.

Peço, então, que V. Ex^a possa, como Presidente desta Comissão, encaminhar o convite para que os secretários estaduais estivessem presentes, o que seria muito importante, e fizesse gestão junto ao nosso Presidente para garantir o aparato para a realização de uma boa discussão lá. E, Sr. Presidente,

que V. Ex^a pudesse ir até o Amazonas dirigir essa audiência pública. Isso seria muito importante! Não sei se V. Ex^a seria merecedor desse convite, mas seria muito importante, Presidente, que V. Ex^a pudesse estar conosco na Amazônia debatendo essa questão tão fundamental.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu posso atestar que é merecedor, Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – A Senadora Lídice da Mata está dizendo que V. Ex^a está brigada comigo. Eu não vou brigar com V. Ex^a por três motivos. Primeiro: bom de briga é quem cai fora. Segundo: recuar também é golpe. Terceiro: estou muito velho para ter inimigo. Pode ter certeza absoluta de que a senhora...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Além disso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Primeiro, "bom de briga é quem cai fora". Isso está num samba do Adoniran Barbosa. Ele disse o seguinte, no samba: "Bom de briga é quem cai fora, por isso eu nunca apanhei." É uma boa filosofia.

O segundo é "recuar também é golpe", que me foi ensinado pelo meu professor de capoeira, na Bahia, Mestre Bimba. Quando a briga está boa, dá uma recuada, se arma e vê se ganha, para não perder.

E a terceira, estou muito velho para ter inimigo, não quero inimizade com a Senadora Vanessa Grazziotin. Absolutamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, esse acerto nós vamos fazer lá na outra comissão. Esse acerto. Lá na outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou fazer 68 anos de idade agora, no dia 28 de agosto. Não quero, de jeito nenhum, ter mais inimigo. Não aguento mais inimigo. Inimigo custa muito caro.

No dia 31, eu vou encaminhar o pedido de V. Ex^a, com todas as solicitações, para o Senador Renan, e vou fazer uma gestão, junto ao Senador Renan, para que ele conceda todo o aparato necessário para dar atendimento ao que pede V. Ex^a, até porque é um tema importante, relevante, e eu acredito que o Senado deve estar presente lá, inclusive com a TV Senado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a sua presença, como a dos demais Senadores, seria muito importante lá também.

Obrigada.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Além disso, Senador Otto, o Senador Flexa já nos garantiu um título de cidadã. Tem cacau como nós, embora esteja querendo passar a nossa frente, e nós não vamos deixar. E tem maniçoba também, embora a nossa seja um pouquinho mais gostosa. E, além disso, o dendê. Então nós temos, na verdade, muitas coincidências e afinidades culturais e gastronômicas, com o Estado do Pará. Já nos sentimos irmãos do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Só falta importar o axé da Bahia, porque aí o Pará não tem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Aí eu vou ter que chamar a Senadora Lídice de "minha rainha" e o Senador Otto "meu rei", porque é como são saudados na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, nós temos dois requerimentos de audiência pública que tratam daquele projeto do Rio-Parque Araguaia e que já foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu determino então ao Raimundo que V. Ex^a combine com ele as datas que nós vamos fazer.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, apenas para solicitar a V. Exª e a todos os companheiros licença, porque eu tenho que estar na Comissão de Educação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não. Qual é o requerimento que V. Exª...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu gostaria de requerer a retirada de pauta do item 13, que é um projeto que está sob a minha relatoria, para mudança no relatório, após debate, negociação... (*Fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente por isso é que eu estou antecipando, para que possa sair. Como nós não temos quórum, eu solicito a licença a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª será atendida.

Retirado de pauta o item 13, por solicitação da nobre Senadora Lídice da Mata.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012

- Terminativo -

Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1 a 13 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Observações:

- Foi concedido pedido de vista coletiva do projeto em 14/07/2015. Nos termos do art. 132, § 1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

- Matéria apreciada pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto; e pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 a 13-CRA.)

Quanto ao item 4, o relator não está presente, o Senador Romero Jucá.

Quanto ao item 5, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, o Relator é o Senador Valdir Raupp.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para tratar do prazo de entrega de imóveis adquiridos em fase de incorporação e dá outras providências.

Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer a incidência de multa na hipótese de atraso na entrega do imóvel por parte da incorporadora ou construtora.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 16/2015 e pela rejeição do PLS nº 279/2014

Observações:

- *Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.*

Com a palavra o Relator, nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2015 (Projeto de Lei nº 178, de 2011, na origem), de autoria do Deputado Eli Corrêa Filho, tem por fim estabelecer prazo de tolerância de 180 (cento e oitenta) dias para entrega de imóveis adquiridos na fase de incorporação.

O art. 1º contém o objeto da lei que é o de estabelecer prazo de entrega de imóveis adquiridos na fase de incorporação, estabelecendo penalidade de multa nos casos de descumprimento das disposições.

O art. 2º acrescenta art. 48-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. O *caput* do art. 48-A admite o prazo de tolerância máximo de até 180 (cento e oitenta) dias para a entrega de imóvel adquirido em fase de incorporação, contados da data contratualmente fixada para entrega das chaves.

Na justificção, seu autor alega que “os fornecedores de consumo que atuam no ramo de construção e incorporação imobiliária, promovendo a venda de imóveis no mercado, no exercício de tais atividades, têm adotado prática comercial revestida de abusividade”.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 279, de 2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, tem a finalidade de estabelecer a incidência de multa na hipótese de atraso na entrega do imóvel por parte da incorporadora ou construtora.

Na justificção, seu autor alega que “não são raras as hipóteses em que construtoras e incorporadoras não entregam o imóvel contratado ao comprador na data prevista”.

Os projetos foram distribuídos a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas.

Os projetos cuidam de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior. Não há vícios de juridicidade.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, os projetos observam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado nas proposições, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, a alteração proposta no PLC nº 16, de 2015, visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista. Somos, assim, pela aprovação do projeto sugerido.

Muitas construtoras não conseguem concluir a obra planejada no prazo previsto no contrato. Nesse momento, os consumidores têm a sua expectativa pelo recebimento do imóvel frustrada e passam a sofrer transtornos e prejuízos decorrentes dos atrasos nas obras.

O projeto vem regular essa questão ao fixar em 180 (cento e oitenta) dias o prazo de tolerância máximo para entrega de imóvel adquirido em fase de incorporação. Desse modo, a obrigação contratual do incorporador nesse aspecto passa a ser específica e determinada, e sujeita o seu descumprimento a multas de caráter compensatório e moratório.

A multa de caráter compensatório foi fixada de forma razoável pelo projeto no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor até então pago pelo adquirente. A multa prevista no Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014, de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual do imóvel pode ser considerada excessiva, implicando enriquecimento indevido do consumidor em detrimento da empresa construtora ou incorporadora do imóvel. No exemplo citado, o consumidor teria a receber R\$50 mil (cinquenta mil reais).

A multa de caráter moratório foi prevista também de forma razoável pelo projeto no percentual de 0,5%.

Por último, apresentamos emenda de redação com a finalidade de aperfeiçoar a redação do art. 48-A constante no art. 2º do projeto de lei, para deixar claro que, durante esse prazo, não recai penalidade para o incorporador. Da forma como está redigido – "não incidirá qualquer penalidade moratória ou compensatória" –, pode ser dado o entendimento, numa hipótese remota, mas plausível, de que o comprador, durante esse prazo, pode se isentar de cumprir suas obrigações.

Portanto, essa emenda procura corrigir a redação para explicitar que o prazo de tolerância não implicará penalidade ao incorporador.

Voto.

Assim, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 279, de 2014, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2015, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao § 1º do art. 48-A, II, do PLC nº 16, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 48-A.....

II -

§1º O incorporador deverá informar ao adquirente, por ocasião da assinatura dos contratos de compra e venda, com clareza e transparência, que, durante o prazo previsto no *caput*, por sua própria natureza, não incidirá sobre o incorporador qualquer penalidade moratória ou compensatória".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer do nobre Senador Valdir Raupp.

O item 6 é do Senador Romero Jucá, que não está presente.

O item 7 tem como relator o Senador Aloysio Nunes, que não está presente.

Quanto ao item 8, o Senador Blairo Maggi solicita retirada de pauta desse item. Eu atendo a solicitação do Senador Blairo Maggi.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

- Matéria apreciada pela CAE, com parecer pela prejudicialidade do projeto; e pela CRA, com parecer pelo arquivamento do projeto.)

O item 9 é do Senado Paulo Rocha, que não está presente também.

Os outros que estão na pauta são terminativos.

Como não há quórum para votação nominal, por serem todos, do item 13 ao item 17, terminativos, vou encerrar a reunião. Ficará para a próxima reunião a votação desses itens.

Está encerrada a reunião.



ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Reguffe e Jader Barbalho. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência da comissão determina que os Aviso nº 521, de 2015, e o Aviso nº 540, de 2015, ambos do Tribunal de Contas da União, serão relatados. Os seguintes avisos do TCU, recebidos na secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão, por sete dias, para manifestações de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 546, de 2015, do TCU; Aviso nº 73, de 2015, da Comissão de Direito dos Animais da OAB, Relatório Anual de 2014 da Aneel. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 3, de 2014 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 693/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 032.624/2013-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de Levantamento de Auditoria realizado com vistas a traçar um diagnóstico da área de saúde no Brasil. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do aviso. ITEM 2) AVISO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 240/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de auditoria operacional que teve por objetivo avaliar a governança da regulação nos setores de energia, comunicações e transportes (TC-031.996/2013-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pelo conhecimento; pela juntada de cópias deste relatório, do Acórdão nº 240/2015-TCU-Plenário e do Relatório e Voto que o acompanham aos autos das PEC nºs 11/2009, 40/2015 e 57/2015 e dos PLS nºs 72/2012, 52/2013 e 207/2015; e posterior Arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do aviso; pela juntada de cópias deste relatório, do Acórdão nº 240/2015-TCU-Plenário e do Relatório e Voto que o acompanham aos autos das PEC nºs 11/2009, 40/2015 e 57/2015 e dos PLS nºs 72/2012, 52/2013 e 207/2015; e posterior arquivamento. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2008 - Não Terminativo. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas

básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF.

ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta pelo relator.

ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2014 - Não Terminativo. Dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei nº 9.605, de 1998, no período que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011 – Terminativo. Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e créditos para essa recomposição, e dá outras providências. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela prejudicialidade (votação simbólica). Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto.

ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, de 2011 – Terminativo. Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR). Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela prejudicialidade (votação simbólica). Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto. É passada a Presidência da reunião ao Vice-Presidente, Senador Ataídes Oliveira.

ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2015 – Terminativo. Altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA, por unanimidade.

ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2015 – Terminativo. Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CDR e com duas emendas que apresenta; e pela rejeição da emenda nº 2-CDR. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nºs 1-CDR/CMA, 3-CMA e 4-CMA, por unanimidade, e rejeitada a emenda nº 2-CDR. É devolvida a Presidência da reunião ao Senador Otto Alencar.

ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2009 – Terminativo. Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação com as duas emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e com três emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. É aprovada a inclusão EXTRAUTA das seguintes matérias: ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 78, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública no

âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater o agravamento da crise hídrica no País, especialmente no Sudeste brasileiro. Para tanto, sem prejuízo de outros nomes, convida: Sr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da ANA; e Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden/MCTI. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 79, de 2015. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado, a indicação de representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para participarem da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, em Paris, França. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **OTTO ALENCAR**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Saudando os Srs. Senadores e Senadoras, eu submeto a ambos a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico os seguintes avisos.

No plenário do TCU, serão relatados o Aviso nº 521, de 2015, e o Aviso nº 540, de 2015.

Comunico que os seguintes avisos do TCU, recebidos na secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão, por sete dias, para manifestações de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 546, de 2015, do TCU; Aviso nº 73, de 2015, da Comissão de Direito dos Animais da OAB, Relatório Anual de 2014 da Aneel.

Informo que a relação dos avisos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passemos à pauta:

ITEM 1
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE N° 3, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 693/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 032.624/2013-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de Levantamento de Auditoria realizado com vistas a traçar um diagnóstico da área de saúde no Brasil.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Como a Senadora Vanessa Grazziotin não está presente, vamos passar ao item 2 da pauta, cujo autor é o Senador Eduardo Amorim, que também não está presente.

Houve pedido de retirada da pauta do item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

Autoria: Deputado Weliton Prado

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 18/08/2015.

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O item 4 é a Senadora Regina.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Item 7. Estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vamos ao item 7, de relatoria do Senador Blairo Maggi.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei nº 9.605, de 1998, no período que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Passo a palavra ao nobre Relator, Senador Blairo Maggi, para que possa proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a V. Ex^a e a todos os demais Senadores aqui presentes.

Vamos ao relatório!

Por designação da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2014, de autoria da Senadora Angela Portela, que dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda, que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no período que especifica, e dá outras providências.

A proposição em análise é composta por dois artigos.

O *caput* do art. 1º propõe anistiar os agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor

potencial ofensivo previstas na Lei nº 9.605, de 1998. O §1º desse artigo define que serão beneficiados pela lei os agricultores que têm perfil para serem registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O §2º do art. 1º da proposição estabelece que as infrações anistiadas são as cometidas quando os agricultores de baixa renda estavam em estado de necessidade e usaram recursos naturais apenas para sua subsistência. O §3º desse artigo, por sua vez, dispõe que serão beneficiados pela lei todos os agricultores de baixa renda que tenham cometido as referidas infrações entre 12 de fevereiro de 1998 e 1º de maio de 2014.

A cláusula de vigência encontra-se no art. 2º do PLS nº 375, de 2014, que foi distribuído, originalmente, às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após aprovação do parecer na CRA em 30 de abril de 2015, contudo, o Projeto foi enviado a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, devido ao disposto no Requerimento nº 554, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana.

Concluída a análise na CMA, o PLS será remetido para decisão terminativa da CCJ.

Não foram oferecidas emendas à matéria no prazo regimental.

Vamos à análise.

Nos termos do disposto no inciso II, alíneas "a" e "c", do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais e genéticos, florestas, caça, pesca, fauna, flora e recursos hídricos, bem como sobre a preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade. Dessa forma nos manifestamos quanto ao mérito do PLS nº 375, de 2014.

Entendemos que o projeto é pertinente, porquanto visa a beneficiar famílias pobres e extremamente pobres que habitam no campo e que fizeram uso de recursos naturais tão somente para sua subsistência. Nesse contexto, consideramos que a proposição não viola os princípios do desenvolvimento sustentável, imprescindíveis para as estratégias de gestão ambiental ao longo dos últimos anos no País.

Destaca-se, contudo, que nem sempre o Estado brasileiro agiu, de modo eficaz, para conscientizar seus cidadãos a respeito da importância da preservação ambiental, razão por que muitas famílias hipossuficientes consumiram recursos naturais de modo inadequado e cometeram infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo, previstas na Lei nº 9.605, de 1998, visando a garantir sua segurança alimentar e nutricional.

O PLS nº 375, de 2014, pretende regular essas situações específicas, definindo período para a concessão de anistia às famílias ora mencionadas, ao tempo em que estabelece tratamento justo e racional aos segmentos sociais mais vulneráveis do Brasil, sem prejuízo da preservação presente e futura das diversificadas flora e fauna de nosso território.

Vamos ao voto. Pelo exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 375, de 2014.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Como não há nenhum Senador que queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Passo ao item 8, também de relatoria do Senador Blairo Maggi, terminativo.

Como não há votação nominal, tem condição de ser votado.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e créditos para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

-Matéria apreciada pela CAE, com parecer pela prejudicialidade do projeto; e pela CRA, com parecer pelo arquivamento do projeto.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para que possa relatar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Não vamos proceder à votação, mas é um projeto que já foi muito discutido em outras comissões e tem todo o mérito para ser aprovado.

Como já foi muito discutido, na nossa legislação do Código Florestal de 2012, ele trouxe essa preocupação que o Senador Flexa tinha naquele momento. Essa mesma proposição do Senador Flexa está atendida dentro do novo Código Florestal. Então, o projeto do referido Senador, embora tenha mérito para ser aprovado, vai ser declarado prejudicado, por já ter sido aprovado em outra instância.

Eu vou fazer a leitura do relatório, Sr. Presidente, já que temos tempo.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011. De autoria do eminente Senador Flexa Ribeiro, a proposição foi distribuída, originalmente, para a Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, e, em decisão terminativa, da CMA. Devido à aprovação do Requerimento nº 253, de 2011, do Senador Acir Gurgacz, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também analisou a matéria. Ambas, tanto a CAE como a CRA, aprovaram relatórios pela prejudicialidade da proposição.

O art. 1º do projeto altera o §3º do art. 16 e o *caput* do art. 18 do então vigente Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 –, nos termos da redação da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. A alteração do §3º do art. 16 do Código Florestal estende para todas as propriedades da Amazônia Legal a possibilidade de utilizar espécies frutíferas, ornamentais ou industriais para cumprir a obrigação de manutenção, compensação e reposição da área de Reserva Legal por meio de reflorestamento, enquanto na redação anterior essa possibilidade era restrita apenas às pequenas propriedades ou posse rural familiar.

Compete, então, a esta CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Por se tratar da Comissão incumbida da análise do projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade, compete observar que o novo Código Florestal – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 –, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga a Lei nº 4.771, de 1965, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001 –, permite a utilização de espécies frutíferas na recomposição de APP e de Reserva Legal e determina que:

a. poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies

nativas da região em sistemas agroflorestais, para o cumprimento da manutenção da área de Reserva Legal naquela propriedade ou posse rural familiar;

b. a recomposição das áreas consolidadas em APP ao longo de cursos d'água naturais, no entorno de nascentes e olhos d'água perenes e no entorno de lagos e lagoas naturais poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, entre outros métodos, pelo plantio de espécies nativas e pelo plantio de espécies nativas, conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas (art. 61-A, §13); e

c. a recomposição de área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no Código Florestal, em 22 de julho de 2008, poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal (art. 66 da lei).

Desse modo, a proposição não pode ser acolhida, pois o tema já foi deliberado pelo Congresso Nacional, a partir da aprovação do projeto de lei que resultou na Lei nº 12.651, de 2012. Nesse sentido, a CAE e a CRA aprovaram parecer pelo arquivamento da proposição. Portanto, a matéria deve ser declarada prejudicada, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno.

Do voto. Diante do exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011.

Portanto, Sr. Presidente, este é o voto. Quero mais uma vez dizer que, no mérito, o Senador Flexa estava absolutamente correto na sua proposição. Porém, pelo passar do tempo e aprovação do novo Código Florestal, as propostas do Senador Flexa foram incluídas na nova lei do Código Florestal, e, portanto, foi atingido o objetivo inicial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do nobre Senador Blairo Maggi.

Como já há quórum para votação de projeto terminativo, e nós temos aqui um projeto terminativo da Senadora Lídice da Mata, pergunto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se concordam que, aproveitando o quórum de votação, eu possa relatá-lo. (*Pausa.*)

Passo a presidência ao Senador Ataídes para que eu possa relatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2015

- Terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CDR e com duas emendas que apresenta; e pela rejeição da emenda nº 2-CDR

Observações:

-Matéria apreciada pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto, com as emendas nº 1 e 2-CDR.

-A matéria constou na pauta do dia 18/08/2015.

Projeto de autoria da Senadora Lídice da Mata, que aqui se encontra, tão competente como sempre. Relatoria do Senador, também muito competente, Presidente desta Comissão, Otto Alencar.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Projeto de Lei de autoria da Senadora Lídice da Mata, de nº 86, de 2015, que institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

O relatório.

Submete-se à deliberação em caráter terminativo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que institui normas gerais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A partir dos princípios para a revitalização dessa importante bacia hidrográfica, definidos no art. 2º, o PLS apresenta, no dispositivo seguinte, os objetivos que devem nortear as futuras ações a serem desenvolvidas. Destacam-se o aumento da oferta de recursos hídricos, a ampliação da cobertura vegetal de unidades de conservação e de áreas de preservação permanente, a expansão dos serviços de saneamento básico e a promoção da sustentabilidade das atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos.

Onze ações prioritárias para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco são elencadas no art. 4º. Trata-se de importantes ações que vão desde a construção de açudes e reservatórios, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, passando por ações de saneamento básico, ações de fiscalização ambiental, mapeamento de áreas degradadas, pagamento por serviços ambientais e assistência técnica.

O projeto assegura que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco sejam aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos.

Ainda prevê a criação e a ampliação pelo Poder Público de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (art. 6º).

Antes da cláusula de vigência, propõe que os Estados inseridos naquela bacia hidrográfica disponham de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposição recebeu duas emendas. A primeira altera a redação do inciso I do art. 3º para retirar-lhe a expressão "reservação". A segunda suprime os incisos I e X do art. 4º. No entender daquela Comissão, trata-se de termos relacionados à expansão da infraestrutura para reserva hídrica, ação não diretamente relacionada à revitalização da bacia.

Análise.

Segundo o art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente, conforme dispõe a alínea "d", sobre conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 86, de 2015, está de acordo com o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, por se tratar de tema de competência legislativa da União. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Além disso, não há norma constitucional que, no

aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A iniciativa também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, a proposição chega em bom tempo. De fato, são urgentes iniciativas legislativas que incentivem à revitalização da Bacia do Rio São Francisco, uma das mais importantes do Brasil. Isso é ainda mais evidente quando se considera a reduzida efetividade das ações promovidas nesse sentido pelo Poder Executivo, como o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, criado em 2004.

Conforme o Relatório de Auditoria Tribunal de Contas 026.570/2012-4, referente ao mencionado Programa, elaborado pelo Ministro Aroldo Cedraz, o Tribunal de Contas da União detectou diversos problemas na execução desse projeto, tais como insuficiência e fragilidade das ações de recuperação e controle de processos erosivos. Segundo pronunciamento da Corte de Contas, a baixa participação das comunidades envolvidas, devido a deficiências nos processos de educação ambiental e de extensão rural, o reduzido número de estudos disponíveis versando sobre técnicas de manejo adequadas ao semiárido e a falta de planejamento de médio e longo prazo das ações por parte dos órgãos executores podem ser apontadas como as principais causas para o desperdício de recursos e investimentos públicos.

Nesse sentido, comungamos com a avaliação da proponente do PLS que, na justificação do projeto, sustenta que "a criação de uma lei que estabeleça normas gerais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco poderia contribuir significativamente para aperfeiçoar a coordenação das iniciativas de revitalização, nos níveis federal, estadual e municipal, e, com isso, lograr melhores resultados".

No entanto, como bem apontou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a proposição necessita de aperfeiçoamento. Consideramos válida a primeira emenda proposta pela CDR, pois torna o texto mais direto e objetivo ao que se pretende. No entanto, a segunda – que suprime os incisos I e X do art. 4º – não nos parece contribuir para a maior efetividade da proposta, pois a construção de açudes e reservatórios (prevista no inciso I) e o pagamento por serviços ambientais (previsto no inciso X) constituem ações que, quando bem planejadas e executadas, favorecem a maior oferta de água na bacia hidrográfica, sobretudo em períodos de estiagem, com o que nós concordamos plenamente.

Em vista de contribuirmos com a proposta, propomos duas emendas relativas às ações prioritárias para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A primeira, que em nosso entender deve figurar como a primeira das ações propostas no art. 4º do PLS, prevê a elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da Bacia do Rio São Francisco.

A segunda emenda necessária é para alterar a redação do atual inciso I do art. 4º (que por nossa proposta passaria a ser o inciso II), para acrescentar à construção de açudes e reservatórios de água a definição locacional; ou seja, permitir essa ação onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica. Dessa forma, asseguramos que esses projetos de reservação hídrica sejam revestidos da devida sustentabilidade ambiental.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, com o acolhimento da Emenda nº 1-CDR, rejeição da Emenda nº 2-CDR e acréscimo das seguintes emendas:

Emenda da CMA:

Acrescente-se o seguinte inciso I ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, renumerando-se os demais:

Art. 4º

I – elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da bacia;

.....
Dê-se ao inciso II do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 4º....."

II – construção de açudes e reservatórios de água, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;

Esse é o relatório para aprovação e, inclusive, destaco também o interesse da nossa Senadora Lídice da Mata pela revitalização do Rio São Francisco, que eu acho, para nós todos do Nordeste, uma ação louvável, à qual me associo.

Esse é o voto, pela aprovação, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em discussão o Projeto nº 86, de autoria da Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação.

Vamos fazer, então, a votação nominal e nós temos quórum.

Eu começo, então, indagando como vota o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com o Relator, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vota "sim".

Voto do Relator, Senador Otto, já conhecido, voto "sim".

Como vota o Senador Ronaldo Caiado? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu estava ali argumentando dentro de um acordo que fiz com o Senador Paulo Rocha, de um requerimento que nós avançamos aqui na Comissão, para que não fosse convocação; que fosse convite ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Presidente.

E dada a decisão do Governo em privatizar as Centrais Elétricas de Goiás (Celg), eu estou levando ao conhecimento da assessora do Ministro e também do colega Paulo Rocha a necessidade de nós marcarmos aquilo que ficou acordado desde o dia 30/6/2015.

E, como o processo já está em andamento, eu queria pedir exatamente o cumprimento do acordo.

Mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O voto, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O voto é com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado.

Como vota, também, o Senador Ataídes? Voto com o Relator.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Douglas Cintra?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota a Senadora Regina Sousa?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Roberto Rocha, como V. Exª vota?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Ivo Cassol, como vota?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu acho que eu não teria direito a voto, porque eu sou suplente. E aqui estão a Senadora Lídice e o Senador Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tem razão, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, desconheça o meu voto e colha o voto correto. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Da autora. Perfeito.

O aludido projeto é do Senador João Capiberibe, e V. Exª tem direito ao voto, sim. E um voto de muita contundência e de muita valia.

Por unanimidade, o aludido Projeto de Lei nº 86 encontra-se aprovado.

E questiono ao Plenário...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem.

Pela ordem, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, apenas para agradecer o apoio de todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, especialmente do Relator, ao relatar, aperfeiçoando...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas nós não concluímos ainda, Senadora. Nós ainda temos duas emendas.

V. Exª não quer aguardar?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permite-me?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, questiono ao Plenário se posso repetir a votação do projeto para a Emenda nº 1, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, e para as duas emendas apresentadas pelo Relator, bem como para a rejeição da Emenda nº 2 da CDR?

Aqueles que concordam com a repetição da votação permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proclamo, então, o resultado e lhe passo a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O projeto está aprovado com as Emendas nº 1 da CDR/CMA, nº 3 e nº 4 da CMA, por unanimidade. Votos favoráveis; nenhum contrário.

Portanto, está rejeitada a Emenda nº 2 da CDR, por igual número de votos. Considero, então, aprovado o relatório.

Devolvo a presidência desta Comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permanece comigo a presidência.

Passo, então, a palavra à Senadora Lídice da Mata...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Serei muito rápida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ...e, posteriormente, ao Senador Donizeti Nogueira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Já inicio agradecendo a todos, especialmente ao Relator, Senador Otto Alencar, que tem marcado sua atuação no Parlamento, também em defesa do nosso Rio São Francisco. Destaco as duas emendas apresentadas pelo Senador, que realmente aperfeiçoam o projeto, especialmente quanto à rejeição da emenda da CDR.

Eu creio que o próprio Tribunal de Contas da União já registrava a diminuição crescente dos recursos investidos no Plano de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Por isso mesmo, nós nos inspiramos a transformá-lo em lei, para que não fiquemos na boa vontade dos governantes, mas, sim, numa decisão legislativa desta Casa de proteção daquela bacia.

Acho que essa iniciativa e, principalmente, esse relatório, aperfeiçoando esta proposta, nos dará um instrumento de luta e um instrumento de referência para que possamos realmente fazer essa grande batalha, que é a revitalização do Rio São Francisco, que hoje se encontra em situação extremamente grave – extremamente grave.

O Senador Otto falou aqui algumas vezes. Nós falamos da tribuna também em áreas onde já é possível se atravessar o rio a pé. E esse rio, que é o rio da unidade nacional, é o rio que abastece toda a Região Nordeste, é o rio que hoje tem um projeto da importância da transposição, que já teve o seu primeiro trecho inaugurado pela Presidente da República, não pode continuar na situação em que se encontra.

Então, eu agradeço enormemente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabeno V. Exª, Senadora Lídice da Mata, por este projeto de tamanha importância para o Rio São Francisco, e passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria só parabenizar a Senadora Lídice, pela iniciativa, e o Senador Otto, que é o nosso Presidente, pela relatoria.

Eu queria compartilhar o momento que o nosso País está vivendo. Estamos próximos do final do inverno. Os reservatórios que abastecem o centro-sul do País, a área de maior população do País – eu não estou falando nem do grave problema do Nordeste, que se mantém –, estão abaixo do que estavam no ano passado. O resultado, no ano passado, já foi um problema gravíssimo de insegurança hídrica. Mesmo antes de se chegar ao final do inverno, já está havendo restrição do acesso à água em várias cidades de São Paulo.

Trago uma sugestão, já que acabamos de votar um projeto importante, relatado pelo Presidente Otto, e eu vou apresentar um requerimento, para que se possa trazer aqui, o quanto antes, nesta

Comissão, o Presidente da Agência Nacional de Águas. E que se faça aqui um debate, com ele e com outros convidados, que possa fazer da Casa da Federação, que é o Senado Federal, o endereço dessa discussão, que é da maior importância para a população brasileira. Eu estou falando da insegurança hídrica, que uma parcela importante da população vive hoje.

Você vai a São Paulo, que é o Estado mais populoso do Brasil, governado pelo mesmo partido há mais de 20 anos, e o Rio Tietê, o Rio Pinheiros, o Rio Tamanduateí não podem ser utilizados para fornecer água, porque são esgoto puro. É mais caro fazer a tentativa de tirar água daqueles rios do que buscar uma alternativa no próprio mar.

Eu queria fazer essa sugestão. Vou apresentar um requerimento, Presidente Otto, para que se promova essa audiência pública aqui. O Presidente da ANA e alguns diretores podem nos ajudar muito, com números, com dados precisos, a alertar o Brasil, alertar prefeitos e governos do problema gravíssimo que a população brasileira vai viver – não tenho mais dúvida –, o El Niño.

Há informações da comunidade científica de que o El Niño será muito rigoroso. Ainda temos mais um ano de El Niño, até o ano que vem, e nós vamos ter seríssimos problemas que vão afetar e agravar ainda a situação da produção.

O que está acontecendo em São Paulo? O racionamento primeiro é: água que vai para a agricultura e água que vai para a indústria; e mantém-se a água para o abastecimento da população. Quando você faz isso, você está criando dificuldade para a atividade econômica, do agronegócio, e criando dificuldade econômica para a atividade industrial, e é essa situação que nós vamos ver se repetindo em várias cidades no nosso País.

Não é só o Rio São Francisco, que era para estar com uma vazão de 1300m³ por segundo e está com uma vazão perto de 800m³ por segundo, o que é algo gravíssimo, perto de 900, mas a situação requer que o Senado, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle possa promover esse debate o quanto antes.

É essa a sugestão que eu faço, ao tempo em que cumprimento a Senadora Lídice e todos os colegas da Comissão pela aprovação dessa matéria. E peço a ajuda do Presidente, Senador Otto Alencar, para que se faça, o quanto antes, esse debate.

De posse das informações que a Agência Nacional de Águas certamente trará e que serão gravíssimas, eu posso adiantar, nós vamos ver o que o Senado Federal pode fazer. Eu tenho uma proposta de uma comissão temporária para que se visitem os lugares onde a situação é mais crítica. Quem sabe ela possa ganhar força depois dessa audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, só para pedir que pudéssemos apreciar agora o item 10, que é um projeto de minha autoria. Considerando que V. Ex^a já está na Presidência, e o Relator é o Senador Otto, vem a calhar esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Claro, vamos atender o pedido de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Senador Ronaldo Caiado pede a palavra.

Eu concedo a palavra ao Senador Ronaldo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero cumprimentar não só a Senadora Lídice da Mata, mas também o nobre Relator, Senador Otto, que vem com uma preocupação em relação a esse assunto, nos últimos meses em que está à frente desta Comissão, trabalhando e, ao mesmo tempo, visitando *in loco* essa realidade.

É importante possamos incluir também, nessa avaliação da ANA, o convite para que ele fale também sobre o Rio São Francisco. As informações que tenho, Sr. Presidente, são de que todas aquelas áreas irrigadas, limítrofes com o Rio São Francisco, estão sendo desativadas, provocando ali o desemprego de milhares de pequenos e médios produtores e até de assentados, também por uma falta de capacidade de previsão do Governo Federal, com isso trazendo uma escassez enorme da possibilidade de gêneros alimentícios e o êxodo previsto diante da frustração das próximas safras.

Outro assunto é um fato também levantado até por V. Ex^a, Senador Otto Alencar, em relação à salinização do Rio São Francisco, que está chegando já a uma extensão de mais de quilômetro rio adentro, ou seja, o mar invadindo o rio. Isso é uma preocupação a mais, que deverá ser também discutida aqui, nesta Comissão, acho que junto com a solicitação feita pelo Senador Jorge Viana, em relação aos rios da região de São Paulo.

Como nós sabemos da importância do São Francisco, na região mais inóspita, mais árida do País, é fundamental também possamos ouvir da ANA quais foram as medidas tomadas para que se mantivesse vivo esse rio de importância ímpar, principalmente para o Nordeste brasileiro, e para que, amanhã, não se penalizasse toda uma estrutura de pessoas que trabalham e vivem na dependência dele; também a morte do rio está sendo levantada por muitos estudiosos em relação à salinização.

Com isso, Sr. Presidente, gostaria de acrescentar isso à solicitação feita pelo Senador Jorge Viana.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, primeiramente, Senador Flexa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Senador Donizeti já falou, pedindo a votação do item 10. E nós não podemos nos alongar muito, porque no momento temos quórum. São projetos terminativos. Então, temos de aproveitar este momento.

Concedo a palavra, então, ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para pedir a V. Ex^a, Presidente Ataídes, que possamos também, aproveitando o quórum, discutir e votar o item 12, que está, desde 2009, aguardando a discussão e a votação na CMA.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, vamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2015

- Terminativo -

Altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.

Com a palavra, então, o Relator Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, passo a ler o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, o PLS nº 326, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

O art. 1º da proposição acrescenta ao *caput* do art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, o inciso IV que inclui nos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos o incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.

O art. 2º do PLS nº 326, de 2015, determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Vamos à análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito, o autor da proposição busca dar maior eficiência ao uso dos recursos hídricos ao estimular o aproveitamento da água da chuva.

Portanto, o PLS 326, de 2015, visa a incluir na Política Nacional de Recursos Hídricos um dispositivo que dê relevância ao aproveitamento das águas pluviais no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 326, de 2015, está de acordo com o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa privativa da União. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

A iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade. No entanto, o projeto não atende à boa técnica legislativa, necessitando duas emendas de redação para corrigir a ementa e o art. 1º.

Portanto, o PLS nº 326, de 2015, é uma iniciativa louvável que promove a preservação dos recursos hídricos ao tornar o incentivo à utilização das águas pluviais um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Desse modo, merece a nossa aprovação com as duas emendas de redação relacionadas acima.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, com as seguintes emendas de redação:

Emenda nº 1 :

Dê-se ao Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, a seguinte redação:

Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos.

Emenda nº 2:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º O *caput* do art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

Art. 2º.....

IV – O incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.

Esse é o voto, pela aprovação, com as duas emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em discussão o Projeto nº 326, de 2015, que acabou de ser relatado pelo Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação.

Vamos, então, fazer a votação nominal.

Como vota o Senador Jorge Viana? Como vota V. Ex^a? Item 10, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e relatoria do Senador Otto Alencar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sigo a orientação do voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vota "sim".

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Senador Otto Alencar, como Relator, tem voto conhecido.

Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Douglas Cintra?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota a Sr^a Regina Sousa?

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – ...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Portanto, o projeto está aprovado por unanimidade. Não houve nenhum voto "não". Todos os votos são "sim".

Questiono o Plenário se posso repetir a votação do projeto para as duas emendas apresentadas pelo Relator. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto está aprovado por unanimidade, com a Emenda nºs 1 e 2, da CMA.

Parabenizo o Senador Donizeti como autor e também o nosso Relator, Otto Alencar, por tão brilhante projeto.

Passo a presidência ao Senador Otto Alencar, nosso Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só agradecer a contribuição do Senador Otto Alencar para melhorar o projeto que ora aprovamos.

Agradeço o apoio de todos os Senadores e Senadoras, dizendo que estamos iniciando este como o primeiro projeto aprovado em uma comissão do Senado, presidida pelo Senador Ataídes, que é do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Queria complementar o que falou o nobre Senador Ronaldo Caiado a respeito da questão do Rio São Francisco, da proposição do Senador. Acho que devemos, realmente, convocar os diretores da Agência Nacional de Águas para falar sobre esse assunto, entrar com o requerimento, acrescentando o que o Senador Ronaldo Caiado falou.

Quero chamar a atenção para o sofrimento do São Francisco, a dor do São Francisco, os ferimentos que foram causados ao longo dos anos no rio, pelo próprio homem – o desmatamento das margens, a erosão, a contaminação por efluentes líquidos e sólidos das fábricas de Minas; pelo esgoto, que é derramado periodicamente no Rio São Francisco; o sedimento que hoje, praticamente em 10 anos, foi duplicado e que está chegando à Barragem de Três Marias e à Barragem de Sobradinho. Mas queria chamar atenção dos outros colegas Senadores de outras regiões, porque o que está acontecendo no rio pode acontecer no Centro-Oeste, pode acontecer em outras regiões, se não tomarmos providências.

Então, conforme relatório que temos aqui da Codevasf Semiárido, nos últimos 100 anos, a população cresceu três vezes, e o consumo de água cresceu sete vezes, mais do que o dobro – uso de água para o consumo animal, consumo humano, irrigação, produção de energia elétrica, consumo industrial. Isso é algo que deve chamar atenção do País, do mundo, porque o mundo passa por este momento, como passaram São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Acho, inclusive, que a política pública nestes dois anos será a discussão sobre o Rio São Francisco e a sua revitalização, mas sei que o Rio Araguaia também está comprometido, assim como o Rio Tocantins. Fala-se, na Bahia, de uma coisa que sou radicalmente contra, que é a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Discordo completamente.

Apresentei, inclusive, um projeto aqui no Senado para que só se faça a transposição de qualquer bacia depois de se revitalizar completamente a bacia, em todos os sentidos, que era realmente o que deveria ter sido feito no São Francisco. Começar a transposição, mas, da mesma forma, começar a revitalização.

Por exemplo, a Presidente Dilma esteve, na sexta-feira passada, em Cabrobó, para fazer o primeiro eixo da transposição, o eixo norte, de apenas 26m³ por segundo para uma vazão de hoje, em Sobradinho, de 900m³ por segundo.

Essa vazão em Sobradinho, Senador Ronaldo Caiado, dez anos atrás, foi medida em torno de 2.900m³ por segundo. Hoje está em 900, três vezes menos.

O que está acontecendo e, para o que o Governo Federal, os governos estaduais e municipais não atentaram ainda, é que a produção de água está diminuindo, e o consumo está aumentando, em todas as regiões do Brasil.

Então, isso é algo grave, é estratégico para o povo brasileiro, e devemos fazer algo neste sentido.

Creio que essa liderança tem que partir do Poder Executivo, com apoio do Poder Legislativo, do Senado Federal e da Câmara Federal, porque vamos passar por graves dificuldades.

A Barragem de Sobradinho – e ali está o Dr. Rafael, técnico da Codevasf, que me passou essa informação – agora em setembro, pela primeira vez me parece, vai chegar ao volume morto. Pela primeira vez, ao volume morto!

A situação é grave, e é preciso uma providência. Está-se falando agora, eu creio que já tardiamente, na extinção de dez ou doze ministérios, mas o País precisava ter o ministério da água, dos recursos hídricos. Não é possível que não tenha isso, para ter uma política de produção de água, de preservação dos mananciais, para atender o crescimento da população. Do contrário, nós vamos ter, no futuro, uma situação bem grave.

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro; depois, ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero compartilhar com V. Ex^{as} a preocupação que V. Ex^a tem permanentemente com a revitalização do Rio São Francisco. Eu acho que é uma questão que preocupa a todos nós.

Se não me falha a memória, o Brasil detém 13% da água doce do mundo, e a Amazônia, 80% desses 13%. Então, no futuro, talvez, queira Deus que seja bem distante, a água doce vai ter um valor maior do que o petróleo de hoje. E aí, Senadora Vanessa, a nossa Amazônia vai ter um papel ou, pelo menos, um olhar do Governo, diferenciado.

Mas eu, como disse, quero me solidarizar. Acho que V. Ex^a tem razão. Não adianta fazer transposição se não houver a revitalização do rio. Deveria, primeiro, ser revitalizado para, depois, ser feita a transposição.

V. Ex^a se referiu à inauguração que a Presidenta Dilma fez nesse final de semana em Cabrobó, Pernambuco. Pela reportagem que eu vi no Jornal das Dez da GloboNews, foi dito que ela inaugurou, mas que não teria água. Só haveria água no ano que vem; aí, poderia ser usada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – A água está sendo jogada no canal, no eixo norte. Agora, as adutoras, para atender as comunidades, é que serão inauguradas depois. Foi assinado um convênio com o Governo de Pernambuco para tanto. A água já está no canal, já pode ser utilizada, mas não está ainda nas casas.

É porque as adutoras serão feitas após. Está no projeto isso. Isso está no projeto. O projeto não está ainda completado, eu diria assim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lamentavelmente, você faz... Há quantos anos estão fazendo a transposição do São Francisco? Agora é que vão se preocupar em fazer a adutora. Ou seja, você vai ter água e não pode usar.

Mas vamos ao item 12, Sr. Presidente, senão nós vamos perder quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Sr. Presidente, por gentileza, eu pediria para aproveitar o quórum que temos. Item 12.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu vou começar...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É só para parabenizá-lo pela iniciativa que tem tomado em defesa do Rio São Francisco.

E, como o senhor citou o Rio Araguaia, só para dar conhecimento, aqui, aos demais membros da Comissão, nós teremos agora, neste mês de setembro, provavelmente – estamos acertando aqui com a assessoria da Casa –, duas audiências públicas para tratar do Rio Araguaia, do projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, que propõe o Rio Parque.

Então, a gente vai cuidar de discutir o Rio Araguaia aqui neste mês de setembro, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vamos ao item 12 da pauta:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2009

- Terminativo -

Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação com as duas emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e com três emendas que apresenta.

Observações:

-Matéria apreciada pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2-CDR.

-A matéria constou na pauta do dia 18/08/2015.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores. Vamos ao relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 258, de 2009.

De autoria do Senador Flexa Ribeiro, o projeto altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará.

O art. 1º do projeto altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, criada pelo Decreto sem número, de 20 de maio de 2005, para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental.

O art. 2º determina que o objetivo básico do Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, localizado nos Municípios de Altamira e também Novo Progresso, no Estado do Pará, é preservar os ecossistemas naturais relevantes da região, principalmente as nascentes da Serra do Cachimbo.

Portanto, vamos ao voto, Sr. Presidente, para ganhar tempo.

Diante do exposto, com o conhecimento de todos os Senadores, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, com as emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e com as seguintes emendas: pela aprovação com as duas emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e com três emendas que apresentam observações.

Matéria apreciada pela CDR com parecer pela aprovação do projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2, da CDR.

A matéria constou na pauta do dia 18/8/2015.

Portanto, pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Jorge Viana; em seguida, o Senador Paulo Rocha e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, eu peço a atenção da Comissão de Meio Ambiente, das colegas Senadoras e dos colegas Senadores, para esta matéria.

Esta matéria tem uma conexão direta, Presidente Otto Alencar e colegas Senadores, com o tema que nós estávamos discutindo aqui: água, nascente de rios. É gravíssima... A aprovação desta matéria nos leva à contramão daquilo que nós estamos acabando de discutir, que é o cuidado com as nascentes, o cuidado com os rios.

Como é nome da reserva biológica? Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo. Então, exatamente por ser "nascentes", ela está colocada como reserva biológica. Esta matéria já teve parecer contrário do ex-Senador, hoje Governador do Mato Grosso, diretamente envolvido, Senador Pedro Taques.

Ele deu um parecer contrário porque a criação dessa unidade está diretamente vinculada à pavimentação, à construção da BR-163. Foram criadas 11 unidades de conservação para tentar reduzir o impacto ambiental da BR-163 – 11 unidades. Apenas três delas são de proteção integral, só três. Duas são parques nacionais, e uma é reserva biológica. E exatamente a única que é reserva biológica estão tentando transformar também em parque.

Para quem não sabe, há uma diferença grande entre uma reserva biológica e um parque nacional. Ambos protegem o meio ambiente, mas o parque nacional não resolve o problema que estão querendo colocar, de que é possível ter a presença, a ocupação humana lá. Não é possível. Você pode ter turismo, você pode ter manejo em um parque nacional, e tem a área para estudo e de silêncio. Na reserva biológica, há um cuidado maior com a preservação dessa biodiversidade.

Para quem quiser se dedicar um pouquinho, o Projeto Radam, lá atrás, já identificou essa área como uma área sensível, de nascentes, de muitos rios, e que deveria ter uma unidade de conservação e de proteção integral.

Quando se vai para a pavimentação da BR-163, criam-se 11 unidades de conservação; faz-se unidade de conservação vinculada à presença humana, à ocupação humana, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades, que eu sempre defendi, e escolhem-se apenas três áreas, para se garantir maior proteção para as nascentes, com as florestas protetoras das águas e para conservar a nossa biodiversidade. E, agora, nós estamos querendo mudar a categoria dessa unidade, o que deixa absolutamente todo o entorno da BR-163 sem nenhuma unidade que realmente dê uma contribuição integral ao meio ambiente.

E, aí, eu até conversei muito com o Senador Flexa, dizendo-lhe que acho que a gente tem de buscar o melhor do entendimento – eu sou do entendimento.

E ele tinha o parecer de um técnico do ICMBio se dizendo favorável. Mas procurei pegar a informação oficial do ICMBio, que é absolutamente contrário a mudarmos a denominação, o conceito, o princípio que fica estabelecido nessa unidade de conservação.

O que temos de entender é que, como somos da Amazônia, como somos do Centro-Oeste, toda essa área tem uma ocupação. Precisamos ter um entendimento nesse aspecto, Senador Flexa, e não é sem razão a sua preocupação. Quero até cumprimentá-lo, porque há pessoas lá, há populações, e ele quer encontrar uma solução. Mas acho que a melhor solução, Senador, é um entendimento com o ICMBio, com o Ministério do Meio Ambiente, e nós, juntos, estarmos preocupados com a população que ocupa essa área. Não é tão complicado assim dar-se uma ocupação mais adequada aos projetos de assentamento e de desenvolvimento sustentável que se encontram disponíveis, fazer-se a preservação dessas unidades.

Eu mesmo sugeri ao colega, Senador Flexa, e me disponho a ir ao ICMBio fazer esse debate, discutir e somar força, por ser também da região. Mas faço um apelo aos colegas desta Comissão, voltando a dizer que é a única unidade de proteção integral do meio ambiente que nós teríamos no conjunto de unidades criadas, tendo-se em conta que elas são para reduzir o impacto da BR-163, que é uma necessidade da região, pois vai ligar Cuiabá a Santarém, e temos que fazer isso.

O apelo final é este: se o maior problema que estamos debatendo na Comissão é o da morte dos rios, da morte das nascentes... No Bom Dia Brasil de hoje, de ontem, da semana passada o tema é um só. É só ler os jornais e as revistas, o tema é um só: a insegurança hídrica que estamos vivendo.

Essa unidade tem no próprio nome a sua conceituação e a sua justificativa. O nome dela é Reserva Biológica Nascentes Serra do Cachimbo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso, o meu voto é contra, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Meu caro Flexa, tu sabes que eu sou de um agrupamento lá na Amazônia e não defendo a Amazônia imaculada, como também tenho uma visão que perpassa este debate. Sou do bloco que pensa que temos de usar as nossas riquezas com a visão desenvolvimentista capaz de assegurar também a qualidade da vida humana.

Mas acho que não tem consistência a sua proposição. Em primeiro lugar, a BR-163 foi uma das poucas estradas abertas ou consolidadas com uma visão de desenvolvimento capaz de atender a estrada, mas também a localização dos grandes proprietários, dos pequenos proprietários, das reservas ambientais, extrativistas e extrabiológicas.

Houve dezenas de audiências públicas desde Santarém até Cuiabá nesse processo. Nós somos parceiros, inclusive, nós dois, já ao longo de seis anos no debate de uma reserva chamada Jamanxim. Queremos fazer a desafetação de um pedaço por causa da localização de proprietários, pois queremos assegurar o processo. Mas por quê? Porque é uma reserva de características que podem ser exploradas.

Essa reserva biológica foi criada através de decreto do Governo Federal que tem como objetivo principal garantir a preservação da biodiversidade da Amazônia. Por quê? Porque faz parte desse processo ecológico natural e biológico na região; esse setor chama-se em larga escala para a Amazônia, que é um espécie de corredor do sul da Amazônia, o sistema da Amazônia, e não só a Amazônia brasileira, mas toda a Amazônia sul-americana.

E a decisão de transformá-la numa reserva dessa amplitude... Não tem consistência de transformar em uma APA por causa das próprias características dessa reserva. Ela não tem características de área extensa, como é indicado para as APAs. Sua principal característica é exatamente a grande reserva biológica e a reserva de nascente de vários rios que compõem a bacia de dois grandes rios da Amazônia, que são o Tapajós e o Xingu.

Vejamos quantos rios nascem nessa reserva, Flexa. O Rio Cristalino, que é conhecido popularmente como Rio Anta; o Rio Ipiranga, o São Bento, o Braço Sul, o Braço Norte, o Flecha – tem até um nome em sua homenagem -, e o Curuá, o Curuaés, o Iriri, o Xigé e o Nilana. São grandes e médios rios que nascem lá para desembocarem nos dois grandes rios: o Xingu e o Tapajós.

Aliás, é no Xingu que está sendo construída a Usina de Belomonte, para produzir energia para todo o Brasil. E, no Rio Tapajós, também há grande projetos de hidrelétricas que estão sendo processados para também produzir energia para o desenvolvimento do nosso País.

Por tudo isso, Sr. Presidente, encaminhamos contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi bem a explanação dos dois colegas que me antecederam, do Senador Paulo Rocha principalmente, mas quero discordar um pouco do Senador em relação à nascente desses rios.

O nome da reserva é Nascentes da Serra do Cachimbo, mas o parque de que estamos tratando especificamente não se encontra nas nascentes desses grandes rios. O Rio Xingu, o Rio Iriri, o Braço do Norte, esses outros rios nascem ainda dentro do Estado do Mato Grosso, bem acima de onde está posicionado o parque.

Então, essa justificativa das nascentes desses rios não são precisas; quer dizer, não estão dentro desse parque.

Também acho que a mudança de uma reserva biológica para um parque nacional não altera muita coisa. O que muda é a possibilidade de se fazerem estudos, de se compartilharem as coisas que

há lá dentro, e não simplesmente uma reserva fechada, sem nenhuma presença de ser humano, sem a possibilidade de estudos ou de outras coisas que podem ser feitas dentro de um parque nacional.

A verdade é que, fazendo essa mudança, não haverá a possibilidade da abertura dessas áreas, de transformação dessas áreas para agricultura ou pecuária. No parque nacional, também não se permite. Permite-se turismo, e aí, sim, é uma região riquíssima para isso, inclusive com atividades pesqueiras, pesque e solte. Há várias, não nessa região do parque, mas próximo a ele, como no Rio Cristalino, no Rio São Manuel e no Teles Pires, que são muito próximos desse parque.

Acho que essa discussão, na minha avaliação, não resulta em grandes mudanças para perda – vamos chamar assim – de conservação. O que se vai ganhar aqui é a possibilidade de termos algumas atividades dentro do parque nacional que possibilitem que o ser humano possa desfrutar dessa riqueza que a natureza tem ainda preservada, e preservada pelo homem.

Então, o meu posicionamento vai ser contrário aos demais. Vou votar junto com o Relator, junto com o proponente dessa medida, porque entendo que ela não se transformará em prejuízos, como aqui foi dito anteriormente.

Essa é a minha posição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Flexa, vai discutir? *(Pausa.)*

Para discutir o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, o Senador Douglas Cintra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, meu caro Senador Paulo Rocha, lamento que V. Ex^a se posicione contrariamente a um projeto que é de interesse do Estado que V. Ex^a representa aqui no Senado Federal. É de interesse da população na região onde se encontra essa Rebio (Reserva Biológica).

O projeto, como bem disse o Senador Blairo Maggi, é diferente daquilo que o nobre Senador Jorge Viana colocou. O meu projeto não traz nenhum risco para as nascentes dos rios que foram aqui citados, até porque, como disse o Senador Blairo Maggi, eles nascem no Mato Grosso. Esse projeto é de interesse tanto do Estado do Pará quanto do Estado de Mato Grosso. Tanto que o Senador, hoje Governador Pedro Taques, tinha solicitado uma audiência pública, para que pudesse posicionar-se junto ao relatório que iria fazer.

Lamentavelmente, essa audiência pública ficou aguardando a definição de uma data, o Senador Pedro Taques foi eleito Governador do Mato Grosso; hoje, está governando aquele Estado e tem interesse.

O projeto não tira a proteção ambiental da região – muito pelo contrário, muito pelo contrário. O Senador Paulo Rocha sabe, como todo paraense sabe, que a condição que a então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva exigiu para que pudesse ser dada a licença de implantação para o asfaltamento da BR-163 foi o engessamento da BR ao longo do seu trajeto.

Então, inúmeras áreas de proteção foram criadas, até parque nacional. É um absurdo: a estrada passa dentro do parque nacional, passa dentro do parque nacional. Quer dizer, vai ter que ter um portão na estrada ou, então, não vai ter fiscalização no parque nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não, não. E pior: todas essas áreas – e o Senador Paulo Rocha tem conhecimento disso – de proteção criadas no Estado do Pará assim o foram por decreto.

E tenho um projeto que traz para o Senado Federal a aprovação de novas áreas, sejam elas de proteção, sejam elas ambientais ou indígenas, porque é preciso que passe pelo Estado e que tenha a representação dos Estados.

Então, o Executivo, por decreto, cria uma área de proteção em determinado Estado sem cumprir a Constituição, que determina que, para que seja criada uma área de proteção, é preciso seja feito o

levantamento das famílias que lá estão; seja feita a valorização das benfeitorias que lá se encontram; sejam indenizadas aquelas famílias e, depois, criadas a área de proteção.

O Governo faz exatamente o contrário do que manda a Constituição. Ele, primeiro, cria a área de proteção, para, depois, ir ao conflito. E temos vários! O Senador Paulo Rocha citou um aqui, o da área de Jamaxim, lá perto da Rebio, muito perto da Rebio. E como essa há várias outras, a Apyterewa, área indígena, e diversas unidades em que foram criadas...

A Apyterewa foi uma área indígena criada em cima de um assentamento do Incra. Chegou-se ao absurdo de o Governo Federal criar uma reserva indígena onde havia um assentamento com várias famílias do Incra, que estão lá até hoje. Deve ter mais de dez anos que foi criada a Apyterewa. Em 2006, foi chamada a atenção do Governo Lula para que não a homologasse. Ele assumiu o compromisso de não homologar enquanto não resolvesse a posição das famílias que lá estão e, no Dia do Índio, não sei por que tipo de pressão, ele homologou a Apyterewa.

Isso foi em 2006; está até hoje, 2015, lá. E a Polícia Federal na entrada da reserva sem tirar as famílias porque elas não saem de lá.

Então, o que o meu projeto propõe – e eu queria que os Senadores e Senadoras pudessem raciocinar e entender – é que o meu projeto não abre, nem tira a proteção dessa área. Apenas que a Rebio é a mais rigorosa área de proteção ambiental que existe. Você não pode tocar em nada na Rebio. Em nada!

Então, o que o projeto propõe? Que sejam criados um parque nacional e uma APA. E isso por quê? Para que se possa explorar o turismo naquela região; é uma região maravilhosa, rica para o turismo, onde os turistas não podem entrar. A região não pode ser explorada para turismo.

O projeto não prevê abrir a área para que seja feita a utilização de forma desenfreada. Não, pelo contrário. O projeto mantém as áreas de proteção. Ele apenas retira a Rebio, que é área que engessa totalmente a região e transforma a Rebio em um parque nacional e uma APA, para que se possa explorar o turismo e promover a geração de emprego e renda à população tanto do Pará quanto do Mato Grosso, porque aquela é uma região limítrofe entre os dois Estados.

Então, eu pediria aos companheiros... É verdade que o Senador Jorge Viana se referiu a um parecer do ICMBio. É uma nota técnica feita pelos técnicos do ICMBio, Senador Jorge Viana, respondendo... Mas V. Ex^a omitiu uma parte importante dessa nota técnica. Essa nota técnica, Sr^{as} e Srs Senadores, foi feita por técnicos – V. Ex^a se refere ao do ICMBio – em resposta a uma solicitação do Ministério Público Federal.

V. Ex^a se refere a um técnico, e foram dois. Vou dar o nome deles: Sr. Gleison Magalhães Freitas e a Sr^a Maila Ferreira de Aguiar, analistas ambientais do ICMBio.

Então, se são do Pará, são do ICMBio. O Chefe da Unidade de Conservação, Sr. Rodrigo Printes, nos escreveu que – são palavras escritas pelo chefe da unidade de conservação lá da Rebio: "Apesar de não assinar com os colegas [Senador Jorge Viana] a referida nota, pois esta se direcionava ao Chefe da Unidade de Conservação, que sou eu, confirmo todas as informações e endosso suas conclusões".

Quem diz isso, Senador Jorge Viana, não sou eu, não são os dois técnicos do ICMBio, diferente do que V. Ex^a disse, que seria um só e são dois. Quem diz isso é o Chefe da Unidade de Conservação, Sr. Rodrigo Printes, lá da Rebio, que diz que endossa todas as informações e as conclusões a que os técnicos chegaram.

Então, Senadoras e Senadores, peço o apoio de V. Ex^{as}. Lamento o a posição do Senador Paulo Rocha. Acho que o Senador Paulo Rocha não teve a oportunidade de ir à região conversar com as pessoas que lá convivem com essas dificuldades.

E, para concluir, diz a nota técnica – e eu passei cópia para o Senador Jorge Viana – do ICMBio, assinada pelos dois técnicos:

A mudança de categoria para Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental [são as duas áreas, exatamente a mudança que eu peço no projeto: transformar a Rebio nesse Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental], caso se consolide, poderá abrir um novo caminho para a construção de um cenário favorável à gestão socioambiental e territorial daquela importante unidade de conservação.

Então, nós temos argumentos suficientes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Leia o pontos 5.2, em cima. Há uma contradição dos técnicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu emprestei a cópia ao Senador Ronaldo Caiado.

Vamos ler o que o Senador Paulo Rocha solicita...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – 5...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – 5.2. Eu vou ler. Se V. Ex^a quiser, vou ler a nota toda e por inteiro, tão consciente eu estou do que está sendo proposto neste projeto não ofende em nada a questão ambiental na região. Pelo contrário, como diz o próprio técnico, ele vai dar condições para que se tenha a proteção socioambiental da região, em vez de ficar, como está hoje, engessada.

Diz o item 5.2 do documento dos técnicos do ICMBio, que o Senador Paulo Rocha pede para eu ler.

5.2 – [Faz parte da conclusão e/ou proposição]: a Reserva Biológica Nascentes da Serra da Serra do Cachimbo garante a manutenção de grandes blocos de vegetação nativa na região do arco do desmatamento, às margens da BR-163, mantendo inclusive a diversidade genética das formações florestais que sofrem maior pressão de exploração econômica.

Considerando a relação da reserva com a região onde está inserida, esta representa uma unidade de conservação federal...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A única.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Aqui não diz "única". V. Ex^a quer que eu inclua na leitura ou que eu leia o item 5.2?

V. Ex^a pediu para eu ler e está fazendo inclusão de palavras.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Está aqui. Veja. Use os seus óculos aqui. "A única..."

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não cheguei lá ainda, Senador Paulo Rocha.

...representa a única unidade de conservação Federal no portão de entrada na Amazônia, sendo um elo de ligação entre os dois grandes blocos de áreas protegidas da Amazônia Meridional, que forma barreira contra o avanço do arco de desmatamento em sua porção central.

A efetivação da conservação dessa área é de fundamental importância para o estabelecimento do corredor de áreas protegidas da Amazônia Meridional.

O item 5.3 o Senador não pediu para eu ler e que eu vou fazer a leitura para que as Senadoras e Senadores dele tomem conhecimento.

5.3. A mudança de categoria para Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental, caso se consolide, poderá abrir um novo caminho [o Senador Paulo Rocha não pediu para eu ler] para a construção de um cenário favorável à gestão socioambiental e territorial daquela importante unidade de conservação.

É aquela história: ele pede para eu ler só o que interessa para o raciocínio dele, e não o que interessa para a população do Pará. Aí o item 5.3, que é o último item da conclusão, assinada pelos dois técnicos, se mostra favorável e diz que é a forma de garantir a gestão socioambiental e territorial da unidade de conservação.

Então, Senadoras e Senadores, o projeto não agride a questão ambiental. Muito pelo contrário, ele mantém as unidades de conservação. Ele apenas altera a Rebio, que é a mais grave das unidades de conservação – não é permitido que se faça nada numa Rebio –, para que se possa transformar em uma APA e em um parque nacional, o que vai permitir que se faça turismo ecológico naquela região, que é belíssima e que será, com certeza absoluta, uma atração importante para aqueles que, como os Senadores Jorge Viana e Paulo Rocha, gostam de visitar os parques nacionais, as unidades de conservação no Pará.

Eu não falo no Acre. Estou falando do Pará.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Vamos à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pediu a palavra pela ordem o Senador Douglas Cintra; depois, o Senador o Senador Valdir Raupp.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Serei bastante breve, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores.

Eu tenho o maior respeito pelo Senador Flexa Ribeiro, que tem apresentado projetos importantíssimos aqui no Senado Federal e contribuído para o desenvolvimento do Brasil, mas eu tenho dificuldade em votar a favor deste projeto. Até por conhecimento de que, em meu Estado, um parque nacional foi completamente invadido e, depois, tiveram de fazer assentamento, permutando com outras áreas.

A reserva biológica é sempre mais protegida. Eu acho que parques para visitação há muitos no Pará, há muitos nos Estados da Amazônia. Então, não haveria necessidade de se criar mais um parque para visitação dentro de uma área biológica. A reserva biológica é mais protegida, o pessoal tem mais respeito para adentrar uma área biológica. Então, tenho dificuldades em votar nesse sentido. Por isso, votarei contra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu já tirei a dúvida que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista do processo...

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não. Será concedido vista ao Senador Ronaldo Caiado.

Passamos agora ao item 9, que também é terminativo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, vista conjunta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Será concedida a vista coletiva. Por solicitação do Senador Paulo Rocha, passamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

-Matéria apreciada pela CI, com parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo (emenda nº 1-CI); e pela CAE, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

-A matéria constou na pauta do dia 18/08/2015.

Concedo a palavra ao Relator, o nobre Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, esse tema é recorrente. Trata-se de projeto de lei que propõe alteração na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão.

Primeiramente, convém conceituar Reserva Global de Reversão, que é um encargo do setor elétrico brasileiro, pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ...com a finalidade de prover recursos para a reversão e ou encampação de serviços públicos de energia elétrica.

O recolhimento permanece apenas para as concessionárias cujos lances vencedores dos leilões de transmissão e contratação de energia elétrica previam esse recolhimento. Há um posicionamento semelhante ao que foi adotado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em 1º de abril de 2014, que considerou o PLS prejudicado em virtude da aprovação da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Então, Sr. Presidente, recomendo o voto pela prejudicialidade da matéria, conforme a posição da Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto é importante. Concluo pela constitucionalidade, regimentalmente e juridicidade do projeto. Esse fato foi reconhecido, inclusive, pelo Poder Executivo, mas o Poder Executivo apresentou uma medida provisória que foi aprovada e, depois, transformada em lei, ficando desobrigadas, a partir do dia 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica; as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta lei.

Então, Sr. Presidente, o próprio Governo já mandou para cá uma medida provisória assegurando essas mudanças para as permissionárias e as concessionárias. E, acompanhando a posição da CAE, eu sou então pela prejudicialidade do PLS nº 372, de 2011, pedindo a sua votação.

Embora tenha a característica de um projeto terminativo, pelo fato de ter prejudicialidade, a votação pode ser simbólica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O Senador Paulo Rocha tem relatório pela prejudicialidade.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 3, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 693/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 032.624/2013-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de Levantamento de Auditoria realizado com vistas a traçar um diagnóstico da área de saúde no Brasil.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem, Presidente, V. Exª já indicou a que se refere este relatório. É o aviso que traz ao conhecimento desta Casa os resultados de levantamento de auditoria efetuado por determinação da Presidência do TCU, com vistas a traçar um diagnóstico da área da saúde no Brasil.

Diante do que foi exposto pelo Relator, os Ministros do TCU, reunidos em sessão plenária, acordaram, Sr. Presidente, considerar cumpridos os objetivos, autorizar a elaboração do Relatório Sistemático de Fiscalização da Saúde 2014, enviar para diversos órgãos, inclusive para esta Casa, cópia do referido relatório, assim como encerrar o presente processo, nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

Na análise que fizemos, Sr. Presidente, destacamos cada um dos itens de forma detalhada, o que eu não farei aqui, porque todos os meus colegas Senadores e Senadoras já o fizeram. Mas o relatório analisa questões do Orçamento da Saúde do ano de 2012, analisa o panorama epidemiológico, mostrando que há melhoras nos indicadores de saúde. Entretanto, ainda persiste a desigualdade quando se comparam as estatísticas entre os Estados da Federação.

O relatório analisa políticas para prevenção e tratamento do paciente, o desempenho do sistema de saúde pública e privada também, e analisa o número de médicos do País.

Eu só gostaria de registrar que se mostra a extrema deficiência de profissionais em dois Estados brasileiros, Pará e Amazonas, cuja média era de 0,3 médicos por mil habitantes, realidade que deve ter mudado já, nesses últimos anos, por conta do início da operação do Mais Médicos.

Analisa também a desigualdade na distribuição geográfica dos equipamentos para diagnóstico, a assistência hospitalar pelo Sistema Único de Saúde e vários outros itens.

Por fim, Sr. Presidente, após esta análise, conforme exposto, considerando que as questões levantadas nesse relatório, constantes no Acórdão nº 693/2014-TCU-Plenário, serão objeto de monitoramento por parte do Tribunal de Contas da União, propomos que esta Comissão tome

conhecimento do Aviso AMA nº 3, de 2014 (Aviso nº 355-GP/TCU, 2014, na origem), procedendo-se, em seguida, ao arquivamento do processado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, pelo arquivamento.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, vamos votar o item 4, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2008

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom, como já foi dito, o projeto do Senador Cristovam Buarque é de 2008, PL nº 489, que torna obrigatório, nos rótulos de embalagens de alimentos, a identificação de cores em conformidade com a sua composição nutricional.

O art. 1º da proposição acrescenta o §5º ao art. 11 do Decreto-Lei nº 986, de 1969, a fim de criar o selo de identificação nas cores vermelha, amarela e verde, para aposição nos rótulos das embalagens dos alimentos.

Ao justificar a proposta, o autor assinala o incremento expressivo da obesidade, da diabetes e das doenças cardiovasculares. Argumenta, ainda, que a falta de tempo e a carência de informação adequada levam as pessoas a consumirem salgadinhos, sanduíches e refrigerantes em vez de pratos saudáveis.

Aponta, igualmente, que a escolha de hábitos de alimentação saudável pode contribuir para a redução da gordura abdominal que origina o acúmulo de substâncias nocivas causadoras da diabetes e apresenta resistência à insulina.

Bom, eu vou direto para a análise.

Este projeto já teve um relatório anterior do Senador Paulo Davim, e foi sobre ele que eu baseei o meu relatório.

Então, no tocante ao mérito, é de realçar o aumento significativo, nos últimos anos, do aumento constante da obesidade, da diabetes e das doenças cardiovasculares. Como se depreende, a proposta em referência concorre para alertar o consumidor acerca da qualidade dos alimentos a serem ingeridos. Por conseguinte, o objetivo da proposição sob comento é promover a educação do consumidor brasileiro no sentido de que ele passe a procurar uma alimentação mais saudável.

Eu vou ao voto.

As únicas discordâncias são as emendas que apresentei, para que as cores fiquem por conta da Anvisa, por norma regulamentar.

Mas eu voto pela aprovação do projeto com as emendas que apresentei. Na redação da ementa:

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos contenham identificação de cores, de acordo com a composição nutricional.

E, no artigo 11, dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, a seguinte redação:

Para orientar a escolha de alimentação saudável, os rótulos das embalagens dos alimentos deverão conter selo de identificação em cores diferenciadas, de acordo com a sua composição nutricional, na forma do regulamento.

É esse o relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – De quem é a autoria?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Peço vista.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vista coletiva: eu quero também, se o Senador Flexinha deixar, dar uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Será concedida a vista coletiva, se S. Exª me permite.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Porque é um tema da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Jorge Viana pode fazer o comentário que quiser, mas não está em discussão, porque o pedido de vista encerra a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não. Então...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu só estava...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Suspende a discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu só estava me associando e dizendo que era coletiva a vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vista coletiva.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu, também, quero apreciar com calma e dar opinião. Só isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª é um parceiro sempre bem-vindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Porque é um tema importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mesmo na Serra do Cachimbo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mesmo na Serra do Cachimbo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, também somos. V. Exª sabe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Aliás, V. Exª deve fumar o "cachimbo da paz" com Paulo Rocha e com Jorge Viana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, mas esse "cachimbo da paz" está ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Se V. Exª quiser, eu trago o cachimbo da Bahia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... está muito comprido: 2009; e nós estamos em 2015.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu vou trazer um cachimbo da Bahia. Vou trazer do Gantois, do Alto do Gantois.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, sobre o requerimento que eu tinha sugerido, eu queria apresentar e fazer a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, pode apresentar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradecendo a V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Aceitamos o requerimento extrapauta. Pode ler o requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater o agravamento da crise hídrica no Brasil, especialmente no Sudeste brasileiro.

O nível dos reservatórios de água do sistema Cantareira, que atende 5,3 milhões de pessoas chegou a 16% da capacidade total após 24 quedas seguidas, sendo registrada hoje a vigésima quarta, segundo dados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp.

Além disso, os reservatórios de água que abastecem a cidade de Belo Horizonte estão próximos do pior nível da história, com menos de 30% da sua capacidade.

O risco de desabastecimento ou racionamento generalizado de água na Região Sudeste, onde se encontram 40% da população brasileira, perto de 70% do PIB nacional, agrava-se pelo elevado consumo diário de água. Segundo o Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), os paulistas consomem, até aqui, 175 litros diários *per capita*, segunda maior média do País, perdendo apenas para os cariocas, com 200 litros diários *per capita*. Vale destacar que o consumo diário de água recomendado pela Organização das Nações Unidas é de 110 litros. O brasileiro vai ter que aprender a lidar com menos água, não só porque é mais adequado, mas, também, por pura necessidade.

Refiro-me, também, a um problema gravíssimo: com o racionamento, será atingida a atividade produtiva nacional, especialmente com restrição de água para a irrigação – o agronegócio –, e, o mesmo, com restrição de água para abastecimento da indústria.

As repercussões econômicas e sociais de um provável desabastecimento de água são avassaladoras e demandam que a crise hídrica, ou a insegurança hídrica, seja discutida por esta Casa.

Portanto, sem prejuízo de outros nomes, gostaria de sugerir fossem convidados o Sr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da Agência Nacional de Água, e o Dr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden/MCTI), que é o centro que hoje faz o monitoramento do clima e que pode prever, inclusive, se vamos ter um agravamento da situação, do ponto de vista do clima, ou não.

Então, esse o requerimento que apresento, Sr. Presidente. E vou formalizá-lo aqui na Comissão.

Eu queria, por último, apresentar, também, outro requerimento. Nós temos a COP 21 que será realizada em novembro em Paris. A Comissão de Mudanças Climáticas aprovou um requerimento indicando membros daquela Comissão para acompanhar, em Paris, a COP 21, que é, certamente, a COP em que vamos ter a assinatura do documento pós-Kyoto, que vai estabelecer limites para emissão de gases; ou seja, é da maior importância.

O requerimento que apresento é no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle possa definir, também, os membros desta Comissão que participarão da COP 21, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – conhecida como COP 21 –, e que ocorrerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, em Paris.

Esse é o requerimento que apresento para sugerir que a Comissão, no momento oportuno, aprovado esse requerimento, possa definir uma representação desta Comissão também nessa fundamental e histórica conferência COP 21.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu acolho os dois requerimentos aventados por V. Ex^a, extrapauta, como já aconteceu aqui em outras oportunidades. E coloco em votação os requerimentos do nobre Senador Jorge Viana. Os Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 78, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater o agravamento da crise hídrica no País, especialmente no Sudeste brasileiro. Para tanto, sem prejuízo de outros nomes, convida: Sr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da ANA; e Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden/MCTI.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 79, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado, a indicação de representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para participarem da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, em Paris, França.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Antes de encerrar a reunião de hoje da CMA, tão competentemente dirigida por V. Ex^a, eu quero agradecer ao Senador Blairo Maggi, que foi o Relator de um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 8, de 2011, e que relatou pela prejudicialidade.

O projeto de minha autoria, Senador Jorge Viana, previa permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dava outras providências.

Por que o Senador Blairo Maggi relatou pela prejudicialidade? Por que isso foi contemplado no Código Florestal Ambiental que aqui foi discutido e aprovado.

Então, lamentavelmente, os projetos que a Oposição apresenta aqui são travados pela Base do Governo e não têm o andamento normal. E, ao final, o Governo aproveita esses projetos e os coloca em documentos por ele encaminhados.

Isso aconteceu, também, com o projeto de minha autoria que abria o capital estrangeiro para a área da saúde, o que é mais do que natural – principalmente uma área que requer recursos. E todos nós lutamos por mais recursos para a saúde. O projeto é de 2009, e o Governo também se colocou contrário. E, recentemente, a Presidenta Dilma encaminhou uma medida provisória exatamente igual ao projeto que eu apresentei.

Eu não fico chateado com isso, não, porque a paternidade do projeto não importa; importa o benefício para a população.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas, aí, nesse caso, houve plágio, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É plágio! Plágio! Mas ele tem feito isso constantemente! Constantemente!

O Senador Alvaro Dias já foi várias vezes à tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Plagiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... plagiado pelo Executivo.

Eu apresentei outro projeto, abrindo o capital estrangeiro para as empresas de aviação, não é? O projeto está aí, e me parece que, a esse assunto, o Governo é favorável. Eu espero que ele, então, deixe o projeto caminhar e que não mande uma medida provisória fazendo a abertura do capital para a aviação brasileira – capital estrangeiro.

Eu quero, por isso, agradecer ao Senador Blairo Maggi. Eu não estava aqui, e S. Ex^a apresentou relatório e fez referência a mim pelo projeto. E eu quero fazer esse registro, para que fique em ata os agradecimentos ao Senador Blairo Maggi; e ao Governo por ter aceitado a ideia e por tê-la colocado no projeto de Código Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Item 2.

ITEM 2

AVISO Nº 14, DE 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 240/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de auditoria operacional que teve por objetivo avaliar a governança da regulação nos setores de energia, comunicações e transportes (TC-031.996/2013-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pelo conhecimento; pela juntada de cópias deste relatório, do Acórdão nº 240/2015-TCU-Plenário e do Relatório e Voto que o acompanham aos autos das PEC nºs 11/2009, 40/2015 e 57/2015 e dos PLS nºs 72/2012, 52/2013 e 207/2015; e posterior arquivamento.

Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente e colegas Senadores. Vou procurar ser objetivo, Sr. Presidente.

Na verdade, o objetivo é relatar a auditoria operacional do TCU, objeto do Acórdão nº 240/2015, que teve por objetivo avaliar a governança das agências reguladoras no tocante à regulação dos setores de energia, de comunicações e de transportes.

Na análise, Sr. Presidente, conclui-se, por essa auditoria realizada pelo TCU, que as agências com maiores períodos de vacância na ocupação de vagas nos respectivos conselhos e diretorias são as

que tiveram fraco desempenho – acredite: existe a vaga e não é ocupada! – em transparência e que sequer estão em processo de elaboração de seus planos estratégicos.

O levantamento dos dados realizados pelo TCU expôs que, na ANTT, Antaq e ANP, os interinos se perpetuam nos cargos, enquanto Aneel e Anac são as menos prejudicadas pela falta de indicação e nomeação de seus dirigentes.

Assim, ficou claro que, ao longo período de vacância ou de ocupação interina dos cargos das diretorias das agências, ficou prejudicada a tomada de decisão, seja pela falta de quórum, seja pela falta de estabilidade dos interinos que não possuem as mesmas garantias dos membros efetivos, o que afeta a independência das agências.

Diante das constatações da auditoria, o Tribunal expediu diversas recomendações às agências, além de determinações e recomendações à Casa Civil da Presidência da República.

Ressalto, ainda, que diversos projetos de lei e de emenda constitucional foram apresentados no Senado Federal para disciplinar a ocupação dos cargos de dirigentes das agências reguladoras ou para aprimorar os mecanismos de controle social, a exemplo da PEC nº 11, de 2009; da de nº 40, de 2015; da de nº 57, de 2015; e dos Projetos de Lei do Senado: nº 72, de 2012; nº 52, de 2013; e nº 207, de 2015.

Mas, Sr. Presidente, opino pela reconhecimento do Aviso nº 14, de 2015, do Tribunal de Contas da União; pela juntada de cópias deste Relatório, do Acórdão nº 240/2015 deste Relatório, do Acórdão nº 240/2015-TCU-Plenário, assim como do relatório e do voto que o acompanham, aos autos das Propostas de Emenda Constitucional nº 11, de 2009; nº 40, de 2015; nº 54, de 2014; nº 207, de 2015; nos termos do art. 138 do Regimento Interno; e por seu posterior arquivamento.

Então, Sr. Presidente, as agências reguladoras têm sido extremamente prejudicadas – acredite – pela vacância, pela demora em se indicarem os seus membros. E muitos projetos, muitas decisões deixam de ser tomadas, exatamente, por não haver um quórum quantitativo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Como não há nenhum Senador querendo discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Eduardo Amorim.

Como não nenhuma outra matéria a discutir, está encerrada a reunião.



ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e dezenove minutos do dia treze de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Lasier Martins, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Senador Antonio Anastasia faz uso da palavra e solicita inclusão extrapauta de requerimento de sua autoria, o que é atendido pela Presidência. PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) MENSAGEM Nº 77, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, o Presidente passa a palavra para o Senador José Agripino para discussão. Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador José Agripino solicita inclusão de requerimento extrapauta, o que é atendido pela Presidência. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 211, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia, celebrado em Brasília, em 17 de fevereiro de 2012.” O Presidente concede a palavra ao Senador Ricardo Ferraço e, na sequência, ao Relator Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 65, de 2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que “Requer, nos termos do art. 222, combinado com o art. 103, VI, do RISF, apoio à indicação do Dr. Paulo de Tarso Tamburini Souza, Juiz de Direito da Comarca de Belo Horizonte, único candidato brasileiro para ocupar vaga de juiz do UNDT – United Nations Dispute Tribunal, tribunal de primeiro grau da ONU”. O Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Anastasia para discussão. Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 66, de 2015, de autoria do Senador José Agripino, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Senhor Miguel Henrique Otero, proprietário e editor do Jornal El Nacional, para tratar da situação na Venezuela, na próxima quinta-feira, dia 20 de agosto”. O Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino para discussão. Aprovado. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa, atendendo ao Requerimento nº 60, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Convidado: Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica. O

Presidente convida a compor a mesa o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato. O Presidente registra a presença dos Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Franciscangelis Neto, Brigadeiro-do-Ar Rui Chagas Mesquita, Brigadeiro-do-Ar Pedro Luís Farcic, Brigadeiro-do-Ar Paulo Eduardo Vasconcellos, do Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto de Barros Chã, Coronel Aviador Márcio Bruno Bonotto, Coronel Aviador Cláudio Evangelista Cardoso, Coronel Aviador Decio Augusto Maruci, Coronel Aviador Adolfo Aleixo da Silva Júnior. O Presidente concede a palavra ao Comandante da Aeronáutica para fazer sua exposição. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Ana Amélia e Jorge Viana. Às doze horas e nove minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. E às doze horas e quinze minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra ao Comandante e este responde os questionamentos apresentados. O Presidente agradece a presença do Comandante. Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata das reuniões anteriores. Se não houver objeção, está em votação. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tão somente para solicitar, se possível, a inclusão, extrapauta, de um requerimento de minha autoria de apoio a um candidato para juiz da UNDT, que já está com a secretaria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, está incluído, se não houver objeção. *(Pausa.)*

Como não há objeção, está incluído.

A nossa reunião de hoje é composta de duas partes. A primeira parte é deliberativa. Nós temos a apreciação, a releitura do relatório produzido pelo Senador Ricardo Ferraço, a respeito da Mensagem nº 77, de 2013, que trata da designação do novo Embaixador do Brasil na Bolívia; também temos um acordo internacional do Brasil com a República Islâmica da Mauritânia, cujo Relator é o Senador Jorge Viana, que está presente; e, finalmente, o requerimento proposto pelo Senador Anastasia, já incluído extrapauta.

A segunda parte é uma audiência pública que se destina a discutir projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Nós vamos discutir hoje o assunto relativo à Aeronáutica, à Força Aérea Brasileira. Teremos aqui a presença do Comandante

da Força Aérea, o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato e a presença muito honrosa de oficiais que compõem a sua equipe.

Vamos, então, iniciar a primeira parte da reunião, e, para isso, eu passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para relatar o item 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2013

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, somos chamados a deliberar sobre a indicação que Sua Excelência a Presidente da República, faz do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

A indicação do Embaixador foi recebida pelo Senado, em 19 de agosto de 2013, por meio de mensagem presidencial. Quatro dias depois, emergência humanitária levou à retirada do Senador boliviano Róger Pinto Molina, pelo diplomata Eduardo Saboia, então Encarregado de Negócios do Brasil em La Paz. O episódio desencadeado, após o confinamento do Senador boliviano por 453 dias, em uma sala da Embaixada do Brasil em La Paz, na Chancelaria, motivou o Senador Jarbas Vasconcelos, então Relator da mensagem, a submeter o Requerimento nº 1.058.

Faço esse histórico, Sr. Presidente, para justificar a razão de esse processo estar paralisado desde 2013, aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Ex^a apenas omitiu, se me permite, logo no início desse seu relatório, a sua ação relevantíssima no resgate humanitário do Senador boliviano, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a gentileza e a deferência de V. Ex^a.

O requerimento do Senador Jarbas Vasconcelos, em 12 de setembro de 2013, fundamentou-se nos termos aduzidos a seguir – aspas:

Não há, pois, razões que justifiquem o envio de um novo embaixador à Bolívia neste momento em que há tantas pendências a exigir esclarecimentos, no caso do asilo político do Senador Roger Pinto Molina. Enquanto não recebermos as informações solicitadas, enquanto não for equacionado esse impasse entre o Brasil e a Bolívia, enquanto não for encontrada uma solução humanitária para o Senador Pinto Molina e enquanto uma espada de Dâmocles pesar sobre o pescoço do Sr. Eduardo Saboia, não existem condições para se indicar um novo Embaixador brasileiro para a Bolívia, uma decisão que, hoje, visa apenas submeter o Brasil aos caprichos do Presidente Evo Morales.

Afirmou o Senador Jarbas Vasconcelos, nosso sempre querido Senador Jarbas Vasconcelos – querido e respeitado.

Na 56ª reunião da Comissão de Relações Exteriores, realizada em dezembro de 2013, o Senador Jarbas Vasconcelos expressou sua insatisfação com as informações fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores, muitas das quais não guardavam qualquer relação com o episódio. Decidiu, então, devolver a relatoria da Mensagem à Presidência da Comissão, função à época por mim desempenhada.

Indiquei, ato contínuo, o Senador Aloysio Nunes Ferreira como novo Relator da matéria. Naquela condição, o Senador apresentou, em 15 de março de 2015, o Requerimento nº 164, no qual solicitava mais informações, na mesma linha do que fez o então Senador Jarbas Vasconcelos.

Lamentavelmente, apenas em 14 de maio de 2015, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou ao Senado o Ofício nº 24, com uma resposta incompleta. Já na condição de Relator, salientei essas deficiências em requerimento que submeti a esta Comissão.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores antecipou-se àquela solicitação e reiterou, no ofício, o pedido de que o Ministério das Relações Exteriores enviasse as informações faltantes – ou seja, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, assumindo a presidência desta Comissão de Relações Exteriores em 2015, honra-me com a designação para relatar essa matéria, e foi isso que fiz, reiterando as manifestações que V. Exª havia enviado ao Ministério das Relações Exteriores.

O Ministério respondeu com um ofício em 1º de julho do corrente ano. A resposta atende parcialmente ao que foi solicitado pelo requerimento, conforme detalhamento abaixo. O requerimento pediu o seguinte: série completa das comunicações oficiais sobre o Senador Pinto Molina, trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, no período compreendido entre maio de 2012 e a presente data.

O Ministério das Relações Exteriores enviou apenas quatro telegramas, relativos aos seguintes assuntos: proposta da Embaixada em La Paz de encaminhamento das negociações com a Bolívia diante da negação de salvo-conduto, de julho de 2012; conversa com o Ministro de Governo sobre a reação do Governo brasileiro à proposta de saída informal do Senador boliviano, de janeiro de 2013; conversa com o Vice-Chanceler sobre a reação do Governo brasileiro à proposta de saída informal do Senador boliviano, também de janeiro de 2013. O Encarregado de Negócios informa o Ministério das Relações Exteriores sobre as circunstâncias que fundamentaram a retirada do Senador asilado da Embaixada, em agosto de 2013, em razão da negação, ou do salvo-conduto do Governo da Bolívia.

Simples cotejo com os autos da sindicância contra o Ministro Eduardo Saboia, anteriormente remetidos a esta Comissão pelo Ministério das Relações Exteriores, acusou a falta, entre outras, das seguintes comunicações, cuja relevância justifica uma breve referência neste relatório.

Telegramas de 2012.

A Embaixada em La Paz apresenta sugestão de encaminhamento para o caso do Senador asilado; a pronta concessão pelo Brasil de *agrément* ao novo Embaixador da Bolívia coincide com a oficialização da denegação de salvo-conduto ao Senador asilado.

O Chanceler boliviano “ameaça” levar o assunto do Senador asilado a instâncias regionais e à Presidente Cristina Kirchner; e expõe a visão de políticos bolivianos de que a hostilidade contra o Brasil no caso do Senador asilado teria como objetivo criar tensões que forçassem o Brasil a fazer concessões no combate ao narcotráfico. Ou seja, são telegramas que constam do processo que foi sofrido pelo Encarregado, o Diplomata Eduardo Saboia.

Em 2013, são os seguintes os telegramas que constam de todos esses processos de investigação no próprio Itamaraty: análise declarações públicas do Vice-Presidente Linera, que garante suposta liberdade de locomoção do Senador Pinto Molina; transmite pedido ao Governo brasileiro de transferência humanitária do ex-Governador Leopoldo Fernandez, correligionário do Senador Pinto, preso em La Paz desde 2008, para tratamento oncológico no Brasil; transmite pedido de encontro do Presidente Evo Morales à Presidente Dilma Rousseff; apresenta subsídios da Embaixada para conversa entre os Presidentes Dilma Rousseff e Evo Morales; relata reuniões da Deputada Perpétua Almeida na Bolívia, nas quais a Parlamentar brasileira cobrou publicamente

uma solução para o caso das autoridades bolivianas – o caso do Senador asilado –; e Informa sobre "pedido antecipado" ao Brasil, defendido pelo Procurador-Geral da Bolívia, Ramiro Guerrero, para a extradição do Senador Pinto Molina.

Despachos telegráficos em 2013: trata de designação de diplomatas para suposta reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Os autos da referida sindicância revelam que o real propósito era tratar do caso Pinto Molina, sem a presença da Embaixada do Brasil, como com a Embaixadora da Venezuela em La Paz.

O Requerimento nº 164 havia pedido ao Itamaraty o envio de outras comunicações porventura trocadas entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em La Paz, bem como informações, ajuda-memórias entre o Ministério das Relações Exteriores e a Presidência da República, inclusive os registros do Itamaraty sobre as tratativas entre diplomatas brasileiros e prepostos bolivianos a respeito do destino do Senador Molina, asilado.

A esse título, foram recebidas duas comunicações:

- Informação, de maio de 2012, na qual o Ministro Antonio Patriota recomenda à Presidente da República a concessão de asilo ao Senador Pinto Molina, dentro da tradição diplomática brasileira;

- Registro, endereçado à Presidente da República das tratativas infrutíferas de funcionários diplomáticos da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores com o Governo boliviano, até junho de 2013, sobre o Senador Roger Pinto Molina. É o único documento encontrado sobre o teor dessas conversas, tratativas, de que não era dado conhecimento à Embaixada em La Paz.

Indagava ainda Requerimento o seguinte: houve resposta do Ministério das Relações Exteriores ao pedido de orientação adicional formulado no telegrama 379, de 2013, expedido pela Embaixada em La Paz à Secretaria de Estado?

A respeito, o MRE limitou-se a afirmar que, no caso, no que se refere ao telegrama nº 379, o Relatório Conclusivo da Sindicância aponta em sua folha 15, ao Relator, sobre o tema "restrição de visitas", que: "De qualquer forma o despacho telegráfico 508/2013 para a Embaixada em La Paz removeu qualquer dúvida quanto à possibilidade e mesmo quanto ao dever da Embaixada em buscar avaliação médica qualificada e especializada."

Não foi identificado, nos autos da sindicância, expediente adicional que faça referência direta ao telegrama em epígrafe.

A resposta do Itamaraty é evasiva quanto a um ponto fundamental, de que a Comissão de Relações Exteriores tomou conhecimento mediante os autos da sindicância, já citados. O Telegrama nº 379 questionara as condições do regime de confinamento imposto ao Senador boliviano e pedira orientações adicionais ao Ministério das Relações Exteriores, inclusive sobre a própria legalidade das mesmas.

Conclui-se, assim, que nunca houve resposta explícita de Brasília a esse pedido de orientação adicional da Embaixada em La Paz sobre problema gravíssimo, por atentar diretamente contra os direitos humanos de um asilado submetido a condições inéditas até no mais severo regime prisional em vigor no Brasil.

Nessa linha, o Senado também pedira ao MRE cópia do despacho telegráfico 122/2013, expedido pela Secretaria de Estado à Embaixada em *La Paz*, e de eventuais pareceres jurídicos que fundamentaram a decisão de restringir as visitas e determinando o confinamento do Senador asilado.

Em resposta, o MRE informou o seguinte:

Ainda sobre o questionamento relativo ao telegrama citado, foi possível extrair dos autos da sindicância que a Secretaria de Estado baseou suas instruções na Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático de 1954, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 42.628, de 1957, bem como no Estatuto do Estrangeiro, consubstanciado na Lei nº 6.815 [Estatuto este que nós estamos há um bom tempo

revisando, já tendo deliberado esse tema aqui no Senado, aguardando o pronunciamento da Câmara Federal, projeto de V. Ex^a, em que eu tive a honra de ser designado como Relator, adequando à realidade dessas questões migratórias a esse tempo em que estamos vivendo.], e previamente indicadas ao posto por meio do expediente 122, de 2013.

Como evidencia a resposta – de novo evasiva – do MRE, a decisão de restringir visitas ao Senador asilado na Chancelaria brasileira foi tomada sem qualquer amparo em parecer jurídico, o qual caberia ao agente público solicitar, em razão do impacto daquela decisão sobre a vida da pessoa colocada sob a proteção do Estado brasileiro e da transcendência daquela interpretação da Convenção de Caracas, a qual em parte alguma do seu texto prevê regime de confinamento para o beneficiário do asilo diplomático concedido por qualquer Estado-parte.

A sindicância demonstra que o Governo brasileiro, ao adotar medidas restritivas da liberdade do Senador asilado, acolheu desejo manifesto pelo Governo boliviano, queixoso de que o asilado estaria desempenhando – aspas – "atividades políticas" no âmbito da chancelaria brasileira.

Ora, a Convenção de Caracas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao contrário do que aduziu o Ministério das Relações Exteriores para justificar-se, proíbe explicitamente, em seu art. VIII, o pedido feito pela Bolívia e tão docilmente acatado, *contra legis* e, no seu art. VII, que garante a liberdade de expressão do asilado. Eu cito aqui os artigos – tanto o VII como o VIII – que consagram esta afirmação que estou fazendo, que são parte da Convenção de Caracas.

A resposta do Ministério das Relações Exteriores ao Requerimento nº 164 denota, pelo que deliberadamente omite, o constrangimento que é, para a atual administração do Itamaraty, explicar o injustificável ato de uma administração pregressa.

Apesar dessas lacunas, creio que chegou a hora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de virarmos essa página. A atual administração do Ministério das Relações Exteriores está dando, eu preciso reconhecer, alguns passos – tímidos, mas passos para o restabelecimento do bom senso, da justiça e da razoabilidade para lidar com os passivos que recebeu. Ainda há caminho a percorrer muito longo, nos aspectos políticos, diplomáticos e até funcionais, no caso das pessoas atingidas por esse episódio.

Para começarmos a superar essas dificuldades no âmbito do papel fiscalizador do Senado – e especificamente desta Comissão, que há muito tempo deixou de ser um anexo do Ministério das Relações Exteriores –, é preciso que se reconheça que a situação crítica a que se chegou nas relações com a Bolívia em razão do episódio Pinto Molina foi, em boa parte, autoinfligida por apostas políticas equivocadas.

Para tanto, é preciso remontar à traumática deterioração das relações bilaterais desde a “nacionalização” dos ativos da Petrobras em 2006, quando o Presidente Morales determinou a ocupação militar das refinarias da Petrobras. O governo do ex-Presidente Lula acobertou, então, a dimensão desse ato hostil. Essa grave omissão não levou a resultado benéfico algum. Só fez incitar novas agressões aos interesses e à dignidade nacionais nos anos seguintes.

Alguns exemplos ilustram essa prática, a meu juízo, nefasta aos interesses da política externa brasileira, que não pode ser política de governo e precisa ser política de Estado.

Na fronteira com o Acre, o governo Morales aplicou seletivamente texto constitucional para expulsar pequenos agricultores brasileiros da faixa de fronteira. Produtores rurais brasileiros de Santa Cruz, que fazem a riqueza daquela região com seu trabalho, capital e tecnologia, passaram a ser sistematicamente achacados e a ter suas terras invadidas a mando de máfias com a conivência de autoridades do Estado da Bolívia. Estudantes universitários brasileiros enfrentam dificuldades e azares diuturnamente, que já motivaram até missões de averiguação do Congresso Nacional àquela região.

O Governo brasileiro despendeu muito capital político e financeiro e obteve retornos negativos. O BNDES foi envolvido pelo governo supostamente indigenista de Morales no financiamento de estrada que invade terras indígenas e reserva natural.

A Embaixada em La Paz alertou oportunamente o Governo brasileiro para a sensibilidade dos interesses em jogo, confrontando *cocaleros* e indígenas, com o resultado previsível de que a corda arrebentaria do lado mais fraco. Arrebentou. Os indígenas foram reprimidos violentamente, resultando em grave crise política interna e em violações de direitos humanos que se estendem até hoje.

O Governo Morales atribuiu a culpa de tudo ao Brasil. O povo boliviano passou a se manifestar contra o chamado "*imperialismo brasileiro*". A chamada "Rodovia Transcocalera" passou a ser apresentada como parte de uma agenda expansionista do agronegócio brasileiro, versão que o Presidente Morales nunca se empenhou em desmentir.

A incapacidade do Governo brasileiro de lidar com essa complexidade vitimou louváveis projetos de integração física. Desde então, não houve novos financiamentos brasileiros a projetos de infraestrutura na Bolívia. Empresas foram forçadas a sair da Bolívia, com grandes prejuízos.

Em nenhum momento o Governo brasileiro autorizou o Ministério das Relações Exteriores a agir com altivez, descortino e profissionalismo, como, aliás, é da tradição do Itamaraty.

O marco lamentável desse processo deliberado de limitar nossa capacidade de ação diplomática foi a recusa inédita da Bolívia a conceder salvo-conduto ao Senador Róger Pinto Molina, em flagrante desrespeito ao sagrado instituto do asilo diplomático e rompendo uma prática que foi respeitada pelos dois países mesmo durante os períodos de exceção.

A política de concessões unilaterais brasileiras estimulou setores do Governo boliviano a provocarem o Brasil. Sentiram-se livres para, diante do constrangedor silêncio de Brasília, achincalhar o Itamaraty, fazendo bode expiatório do Embaixador em La Paz.

Manietada, a diplomacia brasileira perdeu oportunidades. A certa altura, o Governo boliviano acenou com uma saída para o impasse. A Ministra da Justiça boliviana, em visita a Brasília, propôs que o Brasil – imagine! – retirasse o Senador discretamente. Faltou apenas, como assinalou a Embaixada em La Paz, o esperado gesto brasileiro no mais alto nível.

O Brasil silenciou e a Bolívia passou à ofensiva. Morales cobrou uma "urgente solução" – imagine! – da Presidente Dilma na cúpula de Malabo, em fevereiro de 2013, dessa situação. Perdido em campo e acostumado a ceder, o Brasil enviou seu chanceler a Cochabamba, em março, para capitular.

Concordou em retirar o Embaixador do Brasil, vestindo a carapuça de conspiração da Embaixada em La Paz. Comprou tese falaz boliviana, a qual primeiranista de Direito Internacional desconstruiria facilmente, que provocou a privação de liberdades fundamentais ao Senador asilado. O Itamaraty, na gestão da época, chegou a aceitar até transferir "de facto" as atribuições constitucionais de um embaixador nomeado pelo Executivo e aprovado pelo Senado Federal a um "grupo de trabalho" sem agenda, nomeação oficial, mandato ou prazo.

As funções do Embaixador em La Paz foram, dessa forma, parcialmente usurpadas. Mais grave, o voto desta Casa que chancelara a indicação desse chefe de missão diplomática foi, por via de consequência, anulado, abrindo-se lamentável capítulo de diplomacia paralela. Afora os depoimentos no quadro de sindicância, obtidos por requerimento desta Comissão, não há registro substantivo do que se disse nas reuniões em que se jogou com o destino de um ser humano sob a proteção da bandeira brasileira!

De concreto, sabe-se que, em maio de 2013, o Senador asilado recebeu proposta, em nome do Governo brasileiro, para renunciar ao asilo, em troca de sua saída para um terceiro país, jamais mencionado.

Essa proposta irregular, clandestina e vergonhosa não consta de qualquer expediente oficial, mas consta de conversas oficiosas. Só foi revelada pela insistência desta Comissão na busca pela verdade. Não há outra conclusão possível. A verdadeira estratégia da então administração do Itamaraty, a mando, evidentemente, do Governo brasileiro, do Palácio do Planalto, consistia em forçar uma pessoa fisicamente isolada e psicologicamente abalada, a renunciar ao seu legítimo direito a asilo sob as leis brasileiras e o Direito Internacional. Para cúmulo, asilo que lhe fora concedido pela própria Presidente da República, em nome do Estado brasileiro.

A "proposta" configura exercício inimaginável de assédio moral e de chantagem contra uma pessoa sem meios de reação, sob a custódia do Estado brasileiro. É aterrador pôr-se na situação do Senador asilado naquele instante em que era perseguido por uns e abandonado por aqueles que haviam assumido compromisso solene de protegê-lo. Não espanta que a proposta tenha sido deliberadamente apócrifa, ao arrepio da legislação nacional.

O asilo diplomático é instituto do Direito Internacional Público, especificamente latino-americano. É, portanto, uma contribuição de nossa região para o avanço civilizatório. A pedra fundamental da credibilidade diplomática de um país se resume a três palavras: *pacta sunt servanda*.

Naquele momento, o Governo brasileiro não traiu apenas um indivíduo sob sua proteção, mas o princípio elementar de sua diplomacia. Ignorou, ostensivamente, a prática boliviana, tradicional e histórica, de respeito ao asilo diplomático, mesmo durante suas ferozes ditaduras. No golpe do narcoditador García Meza, as Embaixadas do México e da Venezuela acolheram centenas de asilados.

Na ocasião, Flávio Machicado, político boliviano e ex-Ministro da Economia, ficou refugiado na Embaixada da Venezuela por cerca de 60 dias e, diante do demorado processamento de pedidos de salvo-conduto para as dezenas de pessoas lá refugiadas, procurou a residência de nossa Embaixada em La Paz. O Embaixador Afonso Arinos negociou, com o então Ministro da Defesa, o salvo-conduto – o Ministro Afonso Arinos negociou pessoalmente esse salvo-conduto com o governo militar de então. Ao relatar o caso no livro "Tempestade no Altiplano", o sempre saudoso Embaixador Afonso Arinos afirma que "o General Reyes Villa cumpriu com a palavra: recebi esta tarde, (30/9/1980), após 26 dias de espera, salvo-conduto em nome do asilado Flavio Machicado Saravia" (p.115).

No caso do Senador Róger Pinto Molina, as gestões da Embaixada em La Paz não tiveram o mesmo respaldo de Brasília. O desgaste emocional e físico de um indivíduo confrontado com essa situação levou o Encarregado de Negócios a tomar uma decisão para a qual sopesou a falta de perspectiva de uma solução político-diplomática e o risco de desenlace dramático, caso se prolongasse o confinamento do Senador.

Em 23 de agosto, após 453 dias de confinamento, o Senador asilado deixou a Embaixada em La Paz e foi transportado em veículo diplomático até o território brasileiro. Além do Encarregado de Negócios, acompanharam-no o Ministro-Conselheiro Manuel Montenegro da Cruz, cujo deslocamento para participar de cerimônia em Cochabamba já estava previsto, dois valorosos fuzileiros navais e dois motoristas experientes. À exceção de Montenegro, que ficou em Cochabamba, com instruções de comunicar o fato a Brasília, após chegada em segurança do asilado ao Brasil, o grupo percorreu por 20 horas os 1.600 quilômetros até Corumbá.

Tão logo chegou à fronteira, o Ministro Saboia – e quero chamar a atenção, Sr. Presidente, para esse ato heroico e humanitário deste servidor do Ministério das Relações Exteriores. Não lhe sendo dada alternativa que não essa solução, porque, senão, ele poderia ser, inclusive, responsabilizado por omissão, considerando a gravidade do estado de saúde desse asilado, que o Estado brasileiro se comprometeu à preservação da sua saúde, da sua segurança e assim por diante, de acordo com o Protocolo de Caracas.

Tão logo chegou à fronteira, o Ministro Saboia esteve em contato permanente com o Itamaraty, tendo sido orientado a não retornar ao Posto, mas dirigir-se a Brasília. Cientificado da situação, que já acompanhava de perto, como Presidente desta Comissão, e sobre a qual vinha insistentemente cobrando providências do Itamaraty, inclusive em audiências públicas, tentei novamente sensibilizar o Executivo para a urgência de prestar-lhe apoio. Diante do silêncio contumaz, providenciei, eu mesmo, condições para que o senador asilado pudesse chegar a Brasília em segurança.

Já conhecia o drama enfrentado por 12 brasileiros presos em Oruro, após uma partida de futebol, em fevereiro de 2013. Suspeitava que aquela prisão arbitrária, que durou meses e cobrou empenho da Embaixada, encobria a intenção de barganhar a libertação dos brasileiros em troca da claudicação final no caso do Senador.

Consumado o asilo territorial, a expectativa natural era de que o Governo brasileiro confirmasse prontamente o *status* de refugiado ao Senador Pinto Molina, nos termos da lei, coisa que aconteceu na última semana.

Depois de um longo período, o Conselho Nacional de Refugiados finalmente se reuniu e confirmou o refúgio a este Senador que recebeu, por parte do Estado brasileiro, asilo político e que agora pode tocar a sua vida naturalmente, em paz, aqui em nosso País.

Em conclusão, desejo ressaltar alguns pontos desse episódio lamentável, Sr. Presidente. Eu me alongo nessa manifestação porque é preciso que a gente deixe caracterizado, Senador Anastasia, esse fato como valor pedagógico e didático das nossas relações internacionais, da nossa política externa, porque episódio como esse não é um episódio que deve se repetir na história da política externa brasileira, porque não faz jus, Senador Agripino, ao histórico de relevantes serviços que a diplomacia brasileira vem prestando.

Evidentemente houve uma orientação política para que agissem assim, mas houve de certa forma um silêncio, uma omissão, e essa omissão produziu, enfim, teve como consequência esses lamentáveis fatos.

Enfim, em momento algum, o Governo brasileiro sinalizou à Bolívia que a negação da concessão de salvo-conduto, princípio consagrado no Direito Internacional, particularmente na América Latina, traria consequências graves e inevitáveis para as relações bilaterais. Por outro lado, embaixadores brasileiros foram chamados para consultas em Brasília, em junho de 2013, por conta de incidente que envolveu a aeronave do Presidente Evo Morales na Europa. Medida semelhante, porém, sequer foi cogitada para o caso que nos dizia respeito diretamente em La Paz.

O Governo brasileiro aceitou passivamente a tese de que a Bolívia não estaria obrigada pelos termos da Convenção de Caracas sobre asilo diplomático a conceder salvo-conduto. Desconsiderou o histórico de cumprimento desse instituto pelos dois países, bem como os princípios jurídicos que a Convenção veio a codificar como direito preexistente e que não é lícito a signatário de instrumento internacional praticar atos lesivos ao teor do mesmo, ainda que não o tenha ratificado.

O Governo brasileiro incorreu numa contradição elementar. Em junho de 2013, Senador Tasso Jereissati, Senador Jorge Viana, quando o senador boliviano cumpria mais de um ano de confinamento na embaixada em La Paz, o Brasil apoiou em nível presidencial no Mercosul a "universalidade do instituto do asilo" e a "obrigação de assegurar salvo-conduto" em favor do australiano Julian Assange e do norte-americano Edward Snowden. Foi, entretanto, incapaz de exigir da Bolívia a aplicação dessa mesma decisão no interior do próprio Mercosul, o que sinaliza dois pesos e duas medidas. A contradição fica patente na leitura do texto da declaração presidencial que, pelo seu valor didático, é anexada a este parecer.

O Governo brasileiro assistiu impassível à tática do Presidente Morales de isolar e desmoralizar a embaixada do Brasil em La Paz. Coonestou, pela omissão, a inadmissível desconstrução da autoridade de uma missão diplomática brasileira, abrindo precedente de consequências imprevisíveis.

O Governo brasileiro aceitou a imposição boliviana de ações atentatórias a nosso ordenamento jurídico.

Determinou, em março de 2013, a restrição dos contatos do asilado à família e ao advogado, omitindo qualquer tipo de assistência médica ou religiosa. A instrução foi expedida sem o necessário amparo em parecer da Consultoria Jurídica ou da Advocacia-Geral da União. Nem poderia, porque a Convenção de Caracas não avaliza esse grau de confinamento. A Embaixada em La Paz não se furtou a alertar para seu caráter atentatório aos direitos humanos, incompatível mesmo com as legislações penitenciárias dos dois países.

O Senado Federal, no exercício do seu poder fiscalizador, tem a obrigação – acho eu – de chamar a atenção para esses erros, quando cabível, apontar melhores caminhos para que a diplomacia seja conduzida em conformidade com os princípios do Estado de Direito democrático.

É desejável que o Brasil, nas suas relações com a Bolívia e com outros países vizinhos, evidentemente, promova iniciativas de interesse conjunto com base no princípio da solidariedade.

O princípio consagrado no art. 4º da Constituição, segundo o qual a política externa brasileira deve reger-se pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, coaduna-se plenamente com uma visão generosa em relação a países de menor desenvolvimento econômico relativo, ou seja, o nosso País evidentemente precisa continuar a estabelecer cooperações de solidariedade com os nossos vizinhos, que compartilham conosco, aqui na região sul, mas essa solidariedade tem que ser com o povo, não pode ser com os governos de plantão, que violam os tratados internacionais e a boa prática diplomática.

Entretanto, essas iniciativas têm como pressuposto uma relação de confiança. Com a Bolívia, essa confiança, quebrada no episódio da Petrobras e achincalhada em vários outros contenciosos desde então, terá de ser reconstruída, mas não de forma unilateral ou escamoteando a defesa dos legítimos interesses nacionais brasileiros.

As considerações acima ficam, portanto, como lição para que não se voltem a repetir os mesmos erros. Sem uma mudança de fundo na condução das relações com a Bolívia, episódios desse tipo estarão fadados a se repetir. Não basta aferir as qualidades profissionais de um futuro embaixador, mas é preciso que se lhe garantam as indispensáveis condições políticas que dão sentido ao exercício das suas funções.

Portanto, desejo, com esta manifestação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, virar essa página e, em função dos fatos que nós relatamos aqui, considerar que os fatos precisam ir adiante e que chegou o momento de nós termos, sob novo prisma, sob nova orientação, um novo embaixador a conduzir a nossa missão diplomática em La Paz.

Eu, assim, creio estarem reunidas as condições para dar sequência aos trâmites referentes à indicação do Sr. Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

Filho de Raymundo Fernando Pantoja Magno e de Maria do Horto Santos Rocha Magno, o diplomata é do Rio de Janeiro.

Completo o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1974, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1981 e o Curso de Altos Estudos em 1995, quando apresentou a tese “A Organização dos Estados Americanos: dispositivos para a promoção e defesa da democracia. A suspensão de membros de acordo com o Protocolo de Washington de 14 de dezembro de 1992”. É graduado em Direito pela Associação de Ensino Unificado de Brasília.

Iniciou a sua carreira diplomática como 3º Secretário em 1975. Ascendeu a 2º Secretário em 1978; a 1º Secretário em 1982; a Conselheiro em 1990; a Ministro de Segunda Classe em 1996, sempre por merecimento.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um profissional qualificado para o exercício dessas funções.

Ele recebeu inúmeras condecorações, portanto nós estamos, com essas considerações todas feitas, apresentando o nosso parecer, que abre caminho para o debate e a sabatina para a indicação de S. Ex^a o Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno, que poderá, se esse for o julgamento dos Srs. Senadores, suceder ao então Embaixador do Brasil em La Paz, S. Ex^a o Embaixador Marcel Biato, a quem desejo cumprimentar por reconhecer que, no limite dos seus esforços, ele fez o possível para que essa crise não alcançasse essa dimensão alcançada.

Portanto, nós estamos, com essas considerações, apresentando o nosso parecer para que S. Ex^a, o Embaixador Raimundo, possa se apresentar a esta Comissão, dando fé pública a esses conhecimentos, nós possamos sabatiná-lo para que a missão diplomática possa finalmente ter um novo Embaixador, quero crer, à luz de novas diretrizes e orientações do atual Chanceler Mauro Vieira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Peço desculpas porque me excedi no tempo, mas um processo como esse não poderia ser concluído sem que nós pudéssemos trazer aqui a nossa presente e manifesta convicção e clareza, à luz dos fatos que aconteceram nos últimos anos.

Muito obrigado a S. Ex^a e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ricardo Ferraço, eu é que agradeço, em nome de toda a Comissão, este relatório que é um marco na história da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ficará escrito no Anais com muito destaque. Eu penso que, como diz V. Ex^a, é hora de virar a página, mas não nos esqueceremos daquilo que está escrito nessa página virada. O seu relatório é digno de ser estudado nos cursos de Relações Internacionais e Direito Internacional no Brasil.

Meus parabéns.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria, a par de cumprimentar o Senador Ferraço pelo relato que fez e pelo relatório que apresenta à indicação do novo Embaixador na Bolívia, tecer um comentário pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Ex^a está falando já a título de discussão do relatório, porque eu tenho que abrir a discussão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – É porque eu quero encaminhar uma outra proposição, na linha de raciocínio posta pelo Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Está em discussão e, com a palavra para isso, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Ao longo da vida de cada um de nós, existem momentos marcantes em que pensamos que, na hora em que tomamos a decisão, aquele assunto fica definido, e a página fica virada. Não é assim, porque as coisas importantes ficam como referências e ficam permanentes ao longo da vida de todo mundo.

O episódio vivido pelo Senador Ricardo Ferraço e, digamos, as circunstâncias vividas pelo embaixador não se encerraram com a chegada do Embaixador ao Brasil e com a volta do Senador Ferraço ao Brasil, até porque muitas consequências, muitas discussões ocorreram e ainda vão ocorrer, em função de um regime democrático sobre o qual existem ou possam existir dúvidas, aqui na América Latina. Na Bolívia, há questionamentos, como há na Venezuela. E, em cima da colocação feita pelo Senador Ferraço, eu queria fazer um registro e apresentar um requerimento. No dia 20 deste mês, na próxima semana, estará no Brasil, em Brasília, o Sr. Miguel Henrique Otero, que é o diretor principal do jornal *El Nacional*, que é um dos principais jornais da Venezuela, de Caracas. Ele está vindo ao Brasil, vai ser recebido muitas pessoas, e eu acho que seria oportuno que ele pudesse vir até antes da nossa reunião ordinária, pudesse vir à Comissão de Relações Exteriores, numa hora que não comprometesse os trabalhos normais da Comissão, para trazer a palavra e o depoimento de S. S^a com relação à situação vivida pela Venezuela, que é o que o Senador Ricardo Ferraço acaba de expor, porque, quanto mais informações os membros desta Comissão tiverem, melhor, a quantas anda. É um debate.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Começou já o processo eleitoral.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – É evidente.

Então, eu queria apresentar o requerimento de audiência na reunião da próxima quinta-feira, que fosse dada a oportunidade do Sr. Miguel Henrique Otero, do jornal *El Nacional*, que vai estar em Brasília, para compromissos diversos, para que ele pudesse vir à Comissão e trazer o seu depoimento sobre a atual situação vivida pela Venezuela.

É o requerimento que apresento, com as considerações que faço, cumprimentando o Senador Ferraço pela atitude tomada no passado e pelo relatório apresentado na Comissão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Se não houver objeção, vamos incluir extra pauta esse requerimento verbal do Senador José Agripino, e continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, nos termos regimentais, eu abro vista coletiva para que nós, possamos, em seguida, sabatinar a pessoa que foi indicada Embaixador brasileiro na Bolívia no próximo dia 3 de setembro.

No dia 3 de setembro já está marcada a sabatina.

Do Item 2 o Relator é o Senador Jorge Viana que, aliás, cumpriu um papel importante também na solução da pendência que durante muito tempo perdurou a respeito da concessão da condição de refugiado ao Embaixador Molina – gestões discretas e muito eficazes do Senador Jorge Viana, assim como do Senador Petecão.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 211, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia, celebrado em Brasília, em 17 de fevereiro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Ex^a me permitir eu gostaria de uma breve comunicação exatamente para reconhecer o papel importante, estratégico, equilibrado que teve o Senador Jorge Viana na construção desse episódio.

O Senador Jorge Viana é uma figura conhecida pela firmeza de suas convicções e de suas posições políticas, mas pela capacidade de agregação e pela construção de convergências e o Senador Jorge Viana, a todo momento, nessa construção, como bom mediador, como bom Senador e até como bom diplomata, atuou firmemente na interlocução, não apenas com o Ministério das Relações Exteriores, mas como o Ministério da Justiça, para que nós pudéssemos ter o desfecho que estamos tendo hoje. De modo que quero não apenas reconhecer, mas agradecer o trabalho republicano desenvolvido pelo Senador Jorge Viana ao longo desse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O Senador Jorge Viana tem a palavra para relatar o item 2 que já anunciei no início da reunião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria antes de atender à determinação de V. Ex^a para fazer a relatoria do item 2, brevemente, agradecer as palavras de V. Ex^a e do Relator, Senador Ricardo Ferraço.

Nós chegamos aqui, todos nós, com uma história de vida e o Senado nos permite fazer trabalhos como esse, trabalho duro que, às vezes, consome anos. Estamos falando de uma indicação aqui que vem de 2013, de um país que enfrentou, ao longo das últimas décadas, muitas dificuldades, que tem ainda muitas contradições, é um país vizinho, a Bolívia, mas que também procura encontrar seu destino e seguir em frente e, obviamente, eu queria cumprimentar a todos que se envolveram na busca de solução para esse episódio.

Hoje estamos vivendo uma fase importante, fazendo a leitura do relatório da indicação do nosso Embaixador na Bolívia que faz falta, fez falta. É importante e, quero cumprimentar V. Ex^a que ajudou bastante também, ao marcar a sabatina para o dia 3 de setembro.

Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço que teve um envolvimento pessoal como Presidente desta Comissão nesse episódio, cada um deu uma parcela de contribuição a seu juízo, a seu modo, acho que preservadas as questões que obrigatoriamente nos impõem o sigilo, todos nós procuramos, V. Ex^a e outros colegas, o Senador Ferraço, dar uma solução para isso. E, obviamente, eu queria concluir, dizendo que temos que tirar lições disso. Espero que o Itamaraty tire, que a Bolívia também tire e que esta Comissão do Senado também possa tirar lições, porque se fala normalmente – eu concordo com isso – que para virar a página de um livro o melhor é fazer a leitura dela.

Eu acho que hoje, de algum modo, a gente está fazendo essa leitura e virando essa página com um sentimento que tem que permear especialmente na diplomacia brasileira. Estamos aqui com o comando da FAB, temos aqui profissionais que trabalham com aviação, trabalham na área de defesa, mas trabalham também na aviação. Eu trabalhei um pouco, quando saí do Governo, nessa área de defesa e há uma máxima na área da aviação que acho fantástica e que nós devíamos trazer para a política – não de maneira absoluta porque são questões diferentes. Quando há um acidente aéreo, quando um avião cai, quando acontece algo muito grave, eles não saem atrás de prender ninguém nem de achar um culpado para por a cabeça numa bandeja e dar uma satisfação à opinião pública; eles vão atrás das causas, por que aconteceu, como aconteceu, como podemos fazer imediatamente para evitar que outro caia.

Isso é, para mim, algo fantástico que vem de quem lida com aviação que nós podemos trazer um pouco para a política. Além, quando necessário, quando é evidente, cumprir o papel de punir – isso é parte do processo –, mas sempre tirar outras lições, como vamos fazer, como podemos fazer para evitar que se repitam erros como esse.

Então, aí se faz algo muito duradouro, que eleva o nível do problema que vivido. Cumprir a lei, punir quando necessário, mas também tirar lições no sentido de o que fazer para que não se repita. Tomara que, nos debates que vamos fazer nesta Comissão, se discuta a maneira de não repetir uma situação dessas, que poderia ter gerado tragédia.

Eu me envolvi pessoalmente. Conheço o Senador Roger, com quem tenho relações pessoais. Foi meu colega Governador. Por isso que eu me envolvi também pessoalmente. Há também o caso do Leopoldo, que está preso e com quem tenho relações pessoais. E eu me senti na obrigação, por ser do Acre, por ser vizinho da Bolívia, de empenhar e, por ser membro desta Comissão, vendo o conflito, o choque e eu queria definitivamente registrar que hoje cumprimos um papel importante. Vamos ter a sabatina do novo Embaixador – certamente vamos voltar a debater – e depois o plenário. Deliberado isso, eu acho que o Senado e esta Comissão especificamente, vai ajudar a manter uma relação no nível que precisa ter com um Embaixador.

Agora mesmo eu vi um episódio terrível: a morte de uma jovem de 21 anos na Bolívia e a ausência de um Embaixador. Eu me envolvi pessoalmente com o Ministro da Defesa, com o Ministro da Justiça e quero fazer uma ressalva, por intermédio do Embaixador Pedro Bório: conseguimos ativar nossa Embaixada, mesmo sem Embaixador, para ajudar trazer o corpo. Primeiro, tentar salvar. Uma moça de 21 anos, que estava lá em férias com o namorado, veio a falecer. Depois, a luta para trazer o corpo. Então, faz muito falta um Embaixador nosso na Bolívia, um país importante nas relações do Brasil. Tomara que hoje seja inaugurada uma nova etapa que vai culminar certamente com a indicação do novo Embaixador na Bolívia.

Agradeço mais uma vez. Peço desculpas por ter-me alongado e passo à leitura do relatório do item 2.

É submetida a exame esta matéria. A Mensagem é acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Passo à análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Do ponto de vista da constitucionalidade, o projeto não apresenta nenhum vício. Ele está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal. Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

O Acordo é versado em doze artigos, prevê a cooperação trilateral, no qual as partes incluirão também outros países.

Cumprirá às partes decidir sobre a participação do setor privado na cooperação, prevê mecanismos de reuniões, de decisões, de acompanhamento e avaliação de projeto, contempla ainda o fornecimento de todo tipo de logística necessária relativa à acomodação, transporte, porque nós falamos aqui de um acordo de cooperação técnica sul-sul. Os objetivos são estabelecer uma melhor relação entre a República Islâmica da Mauritânia e o Governo brasileiro.

Facilitação em termos de vistos, taxas e impostos ao pessoal das missões de cooperação, bem como aos dependentes legais.

Os demais artigos tratam de regras emanadas de acordo, solução de controvérsias, vigência e denúncia.

Então, Sr. Presidente, para abreviar o nosso trabalho, passa-se ao voto:

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2015.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Jorge Viana.

Eu peço, como sempre, os préstimos do Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente do Senado, para que a matéria, que será agora encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, possa constar da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só peço que o Secretário da Comissão possa viabilizar o trâmite do envio da matéria. Eu sei que a matéria tem que ser preparada para ser apreciada no Plenário. Eu assumo o compromisso de pôr na Ordem do Dia para agilizarmos. É um compromisso em memória do Senador Luiz Henrique, é um compromisso nosso de vencer essa apreciação de acordos, que são assinados, e não ganham eficácia por falta de apreciação nas Casas Legislativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu vou ler agora para os dois requerimentos extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 65, de 2015

Requer, nos termos do art. 222, combinado com o art. 103, VI, do RISF, apoio à indicação do Dr. Paulo de Tarso Tamburini Souza, Juiz de Direito da Comarca de Belo Horizonte, único candidato brasileiro para ocupar vaga de juiz do UNDT – United Nations Dispute Tribunal, tribunal de primeiro grau da ONU.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O sistema das Nações Unidas instituiu, em 2008, um sistema de jurisdição com juízes indicados mediante processo seletivo. Trata-se da indicação, pela primeira vez, de um brasileiro, um eminente jurista mineiro, Juiz de carreira do Estado, Dr. Paulo Tamburini, que já presta muitos serviços no âmbito Internacional e que foi aprovado em todas as etapas desse processo seletivo, que é altamente rigoroso.

São vagas apreciadas ao final da conclusão do processo pela Assembleia-Geral da ONU. Por isso, peço esse apoio desta Comissão, na medida em que o Ministério das Relações Exteriores já está se dedicando ao assunto com muito esmero.

Quero agradecer também publicamente a dedicação do nosso Itamaraty. Mas é claro que o apoio desta Comissão será sempre um ponto muito positivo à indicação do Dr. Paulo

Tamburini a essa importante e singular função no âmbito do sistema de jurisdição das Nações Unidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 66, de 2015

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Senhor MIGUEL HENRIQUE OTERO, proprietário e editor do Jornal El Nacional, para tratar da situação na Venezuela, na próxima quinta-feira, dia 20 de agosto.

Autoria: Senador José Agripino

Já temos pauta na quinta-feira, na reunião ordinária. Nós faremos a reunião da Comissão um pouco mais cedo, às 9h, para ouvirmos o Sr. Miguel Otero, caso a Comissão aprove o Requerimento.

V. Ex^a já fez a sustentação do requerimento, quando o apresentou. Creio que não seria necessário conceder-lhe a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Já, Presidente.

Só para complementar. É para aproveitar a oportunidade em que o jornalista estará aqui no Brasil, em Brasília, especificamente.

Como é o diretor de um jornal que, por acaso, é o mais ou um dos mais importantes da Venezuela, acho que não custa nada ouvir as opiniões dele e estabelecer o devido e legítimo debate para melhor compreensão, por parte dos membros da Comissão, da real situação em que vive a Venezuela.

Acho que é aproveitar uma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em discussão o requerimento do Senador Agripino. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Srs. Senadores, nós podemos agora passar à segunda parte da nossa reunião, em que ouviremos o Tenente-Brigadeiro do Ar, Nivaldo Luiz Rossato, que é Comandante da Aeronáutica.

Esta audiência pública se destina a instruir o relatório, que será elaborado pelo Senador Ricardo Ferraço, a respeito do item que é objeto do exame da nossa Comissão durante este ano.

Sabem os senhores que as comissões temáticas do Senado têm atribuição regimental de se debruçar sobre uma política pública para produzir um relatório que servirá para, digamos, veicular sugestões de aprimoramentos, críticas, enfim, informações sobre o tema escolhido pela comissão.

E o tema escolhido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é exatamente a Indústria Nacional de Defesa.

Nós ouviremos hoje o Tenente-Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, que é o Comandante da Aeronáutica.

E eu queria registrar a presença entre nós do Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Franciscangelis Neto; do Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita; do Brigadeiro do Ar Pedro Luís Farcic; do Brigadeiro do Ar Paulo Eduardo Vasconcellos; do Brigadeiro do Ar Paulo Roberto de Barros Chã; do Coronel-Aviador Marcio Bruno Bonotto; do Coronel-Aviador Cláudio Evangelista

Cardoso; do Coronel-Aviador Décio Augusto Marucci e do Coronel-Aviador Adolfo Aleixo da Silva Júnior, todos da equipe do nosso Comandante.

Peço, então, que a Secretaria da Comissão traga até o plenário o Comandante da Aeronáutica. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Comandante da Aeronáutica, pelo prazo de 20 minutos, que poderá ser estendido, se considerar necessário.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senador Aloysio Nunes, Senador Ricardo Ferraço, em nome dos quais eu cumprimento os demais Senadores, Senador Anastasia, que aqui está presente, os oficiais da Força Aérea Brasileira que estão presentes nesta audiência, nós estamos atendendo a um requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, requerimento feito pelo Senador Ricardo Ferraço, para tratar dos principais projetos estratégicos da Força Aérea e a relação com a base industrial de defesa. E é o que nós vamos fazer nesses próximos minutos aqui.

Então, para que todos se situem no nosso escopo, estou citando inicialmente esta frase do Ministro Celso Amorim:

Estamos longe de um mundo em que a diplomacia prevaleceria sobre o uso da força; em que os desejos legítimos dos povos prevaleceriam sobre os interesses geopolíticos das potências; e em que a paz prevaleceria sobre a guerra.

E nós temos certeza de que todos os senhores aqui têm ciência dessa verdade que aqui está apresentada.

Vou apresentar, então, inicialmente, três itens: o contexto estratégico, os projetos estratégicos e as perspectivas. Inicialmente, o contexto estratégico, para que nós nos situemos dentro dessa questão relativa ao poder aéreo.

Então, dito aqui pelo Philip Meilinger, sobre o poder aéreo: "O poder aéreo é intrinsecamente estratégico e ofensivo." É indiscutível o poder aéreo pelas suas características de poder de penetração, velocidade. Ele tem condições de ser estratégico e ofensivo. E, segundo João Warden III, "o poder aéreo é a arma mais adequada para produzir o máximo dano ao inimigo com o mínimo de perdas".

Essas duas afirmações podem ser constatadas pela última Guerra do Golfo, quando nós vimos que o poder aéreo ficou, por vários dias, batendo em cima das forças iraquianas, e, posteriormente, as forças terrestres tomaram o Iraque sem praticamente nenhum desgaste das suas forças, o que mostra a importância do poder aéreo nos dias de hoje.

Num passado distinto, Senador, nós podíamos falar da teoria da bigorna e do martelo. O poder aéreo servia como uma bigorna, ao passo que as forças terrestres seriam o martelo. Esse conceito modificou, e nós vimos, como acabei de dizer, na última Guerra do Golfo e nas guerras posteriores, que houve uma mudança expressiva desse contexto internacional, sem desmerecer, obviamente, a importância de quaisquer forças terrestres que vemos no dia a dia e também nas nossas Marinhas.

Só para mostrar a evolução do poder aéreo, mais recentemente a Guerra Fria se caracterizava por mísseis balísticos, bombardeios estratégicos, superioridade e reconhecimento aéreo.

Vocês lembram que, quanto ao reconhecimento aéreo, a questão da crise com Cuba se iniciou pelos U-2 que faziam os reconhecimento. Posteriormente, numa época mais recente, na Guerra do Golfo, quando a tecnologia comando e controle apareceu muito forte, havia os satélites, os mísseis de cruzeiro; as aeronaves invisíveis começaram a aparecer; e as aeronaves remotamente pilotadas. Recentemente, através de espaço cibernético, ataques estratégicos, superioridade aérea e aeronaves remotamente pilotadas com reconhecimento e ataque.

Qual será o enfoque que teremos daqui para frente? Existe melhor desempenho e maior letalidade dos meios aéreos associados à nossa apresentação; novos tipos de armamento e formas de emprego; utilização de veículos aéreos não tripulados; e uso intensivo de plataformas aéreas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Plataformas espaciais.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Plataformas espaciais. Essa é uma área que ainda não estamos dominando, mas temos que rapidamente tomar conta desse setor.

A atmosfera deixou de limitar o ambiente de emprego da arma aérea, e o espaço ganhou a utilização militar.

A Força Aérea trabalha, então, com um conceito de 22 milhões de quilômetros quadrados e com a ideia de que quem controla e quem defende protege o nosso País. Obviamente, controle mais defesa é proteção. Nós fazemos isso de acordo com os meios disponíveis, da melhor maneira possível, com aquilo que nós temos. Logicamente, com uma dimensão dessas, é difícil fazer a proteção no grau que gostaríamos. Isso inclui mais de 16 mil quilômetros de fronteira e mais de 8 mil quilômetros de litoral no País.

A exemplo disso, cito a Operação Ágata, que procurava proteger as nossas fronteiras, mostrar a presença nas fronteiras do Brasil. São áreas importantíssimas. Mostra o tamanho do Brasil não só na parte de proteção, mas também nessa parte de ação psicossocial, apoio às populações, etc.

Como é o nosso planejamento institucional? Há um sistema de planejamento estratégico da defesa em que temos a Política Nacional de Defesa, Livro Branco, Estratégia Nacional de Defesa. Depois disso, nós temos a sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica em que há documentos decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa e da Política Nacional da Defesa, que é a concepção estratégica da Aeronáutica – um documento novo; o plano estratégico; os planos setoriais; e os programas de trabalho.

Está aqui a nossa Concepção Estratégica da Aeronáutica para o ano de 2035. Nós estamos elaborando com uma visão de futuro do que queremos daqui a alguns anos – 20 anos à frente. Decorrente dela, nós temos que fazer o Plano Estratégico da Aeronáutica e, decorrente dele, temos um Plano de Trabalho Plurianual no período de 2015 a 2019.

Desses documentos do Alto Comando da Aeronáutica, do Estado Maior decorrem os nossos planos setoriais e os programas de trabalho. Tudo isso é para preservarmos a missão da Aeronáutica que é "manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria".

Bem, com esse contexto estratégico, nós podemos entrar, agora, em nossos projetos estratégicos, os principais projetos estratégicos. Então, essa frase aqui embaixo: "A reestruturação da indústria brasileira de material de defesa tem como propósito assegurar que o atendimento às necessidade de equipamentos das Forças Armadas apoiem-se em tecnologia sob domínio nacional", é a exposição de motivos, tratando da estratégia nacional de defesa.

Nós estamos totalmente em consonância com este pensamento, porque desde 1950, há 75 anos, a Força Aérea pensa que se nós não tivermos esse conceito, nós não vamos ter uma Força Aérea, e nós pensamos que isso se estende às demais forças também. Ou nós temos o domínio da tecnologia, o domínio dos meios aqui no Brasil, ou nós não conseguimos ser realmente as Forças Armadas com a soberania que nós queremos.

Está lá, 1950 o ITA, 1966 o Projeto do Bandeirante, que ainda está voando bastante por aí, a Embraer criado em 1969, o projeto AMX na década de 1980, a Estratégia Nacional de Defesa, que foi em 2008, e hoje nós temos o KC-390, decorrente dos estudos desses 75 anos que nós evoluímos dentro da parte de conhecimento.

Nós temos um programa, que é o Brasil Dimensão 22, em que todos os nossos projetos estão inseridos dentro dele. O primeiro projeto que nós queremos citar aqui e que nós mostramos aqui é a construção, a aquisição, desenvolvimento de um avião. Começa lá debaixo, vem crescendo e temos um Gripen aqui na frente, aquisição dos 36 caças multiemprego, aprovado recentemente o financiamento pelo Congresso Nacional. É importantíssimo, é um projeto de mais de 20 anos, e que, finalmente, agora, se tornará uma realidade. Ele é realmente o que caracteriza a capacidade de dissuasão de nossa parte, defesa do nosso País e capacidade de, realmente, manter a soberania do nosso espaço aéreo.

Ele é um projeto em que serão 36 aeronaves com simulador, estação de planejamento, HMD, que é aquele capacete que tem as informações dentro dele, adequações, modificações do avião, integração do armamento da aeronave, produção, logística inicial, um contrato de suporte logístico por cinco anos, documentação, etc., armamento, também, que recentemente foi até divulgado pela imprensa alguns armamentos que estão sendo adquiridos.

O nosso cronograma desse Projeto Estratégico, que seria o nosso principal projeto: a partir de 2015 até 2024 o recebimento da última aeronave. Em 2019, já teríamos o primeiro avião, que é aquele avião de testes instrumentado. Em 2021, já receberíamos dez aviões, e assim por diante, até terminarmos em 2024. Os senhores sabem que o financiamento que foi aprovado recentemente nós só pagamos os juros nesse período, que é um juro expressivamente baixo, e também o seguro; a dívida, realmente, o pagamento desse projeto será a partir de 2024 até 2036.

O que tem nesse projeto? O importante nisso aqui é relacionado com o assunto do requerimento. Ele tem 59 projetos de acordo de *offset*, com valor estimado de U\$9,1 bilhões. Nós temos a Embraer e a SAAB como os gerentes desse programa, desse projeto, mas Embraer, a AKAer, a Atech, a Mectron, a DCTA, a SBTA, todas as empresas envolvidas com esse projeto, com transferência de tecnologia, com capacitação do nosso pessoal, com empregos gerados dentro do Brasil.

A Embraer, então, as principais atividades desenvolvidas são de alta tecnologia, como ali, desenvolvimento de fuselagens, ensaio de fadiga, medida de assinatura, radar, interferente, compatibilidade eletromagnética são assuntos complexos, *software* embarcado, integração de sistemas, etc. Então, é uma tecnologia que nós temos muitas dificuldades, estamos aprendendo a partir de agora com esse novo programa.

A AKAer, outra empresa da região de São José dos Campos, tem essa parte de desenvolvimento de conjuntos estruturais em metais e materiais compostos da futura aeronave.

O DCTA da Força Aérea Brasileira, processo certificação de aeronave do Gripen E e F, que é o NG também.

A Mectron, que é uma empresa envolvida com mísseis, tem a parte de integração do aumento do míssil antirradiação que está em desenvolvimento, e do A-Darter, que está sendo feito com juntamente com a África do Sul.

O fornecimento do integração do Link BR2, do Data-Link, que está sendo desenvolvido pela Mectron – é um dos nossos projetos estratégicos, que vamos falar mais à frente – que vai dar uma capacitação de comunicação segura de dados, voz, imagem. Ele é importantíssimo para o nosso avião e, futuramente, também, com a integração com o Exército, com a Marinha e com outras aeronaves da Força Aérea. Vai dar também todo suporte técnico do radar e do IFF.

A Embraer, então, tem a previsão de oito aeronaves sendo fabricadas pela Embraer, lá na Suécia, e finalizadas no Brasil. Para isso, já estão indo neste mês mais de 160 engenheiros e 80 técnicos para Suécia; 15 aeronaves, nesse processo das 36; começa com oito sendo feitos lá, vai evoluindo, até às últimas 15 serão feitas totalmente no Brasil.

A Atech, que é uma empresa de alta tecnologia também, tem 26 engenheiros que são responsáveis simuladores de sistemas de suporte.

A Mectron, como eu falei anteriormente, integração de armamento Data-Link suporte logístico ou radar, tem 12 engenheiros hoje indo para Suécia.

A AKAer, aquilo que já falamos anteriormente, projeto estrutural de engenharia de fabricação, tem sete engenheiros hoje na Suécia. A Inbra, que trabalha a produção de estruturas, fuzilagem, fuzilagem traseira, asas e outros, tem 43 profissionais na Suécia.

A AEL, uma empresa de alta tecnologia também, que está sediada no Rio Grande do Sul, tem o WAD (Wide Area Display), que foi bastante discutido, que é um sistema totalmente novo na aviação mundial, inclusive o que tem hoje isso previsão é o F-35 norte-americano. O nosso avião Gripen F-39 também terá o WAD. O Head-Up Display é responsabilidade da AEL, bem como o desenvolvimento e fornecimento equipamentos aviônicos, *software* etc. Ela tem oito engenheiros na Suécia desenvolvendo, trabalhando junto com os suecos.

Este gráfico aqui mostra os tempos, os períodos e quantidade de pessoas envolvidas. Então, a cor verde aqui é desenvolvimento de sistema – observe que são dos primeiros anos. Posteriormente, a cinza, desenvolvimento de estrutura. Fabricação é esse roxo aqui. Pesquisa, aqui embaixo, também nessa fase inicial. Isso para ter a localização desse pessoal ao longo do tempo.

A quantidade de gente envolvida: 2.300 empregos diretos hoje, falando da base industrial de defesa, um total indireto que chega a um total, entre diretos e indireta, a 14.650 empregos. Dentro dessa distribuição, 68% é na Embraer; na Mectron, 6%; na Atech, 3%; 5% na SBTA; 1% na AKAer; na DCTA, 1%.

Bem, obviamente que esse projeto está muito vinculado a esse desembolso dos recursos do financiamento, e nós devemos cumprir aquele cronograma dentro dessa perspectiva de recursos alocados.

O KC-390, talvez, hoje, seja o avião, no momento, mais importante que nós temos, porque já foram investidos mais de R\$3 bilhões e é um projeto de concepção e desenvolvimento 100% nacional.

O sistema aeronáutico é sofisticado, não disponível no mercado nacional nas especificações exigidas, foram adquiridos no exterior em contrapartida com *offset*. Então, vários equipamentos em um avião desses, nós não temos aqui dentro. Nós temos *offset*, aquela mesma troca anterior do Gripen. Conteúdo nacional estimado em torno de 60%, segundo a metodologia do BNDES.

Esse avião é importantíssimo. Podemos dizer que está muito caro, mas, não. Só para terem um padrão de comparação, o A-400, da Airbus, que tinha uma previsão de €\$6 milhões, já se gastou em torno de €\$20 bilhões em seu desenvolvimento.

Ele é importantíssimo para nós, tanto para a integração do País, quanto no aspecto militar – aqui mostramos ele fazendo o reabastecimento em voo.

Qual a sua relação com indústria? Econômico: no mínimo US\$21,3 bilhões de exportação nos próximos 20 anos; geração e manutenção de empregos; e geração de tecnologia de ponta, novas competências de engenharia.

Então, os senhores veem aqui, as empresas envolvidas no exterior quantas são: a Embraer; uma empresa tcheca; Portugal, a Ogma, que tem vínculo com a Embraer, na verdade, é totalmente centrada na Embraer; e uma empresa da Argentina, que tem um desenho das partes que são responsáveis, de cada uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Empresa norte-americana, ou que tenha participação de capital norte-americano, não está envolvida nesse projeto?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Nós temos uns estudos sendo feitos pela Embraer, junto com empresas norte-americanas, para trabalhar no avião. Temos componentes, como a Rockwell Collins, da parte de aviônica, mas a Rockwell Collins, que é uma empresa americana, tem uma fábrica dentro do Brasil, também, já trabalhando com isso.

Existem outros equipamentos, existem equipamentos israelenses, como nós dissemos anteriormente aqui, vários equipamentos, como tem ali, sistemas aeronáuticos sofisticados não disponíveis no mercado, foram adquiridos no exterior em contrapartida de acordos com *offset*.

(Soa a campainha.)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Então, quase toda a parte de guerra eletrônica, por exemplo, é israelense e está sendo desenvolvida dentro do Brasil. Ele é um avião importantíssimo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe, eu fiz essa interrupção, se me permite, apenas para colocar uma questão, que eu gostaria que V. Ex^a, na sequência dos nossos trabalhos, pudesse me esclarecer, é que nós não temos ainda o acordo de salvaguardas tecnológica com os Estados Unidos, nem sei se isso está sendo negociado.

Mas o fato é que a ausência desse acordo de salvaguardas, no caso, por exemplo, do nosso programa de lançadores de satélites, já criou problemas. A minha pergunta é se para o desenvolvimento da indústria de defesa nacional, a ausência desse acordo de salvaguardas cria dificuldades. Porque, evidentemente, em um mundo globalizado, uma boa parte desses

equipamentos fantásticos são compostos. Você não tem mais a muralha da China separando os países, especialmente os países que têm produção de altíssima tecnologia.

Então, essa pergunta é uma inquietação que tenho e eu creio que se V. Ex^a pudesse, no desenvolvimento de sua argumentação, abordar, eu ficaria grato.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Certamente que vários equipamentos são sensíveis. Eles têm um limite do que eles nos cedem ou não. E cada um desses equipamentos têm acordos de confidencialidade, e que nós não podemos repassar para outros países, mas eles nos cedem. Até quanto ao uso de certos equipamentos.

A alguns anos atrás, nós tínhamos algum problema de um componente em relação ao A-29, que foi contornado com interferência, com tratos, junto com o governo americano. Então, em todos os assuntos sempre existe uma certa reserva, uma confidencialidade. Claro que existem graus maiores. Quando entra, por exemplo, essa pesquisa espacial, entram outros acordos mais complexos, em que nós pouco apoio já tivemos de certos países e aí temos que desenvolver mais, por nossa conta mesmo, por nosso próprio risco, como é a questão de mísseis, outros equipamentos como de guerra eletrônica, etc. Mas todos os nossos projetos têm esses problemas sendo tratados e equacionados.

Voltando aqui, esse avião não é apenas um avião para fazer reabastecimento em voo de uso militar. Ele serve para transporte de cargas, de tropas, para ajuda humanitária, evacuação aeromédica, busca e salvamento. O Brasil, que tem mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e dificuldade de comunicações de vias de acesso, precisa de um avião desses. As nossas organizações, a nossa população na Amazônia precisa de um avião com essas condições, com capacidade de carga. Não só nessa situação, como no exterior também, nós temos até, às vezes, recentemente, tendo que contratar aviões fora, para transporte de tropas do Haiti para cá, porque nós não temos um avião em condições de fazer esse transporte.

O Brasil com a dimensão que nós temos, com essas 22 milhões de quilômetros quadrados, e nós não temos um avião...

Então, esse avião se torna extremamente importante no contexto brasileiro, de tamanho, de dimensões, etc. É um avião que nasceu a partir de 2008, importantíssimo, e nós temos um espaço muito grande, não só no Brasil como fora do Brasil também.

Tudo o que o Exército brasileiro colocou, o Brasil colocou na Amazônia, tanto a Força Aérea quanto o Exército quanto a Marinha precisam de aviões capazes para fazer esse desdobramento rápido, essa mobilidade rápida.

Está aqui o avião, então. Ele fez o primeiro voo em 3 de fevereiro, um plano de certificação planejado para início de 2015, setembro, e uma previsão para março de 2017.

A quantidade de... Voltando aquele assunto da base industrial de defesa, ele tem, além da tecnologia, 8.500 empregos na cadeia produtiva, sendo 7.150 indiretos e 1.430 empregos diretos, dentro da Embraer. Tem depois, na produção em série, estamos na parte de desenvolvimento, na parte de série, mais 6.360 empregos na cadeia produtiva, sendo que ele começa, aqui, em 2009, a parte de desenvolvimento e vai ter uma previsão até 2029. Obviamente que isso pode ser estendido de acordo com as possibilidades de venda, etc. Então, é um número expressivo de empregos. Claro que essa quantidade de trabalho, de emprego, etc., está muito atrelada à locação dos recursos financeiros também.

Aqui são os parceiros fornecedores, várias empresas. Os senhores podem perceber que há muitos nomes estrangeiros, mas elas, quase todas, têm empresas dentro do Brasil, trabalhando aqui dentro.

Então, um avião desses, a integração toda, é um projeto da Embraer, mas ele envolve gente de fora. Vocês podem ver aí que tem um bocado de empresas, e no mundo inteiro funciona dessa forma. Às vezes o pessoal diz que nós vamos fazer um avião que não é nacional. Não existe avião exclusivo no mundo. Quem tem condições de fazer avião exclusivamente deles seria talvez o americano, talvez o russo. O próprio europeu, os aviões são um misto de tecnologia do mundo inteiro. Poderiam ter, mas é antieconômico fazer o seu avião totalmente nacional. Então, eles usam do mundo inteiro também. E nós da mesma forma.

O outro projeto estratégico, o terceiro projeto, nós entendemos como extremamente importante, seria o Projeto Estratégico de Sistemas Espaciais. Pode-se dizer o seguinte: "Mas esse projeto não existe, não tem". Bom, nós temos até uma ação alocada já, uma ação determinada, para este projeto. Nós falamos que o espaço anteriormente vai dominar as guerras futuras e já existe. Nós estaríamos, talvez, uns 40 anos atrasados nessa parte espacial.

E os senhores podem ver que a própria Estratégia Nacional de Defesa (END), logo no início, cita que três fatores são decisivos para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear. À frente, ela fala novamente dessa importância estratégica do espacial, cibernético e nuclear. Mais à frente ainda, nas atribuições da Força Aérea, ela diz assim: "As prioridades são as seguintes: projetar e fabricar veículos lançadores, sistemas inerciais e tecnologia de propulsão líquida; projetar e fabricar satélites, sobretudo os geoestacionários de sensoriamento remoto; desenvolver tecnologia de comunicações e comando de controle a partir de satélites."

Bom, mostra a importância que tem o espaço para um País, principalmente como o nosso, com as dimensões que nós temos. Isso aqui também está na END, que diz que o monitoramento espacial será parte integral e condição indispensável do cumprimento das tarefas estratégicas que orientarão a Força Aérea: vigilância múltipla e cumulativa, grau de controle do ar desejado e combate focado no contexto de operações conjuntas.

A Diretriz Ministerial afirma que "nesse contexto, é imperiosa a necessidade de que haja irrestrita coordenação na definição e desenvolvimento dos programas [...] nuclear, cibernético e espacial, definidos como estratégicos pela END, que ficarão sob responsabilidade, respectivamente, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica".

Bem, nós sabemos que o Exército está com a parte cibernética, a Marinha está bem avançada na parte nuclear e a parte espacial está mais atrasada. Por quê? Na verdade, a parte espacial já é muito antiga no Brasil. Praticamente na época em que os chineses começaram, que os indianos começaram, nós começamos também.

Nós temos hoje um modelo que trabalha assim: o Programa Nacional de Atividades Espaciais, a Agência Espacial Brasileira e o Inpe estão dentro do MCTI; o DCTA está dentro do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa. Então, nesse conjunto aqui, nós estamos fazendo a proposta, discutindo com o Ministério da Ciência e Tecnologia uma proposta para que consigamos ser mais objetivos e atender isso que está estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

O que nós conseguimos recentemente, tendo sido muito divulgado, é o caso do SGDC, que envolveu a Telebras e o Ministério da Defesa. Onde nós entramos, como Força Aérea, nisso também? Como o Centro de Operações Espaciais até hoje nós não tínhamos no Brasil, tudo que nós utilizávamos do espaço vinha de satélites alugados. Então, nós vamos ter, a partir desse satélite, a partir do ano que vem, um Centro de Operações Espaciais, que funcionará aqui, em Brasília, e será gerenciado pela Força Aérea, com militares da Marinha e do Exército e também civis que estarão dentro desse mesmo conceito, dentro desse mesmo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Comandante, só uma pergunta. O desenvolvimento desse programa de lançadores de satélites está na Aeronáutica ou no Ministério da Ciência e Tecnologia? Alcântara, por exemplo, está com quem?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Estão sob a responsabilidade da Aeronáutica os lançadores. Entretanto, os recursos são todos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Alcântara também?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Alcântara é nossa responsabilidade administrativa, mas a alocação dos recursos para o desenvolvimento vem do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eles vêm lá da Ciência e Tecnologia. Obviamente, Alcântara está sendo rediscutido depois que foi finalizado, foi cancelado esse acordo com a Ucrânia. Vai ser novamente discutido, está sendo discutido já pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mas o que nós temos com o Pese, que não estava incluído dentro desse programa aqui? Ele estava dentro do Comando da Aeronáutica, sendo discutido o Pese. Por que nós entendemos que esse Programa Estratégico de Sistemas Espaciais é importante? Porque, além do SGDC, que é de

comunicações, e a Banda K, para atender principalmente a parte de banda larga, a ele foi acrescentado alguma coisa de Banda X para atender o Ministério da Defesa, que é o Siscomis, mas ele não atende a tudo, ele foi um aproveitamento, vamos dizer, de um programa que já existia, mas o Pese vai muito além disso.

Nós queremos, conforme a Estratégia Nacional de Defesa, colocar em órbita satélites, constelações ou frotas, como nós chamamos, em órbita, como existem talvez milhares passando em cima do Brasil, como satélites de comunicações, de geoposicionamento, observação da terra, mapeamento de informações, etc.

Dessa forma, nós vamos ter uma aplicação indiscutível para situações de crise, emprego dual, civil e militar. Se nós tivermos em pouco prazo, se nós focarmos com objetividade, nós vamos ter os satélites para atender aquele grande programa do Exército, que é o Sisfron, que é o Sisgaas da Marinha também, que é o próprio Sisdacta nosso da Força Aérea, responsabilidade da Força Aérea. Eu digo que o Sisdacta utiliza radares contratados da Banda C, que não estão incluídos no nosso SGDC.

Também o Sipam, os senhores lembram que recentemente, por exemplo, foi feito um grande contrato, que o Sipam está contratando um satélite SAR para atender as necessidades do Sipam. Com o Pese, com o que nós pretendemos, nessa discussão que está sendo feita junto com o Ministério da Defesa, Ciência e Tecnologia, nós vamos apresentar esse assunto ainda, ele está embrionário, nós pretendemos atender isso aqui.

Eu volto a dizer que talvez nós estejamos algumas décadas atrasados. Obviamente, isso aqui vai dar um salto no Brasil. E, como nós falamos antes, hoje quem não domina o espaço não tem o domínio da sua região, não tem uma soberania da região. Nós dependemos dos satélites de geoposicionamento para a agricultura e para uma porção de coisas. Se os países que são donos dessas constelações quiserem, eles podem tirar esse apoio para nós. Isso pode trazer restrições, de acordo com suas necessidades.

Só para vermos, o caso do geoestacionário, para os senhores terem um esclarecimento maior, atende na parte de Banda K, principalmente o Brasil, mais degradado nessa região toda, mas ele tem um *spot*, que eventualmente pode ser colocado direcionado para uma determinada área, conforme está aqui escrito. Um projeto interessante, que vai atender um bocado dos interesses da Nação brasileira.

Dentro do nosso projeto do Pese, consideramos importante o centro de lançamento em Alcântara, porque teríamos que aperfeiçoar um dos nossos foguetes lançadores para satélite; o Centro de Operações Espaciais, que a partir do ano que vem, o Cope, que a falei anteriormente, vai estar operando em Brasília, é inédito, não tínhamos isso no Brasil ainda. O Cope principal vai estar em Brasília e o secundário vai estar sob a responsabilidade da Marinha, no litoral do Rio de Janeiro. E as plataformas espaciais, que são satélites, como disse, da parte de satélites óticos de SAR, de posicionamento meteorológico etc.

São esses os três pontos importantes: o satélite, o centro de operações e o centro de lançamento e o satélite lançador.

Pelos cálculos de uma empresa especializada – acho que a Getúlio Vargas – teríamos de benefício em bilhões de uma receita futura de bilhões.

Então, na parte de segurança e defesa, R\$6 bilhões; R\$22 em desenvolvimento industrial; R\$5,5 bilhões em inovação da agricultura; telecomunicações; gestão de risco e proteção ambiental.

Dentro da Força Aérea, posso dizer, que gastamos muito dinheiro anualmente contratando satélites para as comunicações do nosso sistema do CCAB. Lembro que esse satélite de órbita baixa são diferentes dos satélites geoestacionários, como é o GDC, são de vida relativamente curta. Um grande número de satélites dá para a indústria uma carga muito grande. Ele tem que continuamente ficar lançando esses satélites. Então, tem que ter o satélite e tem que ter os lançadores, em todas essas áreas que estamos falando aqui.

Então, ele tem o incremento à segurança nacional, se implementarmos o Pese, por meio do domínio nacional completo dos sistemas espaciais que nós não temos, pois somos totalmente

dependentes, e a obtenção de uma sinergia das ações governamentais na utilização dos produtos espaciais: comunicações, observação da terra, meteorologia etc.

Isso vai nos permitir uma maior consciência situacional, em que as constelações associadas aos sensores embarcados vão facilitar isso tudo. Esses dados vão para fusão feita pela Aeronáutica, junto com o pessoal da Marinha e do Exército, em benefício das demais forças.

Outro sistema também importante que não vamos nos aprofundar, é o caso do A-Darter, um míssil de quinta geração, onde destaco a Finep, que foi a financiadora desse projeto importantíssimo, que vai fazer parte do equipamento do Gripen.

O outro é o Link BR2, que é importantíssimo para o enlace de dados, tanto dentro das aeronaves da Força Aérea quanto da Marinha e do Exército. Outro importante também é a questão de aeronaves remotamente pilotadas, em que temos um projeto já pronto para ser desenvolvido, que atenderia todas as forças e outras instituições como Polícia Federal, Ibama, etc. Ele seria um conceito centralizado, dentro da Força Aérea, onde os usuários utilizariam aqueles sistemas.

As perspectivas desta apresentação é o incremento à capacidade militar: o F-39, que é o Gripen de superioridade aérea; KC-390, projeção do poder aéreo, mobilidade, integração; o Pese, superioridade espacial, projeção do poder, incluindo lançadores, centro de lançamento e centro de controle; A-DARTER, na parte da superioridade aérea; o LINK BR2, que é o Data-Link na interoperabilidade entre as forças fundamentais e o ARP, também nessa parte de superioridade aérea, interoperabilidade, projeção do poder etc. Para controle de fronteiras é fundamental termos o ARP também.

Claro que essas empresas todas, com a implementação desse projeto estratégico, seriam beneficiadas.

Essas empresas têm um alto nível de capacitação tecnológica hoje em dia, mas precisam também ter os adequados aportes financeiros para isso.

Dessa forma, eu fiz essa apresentação aos senhores rápido para que se tenha mais tempo talvez, Senador, para que se discuta. E aqui está o que nós estamos construindo no futuro, todos os nossos projetos.

E finalizamos com esta frase, que diz:

É costume nos países democráticos criticar os investimentos e armamentos como conflitante com os requisitos dos serviços sociais. Há uma tendência em se esquecer que um serviço social mais importante que um governo pode fazer para o seu povo é mantê-los vivos e em liberdade.

Claro que nós não desmerecemos o restante, todas as nossas outras necessidades sociais, mas nós entendemos que a parte de defesa, de capacitação, de tecnologia é igualmente importante.

Então, essa é a ideia que eu queria trazer para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Importante até, também, pelas suas consequências na economia nacional como um todo. À medida que desenvolvamos a nossa capacidade tecnológica, nós temos condições de produzir, digamos assim, utilidades para o conjunto da sociedade em um sem número de outras indústrias que não estão diretamente relacionadas com a defesa, se V. Ex^a me permite acrescentar.

Muito bem, agradeço muito a exposição do Comandante Nivaldo Luiz Rossato. E nós podemos passar, agora, aos debates. E eu gostaria que o Senador Ferraço, que é o Relator da matéria, iniciasse essa parte da nossa audiência pública.

Com a palavra, o Senador Ferraço. E estão abertas as inscrições.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu cumprimento naturalmente, com extraordinária alegria e honra, a presença entre nós do Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato.

V. S^a tem uma trajetória que, seguramente, o levou à condição de comandante da Força Aérea Brasileira, enfim, e é com muita alegria que nós o recebemos aqui. V. S^a está acompanhado de um conjunto expressivo de oficiais da Força Aérea Brasileira. Sejam, V. S^{as}, muito bem-vindos aqui à Comissão de Defesa e Relações Exteriores do Senado da República.

Eu peço autorização a V. S^a para cumprimentar o Brigadeiro Mesquita, que é o nosso Brigadeiro que é uma espécie de Brigadeiro e Senador da República, conosco aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito eficiente em ambas as funções, aliás.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito eficiente em ambas as funções. Tem estado conosco aqui no dia a dia para tratar e tem tratado, de maneira eficiente, das questões estratégicas da nossa Força Aérea Brasileira. Todos nós temos muito orgulho da trajetória e da história da Força Aérea Brasileira, dos seus quadros e, sobretudo, da extraordinária contribuição que a Força Aérea Brasileira tem dado em todos os campos, no campo tecnológico, no campo do ensino. Então, tudo isso é motivo de muita alegria para todos nós.

Portanto, Sr. Presidente, que nós possamos contextualizar a razão desta audiência pública. O Senado da República, através de uma resolução, estabeleceu que cada uma das nossas comissões permanentes anualmente irá se debruçar em torno de um tema. E esta Comissão, no ano de 2015, definiu o tema da defesa nacional como o tema em que nós estamos debruçados.

Evidentemente que eu começo aqui por onde V. S^a terminou. Em uma quadra e em uma conjuntura com tantos desafios para o nosso País na área social, na área de infraestrutura, pode parecer que o debate em relação à defesa nacional não significa uma prioridade para os interesses nacionais, mas a gente tem e precisa ter a convicção da importância e da dimensão desses programas e desses projetos, até porque são programas e são projetos que foram construídos, que foram planejados em um outro ambiente, em uma outra circunstância.

A circunstância da crise em que o nosso País está mergulhado evidentemente que esse tipo de debate torna ainda mais viva a confusão que pode se estabelecer na cabeça das pessoas.

Será que a população está com tantos problemas no dia a dia, relacionados a mobilidade urbana, a segurança pública, a saúde, e nós estamos a discutir um tema que, em princípio, não tem impacto no cotidiano da população brasileira. Estamos nos esforçando para entender e processar o nível de angústia da população brasileira e tentando reforçar teses importantes, como a tese da necessidade do nosso aparelhamento a fim de que possamos fazer a segurança em nossas fronteiras.

O que está no centro do problema e do desafio da segurança pública em nosso País? O tráfico e o consumo de drogas, o tráfico de armas. Essas drogas e essas armas, em larga escala, não são produzidas em nosso País. Então, ter uma fronteira equipada com bons recursos humanos e bons recursos materiais, com inteligência, é fundamental para que possamos combater essas questões e outros crimes transnacionais na fronteira.

Como gerenciar e tomar conta da nossa fronteira do petróleo, dessa extraordinária riqueza que poderá se traduzir em benefício para a sociedade brasileira? Só se estivermos equipados com meios humanos e materiais para que toda a riqueza do petróleo possa estar resguardada.

Esses temas parecem importantes e tentamos ligá-los ao dia a dia da sociedade. E por que definimos, Sr. Comandante, este tema como prioritário?

A Lei Complementar nº 136, de 2010, estabelece que o Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da Sessão Legislativa Ordinária, de quatro em quatro anos, a partir de 2012, as devidas atualizações em relação à Política de Defesa Nacional, à Estratégia Nacional de Defesa e ao Livro Branco de Defesa Nacional. Ou seja, em 2016 estaremos revisitando todos os projetos e diretrizes que foram estabelecidos pelas nossas forças: pela Aeronáutica, pela Marinha e pelo Exército.

Nós estamos nos antecipando, porque queremos oferecer até o final do ano um relatório – e tive a honra de ser designado Relator pelo Senador Aloysio –, que será debatido pelo conjunto dos Senadores e representará a visão da Comissão de Defesa em relação aos programas e aos projetos

que estão estabelecidos na Política de Defesa Nacional, na Estratégia Nacional de Defesa e, finalmente, no Livro Branco de Defesa Nacional.

No caso específico da nossa Aeronáutica, nós temos uma especial atenção com os projetos que estão relacionados como estratégicos, que são o Programa FX-2, a aeronave de transporte multimissão KC-390 e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações. Esses são os três programas que estão relacionados pela Aeronáutica como os prioritários.

Evidentemente que algumas questões nos preocupam em relação a esses projetos. Um projeto como o KC-390 é construído em torno de uma oportunidade de mercado, ele não foi concebido apenas para atender ao nosso País, mas, sobretudo, para que esse projeto possa representar oportunidades de exportação para o nosso País. E estamos sentindo que, de uma forma geral, os projetos e os programas das nossas Forças estão sofrendo contínuos atrasos.

Esses atrasos nos levam não apenas à perda de oportunidade de mercado, mas também a chamada obsolescência tecnológica. Se você faz o desenvolvimento de um projeto como esse naquele momento e esse projeto está calculado e planejado para acontecer naquele prazo e não acontece, outros farão, até o KC-390 não está sozinho no mercado, há outros produtos. V. S^a pôde citar o A-400, da Air Bus, que é um produto que vai concorrer com o KC-390; a Boeing também está lançando equipamentos dessa dimensão. Enfim, nós não estamos sozinhos nessa fronteira tecnológica, mas talvez estejamos sozinhos nos atrasos permanentes em relação a esses projetos que, evidentemente, não são de responsabilidade da Força Aérea Brasileira.

Isso revela que a desorganização das contas públicas, a ausência de planejamento por parte do Governo oferece um conjunto de prejuízos em todas as áreas da atividade humana em nosso País. Então, eu gostaria de merecer de V. S^a um sobrevoo sobre esses projetos, os seus programas, os seus orçamentos, o nível de restos a pagar da Aeronáutica em relação a esses projetos, a ideia dos prazos que foram inicialmente estabelecidos e os atrasos em função da crise fiscal vivida pelo País e a não transferência contínua, na velocidade, no volume e na intensidade em que esses projetos foram programados – e esses projetos foram pactuados entre as Forças Armadas e o Poder Executivo – e as consequências desses atrasos.

Em nosso relatório, precisamos sinalizar com muita clareza o que foi projetado e as ameaças e oportunidades em função desses atrasos. Quais são as consequências desses atrasos? Qual é a dimensão desses atrasos? Até por conta de termos grande preocupação também com a base industrial de defesa. Um conjunto de companhias que V. S^a citou foi estimulada a participar desse esforço, e essas companhias se estabelecem tendo o Governo ou o Estado como cliente único. Se esse cliente único não se apresenta em condições e musculatura para atender a essa programação, sugere um conjunto de reações em cadeia.

Então, eu gostaria de merecer de V. S^a uma visão sobre esses três projetos estratégicos, considerando que, em 2016, nós estaremos revisitando não apenas o Livro Branco como a Estratégia Nacional e assim por diante. Ou seja, o nosso relatório terá como foco isso: o que foi planejado, o que foi feito, o que não foi feito, porque não foi feito e quais são as consequência disso, em termos de oportunidades de mercado e obsolescência tecnológica.

Essa é a indagação para a qual eu gostaria de merecer a resposta de V. S^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ricardo Ferraço, que já presidiu esta Comissão de Relações Exteriores.

Eu consulto aos colegas Senadores – são apenas os dois, e eu também farei –, porque como temos, Senador Ferraço, uma sessão deliberativa que começa mais cedo, penso que, por economia regimental, faríamos a sequência. Estão inscritos o Senador Tasso Jereissati, eu e o Senador Jorge Viana.

Antes de passar a palavra ao Senador Tasso Jereissati, quero dizer, por solidariedade, que quando o senhor colocou ali aquele preconceito, às vezes de caráter ideológico, imaginando que o recurso saia da área social para a Defesa, "Defesa" no conjunto, que isso é equivocado.

Acho que equivocado é quem pensa dessa forma, isso também a agricultura brasileira vive. Chegou-se a um momento em que se pôde imaginar que o plantio de cana-de-açúcar para fazer etanol fosse tirar área de produção de comida, de alimentos. É um equívoco.

Está aqui o nosso Relator da nossa lei ambiental, o Código Florestal brasileiro – que é um código revolucionário no mundo. Então, não há incompatibilidade entre essas coisas. É uma visão, às vezes, de fundo, às vezes, ideológico que se equivoca ao imaginar que essas coisas são conflitantes. Pelo contrário, o Brasil pode produzir energia limpa com o etanol e pode produzir alimentos em quantidade. Os brasileiros estão vivendo mais porque há comida produzida aqui no Brasil.

Então, é apenas para mostrar a solidariedade que esses dois setores têm, e ambos são estratégicos.

Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senadora Ana Amélia, Tenente-Brigadeiro Nivaldo Rossato, Senador Ricardo Ferraço, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, minhas senhores e meus senhores, eu gostaria, primeiramente, de me alinhar com o que falou a Senadora Ana Amélia. Eu sou fã absolutamente incondicional e admirador de todos esses projetos que estimulam a inovação tecnológica, estimulam a troca tecnológica, a interação tecnológica com todas as partes do mundo, porque, no mundo global de hoje, a gente sabe muito bem que não existe nada que seja feito só num lugar, ou só nos Estados Unidos, com tecnologia só americana, ou só chinesa, ou só russa, ou só brasileira. Então, desses projetos, como os que V. S^a apresentou, sou admirador, fã e defensor absolutamente incondicional. A não ser esses percalços levantados pelo Senador Ferraço, quanto aos atrasos e ao fato de não se cumprirem alguns compromissos assumidos, projetos como esses só merecem, de nossa parte, o maior entusiasmo e apoio.

E, ao contrário, a curto, a médio e a longo prazo, mas mais ainda a médio e a longo prazo, esse tipo de projeto – não só pela questão da defesa aérea em si mesma, mas pelo que ele pode gerar de empregos, indústrias, novas tecnologias – é o que pode haver de mais avançado em relação à política social, porque vai gerar empregos, vai gerar conhecimento e vai gerar alta renda, porque é impossível, no mundo de hoje, se falar em empregos de alta renda sem que haja um desenvolvimento tecnológico compatível com o que está acontecendo no mundo.

Por isso, quero dizer do nosso apoio, do nosso entusiasmo em relação a esse tipo de projeto.

Eu queria apenas fazer duas indagações, que são meras curiosidades, para entender melhor algumas questões. O que falta às Forças Armadas, principalmente à Força Aérea, hoje, quanto à tecnologia que existe no mundo, com satélites, *drones*, aviões não tripulados, com todo tipo de possibilidade de se localizar alvos à longa distância, para que nós possamos fazer um combate realmente efetivo à entrada de drogas e armamentos pesados neste País?

Esta semana mesmo – não sei se os Senadores viram, se V. S^a viu –, houve uma reportagem que mencionou que, se não me engano no Rio, foram pegos vários bandidos que tinham um fuzil que derrubava avião, de potência altíssima, ultrassofisticado – não foi? –, uma metralhadora ponto 50, que não é fabricada no Brasil.

Como isso entra no Brasil? Por que ainda não temos a capacidade de sermos efetivos no controle dessa entrada de armamentos pesados e no controle de transporte de drogas, que também, como o Senador disse, não são fabricadas no Brasil, que, pior, nós sabemos de onde vêm. Nós sabemos de que país vêm, por que fronteiras passam, e nós não conseguimos fazer esse controle.

A segunda pergunta é uma mera curiosidade de leitor e até de quem gosta e aprecia avião, aeronave. Parece-me que a Suécia não tem uma tradição aeronáutica, de indústria aeronáutica, como o americano ou o francês. Qual o motivo da escolha, afora a transferência de tecnologia? Existe segurança na tecnologia sueca em relação a ser aquilo que há de mais atual em termos de tecnologia nessa área?

Mais uma vez, obrigado e parabéns pela sua posição, Brigadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia para suas indagações.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente Aloysio Nunes Ferreira, caros colegas Senadores, é sempre uma alegria ter um conterrâneo do Rio Grande do Sul, o Brigadeiro Rossato, no comando da Força Aérea Brasileira e vê-lo trazer informações que mostram

exatamente o quanto esta Força Armada pode representar, na sua especialidade, que é a aviação, para a área da defesa e para a proteção do nosso espaço aéreo. O que foi mencionado aqui há pouco é a demonstração clara da sua relevância, sobretudo no processo de industrialização do País, bem destacado pelo Senador Ferraço. Eu penso que essa é uma área inescapável para a relevância que tem o setor.

Eu sou de um Estado em que há várias bases aéreas e com vários projetos relevantes. A indústria do Rio Grande do Sul está muito focada na participação e no compartilhamento de desenvolvimento dessas unidades, seja no campo metalúrgico, seja no campo metalmecânico, seja no campo da informática, da famosa TI. Portanto, nós temos, nesse setor, uma vocação muito grande.

Eu já mencionei – e o Brigadeiro Rossato fez referência a isso – que fiz, nesta Comissão, uma audiência pública sobre *drones*, logo no início do debate sobre o tema dos *drones*, dos Vants. Ainda não existe, no Brasil, uma regulamentação para a operacionalização desses veículos não tripulados. Se não estou equivocada, o Brigadeiro Rossato lembrou que os *drones* estão funcionando sem restrições na área militar. O problema é com os demais em relação aos quais não há regulamentação. Eu queria saber qual é a sugestão da Aeronáutica para lidar com essa nova tecnologia.

Outra questão, também sinteticamente. Na proteção dos Jogos Olímpicos do ano que vem, serão necessários investimentos de R\$580 milhões na Defesa. O Brasil deve receber 15 mil atletas de 205 países durante a competição. O esquema terá 38 mil homens no Rio de Janeiro e em mais cinco cidades. Até que ponto a crise econômica e política afeta os recursos orçamentários da Defesa e a operacionalização de recursos da Aeronáutica, por exemplo, para evento desse porte?

Finalmente, meu caro Brigadeiro Rossato, eu também queria mencionar, e assinar embaixo delas, as referências feitas pelo Senador Ricardo Ferraço ao Brigadeiro Mesquita e aos demais membros da Assessoria Parlamentar da Força Aérea Brasileira.

O uso, digamos, dual, compartilhando ações militares e infraestrutura portuária, foi, recentemente, adotado na Base Aérea de Santa Maria, uma cidade emblemática para todos nós, de triste lembrança em razão do ocorrido na Boate Kiss, mas que tem, no caso da Defesa, a operação conjunta de um aeroporto civil e da base aérea, que é militar. A Base Aérea de Santa Maria é uma das mais importantes da Força Aérea Brasileira, com dois esquadrões: um esquadrão de helicópteros e o único esquadrão de Vant operacional das Forças Armadas, o Esquadrão Horus, e também a unidade da Força Aérea Brasileira responsável pela operação de aeronaves não tripuladas, o Hermes 450 e o Hermes 900. Teremos a operação de aeronaves militares armadas – no caso das Forças Armadas – operando junto às aeronaves civis. As demandas operacionais militares urgentes sobrepor-se-ão, é claro, às civis. Em Santa Maria, temos o maior complexo militar da América Latina, do Exército e da Aeronáutica, em uma única cidade.

Eu queria saber, Brigadeiro, se foram avaliados os riscos eventuais que podem advir dessas operações conjuntas...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...e se serão adotadas, eventualmente, em outras bases aéreas.

Eu só me refiro a isso porque nós, no Rio Grande do Sul, temos a cidade de Santana do Livramento que pleiteia um aeroporto. Lá não há aeroporto, mas um campo de pouso, um campinho de pouso para pequenas aeronaves – é uma cidade realmente importante, na fronteira com o Uruguai –, e a cidade de Rivera, no Uruguai, separada de Santana do Livramento por uma rua, tem um aeroporto militar, uma base. Não se consegue, digamos, fazer isso que é feito em Santa Maria. O exército uruguaio não aceita. Então, eu queria saber se existe alguma visão estratégica para isso, se a Força Aérea, em algum momento, tratou de ter esse entendimento junto com as autoridades militares uruguaias para duplo funcionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado a V. Exª.

Senado Jorge Viana, finalmente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar o Comandante da Aeronáutica, com muita satisfação, e todos os demais oficiais que estão nesta audiência.

Como já falei aqui, tive um contato com a área da Defesa no período em que saí do Governo do Acre e fui presidir o Conselho de Administração da Helibras. Ali, nós materializamos um projeto que é objeto, inclusive, desta audiência: como fazer com que se evolua a indústria brasileira, como mais bem equipar o País. E estou me referindo ao H-XBR, que trouxe... O Senador Aloysio esteve comigo em visita a Marignane quando estávamos iniciando a produção dos helicópteros, que estão, agora, ganhando a nacionalização de seus componentes, quando o treinamento dos brasileiros ainda ocorria em Marignane. Eu fiquei quase quatro anos como Presidente do Conselho. Fizemos um acordo com a França: em vez de o Brasil fazer uma simples compra, como estava previsto, inclusive com chance de comprarmos helicópteros, naquele período, russos, o Brasil – e eu trabalhei nisso com o Ministro Jobim, com o Presidente Lula orientando – trocou a compra de 50 helicópteros pela chegada de uma indústria para produção desses helicópteros de médio e grande porte no Brasil. Acho que essa é a estratégia que o Brasil deve adotar.

Para que os senhores tenham uma ideia, acho que no dia 21 será inaugurado, no Rio – lamentavelmente, não poderei estar presente porque tenho outro compromisso –, um simulador que é parte desse projeto. Na América do Sul, nosso continente, não há simulador, por exemplo, para pilotos de helicóptero. É necessário, dependendo do porte do helicóptero, que se faça simulação, mas é preciso ir para a Europa ou para os Estados Unidos para fazer essa simulação. O Brasil agora é parte desse projeto, e é um trabalho que agora está sendo entregue. São 16 helicópteros de transporte para a Aeronáutica, 16 para o Exército, 16 para a Marinha e dois para atender à Presidência.

Eu queria fazer um comentário. Acompanhei muito esses debates. Um país como o nosso, que fez a opção pela paz, ainda assim, necessariamente, precisa ter um avanço enorme na área de defesa. E o melhor é ter a capacidade de possuir uma boa indústria de defesa aqui. E faço um diferencial. Essa questão da guerra, dos enfrentamentos no mundo, passou por uma mudança abissal. Mudou muito. As guerras eram no chão, um contra o outro. Agora, não há mais esse contato, pois é basicamente aérea, e a aeronáutica, a aviação ganhou outra dimensão. E acho que nem mesmo as Forças Armadas dos países fizeram esse diferencial. Não tem como. Toda a ação de transporte, seja de tropa, seja de armamento, é feita usando o que temos de mais de moderno em tecnologia, e tudo isso é espacial. E acho que ainda não temos, estamos sempre dividindo, temos três... Não adianta, vamos ter que fazer um diferencial. O transporte da maior autoridade de um país é o transporte aéreo. Quando acontece algo nos Estados Unidos, imediatamente se coloca o presidente no avião, no Air Force One, para levá-lo. Enfim, acho que isso ainda não foi maturado. Um país como o Brasil pode avançar nisso.

Não estou querendo fazer diferenciação de que a Aeronáutica tem que ser mais importante do que o Exército ou do que a Marinha, mas, necessariamente, é preciso haver um diferencial.

Então, eu queria dizer algo. Por exemplo, na Amazônia... A base, hoje, da Defesa Nacional vincula-se à Amazônia e também à costa, essencialmente à Amazônia. Dificilmente alguém assume o comando do Exército, por exemplo, sem ter servido fortemente na Amazônia. Dificilmente. E vale para outras Forças também. E eu acho isto bom. A presença da FAB, da Aeronáutica, na Amazônia sempre foi muito forte, maior do que a presença privada de transporte, por exemplo.

Nós vivemos uma fase – eu ainda peguei essa fase – em que tudo ou quase tudo era feito pela FAB, no transporte aéreo. Nós estamos necessitando mais ainda dessa presença, que eu sinto que é pequena.

Eu queria um comentário de V. S^a especificamente, porque sei que está no projeto estratégico de defesa, sobre a presença da Aeronáutica na Amazônia, como está se pensando o estabelecimento de uma presença maior.

Por fim, Senador Ricardo Ferraço, o Plano de Estratégia de Defesa Nacional foi lançado, salvo engano, em dezembro de 2008. A base dele, Senador Aloysio, é o Brasil estar vivendo uma

estabilidade econômica e política. Está escrito, quando começa a discussão sobre o plano de estratégia. Isso mudou. Nós podemos fazer 50 audiências aqui... Aí a minha preocupação. É por isso que eu queria me dirigir ao colega, ao competente Senador Ricardo Ferraço. Eu acho que nós brasileiros estamos mal-acostumados. O Plenário do Senado, o Plenário da Câmara, as reuniões de Líderes fazem...

Se eu incluir o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tirando alguns acidentes de percurso nos nossos governos e no próprio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, há 20 anos que o Brasil não sabe o que é andar para trás. O PIB brasileiro vem crescendo, há igualdade, a renda dos brasileiros vem crescendo, e agora nós vamos ter um baque. Nós estamos vivenciando um baque e vamos ter que dar um passo para trás, para poder seguir andando para frente. E eu acho que nunca está entrando essa conversa. Está todo mundo agendando as coisas como se estivesse tudo normal. E aqui é o seguinte: "está atrasado? Quando vão pagar?" Nós vamos ter que rever todos esses projetos, o custo deles. O Ministro Jaques Wagner acabou de fazer uma renegociação importante, fazendo uma readequação do custo desse projeto que o Senador Tasso está apresentando, o projeto do H-XBR também já está passando por essa reformulação... O que nós temos que fazer é uma calibragem, e aí talvez o relatório do Senador Ricardo Ferraço vá ajudar bastante, mas não dá para perder a confiança nisso.

A mudança vai ter que acontecer, os prazos vão ter que ser mudados, o recurso está menor, mas não podemos perder a objetividade nem a confiança, porque você faz um tratado, um acordo, muda esse acordo, estabelece outros valores, um orçamento, e não se libera o orçamento, não se faz o pagamento. O H-XBR está atrasado. Nós fizemos uma emenda aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não tenho discordância de fundo, em absoluto, dessa visão conceitual de que V. Ex^a está tratando. O que eu acho é que precisamos enfrentar esse tema com verdade e com transparência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exato.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós não temos o direito de nos iludirmos ou de iludirmos quem quer que seja. Esses programas terão que ser repensados, reeditados? Terão. Com que nível de pactuação? Quais são as consequências dessas repactuação? Sim, porque tem consequência. O projeto mesmo do H-XBR, do helicóptero, a que V. Ex^a fez referência, foi uma visão estratégia. Nós trocamos a prateleira pela estruturação de uma indústria nacional de helicópteros...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É um exemplo clássico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... para produzir helicópteros para o Brasil e para o mercado. Se o cliente único disso é o Governo e o Governo passa por uma fase de ajuste – eu não vou entrar no mérito das razões disso, nem V. Ex^a, quero crer –, o que nós precisamos incorporar nesse relatório é uma transparência, à luz disso que nós estamos falando aqui, discutindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E aí eu ousar fazer – agradeço e concluo, Sr. Presidente – só esta breve observação. Veja bem: eu trabalhava no projeto, tinha uma encomenda, por isso que a indústria vende 50 helicópteros. A encomenda está atrasando, os prazos estão se modificando, porque há um desencaixe diferenciado. Perfeito. Nós tínhamos outro propósito: produzir helicóptero para transporte de pessoas, para trabalhar nas plataformas no pré-sal. Ele tem uma autonomia de até 1.200km. Daria para fazer. Só que também a Petrobras, agora, está revendo todo o seu plano de investimentos, vai haver uma redução, o mercado vai diminuir.

É importante esse relatório do Senador Ricardo Ferraço porque ele talvez ajude um pouco a cairmos na realidade de que vamos ter que propor, através desse relatório... Eu ouvi o Ministro da Defesa falando aqui e sendo questionado, sabatinado, perguntado sobre o atraso. E quantos nós trouxermos aqui nós vamos ter que discutir.

Agora, isto é um fato: o Brasil vai ter que rever seus contratos, vai ter que repactuar os preços e prazos e preservar a credibilidade e a confiança.

Eu acho que isso precisa... Inclusive, esta Comissão, que trabalha com defesa nacional, pode ser um espaço desse debate, que pode começar com o Senador Ricardo Ferraço.

Então, eu concluo dizendo o seguinte: eu só queria que V. Ex^a fosse um pouco mais a fundo no relatório no sentido não só de constatar que havia um plano e que ele está atrasado, mas de perguntar como é que nós vamos encontrar a solução para que todos esses projetos sejam preservados, os estratégicos, e que se assuma definitivamente que todos eles estão sendo repactuados por conta da situação econômica que o Brasil e o mundo estão vivendo. Nós vamos ter que encontrar uma solução. O mundo inteiro está se reformulando, e não será diferente com o nosso País.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria lembrar que nós temos, Senador Jorge Viana, uma audiência pública já agendada, não me lembro a data, mas agora em setembro, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde nós teremos um contato com o setor privado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – No dia 21 de setembro, nós vamos ter uma reunião na Fiesp, dentro dessa programação do Senador Ferraço, para o estudo da nossa indústria de defesa, uma reunião com o setor privado, porque é importante nós também conhecermos, do lado do setor privado, quais são as expectativas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já está convidadíssimo, todos nós iremos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Um dia após meu aniversário. V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Podemos comemorar em São Paulo. Perfeito. Está convidado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Faz um jantar também, porque eu não vou ter como celebrar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na minha casa. Eu mesmo cozinho. *(Risos.)*

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Essa eu também quero.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estamos todos convidados?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Convidados. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, antes de passar a palavra...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu não sei se quero correr esse risco. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pode correr à vontade. Como Senador, eu não sou lá essas coisas, mas sou um bom cozinheiro, Senador Tasso.

Mas eu queria voltar aqui a uma questão que eu abordei incidentalmente durante a sua exposição, que é o acordo de salvaguardas com os Estados Unidos.

O senhor se referiu ao nosso acordo com a Ucrânia. Eu era Deputado Federal quando foi submetido ao Congresso a aprovação de um acordo firmado entre o Governo brasileiro e o Governo dos Estados Unidos para desenvolvermos, a partir da base de Alcântara, um programa ambicioso de lançamento de satélites comerciais e meteorológicos para empresas, para um mercado que os Estados Unidos praticamente dominam praticamente, pelo menos dominavam, pois, naquela época, mais de 80% desse mercado era de empresas americanas.

Eu me lembro de que foi um inferno aqui, no Congresso – começou na Câmara dos Deputados –, contra o imperialismo norte-americano. Inclusive, gente do meu próprio partido, à época o PSDB, disse que era absolutamente inaceitável firmarmos com os Estados Unidos um acordo que permitisse que os clientes do programa fossem lá ver exatamente o que havia dentro, enfim. Era uma argumentação contrária muito apaixonada, tanto é que o acordo não foi aprovado.

Pouco tempo depois, creio que no governo Lula, mudou-se: onde se lia "Estados Unidos" passou a se ler "Ucrânia". E aí foi aprovado rapidamente. Quer dizer, o fantasma do imperialismo norte-americano havia sido afastado e firmamos um acordo mais ou menos nos mesmos termos com a Ucrânia. A coisa não deu certo. Aliás, nós já gastamos um bilhão de reais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E já encerramos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... e o programa foi encerrado sem ter obtido nenhum resultado.

Um dos percalços na execução desse programa é exatamente a ausência de um acordo de salvaguardas.

Eu pergunto ao senhor qual é sua opinião sobre isso. Qual sua opinião, do ponto de vista do desenvolvimento da indústria de defesa aqui, no Brasil, sobre a relevância de termos, ou não, esse acordo de salvaguardas, que...

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Apenas porque V. Ex^a levantou um assunto e me lembrei de outro, sobre a questão de qual é a opinião do Brigadeiro da Aeronáutica, da Defesa, sobre a construção, na Argentina, de uma base de monitoramento de foguetes da China sem consulta ao Brasil, sobre o que nós pedimos esclarecimentos. Eu queria ouvir a opinião. Como tocou nesse assunto, eu só quis acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Vamos ouvir, então, o Comandante da Aeronáutica.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Obrigado pelas suas perguntas. Eu tenho a me ajudar o Brigadeiro Franciscangelis, Secretário de Economia e Finanças, o Brigadeiro Chã, Chefe da Copac, o Coronel Bonotto, Gerente dos projetos KC e FX, e o Brigadeiro Vasconcelos, Chefe do Planejamento Estratégico da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Todos nadando de braçada, recursos abundantes.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Todos sabem mais do que eu especificamente das coisas. Talvez, se, do conjunto, eles me informarem, eu acabe sabendo alguma coisa que os outros não sabem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pode ser inclusive, Sr. Comandante, que nós possamos coordenar, a partir daqui, uma reunião executiva com a assessoria de V. S^a, comigo, que fui designado Relator, e com os Senadores que desejarem, porque a precisão das informações é fundamental para que possamos, conforme a sugestão dada pelo Senador Jorge Viana, saber como calibrar essa realidade. Para calibrarmos ou propormos alguma pactuação, nós precisamos conhecer. E eu não quero, evidentemente, cansá-los aqui com esses dados técnicos, físicos e financeiros, mas nós precisamos ter acesso a essas informações, até porque são informações públicas, para que, numa reunião de trabalho executiva, num grupo de trabalho com os Senadores que desejarem, nós possamos mergulhar nessas informações que serão base para isso que estamos tentando identificar.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Sim, certamente, nós estamos à disposição para a hora que o senhor quiser fazer essa reunião mais técnica para discutir esses assuntos.

Eu vou seguir a sequência das perguntas então, para não fazer o inverso.

O senhor perguntou a respeito dessas ameaças dos nossos projetos, em função de oportunidades, etc.

Todos os nossos projetos, esses de que eu falei, principalmente o KC-390 e o FX, são, indiscutivelmente, por toda a sociedade brasileira, importantes. Nós vimos isso no dia em que foi aprovado o financiamento do FX.

Para todos os nossos projetos, quando são elaborados, são estabelecidos todos os passos até o final, praticamente, com tudo: desembolso, empresas contratadas planejam quem elas vão contratar, como vão pagar, quanto vai entrar, etc. Todo ele é planejado. Até pela complexidade do projeto, é preciso que haja isso.

Obviamente, nós temos artifícios, nós temos válvulas para equalizar o sistema em caso de situações imprevistas, e o que nós mais utilizamos hoje em dia quando existem essas flutuações na parte de economia são os termos aditivos. Ele é legal, ele é previsto. Então, em todos os nossos projetos, nós trabalhamos dessa forma. Havia um cronograma aqui por algum motivo, por um empecilho ou outro, não só por questões financeiras, mas, muitas vezes, por questões técnicas. Nós já tivemos, na área espacial, problemas técnicos na área de mísseis. Então, há várias situações que podem aparecer, quando se trata de tecnologia, em termos de obstáculos não previstos. Mas nós fazemos termo aditivo para uma situação ou outra. Obviamente, quando há atraso, acabam esses termos aditivos tendo alguns custos extras, mas nós nos acertamos com isso, como é o caso, como o Senador Jorge Viana, do H-36, o H-XBR.

Então, nós fazemos esses ajustes. Eles implicam um problema de janela de oportunidade de exportação? Implicam, sim. Então, nós temos que ver qual é o grau de importância que nós vamos dar para aquele programa até termos a liberdade de discutir com os órgãos de financiamento ou com o governo para priorizar mais ou menos um projeto em detrimento de outro. Nós já fizemos, dentro da Força Aérea, esse tipo de trabalho. Nós fazemos isso.

No caso, por exemplo, de agora, vemos perfeitamente que o KC-390 é um projeto que, economicamente, pode dar muito resultado para o Brasil.

Na Feira de Le Bourget havia um avião igualzinho. Eu perguntei: "O que o 390 faz aqui?" Não era o 390, mas um avião parecido com o 390.

Então, obviamente, tomamos esses cuidados. Até que ponto corremos o riscos de atraso de um projeto? A gente faz esse trabalho? Tanto as empresas quanto nós e o nosso Ministro entramos nesse circuito para ver como se minimiza esse ônus para as empresas, porque, inclusive, pode ocorrer demissão, pode haver atraso, pode ser um fornecedor que já entregou determinado componente e não estamos usando... Quer dizer, atrasa e causa gastos.

Então, temos a preocupação muito grande com essa questão de oportunidade de exportação, temos que fazer isso. Esse é um exemplo de como, nesse sistema, que nem começamos ainda, do Pese, temos que aproveitar essa oportunidade. Existe a oportunidade num determinado espaço de tempo aqui – não sei exatamente porque o Brigadeiro Alvani e o pessoal do CTA não estão presentes aqui – em que vai fechar essa janela. Ou nós aproveitamos agora ou vamos gastar alguns bilhões fazendo isso. Essa é uma responsabilidade que nós, dentro da Força Aérea, com o Ministério da Defesa, o de Ciência e Tecnologia, a AEB e o Inpe, temos que discutir, temos que aproveitar essas janelas. Mas tenham certeza de que estamos bastante conscientes desses problemas e procuramos conversar bastante para vermos como minimizamos esses problemas decorrentes, por exemplo, de atraso, de financiamento, etc.

O Brigadeiro Franciscangelis, que trabalhou muito tempo na Sefa, talvez tenha alguma coisa para complementar sobre isso.

O SR. ANTONIO FRANCISCANGELIS NETO – Comandante, é exatamente isto. Como o Senador Ferraço iniciou, todo projeto de alta tecnologia, de complexidade começa dentro de um cenário político e econômico que envolve diversas áreas: área financeira, área comercial e uma área de operacional. Então, cada área dessas tem seu peso na hora da falta de recursos, e isso tudo tem que ser contabilizado.

Então, nessa proposta do senhor, temos todas as condições de colocar isso em termos numéricos para que possamos esclarecer melhor. Na realidade, são diversos números, diversas ações que já foram feitas, e não só agora, pois isso já vem ocorrendo há algum tempo. Não são só

esses projetos, mas há outros também, como o A-1, o F-5, enfim, outros projetos com a Embraer e outras empresas que sofrem o mesmo problema.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Pergunta do Senador Tasso Jereissati.

Nós entendemos que, com essas fronteiras a oeste, noroeste, norte e sul, com mais de 16 mil quilômetros de extensão, é difícil controlar a entrada de drogas. Para o senhor ter uma ideia, os Estados Unidos, que têm uma fronteira desértica, totalmente desprovida de vegetação, com menos de um quinto da nossa área, com todos os recursos que eles têm, não conseguem fechar a fronteira do México. Eles não conseguem sequer evitar a entrada de drogas nos Estados Unidos com toda sua tecnologia. Obviamente, para nós é mais difícil ainda. O que podemos fazer com isso? Nós podemos minimizar essa entrada de drogas.

Primeiramente, é responsabilidade da Polícia Federal, da Receita Federal e de outros órgãos terem um controle muito mais aproximado de fronteira. Mas nós, as Forças Armadas, também temos essa responsabilidade. Por isso, o Exército fez o Sisfron, o sistema de controle de fronteiras, que são sensores, uma parte de comunicações e uma parte de mobilidade. É nisso que entram os nossos sistemas especiais e também os Vants. Temos que ter inteligência, temos que ter conhecimento daquela área. Nós vamos minimizar. Quanto mais conhecimentos tivermos, mais nós reduzimos essa entrada. Mas é difícil. A Senadora, que é gaúcha, sabe o que é ir do Chuí até Quaraí. Ali deve haver mais de 500km de fronteira seca. Ao se passear por ali, logo se está dentro do Uruguai, e nem se vê que se está dentro do Uruguai. Aliás, é comum os aviões pequenos se equivocarem e pousarem no Uruguai. Aí ouvem que o outro está falando espanhol e percebem que estão no país errado. Voltam para o Rio Grande do Sul e pousam nas nossas pistas, pistas pequenas até.

Então, é difícil fazer isso. Temos a consciência plena disso, tanto que há o Sisfron, pensamos no Pese e no Vant, e nós temos uma que é especificamente responsabilidade da Força Aérea: o tráfego aéreo.

Mas nós temos o Decea muito bem preparado? Sim, o Decea é muito bem preparado para o controle do espaço aéreo. Nós o estamos incrementando, através de outro tipo de controle de fronteiras, com o Comdabra, com aviões nossos, com o A-29, helicópteros, para incrementar mais esse controle fronteira, até utilizando a lei que nos permite intervir diretamente interditando esses aviões.

Então, nós sabemos que não é fácil fazer isso, nós vemos a dificuldade. Uma operação como a Ágata gera muita repercussão e muita notícia, mas, na verdade, é uma operação que tranquiliza a nossa população, pela presença na fronteira, por estarmos lá, por fazermos a Ação Cívico-Social (Aciso) junto com isso, etc.

É difícil de fazer esse controle, mas nós estamos cientes da nossa responsabilidade de implementar isso. E os custos para fazer isso são elevados, bastante elevados. E entra-se nessa discussão: qual é a prioridade que nós temos que atender?

A outra pergunta que o senhor fez foi a respeito... A Suécia não é uma nação...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – E armamentos pesados?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Os armamentos entram na mesma situação das drogas. Eles entram através das fronteiras. E por onde entram? Entram pelo Rio Grande do Sul, pela região do Paraná, pela região do Mato Grosso, pela região da Amazônia, por qualquer região. Volta e meia o pessoal prende carregamentos de armamentos.

Eu não sei exatamente o que a Polícia Federal está fazendo, mas ela tem um sistema de inteligência bastante apurado para esse tipo de coisa. Nós temos que implementar mais isso. Lembro o que ocorreu com a Colômbia e com outros países: a situação vai num crescente e, num determinado momento, é necessário tomar uma atitude mais drástica. Eu entendo que nós já estamos com essas operações na fronteira, com o Sisfron, com a preocupação da Força Aérea, da Marinha, da Polícia Federal, nós já estamos num caminho de implementação desse tipo de atividade, inclusive de armamento.

Quando vejo, às vezes, até crianças com um fuzil atravessado nas costas e mais uma pistola na cintura, pergunto: "De onde eles conseguiram esse armamento? Por onde entrou isso?" A maioria realmente vem de fora, por navios ou outras coisas assim. Existem sistemas de importação por Paranaguá, que atravessa todo o Paraná e vai parar no Paraguai.

Qual é o controle que nós temos, no meio do caminho, sobre esse equipamento, se não se abre um contêiner ou sei lá o quê? Não sei como é que funciona esse sistema. Obviamente, nós temos que abrir todas as possibilidades, porque o pessoal quer enfiar armamento e droga aqui dentro e vai utilizar outras alternativas.

Uma vez, ouvi, na Colômbia, que o consumidor está lá e vai pelo caminho mais fácil. Ele vai sempre insistir. Se não puder passar por um lugar, ele vai buscar outro. Se não puder passar por meio aéreo, ele vai buscar pelo meio terrestre, pelo marítimo, por outros meios. Ele vai buscar esse tipo de coisa. Nós temos que implementar esse combate, mas não é fácil.

A outra pergunta que o senhor fez é sobre a parte da tradição da Suécia. Na verdade, a Suécia tem muita tradição. Eles têm aviões famosos desde a década de 50, desde antes, sempre tiveram. É que eles sempre tiveram uma posição totalmente independente. A Suécia sempre teve aviões famosos de alta eficiência. Eles são discretos, a população é pequenininha, de não sei quantos habitantes, 10 milhões ou menos até, mas eles têm a Scania, a Volvo, a Ericsson, a Electroluz, um bocado de coisas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – O Abba...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Têm até o Abba, aquele conjunto famoso, não é? (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Nada contra a Suécia. Estou falando especificamente...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Não, eles têm um domínio tecnológico altíssimo em aviões de guerra e sempre foram independentes, sempre tiveram condições de se posicionar de forma autônoma para qualquer ameaça militar contra eles. Eles sempre tiveram! Então, eles têm essa capacidade.

E, entre as diversas opções que nos apareceram, ele se apresentou como um avião excepcional no momento certo. E nós entendemos que, no futuro, esse avião vai aparecer muito mais. Talvez nós tenhamos sido os primeiros a identificar o Gripen com esse potencial, mas outros países também vão aproveitar esse potencial, vão utilizar esse potencial, e eu tenho a impressão de que a Embraer, na posição em que ela está, vai acabar sendo beneficiada por isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Tasso já havia identificado o potencial do Abba há muito tempo, já na juventude. Ele dançou muito Mamma Mia e outras coisas assim. (*Risos.*)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a perguntou a respeito dos *drones*.

Bom, a parte militar é mais fácil, é muito mais controlada. São feitos documentos pelo Decea e pela Anac, é acertada uma frequência para comunicações com órgãos como a Anatel, etc., é reservado um espaço, é mais fácil. Mas o problema que há, no mundo inteiro... Há pouco tempo, alguém tentou entrar na Casa Branca com um dronezinho desses que ficam zumbindo, como esses zangõezinhos que ficam aí perturbando. Há pouco, um americano pegou sua espingarda, lançou chumbo e colocou um no chão. Aí o dono do *drone* o processou, mas ele disse que estavam bisbilhotando sua casa, que ele não aceitava isso, e derrubou o *drone*. Então, hoje, o problema são esses zangõezinhos que andam por todo lugar. Nós olhamos e eles estão por aí.

Então, a Anac e o próprio Decea estão trabalhando – eu acho que a Anac até já concluiu – em uma regulamentação para isso. É difícil. As pessoas compram isso, sei lá, por menos de US\$1 mil. Compram fácil. Qualquer um tem. Outro dia, um filho meu disse: "Um professor meu, na Embrapa, apareceu com dois e perguntou como operava aquilo". Ele comprou por US\$500, pela internet.

Vai ser difícil fazer a regulamentação disso, mas o pessoal está trabalhando. E não é uma preocupação exclusivamente nossa, mas do mundo inteiro. Como eu disse, um americano atirou e derrubou um *drone*, e houve aquela briga. Saiu na internet. A Casa Branca também. Eram todos

pequenos, mas existem maiores, de todos os tipos. Então, essa é uma preocupação que existe e que está sendo tratada.

Com relação aos Jogos Olímpicos, nós, as três Forças e a Polícia Federal, entendemos que o ano passado foi um grande escola, digamos, para as Olimpíadas. Mas este será um evento um pouco diferente: maior e mais concentrado. O que nós aprendemos no ano passado nós entendemos que aplicaremos no ano que vem também.

Na parte de controle do espaço aéreo, mais ou menos a mesma coisa. Na parte de defesa aérea, existe a lei para controle de intrusos dentro de uma área em que não se pode entrar, desde o helicóptero de um fotógrafo que quer ir a algum lugar que não deve até um avião que possa ser, eventualmente, sequestrado ou ter colocado nele armamento para jogar em cima de um evento. São todas preocupações que nós temos. A Força Aérea já tem uma preparação consagrada em relação a isso que não vem só do ano passado, que sempre existiu, de controle de defesa aérea. As instalações da H-24 estão prontas, já estão funcionando, foram até aperfeiçoadas no ano passado. Então, nós nos preparamos para isso.

No que diz respeito a aeroportos, realmente, nós temos tratado da possibilidade de haver maior quantidade de aviões no Rio de Janeiro. Nós estamos nos preparando para isso. No ano passado, os pátios e as pistas de táxi estavam cheios. Mas ainda há uma margem para isso. Mas há outros locais ali perto, como a Base Aérea de Santa Cruz. Nós pensamos em terminar a ampliação de seu pátio até o início do ano que vem. Existem algumas pendências com os recursos do FNAC, mas podemos solucioná-las para dar andamento àquela obra e concluí-la em tempo hábil. Essa é uma preocupação que nós temos.

Quanto à outra pergunta, do uso dual de aeroportos... Claro, foi muito divulgado... Fui até o Sul com o Ministro Eliseu Padilha. Naquela ocasião, a Base de Santa Maria era exclusivamente militar, mas havia um pequeno aeroclube, com dois aviões, naquela base. Eu sou de lá e conheço bem aquela região. Aquele pátio já foi utilizado no passado. A evolução da aviação civil – surgiu a Azul, com mais voos –, com uma metodologia diferente, faz com que haja um crescimento real. Nós passamos o problema para a SAC, que, por sua vez, fez uma cessão de uso para a Prefeitura de Santa Maria.

Utilizar simultaneamente aviação militar e aviação civil não é problema, desde que o volume de tráfego aéreo não seja muito grande. É o caso de Fortaleza. Pena que o Senador tenha saído! No passado, quando eu era tenente em Fortaleza, chegava um avião de manhã, outro à tarde, mais um à noite, e acabou-se. Há três anos, nosso esquadrão tinha que sair e treinar em Parnaíba, porque não era mais possível pousar lá. Então, se crescer muito, inviabiliza a operação simultânea de aviação militar e aviação civil, a não ser que seja uma aviação de transporte, como é aqui, em Brasília, ou coisa assim, e são aviões já dessa mesma categoria.

Então, entendemos que Santa Maria não apresentaria risco pelo volume de voo que haveria lá. Outras cidades podem, no futuro, apresentar alguns problemas, como Campo Grande, que cresce muito, Porto Velho, que cresce bastante também. Mas isto não em curto prazo, em mais tempo. Obviamente, para isso, vamos ter bases que são mais específicas, como Ponta Pelada, em Manaus, como Anápolis, como Canoas, que também tem riscos pelo crescimento em volta, até o crescimento do aeroporto lá. Mas nós entendemos que seja possível equalizar hoje com os meios que nós temos.

Em Natal, onde estava difícil operar, como a aviação civil foi para São Gonçalo do Amarante, nós voltamos a ser os únicos operadores dentro daquela área, com três pistas que existem ali desde antes da Segunda Guerra Mundial, desde o tempo do Jean Mermoz. Quanto a essas pistas, então, não vemos muito problema. No futuro, estamos pensando já em como fazer isso. No Rio de Janeiro, o Galeão já é uma ameaça, mas temos Santa Cruz. Então, vamos vendo como é que evolui. Como a aviação civil no Brasil cresce quase 10% ao ano, nós temos realmente que ter uma preocupação. O Galeão tem 15 milhões de passageiros/ano e pode chegar a 40, 50, 80 milhões. Aí, nem passarinho vai ter autorização para voar naquela área. Vai ser difícil. Nem *drone*. Só *drone* pirata.

O Senador Jorge Viana falou do caso do H-XBR. Eu já respondi ao Senador Ricardo Ferraço. Realmente, são uma questão preocupante essas variações, vamos dizer, de orçamento. Eu sei que, do H-XBR, cujo responsável é a Copac, que é a gerente do projeto, isso implica acordos da Helibras com a Airbus, com o Governo de Minas, com o Governo Federal... É um trabalho complexo para que a gente consiga atender as nossas necessidades. E continua transferindo tecnologia, continua tendo emprego para o nosso pessoal lá. Claro que nós sofremos um impacto muito grande por causa do pré-sal. O pré-sal iria absorver muitos aviões. Ele é um avião muito adequado ao pré-sal, mas com essas mudanças, até com esse atraso do pré-sal, criou-se esse problema e atrasou. Associado a isso, no mundo inteiro, ele não conseguiu atender encomendas que ele poderia ter. Então, ficou dependente exclusivamente das Forças Armadas, e aqueles *slots* todos que ele tinha lá para produzir aviões ficaram vazios. Nós nos adequamos, fazemos aditivo, tal, acertamos com a empresa, retardamos, mas assim mesmo temos muitas questões pendentes. Quando aparecem problemas mais graves, repassamos para o Ministro da Defesa, e ele fica nosso interlocutor para tratar desses assuntos. Mas, como nós temos com esse, temos com os outros projetos também. Tem que haver um equilíbrio grande nessa parte das empresas, da base industrial de defesa, de salários, recursos, etc. Inclusive, as nossas empresas buscam essa dualidade de ter na aviação civil outro amparo, para não ser somente do Estado.

Bem, essa questão que o senhor falou da influência, da importância de um meio ou de outro é uma questão difícil de ser discutida dentro das nossas Forças Armadas, mas um dia nós vamos ter que discutir esse assunto, as prioridades. Hoje, temos uma tendência a sermos homogêneos. Os filhos são todos iguais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Num país continental como o nosso, a questão da infantaria... O mundo mudou completamente, a tecnologia mudou o mundo. Nós, hoje, falamos e temos, cada um, um veículo de comunicação na mão, nos comunicamos, há o *drone* vindo... Então, vamos ter que nos adequar aos tempos novos, ao milênio novo.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É, uma hora vamos ter que discutir esse assunto. Mas, dentro da parte de Amazônia, que é uma de que precisamos muito... Eu me lembro de que, no ano retrasado, se não me engano, naquela época da enchente que houve no Acre, nós tínhamos aviões. Então, chegou um momento em que nós colocamos 30 C-105, mas eles eram utilizados ainda... Caminhões ainda passavam, com a água chegando na carroceria devagarzinho, rebocados por trator, cheia de buracos. Mas nós víamos que era bom o avião ir para aqueles locais porque a população local sentia que, independentemente de o caminhão estar chegando, havia aviões chegando. Não atendiam nem 5% da necessidade, mas, naquela época, nós sentíamos a necessidade de ter mais meios aéreos, para uma eventualidade de aquela região ficar isolada e não haver como a carreta chegar lá. Nós temos que ter os meios. Mas não é só para lá. É por isso que o 390, o C-105, o Caravan, é por isso que esses aviões são importantes.

Eu costumo dizer para o Exército que nós temos os meios e os pilotos, talvez não tenhamos recursos financeiros suficientes para atender toda a necessidade. Eles aumentaram muito a presença na Amazônia e quem teria que dar esse apoio seriam os aviões da Força Aérea, para tudo. Então, um avião como um 390 pode voar mil horas. Se tivermos dez aviões, nós podemos voar 10 mil horas. Ele tem uma capacidade, com 20 toneladas em cada viagem... É um bocado de possibilidade.

Nós temos esse planejamento, os meios. A metade dos nossos pilotos é de transporte. Sabemos da dimensão do Brasil desde a época da criação do CAN. Está, inclusive, na Constituição do Brasil. O Correio Aéreo Nacional, está lá. Ainda não dispensa o CAN disso. Recentemente, em Itamaracá – acho que é esse o nome da região –, tivemos um grupo de São Paulo dando apoio aos índios matoracás. Usamos C-105, usamos Caravan para atender, levando médicos e buscando índios de helicópteros em aldeias para levar para lá.

Essa questão do passado do CAN continua válida para a Amazônia. O senhor sabe das distâncias e nós temos que ter pistas naquela região. Quanto mais pistas, melhor. A Comar fez centenas de pistas lá. Nós temos conversado até com o Exército para ele também entrar nesse sistema de fazer pistas. Obviamente, precisamos ter recursos para as pistas, recursos do FNAC

(Fundo Nacional de Aviação Civil), que vem de tarifas, e nós precisamos manter esses recursos para que se dê continuidade naquelas regiões. Sabemos da importância disso para aquela população, para aqueles destacamentos de fronteira, para aqueles pelotões de fronteiras, para aquelas cidades pequenas que necessitam, obrigatoriamente, que a Força Aérea esteja presente.

Por isso tem São Gabriel da Cachoeira, tanto na parte estratégica de emprego militar, Eirunepé, Vilhena e outras centenas de pistas que existem lá, para atender isso. O nosso único batente hoje é quanto de recursos nós temos. O senhor é daquela região e sabe muito bem o custo de horas de voo. É um meio diferenciado, mas tem um custo relativamente elevado.

Mas nós entendemos que, com esses aviões que nós temos, vamos resolver essa questão de autossuficiência. Estamos cientes. Nós mantemos a nossa atenção para a Amazônia. Por isso, nós temos a base de Porto Velho, que aumenta a cada ano, temos a base de Boa Vista, temos a de Manaus também e aquelas outras bases e destacamentos que nós temos lá.

Claro que, talvez, com restrições financeiras, temos que rever todos os nossos projetos, como o senhor falou, mas, como já foi dito pelo Brigadeiro Franciscangelis, nós estamos reequacionando as nossas prioridades, sem matar algum projeto, vendo o que conseguimos fazer.

Finalmente, o Senador Aloysio Nunes falou sobre a questão da salvaguarda desde o início. O gerente do projeto já me deu algo escrito explicando melhor. O 390, por exemplo, tem um sistema aviônico com a Rockwell Collins e tem um termo de confidencialidade mantido. Eles querem que tenhamos isso, através de *end user* etc. Existe, então, em todos eles. A Embraer tem vários contratos, com diferentes tamanhos e complexidades, com problemas, e eles trabalham com esse tipo de *end user*.

Em relação a Alcântara, ao que houve no passado, em que houve aquela discussão e, posteriormente, foi feito com a Ucrânia, eu não sou conhecedor profundo desse assunto, até porque ele esteve fora da Força Aérea. Esses assuntos foram discutidos fora. Mas eu entendo que há um nicho que nós queremos, que são os satélites de órbita baixa, lançadores para esses satélites, na faixa de 200km aos 500km, 700km. Lembre-se de que um SGDC vai a 35 mil quilômetros e é muito grande. O peso dele também é muito grande.

Esse grupo mais baixo nos interessa muito, e nós pretendemos desenvolver o nosso lançador, que estamos partindo do que tínhamos do VLS para um VLM, que é um conceito novo, com combustível diferenciado, com tudo isso, e juntando com o Inpe e com outras empresas, fazendo uma parceria ou até criando empresa pública para que a gente consiga evoluir nesses aspectos.

Então, na questão que houve com os Estados Unidos e com a Ucrânia, acho o seguinte: aquilo entrava em foguetes e satélites de grande porte, que é justamente o que está mais longe. Nós não temos que ter agora como foco esse tipo de conhecimento, ele está muito longe de nós. Então, vamos para os satélites menores, de órbita baixa, que, às vezes, têm até resultados econômicos, têm carga para as nossas empresas, porque nós vamos lançar dezenas, talvez tenha espaço para centenas desses satélites.

O senhor olha um SGDC de mais de US\$700 milhões, e nós lançamos um a cada tantos anos, para atender as nossas necessidades. O nosso é esse.

Então, eu entendo que, naquela ocasião, é porque aquele assunto ali é mais complexo. Eles não querem que seja transparente esse conhecimento, a tecnologia, embora, hoje, tenhamos uma quantidade grande, inclusive da Força Aérea, dentro da Thales trabalhando lá, com engenheiros com boa capacitação que vão ter que trabalhar posteriormente no nosso Cop de conhecimento, como é que opera, etc., porque nós, até hoje – parece difícil acreditar, mas é verdade –, não somos gerentes de nenhum dos nossos satélites; nós usamos. Lembre-se de que esse, por exemplo, que o Sipam contratou – ele teve o acerto do recurso –, ele vai contratar um satélite para ver o assunto que nos interessa. Mas lembre-se de que aquilo que tivermos interesse em ver o país que nós contratarmos também vai estar vendo, porque a antena dele de recepção está lá no país dele e ele vai saber o que nós estamos interessados em saber do nosso País.

Então, esses aspectos, nós entendemos que essa diferença, Presidente, é essa questão. Os termos desses tratados de acordos são importantes.

O senhor se lembra de que, agora, no Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2015, foi aprovado o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos relativo a medidas de segurança para proteção de informações militares sigilosas. Então, isso aqui já é um passo que há muito tempo faltava ser dado. Há anos ele estava aguardando, vamos dizer, isso aqui que facilita essas comunicações, essas transferências e interação entre os dois países.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Olha, eu tenho que agradecer a presença de tantos oficiais da Força Aérea aqui, a presença sempre constante, amiga e eficiente do Brigadeiro Mesquita, agradecer sua presença e também a excelente exposição que fez e os elementos que trouxe para a elaboração do nosso relatório sobre a indústria de defesa.

Aqui é uma comissão de relações exteriores e defesa nacional. As duas coisas caminham juntas. E nós estamos sempre à disposição da Força Aérea.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte de agosto de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Valdir Raupp, Romero Jucá, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. PAUTA – 1ª PARTE (AUDIÊNCIA PÚBLICA) para tratar da situação da Venezuela. Convidado: Miguel Henrique Otero, Editor do Jornal El Nacional. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Agripino. O Presidente registra a presença do Deputado José Carlos Aleluia e do ex-Deputado Paulo Gouvea da Costa. O Presidente concede a palavra ao Senhor Miguel Henrique Otero para fazer sua exposição. O presidente registra a presença do Senador Aécio Neves. Usa a palavra o Senador Lasier Martins, Aécio Neves e Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra ao convidado para expor suas considerações finais. Audiência Pública realizada. 2ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2015, de autoria da Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra.” Sabatina realizada com indicação apreciada. 2) MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.” Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente concede a palavra à Senadora Ana Amélia e Romero Jucá. O Presidente convida os embaixadores para comporem a mesa e concede a palavra para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para arguição dos indicados. Usam da palavra os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes, Antonio Anastasia, Vanessa Grazziotin, Hélio José, Ana Amélia e Roberto Requião. Às onze horas e quarenta e cinco minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador José Agripino. Às onze horas e cinquenta e três minutos a presidência é reassumida pelo Senhor Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Às doze horas e sete minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Antônio Anastasia. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responder às perguntas. O Presidente consulta os Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. Atua como secretária a Senadora Vanessa Grazziotin. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-

lhes seus cumprimentos. 3ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.” O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 326, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador João Capiberibe, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Randolfe Rodrigues. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 327, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de Loyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Às doze horas e cinquenta e sete minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador João Capiberibe. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.” O Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 338, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.” O Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Às treze horas e três minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Wellington Fagundes. É deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 6) MENSAGEM (SF) Nº 51, de 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 64, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública a fim de discutir o aprimoramento do papel brasileiro nas relações com a Bolívia no que tange a: (i) brasileiros residentes na fronteira e (ii) segurança na região de fronteira.”. Aprovado o requerimento. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 68, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos dias 10/9, 24/9, 8/10 e 22/10 de 2015 para discutir a situação da atual indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de

Defesa brasileiro". Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Essa primeira parte da reunião está destinada a ouvirmos o depoimento do jornalista Miguel Henrique Otero, que está presente em nossa Comissão atendendo a um requerimento aprovado pela Comissão, de iniciativa do Senador Agripino, Presidente do Partido Democratas.

S. Sª é editor do jornal *El Nacional*, órgão de imprensa tradicional da Venezuela, que hoje sofre as agruras do peso de um regime autoritário, que resolveu confiscar liberdades fundamentais da democracia, que são a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

Passo a palavra, ao dar as boas-vindas ao nosso convidado, Miguel Henrique Otero, ao Senador José Agripino, para fazer uma saudação em nome da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Tive a oportunidade, antes de chegar à Comissão, de conversar um pouco, até informalmente, com o Sr. Miguel Henrique Otero, editor do jornal *El Nacional*, que teve a oportunidade de compartilhar conosco algumas informações sobre a atuação situação na Venezuela.

E eu tive a oportunidade de dizer a S. Sª da experiência vivida pelos Senadores brasileiros, que desembarcaram em Caracas e tiveram a infelicidade de viver um desagradável episódio, envolvendo não venezuelanos, mas Senadores brasileiros que foram boicotados na sua intenção pelo governo da Venezuela, em um desrespeito às relações Brasil/Venezuela e em desrespeito à autoridade constituída: eram seis ou sete Senadores, no exercício do mandato, em missão anunciada, chegados a Caracas em avião da FAB – Força Aérea Brasileira, aguardados pelo Embaixador, que participou evidentemente de um entendimento claro com o governo da Venezuela, que nos deixou à nossa própria sorte.

Eu fiz ver a ele isso tudo, em função dos depoimentos que ele prestou, na presença dele e de companheiros dele, em organismos internacionais, quando usavam a oportunidade daqueles encontros para fazer a denúncia das arbitrariedades cometidas pelo Governo da Venezuela.

Na ocasião, eu fiz um comentário sobre ter tido a oportunidade de assistir a um vídeo gravado pelo Sr. Carlos Javier Arencibia e uma jovem estudante, chamada Sairam Rivas, que denunciavam atrocidades cometidas pelo Governo da Venezuela, que prende arbitrariamente, tortura jovens, e que são objeto, evidentemente, de ações que eu gostaria de ver comentadas pelo Sr. Otero na Comissão de Relações Exteriores do Senado, pois são manifestações que nos chegam pela via pública, pelo Youtube, denúncias graves, sérias. A gente tem que aproveitar a oportunidade de um editor de jornal com importância do *El Nacional* para tomar conhecimento, pelo seu depoimento, do que é que está vivendo, na verdade, a Venezuela, qual é a situação de hoje e qual é a perspectiva de futuro.

Por essa razão, apresentei o requerimento, aproveitando a presença dele no Brasil, da vinda dele à Comissão de Relações Exteriores, para que, com o seu depoimento, os membros da Comissão e o Senado ficassem mais inteirados de uma situação que a gente conhece, mas que precisa de testemunhos para que os fatos fiquem sedimentados.

Eu fico, portanto, muito feliz, com a presença de ambos: do Sr. Miguel Henrique Otero e do Sr. Enrique Alvarado, ambos do *El Nacional*. Cumprimento os dois em nome da Comissão de Relações Exteriores.

Pediria agora a V. Ex^a que passasse a palavra a ele, para que nós pudéssemos ouvir o seu testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, com muito prazer.

Eu quero anunciar também a presença, entre nós, do Deputado José Carlos Aleluia e do Deputado Paulo Gouvêa, que nos dão muita honra com a nossa presença aqui.

Tem a palavra, então, o nosso convidado, Miguel Henrique Otero.

O SR. MIGUEL HENRIQUE OTERO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite, meu prezado amigo.

Nós temos aqui um intérprete. Assim, se alguém tiver alguma dificuldade em compreender o idioma espanhol, temos aqui o socorro de um intérprete.

O SR. MIGUEL HENRIQUE OTERO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Porque o Judiciário também é controlado.

O SR. MIGUEL HENRIQUE OTERO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado. É um resumo dramático de uma situação gravíssima.

O senhor sabe que nós aqui, na Comissão de Relações Exteriores, não ficamos de braços cruzados diante desse drama que aflige o povo venezuelano, que o senhor descreveu em rápidas tintas, mas em tintas muito vigorosas e dramáticas.

A nossa luta, a nossa pressão política é para que o Governo brasileiro saia da inércia em que ele se encontra.

Eu conversava aqui, ainda há pouco, sobre tempos passados, em que a Venezuela foi um país de abrigo para muitos brasileiros que sofriam aqui a repressão do regime autoritário que nos oprimiu durante muito tempo. E não há reciprocidade, hoje, dos nossos governantes – a Presidente Dilma Rousseff, que foi perseguida pela ditadura brasileira – em relação àqueles que sofrem hoje sob o peso da ditadura chavista.

Então, o depoimento que o senhor nos deu hoje foi um depoimento muito ilustrativo da situação venezuelana, feito por quem está na vanguarda da luta democrática do povo venezuelano e que servirá, sem dúvida, como subsídio precioso para o nosso trabalho.

Eu queria dizer também que nós temos hoje aqui um intérprete ao seu lado e, na edição de seu depoimento pela TV Senado, nós providenciaremos para que o intérprete possa, ao longo da sua apresentação, fazer também a tradução para a língua portuguesa, para os nossos telespectadores que não têm ainda domínio da língua espanhola.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Presidente, acho que há necessidade de se fazer um registro. Nós queiramos ou não, somos um país líder na América do Sul, e as dificuldades que acontecem nos nossos irmãos vizinhos nos chegam aqui. Mas nenhum país que tenha passado por turbulências no campo político procurou tanto o Brasil como a Venezuela tem procurado ultimamente. Vários parlamentares cassados no exercício do mandato, esposas de presos políticos e, agora, o exemplo de um editor-chefe de um jornal importante da Venezuela, que, por sua iniciativa e suponho que às suas próprias expensas, faz uma peregrinação pela América do Sul e vem ao Brasil para trazer a realidade política e pedir ajuda para a recuperação de um país que foi sede da democracia na América do Sul inteira. Simon Bolívar, no bom sentido, foi um patriarca da democracia, foi uma espécie de tutor de princípios democráticos.

De modo que, por essa razão, acho que temos que dedicar energia especial no campo político – e esta comissão é, na verdade, o repositório das nossas ações, é o repositório das informações para que possamos tomar iniciativas –, nós temos que nos dedicar com especial atenção a quem nos procura, e quem está nos procurando e de forma insistente e contundente são representações da Venezuela.

Está aqui o Sr. Otero. Ele mencionou o Carlos Javier Arencibia, e eu queria apresentar, desde já, um requerimento de convite para que S. S^a, bem como a estudante Sairam Rivas... Eu vi o vídeo de ambos em que eles pedem para ser ouvidos e pedem para que prestem testemunho daquilo que está ocorrendo na Venezuela. Em sequência, a Deputada cassada, a Deputada Machado, as esposas dos prefeitos presos de Caracas e de várias cidades da Venezuela, daquilo que presenciamos na Venezuela, para que nós possamos, pela pressão que se impõe, exercer o papel que se pode esperar ou que o Brasil tem obrigação de desempenhar nesse contexto.

De modo que eu queria, e proponho a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, extrapauta, a apreciação de um requerimento que apresento de convite ao Sr. Carlos Javier Arencibia e à estudante Sairam Rivas, para que compareçam, se assim o desejarem, a esta Comissão, para, na sequência ao Sr. Otero, prestar depoimento sobre a situação real vivida pela nação venezuelana, constituída de um povo tão amigo e tão estimado pelos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Eu acolho o requerimento de V. Ex^a, se não houver objeção do Plenário, e o submeto imediatamente à deliberação, uma vez que temos número para isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento apresentado verbalmente, que será formalizado, em seguida, pelo Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Quero só fazer o registro de que, ao meu lado, está – acaba de se sentar – o ex-candidato à Presidência da República, Presidente do PSDB – claro que o Presidente iria anunciar –, Senador Aécio Neves, sobre quem conversamos no entendimento privado que tivemos há pouco no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está aqui presente também, além do nosso Presidente Aécio Neves, o Senador Ricardo Ferraço, que tem sido realmente um grande companheiro nessa luta pela liberdade na América Latina, na Venezuela em particular; o Senador Lasier Martins, que chega ao Senado depois de uma carreira brilhante no jornalismo no Rio Grande do Sul; e o Senador Flexa Ribeiro, que representa aqui o Estado do Pará, já no seu segundo mandato de Senador.

Senador Lasier, por favor; depois o Senador Aécio.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Aloysio.

O jornalista Miguel Otero certamente tem conhecimento do quanto tem se noticiado no Brasil a ditadura venezuelana. Nós estamos com uma bagagem de informações muito grande sobre o que lá ocorre, além de ter havido uma comitiva nossa, do Senado, com a presença do nosso Senador Aloysio, do Senador Ferraço e do Senador Aécio, entre outros, que foram à

Venezuela e lá encontraram enormes dificuldades para chegar à cidade, não passando de alguns poucos quilômetros do aeroporto.

Não apenas solidariedade nós temos apresentado aqui, Sr. Miguel. Inclusive, há bem pouco tempo, vetamos, nesta Comissão, a indicação de um embaixador brasileiro na OEA porque ele não nos respondeu sobre providências, sobre um posicionamento político na OEA com relação à Venezuela e uma vez representantes do Brasil. Foi uma coisa inédita no Senado o veto de um embaixador brasileiro na OEA, justamente por não se definir quanto à defesa da democracia na Venezuela.

Então, apenas a título de rápidas informações. No seu amplo relato, que coincide com outros tantos que já trouxemos a esta Comissão, chama-me a atenção quando o senhor fala em 200% da inflação. É um número tão assustador que pode ter havido um engano por termos ouvido isso: 200%! Foi isso que o senhor disse? *(Pausa.)*

Bom; aí, quando a população se acha tão apertada na sua economia, surpreende que não haja uma reação mais estrondosa, porque aqui, no Brasil, o senhor deve estar vendo, jornalista Miguel, os generalizados e massivos protestos contra a situação que o Brasil está vivendo. Nós estamos mergulhados num aprofunda crise, em que se conjuga crise econômica, crise política e crise ética, mas a população está protestando por isso. Neste ano foram três grandes movimentos, com milhares de pessoas nas ruas protestando contra o estado de coisas, o que revela, antes de mais nada, que vivemos plena democracia.

Agora, na Venezuela, com uma crise econômica tão profunda, onde certamente muita gente passa fome ou não tem recursos para comprar – e o senhor falou em desabastecimento –, surpreende que não haja um movimento maior, de tamanha força que faça estremecer esse Governo. Isso me parece o incompreensível na sua narrativa.

Era a colocação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Fica feira essa indagação do Senador Lasier.

Passo a palavra agora ao Senador Aécio Neves.

Nós ouviremos os Senadores presentes, para que, em seguida, o senhor faça mais uma resposta àquilo que foi colocado pelos nossos colegas, antes mesmo de passarmos à fase deliberativa da nossa reunião.

Com muita honra, passo a palavra ao Presidente Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu quero saudá-lo, Sr. Miguel Henrique Otero; dar-lhe as boas-vindas, que, certamente, o senhor já recebeu dos ilustres Senadores aqui presentes.

Serei bastante breve, mas o tema democracia e liberdade na América Latina, em especial na Venezuela, é um tema que hoje tem espaço importante nos debates, não apenas no Congresso Nacional, mas na sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, se me permite, Presidente, mesmo na campanha presidencial em que V. Ex^a conduziu com brilhantismo a luta da Oposição, o senhor colocou, com muita clareza, a necessidade de uma mudança da política externa brasileira, para que ela pudesse realmente se alicerçar no princípio fundamental, previsto na Constituição, que é da prevalência dos direitos humanos. E a questão da Venezuela foi colocada também durante a nossa campanha presidencial.

Devolvo a palavra a V. Ex^a. Perdoe-me a interrupção.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Não; eu agradeço a contribuição sempre oportuna de V. Ex^a e com a legitimidade de ter sido o meu grande parceiro nessa caminhada como candidato a Vice-Presidência da República, na minha chapa, para honra minha pessoal e de todos os nossos companheiros.

A presença do Senador Aloysio nesta Comissão...

Pergunto se o Dr. Otero compreendo bem o que falo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – *Porque puedo hablar um "portunhol" acá, si quiera. (Risos.)*

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas a verdade é que a presença do Senador Aloysio na Presidência desta Comissão, permitiu que esse tema fosse objeto de debates mais intensos no Congresso Nacional, com a presença de lideranças políticas da oposição aqui no Senado, como María Corina, talvez a primeira e mais expressiva delas, depois as esposas dos presos políticos Leopoldo López, Capriles; enfim, esse tema não é um tema estranho a esta Casa, que culminou com a nossa visita ou a nossa tentativa de visita à Venezuela, como tantas outras lideranças democráticas de outras partes, não apenas da América Latina, mas do mundo, lá fizeram, e o desfecho V. S^a, certamente, dele tem conhecimento: fomos impedidos de avançar numa agenda pacífica, numa agenda oficial do Senado Federal, e, da mesma forma que lá não pudemos cumprir essa agenda, aqui, fomos acusados por alguns apoiadores do atual Governo, que é solidário ao Governo Maduro, de uma indevida interferência em assuntos internos da Venezuela.

Eu disse, já dizia na campanha eleitoral e repeti na nossa visita à Venezuela – e reitero aqui, hoje, como fiz questão de frisar em outros fóruns internacionais dos quais participamos: quando se trata de democracia, quando se trata de liberdade, não há que se respeitar fronteiras, porque todos nós acabamos por ser contaminados, para o bem, quando os ventos da democracia, de alguma forma chegam a determinados países, de alguma forma, eles alcançam países vizinhos, mas também quando há o cerceamento da liberdade, nós já assistimos, na nossa história latino-americana, que essa contaminação perversa também ocorre. Por isso uma preocupação hoje de todos nós em relação às próximas eleições parlamentares na Venezuela.

E a questão que indago a V. S^a – e não vou aqui monopolizar a palavra – é que assistimos, e não sei se poderia se distensionamento, a alguns gestos, até mesmo pela pressão interna e externa e pela absoluta falência daquele modelo político e econômico, tais como alguns desses presos políticos, ainda não todos, em especial o Leopoldo, pelo menos retornando às suas casas e o anúncio da data das novas eleições parlamentares para o final do ano.

A questão que se impõe é a seguinte, pelo que sabemos até agora, não há uma demanda por parte do Governo venezuelano, oficial, para que uma comissão da OEA ou de outro organismo internacional ali se faça presente, para acompanhar essas eleições.

E a grande dúvida que fica: a Venezuela está em condições de fazer, hoje, uma eleição que represente, que expresse a vontade livre do povo venezuelano ou temos que nos preocupar ainda com qualquer tipo de manipulação em relação a essas eleições?

Digo isso porque a questão essencial, neste instante, que está às nossas vistas é a possibilidade de, pela decisão democrática da população venezuelana, termos um resultado de correspondência à efetiva vontade desse povo.

Portanto, a nossa demanda ou, talvez, as duas questões essenciais, Senador Agripino, que levamos – e V. Ex^a lá, ao nosso lado, disse isso com muita clareza, assim como o Senador Ronaldo Caiado: nós buscávamos nos solidarizar com os presos políticos, na busca da sua liberdade e da garantia de eleições livres na Venezuela. Essa era a enxuta pauta que levamos à Venezuela. Essa, a enxuta pauta que nós levamos à Venezuela.

V. S^a, certamente, melhor do que nós, poderia dizer em que condições se apresentam as próximas eleições. A sua preparação é motivo de preocupação crescente? Alguma outra ação V. S^a consideraria importante no sentido de que organismos internacionais ou delegações de países vizinhos possam, de alguma forma, se articular, seja através da Unasul, do Mercosul, para se fazerem presentes? Essa, a preocupação central temos hoje, porque essa é uma oportunidade que, efetivamente, não pode ser perdida.

Agradeço a V. S^a a visita ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Aécio.

O Senador Flexa Ribeiro é um ativo participante, como representante do Congresso brasileiro, no Parlamento Latino-americano. O Parlatino está realizando agora, inclusive neste

momento, uma reunião aqui em Brasília. E S. Ex^a tem sido o porta-voz dos democratas brasileiros no âmbito do Parlatino, para que haja, também nessa organização representativa dos Parlamentares latino-americanos, uma posição firme em defesa da liberdade na Venezuela.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Miguel Henrique Otero, primeiramente, eu quero solidarizar-me com V. S^a, com a imprensa da Venezuela e com o povo venezuelano.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presidida com brilhantismo pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, é uma trincheira em defesa da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, permita-me, eu sigo os passos do Senador Ricardo Ferraço, que foi meu antecessor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim; o Senador Ferraço, que o antecedeu à frente da Comissão de Relações Exteriores.

Inclusive, o Ministro da Embaixada Brasileira na Bolívia, o Saboia, foi o Senador Aloysio ou foi o Senador Ferraço que deu guarida?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós dois.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E ele está aqui conosco; está aqui.

O Senador Aloysio pediu a cessão dele ao Itamaraty, para que ele viesse nos ajudar aqui, na Comissão de Relações Exteriores, já que ele estava sendo penalizado no Ministério das Relações Exteriores por ter tomado uma medida correta: ter trazido o Senador boliviano, em seu carro, ao Brasil, visto que este estava há mais de um ano na embaixada brasileira, sem que o Governo brasileiro lhe concedesse o asilo político.

Então, eu quero parabenizar o Senador Aloysio e o Senador Ferraço por essa atitude.

Como eu dizia, Sr. Miguel, é lamentável, nós acompanhamos aqui, no Brasil, a situação do povo venezuelano e somos solidários não só ao senhor, mas à imprensa e, como disse, ao povo venezuelano.

Eu tenho a honra de presidir, no Brasil, o grupo do Parlatino, e estamos recebendo, neste momento, mais precisamente desde o dia de ontem e durante o dia de hoje, três comissões permanentes do Parlatino: a Comissão de Educação, a de Assuntos Políticos e a de Trabalho e Assuntos Jurídicos.

Ontem, na abertura, esteve presente a Presidente do Parlatino, a Senadora mexicana Blanca Alcalá. Na ocasião em que ela foi, durante a Ordem do Dia do Senado Federal, o Senador Aloysio Nunes teve a oportunidade de pedir a ela, em nome do Senado brasileiro, que ela pudesse, ou melhor, o Parlatino pudesse ouvir a Deputada que foi cassada pelo governo venezuelano, a Sr^a Maria Corina Machado, que aqui esteve a convite da Comissão de Relações Exteriores. Nós, da representação do Brasil, temos, sempre que levantada essa questão, defendido a democracia e o povo venezuelano.

Lamentavelmente, a bancada de representantes da Venezuela no Parlatino, indicada pelo governo que aí está, os parlamentares que lá representam a Venezuela têm o apoio total dos representantes de Cuba, da Argentina, da Bolívia. Então, isso acaba fazendo com que os outros países votem contra as propostas do Brasil, que fica vencido.

Mas eu gostaria de perguntar, Senador Aloysio, ao Sr. Miguel se a representação do Brasil no Parlatino poderia sugerir à Presidente, Senadora Blanca, que convidassem, para a próxima reunião da Junta Diretiva do Parlatino, a Deputada cassada e o senhor, para que fossem ao Parlatino e pudessem, ali, dar o testemunho do que está realmente acontecendo na Venezuela, em contraponto àquilo que os representantes da Venezuela dizem nas reuniões do Parlatino.

Eu me coloco à disposição, Senador Aloysio, para que, em nome do Brasil, como Presidente do grupo brasileiro no Parlatino, aqui no nosso País, possa fazer essa proposta oficial à Senadora Blanca.

É lamentável que o Governo brasileiro dê guarida ao que acontece na Venezuela, e não só na Venezuela, como na Bolívia, na Argentina e em outros países que, lamentavelmente, praticam essa forma quase que de um governo próximo ao ditatorial, senão ditatorial.

Eu tenho dito que o Governo do PT que aí está recebeu o Brasil compondo o Grupo dos Brics, que são os países emergentes, e está levando ao Brasil para mudar de grupo, ir para o grupo dos países submergentes, uma vez que, lamentavelmente, está junto com a Venezuela, com a Bolívia e com o atual Governo venezuelano. Sabemos que não é o que o povo da Venezuela gostaria que fosse.

Conte com a nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Antes de passarmos à sabatina prevista para hoje, eu dou a palavra ao nosso convidado, Miguel Henrique Otero, para suas considerações finais.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL HENRIQUE OTERO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para encerrar – e sei que V. Ex^a precisa iniciar a Ordem do Dia da Comissão –, mas, dando um encaminhamento um pouco objetivo, algo prático, Sr. Otero: eu ouvi a confirmação de V. S^a de que não houve a solicitação, por parte do Governo da Venezuela, de uma comissão de observadores da OEA. Mas há um dispositivo na Constituição da OEA, segundo o qual, em casos extremos, em que a democracia é ameaçada efetivamente, pode o Secretário-Geral daquela organização, ele próprio, constituir uma comissão representativa para fazer esse acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem lembrado!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Digo isso, porque acho que essa, Senador Aloysio, deveria ser a nossa ação pontual neste instante, além da solidariedade que, obviamente, jamais deixamos de expressar. Mas quem sabe, até por iniciativa desta comissão, em contato com outras Comissões de Relações Exteriores de outros países vizinhos, façamos dirigir uma moção à OEA, para que a OEA, que ainda não tomou essa iniciativa, possa ela decidir por enviar uma comissão. Obviamente saberá fazer as tratativas com o Governo venezuelano, mas como uma decisão organismo, para que nós não percamos essa oportunidade de ver essas eleições acompanhadas adequadamente.

Acho que essa pode ser uma ação pensada depois por nós aqui, para que tenhamos, pelo menos, alguma tranquilidade de que essas eleições terão como resultado a vontade majoritário venezuelano.

Eu acho que é uma iniciativa que V. Ex^a poderia, eventualmente, conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Excelente sugestão, Senador Aécio!

Vamos conduzir esse encaminhamento, e tenho certeza de que a Comissão apoiará a iniciativa que V. Ex^a sugere.

Sr. Otero, agradeço muito a sua presença. Nós continuamos às suas ordens, solidários. A sua luta é a nossa luta; uma luta comum pela democracia e pela liberdade que, como disse Aécio Neves, não tem fronteiras.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Srs. Senadores, vamos passar, agora, à segunda parte desta nossa reunião extraordinária, que é dedicada a sabatar...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Por gentileza, vamos agora nos concentrar na segunda parte desta reunião.

Esta segunda parte é destinada a sabatar dois diplomatas que foram indicados pela Senhora Presidenta da República para representar o nosso País na Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra, bem como na República de Botsuana.

O indicado para a representação do Brasil na Espanha e no Principado de Andorra é o Sr. Antonio José Ferreira Simões. E o indicado para representar o Brasil no Botsuana é o Sr. Ricardo André Vieira Diniz.

Eu convido, desde que haja silêncio...

Silêncio, por favor!

Silêncio na Comissão, senão nós não começaremos nossos trabalhos!

Eu convidaria então os dois sabatinados para que se instalem aqui ao meu lado, para darmos início aos nossos trabalhos. (*Pausa.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores... (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou...

Quem pede a palavra?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia, por gentileza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu peço licença a V. Exª para, antes de começarmos a sabatina, fazer apenas um registro – não pude estar aqui –, cumprimentando a iniciativa da presença do Editor-chefe do jornal *El Nacional*, Miguel Henrique Otero, bem como uma das últimas manifestações que ouvi aqui sobre a necessidade, digamos, de um acompanhamento das eleições na Venezuela. Acho isso extremamente pertinente.

E também queria cumprimentá-lo, Senador Aloysio, pela manifestação de V. Exª ontem na visita da Senadora do México...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... a respeito do mesmo tema. Penso que é necessário que o Parlatino também tenha uma manifestação a respeito disso, para evitar a violação dos mandatos parlamentares na nossa região.

Meus cumprimentos a V. Exª pela iniciativa da audiência de hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado. Agradeço a manifestação de V. Exª.

Antes de iniciar a sabatina, eu gostaria de fazer uma preparação do terreno, especialmente para a intervenção do Embaixador Simões.

O Embaixador Simões foi Embaixador do Brasil na Venezuela, depois foi encarregado da Seção Latino-americana no Itamaraty. É um diplomata muito qualificado. Nós tivemos depoimentos muito favoráveis ao senhor, inclusive de alguém, sob as ordens de quem o senhor trabalhou, o Embaixador Ricupero, que me telefonou ainda ontem para enaltecer as suas qualidades profissionais.

O senhor foi Embaixador na Venezuela, e seguramente esse tema será abordado na Comissão: a sua presença, como Embaixador na Venezuela, e, depois, no Itamaraty, tratando de questões muito sensíveis e com enorme repercussão aqui no Senado e na política brasileira.

Nós tivemos aqui a presença do Editor-chefe do jornal *El Nacional*, que fez um depoimento sobre a situação atual da Venezuela, especialmente no que diz respeito à liberdade de imprensa. E eu quero aproveitar a presença hoje de Senadores da oposição e da situação – Senadores influentes, o Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana, o Líder do Governo, Senador

Delcídio, do Senador Romero Jucá, que é o seu Relator, que fez também um depoimento muito enfático sobre a sua qualidade profissional, quando apresentou seu relatório, e que, inclusive, é o 2º Vice-Presidente, e também vejo aqui a presença de funcionários do nosso Ministério de Relações Exteriores – para fazer a seguinte admoestação: não dá mais para o Governo brasileiro permanecer nessa posição!

A Venezuela é um país vizinho, um país com quem nós temos relações tradicionais, e o que acontece na Venezuela nos diz respeito, não apenas porque o Brasil tem, na sua Constituição, o compromisso de conduzir a sua política externa sob o pilar do respeito à prevalência dos direitos humanos.

A Venezuela é um país com o qual nós temos fronteira, nos Estados de Roraima e do Amazonas, e está, hoje, ameaçada de uma crise humanitária, que terá repercussões graves sobre o Brasil também, sem esquecer considerações sordidamente materiais a respeito dos investimentos brasileiros na Venezuela.

Houve uma notícia alvissareira que foi a marcação das eleições parlamentares. Mas, infelizmente, depois da marcação das eleições, continua a pressão do governo sobre os meios de comunicação, com o controle do Judiciário e o estrangulamento da oposição, com líderes políticos presos.

A Venezuela tem a oportunidade de se reencontrar com a democracia nas eleições. Se essas eleições não transcorrerem sob condições minimamente aceitáveis para que elas sejam consideradas legítimas, ao invés de se resolver, a crise política vai se agravar.

Nós tivemos aqui o depoimento do Ministro Mauro Vieira, logo no início das suas funções, e ele nos disse aqui, quando indagado a respeito da participação do Brasil no âmbito da Unasul, do acompanhamento das eleições, que, em contato com o dirigente da Comissão Nacional Eleitoral da Venezuela, havia firmado a posição do Governo brasileiro de que o acompanhamento não deveria se limitar ao dia das eleições, e sim ao acompanhamento de todo o processo eleitoral, um passo atrás do outro. Os passos já começaram a ser dados, e não há nada que nos diga o que o Governo brasileiro está fazendo nessa missão, integrado pelo Governo no âmbito da Unasul.

Quer dizer, nós temos uma oportunidade de fazer valer a liderança no Brasil. Vejam: os Estados Unidos estão dialogando com Cuba; as Farc estão em entendimento com o Governo legítimo do país, em negociação; agora, por que o Governo brasileiro não sai dessa sua timidez e não assume a sua posição para ajudar a resolver essa questão? Nós temos dificuldade de interlocução entre oposição e governo na Venezuela.

Aqui, no Brasil – muitos são testemunhas disto –, mesmo nos períodos mais sombrios, houve alguma interlocução, o que preparou o caminho para abertura. Na Venezuela, vive-se uma situação em que a velha geração de políticos venezuelanos saiu de cena, emergiu uma nova geração, diferentemente do que aconteceu no Brasil, onde a velha geração continuou presente, com Tancredo, com Ulysses, com Montoro, gente afeita à negociação política; do lado de lá, tivemos a missão Portella, a figura de Golbery. De modo que foi possível algum tipo de interlocução que preparasse o caminho para a abertura, que houvesse garantias de que todos os campos políticos poderiam continuar existindo e que não haveria represálias.

O chavismo é uma corrente política forte na Venezuela; vai continuar existindo. E a Oposição mostra a sua força e exige legitimidade para viver e para se exprimir.

Por que o Governo brasileiro não aproveita essa oportunidade? Não há custo político nenhum para a Presidente Dilma, meu caro Líder. Pelo contrário; ela teria um enorme benefício de prestígio se, nessa missão que o Brasil se comprometeu a constituir – e, até hoje, pelo menos que se saiba, não está atuando – pusesse pessoas de peso, de repercussão, de liderança. E nós temos muita gente que não está hoje nem na oposição, nem na situação que poderia cumprir esse papel – um Nelson Jobim, um Almino Afonso, um Hélio Bicudo, um Sepúlveda Pertence –, gente de expressão, de peso que tivesse o acatamento de todos nós.

Enfim, aproveito esta oportunidade porque vejo aqui pessoas influentes da situação e da oposição. Penso que na busca de uma saída política, nós devemos estar todos unidos para que haja um desfecho democrático, legítimo e aceitado por todos na Venezuela.

Faço este discurso inaugural porque acabamos de ouvir um depoimento. Seguramente, sua passagem como Embaixador na Venezuela, sua presença no Itamaraty, ligado a temas da nossa região, suscitará perguntas dos Senadores. Ao lhe dar as boas-vindas, queria fazer esta introdução.

Agradeço também sua presença aqui, Embaixador Ricardo Diniz, que é experiente, tem uma bela folha de serviços prestados à nossa diplomacia e vai representar o Brasil num país da África que é estável, democrático, um país onde há um excelente ambiente de negócios, um dos campeões de transparência na gestão pública, que é o Botsuana.

Passo a palavra, então, inicialmente, ao Embaixador Simões e depois...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... antes das palavra do Embaixador Antonio Simões, porque eu considero que nós temos aqui uma sabatina e temos uma conjuntura...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exato.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... que foi muito bem levantada por V. Ex^a. Eu queria, de certa forma, pontuar essa conjuntura para que não paire nenhum entendimento, nenhum viés, nenhuma interpretação que possa, de certa forma, encaminhar de outra maneira a leitura do que se deve fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro, fiz questão de levantar porque essa é uma questão que surgia sempre na cabeça de todos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas é muito importante, é latente, ela é uma questão presente de forma muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, vamos colocar claramente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu pedi para ser o Relator do Embaixador Antonio Simões, porque eu posso talvez, mais do que nenhum Parlamentar aqui, relatar e dar um testemunho do que é o profissional Antonio Simões. O Embaixador Simões tem 35 anos de trabalho no Itamaraty, ocupou diversos cargos e o cargo mais proeminente do Embaixador Simões não foi ser Embaixador na Venezuela. Pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Além disso, como se diz de quem fica obcecado pelo trabalho? É um trabalhador eficiente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É um profissional de alta qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que cumpre missões.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Um profissional de alta lealdade. Quero dizer que a minha relação de trabalho com o Embaixador Simões remonta ao Governo Fernando Henrique, quando ele coordenou o Núcleo de Coordenação para discussão da Alca. O Embaixador Simões conduziu essa discussão muito bem. O Embaixador Simões é um especialista em infraestrutura e energia, foi representante do Ministério no conselho de Itaipu, discutiu diversas questões de energia no Brasil. Está aqui o Ministro Edison Lobão, que é também um técnico – a indicação do Ministério foi técnica e não política.

Então, ele tem uma formação sólida. Foi Embaixador na Venezuela, acompanhei o trabalho do Embaixador Simões na Venezuela. Ele foi extremamente importante na tentativa que nós tivemos de criar uma relação que fosse diferente na Venezuela. Infelizmente, os fatos foram superiores às nossas vontades.

Depois da Venezuela, ele saiu e ocupou diversos cargos, inclusive a Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, que ele ocupa hoje. Está sendo extremamente importante no acordo bilateral feito com o Brasil e o México, que, de certa forma, abre alguns caminhos, que nós temos defendido, para que o Brasil não fique engessado na questão do Mercosul. E tem sido um importante aliado, inclusive, através da sua articulação, trouxemos ao Brasil o Presidente David Granger, da Guiana. Eu tive um encontro com o novo Presidente da Guiana, que é de um outro lado político, portanto, é da oposição da Guiana, que assumiu. Nós temos tratativas com a Guiana

e nós conseguimos inserir a Guiana como convidada nos procedimentos do Mercosul. Minha intenção é proteger a Guiana, inclusive das pressões da Venezuela no que diz respeito à questão de área que está sendo questionada pelo governo venezuelano.

Essa área é extremamente importante para Roraima, porque a estrada que será asfaltada, que já existe, que liga Boa Vista a Georgetown, passa por essa região. E, juntamente com essa negociação, existe uma negociação de construção de hidrelétricas e compra de energia de duas usinas de 4,5 mil megawatts de que a Eletrobras, através do Ministro Lobão, ensejou o início dos procedimentos.

Então, o Embaixador Antonio Simões é um grande brasileiro – é um grande brasileiro! –, e eu fiz questão de relatar, porque considero a sua ida para a Espanha uma ida importante. É um reconhecimento do trabalho e a continuidade da sua vida profissional.

Então, eu gostaria de dar esse depoimento para que, de certa forma, não se paute aqui a questão da Venezuela. Acho que eu, mais do que ninguém... Fui o Relator nesta Comissão do voto que queria trazer, que trouxe a Venezuela para o Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor foi o autor também de uma moção de repúdio ao governo Maduro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Depois, foi a moção de repúdio. E, quando eu defendi a Venezuela no Mercosul... Por que eu defendi a Venezuela no Mercosul? Porque, eu disse aqui, nesta Comissão, que a Venezuela, entrando no Mercosul, seria uma defesa para os opositores na Venezuela, porque a cláusula democrática faria com que o Mercosul pudesse exercer, na sua plenitude, e com o Brasil, a cobrança dessas questões.

Infelizmente, o Governo brasileiro não está agindo da forma que deveria agir. Digo isso aqui abertamente, porque já disse isso no plenário. A minha discordância hoje sobre a política externa brasileira é gritante. Nós não podemos ser aliados do que há de pior na América do Sul. Nós deveríamos estar capitaneando o grupo do Chile, da Colômbia e do Peru. Nós estamos aliados à Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina – mas é outra questão.

Eu diria hoje que nós estamos aqui sabatinando um grande profissional do Itamaraty, um grande brasileiro, patriota, leal e que merece desta Comissão todo o respeito, para que ele possa colocar as suas questões.

Era essa a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jucá.

Eu insisto em dizer o seguinte: eu não falei aqui, não enderecei as minhas palavras ao Embaixador Simões, mas ao Governo brasileiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – As minhas também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi uma cobrança ao Governo brasileiro, aproveitando a presença de Senadores muito influentes da Base do Governo, inclusive do Líder do Governo, e a presença de uma representação importante do Itamaraty aqui na nossa Comissão. A minha palavra se dirigiu ao Governo brasileiro.

E quanto ao Embaixador Simões, o Senador Romero Jucá, assim como o Senador Edison Lobão, da outra vez, já insistiram ao enaltecer as suas qualidades profissionais. E me referi também, agora há pouco, ao depoimento do Embaixador Ricupero, com quem o senhor já trabalhou também, que foi muito favorável ao seu trabalho.

Na verdade, essa questão será levantada, mas o senhor será Embaixador, se for aprovado, na Espanha, que é um país muito importante, um país que é um grande investidor no Brasil, um país em que precisamos ter, na nossa representação, alguém de muita qualidade, como é o caso do senhor.

Muito bem. Então, vou passar a palavra inicialmente ao Embaixador Simões. Depois, ao Embaixador Ricardo Vieira, e já, logo depois da apresentação de ambos, vou abrir o processo de votação.

Com a palavra o Embaixador Simões.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Romero Jucá, por intermédio de quem cumprimento todos os outros Senadores presentes; Ex^{mo} Sr. Embaixador Ricardo Vieira Diniz; senhoras e senhores; eu gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade de comparecer aqui à Comissão de Relações Exteriores para apresentar um panorama sobre a Espanha, sobre o lado econômico, o lado político, as relações bilaterais, falar um pouco também de um projeto, de programas de trabalho e, no final, pretendo também falar sobre o Principado de Andorra, em que também há uma indicação para que eu seja Embaixador cumulativo.

Eu queria agradecer a indicação da Senhora Presidenta da República, agradecer a indicação do Ministro das Relações Exteriores e queria dizer que a Espanha é um país, como os senhores estão vendo no mapa, que tem cerca de 500 mil quilômetros quadrados, pouco menor que a Bahia; tem uma população de 47 milhões de pessoas, uma população equivalente à do Nordeste brasileiro; é a 14ª economia do mundo; seu PIB é de US\$1,4 trilhão, equivale a 60% daquele do Brasil; é um país multicultural; cerca de 10% da população é de imigrantes; tem a sua área na Europa, mas tem também dois pequenos enclaves na África: as cidades de Ceuta e Melilla.

A história recente da Espanha está marcada pela redemocratização, no final dos anos 70, com o final da ditadura de Francisco Franco.

O país entrou na União Europeia em 1986 e, nos 20 anos seguintes, experimentou altas taxas de crescimento, com média em torno de 3,5%. Em 2007 teve início uma crise econômica, reflexo da crise que se instalou em outros países e que perdura até hoje.

Das 15 maiores empresas espanholas, 11 estão aqui no Brasil. Não só estão aqui, como têm negócios muito importantes no Brasil. A principal delas é o Banco Santander. Mais de 30% das atividades do Banco são no Brasil. Portanto não só as empresas estão aqui, como o mercado brasileiro é muito importante para elas.

Quando o então Embaixador indicado para a Espanha, meu colega Paulo Oliveira Campos, esteve perante a Comissão, no final de 2008, o estoque de investimentos espanhóis no Brasil era de US\$31 bilhões. Hoje isso já dobrou, chega a quase US\$70 bilhões. Mesmo dentro da crise, a Espanha continuou investindo no Brasil.

Eu procurarei falar brevemente sobre questões econômicas, política, relações bilaterais e finalmente a proposta de programa de trabalho.

Em termos econômicos, para começar, eu já me referi a essa fase de grande crescimento da economia espanhola, de 1987 a 2007, taxas de juros muito baixas, altas taxas de crescimento e grande quantidade de imigrantes. Para os senhores terem uma ideia, a população imigrante na Espanha multiplicou-se por quatro entre 2000 e 2006. A Espanha, nesse período, criou a metade dos empregos que foram criados na União Europeia – vejam a potência econômica nesse período. Entre 2001 e 2005, a Espanha criou a metade – são 28 –, sozinha, criou a metade dos empregos.

Entretanto o crescente endividamento, uma bolha imobiliária imensa que surgiu, levou ao início da crise em 2007 e 350 mil famílias foram despejadas. Entre 2008 e 2011, o setor de construção civil desempregou meio milhão de pessoas; 56% do total dos desempregados vieram do setor imobiliário. A crise concentrou-se nesse setor. Ao lado da Grécia, a Espanha foi uma das economias que mais sofreu naquele momento. Houve sucessivas reduções do PIB de 2009 até 2013 e aumento da taxa de desemprego.

Com ajuste econômico forte e apoio decidido do Banco Central Europeu e do FMI, os resultados começaram a aparecer. No ano passado a Espanha cresceu 1,4%, este ano vai crescer 3,1% e para o ano que vem a expectativa é de 2,6%.

Ainda existe desemprego? Sim. Está na faixa de 23%, mas ano passado a economia espanhola já conseguiu criar empregos. Então o ajuste está dando resultado.

Política.

A Espanha vive, desde 1978, sob a Constituição democrática, que criou uma monarquia parlamentarista renovada em junho do ano passado com a ascensão do Rei Felipe VI, filho de Juan Carlos I, que abdicou. De 1982 até hoje, imperou um bipartidarismo, com a sucessão no poder

entre o Partido Popular e o Partido Socialista Operário Espanhol. O atual Presidente de Governo é Mariano Rajoy, que foi eleito em novembro de 2011, sucedendo José Luis Zapatero, do Partido Socialista Operário Espanhol, que governou de 2004 até 2011.

O cenário atual político é um cenário de insatisfação em função da crise. Os números que eu mencionei explicam facilmente isso. Há desemprego. E, nas últimas eleições locais, que se realizaram agora em maio, houve uma redução significativa do número de votos dos dois principais partidos, o PP e o PSOE. Eles detinham antes 75% dos votos, e hoje eles detêm pouco mais de 50%.

Então, isso é um elemento muito importante ser considerado na Espanha, além de outro elemento que também é muito importante que é a questão das lutas separatistas. E lutas não é bem a expressão a ser usada no momento, porque não há lutas, existem aspirações, há uma discussão democrática muito sana sobre isso em relação ao País Basco e a Catalunha. Esse é o outro elemento.

Esses elementos, em conjunto, jogam para um cenário de eleição geral, que se vai realizar no final do ano – deve ser em novembro, dezembro –, jogam para um cenário em que é possível que nenhum partido tenha maioria. Então, é possível que exista necessidade de haver um governo de coalizão. E há forças novas, como o Ciudadanos e o Podemos, que poderiam entrar em coalizão, mas isso é o povo espanhol que vai decidir.

Relações bilaterais.

Existe grande afinidade do Brasil com a Espanha; afinidade cultural, histórica. O Brasil e a Espanha são países multiétnicos. É importante lembrar que o terceiro maior contingente de imigrantes europeus no Brasil é de espanhóis – 15 milhões de pessoas são descendentes de espanhóis no Brasil; só perde para Portugal e para Itália. Pessoas como Heitor Villa-Lobos, Millôr Fernandes, Regina Duarte, Drauzio Varella, Gal Costa, Ivete Sangalo e, por último, o nosso santo do Espírito Santo, que é São José de Anchieta, na verdade, nasceram na Espanha.

Esse dado da multiculturalidade está na população. São 4,5 milhões de estrangeiros que vivem hoje na Espanha e, entre eles, mais de 130 mil brasileiros escolheram viver na Espanha. É uma das maiores colônias brasileiras no exterior. Na verdade, é a quinta maior; só está atrás de Estados Unidos, Japão, Portugal e Paraguai.

Nós temos com a Espanha uma parceria estratégica que foi estabelecida no ano de 2003. Dos últimos presidentes brasileiros, os ex-Presidentes Collor, Fernando Henrique e Lula e a Presidente Dilma visitaram a Espanha. Em abril último o Vice- Presidente Michel Temer realizou visita à Madri e, nessa visita, foi estabelecida uma meta de que nós pudéssemos dobrar as trocas comerciais e dobrar os investimentos nos próximos dez anos. E se for aprovado pelo Senado, vou procurar trabalhar pela consecução dessa meta.

Em termos econômicos, eu gostaria de sublinhar as três grandes ondas de entrada de capital espanhol no Brasil: a primeira grande onda, nos anos 90, no governo do ex-Presidente Fernando Henrique, foi sobretudo uma onda ligada à telefonia, bancos, seguros; a segunda grande onda foi nos anos 2000, após o ano 2000, com destaque para o setor de energia – da Neoenergia, um dos sócios, um dos principais sócios é um grupo espanhol –; e a terceira grande onda foi de 2008 para cá, quando os investimentos dobraram.

O Brasil hoje tem o segundo maior estoque de investimentos espanhóis no mundo; só perde para o Reino Unido, em termos do dinheiro que a Espanha tem no mundo. E em relação ao próprio Brasil, segundo dados do Banco Central, a Espanha é o segundo maior investidor no Brasil; só perde para os Estados Unidos. E se somarmos os investimentos da França e os investimentos da Alemanha, se somarmos os dois, praticamente corresponderão ao volume de investimentos espanhóis no Brasil. Isso é para dar uma ideia da importância e do potencial que nós temos aqui e do que nós podemos gerar, porque, com esse potencial, podemos fazer muito mais, podemos trabalhar muito mais para aproximar e para gerar empregos e atrair mais investimentos para cá e também mas investimentos nossos lá.

O investidor brasileiro já descobriu a Espanha. O Brasil ocupa a nona posição como maior investidor estrangeiro na Espanha. E isso ocorre em setores os mais variados possíveis. Temos lá –

vou citar dois setores muito importantes – a Gerdau, que acabou de comprar uma siderúrgica da Espanha, a Sidenor; e outro setor também importante, a Santista, que acabou de comprar uma empresa lá chamada Tavex, essa que é uma empresa têxtil, e formou com isso a principal empresa produtora de tecido denim do mundo.

Olhem o que é o potencial de trabalho que nós temos com esse...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Se aprovado, trabalharei...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Pronto, agora sim.

Eu estava dizendo que há possibilidades muito boas para o empresariado brasileiro trabalhar lá também.

Em termos de comércio, nós temos um comércio de algo entre US\$7 bilhões e US\$8 bilhões. O Brasil está exportando US\$3,2 bilhões – foi o que nós exportamos em 2014 – e a Espanha exporta US\$3,9 bilhões. Como se vê, portanto, é equilibrado. Mas nós temos um pequeno déficit. Por quê? Por causa da queda das *commodities*; em valor, as nossas exportações estão caindo. E aqui nós temos, Sr. Presidente, um grande desafio, que é aumentar as exportações, sobretudo aumentar a qualidade do que exportamos. Nós exportamos muitos produtos primários e compramos industrializados. Isso é algo em que precisamos trabalhar de forma muito clara.

Para completar a parte econômica, o que nós temos é uma relação ampla, densa. E temos muito o que fazer.

Entrando agora no programa de trabalho, na proposta de programa de trabalho, o primeiro ponto é, sem dúvida, trabalhar para atrair novos investimentos espanhóis para o Brasil, principalmente dentro do pacote de concessões que o Governo está firmando agora.

Sr. Presidente, só mais um pouco de tempo. Eu tenho dois países e serei o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Pois não. É claro.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Atrair novos investimentos no contexto do pacote de concessões.

Nós temos a ideia de fazer um *road show*, levar autoridades brasileiras para lá, para que possam mostrar o que é o PIL, o Programa de Investimento em Logística, e tentar atrair para cá mais capitais.

O segundo ponto do programa de trabalho é a busca pela ampliação do comércio, tentar cumprir a meta estabelecida pelo Vice-Presidente Temer de dobrar o comércio em dez anos.

O terceiro ponto é aumentar a cooperação educacional, principalmente, mas não exclusivamente, através do Ciência Sem Fronteiras.

Hoje a Espanha é o sétimo maior destino dos estudantes brasileiros no exterior.

Mais um ponto importante: é quem recebe a maior porcentagem de mulheres. Então há uma atração feminina pela Espanha. E eu quero trabalhar essa atração das estudantes brasileiras para aumentar a participação lá, caso seja aprovado pelo Senado, porque há muito o que aproveitar das escolas espanholas.

O quarto ponto do programa de trabalho é buscar cooperação naquelas áreas em que a Espanha tenha uma *expertise* internacional conhecida. Então, primeiro, infraestrutura ferroviária e logística ligada, evidentemente, ao programa...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu pediria, por favor, silêncio ao Plenário para que nós possamos ouvir a exposição do Embaixador.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – ... infraestrutura ferroviária e logística para que nós possamos aproveitar o que a Espanha tem de melhor nessa área.

Também na área de turismo, lá nós temos a sede da Organização Mundial do Turismo. E a Embratur tem um escritório lá. Depois dos Estados Unidos e da França, a Espanha é o país que mais recebe turistas estrangeiros. Então nós podemos aprender muito com isso. Nós temos um país fantástico. O Brasil é um país em que atrações não faltam, mas nós precisamos talvez aprender um pouco mais como atrair. Isso é algo que lá, se aprovado, vou procurar fazer também.

Outro ponto importante é a questão da gestão da água. A Espanha, sendo um país muito seco, se notabilizou por encontrar formas de melhor aproveitar a água. Temos um desafio importante aqui neste momento. Também podemos trabalhar nisso.

No caso das Olimpíadas, há toda uma questão do legado de Barcelona, que soube muito bem aproveitar o legado olímpico. O Rio de Janeiro também pode... Não está atrasado, estamos em tempo. O legado é o que vem depois das Olimpíadas. Mas temos que começar a trabalhar logo.

Finalmente, a parte cultural.

Eu queria destacar aqui a Casa do Brasil, que é um importante centro cultural brasileiro em Madri, e destacar também o Instituto Cervantes no Brasil, que promovem a cooperação e o ensino do espanhol.

Finalmente, eu queria dar uma pequena... Eu botei um pequeno ponto aqui sobre a parte parlamentar, que é extremamente importante. Ninguém faz relação com países por meio de diplomatas só. Os Parlamentares são elemento fundamental, e há um Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Espanha. Houve uma visita aqui ao Brasil, em julho de 2013, e, talvez, depois das eleições, no ano que vem, seja um momento interessante, se a Comissão julgar, se o Presidente julgar apropriado, nós tentarmos organizar uma visita lá à Espanha.

Passando rapidamente ao Principado de Andorra, eu gostaria de dizer que as relações foram estabelecidas em julho de 1996, e a partir de então o Embaixador do Brasil na Espanha passou a atuar como Embaixador não residente em Andorra.

Andorra – como os senhores podem ver – está lá em cima dos Pireneus, são 468 quilômetros quadrados, é uma área ligeiramente menor que o Plano Piloto, são 85 mil habitantes, uma população três vezes menor que a população do Plano Piloto.

Esse Principado tem dois chefes de Estado: o Presidente da França e o Bispo de Urgel.

E uma curiosidade bastante interessante: é o único país do mundo que tem língua e cultura catalã. Porque a Espanha tem, mas em parte. E esse não, é exclusivamente língua e cultura catalãs, exatamente.

Andorra, na sua história, é um Estado tampão criado na época de Carlos Magno. Eles o defenderam muito bem para impedir a passagem dos muçulmanos além da Península Ibérica. Então, em relação a isso, o Bispo de Urgel, o primeiro Conde Bispo de Urgel, recebeu aquela área para que ele pudesse continuar esse trabalho, tomando conta ali e deixando aquela área para os católicos.

A chefia de governo, desde 1993, é exercida pelo Conselho Executivo. Houve eleições. Tem um Parlamento unicameral que tem 28 membros.

A principal atividade é o turismo, 80% do PIB. E aí há um ponto muito importante: Andorra recebeu – menor que o Plano Piloto –, no ano de 2013, 8 milhões de turistas. No mesmo ano, o Brasil recebeu 5,8 milhões de turistas estrangeiros. Então, ainda que seja muito pequeno, eu também acho que nós temos que aprender ali alguma coisa – nós temos que aprender alguma coisa.

Bem, outro setor muito importante lá é o setor financeiro e de seguros.

Finalmente, caminhando rapidamente – o meu tempo está acabando – para o programa de trabalho, eu gostaria de dizer que, em relação a Andorra, eu pretendo me concentrar muito na parte de turismo. Nós já temos assinado um memorando de entendimento de cooperação na área de turismo. E a minha ideia, caso seja aprovado, é trabalhar para densificar essas relações, atuar nessa área e atuar também na área cultural, porque Andorra Velha, que é a capital, foi escolhida Capital Iberoamericana da Cultura para 2016.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui, perante a Comissão, e dizer que eu me sinto muito à vontade e muito feliz de estar aqui e poder dialogar diretamente com o Senado e com a sua Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador Antonio Simões, pela sua exposição.

Nós vamos ouvir agora o Embaixador Ricardo André Vieira Diniz, que foi indicado para a República de Botsuana.

E, em seguida, durante a sabatina, as perguntas, nós já poderemos votar.

Tem a palavra.

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores membros da Comissão; senhoras e senhores; antes de mais nada, eu queria dizer que é, para mim, uma grande honra poder estar aqui hoje, para ter essa minha indicação, como Embaixador do Brasil em Botsuana, avaliada por V. Ex^{as}.

Esta é a segunda vez que eu tenho esse privilégio, pois já estive aqui há exatamente cinco anos, em outubro de 2010, precisamente, quando fui sabatinado para assumir a Embaixada do Brasil em Granada, pequeno país caribenho, onde estou até hoje.

Eu gostaria de agradecer, então, à Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, bem como ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por esse renovado voto de confiança para que eu possa assumir a chefia de outra embaixada brasileira, agora pela segunda vez.

Agradeço também ao Relator de minha mensagem, o Senador Cristovam Buarque, que hoje não pôde estar aqui presente, pela avaliação muito positiva do seu relatório.

Com a permissão de V. Ex^{as}, eu proporia dividir minha apresentação em basicamente duas partes. Em primeiro lugar, falarei um pouco mais sobre Botsuana, procurando apenas complementar e ressaltar algumas das informações que já constam do relatório, para, depois, então, focalizar o relacionamento bilateral, com ênfase nas vertentes de cooperação técnica e comercial, e também falarei um pouco sobre meu eventual plano de trabalho para a Embaixada em Botsuana, naturalmente no caso em que eu possa vir a merecer a confiança de V. Ex^{as}.

Como vemos nesse mapa à esquerda, Botsuana é um país situado na África Austral, bem no centrinho da África Austral, fazendo fronteira com a Namíbia, com a África do Sul, com o Zimbábue e com a Zâmbia. O país tem cerca de 580 mil quilômetros quadrados, mais ou menos do tamanho também do meu Estado natal de Minas. Boa parte de seu território é ocupada pelo Deserto de Kalahari, ao centro, e, na parte norte, nós temos o Delta do Okavango, que é justamente uma área de grande concentração de animais selvagens ainda. Botsuana tem uma população de dois milhões de habitantes, concentrada basicamente na capital, Gaborone, e também distribuída em pequenas cidadezinhas ao longo da fronteira com a África do Sul.

Em termos de população animal, só como uma pequena curiosidade, Botsuana tem hoje a maior população de elefantes selvagens do mundo, 200 mil ainda vivos, cerca de 3 mil leões e de 2 mil leopardos. Enfim, essa é a última contabilidade que eles fizeram lá. E, desde o ano passado, o Presidente Ian Khama teve a sabedoria de proibir a caça. Então, não se caça mais em Botsuana legalmente.

Botsuana obteve a independência da Grã-Bretanha em 1966, com o estabelecimento de uma república semipresidencialista. O Presidente de quem eu falava, o Ian Khama, está no seu segundo mandato de cinco anos, tendo sido reeleito em outubro do ano passado.

Botsuana conta com um Parlamento unicameral, com uma Assembleia Nacional, que tem 63 membros. Tem um Poder Judiciário independente e tem uma Constituição que garante o respeito aos direitos humanos e que assegura as liberdades individuais. Enfim, é um país estável, com um regime democrático muito bem consolidado e estabelecido, vivendo em pleno Estado de direito desde a independência, sem conflitos internos ou rupturas institucionais. Chego, inclusive, a dizer que Botsuana seria a Suíça da África, tal essa situação de estabilidade.

No plano regional, Botsuana mantém muito boas relações com todos os países vizinhos, mas, sobretudo, com a África do Sul, país com o qual, historicamente, mantém fortes vínculos estruturais e econômicos.

Botsuana também faz parte da União Africana e é um dos países-membros fundadores da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, conhecida como SADC, que, na sigla em inglês, vem a ser Southern Africa Development Community, que tem seus secretariados sediados justamente na capital de Gaborone. Essa Comunidade de Desenvolvimento reúne 15 países da África Austral. Basicamente, se tirarmos uma linha ao sul da República Democrática do Congo para o sul, todos esses 15 países fazem parte dessa Comunidade de Desenvolvimento, que é considerada por muitos como sendo um dos mais bem-sucedidos organismos de integração regional da África.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem acordo com o Mercosul?

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – Não. A que tem acordo com o Mercosul é a outra, é a União Aduaneira da África Austral (Sacu), Southern Africa Customs Union, que é uma pequena união aduaneira, da qual fazem parte Botsuana, Namíbia, África do Sul, Lesoto e Suazilândia. Desde o final de 2008, o Mercosul tem um acordo de preferências tarifárias com eles. Isso se deve converter, proximamente, assim que for assinado o acordo, em um acordo de livre comércio.

Então, voltando para a SADC, justamente pelo fato de essa Comunidade cobrir um grande número de países, inclusive Angola, Moçambique e Tanzânia, países onde o Brasil tem uma presença muito ativa, o Brasil e a SADC assinaram um Acordo de Parceria e Cooperação Econômica – isso ocorreu em 2010 –, justamente com a intenção de que pudéssemos ter uma interlocução mais privilegiada e mais estreita com essa Comunidade. Por conta disso justamente, o Embaixador do Brasil em Botsuana é também designado como Representante Especial do Governo brasileiro junto ao Secretariado da SADC.

Então, Botsuana tem estas duas vertentes: a vertente bilateral do trabalho de embaixada com o governo de Botsuana e o trabalho multilateral com a SADC. Então, lá o Embaixador tem uma espécie de dois chapéus.

Um fato relevante sobre Botsuana é que, do ponto de vista econômico, é um país que tem tido um desempenho realmente espetacular desde 1967, por conta da descoberta de grandes reservas de diamantes. Hoje em dia, é o maior produtor de diamantes de boa qualidade; é o que eles chamam de gem-quality. Então, Botsuana é o maior produtor de diamantes hoje. Por conta dessas reservas de diamantes, entre 1967 e 2001, a economia deles teve uma taxa média do crescimento anual do PIB de 9%. Nove por cento é a taxa chinesa. Foram 9% de crescimento durante praticamente 40 anos. Então, hoje em dia, essa é considerada uma taxa chinesa. E, nos últimos anos, eles vêm mantendo esse bom desempenho, sempre com crescimento no patamar de 4% a 6%. A única exceção foi o ano de 2009, depois da crise de 2008, quando houve uma queda. Aí houve 7% de retração, mas logo eles se recuperaram.

Hoje, Botsuana é um país já considerado de renda média. O PIB deles em 2014 foi de US\$15 bilhões. Isso, em termos de renda *per capita*, dá US\$7,5 mil por habitante por ano, o que vem a ser a quinta maior renda per capita da África. Outro indicador interessante também é o fato de que, pelo Índice de Desenvolvimento da ONU, o IDH, Botsuana, hoje, ocupa a posição 109 e também é o quinto país mais bem classificado na África.

Agora, contrastando com esse quadro tão positivo que estou pintando aqui para os senhores, Botsuana, infelizmente, ainda convive com a segunda mais alta taxa de incidência do vírus HIV/Aids. Isso tem sido uma praga em toda a região da África Austral, mas, no caso de Botsuana, 23% da população adulta entre 15 e 49 anos de idade são ainda afetados pela doença. Para V. Ex^{as} terem uma ideia, são 320 mil pessoas afetadas pelo HIV/Aids, vivendo com essa doença da maneira como podem.

Felizmente, o governo de Botsuana vem afrontando essa crise de forma bastante responsável e eficiente, procurando estabelecer campanhas educativas, para justamente conscientizar a população sobre comportamentos de alto risco. Também estão distribuindo remédios

antirretrovirais na rede de saúde pública do país. Essa política vem tendo bastante sucesso, se considerarmos que, em 2003, pelo número que tenho aqui, foram 23 mil mortes por causa da aids e que, depois que eles passaram a distribuir os antirretrovirais, esse número vem decrescendo paulatinamente, baixando hoje para a faixa, ainda alta, de seis ou sete mil mortes por ano. Então, eles têm a expectativa de poder reduzir novos casos da infecção e de poder tratar os pacientes que já estão doentes como doentes crônicos. Enfim, esperemos que assim seja.

Com esse pano de fundo, então, eu gostaria de falar sobre o relacionamento bilateral.

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985, com o relacionamento sendo conduzido cumulativamente através da nossa Embaixada, em Pretória, na África do Sul, e pela Embaixada de Botsuana, em Washington. As relações tomam impulso a partir de 2005, quando, então, o Presidente de Botsuana, Festus Mogae, realizou viagem oficial ao Brasil, ocasião em que nós assinamos um acordo de cooperação técnica com Botsuana, ao abrigo do qual várias iniciativas de cooperação viriam a se desenvolver nos anos subsequentes. Bom, em fevereiro de 2006, foi a vez do nosso então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva retribuir essa visita e também fazer uma viagem oficial a Botsuana.

Só um pequeno aparte de caráter pessoal, para dizer que, nessa época, eu servia na nossa Embaixada, em Pretória. Era Conselheiro lá. Como era uma Embaixada cumulativa, eu era justamente a pessoa encarregada de Botsuana. Portanto, fui designado para ir a Botsuana, para acompanhar essa missão do nosso Presidente Lula, e fiquei muito bem impressionado não só com o país, com a organização deles, com a receptividade que tivemos, com a visita que transcorreu sem nenhum percalço. Tudo deu certo.

Foi justamente para consolidarmos esse processo de aproximação entre os dois países que, em 2007, nós resolvemos abrir a Embaixada residente do Brasil em Gaborone. Logo depois, em 2009, Botsuana também inaugurou Embaixada residente aqui, em Brasília. Hoje, nós temos relações conduzidas por missões residentes em ambas as capitais, e isso facilita muito a interlocução entre as duas chancelarias.

Voltando à parte de visitas, então, só assinalo uma última aqui, que ocorreu em 2011. Foi a visita do atual Vice-Presidente de Botsuana, Sr. Mokgweetsi Masisi, que esteve aqui, no Brasil, e manteve contatos muito produtivos com o nosso Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a Ministra Tereza Campello. Na ocasião, inclusive, foi assinado um memorando de entendimento para uma eventual cooperação brasileira na área de desenvolvimento social.

Aqui, de novo, um pequeno parêntese para comentar que, apesar do fato de que Botsuana tem tido esse crescimento econômico tão espetacular nos últimos anos, é um país ainda com elevadíssimo grau de desigualdade de renda. Vinte por cento da população ainda vivem abaixo da linha internacional de pobreza. Obviamente, eles estão cientes de que a continuidade desse processo de crescimento econômico do país, em eventual transição de Botsuana para uma economia de renda alta já, requer, absolutamente, que se adote um sistema, um modelo de desenvolvimento econômico que possa ser mais inclusivo e que possa, justamente, enfim, reduzir essas disparidades, incorporar essa população marginalizada na economia do país como um todo. Daí eles terem muito interesse em conhecer melhor os nossos programas sociais e as políticas de transferência de renda que temos tido aqui, no Brasil, com muito sucesso nesses últimos anos.

Essa é uma área que eu pretendo desenvolver. Caso venha a merecer a aprovação de V. Ex^{as}, chegar a ser embaixador em Botsuana, eu gostaria muito de poder desenvolver esse tema aqui, especificamente.

Enfim, em suma, o relacionamento bilateral, então, vem se intensificando muito nos últimos anos, com troca de visitas e reuniões de alto nível.

Na área comercial, o volume de trocas entre os dois países ainda é bastante incipiente, oscila na faixa de US\$1,5 milhão a US\$2 milhões por ano e consiste quase exclusivamente de exportações brasileiras, que são, basicamente, de máquinas diversas, açúcar e fumo. Nós importamos de Botsuana apenas diamantes industriais, assim mesmo em pequenas quantidades.

Nessa área comercial, acho que é importante ressaltar que, em 2013, Botsuana foi o único país da região a adotar o padrão de televisão digital que foi desenvolvido conjuntamente pelo

Japão e pelo Brasil, o sistema ISDB-T, que nós usamos aqui hoje. Acho que isso – acho, não; tenho certeza – abre muito boas possibilidades não só de cooperação técnica, mas também de fornecimento de equipamento por parte de empresas brasileiras para esse novo sistema deles. Isso já começou a acontecer, pois li, pouco tempo atrás, que, somente entre janeiro e maio deste ano, nós já exportamos US\$1,5 milhão de transmissores e equipamentos eletrônicos para esse novo sistema deles, que foi implementado agora, cerca de dois meses atrás, em junho, e está em pleno processo de implantação pelo país todo. À medida que isso vai acontecendo, tenho certeza de que essa demanda tende a aumentar significativamente. Esse é um novo nicho para nossas exportações, que vai crescer bastante nos próximos anos.

Bom, falando, agora, um pouco da cooperação técnica, atualmente, temos vários projetos em andamento e outros que já estão definidos no papel, mas que ainda não foram implementados. Dos projetos já em andamento, eu ressaltaria, em primeiro lugar, um projeto para o fortalecimento da estrutura nacional de Botsuana para o HIV/Aids, que é justamente o programa de governo deles, multissetorial, para lidar com essa crise. Esse projeto foi assinado em 2009 e tem como objetivo proporcionar treinamento e capacitação aos profissionais da área de saúde em Botsuana, desde como fazer um teste de sangue para detectar se tem doença até, enfim, ensinar as pessoas a não adotarem comportamentos de risco. Enfim, é um projeto bastante multidisciplinar.

Na área de agricultura, nós temos também um projeto de cooperativismo rural que vem sendo conduzido pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Já foram realizados dois cursos aqui, no Brasil, e agora, recentemente, em abril de 2015, estive lá em Botsuana uma missão técnica dessa organização para ministrar cursos a pequenos produtores rurais. O objetivo do projeto é apenas melhorar técnicas de colheita, de processamento e também a distribuição de produtos, sempre com vistas a aumentar a produtividade dos agricultores locais.

Nós temos projetos que não foram implementados ainda na área de capacitação técnica, em sistemas de produção de pecuária de corte; temos um projeto para o treinamento de policiais de Botsuana, que seria conduzido aqui, no Brasil, para a nossa Polícia Federal; e um outro projeto de capacitação em cisternas, gerenciamento de recursos hídricos para a agricultura familiar, que, diga-se de passagem, é um projeto pelo qual eles têm o máximo interesse em que possamos implementar o quanto antes, porque Botsuana é um país extremamente árido. Neste ano, especificamente, está sofrendo com a situação de seca muito grave, que já está colocando em risco não somente a produção agrícola, mas, inclusive, ocasionando falta de água nas principais cidades de lá. Então, essa é uma área na qual eles gostariam de poder ter a nossa cooperação com a brevidade possível.

Além desses projetos, eles também têm muito interesse numa eventual cooperação brasileira na área de energias renováveis e biocombustíveis.

Para concluir, Sr. Presidente, só para mencionar qual seria o foco do meu trabalho em Botsuana, caso eu venha a merecer a confiança de V. Ex^{as}, eu acredito que, nesse momento específico, o foco da Embaixada lá deve ser justamente essa vertente de cooperação técnica, que é onde existe maior demanda por parte do governo de Botsuana, e é a área onde o Brasil tem uma certa *expertise*, em vários setores, e pode oferecer essa cooperação.

Então, pretendo não só dar continuidade aos projetos que já estão em andamento, mas trabalhar muito seriamente no sentido de poder oferecer cooperação nas outras áreas de interesse do governo de Botsuana.

Bom, com isso, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a todos pela atenção e me colocar à disposição de V. Ex^{as} para perguntas e comentários adicionais que eu possa fazer.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço ao Embaixador Diniz.

Quero aproveitar até para agradecer de público: ele me deu um livro de presente. Quando foi lido o relatório – ele acompanhou a leitura do relatório –, eu me referi a uma novela, cuja trama

está ambientada em Botsuana. É a *Agência nº 1 de Mulheres Detetives*. E, hoje, ele me deu de presente uma outra novela, que é a continuação...

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – Será? Criou esse personagem, são quinze...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A personagem é uma mulher, não é isso?

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – É uma mulher. São 15 livros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – São 15 livros, e ele me deu este de presente. Eu agradeço muito a sua lembrança.

Bem, há vários Senadores inscritos: Ferraço, Wellington Fagundes, Anastasia, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia.

Já vou abrir o processo de votação. Os Senadores que quiserem votar já podem fazê-lo.

Enquanto isso, vamos prosseguir aqui com a nossa sabatina. E o primeiro inscrito é o ex-Presidente desta Comissão, o ilustre Senador Ricardo Ferraço, que tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, como preliminar: como V. Ex^a deseja encaminhar esta sabatina? Serão de três em três questionadores? De quatro em quatro? Como é que V. Ex^a está imaginando? Pergunto só para o meu planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Qual é a sugestão de V. Ex^a? Três?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho que de três em três é muito razoável...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ou quatro? Vamos pôr quatro?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Desculpe, mas não são só quatro inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, são cinco, são cinco inscritos. Podemos fazer uma rodada geral, a menos que V. Ex^a tenha outra sugestão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma rodada geral, diz o Senador Agripino.

Vamos fazer uma rodada geral. Então, os Senadores vão fazer as suas indagações, as suas intervenções, e os senhores, ao final, responderão.

Por gentileza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A rodada geral, obviamente, nos obriga a sermos mais telegráficos para que possamos, ao final, estar presentes para, naturalmente, receber as boas informações, e necessárias, que nós estaremos encaminhando a S. Ex^{as}, os nossos Embaixadores...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Ex^a é sempre cirúrgico, preciso nas suas intervenções.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...que se apresentam hoje à Comissão de Relações Exteriores: o Embaixador Antonio José Ferreira Simões e o Embaixador Ricardo André Vieira Diniz.

A meu juízo, Sr. Presidente, nós estamos aqui diante de dois excepcionais quadros de boa escola, da Escola do Rio Branco do Itamaraty, que oferece à sociedade brasileira extraordinárias contribuições e formações. Essa é uma daquelas instituições que nós consideramos – refiro-me ao Rio Branco, eu me refiro ao Itamaraty – que, muito mais do que pertencer a qualquer governo, pertence ao Estado brasileiro e não pode, em hipótese alguma, em circunstância qualquer, estar

capturada pelo interesse circunstancial de quaisquer dos governos que legitimamente governam o nosso País, por sua importância estratégica. São instituições como o Itamaraty e como as Forças Armadas que não podem, e não devem – pelo menos a meu juízo –, estar disponíveis para as circunstâncias políticas, circunstâncias ideológicas e assim por diante. Isso só reforça a importância estratégica da instituição Itamaraty – cada vez mais estratégica, considerando a globalização, a integração e a necessidade de pontes que possam conectar o nosso País e os nossos elevados interesses mundo afora.

Estamos aqui diante de dois excepcionais quadros, que, indistintamente – não faço referência a um ou outro Embaixador –, percorreram uma exitosa trajetória e, por mérito, ao longo dos anos no Itamaraty – e as apresentações que fizeram aqui, a meu juízo, de novo, sintetizam essa minha impressão, essa minha convicção –, ambos afirmaram com muita convicção e, não apenas isso, a mim ficou esse juízo, estão absolutamente conscientes dos desafios que o nosso país têm nas missões a que são submetidos a esta Comissão e, posteriormente, ao Plenário do Senado pela Presidente da República.

Tanto o Embaixador Diniz como o Embaixador Simões deram aqui demonstrações evidentes de que têm a clara dimensão dos desafios em todos os campos na construção e nas sinergias do nosso País.

Mas quero também, Sr. Presidente, aproveitar a presença aqui do Embaixador Simões para fazer uma reflexão, até porque o Embaixador Simões foi Secretário para a América do Sul, Central e Caribe durante o período de 2010 a 2015 e foi também o Coordenador Nacional do Mercosul durante os anos de 2010 e de 2015.

Esse período foi bastante conturbado, não apenas na política, mas também na economia. E eu sou um daqueles que se associa à manifestação que, para mim, é emblemática do Professor Celso Lafer, nosso ex-Chanceler, quando consagra que Mercosul não é opção, Mercosul é destino. Isso é tão óbvio que salta aos olhos. É natural que todos nós estejamos fazendo esforços para a construção e a integração em nossa região.

O Mercosul está fazendo 24, 25 anos, está fazendo bodas de prata. E olhando mundo afora, vendo as boas alianças, as boas uniões aduaneiras que foram constituídas, nós percebemos que, de certa forma, com todas as características e naturezas dessas alianças, dessas cooperações, enfim, desse blocos, olhando mundo afora, vemos um conjunto de experiências que mostram que, em outras regiões, isso avançou muito mais, isso se institucionalizou, até mesmo como cultura.

Quando nós olhamos para a União Europeia, vemos extraordinários desafios que a União Europeia está vivenciando, com crises circunstanciais: a Espanha mesmo, para onde V. Ex^a está indicado; circunstancialmente a Grécia; os desafios que estão colocados no processo migratório do norte da África para a Europa, considerando o Mediterrâneo como ponte de conexão. Enfim, nós olhamos para essas experiências todas, para a Alca, que V. Ex^a em outro governo já serviu.

Mas, olhando para o Mercosul, percebemos a necessidade de uma reflexão, de um balanço desses 25 anos de Mercosul. Quer dizer, que ameaças e que oportunidades foram perdidas nos campos institucional, político e econômico? Porque me parece que, como condenação... Que dificuldades estamos tendo no âmbito do Mercosul, no âmbito da Unasul, para a solidificação de princípios e valores que, pelo menos para nós, brasileiros, são muito caros, como liberdade de imprensa, como estabilidade das nossas instituições? Tudo isso está vinculado a um valor muito caro aos brasileiros, que é o valor da democracia.

E vez por outra há sobressaltos em nossa região. V. Ex^a mesmo foi Embaixador na Venezuela, um país importantíssimo para a nossa região que passa não por uma conjuntura, mas por uma dificuldade estrutural.

Aqui, hoje mesmo, nós recebemos o importante relato do editor de um veículo de comunicação atestando todas essas dificuldades: dificuldades com a Bolívia; a Argentina em meio a muitas crises e, na relação com o Brasil, adotando medidas protecionistas não tarifárias a todo momento, criando dificuldades para o empreendedor brasileiro.

Enfim, na linha pela qual nos conduz o nosso bom Presidente Aloysio Nunes Ferreira, eu também acho que é hora de nós virarmos a página. Acho, inclusive, que o Embaixador Mauro

Vieira tem dado passos razoáveis nessa direção. Falta muita coisa, porque existem escolhas que nós questionamos e, quando questionamos, não questionamos o Embaixador, mas o Governo. Há uma orientação política, há uma orientação em relação à política externa que é feita pela Presidência da República, pelo Chanceler. Portanto, cabe ao Embaixador cumprir aquelas orientações e assim por diante.

Mas eu gostaria de merecer de V. Ex^a uma avaliação sobre esses 25 anos do Mercosul. Acho inclusive, Sr. Presidente, que este é um tema de que nós podemos tratar aqui na Comissão de Relações Exteriores, trazendo especialistas, profissionais, a academia, o Itamaraty, para uma avaliação e um balanço desses 25 anos percorridos, dos equívocos, das ameaças e oportunidades que vivenciamos nesse período, das oportunidades que perdemos nesse importante bloco chamado Mercosul e que nos traz muita preocupação.

A Argentina é destino para parte relevante das exportações manufaturadas brasileiras, o Mercosul já foi uma balança superavitária, a Venezuela já foi um importante item da nossa balança comercial superavitária, mas apresentam problemas de toda ordem. Hoje, o empreendedor brasileiro se sente ameaçado, não sente segurança em vender para a Venezuela, pois os critérios internos para a liberação de carta de crédito constituem um sofrimento muito grande, o que atesta o alto nível de intervenção do Estado naquele país.

Então, a intervenção que faço é muito menos na direção do desafio que V. Ex^{as} terão, especificamente o Embaixador Simões, à frente da indicação para a Embaixada da Espanha, um país com que o Brasil tem relações históricas e uma pauta importantíssima. A meu juízo, V. Ex^a declinou aqui, ponto por ponto, esses desafios, mas eu queria merecer de V. Ex^a uma avaliação sobre a estrada construída e o que está por vir, que desafios precisamos encarar com relação ao Mercosul, a fim de fortalecê-lo. Porque, do jeito que está, o que me parece é que nós estamos enfraquecendo e fragilizando o Mercosul, sobretudo porque, por conta desse acordo, desse bloco, perdemos até mesmo a soberania comercial.

Senador Agripino, para que o Brasil faça qualquer tipo de acordo comercial bilateral, o que tem hoje dominado e liderado as alianças regionais mudo afora, é necessário que os nossos Estados-partes concordem. Se não houver unanimidade, não podemos fazer. E um país com a dimensão e com os desafios que o Brasil tem não pode ficar à mercê dessas concordâncias. Há cláusulas do Tratado de Assunção que determinam que, não havendo unanimidade, nós não podemos firmar acordos. O mundo todo está firmando alianças e acordos, como a Aliança do Pacífico, na Ásia, e tantas outras, e penso que o Brasil fica a ver navios, por ser a principal economia da região e depender desse Tratado de Tordesilhas do século XXI. É como se a América do Sul e a América Latina – já encerro, Sr. Presidente – se dividissem em duas: a América do Sul, do Atlântico, é aquela que olha o mundo pelo retrovisor; e a Aliança do Pacífico, a que olha o mundo pelo para-brisa.

São essas, portanto, as reflexões que eu gostaria de merecer, respeitosamente, de S. Ex^{as}, mais especificamente em relação a V. Ex^a, Embaixador Simões, que foi protagonista, nos últimos cinco anos, desse palco e desse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM - RN) – Cumprimentando o Senador Ferraço pela propriedade de suas colocações, passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, aqui, normalmente se comenta que as sabatinas são meramente homologatórias. É importante dizer que não é que sejam homologatórias, mas que, principalmente no caso que estamos vivendo hoje, são dois Embaixadores com larga experiência, com currículos extremamente imensos, e não há como não endossarmos isso. Além de exercerem uma carreira para a qual cada um dedicou sua vida, cada um se preparou, no Instituto Rio Branco, para chegar lá.

Na verdade, quero apenas corroborar com o Relator, que já destacou muito bem a experiência de cada um.

O Dr. Ricardo André Vieira Diniz eu não conheço pessoalmente, mas seu currículo já diz tudo.

Aqui, em especial, quero falar do Dr. Antonio José Ferreira Simões, porque ele viveu na minha cidade, Rondonópolis, em Mato Grosso. Como filho de peixe peixinho é, o pai dele, Dr. Walter Simões, advogou no início, digamos, daquela cidade. Foi um dos primeiros advogados presentes em minha cidade, uma pessoa extremamente respeitada. Mas, além da origem familiar, quero destacar a figura do Dr. Antonio, que, aos oito anos de idade, Sr. Presidente, inaugurou um programa de rádio na cidade. Olha a competência desse homem! Eu tenho certeza de que a sua experiência curricular e a sua experiência de vida vão fazer com que tenhamos um excelente embaixador na Espanha, que, como já foi dito, é um país extremamente importante na relação comercial e cultural com o Brasil.

Quero destacar também sua experiência como negociador comercial, principalmente em temas agrícolas e agroindustriais. Hoje, o Brasil é um país com vocação agrícola, a balança comercial brasileira é positiva principalmente graças ao agronegócio. V. Exª estará na Europa, na Espanha, e, com certeza, poderá ajudar o Brasil no Mercado Comum Europeu, em razão da sua experiência. E não apenas nesse aspecto; como V. Exª já citou, em relação à negociação com o México.

Eu quero aqui me ater muito mais à figura humana, que também é extremamente importante nas relações comerciais. Eu tive a oportunidade de visitar muitos países, muitas embaixadas, e pude perceber a importância do papel agregador do embaixador nas relações pessoais e diplomáticas.

Portanto, quero aqui endossar e apenas dizer que o meu voto é "sim", para que o Brasil melhore ainda mais suas relações exteriores com esses dois embaixadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Eu queria chamar a atenção dos meus colegas para o fato de que, depois das sabatinas e da deliberação sobre os dois indicados, nós teremos a apreciação de alguns acordos internacionais muito importantes com a França. E eu tenho a intenção de, se o Presidente do Senado concordar, levar esses acordos ao plenário ainda hoje. De modo que teremos ainda uma outra parte da nossa reunião dedicada à apreciação desses acordos.

O Senador Antonio Anastasia tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Aloysio; eminentes Embaixadores Ricardo Diniz e Antonio Simões, Srªs e Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a ambos pela riqueza de detalhes das apresentações, muito claras, extremamente minuciosas. Ambas foram extremamente cristalinas na convicção e na formação das opiniões dos membros desta Comissão de Relações Exteriores.

Dirijo-me, inicialmente, ao Embaixador Antonio José Ferreira Simões para cumprimentá-lo também pelo brilho de sua carreira e por sua dedicação, que é notória e reconhecida.

Faço questão, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, com vossa permissão, de dizer a S. Exª o Embaixador Antonio Simões que, à semelhança de nosso Presidente, também recebi diversas manifestações em favor de V. Exª, com encômios os mais diversos, e faço questão de citar um deles, que foi o do meu grande amigo Senador Francisco Dornelles, atual Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, que descreveu a sua atuação ao tempo do governo Fernando Henrique Cardoso e a sua dedicação no trabalho. Por isso eu lhe dou os parabéns, por vossa carreira.

Permita-me, de maneira bem sintética, para colaborar com a agilidade de nossa pauta, fazer duas indagações em referência à vossa futura ocupação, caso aprovado, perante o Reino da Espanha.

Na sua exposição, ficou bem claro que temos ali uma janela de oportunidades de uma das nações mais prósperas do mundo, não só mercê da identidade cultural, da trajetória histórica da Espanha, sua posição no mundo, da presença da língua espanhola, hoje com grande pujança não

só na América Latina, mas até nos Estados Unidos e alhures, mas também pelo fato de que temos ali uma questão singular que o senhor citou, e citou muito bem, que é o tema do turismo.

A Espanha saiu do regime franquista, como sabemos, em 1975, e ingressou no modernismo europeu e num desenvolvimento extraordinário à época do Premier Adolfo Suárez, exatamente em razão de uma vocação turística excepcional, que foi muito bem potencializada, especialmente para a Costa do Sol, mas também para as regiões históricas espanholas. E nós temos, no Brasil, exatamente as mesmas condições. Não temos a proximidade com a Europa, porque a Espanha está lá dentro e temos uma certa distância, mas a rede aérea hoje é muito maior, muito mais integrada e globalizada. Então, tenho certeza de que V. Ex^a vai se dedicar de maneira desmesurada em relação ao turismo. Porque o turismo na Espanha melhorou empregos, melhorou infraestrutura e fez ingressar recursos expressivos e vultosos para a recuperação econômica daquele país. E nós temos não só a costa brasileira, mas o meu Estado, Minas Gerais, tem um acervo histórico, claro, não tão rico quanto o espanhol, em razão da idade do Brasil e da Espanha, mas igualmente, extremamente diversificado e com uma bela infraestrutura.

Então, esse é o primeiro ponto que eu queria fazer coro e, certamente, contar com o apoio e beneplácito de V. Ex^a nesse exercício.

E o segundo tema é um tema que tem preocupado muito esta Comissão, ao nosso Presidente em especial, que são as correntes migratórias e a imigração.

A Espanha tem sido também, à semelhança das outras nações mediterrâneas, objeto de ingresso, especialmente, de pessoas vindas de países mais sofridos da África, especialmente da África saariana e mesmo subsaariana, para buscar novas opções. E o Brasil agora começa também a receber fluxos de imigrantes. Então, tenho certeza de que sua atividade lá, conhecendo os mecanismos espanhóis, pode colaborar com a realidade brasileira, já superado aquele período nefasto, recente até, quando tínhamos problemas consulares graves entre o Brasil e a Espanha – em 2012, salvo engano –, quando tivemos atrito extremamente forte.

E, por fim, como o tema da Venezuela é um tema recorrente, eu quero aproveitar para cumprimentar o Presidente Aloysio pela sua exortação inicial ao Governo, pela clarividência com que aqui elencou os pontos em razão, depois, das diversas reuniões que fizemos, autoridades e personalidades, e como V. Ex^a foi Embaixador na Venezuela, agora recentemente, nas suas funções, permita-me fazer uma indagação bem sucinta, que é uma questão de opinião até pessoal: V. Ex^a acredita ou considera o regime venezuelano uma democracia? É a pergunta que lhe faço.

Embaixador Ricardo Diniz, que tem as raízes em meu Estado, cumprimento-o também pela sua belíssima carreira e o saúdo. Tenho certeza de que vai prestar em Botsuana os mesmos trabalhos que realizou em Granada, com muito brilho.

Botsuana, como visto – o senhor falou bem –, é uma espécie de oásis, uma suíça nas dificuldades africanas, em razão do seu patamar econômico, sonho que foi do grande explorador inglês Cecil Rhodes, quando fez toda aquela inserção da África austral inglesa, e agora, com essa estabilidade econômica, certamente, com a potencialidade econômica positiva, a despeito de um tamanho pequeno. V. Ex^a foi muito feliz, e eu corroboro igualmente com a potencialidade da colaboração.

O Brasil tem tradição na colaboração e na cooperação técnica sul-sul, e ali especialmente, graças a essa estabilidade econômica, ainda que a língua não ajude, porque lá é inglês, e temos dois países próximos, Moçambique e Angola, que são de fala portuguesa, mas essa proximidade até, a meu juízo, colabora. Então, eu queria exatamente confirmar com V. Ex^a a questão da cooperação, que, certamente, será a alameda principal e a vereda em que V. Ex^a desenvolverá em Gaborone as vossas atividades como Embaixador junto à República do Botsuana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Tem a palavra, agora, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ficar para falar depois é até bom porque a gente vai economizando muito não só nos questionamentos, mas nas observações também.

Antes, quero cumprimentar também e fazer, se assim ele me permitir, das palavras do Senador Anastasia as minhas palavras, em relação às observações sobre as duas exposições, de fato, muito abrangentes e que mostram como os senhores estão bastante preparados, estudaram bem a situação econômica, social dos países onde os senhores representarão o nosso querido Brasil.

Cumprimento o Embaixador Antonio Simões e o Embaixador Ricardo Diniz. Desde já, desejo uma continuidade de trabalho cheia de sucesso, como, tenho certeza, os senhores colheram até agora.

Embaixador Simões, falar da Espanha é falar de um dos países com que o Brasil tem o maior relacionamento e um relacionamento histórico e comercial, inclusive, muito importante. Mas, diante de tudo que lhe foi questionado, gostaria que o senhor falasse também, rapidamente, a respeito da crise.

Aqui no Brasil, vivemos um momento interessante, obviamente, um momento de crise dura na nossa economia, mas nada diferente nem pior do que viveu, até recentemente, a Espanha. Que, aliás, apesar de já estar saindo – é o quinto ano consecutivo de déficit, de queda da sua economia – da recessão, ainda nos dias de hoje, enfrenta desemprego superior a 23%.

Então, eu gostaria de questionar-lhe, Embaixador, sobre a maneira que o senhor vê a recuperação da Europa, e da Espanha em particular, país para onde o senhor está indo. E como essa recuperação econômica pode ajudar o Brasil a superar as suas dificuldades.

E do ponto de vista da migração, a Espanha, como o senhor disse, é um país para onde muitos jovens brasileiros vão para estudar e tudo mais. Nem sempre encontram a receptividade que, certamente, os espanhóis encontram no Brasil. Mas creio que esse seja um problema já superado – espero – entre Brasil e Espanha. Já tivemos muitos jovens sendo expulsos, enfim, situações nada confortáveis.

Mas também há uma movimentação de brasileiros, sobretudo de brasileiras, que envolve muito tráfico de pessoas.

Nós, há duas ou três semanas, fizemos, no Brasil inteiro, uma semana de combate ao tráfico de pessoas. Acredito que esta deve ser uma pauta prioritária – e aí eu já me dirijo ao Embaixador Ricardo também –, o tráfico internacional de pessoas. Este assunto deve estar sempre presente, deve ser prioritário, porque o tráfico de pessoas é algo concreto, existente, mas pouco visibilizado e, por isso mesmo, pouco tratado. Então, gostaria que os senhores falassem a respeito deste assunto também.

No mais, desejo aos senhores um profícuo trabalho, tanto em Botsuana quanto na Espanha.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Agora, tem a palavra o Senador Hélio José, e encerramos as inscrições.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria saudar o nosso Embaixador Antonio Simões, que, inclusive, fez questão de visitar todos nós, pessoalmente, para conversar. Saúdo-o por sua carreira brilhante. Saúdo também o nosso Embaixador que vai para Botsuana nos representar.

A relação entre Brasil e Espanha é fundamental para nós, com relação a uma série de questões. As questões levantadas, por exemplo, pelo Senador Anastasia, com relação à experiência no turismo, que passou a representar grande parte do PIB espanhol. Essa é uma questão fundamental para o nosso País, que é muito pouco utilizada no Brasil para, de fato, melhorar as nossas divisas.

Então, eu queira saber como essa experiência espanhola, com o senhor lá agora, um Embaixador experiente, pode melhorar a nossa relação turística com a Espanha, com a Europa e com o mundo em si. Na nossa relação com o México, por exemplo – estava vendo um dia desses –, há mais turistas brasileiros indo ao México do que mexicanos vindo ao Brasil, porque o turismo é uma atividade econômica importante no México.

Botsuana é um país pequeno, e quero saber de V. Ex^a o que poderia melhorar em termos de tecnologia, o que poderia melhorar na cooperação Brasil-Botsuana, que tipo de negócio nós poderíamos implementar da melhor forma, que colaboração nós poderíamos ter.

Ainda com relação à Espanha, sabemos que a matriz energética espanhola é altamente saudável, como a brasileira também é, só que a matriz energética espanhola tem um componente de energias alternativas, a energia solar, tanto feita via captação de painéis solares quanto a heliotérmica, via espelhos, com uma larga experiência que pode fazer com que o Brasil, tão ensolarado como é, possa, de fato, sair dessa atual posição de dificuldades da matriz energética. Então, como nós, juntos, poderíamos trabalhar intercâmbio e condição para melhorar, igual ao que hoje já é na Espanha uma realidade, o aproveitamento da energia solar em nosso País?

Além da energia solar, a energia da biomassa advinda do aproveitamento do lixo e a energia eólica – a Espanha também é grande produtor desse insumo tão importante que é a energia advinda dos ventos. Seria importante saber de V. Ex^a também sobre essa colocação.

Também quero comentar o seguinte, Sr. Embaixador: houve reação adequada das autoridades brasileiras ao tratamento que vinha sendo dado aos nossos nacionais nos aeroportos e cidades espanholas? E como se encontra essa questão, atualmente, no relacionamento bilateral? Porque a Espanha jogou muito duro, e nós aqui sempre recebemos muito bem a todos. Estava deportando muitos brasileiros. Eu gostaria de saber se essa reação foi adequada e o que podemos fazer para melhorar e dar mais tranquilidade ao nosso brasileiro que vai à Espanha fazer negócios, passear ou fazer qualquer coisa, para não ficar sendo humilhado nos aeroportos espanhóis, como aconteceu há pouco tempo.

Sabemos que a Europa, em geral, e a Espanha têm muito interesse na questão da Venezuela. O senhor foi embaixador, sabe dessa questão, porque a Venezuela é um produtor de petróleo que tem condição de fornecer bem para a Europa essa importante fonte energética, então, a Europa preza essa relação, interessa muito. A Venezuela é um grande fornecedor de petróleo e um formidável comprador de bens manufaturados que a Europa vende. Solicito, assim, uma análise das causas dos problemas entre Espanha e Venezuela, porque houve alguns problemas graves recentemente, e um panorama de como se encontra a situação atual e as perspectivas para sua evolução.

Pergunto também sobre qual o eventual papel do Brasil no tratamento da questão Espanha-Venezuela, já que a Venezuela faz parte do Mercosul, o Brasil está no Mercosul e o Brasil é um país amigo da Espanha. Como poderíamos intermediar minimamente uma solução mais adequada nessa crise?

Antes de finalizar, na Espanha, recentemente, nas novas eleições, partidos novos, partidos sem tradição ganharam cidades importantes, Barcelona e Madri, cidades que representam a Espanha no mundo afora, derrotando o PP e o PSOE, que eram os partidos tradicionais, com relação com os políticos brasileiros, com relação com o mundo afora. Então, quero saber o que pode significar essa emergência de novos atores políticos no cenário da Espanha e europeu, porque, na Europa, também vários países têm tido uma renovação grande, e o que essa novidade pode trazer em termos de relacionamento com o Brasil. Há interação oficial dos novos partidos com as autoridades brasileiras, governamentais e diplomáticas? O senhor sabe se há alguma relação mais precisa? Porque são duas cidades... É muito brasileiro que está em Madri, muito brasileiro que está em Barcelona, é muito grande essa interação Brasil-Espanha por meio dessas duas cidades, agora governadas por esses novos partidos, que começam na tradição política.

E queria perguntar ao nosso querido Embaixador em Botsuana, que é um país com todas as suas complicações, com seus problemas de saúde, em relação a nossas experiências, nossos avanços tecnológicos na área da saúde, na área da recuperação da aids, se o senhor poderia fazer esse intercâmbio para que nós possamos, além de fazer a cooperação com o país de Botsuana, até abrir novas frentes de negócios para nosso País.

Encerrando, Srs. Embaixadores, apresentei aqui, no Senado Federal, um projeto autorizativo para que o Brasil crie a Agência Brasileira de Negócios (Invest-Brasil), exatamente para que

concentre todos os esforços que estão espalhados em vários ministérios hoje, na questão da busca de investimento na área da infraestrutura, na área do turismo e nas diversas áreas em nosso País.

Hoje, temos a Apex e a ABDI com questões específicas: a Apex com a questão da exportação e a ABDI com o desenvolvimento da indústria brasileira e a questão da atração dos fundos europeus, dos fundos chineses, lá do Brics, dos fundos árabes, americanos, dos investidores reais, que querem investir em infraestrutura no mundo. O Brasil lança um PIL como fez em 2012, e ficou zero de aproveitamento daquele PIL. Agora lançamos outro, este ano, com obras importantes de portos, aeroportos e ferrovias, que não pode ficar no zero. Por isso, fiz essa proposta da criação da Agência Brasileira de Negócios (Invest-Brasil), para que a gente concentre na questão de buscar, realmente, parceiro para que nosso País saia dessa situação e tenha condição de ter um desenvolvimento tecnológico adequado. Então, quero ver também como é que o senhor pode colaborar nessa situação.

Agradeço ao nosso querido Senador Anastasia, Presidente dos trabalhos neste momento, pela oportunidade. Um abraço a todos! Muita felicidade na Espanha e em Botsuana. Espero revê-los em breve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelas suas lúcidas e procedentes indagações.

Passo a palavra, desde logo, à Senadora Ana Amélia, para suas perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o caro Presidente desta audiência, Senador Antonio Anastasia, e os caros Embaixadores, que têm uma missão bastante desafiadora, o da Espanha – a Espanha é um país fantástico, que tem, como disse V. Exª, os maiores investimentos, hoje, em áreas estratégicas para nosso País, a começar por energia, setor financeiro, serviços, telecomunicações – e o Embaixador que vai nos servir em Botsuana, também um país estratégico no continente africano.

Aqui se costuma dizer que faço uma frase com ponto de interrogação. Não vou... Porque já falaram vários colegas Senadores.

No caso da Espanha, deixo de lado as outras questões, mas trago uma questão fundamental: sendo a Espanha membro da União Europeia, queria saber do senhor se há alguma possibilidade de a Espanha se aliar num esforço para agilizar o acordo União Europeia-Mercosul, se isso é viável, se não há conflito de interesses, se podemos contar com esse papel.

Nós tivemos vários problemas, no âmbito consular, de muitos brasileiros que, chegando à Europa via Espanha, foram deportados assim que chegaram lá. Temos também outro problema, que é a questão do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, envolvendo prostituição. Então, esse é um tema importante, e casualmente aproveito a presença da nossa Procuradora da Mulher do Senado, muito combativa nessa área, Senadora Vanessa Grazziotin, para levantar essa questão, que até foi objeto de uma obra de ficção, uma novela na TV Globo que abordou esse tema.

Então, são essas questões para o senhor, desejando boa sorte.

E uma curiosidade apenas da jornalista: o senhor estava presente quando o Rei Juan Carlos disse ao Chávez, já que o senhor esteve na Venezuela, "Por que não te calas?"

E, ao nosso Embaixador de Botsuana, o senhor fez um relato da estabilidade política, da importância econômica, da segurança jurídica para os investidores. Na área da agricultura, eu queria... Sou do Rio Grande do Sul, e temos lá uma produção de alta qualidade. Eventualmente, poderíamos exportar carnes, exportar arroz e toda a agenda de produtos de origem agro, inclusive vinhos, porque estamos produzindo vinhos de grandes qualidade, não sendo um país muçulmano que proíba bebida alcoólica ou tenha restrições a ela?

Então, agradeço aos Srs. Embaixadores, desejando-lhes boa sorte, porque já votei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O Senador Requião deseja fazer alguma indagação ou não?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Mais uma observação do que uma indagação. Acompanhei com atenção a exposição do Embaixador Simões sobre a Espanha, inclusive seu anúncio do crescimento espanhol.

Pessoalmente, tenho algumas dúvidas em relação a isso. Acompanho a Espanha há muito tempo. A Espanha, até hoje uma das maiores malhas rodoviárias do planeta, foi objeto de um desenvolvimento suportado em crescimento de infraestrutura a preços fantásticos. Bancos ganharam fortunas e empreiteiras superfaturaram o que queriam.

À época, fiz comparações entre os custos espanhóis e os custos brasileiros, na construção de portos. Eles me diziam: "não, Senador, não faça essa comparação, porque aqui é dinheiro europeu, isso aqui está solto". A conclusão foi a seguinte: esse investimento fantástico em infraestrutura não viabilizou o desenvolvimento econômico da França, e ela acabou tropeçando nisso. Ela tem uma estrutura maravilhosa, com estradas em que você anda horas e horas sem cruzar com um automóvel. Essa recuperação agora tem sido feita em cima de cortes fantásticos. Não vejo, na Espanha, perspectiva de geração de emprego, de volta ao desenvolvimento. É uma recuperação em cima de um sacrifício de direitos sociais, de salários e de tudo mais. Então, é uma situação dura a espanhola, e é muito interessante observar.

As observações sobre Andorra, porque tenho paixão por Andorra, também foram bastante interessantes.

Não é uma pergunta, é só uma observação: não acho que a Espanha esteja num bom caminho e que o desenvolvimento espanhol anunciado, com crescimento de 3,4% seja real; é muito em cima do corte do que de geração de emprego. Acompanhei as grandes greves, fiquei perplexo com as manifestações que paravam ao meio-dia para retomarem 1h30 da tarde, porque ao meio-dia eles iam almoçar. Eu estava em Granada e via 50 a 60 mil pessoas na rua; de repente, quando batia meio-dia, desaparecia aquilo tudo, para voltar 1h30. É a hora da sesta, obedecida de forma simplesmente fantástica.

No mais, é um posto maravilhoso, um país incrível, uma influência da cultura árabe notável. Recomendo ao Embaixador, que já deve ter visitado, logo na chegada, uma visita à Alhambra, em Granada. De qualquer forma, tenho certeza de que os dois serão aprovados aqui, se não por unanimidade, com uma significativa maioria da Comissão e, da mesma forma, no plenário.

Aqui no plenário, quem tem o voto do Anastasia, praticamente, tem o caminho garantido para aprovação. E o Anastasia já confessou que vota favoravelmente aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Requião. As ponderações de V. Ex^a sempre são ouvidas com muita atenção e respeito, como de hábito, por sua experiência e conhecimento.

Encerrada, então, a fase das indagações, passo a palavra ao eminente Embaixador Antonio Simões, para que, de maneira global, responda às solicitações que lhe foram encaminhadas.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, antes de tudo, agradecer todos os comentários generosos feitos à minha pessoa e também as perguntas, todas muito pertinentes, que vou procurar agora aqui condensar.

A primeira indagação foi do Senador Ferraço, em relação ao Mercosul. O Senador fez uma descrição, a meu ver, muito ampla, muito serena, muito equilibrada e muito perspicaz da situação regional. Vou tentar agora colocar alguns elementos em cima das indagações que ele me formulou.

A primeira coisa que acho importante ter presente é o seguinte: o Brasil tem dez vizinhos e 17 mil quilômetros de fronteiras. Só existem dois países no mundo que têm mais vizinhos que o Brasil: a Rússia e a China. Todos dois detêm armas nucleares. O Brasil, pela sua própria Constituição, renunciou às armas nucleares. E isso é uma coisa muito positiva. Para fins bélicos, renunciamos, não há possibilidade. Felizmente, isso está na Constituição.

Isso mostra claramente o seguinte: a partir do momento em que está na Constituição – e gosto sempre de trazer comigo a Constituição, é algo que está sempre comigo, porque acho que, como diplomata de carreira, devo sempre primeiro pensar na Constituição –, o que observamos é

que isso determinou que o Brasil vivesse em paz, em harmonia com todos os seus vizinhos. Não posso escolher...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, há um som aqui paralelo. Eu queria poder...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu já pedi para averiguar, mas ainda...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos interromper aqui para compartilhar. Muito obrigado. V. Ex^a pode me ver pessoalmente, no lugar de ver o VT. Obrigado, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Ao vivo e em cores. Voltamos a palavra ao Embaixador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Requião.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Continuando, o que eu dizia era que, na medida em que temos 17 mil quilômetros e dez vizinhos – só dois países no mundo têm mais vizinhos – temos, pela nossa própria Constituição, a ideia de viver em paz com eles, e o Brasil vive em paz, há mais de 150 anos, com os vizinhos. Portanto, não podemos escolher ser amigos de uns e não ser amigos de outros. Temos que procurar ser amigos de todos e temos que procurar, sobretudo, que eles entre si também se entendam. Isso é fundamental para nós. A integração não nasceu nos últimos anos, a integração começou com o Barão do Rio Branco, com o Pacto ABC, do Barão do Rio Branco. A integração está prevista no art. 4º da Constituição do Brasil.

Agora, nunca é fácil trabalhar dentro disso e dentro dos organismos que criamos. O Senador relatou, por exemplo, algumas dificuldades, alguns desafios que existem no Mercosul. De fato, temos muitos desafios no Mercosul. Durante a presidência brasileira do Mercosul, que terminou agora em julho, tive a oportunidade de prestar meu apoio ao Ministro Mauro Vieira, na Presidência do Mercosul, procuramos trabalhar com alguns desafios que o Senador apontou.

O primeiro é o desafio dentro da área de livre comércio, ou seja, as travas comerciais que ainda existem e que precisam acabar. Nós criamos lá um formato, houve uma discussão séria sobre isso, foi criado um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho terá sua primeira reunião em breve e tem que reportar até o final do ano, até a próxima cúpula, que vai ser em Assunção, com um levantamento do que pode ser feito para melhorar a situação. Então, isso se encarou de frente, verificou-se o que havia e tentou-se encontrar uma solução.

O segundo ponto sobre o qual há uma grande discussão – sobretudo na sociedade brasileira, fala-se muito nisso – é pensar o Mercosul como união aduaneira, quer dizer, aquele aspecto de que temos uma política comercial comum, e que, portanto, com outros parceiros, temos que negociar em conjunto.

Sobre isso, falando já do terceiro aspecto, da negociação externa, é verdade, Senador, que existem limitações, e é verdade que, em parte, essas limitações decorrem da Resolução nº 3.200, aprovada no ano 2000, que criou essa ideia de que só podemos negociar em conjunto. É preciso também que lembremos o seguinte: o maior parceiro do Mercosul é o Brasil, a maior economia do Mercosul é o Brasil. Se um dia, a sociedade brasileira decidir que deveria ser de forma diferente, isso será discutido lá.

Agora, é importante também lembrar o seguinte: a união aduaneira, de um lado, pode ser uma limitação relativa. Nós abrimos agora negociação com o México, que é um mercado estupendo, pelo qual vamos chegar a cinquenta outros mercados, pelos acordos que o México tem; vamos fazer um acordo automotivo com a Colômbia; vamos fazer negociação também com o Peru, dentro da flexibilidade que existe. Enfim, raciocinando com os elementos que o senhor me trouxe, é preciso lembrar que uma questão é dentro do Mercosul, a outra questão é dentro da sociedade brasileira. Por quê? Porque o Brasil, infelizmente, pela sua própria história, é um País que, em diversos aspectos, preferiu ficar fechado.

Vou dar um exemplo muito claro. O Mercosul fechou um acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo, que são todos aqueles países árabes do Golfo que têm muito dinheiro e só

produzem petróleo, produtos petroquímicos e areia. É um mercado fantástico para nós. Por que não assinamos esse acordo? Porque houve aqui, dentro do Brasil, uma limitação, por causa da indústria petroquímica. A indústria petroquímica disse: não, vai ser muito difícil competirmos com a indústria petroquímica dos países do Golfo, porque eles têm uma competitividade danada. Em função disso, não fechamos o acordo e não podemos vender os frangos, não podemos vender a carne, não podemos vender as diversas outras coisas. Isso não tem nada a ver com o Mercosul, isso é um problema interno.

Existem outros exemplos que eu poderia citar. Por exemplo, fechamos há cinco anos um acordo de serviços com a Colômbia. Está certo que é um mercado pequeno, mas, a partir desse mercado, podíamos replicar esse acordo em outros mercados. Isso seria uma forma de abrir. Não conseguimos até hoje assinar, porque há questões tributárias que não conseguimos superar.

Terceiro exemplo: tínhamos todo o mercado automotivo no Equador, que é um país pequeno, mas, de qualquer forma, importa carro, não tem indústria automotiva. Eles compravam, por exemplo, Ecosport, que vinha da Bahia. Mas não vamos comprar banana deles, porque houve uma série de questões que inviabilizaram a compra da banana do Equador. Com isso, eles vão comprar Ecosport agora da Índia. Então, o problema é o Mercosul? Pode ser, mas há outros problemas, que são decisões da própria sociedade brasileira, que precisamos discutir. Nós precisamos discutir qual modelo vamos usar para nós mesmos. Isso é uma coisa que tem que ser feita dessa forma, num debate democrático, com todo mundo participando.

Tenho muito orgulho porque, quando fui negociador da Alca, uma coisa que trabalhei muito naquele momento foi abrir a discussão para a sociedade civil. Antes, nas negociações que o Itamaraty fazia, às vezes, escutavam-se os empresários; depois disso, passou-se a escutar empresário, sociedade civil, academia, todo mundo. Fazíamos uma reunião chamada Senalca, em que 50 instituições sentavam numa sala. ONGS, trabalhadores, empresários, e todo mundo discutia as posições ali, todo mundo tinha acesso ao que negociávamos, e isso reforçava. Por isso, conseguimos negociar, apesar de, no momento, haver muita oposição. Foi isso que nos levou a fazer.

Passando adiante, Sr. Presidente, porque são muitas questões, eu queria mencionar uma questão repetida por vários Senadores, que é a população migrante, da receptividade dos brasileiros e do tráfico de pessoas. Essa realmente é uma questão muito séria; no passado, foi uma questão latente. Conseguimos negociar com o governo espanhol um entendimento e uma cooperação, a partir da qual aqueles problemas dos brasileiros que eram barrados lá reduziram muito. Isso, felizmente, está funcionando bem. Estou comprometido em seguir esse assunto muito de perto, porque a proteção dos brasileiros lá, ainda que tenhamos um consulado, é também assunto do Embaixador, quando se torna política. Outro ponto ao qual temos que ficar muito atentos é a questão do tráfico de pessoas. Desde 2012, felizmente, há na Embaixada um adido da Polícia Federal. Já foram desbaratadas nove redes de tráfico de pessoas, mas, desbarata-se uma, forma-se outra. Isso é uma preocupação constante.

Eu queria comentar a consulta do agora Presidente Senador Anastasia sobre turismo. Sem dúvida nenhuma, temos que trabalhar muito o turismo, para trazer mais turistas para cá, para procurar aprender com eles.

Outro ponto levantado é a Venezuela. Quero dizer o seguinte: o mais importante, nesses aspectos, é o Brasil ter um segmento claro e uma posição clara. A partir deste ano, o Ministro Mauro Vieira trabalhou uma articulação nova, na posição em relação à Venezuela. Nós começamos a nos manifestar não apenas pelas notas da Unasul, mas pelas notas do Brasil também. Nessas notas, sempre deixamos muito claros pontos extremamente importantes. Isso não é feito de forma isolada. Sei que esta Casa colaborou, sei que houve duas missões de Senadores, inclusive, uma primeira missão que foi uma situação complexa, mas, felizmente, foi marcada a data da eleição. Isso é um elemento fundamental que temos pela frente.

Finalmente, indo às perguntas da Senadora Ana Amélia, em relação ao Mercosul-União Europeia. Sim, a minha ideia é trabalhar junto com a Espanha no que for possível. As negociações

são em Bruxelas, mas os estados-membros influenciam. Então, é muito importante que isso ocorra dessa maneira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Gratíssimo ao Embaixador Antonio Simões, com suas respostas.

Passo, desde logo, a palavra ao Embaixador Ricardo Diniz, para fazer também, em bloco, as suas.

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – Muito obrigado, Presidente.

Eu também queria agradecer os comentários positivos feitos sobre a minha exposição. Passo, então, a abordar, uma a uma, as considerações feitas pelos Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, o Senador Ferraço questionava sobre o Mercosul, tema que já foi amplamente respondido pelo meu colega. Só complemento para dizer que, no caso específico de Botsuana, temos um acordo de preferências tarifárias. O Mercosul tem um acordo de preferências tarifárias com a SACU, que inclui Botsuana, pelo que as exportações do bloco gozam de preferências tarifárias para ingressar no espaço econômico de Botsuana. Essa é a primeira coisa.

Passando para o Senador Anastasia, nosso Presidente, que também concorda com o fato de que a cooperação deva ser a principal vertente da nossa atuação lá, eu queria só complementar aqui – também já para responder conjuntamente à indagação feita pelo Senador Hélio José – que há também outra vertente comercial que não mencionei, que é o fato de que a SADEC, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, conta com um ambiciosíssimo programa de desenvolvimento da infraestrutura regional. Ou seja, eles têm planos e projetos elaborados até 2027, que contemplam obras enormes, das mais variadas áreas, de transporte, energia, infraestrutura, manejo hídrico, coisas que vão cobrir todo o espaço da região da África austral, inclusive, Botsuana. Isso, obviamente, tem potencial para grandes projetos que possam, eventualmente, vir a interessar empresas brasileiras. Como V. Ex^{as} sabem, muitas delas já operam naquela região: Angola, Moçambique, Namíbia, Tanzânia. Então, elas já têm certa vantagem comparativa, pela mera presença de estar ali, de poder, eventualmente, se interessar por um projeto desses.

Vou citar só um exemplo concreto aqui. No caso de Botsuana, eles têm um projeto que já está pronto, já fizeram todos os estudos de viabilidade, que é o projeto para construir uma ferrovia que irá da região central da Botsuana até a costa da Namíbia, a chamada Ferrovia de Trans-Kalahari, que terá como objetivo permitir o escoamento da produção de carvão de Botsuana para ser exportada. Isso é um projeto de US\$14 bilhões. Tenho certeza de que, na hora em que esse projeto realmente for "declanchado", pode muito bem vir a ser de interesse de alguma empreiteira brasileira que já esteja naquela área ali.

Então, além das possibilidades de cooperação técnica, que são as possibilidades mais imediatas, digamos assim, há sempre essa vertente. Pretendo ficar muito atento a essas eventuais possibilidades de negócios. O fato de eu também ser, eventualmente, designado representante adjunto da SADEC, vai facilitar muito esse trabalho de prospecção, que é de onde você fica sabendo quais são os projetos, quem vai participar das licitações. Essa é outra vertente.

Passando agora à pergunta da Senadora Grazziotin sobre tráfico internacional de pessoas em Botsuana, não tenho ciência de que isso seja um problema lá. Sei que existe em Botsuana e em toda a região da África austral um problema de imigrantes, que estão saindo do Zimbábue, por exemplo, que é um país com uma crise muito séria, e vão para países como Botsuana, onde procuram oportunidades de emprego, de trabalho melhores do que têm nos países deles. Além disso, há um fluxo muito grande de trabalhadores de Botsuana que vão para a África do Sul, para trabalhar nas minas de diamantes, de ouro. Então, há esse intercâmbio de forças de trabalho, digamos assim, entre esses países do cone austral. Agora, tráfico de pessoas, pelo aspecto criminal, não tenho ciência de que seja um problema lá. Mas vamos ver.

Finalmente, a pergunta da Senadora Ana Amélia sobre a possibilidade de exportação para produtos do Rio Grande do Sul.

Bem, sei que hoje já exportamos máquinas agrícolas para lá, essa é a primeira coisa. Acredito que possa haver um potencial para aumentar as exportações desse tipo de produto.

Agora, com relação ao vinho, lamento informar que infelizmente Botsuana compra basicamente todo o vinho deles da África do Sul. Aí vai ser um pouco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – Vai ser um pouco...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – E são bons.

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – São bons. Enfim, há bons e ruins.

O SR. RICARDO VIEIRA DINIZ – Então, essa parte de vinhos vejo mais difícil, porque realmente o produto sul-africano entra em Botsuana sem taxa nenhuma, livre, completamente livre.

O que governo botsuano talvez possa fazer lá é cooperação técnica para melhorar justamente a produção agrícola, diversificar essa produção agrícola deles.

Por exemplo, tenho certeza de que eles têm certas áreas no norte do país que são o comecinho da área do Delta do Okavango, que se prestaria muito bem à cultura do arroz, por exemplo.

Então, essas são áreas sobre as quais podemos conversar lá e prospectar, está bem?

Então, o que mais?

Acho que era isso, Sr. Presidente. Não tinha nenhum outro comentário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Ricardo Diniz.

Permita-me tão somente, Senadora Ana Amélia: se não podemos vender lá o vinho gaúcho, quem sabe a cachaça mineira possa ser vendida com muito gosto, em Botsuana.

Bem lembrado pelo nosso Embaixador, que tem suas raízes em Minas Gerais.

Bem, terminada essa fase, indago, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre se continuamos em reunião aberta, para fazer a apuração da votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Desse modo, convido a Senadora Vanessa Grazziotin para atuar como Secretária, de acordo com o art. 116, § 2º, do nosso Regimento Interno.

Havendo aquiescência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agora, tudo automático. Pode apurar, Sr. Secretário, por gentileza.

Muito bem, parabéns a ambos. Aprovação por unanimidade, com os 18 votos, pelas belíssimas exposições. Cumprimentos e boa sorte.

Agora vamos, naturalmente, apresentar ao Plenário a confirmação.

Muito obrigado. Meus cumprimentos a ambos.

Ah, não foi unanimidade. Foram dois votos contra e um... Mas uma votação muito expressiva, que recebe sempre o nosso aplauso. Parabéns.

Os cumprimentos já estão dados. Vamos seguir a reunião agora, com a segunda fase, e solicito à Senadora Ana Amélia que assuma a Presidência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Anastasia, tenho um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª é Relatora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, serei *ad hoc* do Senador Jorge Viana. Então...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então, seria a primeira e depois...

Eu também sou Relator *ad hoc* do Senador Bezerra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O.k. Então, faremos isso rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Só farei os cumprimentos ao Embaixador e imediatamente passo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois não. Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Dando início à terceira parte deliberativa da nossa reunião, o item 1 é de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que trata da aprovação do texto do Acordo de Colaboração Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2015

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Desse modo, concedo a palavra à eminente Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir seu relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, vou fazer uma leitura resumida, porque tenho certeza de que todos os Senadores e Senadoras já leram a mensagem presidencial, que é, inclusive, acompanhada da exposição de motivos do Ministério de Relações Exteriores.

O Acordo, Sr. Presidente, foi assinado pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e pelo Ministro de Negócios Estrangeiros de Vanuatu.

Após ser aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados, em 1º de junho de 2015, a matéria veio para cá, para o Senado Federal, e foi encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

Nos termos do art. 103, inciso I, do nosso Regimento Interno, cabe a esta Comissão analisar a matéria quanto ao mérito.

Quanto ao mérito, o Acordo em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Certamente a cooperação técnica assume papel relevante nas relações entre os povos, sobretudo por estarmos inseridos numa sociedade internacional cada vez mais globalizada.

Então, por essas razões, Sr. Presidente, nós o entendemos conveniente e oportuno aos interesses nacionais. E, por ser também constitucional, jurídico e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O item 2...

Está ausente o Senador Ronaldo Caiado. Vamos, então, ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 326, de 2015

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

Desse modo, concedo a palavra ao eminente Senador João Capiberibe, para proferir seu relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores, aprova o texto do Acordo com o Governo da França.

Vou fazer uma rápida retrospectiva desses acordos, porque são três projeto na mesma direção.

Esse projeto que estabelece normas de transporte de cargas e de passageiros, em função da necessidade urgente que temos da aprovação desse projeto, porque dele depende a inauguração da ponte binacional que vai ligar o Brasil à União Europeia.

Falando assim, parece estranho, mas, na verdade, há uma ponte que aguarda a aprovação desses acordos, uma ponte construída sobre o Rio Oiapoque, que interliga o Brasil ao Departamento Francês da Guiana. E essa ponte está pronta desde 2011.

A história da nossa cooperação com a França foi retomada pelo Acordo-Quadro de Cooperação, renovado em 1996, em maio, em Paris. E nesse acordo se inscreveu uma cláusula que passou a permitir a cooperação regional.

Daí em diante, eu era Governador do meu Estado, e nós estabelecemos uma intensa cooperação com o Departamento Francês da Guiana e com a França. E tivemos a felicidade de reunir, em novembro de 1997, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e o Presidente Jacques Chirac, da França, na pequena comunidade de São Jorge do Oiapoque.

Daí, então, surgiu um entendimento de ampla cooperação entre os dois lados: do lado brasileiro, o compromisso de concluirmos a BR-156, que liga Macapá a Oiapoque, e, do lado francês, a RN-12, que liga São Jorge do Oiapoque a Regina e também o de construir a ponte sobre o Rio Oiapoque.

Isso foi lá em 1997. Nós estamos hoje em 2015, o lado francês honrou os seus compromissos, pavimentou a estrada, construiu tudo que foi necessário para abrigar a parte francesa, as instituições francesas, de aduana, de fiscalização.

A nossa parte está um pouco atrasada, mas está praticamente concluída, restando confirmarmos esses acordos aqui no Congresso, para que possamos inaugurar, finalmente, a ponte sobre o Rio Oiapoque. Daqui a pouco, estaremos apreciando outro projeto que vai permitir, vai dar um tratamento especial para produtos de consumo de sobrevivência, isentando-os de alguns impostos.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto é importante para o País, é importante para o Amapá, em particular, sobretudo para o povo do Oiapoque, que aguarda com muita ansiedade a inauguração dessa ponte e essa relação amistosa entre os dois países.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Capiberibe, pelo relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Parabéns ao Estado do Amapá e também aos Senador Capiberibe e ao Senador Randolfe por essa bela iniciativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... solicito a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com toda a honra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... mesmo não sendo membro da Comissão e também pela Liderança do PSOL, para saudar a Comissão de Relações Exteriores e também o Senador João Capiberibe pela aprovação desse Projeto de Decreto Legislativo que firma, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República francesa.

Esses acordos são o que falta para a inauguração de uma ponte que está erguida sobre o Rio Oiapoque, Senador Anastasia, há pelo menos três anos. A ponte já está pronta, há quatro anos, como já foi destacado aqui pelo Senador João Capiberibe, desde fins de 2010, início de 2011, e apenas esse detalhe diplomático impedia a inauguração da ponte.

Com a leitura e a aprovação do acordo que acabou de ser lido pelo Senador Capiberibe, pelos dois acordos que esperamos ainda sejam apreciados nesta reunião e para os quais já antecipadamente solicito a esta Comissão a recomendação de urgência para serem lidos no plenário, vamos estar, como já foi destacado pelo Senador Capiberibe, aptos para ter uma ligação – vejam o que representam essas pontes – uma vinculação do nosso Estado Amapá com a comunidade europeia, com a Guiana Francesa e a criação de um enorme mercado alternativo para os nossos Estados.

A ponte fará a ligação até a Guiana Francesa e, conseqüentemente, até Caiena. E já existe ligação rodoviária até Suriname. Então, a partir dessa vinculação estratégica com a inauguração da ponte, nós transformaremos mercados isolados, que é o mercado francês, de mais ou menos 300 mil pessoas, o mercado amapaense, de 700 mil pessoas, e o mercado surinamense, de mais de 600 mil pessoas, em um mercado único, de mais de um milhão de pessoas. Essa é uma alternativa concreta.

Tenho aqui que registrar os esforços feitos pelo então Governador João Alberto Capiberibe, desde 1995, do seu governo, do qual eu tive a honra de também participar. E foi nesse governo e nesse período que foram criadas as bases para esse fato histórico para o nosso Estado, no dia de hoje, que é a apreciação desses três acordos de cooperação.

Com a aprovação desses acordos, Senador Capiberibe e Senador Anastasia, saltamos em definitivo de uma relação que foi, no passado, de conflito com a França, na fronteira, para uma relação de integração e cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Randolfe, são os mistérios da burocracia, como V. Ex^a bem testemunhou, juntamente com o Senador Capiberibe, que, agora, felizmente, estão sendo exorcizados devidamente com a aprovação desses acordos.

Desse modo, cumprimentando-o também pelo pronunciamento, passo ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 327, de 2015

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de LOyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, até mesmo antes do relatório, como participo de Mesa Diretora, aproveitando aqui a presença dos dois colegas do Amapá, meu querido e bom amigo, irmão Senador Capiberibe e Senador Randolfe, ambos, eu os qualifico dessa forma, amigos e irmãos, eu queria que, após apreciação, pudéssemos dar regime de urgência e fizéssemos chegar o processado ao plenário do Senado. Esse foi um pedido que também o próprio Presidente da Comissão, o Senador Aloysio nos fez. E eu assumo o compromisso com V. Ex^a, Presidente Anastasia, de pôr a matéria em votação o quanto antes, porque atende aos reclames justos, tanto do Senador Capiberibe como do Senador Randolfe, com relação a essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, faço a apreciação desse item 4 que, como já disse V. Ex^a, aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a França para o estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades Oiapoque, no Brasil, e St. Georges de Loyapock, na França, de 30 de julho de 2014, que tramita aqui.

Ele instaura um regime especial fronteiriço e também isenta de impostos de importação e exportação os bens de subsistência que sejam objeto do fluxo físico realizado pelos residentes entre as localidades fronteiriças – bens de subsistência, produtos alimentícios, de limpeza, de higiene, corporal, vestuário, calçados, revistas, jornais destinados à utilização do consumo corrente, pessoal ou familiar, desde que seu tipo, volume, quantidade ou frequência de intercâmbio não revelem finalidades comerciais ou sua utilização fora do território das duas localidades.

Esse é o propósito desse Acordo e eu penso que ele é oportuno para estabelecer a convivência pacífica e a mais próxima possível entre estas comunidades, tanto Oiapoque, no Brasil, como St. Georges de Loyapock, no território francês.

Diante desse quadro, o presente Acordo constitui marco jurídico de fundamental importância, sobretudo para a população local.

Como não há nenhum problema, nenhum vício de constitucionalidade, está de acordo com o art. 49, inciso I, do art. 84, e o inciso VIII, ambos da Constituição, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, a matéria vai para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Já há orientação do eminente Vice-Presidente para a Secretaria...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só peço urgência e penso que é comum...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – É comum e unânime.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...o Acordo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Subscrito.

A Secretaria da Comissão já está instruída, eminente Senador Jorge Viana, para que na sessão da tarde, com V. Ex^a na Presidência, possa submeter ao Plenário a aprovação desses Acordos.

Convido, por gentileza, o Senador João Capiberibe para assumir a Presidência da Comissão, porque a próxima relatoria será de minha responsabilidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço licença só para voltar para a reunião da Mesa, porque é inacreditável, mas a minha quinta-feira virou uma quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – De nós todos, Vice-Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) –

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, de 2015

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra ao Senador Anastasia para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Esse é uma acordo entra a República Federativa do Brasil e a República do Uzbequistão, assinado em Brasília em 28 de maio de 2009. Esse acordo trata de uma composição de dez artigos, tendo, por objeto, as questões agrícolas e a cooperação agrícola entre os dois países.

O acordo foi assinado em 2009 e pretende, como disse há pouco, Sr. Presidente, promover a cooperação entre Brasil e Uzbequistão na área agrícola.

A iniciativa está em sintonia com os princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Além disso, conforme a nossa análise, o acordo é conveniente e oportuno para os interesses nacionais e merece ser aprovado.

Representa, em verdade, um ponto de partida para a cooperação econômica, científica e tecnológica entre os países, não havendo, sob o ponto de vista técnico, econômico, orçamentário e financeiro, quaisquer óbices. Ao contrário, representa boa oportunidade de expansão das relações comerciais entre ambos os países.

O projeto legislativo não apresenta nenhum vício.

Voto:

Em face do exposto, manifestamos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação técnico-legislativa e, no mérito, pela aprovação do PDS nº 214, de 2015.

É o relatório do eminente Relator Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir que fosse apreciado extrapauta um requerimento de minha autoria, que já está pautado para a semana que vem. Mas eu já havia conversado com o Presidente, e há acordo para que votemos logo hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Consulto o Plenário se podemos considerar o pedido de V. Ex^a. *(Pausa.)*

Aceito. Logo em seguida, vamos à leitura e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2015, de relatoria do Senador Anastasia.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 338, de 2015

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

Com a palavra S. Ex^a, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do terceiro acordo mencionado entre a República Federativa do Brasil e o a República Francesa quanto à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

A Mensagem que acompanha a exposição de motivos destaca que esse tratado define e organiza as condições de execução da cooperação, em uma faixa de 150 km de largura em ambas as ... do rio Oiapoque, na fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil.

O acordo estabelece a cooperação relativa à assistência mútua em situações de emergência de origem natural ou ligadas a atividades humanas suscetíveis de colocar em risco a vida de pessoas se que exijam o envio de socorro, porque facilitará a inauguração da tão querida ponte na região do Oiapoque.

São 15 artigos, designando como órgãos nacionais responsáveis o Ministério da Integração Nacional, pelo Brasil, e o Ministério do Interior da França.

De acordo com a proposta, não há nenhum vício de constitucionalidade, consoante com o arts. 49 a 84 da Constituição Federal. Não há vício quanto à sua juridicidade.

Por ser tratar do mérito de matéria relevantíssima, convém destacar que a maior fronteira da República Francesa é com o Brasil e, nesse sentido, há muitas particularidades envolvendo a região, especialmente no que se concerne à segurança e à defesa civil na área do rio Oiapoque e suas margens, onde se encontra essa fronteira natural.

As condições, muitas vezes inóspitas daquela parte da Amazônia exigem e impõem a cooperação e colaboração dos dois grandes países.

Por isso, o presente tratado constitui importante marco jurídico e sobremaneira relevante para a população local, como também para as boas relações dos dois países.

Desse modo, Sr. Presidente, nosso voto é pela conveniência e oportunidade dos interesses nacionais. É constitucional, jurídico e regimental. Somos pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2015.

É o relatório apresentado pelo eminente Relator Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem. Para ser incluído, como foi nos demais acordos, faço a recomendação de urgência para o Plenário para procurarmos votá-lo ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Será, então, encaminhado ao plenário.

Submeto à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com o art. 39 c/c o art. 46 da Lei nº 1.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Sr^a Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra de Segunda Classe do Quadro

ITEM 6
MENSAGEM (SF) Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes.

De maneira sintética, informo que o Ministério das Relações Exteriores encaminhou e elaborou o *curriculum vitae* da interessada, que descreve a carreira extremamente positiva e proficiente da eminente Embaixadora, mencionando as suas funções, inclusive as representações diplomáticas do Brasil no exterior, onde exerceu, na missão junto à ONU, em Nova York, na Embaixada em Santiago, Washington, Montevidéu, Londres, Embaixada em Nairobi, como Embaixadora, Embaixada em Windhoek, na Namíbia, como Embaixadora, e atualmente chefiava o escritório de representação do Ministério no Estado de Santa Catarina. Vai representar agora, de acordo com a indicação da Senhora Presidente da República junto à Embaixada da Bulgária e da Macedônia, que são nações europeias em desenvolvimento.

Há descrição no relatório das condições diplomáticas e econômicas do nosso comércio bilateral, especialmente com a Bulgária, que vem, de maneira objetiva, tendo um crescimento em relação aos últimos anos.

A análise demonstra a presença de exportação de *commodities* e possibilidades econômicas extremamente positivas junto àquela nação nos Balcãs.

Da mesma forma, acumula-se a representação com a República da Macedônia, uma nação mais recente. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas em 1995. Os dados com referência ao fluxo de comércio Brasil/Macedônia ainda são mais incipientes.

Desse modo, Sr. Presidente, acreditamos que os integrantes da Comissão já têm os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 64, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de audiência pública a fim de discutir o

aprimoramento do papel brasileiro nas relações com a Bolívia no que tange a: (i) brasileiros residentes na fronteira e (ii) segurança na região de fronteira.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 68, de 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos dias 10/09, 24/09, 8/10 e 22/10 de 2015 para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de Defesa brasileiro. Os convidados serão informados oportunamente.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Meu caro Senador, ex-Governador Anastasia, de público, agradeço seu relatório, que já está em apreciação na outra Comissão. Mais uma vez, quero externar o quanto V. Ex^a enobrece esta Casa, pela sua experiência. Faço o convite para que V. Ex^a esteja comigo lá na Comissão do Senado do Futuro. Deveremos realizar a primeira reunião no dia 1º, terça-feira. Gostaria muito de contar com a sua presença.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. Com muito gosto, estarei presente sob a coordenação de V. Ex^a, que também traz brilhante experiência de sua trajetória parlamentar na Câmara e representa tão bem o Estado do Mato Grosso aqui no nosso Senado Federal. Muito obrigado. Estarei lá com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Devo dizer, de público, meu filho, que se formou em Economia, teve a oportunidade de trabalhar na mesma empresa, a Macroplan, e ele sempre me dizia da sua capacidade.

Então, quando um jovem – e os jovens sabem ser críticos - fala isso, é mais um testemunho de que o governo de Minas Gerais não só reconheceu o belo trabalho de V. Ex^a à frente daquele Estado, numa votação estupenda, como também exatamente o reconhecimento da sua competência legislativa que, claro, vamos desenvolver durante esses oito anos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 9 minutos.)



ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (29ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (32ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Benedito de Lira, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Humberto Costa, Ivo Cassol, Lasier Martins, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Regina Sousa, Reguffe e Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Comparece à reunião o Deputado Federal Luís Carlos Heinze, autor do Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015. O Presidente submete às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificar da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, atendendo aos Requerimentos n.º 42/2015-CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque, n.º 45/2015-CCT, de autoria dos Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Hélio José, n.º 47/2015-CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, n.º 49/2015-CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, n.º 54/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e n.º 56/2015-RMA, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Adriana Brondani, Diretora-Executiva do Conselho de Informações sobre a Biotecnologia – CIB; Maurício Guetta, Advogado do Instituto Socioambiental – ISA; Marijane Vieira Lisboa, Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Edivaldo Domingues Velini, Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio; Andiará Maria Braga Maranhão, Coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça - ENDC/Senacom/MJ; Juliana Ribeiro Alexandre, Coordenadora do Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA; e Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues e Regina Sousa, e o Deputado Federal Luís Carlos Heinze. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às treze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo esta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal, nesta data de 11 de agosto de 2015, Dia dos Advogados.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões da CMA e da CCT, Comissão do Meio Ambiente e Comissão de Ciência e Tecnologia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Iniciando os trabalhos desta reunião conjunta, informo que realizaremos hoje audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 42, 45, 47, 49 e 54, todos deste ano, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, e do Requerimento nº 56, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores.

Destina-se a audiência a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais.

Para tal, temos a honra de convidar para compor a Mesa de expositores os seguintes convidados, que peço venham à mesa: a Sr^a Adriana Brondani, diretora-executiva do Conselho de Informações sobre a Biotecnologia; o Sr. Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental; a Sr^a Marijane Vieira Lisboa, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; o Sr. Edivaldo Domingues Velini, presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; a Sr^a Andiará Maria Braga Maranhão, coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e o Sr. Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação. *(Pausa.)*

E também a Sr^a Juliana Ribeiro Alexandre, que é coordenadora do gabinete da SDA.

Esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular.

As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos passar às exposições pelos convidados e, ao final, terão a palavra as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com prioridade aos que foram os requerentes da audiência pública. Os Deputados que aqui comparecerem terão também o mesmo direito, sobretudo os que estiverem envolvidos no projeto de lei.

Durante o curso da audiência, poderemos também fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos.

Na linha desses questionamentos, como forma de orientar, eu gostaria de pedir aos que aqui estão, se puderem, ao longo de suas falas, que nos passem algumas informações, o que seria positivo para nós. Por exemplo:

Um: que países utilizam o rótulo de identificação de alimentos transgênicos?

Dois: quais são as vantagens e as desvantagens na colocação dos rótulos? Peço a opinião de cada um.

Três: o princípio da preocupação na análise de risco dos organismos transgênicos não seria, por si só, uma justificativa para assegurar o direito à informação ao consumidor?

Quatro: a liberação do comércio desses produtos sem o conhecimento do consumidor não seria uma clara violação do direito de escolha do consumidor?

Cinco: sem informações no rótulo, não haveria violação do direito das empresas alimentícias e agricultores que optarem por produzir alimentos isentos de insumos transgênicos?

Seis: não haveria prejuízos financeiros para as empresas que não usam transgênicos? Elas não perderiam o seu referencial na medida em que aquelas que usam o transgênico deixarão de colocar o símbolo?

Sete – e última –: a retirada da identificação dos alimentos geneticamente modificados não estaria em oposição ao crescimento da consciência social acerca da origem, da qualidade e do valor nutritivo dos alimentos, que vem crescendo nos últimos anos?

São sete perguntas. Talvez tenha ficado um pouco perdida, mas eu não vou repetir, até por causa da hora, mas, ao longo do nosso debate, eu voltarei a colocá-las.

Quero dizer que, como nós temos um debate muito grande – hoje aqui são sete, e amanhã teremos seis, em outra audiência sobre o mesmo tema, ou seja, treze – vamos, ter que restringir o tempo a dez minutos. Obviamente, sendo necessário, discutiremos como aumentar o tempo ou como usar mais tempo ao final da audiência.

Então, indo diretamente ao assunto, passo a palavra à Sr^a Adriana Brondani para fazer a sua exposição.

A SR^a ADRIANA BRONDANI – Bom dia a todos.

Como são só dez minutos, vou me apresentar rapidamente. Faço parte do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, uma entidade não governamental que tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre biotecnologia no seu aspecto técnico-científico. Essa entidade faz parcerias com uma série de instituições públicas, privadas, com universidades, com algumas empresas para que possa desempenhar esse seu trabalho de explicar o que é a biotecnologia.

Nesse desafio de explicar o que é a biotecnologia, nós trabalhamos constantemente com o tema relacionado ao mito do alimento natural. Na realidade, nós sabemos que o alimento que nós ingerimos hoje foi modificado geneticamente ao longo dos anos. Estamos vendo aqui o milho ancestral, o teosinto, e o milho moderno ao lado. Nós sabemos que nós alteramos o genoma das plantas por milhares de anos. Então, grande parte dos alimentos que hoje nós consideramos como alimentos oriundos da área agrícola, alimentos naturais, passaram por um processo que nós denominamos de domesticação. Esse processo impõe uma série de alterações genéticas em todas essas plantas, em todos esses alimentos ao longo do tempo.

Nós vemos aqui o processo de domesticação do milho: data de cerca de dez mil anos atrás quando nós iniciamos esse processo.

Outro exemplo aqui interessante para ilustrar: nós temos ali o repolho selvagem e vários alimentos que conhecemos, como couve-flor, brócolis, repolho. Vários deles são todos originados de um ancestral comum. O que foi acontecendo aqui? Nós fomos fazendo um processo de seleção natural e artificial, porque fomos selecionando partes da planta, fomos cultivando em diferentes regiões do mundo e, por isso, fomos apresentando características expressas, que nós chamamos de fenotípicas, bastante diferentes.

Então, esse processo de domesticação tem uma importância muito grande quando nós falamos em cultivo agrícola, vejam por quê: porque nós conhecemos, hoje, cerca de 350 mil espécies vegetais. Cerca de três mil delas são utilizadas pelo homem, e aqui vamos considerar inclusive para paisagismo, não apenas para alimentação. Para a alimentação, nós ficamos muito

restritos: nós conseguimos cultivar para cultura, na realidade, cerca de 300 plantas. O que quer dizer isso? As características que nós temos para a cultura agrícola são extremamente restritas para que possamos ter a produção agrícola.

Por isso o homem precisou, ao longo do tempo, fazer esse processo de domesticação. Aqui nós observamos que essa domesticação foi acontecendo muitos anos atrás, nós temos aí dez mil anos, treze mil anos atrás – é o caso da lentilha, do trigo, da cevada e da ervilha –, em diferentes regiões do mundo. Portanto, esse homem primitivo foi fazendo um processo de domesticação, selecionando características de plantas sem conhecer genética, sem conhecer DNA, sem utilizar nenhuma técnica de biologia molecular que hoje nós utilizamos.

Esse processo antecede os conhecimentos de genética, e o grande marco que nós temos no melhoramento genético, que permite que se possa cultivar o que nós cultivamos hoje, está representado pelo geneticista Mendel. Então, lá em 1865 nós começamos a mudar esse aspecto, quando ele trouxe essas informações. Até hoje nós fazemos intensamente o melhoramento genético, o melhoramento genético que chamamos de convencional. Hoje nós podemos obter diferentes plantas através de melhoramento genético por cruzamentos interespecíficos, que nós chamamos aqui de um melhoramento genético convencional. Por meio dessa técnica, nós estaremos trocando genes nesse processo, selecionando características.

Nós também podemos induzir melhoramento genético – e isso é utilizado para a produção de alimentos também – através da indução de mutações. Então, no momento em que eu irradio uma planta e ela sofre um processo de mutação, eu estou mexendo com todo o genoma dela, com o material genético.

Por último, a técnica que entrou mais tardiamente, a técnica de transformação genética, também conhecida como transgenia, e que vem associada aos conhecimentos todos da biotecnologia moderna. Então, vejam: ela representa apenas mais uma estratégia que vem contribuindo para se colocar características nas plantas, como nós já vínhamos fazendo muito tempo atrás, aqui incorporando informações que conhecemos hoje, de biologia molecular.

Com o melhoramento genético convencional – podemos ver isto neste gráfico –, as plantas foram ganhando produtividade. Aqui nós estamos observando as culturas de trigo, de milho e de soja e vendo o ganho de produtividade que o melhoramento convencional já agregou. Nós tivemos um ganho muito grande de produtividade sem utilizar ainda todos os conhecimentos, porque os anos que estamos observando aqui são bastante anteriores.

Quando nós conhecemos a estrutura do DNA, e isso é de 1953, quando se desvendou a estrutura do DNA, nós entramos numa nova era de biologia molecular, abrimos uma área de informação, que é a área da biologia molecular. E aqui entram as ferramentas para se trabalhar com a transformação genética.

Outro elemento bastante importante desse período é a descoberta das enzimas de restrição, que são enzimas encontradas em bactérias na natureza como um mecanismo de defesa que são capazes de cortar sequências específicas de DNA. Portanto, quando nós entramos em biologia molecular, em biotecnologia, em transgenia, nós precisamos destas ferramentas: conhecer a estrutura do DNA, conhecer que nós precisamos cortar sequências específicas. A utilização dessas ferramentas é necessária para fazermos melhoramento convencional, para fazer biotecnologia atualmente.

Outro marco bastante importante na biotecnologia foi a descoberta de que nós podemos pegar um gene de interesse e cortá-lo graças à descoberta dessas enzimas que clivam regiões específicas de DNA, cortam regiões específicas de DNA. Podemos isolar esse gene e levá-lo para outro organismo – uma descoberta muito importante para o desenvolvimento da insulina humana, que é utilizada hoje para o tratamento dos diabéticos. Da mesma forma, temos utilizado isso para o desenvolvimento de características em algumas plantas, e esse gene de interesse pode vir da própria planta, pode vir de um micro-organismo – muitas vezes se utiliza a própria planta para se extrair um gene de interesse e colocá-lo em outro lugar.

Saliento: nós estamos isolando um gene ou dois genes, o número é bastante restrito – falamos de espécies vegetais que têm 28 mil, 30 mil genes –, nós estamos falando de uma pequena característica.

Quando nós falamos de melhoramento genético por melhoramento convencional, nós temos um conjunto de genes sendo modificado. Quando nós induzimos mutações em plantas porque desejamos colocar características, eu tenho também um conjunto de genes modificados, que são muitas vezes desconhecidos.

Aqui, nós estamos trabalhando no universo do desconhecido, seja para a produção de medicamentos, seja para a produção de sementes geneticamente modificadas.

Já que nós estamos observando a questão de produtividade, neste gráfico podemos observar o ganho de produtividade lá no final, quando nós temos – ali está escrito em inglês, desculpem-me – um ganho de produtividade no milho quando a biotecnologia entra. Ali, no período próximo a 2005, vejam como aquela produtividade cresceu quando nós comparamos com o restante da curva, em que nós já estamos adotando melhoramento genético convencional, já estamos incorporando as informações de genética aqui. A biotecnologia está trazendo um ganho de produtividade expressivo que aparece aqui, mesmo que as características que estejamos introduzindo atualmente nas plantas não sejam diretamente relacionadas a ganho de produtividade.

Chamaria também a atenção de que, apesar de todo esse rigor em relação a se trabalhar com o gene amplamente conhecido e se estudar apenas os genes conhecidos na biotecnologia, toda biotecnologia é altamente regulamentada, tanto que no Brasil temos uma lei – a nossa Lei nº 11.105...

(Soa a campainha.)

A SRª ADRIANA BRONDANI – ... que estabelece normas de fiscalização e de biossegurança... Isso quer dizer alguma coisa? Ah, o.k.

Através dessa lei, nós vamos ter de estabelecer normas de segurança, mecanismos de fiscalização para se trabalhar com biotecnologia no Brasil. Ela observa o princípio da precaução, ela tem uma preocupação com a proteção à vida e ao meio ambiente e ela representa um estímulo ao avanço científico. Basicamente, nenhum de nós pode trabalhar com biotecnologia se não cumprir uma série de passos, que vou deixar para o Prof. Velini comentar mais tarde, porque é o Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Ele poderá abordar com mais propriedade do que eu, mas nós não poderemos trabalhar sem passar por todas essas etapas.

Chamaria atenção neste momento final de que todas essas etapas são acompanhadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, que fará uma análise da avaliação de risco de cada produto. Então, vejam, um produto de biotecnologia passa por uma avaliação altamente complexa, porque estamos olhando informações sobre o AGM, todas as suas características, como esse gene se expressa, quais são as características principais desse gene; nós vamos olhar o impacto desse gene no meio ambiente; nós vamos também observar o impacto na saúde humana e animal. Portanto, nenhum produto é aprovado sem que passe por esse critério altamente rigoroso, que obedece a protocolos internacionais de avaliação de risco. Mesmo considerando que nós estejamos falando de uma alteração genética que foi adicionada e em um melhoramento convencional, em um melhoramento induzido por mutações, nós não passamos por todos esses processos. Portanto, um transgênico passa por uma análise muito superior a outros alimentos que nós conhecemos.

Eu posso continuar? Como estou? *(Pausa.)*

Muito bem.

Até este momento, o que nós temos na nossa primeira geração de plantas transgênicas – e acho que isso também cria uma percepção bastante equivocada do consumidor que está afastado do meio agrícola –, a nossa primeira geração de plantas transgênicas tem propriedades agrônômicas, são características agrônômicas alteradas. O que nós vemos no mercado são plantas que apresentam resistências a insetos ou a vírus, são plantas que apresentam tolerância herbicida.

Então, quem se beneficia diretamente? O produtor. O produtor se beneficia diretamente, o consumidor se beneficia indiretamente ao ter uma produção aumentada de alimentos, que é o que nós estamos observando hoje. Importante ressaltar que aqui foram introduzidos genes extremamente conhecidos, muito conhecidos retirados de bactérias encontradas no solo, genes bastante conhecidos em plantas para que se garanta essa questão de segurança e, de qualquer forma, cada produto é avaliado caso a caso. Passa por todo esse processo de avaliação de análise de risco de forma independente um a um.

O que observamos diretamente, como consumidores, é que o Brasil cresceu nos últimos anos expressivamente em termos de produção de grãos. Se olharmos esta curva... Eu chamaria a atenção para o seguinte: até 2006, nós não temos um crescimento tão expressivo quanto nós temos como a partir de 2006, quando nós observamos a aprovação de milho transgênico, não é? Nós tivemos a sua aprovação. Já temos e estamos colhendo isso no campo e nós observamos essa curva de produtividade, tanto de milho quanto de soja. Então, a população acaba tendo esse benefício de alimento disponível, de alimento acessível. Existem diversos estudos mostrando essa segurança dos transgênicos. Além da avaliação de risco, obviamente existem estudos independentes que acontecem, avaliando efeito de longo prazo de transgênicos. Eu só vou mencionar dois trabalhos aqui. Pelo nosso tempo limitado, eu vou mencionar o estudo da Comissão Europeia que, na realidade, reuniu 50 projetos de pesquisa, 400 grupos de investigação e avaliou o efeito da produção de transgênicos de 2001 a 2010. Então, nós temos aqui um período bastante longo de avaliação, conduzido pela própria Comissão Europeia. A conclusão principal que nós temos é que não existe nenhuma evidência científica, em toda essa análise, associando os organismos geneticamente modificados a maiores riscos para o meio ambiente ou para a alimentação do que aqueles apresentados convencionalmente, do que aqueles que nós vamos ter nas plantas convencionais, porque nós sabemos que a agricultura tem um impacto, de um modo geral, na produção.

Por último, o último trabalho que nós temos são os 29 anos de avaliação agropecuária em 100 bilhões de animais. Esse é um trabalho que foi publicado no ano passado. O que esse trabalho avaliou foi o impacto de uma alimentação não transgênica (convencional), porque são 29 anos. Portanto, animais que se alimentavam anteriormente às rações transgênicas e animais que se alimentaram posteriormente. Não se observou nenhuma alteração no conteúdo nutricional, no valor nutricional, na composição em qualquer característica do leite, da carne, desses alimentos.

Destacaria isso e vou deixar minha conclusão para mais tarde. Fico à disposição. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, professora. Creio que foi muito ilustrativo.

Eu aproveito para trazer a pergunta que faz com que estejamos aqui: por que proibir ou impedir ou não facilitar o consumidor de escolher, sabendo que o produto é transgênico (modificado) ou não, até em se levando em conta estudos que dizem que não há nenhum problema. Deixemos o consumidor, que deve saber desses estudos, por diversas maneiras, escolher. Esta é a pergunta que nós queremos fazer aqui: devemos ou não deixar ao consumidor o direito de escolher, sabendo o tipo de alimento que ele vai comprar e depois consumir?

Eu passo a palavra agora a Maurício Guetta.

O SR. MAURÍCIO GUETTA – Muito bom dia, Senador Cristovam. É um prazer estar novamente aqui na Comissão para contribuir com o debate deste importante projeto de lei. Muito bom dia aos participantes, convidados e demais membros da Mesa.

A última oportunidade em que estivemos juntos, Senador, em uma audiência pública, foi para debater um tema de altíssima complexidade, diversos detalhes e que foi a atual Lei do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais, a atual Lei 13.123. Eram dezenas de artigos com diversos detalhes e nós, então, auxiliamos tecnicamente na elaboração de 23 emendas naquela oportunidade e que foram aprovadas em plenário.

Então, esses debates são, de fato, principalmente na Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem feito esse trabalho, muito relevantes para a instrução do processo legislativo. Estamos aqui

para isso, mas com a diferença de, neste caso, o projeto de lei versa apenas sobre um dispositivo que é a pretensão de alteração do art. 40 da atual Lei da Biossegurança, a Lei nº 11.105, de 2005.

Então, passemos objetivamente ao ponto nuclear desse projeto de lei. Ele pretende três alterações. Objetivamente, são, em primeiro lugar, rotular como transgênicos apenas os alimentos, cuja presença de OGM for comprovadamente detectada por meio de análise específica – já vamos detalhar esse ponto. O segundo é facultar a rotulagem "livre de transgênicos" para aqueles produtos, cujo resultado da análise específica tenha sido negativo. E, por fim, retirar o símbolo T, que é tradicionalmente conhecido como o indicativo de que há transgênico no produto. Então, são essas três alterações que se pretendem a partir desse projeto de lei.

Como base dessa discussão, acho que a gente não deve aqui discutir sobre os benefícios ou malefícios dos produtos transgênicos, porque esse debate já foi realizado em 2005. Acho que não é esse o caso. O ponto não é esse. O ponto é o direito ou não da sociedade consumidora, que é a sociedade em que vivemos, de ter acesso à informação sobre a presença ou ausência de transgênicos nos rótulos das embalagens. É esse o ponto. Não cabe aqui discutir sobre questões relativas à saúde, enfim. Estamos aqui discutindo a questão de direito do consumidor. E o direito fundamental do consumidor à informação está bastante sedimentado na Constituição Federal – não há dúvida disso – e é regulamentado pela Lei nº 8.078, que é o nosso Código de Defesa do Consumidor, que está em todos os estabelecimentos comerciais do País, uma lei bastante relevante.

Então, passemos à questão principal desse projeto de lei, que é a tal da análise específica. Vamos discutir um pouco sobre essa questão da análise específica, que para nós é a questão central do projeto de lei, o ponto chave, porque hoje, Senador, como é realizada a detecção da origem transgênica de um produto? Se há transgênico, essa análise é feita no início do processo produtivo e, naturalmente, coloca-se o rótulo T. Então, essa identificação da origem transgênica é realizada com base na matéria-prima, no início do processo produtivo. Então, se há uma soja transgênica ou um milho transgênico, sem análise laboratorial, já se coloca o rótulo.

O que se pretende com esse projeto de lei é que o momento dessa identificação sobre a origem transgênica do produto seja na última fase do processo produtivo, ou seja, quando o produto final, acabado estiver pronto. Então, é isso que se pretende colocar. Essa é a alteração principal do projeto de lei.

Então, a detecção sobre a origem transgênica, segundo diversos especialistas... E nós estamos entregando aqui o nosso parecer técnico jurídico do Instituto Socioambiental, do IDEC, da Terra de Direitos e do Movimento dos Pequenos Agricultores nesse sentido, com detalhamento da nossa exposição. Diversos profissionais e especialistas na área atestam que a detecção da origem transgênica, se realizada ao final do processo produtivo, se realizada no próprio produto final, não será possível de ser realizada em muitos casos, justamente porque a maioria dos alimentos são processados, industrializados, então, há uma quebra do DNA, que impediria, nessa análise laboratorial, de se obter o resultado, a verdade sobre a origem transgênica ou não. Esse é o principal aspecto.

Quais são os efeitos? São dois efeitos principais, duas consequências principais dessa alteração legislativa. O primeiro resultado nefasto dessa alteração legislativa é que ocorrerá a ausência de rotulagem sobre a origem transgênica para a grande maioria dos produtos em que há origem transgênica. Então, o consumidor será ludibriado sobre a presença ou não de transgênico no produto, porque a análise laboratorial feita ao final não detectará a origem transgênica do produto.

O segundo efeito, que considero mais grave ainda, é que chegaríamos à teratologia de rotular como livre de transgênico um produto onde há transgênico. Então, mais do que omitir do consumidor a informação sobre a origem transgênica, estaremos enganando-o. Ele estará adquirindo um produto cujo rótulo coloca livre de transgênico, ou seja, informa sobre a ausência da transgenia quando, na verdade, pode haver transgênico nele. Para nós, isso representa uma grave violação ao seu direito fundamental e constitucional à informação, que se encontra disciplinado também pelo Código de Defesa do Consumidor.

Quero destacar aqui a conclusão do Consea, na sua Recomendação nº 9, de 2015, que diz que, além desses aspectos, o projeto de lei – isto responde outra pergunta, Senador – "penaliza os agricultores e as empresas alimentícias que optam por produzir alimentos isentos de ingredientes transgênicos". Então, essa é a conclusão. Entre aspas, cito a conclusão do Consea. Não somos nós, mas é o Consea que diz isso.

Quero também destacar a violação ao interesse público, Senador, porque esse projeto desconsidera, em absoluto, a vontade da maioria da população de saber sobre a origem transgênica. A enquete que foi realizada no *site* do Senado, até onde vi, estava com 94% de desaprovação ao projeto de lei. O Ibope já fez diversas pesquisas sobre o tema, e, em todas elas, cerca de 70% da população querem saber sobre a origem transgênica do produto. Então, é preciso respeitar a vontade do consumidor nesse sentido.

Vejam que estou aqui colocando diversos aspectos, que em nada se relacionam, sobre a possibilidade ou não de os transgênicos causarem danos à saúde. Não é esse o debate. Ainda assim, colocamos uma série de estudos recentes que indicam essa possibilidade de os transgênicos causarem risco à saúde do consumidor. Isso aumentaria e ratificaria a necessidade de rotulagem da forma como se encontra hoje.

Quero destacar que, recentemente, na França, o Congresso Nacional francês vetou por completo a implantação de milho geneticamente modificado no País. Essa decisão do Congresso Nacional francês foi ratificada pela Corte Suprema francesa. Então, acho que este é um aspecto interessante em termos de Direito Comparado, em termos de legislação comparada, que o Senador, inclusive, colocou como pergunta: o Congresso francês, recentemente, proibiu a presença de transgênicos.

Outro aspecto interessante – estamos juntando alguns estudos nesse sentido – é que o uso de transgênicos no Brasil, o cultivo de transgênicos no Brasil acabou por ampliar, por aumentar o uso de agrotóxicos. E aí há uma série de indicadores percentuais, que...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO GUETTA – ...não vou destacar, por falta de tempo. Mas agrotóxicos como o glifosato, cuja utilização teve cerca de 40% de aumento desde que os transgênicos passaram a ser cultivados no Brasil, causam, comprovadamente, uma série de danos à saúde das pessoas. Inclusive, há uma série de estudos científicos nesse sentido.

Quero também repudiar, Senador, a pretensão de se retirar o símbolo T, especificamente o símbolo T, que não é o ponto nuclear da questão. Mas o símbolo T se encontra devidamente sedimentado no inconsciente da população. Então, para que alterar algo que a população já conhece, um símbolo que já é de fácil conhecimento da população? Não há qualquer razão que possa justificar essa alteração.

Por fim, Senador, eu queria destacar um aspecto que os outros convidados podem aprofundar: os impactos negativos econômicos e diplomáticos ao País.

Primeiro, imagine que a União Europeia aceitaria receber em seus países um produto brasileiro em que consta a expressão "Não Contém Transgênico" sabendo que é possível que esse produto contenha transgênico! Recentemente, a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e a Presidenta Dilma Rousseff estiveram em Bruxelas, na Bélgica, justamente para tratar de um possível novo acordo sanitário entre o Brasil e a União Europeia para ampliar as exportações e importações entre os países. Esse projeto de lei, na nossa percepção, traria diversos impasses para novos acordos comerciais entre o Brasil e outros países, ainda mais neste momento em que o Brasil precisa tanto ampliar suas exportações para os países da União Europeia e para países como China, Estados Unidos etc..

Por fim, quero destacar o descumprimento do Protocolo de Cartagena, que foi ratificado pelo Brasil em 2003, o que poderia implicar consequências diplomáticas como sanções comerciais ao País.

Diante disso, Senador, diferente dos demais projetos que temos debatido aqui na Casa, em que era possível fazer melhorias no texto para se chegar a um texto de consenso, neste caso não

vemos nenhuma possibilidade de melhorar o texto. Este projeto, em nossa visão, deve ser rejeitado pelo Senado Federal. Esta é a nossa posição, nossa contribuição à Mesa.

Ficamos à disposição para novos debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora à Srª Marijane Vieira Lisboa.

A SRª MARIJANE VIEIRA LISBOA – Bom dia.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Randolfe, aos demais Senadores, e congratular-me por esta iniciativa do Senado porque, como muitos de nós deveríamos saber, esse projeto foi submetido à apreciação na Câmara de manhã e ao fim da tarde estava votado – ou seja, não mereceu o menor cuidado em termos de análise por parte dos nossos Deputados. Muitos deles, inclusive, posteriormente declararam que não souberam exatamente o que votaram, devido à rapidez com que se processou.

Então, a iniciativa de convocar esta audiência pública em dois dias, para poder ouvir vários especialistas, etc., demonstra que o Senado entende que é importante analisar leis e projetos de leis, devido às consequências que eles têm para a sociedade. Espero que esse exemplo do Senado seja seguido mais tarde, na Câmara, para onde o projeto terá de voltar, por qualquer que seja o procedimento, para análise.

Eu gostaria de me apresentar. Por que estou aqui? Sou socióloga, sou professora de Sociologia da PUC. Minha especialização é na área de Sociologia e Meio Ambiente e Novas Tecnologias. Minha tese de doutorado é sobre a era tecnológica – ética e cidadania na época da era tecnológica. E sou uma leitora antiga do Senador Cristovam Buarque. Já dei seus textos nas minhas aulas muitas vezes.

Antes disso, fui do Greenpeace e acompanhei toda a questão dos transgênicos no Brasil, quando foram introduzidos. Fui convidada pela Ministra Marina Silva, à época, para assumir a Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Depois disso, fui, durante dois anos seguidos – portanto, quatro – relatora de Direito Humano Ambiental pela plataforma DhESCA e sou, também... Já estou completando meu quarto ano como membro da CTNBio, que é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, onde estou na qualidade de especialista do consumidor – ou seja, indicada pelas entidades de consumidores para cumprir esse papel.

Portanto, minha familiaridade com o tema é grande, ainda que não seja aquela familiaridade do cientista biotecnólogo, do químico, do médico, mas de acompanhar essa discussão de um ponto de vista que é o ponto de vista do qual posso falar aqui para vocês: é o ponto de vista sob o qual vemos, na Sociologia, o debate científico, hoje, em torno das novas tecnologias. Bom, preciso dizer que não há consenso sobre esse tema, e já de início.

Como em qualquer nova tecnologia – nanotecnologia, transgenia, vários outros aspectos tecnológicos –, nós nos encontramos naquela situação que definimos como situação de polêmica científica. O que é uma situação de polêmica científica? É aquela em que os cientistas, por mais capacitados que sejam e disponham de um mesmo, digamos, arcabouço de teorias e métodos, não são capazes de chegar a uma conclusão. E por que não são capazes de chegar a uma conclusão? Devido à natureza nova da tecnologia.

Toda tecnologia nova é conhecida sob certos aspectos. Em geral, ela é desenvolvida para atender certos objetivos. Mas quais serão os impactos dessa tecnologia em outros aspectos, em outras áreas da vida humana, que não foram estudadas? A gente tem o século XX inteiro de exemplos disso.

Quando se descobriu o uso do carvão, depois do petróleo, depois do gás natural, ninguém estava pensando que iríamos enfrentar as mudanças climáticas, não é? E estamos enfrentando. Quando se descobriu o uso dos CFCs, quer dizer, de vários gases que pareciam extremamente benéficos e sem problemas para armazenar energia, ninguém estava pensando que a camada de ozônio seria depleta. O inventor do DDT, um poderoso inseticida, foi premiado com o Prêmio Nobel. O DDT está proibido, é cancerígeno, tem impactos seriíssimos na saúde.

Quando se inventou a talidomida, que era um calmante antienjoativo – não sei se a gente chama assim – para mulheres grávidas, que era o ideal, porque não dava sono, se descobriu que era teratogênico, e uma geração inteira de crianças nasceu no mundo com deformações.

E, mais recentemente, a gente teve o Celebra, o Vioxx. Acho que quem lê jornal... "Eu estava tomando esse remédio, não posso mais tomar, ele dá isso..." Ou seja, por que isso acontece? Porque a velocidade com que se criam novos produtos não acompanha a velocidade, que é muito mais lenta, da natureza dos nossos organismos. E o produto às vezes é criado com o objetivo...

Se a gente pensa nos transgênicos, para que eles foram criados? Para permitir que os agricultores usem mais agrotóxicos em cima de certas plantas, e elas não morram. Ou, então, para que o transgênico tenha um inseticida dentro dele mesmo, e não seja necessário colocar outro fora, porque ele já é um inseticida, a planta já é um inseticida.

Então, o objetivo era agrônômico, e grande parte dos testes que a gente discute na CTNBio são agrônômicos. Funcionou do ponto de vista agrônômico? Funcionou. A lagarta morreu, a planta não morreu. Jogou-se Glifosato em cima dela, e ela ficou lá vivinha.

Bem, esse é o objetivo, para isso se pesquisou, é isso que vem como resultado dos estudos que nos são apresentados. Nós não fazemos nenhum estudo.

Meu colega, que é o Presidente da Comissão, vai comprovar isso. Nós não fazemos estudos. Nós recebemos estudos da Monsanto, da Syngenta, lemos o que eles escreveram. E em geral eles escreveram isso.

Funcionou? Depois nós fazemos alguns testes – ou seja, eles – que consideramos bastante limitados, e, em função disso, é aprovado.

Então, uma situação de polêmica científica é uma situação em que a decisão não é tomada tecnicamente. A decisão é tomada politicamente. Põem-se na balança riscos e benefícios. Vale a pena tomar um remédio novo, que alguém acabou de inventar, para uma doença que não tem cura? Os familiares e o paciente, junto com o médico, tomam a decisão. "Vale a pena. Eu vou morrer mesmo. Se eu tomar esse remédio, quem sabe prolongue minha vida ou até me cure." É a balança.

Agora, vale a pena pôr no campo uma planta transgênica, com agrotóxico, que vai ser comida, porque a agricultura brasileira vai exportar mais ou vai produzir mais, mesmo que isso possa trazer problemas à saúde das pessoas? É essa a decisão que tem de ser tomada e que é tomada, todas as vezes, na CTNBio. E é uma decisão política, que divide aquela comunidade científica em dois grupos: um majoritário, que diz que vale a pena.

E eu os ouço dizer... Tivemos uma reunião na semana passada – não é Dr. Velini? –, em que alguns diziam assim: "Não, mas como vamos resolver o problema da produtividade, da alimentação do mundo sem agrotóxicos?"

Então, já há um pressuposto, já há uma posição anterior. Nós achamos que a solução para o problema da fome é produzir mais. E produzir mais com esse sistema. Há vários sistemas de agricultura. Há sistemas agroecológicos, mas esse nem é considerado, esse é considerado uma bobagem, coisa de índio, etc. Então, não vale a pena.

Se só há esse jeito, vamos decidir por isso, embora não possamos assinar embaixo, dizendo que não há risco. E todas as fórmulas de aprovação dizem "provavelmente", "dificilmente", "quase impossível", mas nenhuma é capaz de dizer "não vai haver risco", por quê? Porque não se fizeram os estudos todos, de longo prazo, que era necessário fazer.

Então, estou me restringindo a duas questões das colocadas a nós, porque, em dez minutos, nem se fôssemos gênios, seríamos capazes de tocar em várias delas. Mas uma delas, que é a terceira – e que está, aliás, com erro de digitação, porque está dizendo "princípio da preocupação", e não é –, diz: "O princípio da precaução na análise de risco dos organismos transgênicos não seria, por si só, uma justificativa para assegurar o direito à informação do consumidor?" Claro, porque o princípio da precaução é adotado, quando nós não podemos saber se é absolutamente segura alguma coisa, senão não é preciso adotar o princípio da precaução, senão a gente adota o da prevenção. Pode chover hoje, em Brasília? Não. Não vamos sair de

guarda-chuva. Em São Paulo, já seria bom. Está faltando chuva, há o problema de seca, mas é um clima mais instável.

Assim, se há uma polêmica científica, se não há um acordo a respeito, por que decidimos sempre na CTNBio, por exemplo, a favor? Porque é uma maioria a favor; é uma maioria que já supõe ser bom; é uma maioria já escolhida.

E por que é uma maioria? Não é porque isso seja uma proporção que divida qualquer comunidade científica em qualquer lugar do mundo. Há um vício de origem na formação da CTNBio: a maioria dos seus cientistas são escolhidos pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, como ele quiser; e ele escolhe sempre pessoas que acham que transgênicos são bons; ele escolhe o que chamamos de "biotecnólogos", cientistas muito sérios, competentes, etc., mas fazem ou estudam transgênicos, gostam de transgênicos e dizem frequentemente que não têm medo de transgênicos.

Até brinco, como socióloga, que há uma identificação subjetiva entre o sujeito e o objeto que ele estuda, que é algo muito natural. Temos antropólogos que gostam muito dos seus índios; sociólogos urbanos que gostam das suas tribos urbanas. Então, existe um pressuposto de que é bom.

Quem vota contra? Quando se vota? Sempre se vota. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem toda uma preocupação em relação à agricultura familiar e à agroecologia; Ministério do Meio ambiente, não preciso explicar por quê; representante dos consumidores, não preciso explicar por quê; representante da saúde dos trabalhadores, o cargo ficou vago durante muito tempo. Agora, acabou de chegar um representante que se tem manifestado muito claramente em relação às preocupações com a saúde; representante de movimentos na área ambientes, obviamente também.

Então, se olharmos quem vota, entendemos por que as votações são assim. Há um vício de origem na CTNBio. Ela tem de revista. Qual é o vício de origem? Ele tem a ver, antes de tudo, com a escolha, a maneira como são escolhidos os cientistas, os critérios que se exigem para que eles sejam escolhidos. Até o seu nome: Comissão Técnica. Ela não é técnica. Uma comissão tem cientistas muito bons e competentes. Não estou questionando isso, mas a decisão que ela toma é política e sempre será, quando se tratar de novas tecnologias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Professora Marijane. O Senador Cristovam Buarque precisou sair por alguns instantes para votar matéria na Comissão de Educação.

Com relação à exiguidade do tempo, Dr^a Marijane, daqui a pouco, as perguntas poderão compensar um pouco aquilo que deixou de ser dito.

Com a palavra o Dr. Edivaldo Domingues Velini, Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

O SR. EDIVALDO DOMINGUES VELINI – Bom dia a todos. Agradeço o convite formulado à Presidência da CTNBio para fazer esta apresentação. Vou tentar ser rápido. São 17 questões, e não 7. Havia recebido não sei se extraoficialmente as questões. Então, há algumas questões muito complexas, a ponto de gastarmos um dia, tratando de cada uma delas.

Vou tentar fazer na minha apresentação basicamente a apresentação de informações. Vou tentar opinar o mínimo possível sobre essas questões.

O primeiro aspecto sobre o marco regulatório brasileiro em biossegurança é que tivemos, na verdade, a Lei de Biossegurança, a Lei nº 11.105, a segunda lei do Brasil, porque tivemos anteriormente a Lei nº 8.974, que, depois, foi substituída pela Lei nº 11.105, em 2005.

O processo, hoje, de desenvolvimento de um OGM (organismos geneticamente modificados) até a liberação comercial passa por uma série de decisões da CTNBio. Acima desta Comissão, existe o Conselho Nacional de Biossegurança, de 11 Ministros, que pode reverter as decisões da CTNBio, avocar para si processos de análise.

Então, a decisão da CTNBio só é válida depois de um tempo para manifestação do CNBS. Esse é um aspecto bastante importante.

Hoje, basicamente, as normas que regulam o desenvolvimento de OGMs no Brasil envolvem leis, decretos – o Decreto nº 5.591, que regulamenta a Lei nº 11.105, a Portaria nº 146, que estabelece o regimento da CTNBio, e uma série de resoluções, comunicados, instruções da CTNBio. Quero chamar a atenção porque a própria CTNBio não foi criada pela Lei nº 11.105, sua existência já estava prevista na lei anterior.

Hoje o sistema de biossegurança brasileiro não é CTNBio e CNBS, mas temos a CIBios, que são as comissões internas de biossegurança. Então, todo projeto envolvendo OGMs tem que ser aprovado internamente às empresas. Em algumas situações, as autorizações têm que ser conseguidos pela CTNBio; em outras, as CIBios têm autorização para isso.

Temos também a participação dos órgãos e entidades de registro e fiscalização, por exemplo, o MAPA, a Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Pesca e Aquicultura fazem parte disso. A única coisa que a CTNBio autoriza é o uso de OGM; depois, o registro, a regulamentação, assim por diante, faz parte de cada Ministério.

Por exemplo, aprovamos, na semana passada, o uso dos vírus transgênicos para produção de vacina da dengue. Quem aprova a vacina é a Anvisa. A CTNBio só decide sobre a biossegurança do OGM que vai ser envolvido na produção.

Devo destacar que o MAPA fiscaliza praticamente 100% das liberações para estudo que temos no Brasil, ligadas a OGMs.

Essa era a representação do processo de desenvolvimento de um OGM no Brasil antes de 2005 e após a lei nova. Hoje o fluxograma é bem mais simples, tem se mostrado funcional, e o resultado disso é que nós temos – essa é a relação de todos os OGMs aprovados no Brasil, antes de 2005 e após 2005. Claramente, observa-se que o número de aprovações foi elevado – plantas, vacina humana, foi o primeiro caso na semana passada, vacina animal, tem um número bastante grande também enzimas, micro-organismos. Basicamente, não tínhamos OGM, tínhamos uma, duas, três, quatro, cinco liberações; hoje, esqueci-me de pegar o número total, mas é ao redor de 60 liberações.

Um detalhe importantíssimo é que 92% das liberações comerciais são voltadas à agricultura, pecuária e produção florestal. Apenas 1% dos processos que tramitam na CTNBio se referem a liberações comerciais; 99% são relatórios, planos de projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa. Então, para que um produto chegue à condição de se decidir sobre a liberação comercial ou não, algumas vezes são emitidos dezenas, em alguns aspectos, até centenas de pareceres sobre atividades experimentais e mesmo sobre a liberação comercial. Para que haja liberação comercial, toda tecnologia precisa ser aprovada em quatro subcomissões, que são a de saúde ambiental, vegetal, humana e animal. São emitidos quatro pareceres, dois pareceres consolidados e aprovados no plenário, por maioria absoluta. Se, eventualmente, houver 15 membros no plenário, preciso ter 14 votos, sempre 14 votos, independente do número de presentes, o quórum é sempre absoluto para aprovação.

A CTNBio faz parte, é integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia. É uma instância colegiada, de caráter consultivo e deliberativo. Ela tem também a prerrogativa de estabelecer normas técnicas, claro que de acordo com o seu regimento, de acordo com o decreto, de acordo com a lei, mas tem a prerrogativa de estabelecer normas que atualizem os procedimentos frente ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Acho bastante importante esse eslaide, eu gostaria de desmistificar o muito que se fala sobre a composição da CTNBio. A CTNBio tem 27 membros. Na verdade, não são 27 membros, são 27 chapas de membro e suplente, então, são 54. Mas vou me referir aos 27, que seriam as 27 chapas. O Ministro de Ciência e Tecnologia indica 12 membros. Então, são três especialistas na área vegetal, três na área animal, três na área humana e três na área ambiental. Depois, temos 9 representantes de ministérios e secretarias: Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, todos eles indicam 9 representantes. Além disso, tem mais um especialista em defesa do consumidor, área de saúde, meio ambiente, biotecnologia, agricultura familiar. Por exemplo, agricultura familiar é mais um membro indicado pelo MDA. Vejam, na CTNBio, temos especialistas em saúde, 6; especialistas em meio ambiente, 5. Então, a

análise é bastante complexa, ela envolve todos os aspectos ligados a uma OGM. Seis vezes dois, não é? Lembra que falei que é chapa. São 12 representantes em saúde, 10 em meio ambiente e assim por diante.

O Ministro de Ciência e Tecnologia é responsável pela indicação de 12 membros diretamente, é uma Comissão *ad hoc* que indica, não é o Ministro especificamente, mas a Comissão de cientistas que indica.

Competências do CNBE se é basicamente fixar diretrizes, ela pode reverter as decisões da CTNBio, pode acatar recursos dos órgãos de entidades de registros e fiscalização contra eventuais decisões da CTNBio.

Agora, com relação ao sistema brasileiro de biossegurança se é eficiente e confiável. Então, há dois aspectos que eu gostaria de dizer. O Brasil, mais ou menos hoje, 80, 90% dos alimentos produzidos no Brasil já incorporam OGMs, e essa situação não é diferente da que temos em termos de mundo, é parecido com isso.

Este gráfico, a Adriana já apresentou, então, o Brasil vinha estagnado em termos de produção agrícola até mais ou menos 2006, vejam que o Brasil teve um pico acima de 120 milhões de toneladas, decresceu, 2006 ainda abaixo de 120. Voltando àqueles gráficos, passamos a ter o uso comercial de OGMs em grande escala, em maior escala a partir de 2007, a gente observa que a produtividade ou a produção aumentou. Aqui há um erro, falei que passou de 200 milhões, não passamos, aproximamo-nos de 200 milhões de toneladas.

Este gráfico é muito importante, vou explicá-lo com bastante calma. Olha, a linha verde representa o superávit ou balança comercial da área agrícola brasileira. Então, agricultura, pecuária, silvicultura. A linha vermelha são todos os demais setores da economia brasileira, fora a agricultura. E a linha preta é o Brasil. Por exemplo, em 2014, a agricultura teve um superávit de 80 bilhões, superávit, os demais setores do Brasil juntos, exceto a agricultura, tiveram prejuízo de 82 bi. É isso, essa é a realidade do Brasil.

Eu gostaria muito que o Brasil exportasse chip, computador, uma série de coisas, mas, infelizmente, o que conseguimos exportar e ser competitivos hoje são alimentos, e é o que tem pago a conta do Brasil.

Claramente, essa situação, veja a partir de 2006, 2007, que é quando começa, tem o estímulo de produtividade, exportamos mais, olha o desempenho dos demais setores da nossa economia. Então, o superávit da agricultura é fundamental para a estabilidade econômica do Brasil, mas o mais importante, o Brasil só exporta porque alguém importa, não consigo vender se alguém não compra.

Então, a segurança dos nossos alimentos é reconhecida internacionalmente. Se consigo exportar hoje ou gerar um superávit e exportar alguma coisa ao redor de 250 a 300 bilhões, é um pouco mais do que isso, é porque alguém compra isso. Então, o Sistema Brasileiro de Biossegurança tem a sua segurança reconhecida em termos internos e também em termos internacionais.

Este é a repetição do gráfico anterior de produtividade.

Eu também gostaria de apresentar um dado para vocês sobre agrotóxicos. Este é um ponto de discussão extrema. É claro que o consumo de agrotóxicos no Brasil vem aumentando progressivamente, assim como aumenta a atividade agrícola. Então, essa é a projeção do quanto se produz de alimentos e, aqui, o quanto se consome de agrotóxicos. A relação não é linear. Então, é uma exponencial e tende a ser atenuada ao longo do tempo. Por exemplo, entre 2012 e 2014, a produção de alimentos aumentou 17%, e o consumo de agrotóxicos aumentou 11.

Então, acho importante citar isso. Eu não gostaria de dar nenhuma opinião para vocês, mas é importante trazer informações. O Brasil é o maior consumidor em volume, mas, quando divido este volume por área, consumimos o mesmo tanto que a Argentina, Estados Unidos, Austrália e Canadá, quatro vezes menos do que França e Alemanha, e dez vezes menos do que o Japão.

Então, muitas vezes, esse caos que se cria ao redor desse assunto não é real, o Brasil tem uma situação muito parecida com muitos outros países produtores, e uma situação até melhor do que muitos países que são nossos críticos em muitas oportunidades.

Em termos de conclusão, só vou chamar a atenção para dois ou três pontos da nossa Lei.

Então não é possível concluir pela segurança ou insegurança coletiva de OGMs. A Lei nº 11.105 diz que deve ser julgado caso a caso. Então digo com absoluta segurança: qualquer um que faça juízo sobre OGMs hoje coletivamente está errado. Nós temos que avaliar caso a caso. É para isso que existe a CTNBio. Ela analisa cada situação a partir de dezenas, centenas de pareceres. É assim que nós devemos proceder a partir da existência das duas leis, não de uma, das duas leis.

Segundo ponto: os OGMs aprovados pela CTNBio são seguros e nutricionalmente equivalentes aos convencionais. Eu acho que não faz sentido discutir OGMs; faz sentido discutir OGMs aprovados pela CTNBio. Esses são seguros e são equivalentes aos convencionais.

Por outro lado, o consumidor deve ser informado sobre o consumo de alimentos transgênicos, eu não tenho dúvidas sobre isso. Isso é um direito que todo mundo tem. Escolha o que comer e como comer. Porém, o uso de símbolos ou mensagens que indiquem que há algum risco adicional ao consumi-los é incorreto e desnecessário no Brasil.

Outro ponto: no portal da CTNBio estão descritos todos os eventos biotecnológicos aprovados para cada cultura. A atualização do portal é contínua. Através do portal, o consumidor pode ter acesso a um conjunto amplo e atual de informações. Então, muita dúvida que se tem: eu tenho que colocar todos os eventos, o organismo doador, tudo no rótulo? Algumas vezes é uma barra de cereais. Como é que eu faço isso? Então, talvez se tenha que dar publicidade ao portal. No portal estão todas as informações.

Então nesse aspecto, face ao aumento do número de eventos aprovados e ao uso de várias culturas, a caracterização desses eventos na embalagem mostra-se inviável. Um exemplo de informação: por exemplo, para a soja eu tenho nome comercial, nome do evento, organismo doador, data e assim por diante. O volume de informações é tão grande, que obviamente alguém que queira ter essas informações, essas informações estão acessíveis. Então hoje nós precisamos modernizar a forma de apresentação dessas informações também ao consumidor.

Aqui são os dados da CTNBio. A apresentação que estou deixando é maior do que isso. Se alguém tiver interesse, pode ter acesso, pode imprimir.

Eu só gostaria de encerrar... Pelas minhas contas aqui, estou dentro do tempo, o mesmo tempo dos demais. Eu só gostaria de encerrar dizendo o seguinte: o Brasil produziu um fato extremamente notável nas últimas décadas, muito mais importante do que o pré-sal, muito mais importante do que organizar a Copa do Mundo, as Olimpíadas. O Brasil promoveu o maior aumento de expectativa de vida do mundo. Nenhum outro país teve um aumento de expectativa de vida de 9 anos em 30 anos. Vocês podem consultar os dados do IBGE. Eu tirei esses dados da apresentação, mas posso remeter para vocês. E esse é o maior aumento do mundo. Então isso não é algo trivial, não é algo comum.

Se vocês compararem o aumento da expectativa de vida nos dados do IBGE, vocês vão ver que o aumento de expectativa é três meses por ano antes do desenvolvimento dos transgênicos e continua sendo três meses por ano depois disso. Nós não alteramos essa informação. Então a dúvida, se nós estamos construindo um ambiente inseguro para a população, eu não tenho dúvida de que nós não afetamos a segurança. Não digo nem que é mais, nem que é menos; nós não afetamos.

O Brasil e o mundo, o mundo vive um cenário de escassez de alimentos. Alguns dizem que não. Por favor visitem um site da FAO que se chama Food Index Price. Vocês vão ver que nós estamos processando preços de alimentos 70% superiores aos de 2004. E vocês vão observar, nesse mesmo site, que os estoques mundiais de grãos correspondem a três meses de consumo. Só isso. Então todo o consumo mundial, tudo que há estocado em cereais no mundo é suficiente para apenas três meses de consumo. É por isso que os preços são voláteis e altos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Velini.

Com a palavra, a Srª Andiará Maria Braga, coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

A SRª ANDIARA MARIA BRAGA MARANHÃO – Primeiro eu gostaria de agradecer, Senador, o convite feito à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, e na pessoa do senhor, cumprimentar os demais que estão à mesa.

Meu nome é Andiará, sou coordenadora da escola, mas trabalhei com o tema alguns anos atrás e vou trazer o posicionamento da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor.

Acho que o primeiro aspecto que a gente tem que lembrar é que esta Casa aprovou, 25 anos atrás, o Código de Defesa do Consumidor e que uma regra de transparência que ele estabeleceu, e isso é muito claro e não tem polêmica, é o direito à informação. Esse é um direito básico e estabelecido pelo Código para o consumidor, que está intimamente ligado, vamos dizer assim, com outro direito, que é o direito de escolha. E, quando a gente trata de OGM, por ter um caráter ainda até, como dito aqui, um pouco polêmico, esse é um direito garantido há 25 anos.

Então, no detalhamento do direito à informação, no art. 31, fala-se claramente da composição. Então, acho que eu queria começar primeiro por essa nossa lei federal, aprovada aqui pelo Congresso.

Retomando um pouquinho o histórico, em 2003, houve uma grande discussão, porque foram liberados alguns transgênicos para liberação comercial, e houve uma grande discussão acerca do direito à informação e desse direito de escolha. Disso surgiu – não foi só o Ministério da Justiça, mas mais sete Ministérios, o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, enfim – o Decreto 4.680, que regulou o direito à informação. É um decreto que não criou obrigação. É bastante importante ficar claro. Não está criando obrigação, porque a obrigação já está lá há 25 anos no Código de Defesa do Consumidor. Ele só diz como tinha que ser feito. E, entre um dos artigos que havia lá, um desses pactos, na verdade, dentro do Decreto foi que a rotulagem tinha que garantir esse direito à informação.

Então, já respondendo algumas das perguntas que foram colocadas aqui, não é nem questão de vantagem ou desvantagem de colocar, é uma obrigação. É um dever, na verdade, de quem produz e um direito do consumidor.

Então, aqui acho que já não há essa discussão de vantagem ou desvantagem, porque é um direito e um dever, uma obrigação legal que deve ser atendida.

Então, nesse sentido, todos esses órgãos que estavam lá quando da elaboração do Decreto, que colocou estabeleceu o limite de 1%, um dos pactos foi isto: a rotulagem tem que existir, e ficou para o Ministério da Justiça a elaboração do símbolo, que é a Portaria 2.658.

Na época, houve uma ampla discussão. Foi aberta uma consulta pública, teve a participação da sociedade. Naquela época, foi a Consulta Pública nº 1, de 2003, da Secretaria de Direito Econômico. Ela foi extinta, e hoje existe a Secretaria Nacional do Consumidor. Então, foi disponibilizada a minuta para a sociedade, e foram recebidas as contribuições à época.

Então, acho que isso é importante. Não sei se todo mundo tem conhecimento dessa ampla participação da sociedade em relação ao símbolo que iria informar sobre a transgenia.

Bem, em relação ao PL, hoje da forma como ele está, Senador, na verdade, ele está num patamar de proteção bem inferior à atual proteção normativa que já está estabelecida. Retira um símbolo, é um retrocesso. E indústria já utiliza ele há 12 anos. Você vê vários produtos aí que têm o "t", seja no óleo, seja em salgadinhos, seja em diversos produtos hoje. Ele está aí. Na verdade, pode até criar uma insegurança jurídica. Tinha antes, agora não tem. E por que não tem? Mas já tem 12 anos que isso existe. O consumidor já é informado. Como é que faz?

E é um direito. Não tem que ser detectado em análise específica. Ele tem que informar. Dificulta a rastreabilidade, porque lá no Decreto fala do documento fiscal, em toda a cadeia produtiva. Remete, esse projeto do jeito que está, Senador, à norma geral de rotulagem, que hoje é um milímetro. E a Anvisa, amanhã ela vai falar, mas, enfim, quando tem uma norma para um destaque, alguma informação que é relevante, que tem que ser ostensiva, eles têm legislações específicas, como o fenilcetonúrico. Então, não pode jogar na norma geral de rotulagem de alimentos.

Impõe um custo, uma barreira para aqueles que querem rotular "livre de transgênicos", que no outro Decreto não tinha. É um custo, é uma barreira. Se não tem transgênico, não tem. Se

posteriormente os órgãos fiscalizadores pegarem, num produto que está rotulado como "livre de transgênico", tendo transgênico, tem as sanções cabíveis. Na fiscalização. Mas a gente acha que gera um custo.

E é importante dizer que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor, que tem

Ministério Público, as Defensorias, os Procons Municipais e Estaduais – são mais de 800 no País inteiro – e as entidades civis de defesa do consumidor. Todos eles participaram do decreto e, consequentemente, desse símbolo. Houve uma grande participação para a estipulação desse patamar mínimo de informação ao consumidor, porque, naquela época, exatamente diante da perspectiva da liberação comercial. Então, tudo isso para assegurar o direito à informação. Até, inclusive, Senador, eles têm... Como a Secretaria... Eu posso deixar aqui também... Eles fizeram um documento, como a gente coordena o sistema, não apoiando o projeto de lei. Foi assinado pelo IDEC, pelo Brasilcon, pelos Procons do Brasil, que são as entidades civis de defesa do consumidor, e a entidade que estuda e analisa o direito do consumidor, que é o Brasilcon. Mas, uma coisa importante que também tem no PL, e que eu gostaria de deixar registrado aqui, porque aqui fala em 1% na composição final, inclusive fizemos algumas análises, e o próprio laboratório disse que não pode ser da composição, tem de ser do ingrediente. Como é que você analisa se realmente é... Do produto vai ficar mais difícil de analisar. Tem de ser do ingrediente, inclusive tem uma interpretação do Ministério Público Federal dizendo que, quando a gente fala do produto, no produto que é o Decreto nº 4.680, que se leia "ingrediente" – desse jeito que está aqui, a gente continua tendo o problema que está na composição final.

E, para finalizar – acho que vou ser a única que vai finalizar antes do tempo, mas fico à disposição –, o Judiciário entendeu que nosso decreto era ainda pouco – o 4.680 – e determinou a rotulagem plena para atender ao Código de Defesa do Consumidor. Percentual não atende ao Código de Defesa do Consumidor, inclusive todo o decreto foi analisado pelo Ministério Público Federal e esse foi o único aspecto, nem o símbolo, nem qualquer outro artigo do decreto foi questionado dizendo que para atender ao Código de Defesa do Consumidor a rotulagem deveria de ser plena, não teria que ter percentual nenhum. E isso é o que está valendo hoje, Senador, e o projeto de lei vai na mesma linha em uma Ação Civil Pública em que eles falam – e eu vou encerrar minha fala neste sentido –: ainda que o percentual seja baixo, deve ser apontado com precisão ao consumidor, se ali, naquele produto, tem ou não o OGM – Organismos Geneticamente Modificados –, porque é um direito dele garantido no Código de Defesa do Consumidor há 25 anos.

Obrigada.

Era isso o que tinha para deixar aqui para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Drª Andiana.

Passo a palavra agora à Drª Juliana Ribeiro Alexandre, que é do Ministério da Agricultura e Fiscal Federal Agropecuária do MAPA.

A SRª JULIANA RIBEIRO ALEXANDRE – Bom dia a todos.

Muito obrigada pela oportunidade de o Ministério da Agricultura participar aqui desta audiência. Parabéns a todos os que falaram e que me antecederam. Como já foi dito aqui, este é um tema polêmico, mas, como Ministério da Agricultura, aqui, nós vamos falar sobre as informações e as atribuições dadas por lei ao Ministério e como nós as temos cumprido e feito cumprir a lei, as normas vigentes.

Como foi muito bem dito aqui, o que está escrito em lei, nos decretos e nas demais normas, nós, como agentes públicos – eu como fiscal há 10 anos trabalhando nesse assunto e na coordenação da fiscalização federal agropecuária do MAPA, também na questão dos OGMs – não questionamos a lei, nós verificamos a conformidade e se ela está sendo cumprida.

Então, em resumo, o que a Lei nº 11.105 estabelece são normas de segurança e mecanismos de fiscalização para as atividades com OGMs e seus derivados. O art. 16 define que aqueles quatro órgãos, entidades de registro e fiscalização, têm algumas competências e, entre elas, estão, aqui no caso do Ministério da Agricultura, no campo das suas competências, os produtos destinados à

agropecuária e, entre tantas competências, há a de registrar e fiscalizar a liberação comercial de OGMs e seus derivados. E é isso que nós temos feito.

Então, após a avaliação de risco feita pela CTNBio, emitido o parecer técnico, como o Prof. Velini já mencionou aqui, o produto considerado seguro, aí sim, as empresas, as companhias que desenvolveram esse OGM vão solicitar o registro, a autorização, o documento que seja necessário para utilizar aquele produto.

Nesse caso não foram feitas normas específicas para os OGMs. Se é uma semente, segue-se a lei de sementes; se é uma bebida, segue-se a lei sobre bebidas. Enfim, não houve a necessidade de aumentar a burocracia para o registro de produtos com OGM. Então, aqui é a nossa principal atividade.

Resumidamente, a Secretaria de Defesa Agropecuária, no Ministério da Agricultura, tem esses departamentos que tratam dos assuntos e dos temas técnicos. Em relação à rotulagem, o Departamento de Insumos Pecuários, que coordena e regula o setor de Alimentos para Animais e Produtos Veterinários; o Departamento de Produtos de Origem Vegetal –, principalmente bebidas seriam os produtos que conteriam OGMs aqui –, e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal também. Alguns produtos de origem animal contêm soja e milho na sua composição. Então, esses três departamentos inseriram nas suas ações de rotina a fiscalização do cumprimento das regras de rotulagem. E como foi muito bem dito aqui, o Ministério, enquanto a norma estiver vigente, nós não a questionamos, simplesmente verificamos o seu cumprimento.

O foco dessa atividade é dar garantia ao direito de informação. Dar garantias ao consumidor de que ele tem direito à informação. Não é em relação a um risco à sua saúde, ou à saúde dos animais, ou à das plantas, que é uma das prioridades da fiscalização daqueles departamentos que eu apresentei anteriormente.

A Secretaria de Defesa Agropecuária tem como sua principal missão garantir a segurança dos alimentos, enquanto eles estão sendo produzidos, no campo ou na indústria, a segurança desses produtos que são destinados à agropecuária. Então, também os aspectos de saúde pública são beneficiados com esse controle feito pela Secretaria de Defesa Agropecuária. Entretanto, outras verificações como essa, que não dizem respeito à biossegurança ou a aspectos de risco à saúde humana, à dos animais, ou à das plantas, mas que dão garantias dos direitos do cidadão, também estão na rotina do nosso trabalho. Esse é o caso.

Então, quais são os itens verificados? Só para ilustrar, essa é uma embalagem de uma alimentação animal para cachorro e deve constar em destaque, em conjunto com o símbolo, no painel principal. Essa é a regra hoje vigente. O Ministério da Agricultura, então, verifica, entre tantas outras coisas que deve verificar nessa ração em relação à sua composição, qualidade, enfim, também se está sendo cumprida a regra de rotulagem.

Além disso, do nome e do símbolo é preciso que o nome do organismo doador do gene conste da lista de ingredientes. Então, ali há o *Bacillus thuringiensis*. Os nomes dos organismos doadores são colocados em latim. Essa é a forma.

Outra coisa: a rotulagem deve ser obrigatória e existe um limite, somente a partir de 1% no produto. No nosso entendimento, a avaliação que fazemos, a detecção e a fiscalização toda em relação ao produto final. É claro que no laboratório eles identificam ingrediente por ingrediente, depois fazem todo um cálculo para verificar a relação no produto final.

Aqui só uma ilustração.

Destaquei três itens principais que devem ser verificados na fiscalização do MAPA. O MAPA tem uma estrutura bastante robusta para fazer essa fiscalização, além de fiscais muito bem treinados há bastante tempo, portanto, com *know-how* para isso, temos dois laboratórios oficiais da rede Lanagros, em Minas e em Goiás. O laboratório de Goiás é referência para a detecção de OGM, inclusive reconhecida pela União Europeia. Todos os tipos de análise para detecção e identificação de OGM podem ser realizadas nesses dois laboratórios. Também existem dois laboratórios privados, que têm escopo para fazer esse tipo de análise, e que são credenciados pelo Ministério da Agricultura, caso nossos laboratórios tenham muitas atividades, poderemos contratar esses laboratórios, porque eles também têm capacidade para realizar amostras fiscais.

Como fazemos isso? Aqui eu estou apresentando como o Ministério faz isso para que vocês tenham a visão de que, independente da regra que se coloque, nós temos condições de verificar o cumprimento dela. Queremos dar aqui transparência como nós fazemos isso, e isso é rotina no Ministério da Agricultura.

Vou focar, a partir de agora, nos custos dessa fiscalização. Então, o que os meus colegas fazem quando chegam à indústria? Coletam amostras do produto e mandam para esses laboratórios. E, nesses laboratórios, vamos tentar identificar quais são; se tem o OGM lá; se está acima de 1%; se estiver acima de 1%, se houve a rotulagem; se essa rotulagem está de acordo com o que diz no Decreto nº 4.680, como disse a Andiará. Enfim, aqui é a mesma tabela que o Prof. Velini colocou, só para ilustrar que o laboratório teria que fazer muitas análises em cada amostra para dizer qual o OGM, porque ele precisa saber qual o OGM, para dizer qual o organismo doador. Além da questão de detectar qual a quantidade, tem que fazer mais uma série de análises, e isso é muito caro, isso é muito caro. Então, quero aqui dar essa... Os laboratórios, na intenção de tornar o trabalho mais eficiente, diminuíram aqui, criaram aqui uma outra possibilidade, uma tabela para não ter que analisar todas aquelas possibilidades, fizeram aqui uma otimização para a atividade. Mas mesmo assim, considerando o custo mínimo de análise, isso a preço de mercado, R\$300,00 para determinar só se é transgênico ou não são necessárias no mínimo quatro análises, R\$1.200,00.

Considerando que para fazer uma análise e verificar se a rotulagem está correta, para ver o cumprimento do Decreto nº 4.680, da Instrução Interministerial nº 1, é preciso verificar a quantidade e se o organismo doador, descrito na rotulagem, está certo. Então são necessárias 19 análises, são R\$5.700,00 por amostra.

Esse é o custo para se analisar um produto oriundo de animal alimentado com OGM. Não tem como analisar. Isso só por um sistema de rastreabilidade. Um exemplo, nós comemos folhas, folhas têm clorofila, nós não incorporamos a clorofila ao nosso DNA, não dá para detectar que nós comemos a folha por uma análise da nossa carne. Não fica verde, é só um exemplo para ilustrar isso.

Então, das alterações que esse projeto de lei propõe, e aqui estamos dando dados de custo que podem ser considerados na tomada de decisão aqui da Casa, ao se retirar a necessidade de se identificar o organismo doador... Essa é uma informação e não sei o que as pesquisas de opinião trouxeram sobre isso, mas geralmente é uma informação muito complexa para que o consumidor utilize na sua tomada de decisão. Talvez realmente isso seja interessante de ser retirado. E isso aumenta demais o custo na hora da análise. Eu achei muito positivo, se realmente acontecer. Vai aumentar e otimizar as ações de fiscalização para os outros itens que acredito sejam mais importantes. Que seja a questão da quantidade e se a informação efetivamente consta do rótulo ou não.

Além de fiscalizarmos a rotulagem, nós coletamos outros tipos de amostras e fazemos outras análises. São várias fiscalizações que nós fazemos.

Para fiscalizar alimento é muito caro, as análises de alimentos são muito mais caras que as outras análises, justamente por causa dessas informações extras.

Só para dar uma noção, em 2014, foram feitas 6.490 análises no laboratório de Goiás. Em valores de mercado – os valores dentro do Ministério podem sair um pouco mais baratos para algumas coisas e outras mais caras –, R\$1.947.000,00 só para análises de todas as fiscalizações que nós fazemos, não só de rotulagem. Só para dar noção de custo.

O MAPA reforça a importância de se identificar a presença de OGM nos alimentos, a fim de garantir aos consumidores o direito de informação. Então, o MAPA sempre será favorável. E como muito bem disse a nossa colega aqui, não é uma questão de opinião, é porque é um direito conquistado pelo cidadão aquele de ter as informações disponíveis. Quanto melhor essas informações sejam colocadas para o consumidor, mais nós vamos ter uma sociedade mais consciente.

Então, isso é algo para o qual damos muita importância. Temos muito orgulho de fazer parte da fiscalização para verificar o cumprimento desse tipo de norma.

Entretanto, essa informação deve ser direta e clara, e não pode levar o consumidor a engano. É uma outra premissa desse Código de Defesa do Consumidor de 25 anos atrás. Nós não podemos colocar informações que levem o consumidor a erro.

Por isso a informação sobre o organismo doador, tem lá o nome de uma bactéria, o nome de uma planta, o nome de um fungo, esses organismos não estão dentro daquele produto, e as pessoas podem entender isso. E também a exigência de que o produto oriundo de um animal alimentado com OGM também seja colocado. Essa é uma informação que realmente não traz nenhum benefício ao consumidor, porque não tem nenhum produto, nenhuma substância diferente em nada na carne do animal que foi alimentado com OGM.

E o mais importante, que eu acho que está chamando mais atenção aqui, é o símbolo de alerta. Nós não somos contrários de que exista um símbolo que facilite a identificação. O Ministério, à época da consulta pública para definir o símbolo, nós colocamos isso. Todo o sistema de biossegurança que foi apresentado aqui pelo Prof. Velini é reconhecido internacionalmente; ele garante aqui a segurança. São vários entes, as instituições públicas, privadas, o Executivo, os órgãos de fiscalização, um conselho de ministros, uma comissão técnica nacional de biossegurança que avalia aspectos científicos. Enfim, é um sistema muito robusto que foi criado para dar garantia aos cidadãos para que os produtos colocados no mercado fosse seguros.

E se a gente depois de passar por todo esse sistema, ainda colocam um símbolo de alerta para que o cidadão talvez tenha medo de consumir aquilo! Informar o cidadão é uma coisa, agora induzir a uma informação de que aquele produto não é seguro, isso é extremamente perigoso.

Então, nós consideramos que esse símbolo não é o ideal, outro tipo de símbolo talvez pudesse informar melhor o cidadão.

Enfim, estamos à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigada, Dr^a Juliana.

Terminando a apresentação das exposições com o Dr. Edmundo em seguida, queremos informar que logo depois teremos as perguntas, para as quais estão inscritos o Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Regina Sousa.

Antes, porém, concederemos a palavra ao Deputado Federal Luiz Carlos Heinze, que é o autor do projeto na Câmara, que já passou pela Câmara.

Concluindo as exposições, com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Acho que seria interessante, já que o Deputado Heinze está aqui conosco, ouvirmos, dando sequência, o Deputado Heinze, que é o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, é o que vamos fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – A ordem mencionada por V. Ex^a é de que falaria primeiro os Senadores, mas a minha sugestão é que seja primeiro o Deputado Heinze, e depois os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. Vamos conceder a palavra ao nosso visitante, ao Deputado Heinze. Logo depois, falará o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, Dr. Edmundo Klotz, que tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Presidente, eu tenho um compromisso ao meio-dia. Portanto, eu gostaria de saber se seria possível eu falar antes do Dr. Edmundo, para não me atrasar demais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pergunto aos colegas Senadores se concordam. *(Pausa.)*

Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Obrigado, Dr. Edmundo, Senador Randolfe, Senador Lasier e os demais debatedores.

Sr. Presidente, Senador Lasier, eu era jornalista na época que iniciamos essa discussão no Rio Grande do Sul, com as primeiras sementes contrabandeadas da Argentina. E assim, lá, foi uma luta, em 2001 e 2002, quando conseguimos depois, por meio de medidas provisórias, regularizar o transgênico e criar a própria Comissão Nacional da CTNBio de Biossegurança. Foi um debate longo naquele momento.

Por isso, em 2008, Senador Randolfe, apresentei esse projeto, porque há algum tempo a CTNBio já trabalhava, além do Ministério da Agricultura, da Embrapa, enfim, para propor a retirada do símbolo de alerta, como a Dr^a Juliana até colocou. Para que os senhores e as senhoras tenham noção, nesse debate intenso que nós tivemos lá, havia, Senador Randolfe, no Rio Grande do Sul, cartilhas que eram distribuídas principalmente pelo MST, o Governador à época era o Olívio Dutra, o Secretário da Agricultura era o Hermeto Hoffmann, então havia um debate intenso entre os produtores, que eu representava, a classe produtora, as entidades de classe e eles mesmo. Daí esse decreto do Presidente Lula, e até uma portaria do Ministério da Justiça, do Ministro Márcio Thomaz Bastos à época. Mas, no nosso entender, criminaliza o produto. Não é questão de informar ou não informar. O nosso interesse é que o consumidor seja informado. Esse símbolo "T", que foi colocado, tinha esse objetivo.

Para o Senador Randolfe entender, diziam assim – não sei se o Lasier recorda –: "O transgênico causa câncer. O transgênico causa aids. O transgênico faz nascer criança com duas cabeças". Isso era o que constava de folhetos lá. Se procurarem no Estado, nos anos de 2003, 2004, 2005, quando a gente debatia esse projeto aqui na Câmara,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso aconteceu, Deputado Heinze, em incontáveis debates pela televisão, ferozes debates, e que foram inúmeros. De fato, isso era exposto naqueles debates. Eram duas ou três pessoas de um lado da mesa, e duas ou três do outro lado; foram inúmeros os debates.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Por isso, em seguida, apareceu o símbolo "T". E o objetivo do nosso projeto era excluir o símbolo e informar "contém transgênico", escrito "transgênico". Então, estará escrito – a Dr^a Juliana fez a colocação aqui – se esse alimento contém transgênico ou não contém transgênico. Se for orgânico, o.k., pode propagandear que é orgânico aqueles que produzem alimentos orgânicos. A gente não prejudica ninguém, no caso.

O que nós entendemos, e essa é a nossa razão é, se esse produto foi aprovado pela CTNBio, isso é importante, não sei se o Dr. Edivaldo colocou, Senador Randolfe, mas são 12 doutores que aprovam essa matéria, que compõem a CTNBio, são doutores na área de saúde animal, na área de saúde humana, na área vegetal e também na área ambiental; são nove ministérios que compõem a CTNBio, além de seis especialistas. Então, esse colegiado de 27 especialistas, doutores – eu entendo que os ministérios coloquem pessoas qualificadas antes de aprovar qualquer produto.

Então, veja, acho que essa é a situação. O meu projeto não retira o direito à informação. Vi, muitas vezes na mídia: "Eu quero esconder". Não. Eu quero que informe, vai estar escrito ali: "Contém transgênico". Pronto, você vai ler a palavra "transgênico". Se quiser consumir, consome; se não quiser consumir, não vai consumir.

O que não podemos, espero que os Senadores e os próprios debatedores entendam, o Brasil hoje já é um dos grandes produtores de alimentos do mundo e, seguramente, será um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Citei, Senador Randolfe, isso é importante, que o Codex Alimentarius da FAO, nenhum País do mundo adota o símbolo "T". Nenhum país do mundo adota – acho que a Dr^a Juliana pode confirmar isso aqui –, é só o Brasil. Então, se sou o maior exportador de soja do mundo, o maior exportador de frango do mundo, o quarto de suíno, o maior de boi, se sou um grande exportador de alimento, imaginem criminalizar, dentro do meu País, Senador Lasier, um alimento aprovado pela CTNBio, que é esse conjunto de doutores, especialistas e ministros que fazem parte desse conselho. Então, essa é a preocupação.

Eu sou produtor, sou engenheiro agrônomo e defendo essa classe, afinal, se o Brasil está na situação que está, ainda não está pior, Senador Lasier, graças ao agronegócio, à agricultura, à

pecuária, à produção. Então, aqui dentro do Brasil, sendo brasileiro, vou botar a minhoca e criminalizar um produto, que, para mim, é seguro. Eu sou técnico na área, sou técnico agrícola, sou engenheiro agrônomo, tenho formação na área, além de ser um produtor, não apenas porque defendo os produtores, porque entendo que é seguro. Por isso trabalhei essa questão desde o início, para que pudéssemos legalizar.

Na época do Presidente Lula, três medidas provisórias saíram, naquele momento, eram aprovadas, e o pessoal plantava por medida provisória, até que saiu a lei final. Desde o início, havia esse decreto. Quem pressionava, dizia: "Nós temos que botar esse símbolo". Aí, Senador, está ali: "É proibido fumar". Quem olha aquele símbolo, sabe que não pode fumar. Se você bota "inflamável" e tem combustível, bota aquela caveira, "veneno", muito bem, essa simbologia, se pegarmos hoje n situações, citei três, posso citar dez, quinze, o único alimento no Brasil e no mundo que tem um "T" – inclusive, Senador Randolfe, foi feita uma pesquisa, em torno de 90% dos pesquisados imaginavam que o "T" fosse um sinal de trânsito. Quer dizer, ele não está informando o consumidor. Agora, as pessoas que já estão amedrontadas: "Bom, não posso consumir, porque tem transgênico". Agora vai estar escrito "transgênico". Se alguém quiser consumir, consuma. Se você vai hoje a um restaurante e pergunta: "O que não é transgênico que estou consumindo aqui?" O óleo de soja, o óleo de algodão, o óleo de milho – praticamente todos os restaurantes estão consumindo esse óleo – contém transgênico, mas vai estar escrito "contém transgênico" no óleo, na ração animal, ração humana, sei lá. Então, ele vai ter esse tipo de informação. Não estou tirando o direito à informação.

Agora, o que eu não aceito, como produtor rural que sou, como agrônomo que sou, é que se criminalize um alimento. E o objetivo desse decreto do Presidente Lula, na ocasião, foi o de atender os produtores, por um lado, autorizando o plantio, mas, por outro lado, satisfazer essa ala mais radical que obrigava que houvesse o símbolo "T". Isso era 2003 e nós estamos em 2015; portanto, 12 anos se passaram daquela época para cá.

Então, por isso e me pautando no Ministério da Agricultura e na própria Embrapa, uma das maiores empresas de pesquisa do mundo – e não estou falando de qualquer uma, estou falando da Embrapa –, obtive o respaldo para fazer esse projeto, e, Edivaldo, na CTNBio, esse colegiado que autoriza um produto. O Brasil deve ter, hoje, 30 ou 40 produtos autorizados. pela CTNBio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – São 70! O.k. Já são 70 os produtos autorizados pela CTNBio. Outros países têm mais, mas já são 70 produtos autorizados.

Inclusive, Senador Randolfe, amanhã, nós vamos colocar vitaminas nos alimentos através da transgenia, da engenharia genética. Se eu quero combater uma doença qualquer, será possível fazer isso. Por exemplo, será possível combater avitaminoses em cima disso, Quer dizer, é uma tecnologia a respeito da qual não se pode dizer simplesmente; "Ah, eu não quero usar isso aqui".

Agora, não há restrição nenhuma com relação aos orgânicos.

Então, esse é o fato e esse o objetivo desse nosso projeto, mas jamais tirar o direito do consumidor à informação. A informação existirá: "Contém transgênico". Pronto está escrito, mas tira-se o símbolo. Só para não amedrontar o consumidor.

Senador Lasier, Senador Randolfe, naquele episódio da Vaca Louca, nós estávamos na Comissão de Agricultura e recebemos uma delegação canadense, exatamente quando o Brasil tinha aquela briga em cima disso – o Ministro era o Sr. Pratini de Moraes. Esse pessoal veio e disse assim: "Não; nós não queremos que vocês cumpram leis do nosso país; a lei é de vocês". Nós tínhamos uma legislação, no Brasil, que prejudicava a produção bovina nacional! Então, eles se apegaram. E por que isso? Porque são concorrentes nossos. Então, os nossos concorrentes diziam: "Não; nós queremos que seja aplicada a lei de vocês". Era a lei do Brasil!

Então, essa é a situação: se eu começar a criminalizar um produto e se eu sou o maior exportador de carnes e de grãos do mundo, daqui a pouco, eu estou prejudicando a produção do meu País. Contudo, jamais quero deixar de dar informação ao consumidor, seja ele brasileiro ou estrangeiro.

Se o Senador quiser fazer alguma pergunta que eu possa responder, por favor, estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Lasier, nós queríamos agradecer ao Deputado Heinze pela justificativa ao projeto. É importante a presença dele aqui.

Agora, eu acho que seria importante... Na verdade, eu tinha um questionamento e, se pudesse dialogar com o Deputado e também já com os demais da Mesa... Só que eu temo pela indelicadeza para com o Dr. Edmundo, o palestrante que ainda falta se pronunciar.

Com a concordância dele...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Faça, pelo menos, uma pergunta então, que julgue a mais importante, já que o Deputado precisa se retirar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Será uma, então, ao Deputado e a quem da Mesa que possa colaborar.

Eu tenho uma preocupação: hoje nós temos uma forma tradicional de caracterização do produto transgênico, o conhecido "T". Nós temos, pelo que foi inclusive exposto pelo Maurício e está no parecer do ISA, alguns países do mundo que têm restrições claras à utilização do produto transgênico, como é o caso da França, ao que me parece. Então, pergunto: a minimização dessa simbologia não teria consequências para a nossa pauta de exportações?

É uma dúvida que tenho e a esse respeito e gostaria de dialogar com o Deputado Heinze e com o Maurício, pudesse comentar também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador, com relação aos demais participantes eu vou deixar para depois para nós não retardarmos demais a palavra do Dr. Edmundo Klotz.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Senador, na época em que nós debatíamos o transgênico, nós recebemos o Carrefour – eu acho que foi o Carrefour, um grupo francês com uma rede grande de supermercados. Então, eles vieram até nós, na Comissão de Agricultura, dizendo: "Não; porque o transgênico nós não aceitamos nas nossas prateleiras". E eu disse assim: "O. k. Então, eu vou produzir não transgênico. Mas vocês pagam a diferença?"

Porque o custo de produção do não transgênico, Senador Randolfe, era menor do que o custo, digamos, do produto que usava transgênicos. "Não, não pagamos mais. Aí é mercado". Veja como é ingrata a situação. E o produtor faz conta. Não precisa nem ser doutor, pode ser analfabeto, ter o curso primário, o Lasier conhece o agricultor, que não tem formação, mas conta ele sabe fazer. Ele sabe o que é mais caro ou mais barato para produzir. Por essa razão, houve essa maciça evolução. Hoje, 90% praticamente da soja ou do milho do Brasil já são transgênicos, porque o produtor entende que tem mais resultados econômicos para fazer isso. Um ou outro supermercado no mundo inteiro estão usando. Não tem razão nenhuma essa questão. A China, como todo mundo compra, a Europa, enfim. Um ou outro, uma ou outra rede, como é o caso do Carrefour, que lá atrás tinha essa restrição, não vão colocar nas suas prateleiras. Seguramente, não acredito que se você for ao Carrefour aqui no Brasil ou em qualquer parte do mundo, verá que vai ter o óleo com o símbolo "T", como amanhã vai ter o óleo escrito "transgênico". Vai haver isso aí.

Então, essa é a questão do produtor, que viu o custo de sua produção. Eu me pauto no Edivaldo e na Juliana, ou na Embrapa, de que são produtos seguros no nosso entender.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Deputado Federal Luis Carlos Heinze, da Bancada do Rio Grande do Sul, e autor do projeto que propõe a extinção do símbolo identificador da transgenia.

Dr. Edmundo Klotz, perdão pelo atraso na sua participação.

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Imagine, Senador.

É um grande prazer estar aqui, Senador Martins. Cumprimento também a Senadora Regina Sousa, o Senador Randolfe Rodrigues, os debatedores. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de expor.

Eu gostaria, para que eu pudesse racionalizar meu tempo, meus dez minutos, de passar um vídeo, de quatro a cinco minutos. Depois, eu complementaria com algumas observações nos demais cinco minutos.

Por favor, o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Bom, eu gostaria, então, de comentar algumas coisas, no tempo que me resta, sobre o que os senhores acabaram de ver.

Duas questões importantes. Em primeiro lugar, a indústria recebe matéria-prima... Só para deixar bem claro, as máquinas da indústria para moagem, para qualquer tipo de coisa, transformam qualquer coisa. Grão pode ser transgênico, pode ser não transgênico; pode ser verde, pode ser amarelo, pode ser abóbora. Enfim, não há a menor condição de nós termos... Hoje, nós temos um símbolo que representa praticamente, segundo a pesquisa que nós fizemos também, porque existe pesquisa e existe pesquisa, nós também fizemos a nossa, e o Instituto IPSOS deu o que os senhores viram. E acreditamos que o estabelecido naquela altura, sob o argumento para garantir o direito do consumidor, com o que nós também estamos absolutamente de acordo e queremos estar dentro da lei, obviamente, seguindo tudo no melhor rigor, é que o triângulo amarelo com o "T" ao centro, de fato, promove a desinformação e estigmatiza os alimentos transgênicos. E não há nenhuma justificativa, até hoje, apresentada provada. Há considerações, há suposições; fatos não existem.

De qualquer maneira, o triângulo amarelo não tem qualquer compromisso ou intenção de informar ao consumidor, até porque, se formos olhar, essa consulta, veremos que ela desinforma pela desinformação que foi verificada. Claro, portanto, que o objetivo triângulo é desestímulo ao consumo de alimentos transgênicos. Estamos de acordo com o projeto apresentado, o 34, para que seja retirado o símbolo, trocado obviamente.

A informação. A informação, hoje, tem este apoio. Fomos brindados com uma seleção de cientistas que escolheram e determinaram os produtos que hoje estamos considerando como transgênicos, que predominam no mercado e continuarão a predominar, como vocês viram. Esses produtos nos dão, hoje, uma primazia quase que absoluta na questão da venda de alimentos ao mundo. Nós, hoje, somos o segundo maior produtor de alimentos do mundo e não ultrapassamos ainda os Estados Unidos porque a nossa moeda ainda não chegou lá e, em preços, não conseguimos atingir. Porém, vendemos e estamos representados em mais de duzentos países no mundo. Apesar do "T", apesar da situação, sabendo-se, porque não escondemos, que existem componentes transgênicos dentro do produto.

O símbolo, como os senhores estão vendo, pode ser confundido com radiação, com inflamáveis, eletricidade. Ele só afasta, ele simplesmente não informa em si. Alguns o conhecem, obviamente, porém eles não são exatamente *experts* no assunto. Os senhores podem ver: 69% nem sabem o que é; pensam que é sinal de trânsito: 14%; transgênicos: 6%; alerta: 6%; perigoso: 3%; marca de roupa: 2%; faz mal à saúde: 1%.

(Soa a campainha.)

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Vou ter que ser mais rápido, correr mais.

Informação alerta de perigo, já passamos.

Por favor.

Espécie doadora dos genes.

Quem dos senhores, quantos dos senhores acham que, em um supermercado, alguém que vá comprar alguma coisa, ao ler esses nomes, entenderia o que seja e levaria para casa o que está escrito aí? Primeiro, nem leria. Ao ver *Bacillus thuringiensis*, perguntaria: "O que é isso? Deve ser remédio", e deixaria de lado. Quem entende o que seja isso? São poucos os privilegiados neste País que entendem esse tipo de colocação. Portanto, ela é totalmente inútil. Se o objetivo do Governo

e nosso é informar, realmente, não passa por essa afirmação e por essa colocação. Não informa absolutamente nada para quem é consumidor. Não estou falando em consumidor de elite, técnicos e pessoas que estão acostumadas a lidar com isso, defesa do consumidor etc., todos eles conhecem a fundo porque estudam. Porém, 90% ou mais do que isso nunca, jamais comprariam porque nem sabe do que se trata.

Adiante, por favor.

A questão do 1%. Essa questão do 1% está aí: Presidência da República – Casa Civil. 24 de abril de 2003. Ela se justifica e tem uma justificção até simples: inevitável presença não intencional em sementes e grãos.

Hoje em dia, a planilha logística do País de transporte e armazenagem de grãos, em primeiro lugar, não existe só um produtor que possa ser caracterizado como aquele produtor; existem diversos usando diversas tecnologias, seja um produto, um gene ou outro gene. Portanto, eles se cruzam dentro dos armazéns, dentro dos caminhões, dentro de qualquer, vamos dizer, ponto onde possam ser encontrados. Ninguém compra especificamente só daquele produtor. Isso não existe. Eles vão, geralmente, para os armazéns, onde são misturados, e, portanto, a mistura já está aí. Então temos quatro. Precisaríamos, então, fazer laboratorialmente análises. São as análises que são examinadas pelo Ministério da Agricultura, e se colocaria em risco, porque há o custo de cada análise dessa. Só que não é uma análise; é análise por partida, por partida de produtos. Gente, é inviável; inviabiliza a produção. Não informa e não traz... Um por cento é o limite com o qual nós trabalhamos.

Adiante, por favor.

A rotulagem. Nós somos partidários de colocar... Realmente, não gosto também de um milímetro como limite mínimo, como piso para colocação nesse caso. Nesse caso, há que se aumentar. Há que se aumentar! Nós estamos inteiramente de acordo.

E a sugestão que sai desse projeto é o nome do produto transgênico, em letras que sejam visíveis, bem visíveis e bem destacadas, e que se contenha o nome do ingrediente transgênico. Se não, restaria só uma solução que eu acho muito desesperada – e tenho a impressão de que a lógica e o bom senso vão prevalecer: no momento em que não tenho certeza de que não tem, eu vou ter que rotular todo produto alimentício que tenha alguma coisa a ver com soja ou com milho e pode, eventualmente, ter havido contaminação.

Por favor, o próximo.

Eu ainda vou contar um caso que eu conheço bem. Foi acusado um produto com trigo, que não tinha absolutamente nada com soja, de ser um produto transgênico. Foram verificar na origem e constataram que o trigo estava contaminado. É aquilo que eu disse: a contaminação acidental de transporte, inevitável no País. Nós só temos um meio de transporte, um meio de logística, um sistema de armazenamento, com os quais nós temos de conviver. Por essas duas razões, concordamos com o aumento, fazendo realmente um rótulo visível, exposto, para que seja a real informação, e não duas tentativas: uma, a de evitar que as pessoas comprem o produto; e a outra, certamente, a de denegrir, de evitar, enfim, que é um sinal de perigo e que não se deve comprar. "Na dúvida, não se compre".

Esta seria a posição da Abia, e estamos aqui.

Só complementando, porque o nosso Deputado, eu diria o seguinte: não acontece absolutamente nada. Não tem significado nenhum desde que seja bem informado. E a nossa intenção é informar bem, informar para todos entenderem, e não apenas alguns privilegiados que transmitem a coisa de uma maneira que, para nós, não é saudável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Edmundo Klotz, Presidente da Abia.

Então, devolvendo a Presidência dos trabalhos ao titular, o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que vai poder participar da própria bancada, aproveito, Senador Cristovam, para informar que foram completadas as manifestações dos sete convidados para esta audiência pública. Houve também uma intervenção do Deputado Federal Luis Carlos Heinze, autor do

projeto que propõe a não obrigatoriedade da aposição do selo identificador de origem transgênica.

Informo também que temos, aqui, pela audiência interativa, mais de 50 perguntas, que dificilmente teremos condições de atender, muitas das quais, inclusive, já focadas ou cogitadas nas intervenções feitas até agora.

Então, se me permite, pela ordem das inscrições, começaremos pelo Senador Randolfe, autor de um dos requerimentos, assim como foram requerentes também da oitiva das personalidades aqui presentes os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Hélio José, o Senador Flexa Ribeiro, e também eu, que pedi, de minha parte, que dois participante aqui viessem.

Então, com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, agradeço a V. Ex^a. Agradeço ainda ao Senador Cristovam, ao tempo em que lhe pergunto se não desejaria fazer uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Presidente, eu queria, então, primeiramente, reafirmar a pergunta que foi feita ao Deputado Heinze para, se possível, os membros da Mesa responderem.

Parece-me que, nessa matéria, não estamos debatendo sobre o efeito dos transgênicos no organismo humano. Não é esse o tema da matéria. A matéria objetiva, claramente, alterar o art. 40 da Lei da Biodiversidade e se dirige, mais especificamente, à relação com o direito do consumidor. A questão fundamental, central – já foi dito aqui pelo Senador Cristovam – que deve ser debatida e tratada é sobre o direito do consumidor de ter acesso à informação, sempre lembrando que o direito à informação é um direito sagrado e preservado. O direito à informação ao consumidor, em uma sociedade consumista como a nossa, é um direito sagrado, preservado pela Constituição. Então, o mérito do debate, onde se insere o debate é em relação a este tema relativo ao direito do consumidor. Notadamente, hoje, no Brasil, utilizou-se o alerta do "T" para os produtos que são denominados transgênicos, que, na sua cadeia produtiva, tiveram identificado o organismo geneticamente modificado.

Se é verdade, por um lado, pelo que foi testemunhado aqui, que não existe esse alerta em outros casos, nós temos outro problema, que foi apontado aqui para nós: não somente a França, mas a Comunidade Europeia possui, automaticamente, restrições a produtos geneticamente modificados.

A questão é: como resolver esse impasse? Aí eu passo do direito individual assegurado na Constituição para uma questão econômica, para a nossa pauta de exportações. Como assegurar essa relação com a Comunidade Europeia sem essa advertência em nossos produtos?

Em relação à matéria, eu tenho duas preocupações. A primeira preocupação, e, se não me engano, foi destacado isso por Andiará, é: como, na cadeia produtiva, vai ser garantida a identificação da modificação genética do produto? Isso me parece um direito elementar, e não me parece que haja discussão sobre esse direito. Como, durante a cadeia produtiva, vai ser assegurado ao consumidor a manutenção desse direito?

Segundo: para o mercado internacional, há essa necessidade; em especial para a Europa, há essa necessidade da identificação. Como é que ela passa a ser feita? Pergunto isso em especial àqueles que advogam o projeto, que defendem o projeto.

Terceiro, algo que é fundamental. Eu me importo pouco com a forma, importo-me mais com o conteúdo, o bom e velho Marx já dizia isso. Então, o que considero fundamental é assegurar ao consumidor, em especial ao consumidor brasileiro, o alerta sobre o produto, porque se, por um lado, não se trata de questão de – abro aspas – "terrorismo" – fecho aspas, por outro lado, trata-se da questão de ficar claro ao cidadão consumidor que não quer consumir um produto geneticamente modificado que aquele produto é geneticamente modificado. Nós temos um

mercado de consumo no Brasil que claramente tem uma posição em relação a isso. Alguns cidadãos claramente têm uma posição: não querem consumir produto geneticamente modificado. Então, é necessário o alerta para esse cidadão de que aquele produto, se ele quiser consumir, é um produto geneticamente modificado.

Como é que se fará isso alternativamente, como é que quem defende o projeto sugere que isso fique claro nas embalagens dos produtos?

São esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Seria interessante, Senador Randolfe, que o senhor identificasse mais exatamente qual dos nossos convidados preferiria que respondesse sua pergunta, já que temos muitas perguntas e muitos participantes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eu gostaria de ouvir o Maurício e a Andiará em relação a isso. Pela praticidade, poderíamos ouvir dois de cada posição. Acho que seria importante ouvir o Maurício e a Andiará nesse tema. Não sei. O Dr. Edmundo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Peço a gentileza a todos que intervierem, a partir de agora, o máximo de objetividade, porque temos muita gente, não é Senador Presidente Cristovam? Daqui a pouco, pelo menos de minha parte, eu tenho participação na Comissão de Reforma política às 14h. Então, pelo menos a minha participação aqui vai ser, de certa forma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É a agenda comum nossa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E acho que a Senadora Regina também está na Comissão de Reforma Política. Não? *(Pausa.)*

O Senador Randolfe, eu sei que está. Então, às 14h... O que significa também suprimir o almoço de hoje, não é, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Vamos pedir piedade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu também tenho uma comissão às 14h, de combate à violência contra a mulher. Então, quero sugerir o seguinte: como somos três Senadores, os três podiam fazer sua intervenção – o Senador Randolfe já fez – e talvez agilizasse.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se concordarem, vamos adotar esse encaminhamento. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Primeiro, eu quero agradecer à Presidência, que o senhor assumiu, e pedir desculpas a todos, mas aqui ao lado, na Comissão de Educação, havia dois projetos meus e se eu não estivesse lá, eles não seriam debatidos. No final, devo dizer que nenhum foi aprovado ainda, nem se conseguiu votar, faltou quórum, esses problemas todos. Mas eu não poderia deixar de estar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tranquelize-se porque eu deveria estar presente lá para votar, já que pertenço à Comissão de Educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É verdade, mas não poderia sair daqui. Então, peço desculpas e agradeço ao Senador Lasier.

Como o próprio Maurício veio aqui e disse, nós aqui não estamos discutindo se os transgênicos fazem ou não mal, porque esse é um ponto de outra discussão. Eu, pessoalmente, tenho muitas dúvidas se não há hoje indicações de problemas criados pelos transgênicos, sobretudo nas pessoas que moram no lugar em que eles são produzidos. Mas essa é outra questão. A questão aqui é o direito do consumidor. Então, vou restringir algumas perguntas relacionadas a isso, que já fiz no começo. Vou repetir algumas, vou colocar outras, e peço desculpas se foram respondidas as que eu fiz quando eu não estava aqui.

Eu gostaria de saber que países permitem a produção ou comercialização de alimentos geneticamente modificados e, obviamente, quais aqueles que têm rótulo indicando com clareza, e não apenas com textos, que enganam muito, essa característica de transgênico.

Eu gostaria de saber também quais são as principais controvérsias que há sobre esse aspecto, tanto do ponto de vista de dizer que o direito do consumidor está sendo ferido ao usar a marca, quanto de dizer que dizem que é preciso ter a indicação, mas não necessariamente a marca.

Eu gostaria de saber como anda o debate no resto do mundo sobre esse assunto, e também, como tem havido preocupações acerca dos alimentos modificados em outros países, como é que os movimentos de consumidores nos outros países estão agindo.

E, finalmente, se o fato de não colocar uma indicação clara não vai atrapalhar as nossas exportações, tendo em vista que há países, hoje, que restringem o consumo de produtos com modificações transgênicas.

São essas perguntas. Eu tinha muitas perguntas sobre o impacto na saúde, sobre as dificuldades ambientais que são criadas, mas isso eu creio que é para outro momento, para outra discussão.

Esqueçamos isso. A pergunta é: consumidor tem direito a saber? Sim ou não?

Segundo: a marca do rótulo do "T" é o caminho que se deve fazer ou colocar uma explicação, como se diz em remédio: se continuarem os sintomas, procure o médico?

Então, essas são as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k..

Tem a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A minha intervenção é bem rápida. Até porque isso já foi dito. Vou falar mais como consumidora, do ponto de vista do consumidor.

É o direito de ser informado. Faz doze anos essa informação. Parece-me que não causou tanto prejuízo assim o símbolo, porque os números que foram dados aqui são crescentes na pauta de exportação, no consumo e tudo. Na produção são números gigantescos. Então, não me parece que o símbolo tenha criminalizado. Creio que o símbolo é um alerta. O do cigarro está lá, é proibido fumar, mas tem um cigarrinho com um x. Muita gente que não sabe ler não entende a frase de que é proibido fumar, mas olha para a cigarro, tem um x, e muita gente já sabe que o x significa proibição no trânsito, em qualquer outro lugar. Então, se é a cor, vamos trocar, mas o símbolo é importante.

Uma criança de seis anos não consegue ler esta palavra transgênico, mas consegue identificar o símbolo e não comprar o chocolate, porque na minha casa eu disse para ela que não deve comer, eu optei por não usar. Não tenho nada contra quem quer se alimentar, mas tem que haver o esclarecimento. E não é a palavra... Como é que estava lá? Por exemplo: margarina contém transgênico. A criança ou uma pessoa semianalfabeta não lê. Então o símbolo é importante. Se vai mudar a forma, se ele é agressivo é outra história, mas o símbolo, eu considero importante.

Além disso, se nessa pesquisa as pessoas não sabiam o que o símbolo significava foi porque não houve uma campanha educativa. Quem faz as leis também tem obrigação de fazer campanhas educativas para as pessoas entenderem o que é. Na minha casa, eu tenho campanha educativa, na minha família eu tenho campanha educativa, agora tem que haver nas escolas, nos hospitais, aonde quer que seja. O Ministério da Saúde tem que fazer a campanha como faz do cigarro, como faz de outras coisas. E a pessoa tem o direito de optar, o consumidor. E pelo jeito, a maioria dos consumidores entende que não há problema algum.

Então, a questão do símbolo é importante sob o meu ponto de vista de consumidora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permita-me só um minuto.

A Senadora Regina disse uma coisa enquanto nós estávamos conversando que nos despertou aqui.

Se formos votar em nome das crianças, dos analfabetos, dos pouco letrados, dos que não têm tempo de ler, nós vamos ter que derrubar essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Segundo estatísticas, são 65 milhões de brasileiros acima de 15 anos entre os analfabetos totais e analfabetos funcionais.

Eu quero acrescentar uma ou duas perguntas, pois já havia me programado para isso. Depois eu vou pedir a gentileza, se possível, de participar a todos os nossos convidados, mas muito sucintamente, muito objetivamente cada um deles.

Impressionou-me muito uma informação que eu já conhecia, mas vindo da autoridade do Presidente da Comissão Nacional de Biossegurança, Dr. Velini, de que a nossa expectativa de vida aumentou nove anos em 30 anos. É isso, não é?

Entendo, para alimentar o debate, que a discussão, embora o Senador Randolfe diga que não tem a ver se faz mal ou não e sim o símbolo, eu creio que tem a ver, sim. É indissociável a ideia do faz mal com o símbolo. Qual é a comprovação que temos até hoje de que o transgênico faz mal à saúde? É uma pergunta que eu quero deixar. Eu sei que, por exemplo, o grão de soja já foi analisado repetidas vezes e ainda não encontraram malefício nesse grão, que é o mais pesquisado no mundo.

Com relação a países refratários a transgênicos, consta que, de fato, a Europa... Acompanhando há pouco tempo, por designação do Senado, junto com o Senador Antonio Anastasia, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Kátia Abreu, estivemos num debate na comissão de agricultura do parlamento europeu e percebemos como existem deputados que são contra os transgênicos, principalmente o famoso José Bové, que esteve no Rio Grande do Sul, e foi o autor da destruição de uma horta experimental no Município de Não-Me-Toque, algo que teve repercussão no País inteiro, durante o Fórum Social Mundial há 10 anos.

Então, a matéria do "faz mal ou não faz mal" se prolonga até hoje, embora tenha sido dito aqui que a CTNBio continua aprovando vários produtos transgênicos, principalmente soja e milho.

Então, começando pelo nosso convidado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – V. Ex^a me permite rapidamente?

Parece-me que há um gráfico apresentado pelo Dr. Edmundo. Queria saber se V. S^a poderia informar-nos, na exposição do Dr. Edmundo e da Dr^a Marijane, se existem dados ou percentual, de acordo com esse gráfico, dos consumidores que identificam o "T", como um produto maléfico à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem. Então, repetindo o apelo de ser o mais sucinto possível, começando pelo Dr. Edmundo Klotz e, depois, pelo Dr. Maurício Guetta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não entendeu a pergunta?

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Eu já entendi.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Depois o senhor fala.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem, Dr. Edmundo. Pode falar.

O SR. EDMUNDO KLOTZ – A primeira pergunta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Sim. Tenho aqui a pesquisa Ipsos e vou chegar a ela já para dar exatamente a posição. Vamos voltar ao tema.

A sua resposta está aí. Esse é o gráfico. Só quero complementar o seguinte: temos mil entrevistas mensais diárias domiciliares. São 12 mil entrevistas por ano; amostra probabilística com

cota, representatividade e eleitorado diz respeito com sexo, idade, educação e região; setenta cidades; nove regiões metropolitanas do País inteiro; margem de erro – 3%; cobertura nacional; representatividade da população brasileira com mais de 16% das áreas urbanas.

Tenho detalhado isso. Se quiserem, deixo essa pesquisa com muito prazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Ok. Muito obrigado. Então, essa seria uma.

Pela ordem, rapidamente. O direito assegurado aos consumidores, realmente, tem sido por nós trabalhado há muitos anos. Temos a obrigação, porque somos a fase final do processo, que começa na agricultura, ou até antes dela, e passa por nós e vai direto ao consumidor.

Então, a questão de aviso e informação ao consumidor é uma das nossas maiores preocupações.

A retirada do rótulo realmente pode ser interpretada se for entendida. Achemos, pela nossa pesquisa, que o rótulo não explica, mesmo para os analfabetos, mesmo para os outros. Eventualmente, um ou outro pode entender como quiser, porque há diversas interpretações. Como ele vai interpretar aquele rótulo? Entre eles, eventualmente, a informação de que o rótulo é transgênico também.

Acho muito mais importante a criança não estar comprando produtos sozinha em supermercado, mas sim as mães. Para isso, existe educação. Para isso, existe família, que tem a obrigação, pelo menos, de ensinar aos filhos o que comprar e o que comer – não sei. No meu tempo era assim. Só se mudaram isso hoje. Nos dias de hoje, pode ser que haja toda uma independência, acrescida de informações eventualmente, mas não acredito que a criança vá sozinha ao supermercado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Pois é. Isso se repete há séculos: criança, quando vê algum doce, vai comer mesmo.

Bem, vamos adiante.

Em nível internacional, exportamos para quase 200 países, hoje, produtos na forma de *commodities* e produtos industrializados, embalados, com rótulo e tudo a que o importador tem direito de saber. Hoje, representamos 45 bilhões de dólares desses 80 bilhões. Os superávits gerados são enormes. Não importamos alimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse sinal, Dr. Edmundo...

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ...é uma proposta da assessoria, para que cada convidado fale por três minutos, para podermos ouvir todos.

Então, por gentileza, conclua.

O SR. EDMUNDO KLOTZ – Vou concluir.

Os países que têm os rótulos vão ser passados pela Dr^a Adriana, se me permite, pois ela tem os números bem claros e definidos.

Em primeiro lugar, somos o único País que rotula com símbolos a questão de transgênicos. Há países que eventualmente colocam alguma coisa, mas a rotulagem em si, o rótulo, não existe em país algum. Eles importam. Alguns têm restrição à importação, mas, que saibamos, somos os primeiros.

É difícil expor alguma coisa em três minutos. Deixaria, se possível, para a colega completar o resto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não. Obrigado, Dr. Edmundo.

Dr. Maurício Guetta.

A SRª ADRIANA BRONDANI – V. Exª pode seguir essa ordem?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vou passar para o Dr. Velini, que tem de sair e, depois, finalmente, ao Dr. Maurício. Aí, vamos ver a ordem que vamos seguir.

A SRª ADRIANA BRONDANI – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas acho que, dentro dos três minutos propostos, podemos acelerar bem.

O SR. EDIVALDO DOMINGUES VELINI – Vou tentar usar menos do que os três minutos.

Primeiro, discutimos a precisão ou a segurança do Sistema Regulatório Brasileiro. Ele é reconhecido nacional e internacionalmente.

Então, quando citei os dados de exportação. Quer dizer, o Brasil exporta, porque alguém importa. Ninguém consome ou importa um produto que entenda como inseguro.

Tenho absoluta segurança de que é necessário informar o público. As pessoas precisam saber que estão consumindo ou não transgênicos, mas é absolutamente desnecessário e incorreto associar transgênico a insegurança.

Se eu tenho uma comissão com 27 especialistas, 6 especialistas em saúde; 5, em meio ambiente – isso, falando só dos 27 membros –, que sentido faz permitir que esta comissão, que é técnica, emita um parecer, aprove-o e, depois, eu crie uma informação de insegurança associada a isso.

Então, o direito à informação é de todos. Todos precisam saber o que estão consumindo, mas associar essa informação a uma ideia de insegurança não é correto, porque ela não é correta.

O Senador não estava presente, mas citei que um dos fatos mais notáveis produzidos pelo Brasil foi o aumento de nove anos na expectativa de vida nos últimos trinta anos. Cada brasileiro economiza três meses por ano. Vivo um ano e me aproximo da morte só nove meses.

Esse é um dado impressionante. Esse avanço de três meses por ano era o mesmo antes e depois dos transgênicos. Não houve alteração nisso. Essa imagem de insegurança que se associa aos transgênicos não se reflete nas estatísticas do IBGE disponíveis.

As informações detalhadas sobre os agrotóxicos hoje estão mudando. Daqui a pouco, não teremos mais jornal impresso, mas somente digital. Então, existem várias formas de se informar, e esse excesso de informações do rótulo sobre organismo doador, ano de produção e tudo mais não sei se é necessário.

Existe um Portal da CTNBio, com páginas e páginas de informação, que poderiam ser simplesmente divulgadas. A própria Senadora citou que são necessárias campanhas educativas. Quem quiser se informar, que saiba da existência do *site*. Isso é suficiente para que exista a informação.

Depois, a Juliana pode confirmar isso. A Comunidade Europeia tem restrições a plantio de OGMs, mas é interessante o exemplo da França. Esse país restringe o plantio, mas não a importação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Obrigado, Dr. Edivaldo Velini.

Vamos, então, ao Dr. Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental e, depois, vamos à Professora Marijane Vieira Lisboa, que tem de correr para o aeroporto e voltar para São Paulo.

Com a palavra o Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO GUETTA – Obrigado, Senador Lasier. Cumprimento a Senadora Regina Sousa, com quem estive presente ontem e ainda não estava presente durante a minha fala.

Queria colocar um aspecto que considero fundamental. Vi durante todo o processo legislativo, inclusive na Câmara dos Deputados, todo o debate centrado em torno da questão do "T", da simbologia "T". O próprio Deputado, autor do projeto, disse que o "T" criminaliza o produto, e o objetivo do projeto é retirar o símbolo, etc. e tal.

Infelizmente, esse é um detalhe do projeto, porque o "T" não está previsto no art. 40 da Lei de Biossegurança, mas na Portaria do Ministério da Justiça de 2003,

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO GUETTA – ligado ao Decreto, etc. e tal.

O que se pretende com esse projeto, que ninguém aqui foi capaz de discutir essa questão, que coloquei como ponto-chave no início da audiência pública, foi justamente a forma e o momento de identificação da origem transgênica. Isso ninguém discutiu. E esse o efeito do projeto.

Hoje, a identificação da origem transgênica é feita na matéria-prima. A matéria-prima é transgênica? É. Então, deve haver rotulagem. O que se pretende, com a alteração do art. 40, é colocar essa identificação para o produto final industrializado, processado, com DNA rompido.

Como resultado, como consequência, isso faz com que, em diversos casos de produtos processados, ultraprocessados e industrializados, seja impossível detectar, no produto final, em análise laboratorial, a presença ou não de OGM.

Então, muito mais do que discutir a questão do "T" como símbolo adequado ou não, o que se discute é se, de fato, a alteração legislativa permite a identificação, que foi um ponto muito bem colocado pelo Senador Cristovam Buarque e pelo próprio Senador Randolfe Rodrigues. Estamos preocupados com a identificação da origem transgênica e se, de fato, o direito do consumidor à informação estará respeitado, se o consumidor terá direito ou não a essa identificação.

Vou tomar a liberdade, neste minuto que me falta, de ler a conclusão da Dr^a Ana Paula Bortoletto, que atualmente integra o Idec, como pesquisadora nesse sentido. Ela diz que "quase nenhum alimento processado ou industrializado vai ter o DNA inteiro para fazer essa análise laboratorial. Então, no produto final, não necessariamente, vamos encontrar a prova laboratorial de que ele é transgênico, e o que importa para o consumidor é saber se a matéria-prima usada no produto é ou não transgênica".

Então, muito provavelmente, se aprovado esse projeto, o que vai acontecer é que o consumidor será ludibriado. Ele terá a informação de que não haverá transgênico no produto quando é possível que a origem da matéria-prima seja transgênica.

Ninguém foi capaz de discutir isso nem na Câmara dos Deputados, nem aqui nesta audiência pública. Se os meus colegas debatedores puderem se manifestar sobre essa questão, porque ninguém debateu isso. Todos ficaram centrados na questão do "T" – o "T" é importante; o "T" é o símbolo que as pessoas hoje identificam claramente, apesar da pesquisa. Inclusive, ele é uma forma de permitir com que as pessoas que não têm formação, a própria capacidade de leitura, ou crianças, que possam identificar a origem desse produto.

Inclusive, queria questionar aqui a espécie doadora do gene, que não é necessária colocar no produto, porque o seu nome é em latim ou muito complicado. Então, que se eliminem todas as informações sobre a composição do produto, porque todos os produtos, os sucos que compramos para tomar de manhã, etc., têm ali uma série de ingredientes que eu, sinceramente, não entendo, mas se eu quiser ter acesso, posso informar-me sobre eles.

Por fim, é evidente que não basta a informação estar no *site* da CTNBio. Primeiro, nem todo mundo tem acesso à Internet pelo celular, ou seja, vai ao mercado, para poder colocar ali no celular e pesquisar cada produto que vai comprar, se está seguro ou não, como é que funciona. Obviamente, precisamos colocar essa informação no produto, e ninguém aqui discordou sobre a necessidade de rotulagem. Ninguém discordou sobre essa questão. Inclusive o próprio Deputado, autor do projeto, não discordou, mas o seu efeito será justamente impedir que o consumidor tenha acesso à informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Maurício.

Antes de passar a palavra à Dr^a Marijane Vieira Lisboa, Professora da PUC de São Paulo, lamentamos que não vamos poder ler aqui, Senador Cristovam Buarque, as 50 e poucas perguntas que estão vindo pela audiência interativa.

Agora, quero dizer aos nossos presentes e telespectadores da TV Senado e ouvintes que a maioria dos que se manifestam são a favor da manutenção do símbolo. Restrinjo-me a uma única – que, a meu ver, tem uma grande razão –, a Srª Paula Rockenbach Chibinski, que diz assim: "Ao invés de retirar a informação dada ao consumidor, dever-se-ia pensar em seguir também o exemplo dos Estados Unidos e retirar a gordura *trans* dos produtos. Com certeza, isso contribuiria para a redução de casos médicos, envolvendo doenças cardíacas e de obesidade".

É um outro tema que merecerá um dia, quem sabe, uma discussão com relação à gordura *trans*.

Bem, com a palavra a Professora Marijane.

A SRª MARIJANE VIEIRA LISBOA – Obrigada.

Antes de fazer um comentário muito específico sobre a questão da rotulagem, gostaria de reforçar e retornar ao que disse antes. Não existe consenso científico sobre a segurança dos transgênicos. Mais do que isso, há uma polêmica extremamente grande. Tivemos recentemente um artigo publicado com 300 cientistas, dizendo que eles refizeram toda a literatura científica recente, dos últimos 10 anos, sobre transgênicos e, analisando essa literatura, não se pode concluir nem que eles são inócuos, nem que eles são perigosos.

Então, o direito do consumidor aqui transcende ao mero direito à informação, que é inconteste. Ninguém discute. Há sim a possibilidade de os transgênicos fazerem mal à saúde. Portanto, temos o direito, como consumidores de evitá-los, como a Senadora Regina o faz.

Eu acrescentaria às categorias de crianças, semianalfabetos, etc., uma a qual pertencço – a das pessoas que começam a ter problemas de catarata –, que, portanto, sofrem na escuridão de um supermercado, para enxergar, imaginem, "transgênicos. Pode conter..." Vou direto ao triângulo.

Sobre o triângulo, antes de colocar um aspecto fundamental, apontado pelo Dr. Maurício, preciso dizer o seguinte: somente 6% acham que ele alerta. A pesquisa está mostrando. Achando que é perigoso, não chega a 10% o percentual! Amarelo sempre significou "Atenção!", não alerta. Antes de o sinal vermelho ficar verde e vice-versa, há o sinal amarelo no meio. É só isso.

Triângulo é um símbolo claro, uma cor clara, "T" de transgênico. Tudo que foi levantado contra, na verdade, reflete aquilo que havia dito: debate sobre transgênicos não é uma decisão técnica, mas política. Há interesses, que considero legítimos, mas não podem ser os que predominam no interesse da sociedade brasileira, que acha melhor não ter. Para aqueles que fabricam alimentos, aqueles que produzem alimentos transgênicos e veem nisso uma dificuldade e um custo a mais é legítimo o interesse, mas não é o interesse da população brasileira.

Com relação à questão da rastreabilidade, o Dr. Maurício tem toda razão. O mais sério é eliminar o sistema de rastreabilidade, que, Senador, é o adotado na União Europeia, porque o produtor sabe o que ele plantou – se ele plantou ou não transgênico. Quando ele vende o grão para o que vai fazer a farinha, ele diz que está vendendo transgênico; o que vai fazer a farinha, vai fazer bolo e dizer se no bolo tem transgênico.

Então, esse processo não é caro. No máximo, há a exigência que se veja depois, porque é feito na base do papel, atestando que foi produzido algo não transgênico. No máximo, vai haver a exigência de que o Ministério da Agricultura faça amostras, para verificar se é verdade, ou se estão mentindo.

Agora, se invertermos o processo e, só no final, pegarmos um produto e examinarmos nos dois laboratórios, e os testes custam caríssimo, como vimos aqui na exposição da representante do Ministério da Agricultura, o que vai acontecer? Primeiro, não se vai encontrar nada. Mas antes do primeiro, zero, ninguém vai mandar para laboratório. Então, esse projeto de lei não significa a questão dos triângulos. O triângulo é importante, eu acho que deve ser mantido. Mas ele é fundamentalmente um projeto de lei para acabar com a rotulagem de transgênicos no Brasil, universalizar o seu uso e não haver possibilidade de sabermos o que consumimos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Profª Marijane.

Com a palavra a Diretora-Executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), a bióloga, PHD em Biologia, Dr^a Adriana Brondani.

A SR^a ADRIANA BRONDANI – Obrigada.

Eu gostaria de pegar um ponto que nós estamos abordando aqui em relação à questão da União Europeia. Nós temos uma tendência a generalizar as percepções da União Europeia, quando na realidade sabemos que quando mencionamos França, a França importa produtos transgênicos, porque a França não produz, a França não tem, na realidade, uma produção agrícola expressiva; a França importa.

Existem algumas legislações que são restritivas, mas são minoria. A União Europeia importa produtos brasileiros, mesmo que a exportação para a Europa não seja tão representativa quanto em outros países.

Também chamo atenção para que países da União Europeia, como Espanha, cultivam e adotam produtos transgênicos. Além deles, 28 países – respondendo à pergunta do Senador – no mundo cultivam transgênicos em amplas áreas, incluindo Estados Unidos, Canadá, Índia, Brasil, Argentina. Vários países fazem esses cultivos, então.

Quanto à rotulagem, sabemos que a rotulagem de transgênicos é feita na Nova Zelândia, no Japão, na Europa, na Austrália e aqui no Brasil. Apenas no Brasil nós temos essa questão do símbolo T. A informação quanto a ser um produto de origem transgênica está em todos esses países. E também chamo atenção para que o Japão, um dos países para o qual o Brasil tem uma exportação importante, na sua rotulagem, rotula a partir de 5% de produto.

Então, temos aqui uma adoção que é grande no mundo, uma aceitação muito grande, respaldada por uma série de estudos que foram realizados. Embora alguns pontos tenham sido levantados aqui, na realidade temos vasta literatura científica confirmando segurança desses produtos. Mais de vinte anos de pesquisa mostrando essa segurança. Então, por que um produto tem que mostrar que causa algum problema na saúde, quando os resultados são todos negativos nessa área?

Alguns estudos que apareceram – e a gente acaba lidando com essas informações – são controversos na literatura científica, porque foram criticados pela comunidade científica imediatamente após a sua publicação, incluindo a própria comunidade europeia, que se manifestou em relação a eles.

(Soa a campainha.)

A SR^a ADRIANA BRONDANI – Em relação a uma última pergunta que eu recebi aqui na mesa: Qual é a comprovação de que algum produto transgênico possa causar mal? Nós não temos nenhuma comprovação e, portanto, o produto é seguro.

Ao criarmos um alerta para a população, estamos realmente criando uma confusão, uma informação bastante confusa. Dizer que o produto é transgênico, ótimo. Sim, é o direito à informação. Mas criar um alerta através de um símbolo como esse é extremamente contraditório, considerando todo o nosso sistema de biossegurança.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Doutora.

Com a palavra a Sr^a Andiana Maria Braga Maranhão, Coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

A SR^a ANDIANA MARIA BRAGA MARANHÃO – Bem, vou me ater, então, às perguntas que ficaram mais relacionadas ao direito do consumidor.

Primeiro, Dr. Lasier, eu não consigo, como órgão Ministério da Justiça, entrar na questão da saúde, mas amanhã terá o Ministério da Saúde, enfim. Acho que de certa forma foi respondida, também pela CTNBio, a pergunta sobre esses transgênicos que estão liberados, não é?

Agora, a Senadora Regina Sousa apontou uma coisa muito importante: a população vulnerável. O Código de Defesa do Consumidor coloca que todo consumidor é vulnerável. E nesse aspecto, por ser ainda de certa forma controverso, quando a pessoa não tem uma educação

adequada, como os analfabetos funcionais que temos no Brasil, para eles o símbolo é uma forma de identificar mais rápido, sim. Isso a gente tem que levar em consideração.

Vou levar para a Secretária tudo o que foi colocado aqui em relação ao símbolo: as preocupações... Inclusive, o mapa aqui disse que se poderia discutir outro, ou talvez uma nova forma, outra maneira, outro símbolo, como a Juliana expôs na fala dela. Isso vai ser levado em consideração.

Eu queria colocar aqui também que muitos países permitem, mas a nossa legislação é referência no mundo. O Código de Defesa do Consumidor, há mais de 25 anos, é referência para muitos países que estão elaborando os seus códigos de defesa do consumidor. Então, em termos de direito à informação, direito à escolha, a gente vira patamar.

Foi o que eu coloquei, Senador Cristovam. O senhor não estava no momento, mas o direito à informação... Como o Código de Defesa do Consumidor está há 25 anos aprovado por esta Casa, ele é uma obrigação de quem produz, do fabricante, de quem tiver que colocar o produto no mercado, e é um direito do consumidor ser informado daquilo que está consumindo, para que exerça o seu direito de escolha. O Código estabeleceu esse item de transparência nas relações de consumo. Eu consumo se eu quiser ou não, mas para isso eu preciso ter informação. E eu preciso da informação adequada.

Então, eu queria só reforçar o que a Senadora Regina colocou. O símbolo é uma forma rápida, fácil de identificar em relação à transgenia...

(Soa a campainha.)

A SRª ANDIARA MARIA BRAGA MARANHÃO – ...e a gente... De repente, eu posso até levar para a Secretária, em relação a essa... Talvez, quem sabe, ou não... Mas a gente não pode nunca perder o patamar de garantias, em direitos que a gente já alcançou até agora. Se houver a possibilidade de alteração, qualquer que seja, deve ser sempre para melhorar e garantir os direitos dos consumidores, nunca para piorar esses direitos que já estão garantidos no Código de Defesa do Consumidor há 25 anos: direito à informação, direito à escolha, à transparência nas relações de consumo.

Isso me preocupa, porque o PL realmente inviabiliza o decreto, some com o decreto, e esse direito à informação não fica garantido.

Outra informação que eu dei, relevante, é que hoje, por decisão do Judiciário, a informação tem que ser plena, não interessa o percentual, se é um, se é meio. Qualquer informação, se estiver contaminado... Inclusive numa contaminação *(Ininteligível.)*

deveria ter, porque é essa a informação ao Judiciário, que diz que a informação tem que ser plena, senão o consumidor não consegue escolher o que quer em relação aos produtos que estão disponíveis no mercado.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Concluindo as respostas aos questionamentos, Drª Juliana Ribeiro Alexandre, Fiscal Federal Agropecuária do MAPA.

A SRª JULIANA RIBEIRO ALEXANDRE – Bem, com três minutos a gente tem que priorizar uma das perguntas.

Eu gostaria de dar aqui uma... Falar sobre uma experiência. O MAPA costuma receber missões dos organismos de fiscalização da União Europeia: DG Sanco, DG Santé. Eles vêm ao Ministério, nós os levamos às fazendas. Quando precisam ver carnes, eles vão a frigoríficos. Enfim, eles vêm e fazem essas missões.

Eles vieram duas vezes para verificar como era o sistema regulatório e a produção de OGM. Vieram em 2007 e em 2009. E nós levamos essa equipe de técnicos ao campo, mostramos como funcionava o nosso sistema. Enfim, fomos muito transparentes, porque o nosso sistema... A Lei de Biossegurança também é referência no mundo. E os levamos para que eles vissem o tamanho das nossas áreas, da nossa produção, enfim.

Eles saíram daqui muito seguros de que nós tínhamos um sistema bastante forte e controlado em relação ao que está autorizado e ao que não está autorizado, porque o Brasil realmente dá muita importância aos aspectos de biossegurança.

Os aspectos de rotulagem nós simplesmente informamos, porque consideramos que é uma ação totalmente soberana dentro do nosso País e que independe... As regras que temos de rotulagem, aqui, servem para nós. Quando um país importa, temos de colocar no rótulo – o pessoal da Abia pode confirmar – o que o país que vai receber exige. Então, se eles não exigem símbolo...

(Soa a campainha.)

A SR^a JULIANA RIBEIRO ALEXANDRE – ...nós não precisamos colocar símbolo para exportar.

Enfim, eu queria dizer que as missões dos estrangeiros vieram aqui. Recebemos coreanos também, da Coreia do Sul, e não viram problema.

Em relação à informação – se há o gene ou não – para exportações, como regra de rotulagem não existe exigência internacional que o País tenha de cumprir em relação à rotulagem de produto alimentício, rótulo. Agora, existe, sim, um protocolo ambiental que fala de organismos vivos, isto é, sementes, produtos que, se você colocar no meio ambiente, vão estar vivos, vão dar origem a um organismo vivo. Então, por exemplo, farinha e óleo, exportando, não precisam seguir essa regra, mas grãos e sementes, sim; ou animais, ou microorganismos. E aí, sim, para exportar esse tipo de produto, os países que fazem parte desse protocolo precisam informar, na nota fiscal, num papel que acompanhe a carga, que aquele produto pode conter um organismo vivo modificado, e dizer quais produtos podem estar ali. Esse é o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, mas isso não é rotulagem. Rotulagem são regras internas.

Claro, como a Andiara disse, os nossos regulamentos são referência para o mundo, para muitos países que ainda estão construindo seu arcabouço legal. Mas as alterações que nós fizemos aqui em absoluto vão interferir nas exportações, porque acredito que o mais importante – e pego o exemplo dessas pessoas que vieram da União Europeia verificar o nosso sistema – é a segurança que nós damos de que os produtos transgênicos comercializados no Brasil e que são exportados passaram por avaliação de risco, dentro de uma estrutura rígida de avaliação. Isso eles realmente consideraram. Então, isso é o principal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Bom, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, o que quero deixar a cargo do nosso Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, agradecemos muito a valiosa contribuição que trouxeram os nossos convidados a esta audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Amanhã temos mais, não é, Senador Cristovam?

Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Lasier.

Obrigado a cada uma e a cada um de vocês. E fiquem certos de que a gente vai querer o que seja melhor, sem preconceitos, trabalhando aqui com conceitos, na defesa dos vulneráveis, levando em conta a dúvida que sempre existe risco, mesmo que não haja nenhuma comprovação.

Eu fiquei muito impressionado quando a doutora falou de Talidomida e de todos esses aspectos. No caso dos transgênicos, eu estava dizendo aqui ao Senador Randolfe que hoje eu tenho muitas dúvidas sobre se faz mal. Ou seja, não tenho um conceito sobre isso. Há anos atrás, eu achava.

Há alguns anos eu tinha certo descontentamento com o uso de transgênico. Hoje, eu não tenho nem sim, nem não. Acho apenas que a gente tem de ficar alerta. E como o Senador Randolfe é o Relator, estou muito tranquilo de que ele vá levar em conta essa ideia de alerta, até porque aqui ele me dizia que a cor amarela – como disse também a doutora – é a cor do alerta, não é a cor do proibido. Também não é a cor verde: vá em frente. É apenas a cor que diz: olha,

gente, tem isso aí; isso é uma novidade que traz vantagens imensas para a produção, a qualidade, mas ainda não se tem plena certeza dos riscos, tal como a qualidade que a gente já adquiriu com os 13 mil anos, que a senhora mostrou, das mutações e da domesticação da produção agrícola natural. Ainda faltam alguns para completarmos treze mil anos. Obviamente, hoje em dia, o processo é muito mais rápido e a gente tem mecanismos para constatar as qualidades e os defeitos.

Eu fico muito tranquilo, Senador Lasier, pelo relatório estar nas mãos do Senador Randolfe. Fico feliz por tê-lo escolhido como nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

E para cumprir a formalidade de praxe, submetemos à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião conjunta da CCT com a CMA. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Agradecemos a todos a presença aqui, e amanhã teremos a segunda parte dessa audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (30ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (33ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia doze de agosto de dois mil e quinze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Acir Gurgacz, Alvaro Dias, Angela Portela, Blairo Maggi, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, João Capiberibe, Lasier Martins, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificar da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, atendendo aos Requerimentos n.º 42/2015-CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque, n.º 45/2015-CCT, de autoria dos Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Hélio José, n.º 47/2015-CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, n.º 49/2015-CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, n.º 54/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e n.º 56/2015-RMA, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores André Dallagnol, Membro da Organização Terra de Direitos; Paulo Kageyama, Professor da Universidade de São Paulo – USP; Ana Paula Bortoletto Martins, Pesquisadora em Alimentos do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC; Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República - Ministério Público Federal – MPF; Cássio Trovatto, Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ciapo/SAF/MDA; e João Tavares Neto, Superintendente de Correlatos e Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Hélio José e Lasier Martins. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e três minutos, determinado que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia, bom dia a cada uma e cada um.

Havendo número regimental, na presença no livro, declaro aberta a 9ª reunião conjunta das comissões permanentes – 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática e da 33ª reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, todas essas dentro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal, que se realizam nesta data.

Iniciando os trabalhos da reunião conjunta, informo que realizaremos hoje audiência pública em atendimento a Requerimentos nº 42, 45, 47, 49 e 54, de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e de outros Srs. Senadores, e 56, de 2015, da Comissão do Meio Ambiente, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e de outros Senadores.

Esta audiência de hoje é a continuação de uma feita ontem com outros participantes, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais.

Para tal, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: o André Dallagnol, membro da Organização Terra de Direitos; o Sr. Paulo Kageyama, Professor da Universidade de São Paulo; a Srª Ana Paulo Bortoletto Martins, pesquisadora de alimentos do Instituto de Defesa do Consumidor – que antes estava presente assistindo –; o Sr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República, Ministério Público Federal; o Sr. Cássio Trovatto, Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Sr. João Tavares Neto, que é Superintendente de Correlatos e Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Agradeço muito a presença de todos. Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos às exposições dos convidados. E os Srs. Senadores que conseguirem estar presentes, diante do caos da agenda desses dias no Senado, falarão na ordem de inscrição, dando prioridade aos requerentes.

Durante o curso da audiência, a Presidência, obviamente, poderá fazer intervenção e perguntas.

Considerando o número grande de participantes e a agenda dos Senadores, vou tentar resumir a dez minutos o tempo de cada palestrante, obviamente, com uma margem de flexibilidade caso seja necessário.

E vou seguir a ordem do convite, passando a palavra inicialmente ao André Dallagnol da Organização Terra de Direitos.

O SR. ANDRÉ DALLAGNOL – Primeiramente, bom dia a todas e a todos, cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de me apresentar, inicialmente, como advogado popular da Organização Terra de Direitos, é uma organização de direitos humanos, que trabalha, basicamente, na defesa dos direitos dos agricultores familiares agroecológicos na produção de alimentos saudáveis.

Atuamos monitorando os processos de autorização comercial e discutimos com a sociedade essas aprovações comerciais que acontecem hoje na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; fazemos parte também, como Organização Terra de Direitos, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e fomos convidados pela CNA para fazer breve abordagem desse Projeto de Lei que tem algumas repercussões em relação ao direito de informação dos consumidores, mas também tem repercussão nos direitos dos agricultores familiares que produzem alimentos agroecológicos de base mais saudável.

O Projeto foi apresentado no ano de 2008 pelo Deputado Federal Luiz Carlos Heinze e tem como objeto a alteração da Lei de Biossegurança, para definir as regras de rotulagem.

Atualmente, a Lei de Biossegurança obriga a rotulagem de alimentos transgênicos, mas não fala como essa rotulagem deve se dar, não fala em que percentual essa rotulagem deve se dar, e isso ficou relegado à regulamentação por decreto. Então, há o decreto da Presidência da República que define os parâmetros da rotulagem e institui o famoso símbolo T, envolto por um triângulo

amarelo. Parece-me que seria o objetivo inicial desse projeto de lei em debate porque, segundo os argumentos do Deputado Luiz Carlos Heinze, esse símbolo criminalizaria os transgênicos; esse símbolo, em vez de informar à população, na verdade, causaria confusão, sendo que não haveria dúvidas atualmente com relação à segurança dos alimentos transgênicos.

Pois bem, de fato, se observarmos o conteúdo do projeto de lei, ele trata, ele dá nova redação ao art. 40 da lei de Biossegurança, trazendo para dentro da lei os parâmetros de elaboração, ou melhor, os parâmetros de informação aos consumidores com relação ao consumo de alimentos transgênicos. Se repararmos na redação, aqui não fala nada do fim da rotulagem, e nem poderia porque isso está sendo tratado via decreto. Do que fala então? Fala da forma pela qual haverá a identificação do produto transgênico no alimento final exposto ao consumo para o consumidor.

Nesse sentido, temos algumas considerações. Atualmente, a simples detecção de algum elemento transgênico na composição – o decreto fala em 1%, por exemplo, 1% de AGM na composição do projeto final – teria que ser rotulado. Pela redação constante do projeto de lei, você teria que detectar ao final do processo de produção desse alimento.

Atualmente, as sementes transgênicas, os grãos transgênicos, soja e milho, são utilizados, em sua maioria, em alimentos ultraprocessados. Correto? Depois de serem ultraprocessados, é impossível se identificar a presença de AGM nesses alimentos. Se você detecta antes, você saberá a partir do que você está produzindo um alimento. Se você tenta fazer a detecção *a posteriori*, você já não sabe mais se há ou não transgênico naquele alimento final exposto ao consumidor.

E, aí, poderia se chegar a um resultado teratológico de se ter um alimento produzido a partir de transgênico rotulado livre de transgênico. A situação aqui é mais grave do que o simples fim do símbolo do T. Acredito que o simples fim do símbolo do T ou a discussão do símbolo T como criminalizador poderia se dar no âmbito do Poder Executivo. A alteração da Lei de Biossegurança tem um propósito um pouquinho mais aprofundado. Pois bem.

Eu participei ontem, na qualidade de ouvinte, da audiência pública, da primeira parte dessa audiência pública, e os argumentos trazidos pela indústria e pela CBio, vinha justamente contrários à aprovação do projeto de lei. Explico por quê.

Porque, quando eles falam que o símbolo do T – ainda que fosse essa exatamente a discussão – criminaliza os transgênicos, eles mesmos produziram uma pesquisa que demonstra que somente 1% da população pesquisada associou o símbolo do transgênico a algo danoso à saúde. Por si só, isso não criminalizaria os transgênicos. O símbolo, por si, não criminaliza os transgênicos.

Também a exposição da representante do MAPA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi clara no sentido de que a rotulagem, a legislação de rotulagem, vai ter abrangência nacional, ou seja, serve somente para os produtos produzidos no Brasil. Os produtos exportados obedecem a uma legislação internacional.

Logo, está aí mais um argumento que contribui para o contrário da criminalização dos transgênicos. Então a população nacional, que foi a pesquisada, não associou a algo nocivo à saúde, e, internacionalmente, é outra legislação que vai regulamentar a matéria.

Quando fala que, em vez de informar, desinforma a população, também incorreu em erro. Porque, ainda assim, 6% da população já associava o símbolo ao transgênico, ainda que, com isso, não houvesse uma associação automática de que seria nocivo à saúde.

De outro lado, a Senadora Regina também trouxe um argumento que achei bem interessante, que é o fato de que grande parte da população brasileira não é alfabetizada, não teria então como ler o "contém transgênico" na embalagem. Sendo assim, o símbolo é muito mais didático, muito mais informativo até mesmo para uma criança ou para um idoso ou até mesmo para uma pessoa não alfabetizada.

Com relação à aprovação por uma junta de cientistas, gostaria de falar um pouquinho mais sobre o papel da nossa organização na defesa dos direitos dos agricultores familiares agroecológicos. Nós monitoramos historicamente a aprovação comercial dos transgênicos e tivemos que judicializar uma ação civil pública para discutir a liberação do primeiro milho transgênico, em nível nacional, porque ele foi liberado comercialmente sem que houvesse uma

resolução normativa que garantisse a coexistência, sem que houvesse estudos em todo o território nacional, ainda que o Protocolo de Cartagena e a Constituição Federal garantam isso, ainda que o princípio da precaução garanta isso.

Hoje, o Brasil é referência. Participei no ano passado, na última discussão do Protocolo de Cartagena e pude observar como o Brasil é referência no tema da biossegurança. O efeito de uma alteração na legislação nacional poder ser, sim, um efeito dominó para o pior internacionalmente no que se refere à legislação de biossegurança.

Então, agradeço o tempo da fala. Estarei disponível para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço bem a fala do Dr. André Dallagnol.

E passo a palavra ao Paulo Kageyama.

O SR. PAULO KAGEYAMA – Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação muito grande estar aqui no Senado para esta audiência pública tão importante. Quero parabenizar as comissões do Senado e o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa.

Eu sou professor titular da Esalq, na Universidade de São Paulo, e coordeno o Laboratório de Reprodução e Genética em Espécies Arbóreas, que aplica os conhecimentos de biodiversidade tropical com as técnicas de genética molecular na construção de sistemas de produção para agricultores familiares; sou membro do Grupo de Experts da FAO em Conservação Genética; fui diretor de Biodiversidade do MMA, e sou membro titular da CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Temos um grupo de pesquisa de agrobiodiversidade aplicando esses conceitos para a produção de alimentos saudáveis e também para estudos de fluxos gênicos ou de contaminação de variedades crioulas. As variedades crioulas são as variedades de pequenos produtores familiares contaminados com transgênicos principalmente.

Os transgênicos comerciais, é importante colocar, trazem vantagens somente às indústrias de sementes e agrotóxicos e causam um impacto negativo sobre a saúde humana e animal, meio ambiente e sobre segmentos de agricultores, principalmente dos pequenos, familiares.

Somente para apontar alguns erros na nossa situação atual no consumo de agrotóxicos ligados aos transgênicos, associados, após a liberação dos OGMs até o ponto de inflexão, na verdade, há um aumento brutal e continua até 2011 em relação ao aumento da área. Aqui está o aumento de produção de agrotóxicos.

Vamos ver que agrotóxicos são esses. E o Brasil, segundo dados da própria Anvisa, se distancia do mundo inclusive. O crescimento de agrotóxicos no Brasil está em azul; e em vermelho no mundo.

Os transgênicos vieram para resolver alguns problemas, resolver o problema da fome no mundo? O próprio relatório da FAO em segurança alimentar, em 2010, mostra o ponto de inflexão do mundo, o uso da tecnorrevolução dos genes. E aqui, mostra no Brasil. Mas a fome só aumenta, na verdade, mostrando que é uma fraude essa promessa.

A outra questão mais técnica e científica. Entendemos perfeitamente como funcionam os transgênicos ou podem ocorrer falhas? Que falhas são estas? A chamada de Roger Beachy em 2002 é muito clássica na verdade. A transgenia pode ser chamada de uma tecnologia que emprega modificação genética precisa, específica, racionalmente desenhada. E todo mundo acredita realmente que tecnologia é sempre boa, que tecnologia é sempre precisa. Colonier, em seguida, em 2003, mostra três transgênicos mais importantes: o milho transgênico tolerante ao glifosato, milho Bt transgênico resistente a inseto e a soja transgênica tolerante ao glifosato.

E aqui temos a proposta feita no processo de aprovação comercial e aqui o material comercial analisado posteriormente. Portanto, temos aqui o fragmento da ME que provocaria a transformação requerida e aqui o que foi analisado. Aparecem uns adendos a mais que não se sabe para que são. Então, ele funciona, porém, às vezes aparece algumas coisas que são diferentes.

E aqui, no segundo caso do milho Bt, há uma deleção ou uma retirada de parte disso no comercial. No caso do DMA na soja transgênica, igualmente aparece um adendo. Então, começam a aparecer algumas alergias, algumas imperfeições que fazem parte de nós como técnicos.

O mais importante é que os transgênicos contaminam as variedades crioulas, que são utilizadas por agricultores familiares. São sementes que, na verdade, não precisam ser compradas todo ano. Todo mundo acha que o que não aparece muito na estatística não existe, porém existem milhares e milhares de variedades crioulas no Brasil de milho, feijão, mandioca, etc.

As variedades crioulas vêm sendo utilizadas e vêm sendo contaminadas, como vamos ver aqui. Os consumidores também vêm fazendo a sua opção, preferindo produtos mais saudáveis.

Tenho certeza de que todos aqui, com capacidade ou condições, compram e preferem alimentos mais saudáveis. E a gôndola do supermercado de ricos está aumentando cada vez mais. E as variedades crioulas são menos dependentes dessas tecnologias de uso de agrotóxicos e transgênicos. Então, queremos fazer essa associação, que é importante.

E a contaminação é muito, principalmente do milho, provável, na verdade, porque a polinização é feita pelo vento; e o vento, dependendo da sua força, pode andar, caminhar quilômetros, como aconteceu no México, por exemplo. Eles têm um trabalho no México, publicado na *Nature*, depois da *Molecular Ecology*, duas revistas para ninguém botar defeito, em 2001 e 2008, mostrando na região de origem do México.

E, aqui no Brasil, não poderia ser diferente. Nós fizemos a CTNBio, da qual faço parte, aliás, aprovei isso, Resolução Normativa nº 4, que fala que, para permitir a coexistência, como se fosse possível, a distância entre milho transgênico e não transgênico seria de cem metros, ridículos cem metros, na verdade. E lógico, não poderia ser de outra forma, aconteceu um grande surto de contaminação. Até a *Folha de S.Paulo* se rendeu e publicou uma manchete desse tipo: "Brasil não tem controle sobre milho transgênico." Em uma página inteira, pesquisem quem quiser. Dez de maio de 2009.

E as pesquisas em biossegurança avançam, após a liberação comercial dos produtos. Eu estou dizendo após a liberação, porque, antes da aprovação, as empresas não liberam sementes para pesquisa em biossegurança. Então, eles fazem sua pesquisa em biotecnologia e depois de dez anos, quando começam a aparecer no mercado, é que, na verdade, é possível os pesquisadores fazerem pesquisas em biossegurança.

Então, essa é, na verdade, a situação.

As pesquisas avançam também na detecção da biossegurança. É importante colocar, frisar e enfatizar que 90% – 90, não está sobrando zero – dos transgênicos agrícolas no Brasil são de tolerância ao herbicida glifosato. Então, glifosato é a nossa bola da vez. Os outros 10% são GM inseticidas, que é o GM transgênico Bt, como é chamado. Segunda e terceira gerações de GMs só na promessa.

O efeito oncogênico do glifosato foi primeiramente tentado por De Roos, em 2005, já, quando começou, na verdade, a aparecer sementes comerciais transgênicas...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO KAGEYAMA – ... que associam com a incidência de mielomas múltiplos, além de abortos prematuros e má formação de fetos. E, o mais importante trabalho foi o de Séralini, francês, pesquisador francês, um ícone da pesquisa em biossegurança, que demonstrou que uma pesquisa um pouco mais a longo prazo, dois anos, de ratos alimentados com milho, tolerantes ao glifosato, apresentaram um desenvolvimento de câncer, vários cânceres, que vou mostrar pra vocês.

Bom, esse é o gráfico dos agrotóxicos mais vendidos no Brasil. Setenta por cento são glifosatos e 2,4D. Então, na verdade, 70% são associados à tolerância de herbicida, têm relação direta com eventos transgênicos como estamos falando. Então, não podemos dissociar agrotóxico de transgênico. Na verdade, são duas faces de uma mesma moeda.

Promessa dois, sem efeitos adversos a saúde humana. Entra em cena aí o Instituto Nacional do Câncer e a Organização Mundial da Saúde, na verdade, pesos pesados para demonstrar o que Andrés Carrasco, do Ministério de Buenos Aires, falava de má formação neuronal, intestinal e cardíaca.

Estou passando bem rápido.

O importante é que o Séralini, em um primeiro estudo de larga duração, mostrou que os tumores cancerígenos aparecem aos quatro meses em ratos machos e aos sete meses em ratos fêmeas. Todavia, as agências exigem estudos de apenas três meses, inclusive a nossa agência.

Então, na verdade, vamos dizer, é só estender um pouquinho mais. Por que três meses e não quatro meses? E aí são os cânceres que saíram manchetes nos principais jornais do mundo, em todos os jornais do mundo, é só procurar nessa data...

Vamos ver a comprovação. Angelika Hilbeck, ícone de biossegurança no mundo, disse que o que se fala sob consenso na segurança de OGMs não pode ser suportada, não é suportada por análise objetiva e literatura bem referida. Vamos ter uma publicação agora de 600 publicações demonstrando exatamente, vamos dizer, a insegurança dos OGMs. Vai ser publicado agora, aguardem.

Bom, não podemos deixar de falar do Brasil e do Instituto Nacional do Câncer, que pede redução dos agrotóxicos, assustados com os 500 mil casos de câncer por ano, crescimento de 10% ao ano, segundos dados da própria segurança: relatório divulgado 8 de julho pelo Instituto Nacional do Câncer pede a redução dos agrotóxicos no País. O Brasil se tornou o maior consumidor desse produto no Planeta, com um milhão de toneladas em 2009, equivalente a um consumo de 5,2 quilos de veneno agrícola por habitante. Certamente a liberação do uso de sementes transgênicas no País foi uma das responsáveis por colocar o Brasil no primeiro lugar desse *ranking*.

Estou correndo. Aí é só para mostrar, então, vamos dizer, o relatório, a monografia que foi publicada, liberada recentemente agora neste ano, março de 2015, é o Instituto Internacional de Pesquisa do Câncer e que fala quais os resultados desse instituto: o herbicida glifosato e também o malathion e diazinon foram classificados como provavelmente carcinogênicos. A Anvisa vai ter que reconhecer isso, não é verdade? E os trabalhos existentes em todo o mundo mostram exatamente estas coisas: resíduos e metabólitos do glifosato e da toxina Bt, os dois principais, 90% e 10% foram encontrados em sangue de mulheres grávidas e em fetos no Canadá. Em qualquer lugar que se faça essa pesquisa, na verdade, tem esse resultado. Olha o resultado: toxina Cry1Ab, do Bt, 93% de sangue contaminado em mulheres grávidas, 80% nos fetos e 69% em mulheres não grávidas.

Enfim, estamos aprovando agora novos processos de liberação de OGMs comerciais e o principal aprovado comercialmente agora é o 2,4-D, certamente que veio para substituir o glifosato, que está perdendo sua ação e criando resistência, inclusive, às ervas espontâneas. Então resgataram o 2,4-D, que é parte do agente laranja, tendo aprovado o OGM comercialmente.

E há um projeto de lei, ameaçando, acerca da não obrigatoriedade da rotulagem, que é o que estamos discutindo agora. E nós estamos trabalhando com produção de alimento saudável. Quem pesquisa com teses de pós-graduação, modelos agroecológicos minimizam os insumos químicos que representam...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO KAGEYAMA – ... 70% do custo de produção.

Bom, eu queria dizer, mas é que esse debate é muito profícuo, tem muita informação, há muita dúvida, muita falha, não é verdade? Eu, como membro da CTNBio, como pesquisador da área, afirmo, na verdade, que a população tem o direito – eu ia mostrar aqui os resultados – de, com isso, saber o que está comendo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, professor. Eu passo a palavra agora a Ana Paula Bortoletto Martins.

A SRª ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS – Obrigada. Gostaria de agradecer o convite de participar da audiência;

Eu também vou apresentar algumas informações que trago e que considero relevante para essa discussão. Além da apresentação, eu também trouxe, Senador, um posicionamento por escrito, do Idec. Além do posicionamento jurídico que o Dr. Maurício apresentou ontem em conjunto, do ISA, do Idec, Terra de Direitos, esse é também um posicionamento falando um

pouco mais especificamente sobre os pontos do projeto. Coloco-me à disposição para – vai ser um curto tempo aqui para falar – mais informações posteriormente.

Eu sou nutricionista, sou doutora em nutrição em saúde pública e atualmente trabalho no Idec como pesquisadora em alimentos.

Falando rapidamente sobre o Idec, trata-se de uma organização não governamental, fundada em 1917, sem fins lucrativos e independente. O Idec não aceita nenhum tipo de recurso de empresas e partidos políticos. Nosso trabalho é mantido principalmente através da contribuição de associados, que são apenas pessoas físicas que garantem a independência da organização e o compromisso com interesses coletivos.

Nossa missão é promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo, com total independência política e econômica.

O Idec considera que o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, representa um retrocesso para a garantia do direito do consumidor e está contra as tendências regulatórias mundiais na área de alimentos e ainda pode trazer prejuízos e barreiras econômicas para a exportação de produtos brasileiros.

Não vamos entrar aqui na discussão sobre a segurança ou não dos alimentos transgênicos, mas apresento aqui o artigo científico, que a Professora Marijane mencionou ontem, com o posicionamento de mais de 300 pesquisadores, que afirmam que não há consenso com relação à segurança de transgênicos no mundo todo. Qualquer tipo de afirmação de consenso, conforme eles dizem, sobre a segurança de organismos geneticamente modificados não são apoiadas por uma análise objetiva da literatura.

Agora, vou apresentar, então, os principais motivos para a rejeição desse projeto. Primeiro, e já falamos muito aqui, é o fato de este projeto afrontar o Código de Defesa do Consumidor por tratar o Princípio da Informação ao Consumidor como uma exceção e não como uma regra geral. Avaliamos que nenhuma medida pode ser criada para restringir esse direito à luz do Código.

Ao se restringir a informação, o projeto restringe a liberdade de escolha do consumidor e também a concorrência entre os fornecedores. E mais especificamente, como já mencionamos aqui, ele fere o art. 6º do Código, e não apenas fere o art. 6º, que se refere ao direito à informação, mas também o art. 66, que fala sobre a omissão de informação relevante, que é conhecida do fornecedor. Omitir uma informação que já é conhecida e relevante também deve ser tratado como uma ilegalidade. Portanto, os fornecedores que souberem que o rótulo possui ingredientes transgênicos e não informarem ao consumidor vai estar ferindo também o Código.

Em relação às dúvidas que apareceram ontem sobre os países que rotulam os alimentos transgênicos, há também um estudo publicado na *Nature Biotechnology*, um artigo que mostra que são mais de 60 países no mundo que possuem rotulagem obrigatória para alimentos transgênicos. Grande parte dos países como na União Europeia rotulam, independente de ter percentual de transgênicos, mas, alguns também estabelecem percentuais de 1%, alguns com uma variação, para exigir a rotulagem de transgênicos.

Esses países seguem inclusive recomendações do Codex Alimentarius, que é uma normativa internacional sobre regulação de alimentos, coordenadas pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde, que são diretrizes voluntárias para os países, mas são utilizadas como referência inclusive para a Organização Mundial do Comércio.

O Codex fala sobre a rotulagem de transgênicos, que é uma forma importante de garantir o gerenciamento de riscos para alimentos transgênicos e outros alimentos que são derivados da biotecnologia moderna, que é o termo que eles utilizam nesses documentos que estou citando aqui.

Portanto, a aprovação do Projeto de Lei pode provocar impactos negativos para a economia, sim, considerando também que a rejeição aos organismos geneticamente modificados, em vários países para o qual o Brasil importa alimentos, é grande. Muitos países na União Europeia, Nova Zelândia, Japão, já proibiram o cultivo e a comercialização de alimentos transgênicos. E, além disso, o mercado de grãos livres de transgênicos está em ascensão inclusive no Brasil. E

recentemente foi noticiado um porto para escoamento exclusivo de alimentos não transgênicos, para a Rússia e o Japão, no Estado de Sergipe.

Como mencionei no começo, o projeto está indo contra a tendência e a teoria moderna da regulação, porque está propondo que o mercado seja regulado *a posteriori*, mas dependente da ação fiscalizatória, ou seja, da análise laboratorial, permitindo, portanto, um terreno grande para a corrupção, para aumento de custos para o Estado e para a iniciativa privada, além de nós a considerarmos ineficaz.

A declaração *a priori* do fornecedor, ou seja, garantir que a matéria-prima seja rastreada e, com isso, informada, repousa na ideia da responsabilidade objetiva e não depende em grande medida da ação contínua do aparato de fiscalização do Estado.

Agora, eu gostaria de tratar rapidamente de alguns pontos específicos em relação ao projeto, que é a discussão da rotulagem por detectabilidade, que é o que o novo projeto propõe, *versus* a rastreabilidade, que é o que a gente tem hoje na nossa legislação; mencionar um pouco sobre o símbolo T e sobre a espécie doadora dos genes.

A exigência da rotulagem de transgênicos apenas mediante comprovação por análise laboratorial, na prática, representa o fim da rotulagem de produtos processados, que perderam grande parte do seu DNA ou proteínas de origem transgênica.

Para esses produtos, como o André mencionou, ainda não temos técnicas laboratoriais específicas que vão conseguir identificar e muito menos quantificar o DNA transgênico. O Idec inclusive buscou vários laboratórios para entender mais sobre esse processo. Quando precisamos fazer uma análise de transgênicos em alimentos, nós tivemos que buscar um laboratório na Suíça para poder fazer essa análise. Mesmo assim, nem esse laboratório foi capaz de quantificar o DNA e, em alguns alimentos que são mais processados industrialmente, nem mesmo foi possível detectar o DNA para conseguir comprovar a presença de transgênicos. Por isso, o consumidor fica impedido de conhecer a origem dos produtos que está consumindo, inclusive a partir da matéria-prima que os compõe.

A ausência da rastreabilidade, isso sim, vai levar o consumidor ao engano, pois alimentos sabidamente transgênicos, como o óleo de soja, por exemplo, perderiam de maneira absurda essa rotulagem. Ou ainda mais absurdo, como já foi mencionado, o óleo de soja, que é sabidamente transgênico, poderá utilizar a expressão "livre de transgênicos", uma vez que a presença de organismos geneticamente modificados não será detectada no produto final.

Ainda gostaria de ressaltar que, como o PL desobriga a rotulagem de produtos de origem animal alimentados com ração transgênica, isso também significa um relaxamento do controle sanitário e da origem dos alimentos de animais. E isso é uma causa determinante de várias ocorrências mundialmente conhecidas, como, por exemplo, o caso da vaca louca, em que, na prática, você pode não ter informações sobre a rastreabilidade da matéria-prima de rações animais e causar bilhões de prejuízos em dólares, como ocorreu na Europa, e ainda gerar muita preocupação esse descontrole sanitário em relação à matéria-prima.

Em relação à exclusão do símbolo T, avaliamos que, embora não seja o ponto central...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS – ... do PL, é uma informação muito importante para o consumidor. O símbolo contribui para a visualização e identificação do alimento, mesmo para pessoas com dificuldade e também contribui para garantir a ostensividade da informação prevista no Código. A informação sobre transgênicos... Temos transgênicos há pouco tempo no Brasil. Esse é um tipo de alimento novo no mercado, se compararmos com alimentos que já consumimos há milhares de anos.

Eu gostaria de trazer uma informação nova e que ainda não foi falada. Buscou uma especialista, a Profª Clotilde Perez, que é livre-docente em Ciências da Comunicação pela ECA, que fez uma análise semiótica do símbolo T. Esse tipo de análise avalia os símbolos e quais são as mensagens transmitidas pelos símbolos. E isso é importante quando queremos entender o

significado de um produto, de uma embalagem, de um rótulo ou de um símbolo ou ainda de uma identidade visual do produto. Por isso, buscamos esse especialista para fazer essa análise.

Eu não vou me ater muito, porque já acabou o meu tempo, mas eu posso disponibilizar depois para todos esse estudo. Eles avaliaram primeiramente em relação à cor. A cor amarela é uma cor primária, que vem carregada de intensidade, tem uma conexão com o sol, de luminosidade e brilho, é uma cor expansiva e que, portanto, atrai o olhar. Está relacionada à vibração e ao movimento e, por isso, é para chamar a atenção, para trazer a atenção, uma cor inclusive de intersecção, como é o caso dos semáforos, como já citamos. Ela é amplamente utilizada como suporte para abrigar informações verbais e imagéticas em diferentes culturas e contextos de produtos ou serviços, como aí estão alguns exemplos.

E aqui mais exemplos de sinais de trânsito, em que também a cor amarela é muito utilizada.

No contexto do símbolo dos transgênicos, a cor amarela funciona como pano de fundo para abrigar a informação do T; portanto, ela traz informação, uma presença forte e de fácil leitura. E esse contraste da cor preta com o fundo amarelo permite uma boa legibilidade, o que também reforça o previsto no Código de Defesa do Consumidor.

O contexto privilegiado do uso do símbolo é a embalagem. A legislação prevê que haja um espaço específico para isso, sem comprometer as outras informações que os fabricantes queiram trazer na parte frontal da embalagem. E portanto, ela tem uma função didática, o símbolo tem uma função didática e informativa na parte frontal da embalagem.

E, concluindo essa avaliação da Profª Clotilde, o símbolo transgênico não apenas tem que ser mantido nas embalagens, mas também tem que trazer a informação verbal de que contém tal produto transgênico até que a população consiga entender, porque como todo símbolo, ele é uma convenção e deve ser construído socialmente. Obviamente as pessoas não entendem um símbolo logo de cara, é preciso ter o contato com o símbolo, a discussão sobre ele, a informação sobre ele, para que ele seja reconhecido como tal pela população, e assim, aos poucos, ele vai podendo ser reconhecido e identificado facilmente.

Em relação à ausência da espécie doadora de genes, tirar essa informação – muito foi falado ontem que essa é uma informação que não é útil ao consumidor o, consumidor não entende –, se formos excluir do rótulo todas as informações que o consumidor não entende, teríamos que excluir grande parte da tabela de nutrientes, da lista de ingredientes. Não é o fato de o consumidor não entender uma informação, que ele pode ter dificuldade de entender... Temos que buscar que ele tenha essa informação e conheça o porquê dessa informação.

Gostaria de lembrar que, no caso de pessoas com alergias alimentares, haver a informação da espécie doadora dos genes pode dar uma pista para ela entender qual é o motivo dessa alergia. Hoje, tem aumentado o número de pessoas com alergias alimentares no mundo. O Brasil está caminhando, por exemplo, porque há a resolução da Anvisa que obriga a presença da informação sobre alimentos alergênicos nos rótulos. Então, retirarmos uma informação que pode contribuir para a saúde das pessoas com alergias alimentares vai contra inclusive a estratégia regulatória que o Brasil vem adotando em relação a esse tema.

Para finalizar, também temos exemplos de muitas pesquisas de opinião, mostrando que o consumidor quer saber. Independentemente de saber se o transgênico é seguro ou não, é uma informação relevante para o consumidor. Inclusive na enquete realizada pelo Senado, os consumidores, a população se manifestou contra a aprovação desse projeto.

Considerando tudo isso, entendemos que, na prática, o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, representa o fim da rotulagem de transgênicos no Brasil. Não apenas nós, mas muitos movimentos sociais, organizações de consumidores e da área de meio ambiente assinaram uma carta. Mais de 120 entidades assinaram essa carta. Encaminhamos aos Senadores inclusive, sobre isso, e portanto, acolher o projeto é contribuir para o enfraquecimento dos direitos do consumidor, um retrocesso que deve ser afastado pelo Senado, para a manutenção dos direitos básicos dos consumidores e da própria democracia.

Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu agradeço e passo a palavra ao Senador Hélio José, que é o Vice-Presidente desta Comissão, que pediu para falar, porque tem outros compromissos em outras Comissões. Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Esta reunião conjunta aqui da CMA e da Ciência e Tecnologia é uma reunião muito importante. Eu fiz questão de comentar aqui, porque tenho um compromisso – são tantas as Comissões funcionando ao mesmo tempo – na Comissão de Direitos Humanos, em que sou titular também.

Obrigado.

Tenho um compromisso inadiável e preciso ir lá participar, porque é um projeto de minha relatoria.

Eu queria primeiro cumprimentar o André Dallagnol, membro da organização Terra dos Direitos; o Paulo Kageyama, professor da Universidade de São Paulo, a USP; a Ana Paula Bortoletto Martins, pesquisadora de alimentos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Ana Paula, parabéns pela belíssima exposição. Eu queria cumprimentar o Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República, do Ministério Público Federal (MPF); o Cássio Trovatto, da Secretaria Executiva do MDA; e o nosso querido representante da Anvisa, João Tavares.

Eu acho que esta discussão é de altíssima relevância! Não tenham dúvidas de que a transgenia ajudou muito em várias questões neste País. Hoje, somos recordistas na exportação de soja graças à transgenia. Nós temos muitos produtos, como o mamão, por exemplo, que não tem mais tanto fungo por causa disso; como o arroz dourado, que é muito importante em nutrientes, e outros produtos, mas não resta dúvida de que a nossa querida Ana Paula tem plena razão, todas as pessoas precisam saber o que consomem.

Há as alergias e outras doenças que podem ser originadas. Nós temos de ter o direito de escolher o que vamos consumir. Para isso, esse PLC não deve ser contemplado com a aprovação nesta Casa, porque ele, realmente, vai dificultar a identificação dos produtos geneticamente modificados. Fiz questão de pedir a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, Presidente da CCT e dos trabalhos desta audiência pública, para fazer uso da palavra para manifestar, primeiro, a minha concordância com a avaliação de V. S^a, que acabou de falar. Acredito que a maioria dos palestrantes também têm essa posição. Não vou poder ouvi-los, mas vou pegar depois os transcritos com relação ao fato.

Concluindo, quero dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia, com o trabalho que foi feito ontem, com um grande debate, hoje está dando a sua parte de contribuição nesse importante alerta ao consumidor, ao Brasil, às pessoas, ao direito também à transgenia. Ela existe, ninguém pode condenar, porque ela é importante em vários aspectos, mas as pessoas precisam saber que o produto é transgênico. Então, é isso. Quero manifestar a minha posição realmente contrária à retirada dos selos – vou votar nesta matéria desta forma – e dizer que este assunto é muito importante.

Senador Cristovam, muito obrigado. Se o senhor precisar de mim, estarei na CDH. Um abraço grande a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Lembro que qualquer Senador tem o direito de pedir a palavra a qualquer momento.

Passo a palavra ao Sr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes.

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Bom dia aos senhores e às senhoras. Eu cumprimento a todos na pessoa do Senador Cristovam Buarque. Agradeço bastante o convite do Senado Federal para participar desta audiência pública. Sendo bastante direto, indo ao ponto que interessa, a opinião do Ministério Público sobre este projeto que estamos hoje debatendo é de que ele é inconstitucional. Que seja dito, seja grifado dessa forma, porque ele viola o direito fundamental à informação, um direito do cidadão, um direito do consumidor.

O MPF assim entende porque parte de um fato incontestável, e parece que é o que todos os membros da Mesa narraram, que as normas que aqui se propõem, por meio do PLC 34, cuja

origem é o PL 4.148, de 2008, dificultam a visibilidade, elas diminuem a visibilidade da informação ao consumidor a respeito da presença de elementos transgênicos naquilo que se consome direta ou indiretamente. Se há uma diminuição no grau de informação, na visibilidade dessa informação, isso viola o direito à informação.

Observem que não estamos aqui declarando a inconstitucionalidade dessa, invocando normas constitucionais, legais, internacionais, que poderiam aqui ser ditas, relacionadas à proteção ambiental ou mesmo normas relacionadas ao direito humano fundamental à saúde.

São direitos importantes. Mas estamos aqui mencionando, em especial, o direito à informação. O direito à informação deve ser respeitado e é um direito garantido constitucionalmente. Mas defensores, digamos assim, da diminuição do grau de informação no consumo direto e indireto de transgênicos poderiam mencionar e indagar por que o cidadão precisaria conhecer a existência ou a inexistência de transgênicos nos produtos que consome. É importante perceber que esse interesse do consumidor não é simplesmente por conta de uma possível ofensa individual à sua saúde, de um possível dano concreto individual à sua saúde. Não é só disso que estamos aqui tratando. Além dessa questão, que é importante, da saúde própria, que ainda é discutível, como já foi dito aqui e bem exposto desde a perspectiva técnico-científica, o cidadão consumidor – eu vou usar bastante esta expressão "o consumidor cidadão" – precisa da informação para orientar o seu consumo.

O ato do consumo é um ato fundamental de cidadania do consumidor. Quando um consumidor decide consumir um produto ou deixar de consumir, ele está favorecendo ou desincentivando uma atividade econômica ou uma atividade produtiva. É isto que se defende: que o consumidor possa ter o livre arbítrio, a possibilidade de agir de acordo com uma lógica de sustentabilidade socioambiental, de responsabilidade socioambiental no consumo, e isso depende de uma informação. Sem informação, o consumidor não poderá exercer esse ato de consumo consciente.

Dessa forma, me parece que é interesse do consumidor cidadão saber se está consumindo produtos transgênicos e saber se, dessa forma, está estimulando, pelo seu consumo, atividades econômicas, por exemplo, que empregam grandes quantidades de agrotóxicos possivelmente cancerígenos.

Então, como já foi dito aqui, 90% dos transgênicos hoje liberados comercialmente no Brasil, devidamente liberados com a CTNBio, estão associados à tolerância a herbicidas, em especial o glifosato. Não só ele. Ele também. Há outros herbicidas. E há tendência, inclusive, à tolerância, nessas novas OGMs, ao 2,4-D. Então, existe um processo produtivo que associa OGMs tolerantes a esses herbicidas. Essa tolerância permite com que o produtor empregue mais esses agrotóxicos, esses defensivos agrícolas sem matar necessariamente a planta, matando, enfim, outros agentes, mas estimulando o consumo desses produtos.

O consumidor, sabendo isso, pode decidir e pensar: eu vou estimular esse processo produtivo? Eu vou realmente, pelo meu consumo, estimular essa produção associada a transgênicos e agrotóxicos ou eu vou decidir, pelo meu livre arbítrio, não consumir direta ou indiretamente esses produtos? Para isso, ele precisa de informação.

O consumidor também tem que ter o direito – e ele tem o direito – de decidir se, pelo seu consumo, ele vai estimular processo produtivos que podem colocar também em risco a saúde do trabalhador rural. Nós sabemos que esse tema de agrotóxicos associados a transgênicos, além de obviamente colocar em risco a saúde daquele se alimenta com aquele produto, coloca em especial risco o trabalhador rural, que, no Brasil, infelizmente, não está devidamente protegido nesse momento da produção e acaba sendo exposto indevidamente a vários defensivos agrícolas, acaba colocando em risco sua própria vida. O cidadão pode levar isso em consideração e decidir se vai comprar produtos produzidos nesse processo produtivo ou não.

O consumidor também pode ser um consumidor preocupado com a defesa ambiental, com a tutela do meio ambiente. Nós sabemos que os impactos ambientais gerados pela produção associada de OGMs e agrotóxicos é bastante relevante.

Certo? E isso se faz em um processo produtivo altamente lucrativo, mas ele é lucrativo por quê? Porque ele tem um mercado para isso. Não estamos aqui defendendo que ele não tenha esse mercado, necessariamente, para esse tipo de produto, mas o consumidor precisa saber se ele compactua com isso ou não. Assim como ele tem direito de saber se ele está, com o seu consumo, incentivando práticas que possam reduzir a agrobiodiversidade.

Já foi exposto aqui também pelos que me antecederam que a presença de transgênicos, em especial no Cerrado e na Amazônia brasileira, tende a diminuir a agrobiodiversidade. Se isso é certo ou não, eu deixo para os senhores decidirem. Mas o consumidor tem que estar ciente disso para saber se ele vai favorecer, com o seu consumo, esses produtos ou não.

Em suma, e sem querer ocupar muito o tempo dos senhores, qual é a conclusão do Ministério Público Federal? É a de que o consumidor cidadão tem legítimo interesse de ser informado, de forma intensa, adequada, didática, sobre esse possível consumo direto ou indireto de transgênicos. Esse interesse é traduzido no sistema jurídico brasileiro como um direito, um direito fundamental, um direito que não pode ser violado por leis ou sequer por emendas à Constituição porque dizem respeito ao núcleo máximo, pétreo da nossa Constituição.

Esse direito fundamental deve ser respeitado e qualquer violação nesse direito, mais do que ilegal, é verdadeiramente inconstitucional. Eu agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado e passo a palavra ao Cássio Trovatto.

O SR. CÁSSIO TROVATTO – Bom, obrigado, Senador Cristovam, pelo convite. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, na pessoa do nosso Ministro Patrus, traz um forte abraço, agradecendo o convite que foi feito a ele, mas, dada essa agenda que compõe essa semana, ficou muito difícil de ele estar presente. Mas ele vem acompanhando essa pauta com muita proximidade, com muito carinho, dado que, para nós, a agricultura familiar está totalmente vinculada a esse tema que está sendo colocado na mesa.

Mas também, ao mesmo tempo, cumprimento a todos os Senadores que compõem a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Ciência e Tecnologia, de forma que possamos fazer um bom debate em torno dessa matéria. Estendendo também a todos os colegas da Mesa.

A agricultura familiar se envolve em todos os aspectos que se ligam ao tema dos transgênicos. Nós vamos contar uma história aqui, é uma história curta, para entendermos a lógica daquilo que acontece no campo. E aí, quando falamos no campo, falamos nessa perspectiva de fortalecermos e ampliarmos os espaços da produção de alimento.

Todos sabemos que a agricultura familiar é responsável aí por 70%, 80% da produção de alimentos no País. E ela, sim, de fato, vem ao longo da sua trajetória, ao longo da sua história, procurando abastecer a população brasileira com a produção de alimentos saudáveis, de forma que possamos, sim, trabalhar em uma perspectiva de desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, e que o Governo possa ter um olhar diferenciado. Assim, poderemos fortalecer cada vez mais a agricultura familiar como uma grande produtora de alimento no Brasil.

O que isso impacta? Em todos os níveis tecnológicos que vemos ao longo das décadas brasileiras, há um processo extremamente forte de exclusão de grande da população brasileira. Essa perspectiva, Senador... e aí eu trago um pouco da densidade e um pouco da militância da sua trajetória também, que é o processo da educação.

O foco central disso tudo que estamos falando, e o projeto de lei traz muito, é a questão da educação.

A democratização do acesso à informação passa de forma muito evidente. E o André traz esses dados que foram colocados. Conseguimos identificar claramente o quê? Qual é a informação que temos que passar para os nossos consumidores? Não é a informação de retirar os transgênicos, mas é a informação de cada vez mais educar nossa população brasileira no sentido da produção e do consumo do alimento saudável. Acho que essa é a grande luz que temos que levar para todos os consumidores brasileiros.

Acho que temos que inverter essa lógica daquilo que está sendo discutido aqui – retirarmos uma marcação de que o transgênico é o elemento central do produto. Acho que, pelo contrário,

nós temos que ver como, estratégico e organizativamente, podemos reverter esse processo e levar uma educação para a população brasileira sobre aquilo que está consumindo e qual o impacto na saúde tanto de quem está consumindo esses produtos, mas, em específico, de quem está produzindo. Quem produz não é o grande, o dono. Quem produz são os trabalhadores, que estão no dia a dia com o veneno. Esses são quem produz, mesmo não sendo o dono da propriedade, porque são eles que lidam com o veneno o dia todo, são eles que têm que procurar o Sistema Único de Saúde para conseguirem, quem sabe, um tratamento específico contra essas diversas doenças que podem acontecer.

Então, é uma percepção contrária que temos que ver nesse projeto de lei. Eu acho que tem que dar margem para fazermos um grande e profundo debate com relação ao cenário da transgenia dentro do Brasil.

A gente sabe que, hoje, 40% do crédito vão para a produção de agrotóxicos, para a compra e aquisição de transgênico e de agrotóxico. E isso aumenta cada vez mais. Por quê? Porque está comprovado que a produção de transgênico não diminui o uso de agrotóxico. É o inverso. Ele aumenta a carga de agrotóxico que tem que ser colocado dentro da lavoura. E, quando a gente fala em aumento, é aumento, sim, tanto da perspectiva direta daquilo que acontece com o trabalhador quanto da perspectiva indireta daquilo que acontece com quem consome esses produtos.

E aí trazemos a perspectiva de meio ambiente, a perspectiva de saúde e, sim, Senador, a perspectiva de educação: como estamos educando nossos povos do campo, das florestas e das águas e também os nossos consumidores frente a esse grande desafio que temos na discussão de segurança alimentar e nutricional brasileira.

Então, acho que é o inverso que temos que travar nessa discussão. É como a gente inverte essa lógica para poder, de fato, ter autonomia. Acho que este é o grande papel do Governo brasileiro: como estamos discutindo a autonomia da produção agrícola brasileira.

A gente sabe que são seis grandes empresas que dominam todo esse mercado de transgênico e agrotóxico no País e no mundo. Então, não é uma discussão, simplesmente, de rotulagem, de democratização do acesso à informação, mas é uma perspectiva de autonomia. E isso, certamente, é válido nesta matéria que a gente está discutindo.

Agora, o Governo não está parado. O Governo, o Executivo não está parado. Em 2012, nossa Presidenta lança – e aqui vou deixar dois exemplares: um para a Comissão de Meio Ambiente e outro para a Comissão de Ciência e Tecnologia – o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Aqui estamos investindo quase R\$9 bilhões de forma que possamos, sim, fortalecer e ampliar os sistemas de produção de base agroecológica e orgânica na agricultura familiar e também na agricultura não familiar. O Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Pesca e Aquicultura, somos dez Ministérios articulados em torno de a gente conseguir fortalecer os nossos espaços de produção e levar esse processo, junto com os consumidores, para uma alimentação mais saudável e orgânica. Então, vamos deixar aqui, Senador. Esse plano e essa política estão sendo referência, Senador, para todos os países, tanto da América Latina e Caribe, como também para todo o mercado europeu, todos os países da União Europeia, tanto é que nós tivemos que fazer uma versão dele em espanhol e outra versão dele em inglês, para que possamos, assim, começar a criar uma grande estratégia internacional em torno do tema da produção de alimentos saudáveis.

São questões, Senador, que nos fazem crer que o debate tem que ser por aí. Hoje nós temos uma legislação que gira em torno da certificação da produção...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO TROVATTO – ... de alimentos orgânicos e agroecológicos. Então, nós tivemos que fazer uma inversão da pauta, dizendo: "Olha, esse produto não é transgênico; esse produto não usa agrotóxico", sabendo que mais de 4,3 milhões de propriedades são agriculturas familiares e que 500 mil ou 600 mil propriedades utilizam dessas tecnologias. Então, grande parte da

população da agricultura familiar está excluída do processo de garantir a certificação de uma produção mais limpa e mais justa para o consumidor brasileiro.

Essas são as questões que nós temos que levar para o debate e aprofundar, Senador, de como, sim, o campo brasileiro produz, e produz com qualidade e em quantidade para que a gente possa levar uma alimentação mais saudável e mais sustentável para nossa mesa. O fato é que, nesse último Plano Safra que a nossa Presidenta lançou, o mote é "Plano Safra da Agricultura Familiar: alimentos saudáveis para o Brasil". Então, é por aí. Acreditamos que sim. Esse é o grande momento para a gente fazer uma grande discussão sobre produção de alimentos saudáveis e o que queremos para ter nossa população saudável em torno, também, da alimentação para todos os nossos brasileiros, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado pelas colocações. Obrigado pelo plano. Nós vamos guardar com muito carinho. Vou passar a algumas pessoas, para olharem.

Agora, o último apresentador, João Tavares Neto, Superintendente de Correlatos e Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Depois, eu passarei a palavra ao Senador Lasier, que já se inscreveu.

O SR. JOÃO TAVARES NETO – Bom dia! Bom dia, Sr. Presidente e demais Senadores que compõem as Comissões, meus colegas de mesa.

Como último a falar, eu quero parabenizar a todos que já fizeram as suas exposições, extremamente instrutivas, nesta manhã. Passo então a apresentar uma perspectiva da Anvisa sobre esse debate do Projeto de Lei nº 34, de 2015. Primeiramente, a lei de criação da Anvisa, nº 9.782, atribui à Anvisa:

[...] respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

.....
.....

II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

Alguns exemplos de regulamentos da Agência relacionados à rotulagem de alimentos estão descritos nesse eslaide, por exemplo, a RDC nº 259, de 2002, que é o regulamento para a rotulagem geral dos alimentos. Temos a RDC nº 360, de 2003, que é a rotulagem nutricional de alimentos embalados, aquela tabelinha de informação nutricional que os alimentos devem trazer. E a mais recente é a RDC nº 26, de 2015, que são os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares. A nossa forma de regulamentação na área de alimentos são regulamentos técnicos que, em sua maior parte, são harmonizados no Mercosul. É feito em um contexto de debate com os outros membros do Mercosul. Alguns, internalizados em todos os países, são baseados em evidências antigas e construídos por mecanismos de transparência e participação social.

A Anvisa tem uma agenda regulatória que prevê os regulamentos que estão em elaboração para os próximos dois anos.

A construção dessa agenda é feita com a participação de vários atores, e a elaboração do próprio regulamento também passa por uma série de instâncias de consulta aos setores e à sociedade.

Com relação aos alimentos com Organismos Geneticamente Modificados, a gente trouxe aqui um pequeno histórico das normativas, para indicar que primeiramente o Decreto nº 4.680,

de 2003, regulamenta o direito à informação sobre alimentos que contenham OGM ou sejam produzidos a partir de OGM.

Depois tivemos a Portaria nº 2.658, de 2003, que instituiu o símbolo T, uma portaria do Ministério da Justiça. Depois tivemos a Instrução Normativa Interministerial nº 1, de 2004, que estabeleceu regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos e ingredientes que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM e que atribui à Anvisa, ao Mapa, ao Ministério da Justiça e a demais autoridades estaduais e municipais, no âmbito de suas respectivas competências, a competência para fiscalização.

E aí, então, a Lei nº 11.105, de 2005, que atribui à CTNBio a responsabilidade pela autorização de OGM com base na avaliação de riscos fitossanitários à saúde humana e ao meio ambiente.

As principais alterações que o projeto de lei traz com relação à Lei nº 11.105, de 2005 – nós aqui trouxemos o texto para ficar como referência – são as do art. 40.

Art. 40 Os rótulos dos alimentos e dos ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal, oferecidos em embalagem de consumo final, que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados, com presença superior a 1% de sua composição final [...].

Então, este é um primeiro ponto: a relação do limite de tolerância para a declaração ou não ser do produto final.

Também traz essa comprovação por meio de detecção por um método analítico, análise específica.

Conforme o regulamento, "[...] deverão informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento".

§1º A informação estabelecida neste artigo deve constar nos rótulos dos alimentos embalados na ausência do consumidor, bem como nos recipientes de alimentos vendidos a granel ou *in natura* diretamente ao consumidor, devendo ser grafada, em destaque, de forma legível, utilizando-se uma das seguintes expressões, dependendo do caso:

"(nome do produto) transgênico" ou "contém (nome do ingrediente) transgênico".

Então, exclui-se aqui a questão do símbolo T, e fica exclusivamente uma escrita por extenso do nome do produto transgênico.

§2º Aos alimentos que não contenham organismos geneticamente modificados será facultada a rotulagem "livre de transgênicos", [...] comprovada a total ausência no alimento de organismos geneticamente modificados, através de análise específica.

Mais uma vez, voltando para o método analítico, a comprovação da ausência de transgênico.

§3º A informação de que trata o art. 1º deverá atender ao tamanho mínimo de letra definida [aí também, então, uma regulamentação do tamanho da letra], vinculada ao Regulamento Técnico de Rotulagem Geral de Alimentos Embalados.

Bem, com relação ao primeiro ponto de alteração, que é a dos critérios para rotular os produtos destinados ao consumo humano e animal, os critérios de rastreabilidade de análise

estabelecidos pelo art. 2º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, seriam substituídos exclusivamente pelo critério analítico.

O comentário da Anvisa aqui é o de que essa modificação pode representar, na verdade, um aumento dos custos da cadeia produtiva, pode exigir que todos os alimentos, todos os lotes de alimentos destinados ao consumo tenham de ser testados independentemente da rastreabilidade ou não da sua cadeia.

Para se fazer uma análise dos lotes de alimentos, há regras estabelecidas, por exemplo, como referência, o Codex Alimentarius. Por exemplo, em um lote com 10 mil unidades, teriam que ser analisadas 75 unidades. Essas análises são sempre destrutivas. Os alimentos que são testados saem da cadeia. E o principal, talvez, custo seriam os procedimentos de análise, quer dizer, os procedimentos de quarentena, quantos lotes têm que ficar retidos, até que se tenha um resultado. Isso pode acarretar custos de armazenamento, perdas oriundas de diminuição do prazo de vida útil de produtos e, principalmente, os pequenos produtores e pequenas indústrias teriam mais dificuldade em exercer essas análises, que são caras. Então, é melhor para o produtor que ele tenha um mecanismo de controle vinculado a toda a sua cadeia, e é melhor para o órgão, no caso a Anvisa, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que também é responsável por fiscalizar isso, que isso possa ser feito também baseado na documentação do produto e na cadeia do produto. Trazer isso para a análise analítica... São análises muito caras e que podem não dar a resposta que efetivamente a população quer saber, em termos de informação.

Com relação à quantidade de OGM, para que se possa fazer a declaração, no Decreto nº 4.680, está estabelecido "com presença acima do limite de 1% do produto". Essa interpretação, hoje, já é controversa, há debate, mas, atualmente, a tolerância de 1%, consubstanciada no art. 2, do Decreto, deve ser verificada em relação a cada ingrediente do produto, conforme posicionamento do Ministério Público.

Esta é a referência da determinação.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO TAVARES NETO – Vou mostrar um pouquinho aqui, para não atrasar.

A alteração na quantidade de OGM, também, com relação a 1%, na prática, reduziria o número de alimentos identificados como transgênicos. Quando se passa do ingrediente para o produto final a 1%, e os alimentos são compostos por diversos ingredientes, essa composição iria diluir a presença de um ingrediente proveniente de transgenia, e, na prática, o consumidor não teria acesso à informação de que aquele alimento é produzido a partir de um organismo geneticamente modificado.

Com relação à alteração das regras das informações, sobre exclusivamente aqui ter ou não o símbolo T, as normas de rotulagem do Mercosul não contemplam a OGM. O Codex Alimentarius traz apenas diretrizes gerais sobre a importância da informação ao consumidor, sem especificar um formato. Isso mostra a dificuldade de se ter consenso no Mercosul, no âmbito internacional, até mesmo interno, sobre a eficácia da forma de comunicação. Esses elementos devem ser estudados quanto a sua eficácia, avaliados conjuntamente com demais informações do rótulo.

Há uma série de outras informações que também são obrigatórias no rótulo. Há outros projetos de lei aqui na Casa e, também, na Câmara, que vinculam novas informações ao rótulo. Aqui, então, queremos pontuar uma preocupação da Anvisa com relação à regulamentação de rotulagem por meio de lei.

Temos consciência de que muitos elementos de rotulagem precisam ser atualizados com certa frequência, precisam ser pactuados no âmbito internacional, e, quando a lei é extremamente específica quanto à forma de comunicação, podemos perder a oportunidade de ter um debate mais técnico, para que a comunicação seja eficaz.

Como consideração final, eu quero concluir que o texto pode gerar aumento dos custos, como eu já expliquei, e redução do número de alimentos identificados como transgênicos sem embasamento técnico adequado para o limite proposto, ou seja, a discussão não está sendo feita: Por que esse 1%? Por que no produto final? Quando, na verdade, a questão é o acesso à

informação de que é oriundo de OGM ou contém um OGM. Além disso, desvia o foco das ações de controle e fiscalização para um modelo mais caro e menos eficaz, quando tira a questão da cadeia, e a regulamentação por meio de lei não permitiria a flexibilidade necessária para atualização dos requisitos considerados inovações tecnológicas, harmonização em fóruns internacionais e pesquisas de evolução da compreensão do consumidor.

Vários elementos do rótulo, a construção junto à sociedade da compreensão disso é constante. A capacidade dos consumidores, à medida que vão se interessando cada vez mais por esse tipo de assunto, aumenta, então também é necessária uma certa flexibilidade na regulamentação. Como uma alternativa para o Parlamento, também fica aqui a questão de que isso poderia ser regulamentado, a forma como essa comunicação seja feita, por meio de resolução RDC, que cumpriria o objetivo original de proteção à saúde e direito do consumidor à informação, sendo ainda um meio apropriado para incorporar esses elementos que destaquei acima.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço. Passo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Cristovam. Saúdo os integrantes da Mesa.

Quero começar dizendo, Presidente, que até agora estou em dúvida quanto ao voto que devo dar sobre a concordância ou não à aposição do símbolo. Não tenho dúvida de que a informação deve perdurar – a informação escrita na embalagem, de que se trata de produto transgênico. Não tenho a menor dúvida de que isso é indispensável. A minha dúvida é quanto a esse símbolo, tão debatido – acho que há muito tempo não se debatia uma letra como tem se debatido aqui nesta Comissão. Esse T de cor preta no fundo amarelo, que, a exemplo de outras tantas advertências do setor elétrico, do setor de trânsito, sempre tem o significado de cuidado, perigo. Esse T preto sobre um fundo amarelo me dá a ideia de que se trata de uma advertência grave: cuidado, é perigoso! Nesse ponto é que está minha dúvida.

Temos uma grande responsabilidade, porque vamos votar essa matéria tanto na Comissão como, daqui a pouco, no plenário, e, na medida em que o Senado sancionar a manutenção do T, estará dizendo à população brasileira que é perigoso, atenção, mas, se nós liberarmos, estaremos indo na linha da Anvisa, que liberou. Por isso, minha pergunta vai, inicialmente, ao Dr. João Tavares Neto.

Se a Anvisa liberou, é um pressuposto de que os produtos transgênicos não fazem mal. Eles são consumidos no Brasil há muitos anos. Pelo que sei, hoje, mais de 80% do milho e da soja produzidos, no Brasil, são transgênicos. Na minha casa, é inevitável que se consuma o óleo de soja, o milho em conserva, que vem, seguramente, das lavouras transgênicas. Na minha terra, no meu Estado, que é o Rio Grande do Sul, eu visitei uma lavoura de transgênicos de soja no Município de maior extensão produtiva de soja no Rio Grande do Sul, as maiores extensões. É o primeiro – não em produtividade, mas em extensão. Chama-se Município de Tupanciretã. E encontrei lá lavouras muito limpas, e os proprietários muito satisfeitos, porque a produtividade é muito grande.

Então, fico pensando: as gorduras trans, que são perniciosas ao organismo, são maléficas, provocam doenças do coração... Os produtos com gorduras trans ou dizem "não contém gorduras trans" – e, às vezes, a gente sabe que, em fração abaixo de 1%, contém alguma coisa, ou, quando a contém, não há advertência.

Então, Dr. João Tavares Neto, esta é uma pergunta elementar: essas pesquisas que a Anvisa faz com relação ao produto transgênico...

Antes, lembro que, durante muitos anos, as lavouras do Brasil consumiam quantidades enormes de agrotóxicos, que poluíam águas em toda parte. E, naquela época, não havia nas embalagens, pelo que me consta, a advertência: "Foram tantos graus de agrotóxicos ali usados." É claro que, se encontramos uma lavoura de agricultura familiar com produtos saudáveis, nós festejamos quando encontramos hortaliças livres de agrotóxicos, mas são tão poucas! Isso, hoje, é muito raro. E não são suficientes para atender toda a população.

Fico intrigado também porque grande parte dos europeus continua com essa advertência, parece-me, sem o símbolo T. No mês de maio, acompanhamos a Ministra Kátia Abreu a uma sessão da Comissão de Agricultura no Congresso europeu, em Genebra, e assistimos a um candente debate. Em determinado momento, com a Ministra Kátia à Mesa, o famoso José Bové, que, uma vez, destruiu lavouras, laboratórios e experiências no Rio Grande do Sul durante um fórum social, há algo em torno de dez anos, fez um discurso até certo ponto agressivo, dizendo que não concordava com a liberação dos transgênicos no Brasil. Protestou também contra a proliferação do eucalipto para servir à indústria da celulose, dizendo que, onde se planta eucalipto, nada mais nasce nas proximidades etc.. Então, os europeus, que são mais adiantados do que nós, têm restrições muito grandes. Mas, apesar de tudo, a Anvisa libera. Se a Anvisa libera, ela me dá a ideia de que não faz mal.

Ontem, na Comissão – tive o privilégio de presidi-la eventualmente, porque nosso Presidente Cristovam estava defendendo um projeto em outra Comissão –, um dos participantes disse que, nos últimos 30 anos, a expectativa de vida no Brasil aumentou nove anos, apesar de estarmos consumindo os transgênicos.

Então, sigo numa dúvida atroz: votar pela retirada ou não desse T preto sobre o amarelo? Eu acharia muito mais suave se tivessem colocado um t azul ou verde, menos agressivo. O problema é a similaridade com as advertências em outras áreas em que, realmente, há perigo. Esse T mantém a ideia de atenção, de cuidado: "Você não sabe o que está consumindo! Pode fazer mal!"

Então, faço minha primeira pergunta ao Dr. João Tavares Neto: os senhores da Anvisa têm conhecimento de algum caso de doença ou de males causados a alguma pessoa ou a algum animal que se deve atribuir ao consumo de um alimento transgênico? Ou não têm conhecimento disso? Em segundo lugar, os laboratórios europeus comprovaram alguma coisa sobre o malefício dos transgênicos? Tenho lido que o grão de soja é o grão mais analisado no mundo e que não encontraram mal nenhum até agora.

Então, Dr. João Tavares Neto, preciso de elucidação, para dar o voto daqui a pouco. Estou em dúvida. E me digam se é melhor manter esse tezinho, que assusta, ou se dá para tirá-lo. É a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes de passar a palavra, eu vou dizer que a pergunta do Senador Lasier é fundamental. Apesar de, sobretudo ontem, haver quase unanimidade de que não temos indicação de sim ou não – uma professora foi muito enfática em não termos clareza sobre se há ou não problemas por parte do uso de produtos produzidos com transgênicos –, hoje, a apresentação do Dr. Paulo passou a impressão clara – Dr. Paulo, eu entendi bem? –, com fotos e tudo, de que há, sim, males provocados, identificados pela ciência como originados da transgenia. Independentemente disso, nós estamos aqui para discutir, na verdade, se devemos ou não usar o símbolo. É claro que o símbolo decorre da dúvida, do amarelo, da atenção, da existência de riscos, mesmo que não fossem comprovados.

Eu vou passar a palavra aos nossos palestrantes. Acho que as perguntas do Senador Lasier são muito importantes, e gostaria também que o Prof. Paulo, na ordem de comentários finais, falasse sobre o assunto. Nesse sentido, eu começo pelo Dr. João Tavares, a quem foi dirigida a pergunta, e, depois, passarei ao Dr. Paulo e a cada um dos outros, que poderão tanto responder à pergunta do Senador quanto fazer qualquer comentário final, em um prazo muito curto, para que terminemos e cada um de nós possa seguir para as outras atividades.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Porque nós precisamos sair daqui hoje, Senador Cristovam, decididos com relação ao nosso voto, depois de personalidades tão experientes, tão versadas na matéria ontem e hoje...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Treze pessoas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Treze pessoas. Nós não podemos ter mais dúvidas. E acho que eu estou no finalzinho das minhas dúvidas, mas ainda não convicto. Então, nós vamos sair, hoje, daqui, para votar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu só concluo dizendo que essa ideia de nossas dúvidas, que nós sempre temos na hora de votar, tinha que ser: 1 – se fosse comprovado o risco no uso dos transgênicos, deveria ser proibido...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...e não ter apenas um símbolo, porque, para certos riscos, o Estado não deve tolerar o direito de consumo, se você sabe que vai matar, por exemplo, a não ser que compre clandestinamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Da maneira como ficou até agora, Senador Cristovam, é como se a Anvisa estivesse dizendo: "Olha, nós liberamos, mas não nos responsabilizamos pelas consequências." Diz: "Pode comer, mas, olha, é transgênico, cuidado." Não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, nós temos aqueles que têm que ser proibidos por maldades caracterizadas e comprovadas; nós temos aqueles livres totalmente, porque se tem total convicção; e nós temos esse do alerta. O cigarro, por exemplo, apesar de fazer mal, está comprovado, vem com o alerta. Não se proibiu ainda o cigarro, como se proibem outras drogas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas ali está dizendo: "Olha, você vai fumar, mas vai ter câncer." É preciso. Agora, aqui, não; aqui a coisa é meio camuflada, vamos dizer assim, forçando a palavra. Libero, mas, atenção, é transgênico, nós não sabemos o que pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Houve uma fala ontem, muito interessante, de uma professora mostrando que os remédios contra insetos, e ninguém imaginava que fossem produzir coisas negativas, foram usados durante décadas. A talidomida, que ela citou, durante anos foi recomendada pelos médicos, tolerada, mas havia um risco. Então, há alguns assuntos que são aceitos porque não se comprovou que são ruins, mas há o alerta, porque podem vir a ser ruins, e outros sobre os quais há convicção. Após 13 mil anos, que é o prazo que ela disse de domínio do cultivo do milho, já dá para dizer que não tem maldade.

Mas a pergunta é para o Dr. João Tavares. Depois eu passaria a palavra a cada um, para encerrarmos a reunião.

Dr. João Tavares.

O SR. JOÃO TAVARES NETO – Obrigado pela pergunta.

Vou pautar minha resposta no inverso da frase que o senhor apresentou, quer dizer, a Anvisa liberou, mas não se responsabilizou. Na verdade, a minha resposta é: nós não liberamos, mas somos responsáveis pelo desenrolar. Como apresentei no começo, a lei determinou que a avaliação zoofitossanitária, saúde humana e ambiental fosse feita pela CTNBio. Então, a discussão dos transgênicos, a autorização de uso no País e os organismos que estão sendo utilizados hoje são aprovados pela CTNBio. Entretanto – e nesse ponto acho que é a responsabilidade do setor de saúde da Anvisa –, os modelos de previsão dos danos, dos perigos, dos riscos evoluem com o tempo. Como é necessário acompanhar, ao longo do tempo, o desenrolar dos modelos que nós aplicamos, que a CTNBio aplicou na avaliação disso, ao longo do tempo, é fundamental a informação e o acompanhamento dos produtos que contêm isso no mercado. Por isso, por exemplo, a Austrália, que tinha uma regra de que não era necessário declarar no rótulo, estabeleceu que, por 20 anos, tudo o que for novo tem que estar bem identificado no rótulo. Eu queria ressaltar a importância de que a informação no rótulo seja tecnicamente adequada. Aquele limite de 1%, que pode resultar em desinformação, se oriundo de produto OGM, não estar no rótulo, isso é grave.

É necessário, sim, acompanhar isso ao longo do tempo, para que a Anvisa também participe da detecção de problemas. Hoje, não há problemas claramente identificados com OGM que chegaram qualificadamente à Anvisa ou, nas nossas avaliações, conseguimos atribuir diretamente ao OGM. Todavia, isso já teria uma característica mais aguda e, a longo prazo, essa avaliação deve ser constante.

Então, quero ressaltar a importância da informação e do acompanhamento desses modelos aplicados pela CTNBio, a capacidade de previsibilidade disso ao longo prazo, com a própria constatação da evidência. Por exemplo, cito a gordura trans, que é uma atribuição claramente nossa, temos uma ação direta na redução disso, inclusive com acordo de redução com o setor produtivo, que vem trabalhando para reduzir, e o agrotóxico, pois temos que incluir na nossa avaliação a margem que o transgênico dá para a extensão de seu uso. Temos cerca de 40 OGMs aprovados e, desses, 28 são resistentes a herbicidas. Não são todos que são resistentes a herbicidas. Pode haver um transgênico, em tese, que reduza o uso de herbicida ou que tenha outros tipos de ganho, como, por exemplo, redução do uso de adubo. Fundamentalmente, é necessário ter informação clara e técnica para continuar acompanhando essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Professor Paulo.

O SR. PAULO KAGEYAMA – Tenho acompanhando esse processo. Há dez anos participo da CTNBio, como representante do Ministério do Meio Ambiente e, atualmente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá para perceber, na verdade, que se trata de um tema altamente econômico, com certeza. Dá para ver, pelas estatísticas. Para o transgênico tolerante ao glifosato, que está fazendo dez anos de uso comercial, somente agora, na verdade, aparecem evidências reais, constatadas, comprovadas. Mostrei, desde De Roos até o pesquisador da Argentina, terminando com Séralini, que foi fatal, na verdade. Ele comprovou, utilizando NK603, que é um milho transgênico tolerante ao glifosato, e criou, após quatro meses, vários cânceres. Ele fez um ciclo de pesquisa mais longo do que os três meses, que é o tempo que normalmente as agências cobram, inclusive a nossa. Ele comprovou, tanto é que foi feita uma operação de guerra, vamos dizer assim, para retirar o trabalho de circulação. Fizeram uma manobra muito... e não sei nem que palavra usar... para retirar o trabalho. Porém, esse trabalho foi republicado em várias outras revistas mostrando que... A empresa que publicou e que retirou não justificou se havia algum erro. Enfim, há todo um mistério estranho nisso.

Agora, quando o IARC, que é o Instituto Nacional de Pesquisa do Câncer da Organização Mundial da Saúde, e mostrei o documento, a monografia, fala que é provável causador de câncer o glifosato, estou mostrando, na verdade, que existe comprovação de que é carcinogênico.

Mais do que isso, seria muito...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Duas perguntinhas, se me permite, professor Kageyama.

O senhor consome algum produto provido de transgenia?

O SR. PAULO KAGEYAMA – Devo consumir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sem saber ou sabe?

O SR. PAULO KAGEYAMA – Sei que tem. Agora, quatro produtos eu não consumo faz vinte anos: tomate, morango, cenoura e pimentão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esses o senhor não consome?

O SR. PAULO KAGEYAMA – Não consumo por descargo de consciência. Elegi quatro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os senhores sabem de alguma entidade que tenha entrado no Judiciário tentando proibir o transgênico? *(Pausa.)*

O Ministério Público, Dr. Anselmo, tem ação?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – O MPF tem ação judicial que trata sobre a liberação comercial dos OGMs tolerantes ao glifosato e ao 2,4-D. A MPF discute isso na Justiça. E nós temos ações também sobre registro de agrotóxicos, muitos deles associados a transgênicos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Alguma dessas ações já teve sentença?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Temos uma liminar recente que é a que está obrigando a Anvisa, no curto prazo, a terminar a reavaliação toxicológica de, entre outros, o glifosato, que é o principal associado a transgênicos no Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Onde está ação? É caso de Supremo?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Aqui, em Brasília. Está em primeiro grau ainda.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Justiça Federal?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor consome produto transgênico?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Olha, se consumo, talvez consuma sem informação devida, porque o que mais me preocupa enquanto cidadão, e não falo em nome do MPF, falo como cidadão, nos transgênicos não é, digamos assim, o organismo nu, mas como ele é associado a agrotóxicos no consumo real. Então, como disse o Prof. Paulo, esse ano, a OMS oficialmente reconheceu que o glifosato é muito provavelmente causador de câncer em seres humanos. Então, uma das razões talvez para o aumento de câncer no Brasil pode ser o aumento do uso do glifosato. Apesar de que a expectativa de vida, como foi bem dito, pode ter aumentado no Brasil nos últimos anos, a incidência de câncer aumentou bastante, e uma das causas prováveis é o aumento do consumo do glifosato, que, pela OMS, por estudo científico de mais de uma dezena de países, é muito provavelmente causador de câncer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual a posição final da Organização Mundial da Saúde? De condenação aos transgênicos?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Não. Estamos falando o glifosato...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aqui, talvez seja uma ignorância: os transgênicos não substituiriam os agrotóxicos?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – No começo, quando se pensou em construir, liberar os primeiros transgênicos no Brasil, esse era o discurso, mas, na prática, nessa prática de mais de dez anos para cá, o que verificamos? E fui representante do MPF até um tempo atrás na CTNBio e acompanhei isso de perto também. Quase todos os transgênicos hoje liberados no Brasil são organismos tolerantes a herbicidas. Vou explicar o que é este "tolerante". Tolerante quer dizer o seguinte: eu posso colocar, naquele meio em que há cultura daquele organismo, grande quantidade daquele herbicida. Ainda assim, ele vai sobreviver, enquanto outros organismos, outras espécies que estão ali no entorno podem morrer. Fica a ideia do controle de espécies que poderiam estar competindo com aquilo que se produz.

Quando se tem um organismo que é tolerante, por exemplo, ao glifosato, qual é a ideia? É a de que ele vá ser produzido em conjunto com o glifosato. Então, o aumento do uso do glifosato no Brasil é explicado pelo aumento de organismos tolerantes ao glifosato no Brasil. Quando, por exemplo, vou consumir um milho transgênico, eu tenho que saber que estou consumindo não só o milho. Eu estou consumindo o milho e também aquele glifosato que foi produzido em conjunto com aquela espécie. Acho que esse é o grande risco. E como a OMS reconheceu que é cancerígeno – eu, individualmente, falo como cidadão –, realmente, se eu puder optar por não consumir aquilo, eu opto por não consumir, mas, infelizmente, nós sabemos que, realmente, a informação no Brasil ainda é muito difícil, e nós, cidadãos, acabamos consumindo não só transgênico, mas agrotóxico também, sem estarmos cientes do possível risco em que podemos estar incidindo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma última pergunta, da minha parte, ao Prof. Paulo Kageyama. O senhor é professor de que matéria?

O SR. PAULO KAGEYAMA – Trabalho com biodiversidade e biossegurança.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O senhor disse que não consome tomate, morango, entre outros hortigranjeiros. Há um conceito, aliás, até uma informação científica, de que o tomate é preventivo de câncer. Então, estamos diante de um dilema: o tomate é preventivo de câncer, mas, se tiver o glifosato, ele é a favor do câncer. Há também uma opinião de que esses produtos, uma vez bem levados – tomate, morango –, retiram completamente o agrotóxico. Isso é verdade ou o glifosato penetra no produto, e aí ele está realmente contaminado?

O SR. PAULO KAGEYAMA – Na verdade, a lavagem do tomate elimina, vamos dizer, alguma impureza. Agora, eu consumo o tomate cereja, que é aquele rústico, produzido por pequenos produtores, inclusive, em que vai muito menos agrotóxico. Não o elimina totalmente.

Então, na verdade, essa é uma alternativa minha, um descargo de consciência, como disse. Eu elegi quatro produtos da minha cabeça. Na verdade, essa não é uma solução para todo mundo.

Eu fiz um projeto de pesquisa com meu aluno de pós-graduação: tomate orgânico *versus* tomate convencional. Eu fiquei mais assustado ainda. Além de o agricultor ter se beneficiado economicamente, no tomate convencional, na região de Apiaí – pode conferir –, vai 36 aplicações em dois meses e meio na cultura do tomate. É a cultura em que vão mais aplicações. É um dia sim, um dia não. E, em cada aplicação, vai mais que um produto. Eu perguntei aos produtores convencionais: "O senhor come esse tomate que o senhor produz?" Ele falou: "Imagina! Eu sei o que eu produzo, eu sei o que eu aplico." Então, mais ainda fiquei convicto de que temos que fazer algo, na verdade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É um dilema, professor e Senador Cristovam. Eu continuo em dúvida e tomo a ousadia de lhe perguntar: o senhor já está convicto?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – De quê?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se vai ou não vai a favor do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tendo a querer que ponham o T como forma de explicitar que se está consumindo um produto que, inclusive, tem algumas qualidades. A gente se esquece também de certas qualidades que tem esse produto, mas ainda não há uma história suficiente para dizer: isso é tranquilo para a saúde.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Essa é a minha posição.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agora, isso quer dizer "convicto" ou quer dizer "em dúvida", tomando a decisão que já está na hora de tomar?

O senhor trouxe aqui uma coisa que me fez ter uma convicção muito maior. Essas sabatinas não deveriam ser para eles fazerem exposição. Deveria ser para os Senadores fazerem perguntas, as suas perguntas. É assim que eu acho que deve ser uma audiência. Audiência é para Senadores fazerem aquelas perguntas que eles têm na cabeça deles ou que seus assessores preparem para eles. Eu já tentei mudar, mas não consegui. Mas hoje eu saio absolutamente convencido. As suas perguntas – com todo respeito às falas dos outros – foram a parte mais importante desta audiência. E tenho certeza de que para os apresentadores também seria muito mais interessante chegarem aqui e dizerem "Digam o que vocês querem saber" e aí responderem as nossas perguntas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bondade sua, mas lembrando...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não é bondade não. Eu venho tentando fazer isso, inclusive achando que eles deveriam ficar... A própria Presidência deveria ficar do lá de lá e não aqui. Eu fico horrorizado quando vejo, por exemplo, nessas coisas a que eu nunca vou... Todo mundo gosta, não é audiência não... Refiro-me a quando chamam aqui a pessoa para ser uma espécie de réu...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – As sabatinas?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, mas nas sabatinas também: a gente deveria ficar lá e os indagados aqui.

São as CPIs. Nas CPIs eu fico horrorizado de ver certas pessoas que estão ali, suspeitas de bandidagem, ao lado dos Senadores. Eles tinham que ficar era num banco de réus. O juiz não senta ao lado do réu, o juiz senta em frente ao réu. Mas esse é um detalhe...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É que nas CPIs eles ainda não são réus, são apenas indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas são fortemente... Mas mesmo os indiciados: o juiz não fica ao lado dos indiciados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato, mas nós não somos tribunal ainda, talvez por isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode ser.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, eu queria só dizer que, embora nós tenhamos aqui um pequeníssimo grupo – começamos aqui com três Senadores –, se não está sendo transmitido ao vivo este evento, ele está sendo gravado e, durante o dia, ele é transmitido pela TV Senado. Além disso, as redes sociais o transmitem. Então, provavelmente milhares de pessoas estão se instruindo com estas audiências públicas de ontem e de hoje. Não pense que apenas os assessores, os jornalistas e os pouquíssimos Senadores que estiverem aqui acompanharam não: há uma multidão de pessoas que acompanharam estas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A audiência é muito boa para a instrução e a educação da população, muito boa, mesmo que nenhum Senador venha. Além disso, é para instruir as nossas tomadas de decisão. Só que, partir das perguntas não só ajudaria na tomada de decisão como eu acho que, do ponto de vista da pedagogia para a grande população, também seria melhor – mas essa é outra discussão, interna, nossa.

Dr. Anselmo, quer acrescentar mais alguma coisa?

O SR. ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES – Quero dizer que, quanto às perguntas, eu concordo com o Senador Cristovam: realmente foi o que nos ajudou a esclarecer, foram perguntas muito boas. Fiquei muito contente com as exposições, com as respostas e com as perguntas. Tenho esperança de que isso tenha ajudado a elucidar o tema, não só para a sociedade brasileira, mas para o Senado Federal.

Agradeço mais uma vez pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós é que agradecemos.

Dr. Cássio.

O SR. CÁSSIO TROVATTO – Bom, quero agradecer mais uma vez, Senador, pelo convite para estar neste debate.

Gostaria de fazer só mais um alerta Senador.

O Estado do Rio Grande do Sul criou uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa na semana passada para tratar da diminuição do uso de agrotóxicos. No Rio Grande do Sul nós temos uma questão muito grave: enquanto na média nacional são sete vírgula poucos litros por consumidor, no Rio Grande do Sul há áreas em que são registrados mais de doze. Então, acho que temos que levar essa preocupação como uma preocupação muito forte, entendendo a questão de saúde. Isto para nós é de extrema importância: tratar da saúde da nossa população, seja do campo ou da cidade.

A produção de alimentos pela agricultura familiar: sim, é saudável, e a encontramos em vários pontos. O próprio plano tem colocado muito essa questão de avançarmos na perspectiva desse processo de integração do rural com o urbano. Enquanto não fizermos isso, enquanto estivermos separando o que é rural do que é urbano, ou seja, quem produz e quem consome, ainda vamos ter um debate muito separado. Acho que temos que juntar esse debate, que entra pela saúde, pela educação, pela produção de alimentos saudáveis, e é isso que vai fazer esse conjunto de políticas, programas e ações, seja no Senado brasileiro, na Câmara, no Poder Executivo, para que possamos, de fato, levar um debate de um projeto de desenvolvimento no qual buscamos autonomia. Sem isso, não vamos conseguir avançar nessa pesquisa de desenvolvimento sustentável do campo brasileiro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dr^a Ana Paula, antes, eu só queria responder um pouco a provocação positiva.

Quando pela primeira vez ouvi falar em transgênico, eu fiquei contra e assustado. Com as décadas que já tem isso, eu fiquei receoso. Eu não sei quanto tempo vai levar para eu ficar

favorável e entusiasta disso, ou não. Hoje eu sou receoso, como sou receoso a tudo que é transgênico.

Por exemplo, eu luto pela educação. Qualquer dia desses, vão descobrir a possibilidade de enxertar um *chip* na cabeça de um menino e ele sair sabendo equação diferencial. Eu vou, primeiro, ficar assustado com a possibilidade do uso desse *chip* no lugar de um processo de educação. Mas não sei por quanto tempo a gente vai resistir a esse avanço tecnológico. O próprio uso do Uber, agora, no táxi. Num primeiro momento, a gente reage até em defesa dos taxistas, mas por quanto vai se conseguir reagir a esses avanços técnicos?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quando surgiu a penicilina, queriam matar o autor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Houve greve no Brasil contra vacina. Até hoje tem gente que não aceita vacina.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Toda inovação assusta um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Algumas, de fato, provocam efeitos nocivos, negativos. Outras não.

Dr^a Ana Paula.

A SR^a ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS – Obrigada.

Eu gostaria de mencionar dois aspectos que o Senador comentou na sua fala. O primeiro em relação à gordura trans. A gordura trans, na verdade, foi uma gordura artificial, criada pela indústria como solução ao consumo da gordura saturada da manteiga, que era considerada a mais nociva à saúde. E aí veio a tecnologia como forma de resolver o problema da gordura saturada. Todo mundo começou a consumir margarina. Depois descobriram que a gordura trans era muito pior do que a gordura saturada. Passamos a ter o alerta nos rótulos sobre a informação de gordura trans. Agora a tendência mundial é de banir essa substância. Os Estados Unidos já baniram. E eu acho que a tendência é não apenas reduzir voluntariamente por parte da indústria, mas banir uma substância que foi criada como solução para os problemas e, na verdade, veio com uma muito pior do que o esperado.

Em relação ao símbolo T, eu acho que posso depois encaminhar a V. Ex^a a avaliação da Professora Clotilde, que eu apresentei. Ela é especialista na área de comunicação e fez a análise de semiótica em relação ao símbolo. Eu não sou da área de comunicação, mas é interessante ter o olhar de pessoas que avaliam os símbolos e como essas mensagens são dirigidas à população, a fim de discutir melhor se é um alerta ou não. Na visão deles...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS – Talvez.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS – Talvez. Enfim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nuclear também, não é?

A SR^a ANA PAULA BORTOLETTO MARTINS – Eu posso disponibilizar a análise semiótica realizada pela Professora Clotilde.

Eu gostaria de ressaltar, e espero que V. Ex^a não tenha dúvida em relação a esse que é o ponto crucial do projeto, a vinculação da rotulagem à análise laboratorial. Esse eu acho que é o ponto crucial do projeto que nos preocupa demais porque vai significar que a maior parte dos alimentos industrializados não vão mais ser obrigados a trazer a rotulagem, seja qual for o símbolo, seja qual for a informação. Então, essa informação é um problema crucial de não vincular a rotulagem de alimentos transgênicos à análise laboratorial. Eu espero que essa decisão V. Ex^a consiga tomar da melhor maneira possível, porque a discussão sobre como comunicar nos rótulos vem sendo feita por nós, pela Anvisa, há muito tempo.

Atualmente nós participamos de um grupo de trabalho na Anvisa para discutir uma revisão da rotulagem nutricional. Entendemos que a informação para o consumidor tem que ser melhor, o consumidor tem que ter uma maneira mais fácil de entender e de visualizar a mensagem da informação nutricional também. Há uma proposta de trazer a informação nutricional dos rótulos no formato de um semáforo. Isso já acontece em alguns países, como Reino Unido e Equador, que trazem a informação, por exemplo, da quantidade de sódio: se for elevada, cor vermelha; se for média, cor amarela; e, se for baixa, a cor verde. É um exemplo do uso de cores fácil de visualizar na parte da frente da embalagem, que o consumidor pode simplesmente olhar e não ter que fazer contas. Hoje é muito difícil para o consumidor fazer as contas na tabela nutricional e saber se vai consumir mais ou menos sódio, mais ou menos gordura, mais ou menos calorias. Mas a gente está lutando para que isso melhore cada vez mais. E haver algum símbolo, seja qual for ele – podemos talvez discutir –, acho que é uma possibilidade muito importante de garantir, de fato, o direito à informação para o consumidor em relação a isso.

Obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero dizer, Senador Lasier, que, pegando carona em uma lei aprovada no Chile, cheguei a apresentar aqui um projeto, desses que se escondem por aí, em que todo alimento deveria ter um sinal de trânsito, com uma das três cores: verde, esses de que não há a menor dúvida que não fazem mal; amarelo, esses que podem fazer mal ou não; e vermelho, aqueles que você compra sabendo que faz mal. Por exemplo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esses, a Anvisa não libera.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, até libera, porque faz mal para alguns, mas não faz para outros.

Colesterol, por exemplo. Não se vão proibir comidas gordurosas, como carnes vermelhas e outras, mas as pessoas ficariam sabendo.

Mas essa é uma provocação. A gente tem que trabalhar. A educação para alimentação tem que ser uma coisa que entre nas escolas, quando a gente tiver horário integral e tempo nas escolas.

Por favor, Dr. André.

O SR. ANDRÉ DALLAGNOL – Senador Lasier, eu gostaria de agradecer as suas perguntas. Elas são fundamentais e vão nos auxiliar, com certeza, a eliminar qualquer risco, qualquer dúvida sobre o projeto de lei que está em discussão aqui. E digo que o efeito indireto dele é o símbolo do T preto no triângulo amarelo. O efeito direto dele é alteração na metodologia de identificação dos organismos geneticamente modificados. Aí, Senador, o meu receio é de que o Senado esteja diante de uma possibilidade de cometer um pecado. Pecado no sentido de errar o alvo. Querendo acertar uma coisa, pega em outra. Aí vai pegar no direito à informação do cidadão. Então, se a discussão é relacionada ao símbolo T, à ostensividade desse símbolo, eventualmente, à carga negativa que possa trazer ao consumidor – com que, particularmente, eu não concordo, porque, nesse caso, seria vermelho, o mais perigoso –, que se altere a portaria do Ministério da Justiça que o regulamenta.

Eu acho que a gente não pode correr o risco de mexer na Lei de Biossegurança, que é referência internacional. Isso é importante que se diga.

A gente tem o costume de achar que os outros países são mais evoluídos ou mais adiantados, mas eu participei da reunião do Protocolo de Cartagena, no final do ano passado, e fiquei estarecido com a influência da opinião do Brasil, do Itamaraty nas questões relacionadas à biossegurança. Eu acho que isso nós não podemos desprezar, não podemos jogar fora.

E, retomando um pouquinho uma outra pergunta que o Senador fez, sobre ações contra as liberações comerciais de transgênicos, a Terra de Direitos, juntamente com o Idec, juntamente com a Anpa, que é uma associação de pequenos agricultores, é autora em duas ações civis públicas. A primeira, justamente, questiona a liberação comercial do T25, que é o primeiro milho transgênico no Território nacional – que nunca chegou a ser plantado, inclusive, diga-se de passagem. Obtivemos liminar positiva e, durante a instrução da ação, ficou patente a ausência de

resoluções normativas por conta da CTNBio, regulamentando, por exemplo, a questão do acesso à informação, questão da coexistência entre transgênicos e não transgênicos, as possibilidades de contaminação.

Aí eu digo: contaminação? Isso é real. Contaminação tanto genética, no caso, de milho para milho, quanto contaminação por agrotóxicos, que se infiltram quando são pulverizados, às vezes, são arremessados a longas distâncias. Então, são riscos reais. E isso foi levado em conta na sentença de parcial procedência, determinando que a CTNBio realizasse estudos em todas as regiões do País.

Essas duas ações já estão com posicionamentos firmados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, uma mantendo a parcial procedência e a outra com improcedência. Essa que discute a eficiência da Resolução Normativa nº 4, que é a da coexistência, foi julgada improcedente, porém há um voto divergente no sentido de que não – e aí a preocupação do Senador Cristovam fica muito patente do ponto do Judiciário – há no estado da arte da ciência hoje certeza científica a respeito da segurança dos transgênicos. Aí é tranquilo para os órgãos como a CTNBio, no caso, fazerem a liberação, claro, porque não há certeza de que faz mal. Então, se pode liberar.

Os estudos que chegam à CTNBio são produzidos pelas empresas, não produzidos pela CTNBio. Isso também é importante que se diga. Então, a CTNBio vai fazer a análise, a avaliação dos estudos que veem pelas próprias empresas que têm interesse de aprovar esses transgênicos.

Outra coisa que é importante, quando falamos da tranquilidade científica, porque passou pela CTNBio, é que a CTNBio não faz análise das considerações socioeconômicas, dos impactos socioeconômicos. Os impactos socioeconômicos são todos esses que foram levantados por mim, pela Drª Ana Paula, pelo Cássio, pelo Dr. Anselmo e por todas as outras pessoas que compõem esta Mesa. O CNBS não se reúne desde 2008, ou seja, os transgênicos, atualmente, no Brasil, são liberados sem que se faça a avaliação dos impactos socioeconômicos.

Isso é só para trazer um pouquinho mais de esclarecimento, do ponto de vista até mesmo judicial, como o Senador provocou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado a todos.

Eu só quero dizer que não vai haver tempo, como ontem também não houve, para as perguntas que nos chegam, mas o e-Cidadania, que cuida disso, disse que recebemos, numa pesquisa feita, 787 opiniões contrárias à lei que retira o T e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A lei é para retirar o símbolo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, isto aqui é a favor de retirar o símbolo: 787. E 13.003 são contra a lei, ou seja, a favor de manter o T. São 13.003 a favor e 787 contra a lei. Portanto, 13.003 a favor de manter.

Eu quero pedir desculpas por não ler e concluir lembrando que hoje faz 34 anos da morte da Margarida Alves, nossa grande líder dos direitos dos trabalhadores agrícolas e que deu origem às passeatas das Margaridas, que hoje estão acontecendo. Nossas homenagens a essa grande líder brasileira. Eu peço uma salva de palmas para ela. *(Palmas.)*

Com essas palmas, dou por encerrada esta reunião agradecendo a todos os participantes.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)



ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vincentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Gladson Cameli e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º. 52/2015-CCT, de autoria do Senador Telmário Mota, para instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais e dá outras providências, que tramita em conjunto com o PLS n.º. 131, de 2014, e 181, de 2014. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Laura Schertel Mendes, Doutora em Direito Privado pela Universitat de Berlim/ Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília - UnB/ Pesquisadora do Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto Brasiliense de Direito Público - CEDIS/IDP; Frederico Meinberg Ceroy, Promotor de Justiça/Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital - IBDDIG; Leandro Vilain, Diretor de Política de Negócios e Operações da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Carol Conway, Diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet – ABRANET; e Fabricio Missorino Lazaro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça - Senacom/MJ. Justificam a ausência os Senhores Renato Cruz, Colunista do Jornal O Estado de São Paulo; Renato Ópice Blum, Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e Presidente da Comissão de Direito da Tecnologia da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM; e Demi Getschko, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet – CGI.br e Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação – NIC.br. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Telmário Mota e José Medeiros. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 56, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Lasier Martins, que requerem “... a realização de Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação. Para a referida audiência pública sugiro os seguintes convidados: Prof. Dr. Carlos Afonso Nobre, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC); Prof. Dr. Hernan Chaimovich Guralnik, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Prof. Dr. Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e outros estudiosos indicados e julgados pertinentes pelos senadores membros”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela

presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 18 de agosto de 2015.

Alguns comunicados da Mesa.

Esta Presidência recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações, em mídia digital, o relatório anual de atividades da Agência, contendo o balanço das atividades desenvolvidas pela Anatel ao longo do exercício de 2014, que está à disposição dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras.

Também foram recebidos por esta Presidência os Avisos nºs 868 e 869, do Tribunal de Contas da União, no qual o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, encaminha, em mídia digital também, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.783, de 2015, proferido pelo Plenário do TCU, na sessão de 22 de julho de 2015, ao apreciar o Processo nº 029.700/2014-0. O Processo, sob este número, trata da solicitação do Congresso Nacional, originária do Ofício nº 380, do Senado Federal, de 5 de novembro de 2014, por meio do qual foi remetida ao Tribunal de Contas cópia do Requerimento nº 609, de 2014, de autoria desta Comissão. Neste Requerimento, o Senado solicita informações ao Tribunal de Contas a respeito da atuação do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações e da Empresa de Telecomunicações Brasileira (Telebrás), na execução do Programa Nacional de Banda Larga.

Os documentos encontram-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 52/2015, desta Comissão, de autoria do Senador Telmário Mota, aprovado pelo Plenário da Comissão.

Destina-se esta audiência pública a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais e dá outras providências, que tramita em conjunto com o PLS nº 131/2014 e o PLS nº 181/2014, cujo Relator desta Comissão é o Exmº Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Para esta audiência, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores – alguns ainda estão a caminho e, como já informei aqui a alguns Senadores, os convidados estão demorando para se registrarem na entrada no Senado –: a Srª Laura Schertel Mendes, Doutora em Direito Privado pela Universität de Berlim, Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília e Coordenadora do Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto

Brasiliense de Direito Público; o Exmº Sr. Frederico Meinberg Ceroy, Promotor de Justiça e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital (IBDDIG). (*Pausa.*)

Convido também – está na sala ao lado – o Sr. Leandro Vilain, Diretor de Política de Negócios e Operações da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); a Srª Carol Conway, Diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abranet); o Sr. Fabricio Missorino Lazaro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacom/MJ).

Informo que temos uma ausência justificada por motivo de saúde do Sr. Renato Bueno da Cruz, jornalista e colonista de *O Estado de S.Paulo*.

Enquanto chega a Profª e Drª Carol, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-los por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e por meio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos passar às exposições. No final, os Senadores falarão por ordem de inscrição, garantindo prioridade ao Senador Telmário Mota, que fez o pedido da audiência, e ao Senador Aloysio, que é o Relator.

Vamos conceder 15 minutos para cada expositor. Não seremos rígidos exageradamente, mas, para termos tempo para um debate, serão 15 minutos para cada.

Passo a palavra, na ordem, iniciando pela Profª Laura Mendes.

A SRª LAURA SCHERTEL MENDES – Muito obrigada, Senador.

Muito bom-dia a todos!.

Gostaria de cumprimentar, primeiramente, todos os Senadores aqui presentes, na pessoa do Exmº Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Cumprimento todos os meus colegas de Mesa e todos aqui presentes.

Agradeço imensamente o convite feito por esta Comissão.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa da realização desta audiência pública sobre um tema tão relevante e tão atual. Parabenizo também a apresentação do relatório do Exmº Sr. Senador Aloysio Nunes. É um projeto extremamente bem trabalhado, de altíssimo nível técnico, atual e em compasso com as principais legislações e normas que estão sendo discutidas atualmente no mundo.

Eu gostaria de começar destacando a importância deste debate hoje. Quando estamos discutindo a regulação do marco normativo de proteção de dados pessoais, parece-me que o espaço *locus* do Congresso Nacional é fundamental para que possamos debater esse tema e para que possamos compreender todos os interesses envolvidos e todos os *stakeholders* envolvidos nesse debate, especialmente quando estamos falando das tecnologias de comunicação e informação, que perpassam hoje todos os aspectos da vida, estando encrustado no cotidiano do indivíduo e da sociedade – cunhou-se até o termo ubiquidade, onipresença dos meios informáticos, porque eles estão no nosso cotidiano –, eu acho que é fundamental discutirmos da forma mais democrática, mais ampla e mais plural um tema como esse.

Fica muito claro, quando falamos dessas tecnologias, que elas trazem inúmeros benefícios para a nossa sociedade e para a nossa economia. Surgem novos modelos de negócios, dá-se a ampliação das formas de comunicação pessoal e pública, de mobilização social, de representação da personalidade e da circulação do conhecimento. Por outro lado, ficam também cada vez mais claros os riscos trazidos por essas tecnologias. Ampliaram-se as formas de controle social, a violação à privacidade, disposição indesejada de discriminação e de restrição à liberdade individual.

Acho que a complexidade dessa temática mostra que o Congresso é, de fato, um lugar importante para fazermos esse debate, é um lugar em que a pluralidade de interesses e os mais diversos atores sociais têm voz, e acho que é um lugar em que o regime jurídico, o marco normativo de proteção de dados pode ser discutido com muita efetividade e muita qualidade.

Antes de entrar nos principais pontos do relatório, para que possamos discutir de fato o mérito de diversas questões, eu queria passar rapidamente pelo contexto internacional da proteção de dados, cujas principais legislações sobre o tema se iniciaram na década de 70, e muito rapidamente também sobre o que é a proteção de dados pessoais.

Ela surge na década de 70, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, como uma forma de tutelar a privacidade e a personalidade do cidadão. Percebeu-se que o fluxo de dados pessoais, o processamento de dados pessoais afetava a vida e a liberdade do cidadão, exatamente porque aqueles dados que circulavam na sociedade se referiam àquele cidadão. A partir do cruzamento daqueles dados, pode-se extrair informações extremamente valiosas daquele cidadão e, por isso, afetar a vida do indivíduo de uma forma muito intensa e muito dramática.

A partir dessa constatação, os países perceberam a necessidade de regulamentar e, de fato, criar um regime jurídico para regulamentar o processamento e o fluxo de dados. A principal característica desses regimes jurídicos... Na verdade, surgiram os mais diversos regimes jurídicos tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, mas eles convergiram para um modelo... Existe até um estudioso internacional, Colin Bennett, que fala em uma convergência internacional, porque todos eles acabam convergindo para um modelo que poderia se traduzir em um modelo de controle do cidadão em relação aos dados pessoais. Então, é um conceito baseado no fato de que o cidadão deve ter o controle sobre os dados e que ao cidadão deve ser garantida a autodeterminação sobre os seus dados pessoais.

Esse regime jurídico, a convergência desses regimes também se baseou no fato de que não se diferenciou se os dados eram públicos ou privados, se os dados eram íntimos ou de acesso irrestrito. Em geral, bastava que o dado se referisse a uma pessoa, bastava aquela referência, ou seja, que o dado se referisse àquela pessoa, aquele fato objetivo bastava para que ele fosse regulamentado, para que caísse no âmbito de aplicação desse regime.

E, mais uma vez, a ideia de controle, a ideia de autodeterminação informativa, que depois foi formulada também pelo tribunal constitucional alemão, na década de 80. Então, esse conceito de autodeterminação informativa, autodeterminação sobre os dados pessoais foi muito relevante e muito importante, que pautou toda discussão de proteção de dados pessoais no mundo.

Se pudéssemos dividir em três grandes fases dessa evolução internacional, eu diria que, na década de 70, as primeiras legislações surgiram em razão do temor do cidadão, em razão do temor da sociedade em relação àqueles grandes bancos de dados públicos. Havia muito medo – e a figura clássica é a do Big Brother, do George Orwell – daquele Estado que tudo sabe, que tudo vê. Nesse período, na década de 70, as legislações visavam a impedir a junção de vários bancos de dados, buscando sempre proteger o cidadão, o indivíduo, em face desses bancos de dados, digamos, com muito poder. Essa era a visão inicial na década de 70, assim que surge esta disciplina, esta matéria de proteção de dados pessoais no mundo.

Passando para uma segunda fase, é claro resumindo bastante aqui, poderíamos mencionar a década de 90. E a Directiva nº 9.546, da União Europeia, uma Directiva extremamente influente, já é um momento em que se percebe que não é apenas o Estado que ameaça a liberdade e que processa os dados pessoais. Há também uma vasta constelação de empresas, uma vasta constelação indistinta de redes privadas, que processam dados pessoais, que cruzam dados pessoais e com um objetivo muito claro de personalizar os produtos, de personalizar os serviços e, muitas vezes, de diminuir os riscos do negócio. A Directiva Europeia é muito clara nisso. Ela estimulou que os estados fizessem uma legislação que abrangesse tanto o setor público quanto o setor privado. Eu diria que a tendência, na década de 90, é abarcar ambos os setores. Especialmente quando se fala do setor privado, fica muito claro o conceito, ganha ainda mais força o conceito de autodeterminação informativa, o conceito de um consentimento, o conceito de um controle, o conceito do direito que o indivíduo tem de controlar seus dados pessoais, de controlar as informações que circulam na sociedade.

Eu diria que, talvez no século 21, a terceira tendência, digamos a terceira fase que podemos identificar, e é por isso que a própria Directiva Europeia está em reforma neste momento, a Europa

está discutindo um regulamento europeu de proteção de dados pessoais, discute-se, é claro, a internet, a Web 2.0, discute-se Big Data, então, as inovações tecnológicas mais recentes.

Percebeu-se também que essa legislação da década de 90 não era mais apta, não estava mais tão atual para enfrentar esses desafios mais recentes da tecnologia. Eu diria que algumas tendências podemos ver nestas novas legislações ou nestas novas propostas, que sequer foram aprovadas ainda.

Esse conceito de controle e autodeterminação continua sendo importante? Sim. Esse conceito continua muito vinculado à ideia de proteção de dados, mas a ideia de controle não é mais o único conceito no qual se pode basear a proteção de dados pessoais. Hoje se fala muito, quando falamos de Big Data, por exemplo, que são bases de dados imensas que podem ser cruzadas, processadas para que tenhamos previsibilidade a respeito de certos fatos e comportamentos, fala-se muito em *AccountAbility*, em responsabilização. Hoje, na Alemanha, tem-se falado muito em autorregulação regulada. A ideia é de que as próprias empresas também têm que fazer códigos de conduta, muitas vezes aprovados, homologados ou construídos em conjunto com o setor público, no sentido de fazer um *compliance* com essas normas e não apenas se ter a fiscalização clássica, mas que esse *compliance* e essa autorregulação regulada ou, de certa forma, acompanhada pelo setor público, também seria um mecanismo importante neste mais novo contexto normativo de proteção de dados.

E outro conceito bastante importante também que vai um pouco além de controle e de autodeterminação é o conceito de *privacy by design*, que seria o conceito de que os próprios produtos tecnológicos, os próprios serviços já teriam que vir de certa forma cumprindo com a legislação. De nada adianta a empresa dizer que cumpre com a legislação se aquele serviço, aqueles produtos – aquele aparelho celular, aquele sistema – são vendidos de uma forma que não permite que aquele sistema cumpra com aquela norma. Hoje se fala muito de que o sistema já tem que... É como se a privacidade já estivesse embutida tecnologicamente, para adaptar essa expressão de *privacy by design*.

Aqui apenas um contexto internacional com a evolução das normas. Isso mostra a importância dessa discussão aqui hoje. O marco normativo de proteção de dados sempre vai evoluir, porque a tecnologia evolui e a sociedade está em constante mudança.

Agora chegando, talvez, ao principal mérito do projeto, do relatório apresentado pelo Exmº Senador Aloysio Nunes, é o fato de o formato de projeto ser uma lei geral. Então, parece-me que quando estamos falando de um tema tão passível de mudança e tão sujeito à mudança, como a proteção de dados pessoais, é importante que tenhamos um marco normativo que traga conceitos gerais, que traga princípios gerais, que traga direitos básicos a fim de que possamos, de fato, ter um *framework* normativo, para que possamos ter um quadro normativo básico e que esse quadro possa nos auxiliar a interpretar, a aplicar depois e tentar resolver os diversos conflitos que vão aparecendo ao longo do tempo.

Então, eu diria que o principal mérito do projeto e do relatório que estamos discutindo aqui hoje é o formato de uma lei geral de proteção de dados. Também acho que todos aqui já têm conhecimento, mas é sempre bom destacar, que não há no País, hoje, uma lei geral de proteção de dados nos moldes propostos aqui pelo Relator. Hoje o marco normativo no País é um marco com leis esparsas, pontuais; não temos uma lei geral ou nada parecido com uma lei geral de proteção de dados pessoais. Assim, parece-me que o formato da lei geral é fundamental.

Outro conceito extremamente relevante, previsto no relatório, e no projeto é o conceito do controle do cidadão. É um conceito ainda muito relevante. Não há uma lei geral de proteção de dados sem se preservar a ideia de consentimento, a ideia de controle.

E, agora, já chegando ao terceiro ponto, que eu considero muito importante no projeto, é que esse conceito de controle também pode ser ponderado, porque o controle não é absoluto. O próprio projeto faz, talvez, uma ponderação bastante inovadora em relação aos outros projetos que têm sido discutidos no País, que é a ideia do interesse legítimo do responsável pelo tratamento. Então, temos no próprio projeto uma ponderação em relação ao controle. E a ideia do interesse legítimo está no art. 12, inciso VII, do projeto.

Acho que o projeto tem méritos importantes, conceitos importantes e, como já comentei, estão em compasso com a legislação e com projetos hoje que estão sendo discutidos no País e no mundo.

Só para terminar, eu posso, depois, eventualmente, trabalhar nas perguntas na parte das eventuais... De fato, concluí no sentido de que há conceitos fundamentais hoje nas legislações no mundo e, especialmente, conceitos atuais que o projeto traz, elogiando, portanto, esse formato da lei geral de proteção de dados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que agradecemos.

Quero dizer aos que estão aqui que, em geral, na assessoria, preparamos uma série de perguntas para que cada um chegue aqui mais ou menos na linha do que o Senador Telmário provavelmente quer. Eu não as li antes, porque recebi há pouco, inclusive acrescentei algumas. Vou lê-las bem rapidamente.

Quais são os principais aspectos a serem contemplados em uma lei de proteção de dados pessoais? Essa é uma questão.

Segunda: considerando as irregularidades e o dinamismo do setor de tecnologia da informação, faz-se necessária a criação de um órgão para regular, fiscalizar e tutelar o cumprimento das normas de proteção dos dados pessoais?

E coloquei uma outra questão: quais são os riscos de manter a desregulamentação total da compilação, classificação e distribuição de dados pessoais? E quais os riscos de medidas reguladoras?

Que órgão ou que entidade da sociedade civil deveria coordenar os serviços de regulamentação?

A tentativa de proteger a privacidade não é uma causa perdida no mundo de hoje?

O prejuízo da liberalidade sobre os indivíduos justifica o prejuízo à sociedade pela perda de transparência?

E, mais duas: como deve ser feita a harmonização entre a proteção aos dados pessoais e o desenvolvimento das atividades jornalísticas de pesquisa científica, bem como de segurança pública?

E, finalmente: em relação à transferência internacional de dados, é suficiente assegurar o livre e prévio consentimento do cidadão, dono de seu dado, ou faz-se necessária a atuação de um órgão certificador para assegurar que o país destinatário proporciona o mesmo grau de proteção fornecido pelo Brasil?

Essas são algumas perguntas que gostaríamos de submeter a vocês.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Essas perguntas são para todos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sim, para todos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, poderíamos distribuir cópias das perguntas para que todos pudessem memorizá-las, porque são perguntas extensas, assim facilitaríamos as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está certo.

Enquanto isso, passo a palavra ao Sr. Frederico Ceroy.

O SR. FREDERICO MEINBERG CEROY – Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, é uma grande honra para o Instituto Brasileiro de Direito Digital poder participar deste debate com os senhores. Acreditamos que os debates realizados nesta Casa sempre são de altíssima qualidade. Aproveitamos, Senador, para nos colocar à disposição do senhor e da Comissão para qualquer debate, qualquer Nota Técnica, qualquer subsídio que seja necessário para discussões ligadas ao direito e à tecnologia.

Senador Telmário Mota, autor do requerimento desta audiência pública, faço aqui nossos elogios à iniciativa do senhor. Quando se fala de proteção dos dados pessoais, é algo que, após a publicação desta lei, que acreditamos será lei de origem no Senado Federal, haverá um grande

impacto, não só no consumidor, não só no usuário da internet, nas empresas, mas em toda sociedade. Então, louvamos a iniciativa do senhor em fazer esta discussão, em requerer esta audiência pública.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator dos projetos de proteção de dados pessoais e autor do substitutivo do PLS nº 330, eu gostaria de parabenizá-lo pela maneira como tem tratado essa relatoria e pelo substitutivo proposto que, na opinião de nós do instituto, é um substitutivo de altíssima qualidade técnica.

Nossa função, já distribuimos um roteiro de Nota Técnica apontando não o que se deve ou não se deve fazer, que é uma arrogância tremenda dizer isso para qualquer Senador da República, e sim dizendo como é lá fora: o que a Directiva Europeia diz, o que a legislação canadense fala. Então, esse roteiro da Nota Técnica que apresentamos para os senhores é simplesmente para facilitar esta audiência pública. Acredito que, até amanhã, iremos entregar para cada um dos senhores a Nota Técnica elaborada pelo Instituto Brasileiro de Direito Digital.

Há uma máxima, Dr^a Laura, que os dados são o novo petróleo. E, talvez, nesta Casa o maior petróleo seja o tempo. Então, por uma questão de economia processual, vou saudar os Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Aloysio Nunes, Relator do PLS.

Senadores, eu acredito que o grande desafio que os senhores têm daqui para frente é equilibrar a proteção do consumidor, a privacidade da população brasileira com um ambiente de inovação e um ambiente propício para a economia digital.

Não temos ilusão nenhum de que isso seja feito de uma maneira perfeita, totalmente satisfatória.

A primeira autoridade de dados do Canadá esteve no Congresso Nacional na segunda-feira passada. Eu conversei longamente com ela. E uma coisa que me chamou muito a atenção, Dr^a Laura, ela falou como foi essa história na Canadá. A história da proteção dos dados no Canadá foi feita em ondas. Acredito que é exatamente isso que os senhores estão fazendo aqui.

A gente fala de uma primeira onda, que foi a proteção do cidadão e do dado do cidadão por meio do Direito Criminal, do Direito Penal. Isso foi feito com a Lei Carolina Dieckmann, foi feito com a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Lei das Contravenções Penais.

O SR. FREDERICO MEINBERG CEROY – Lei das Contravenções Penais. Exato, Senador.

Uma segunda onda: Marco Civil da Internet. Uma terceira onda: este PLS nº 330. E essa onda, eu acredito que não vai terminar. Quem sabe uma quarta onda, se os senhores acharem interessante, uma autoridade de dados.

Então, acreditamos que é uma grande ingenuidade, nós pensadores do Direito, acharmos que o Brasil vai entregar um projeto de lei pronto e acabado, e não vai se modificar mais nada. E muito se focando no que se fez na Europa. E a Europa está, na verdade, refazendo, pensando, discutindo vários pontos. Então, acreditamos que a discussão vai continuar.

E, mais uma vez dizendo, essa terceira onda, Senador Aloysio Nunes, é uma onda do PLS nº 330 muito benfeita.

Vou, agora, abordar alguns pontos que a gente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dr. Frederico, Sr. Presidente, permitam-me apenas uma interrupção breve.

Eu queria ressaltar que o que eu estou apresentando e que está sendo discutido aqui nesta audiência pública é um substitutivo a dois projetos de lei. Eu queria mencionar os autores, porque eu não teria feito o substitutivo não fosse a inspiração e boa parte o conteúdo desse substitutivo já estava contido nesse projeto: um dos autores é hoje Ministro do Tribunal de Contas Vital do Rêgo, e o outro é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Obrigado.

O SR. FREDERICO MEINBERG CEROY – Obrigado, Senador, pelas informações.

Acho que é importante para a sociedade saber a origem desses PLSs.

O primeiro ponto que eu gostaria de trazer para os senhores diz respeito à jurisdição. O PLS nº 330 e o substitutivo da maneira que está, qualquer tratamento e uso dos dados feitos no Brasil, realizados no Brasil, segundo o PLS, estarão sob a jurisdição da autoridade brasileira. E quando falo autoridade brasileira não estou querendo dizer, Senador Cristovam Buarque, autoridade de dados. Pode ser, dependendo do caso, o Judiciário, pode ser uma autoridade de defesa do consumidor, mas qualquer tratamento e uso dos dados da maneira que estão hoje submetem essas autoridades brasileiras.

A observação que fazemos, em primeiro lugar, diz respeito a muitas vezes uma empresa colocar um Data Center no Brasil para tratar dados de usuários estrangeiros. Um ponto que a gente coloca é talvez que não seja interessante para essa empresa fazer essa Data Center no Brasil para tratar dados estrangeiros aqui no Brasil, porque estaria sob a tutela da autoridade brasileira. Talvez um ponto a ser discutido seja esse. Será que os dados de estrangeiros tratados no Brasil precisam estar sob autoridade brasileira? Ou sob autoridade de onde esse dados foram captados, produzidos? Citando um exemplo, um dado produzido no Chile e tratado no Brasil. Nós nos inquiremos se a autoridade é a brasileira ou se é a chilena. É só um ponto para reflexões. Não temos a resposta, Senador.

O segundo ponto diz respeito ao tráfico. Vamos supor um tráfico de dados que veio do Uruguai, e simplesmente passou pelo Brasil. Da maneira em que está, estaria submetido à autoridade brasileira. Então, outro ponto para reflexão. Em se usando, por analogia, a Directiva Europeia nº 4.695, pois a Directiva Europeia coloca uma exceção: se o dado está simplesmente trafegando pelo território daquele país, ele não estaria sob a jurisdição daquele país. Existe uma ressalva no art. 4º, alínea "c", da Directiva Europeia. Mais uma vez eu afirmo: são pontos para reflexão de todos nós aqui.

O art. 3º do PLS nº 330 – ex-Substitutivo – está em consonância, 90% dele, com o que diz a Directiva Europeia 46. A única observação que fazemos é, ao final, quando ela engloba dados, de maneira que quaisquer dados produzidos pelas empresas ou produzidos pelo cidadão, estariam submetidos à legislação. Então, Senador Cristovam Buarque, qualquer coisa que se produzisse, de determinada maneira, poderia estar submetida ao PLS.

Trouxemos para a discussão, Senador Aloysio Nunes, uma definição que é dada pela legislação canadense, que diz são dados pessoais os dados de uma pessoa natural. Isso está no Estatuto do Canadá, Capítulo 32. Então, mais uma vez, trazemos isso à baila para a discussão da definição do que seriam dados.

Ainda dentro da questão dos dados...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Você me desculpe, mas aqui no inciso I do art. 3º, na definição de dados pessoais – se me permitir, Sr. Presidente –, diz: "Dado pessoal: qualquer informação relativa a uma pessoa natural."

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Sim, Senador. Aí, o restante, por exemplo, identificação direta ou indireta, incluindo número e dados locais. Os dados locais, a gente gosta de dar o exemplo, e a internet das coisas, não é? Muitas vezes, eu estou com óculos em conexão com a internet ou um relógio em conexão com a internet. A discussão que a gente traz aqui é: esses dados locais, se eles, na verdade, não estão vinculados a uma pessoa, por exemplo, o Senado Federal está sendo municiado com dados de celular (dados de um relógio) para formular políticas públicas de mobilidade, por exemplo. E esses dados estão anonimizados. Será que esses dados seriam considerados dados pessoais? Então, é isso o que estamos entregando ao senhor aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma sugestão?

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Uma sugestão; sempre uma sugestão.

Esses dados anonimizados, que muitas vezes não trazem esse *link* entre pessoa natural e a mobilidade, se há interesse do senhor, dos Srs. Parlamentares, de colocá-los como dados pessoais. A geladeira é um grande exemplo disso, Senador. Uma geladeira inteligente que tem um protocolo de internet. A depender do caso, será que é interessante colocar essa geladeira vinculada a minha casa, se ela não está vinculada ao Frederico, como dado pessoal? Essa é a discussão que a

gente traz à baila, porque esse número de internet que essa geladeira inteligente tem – esse protocolo de internet – estaria aqui como números. E trazendo ainda como subsídio para essa anonimização de dados, eu trouxe aqui a opinião ou o Parecer nº 5, da Autoridade de Dados Europeia, que traz todo trabalho de como fazer essa anonimização desses dados. Então, o Senado Federal, muitas vezes, pode pegar esses dados desse relógio inteligente para subsidiar uma decisão de mobilidade urbana, de forma anonimizada, e que não exponha a privacidade desse usuário. Então, eu trouxe esse Parecer nº 5.

O ponto cinco diz respeito aos chamados dados pessoais sensíveis.

O art. 3º dos Dados Pessoais Sensíveis, ao final, diz o seguinte: "(...) ou que, de qualquer forma, enseje discriminação social".

Trazendo um pouco a experiência da União Europeia. A União Europeia, quando trata de dados pessoais sensíveis, o faz de forma taxativa. E essa taxatividade de dados existe para cobrança da autoridade, da autoridade legislativa, judiciária e administrativa, porque, qualquer forma que enseje discriminação social poderia ser – uma coisa que falei muito em relação à regulamentação do marco civil – uma cumbuca para as empresas na qual poderia caber qualquer coisa, e vice-versa.

O que a gente traz de subsídio em relação à União Europeia é: quando se fala de dados pessoais sensíveis, há uma taxação, *numerus clausus*, diz-se especificamente o que é. Essa é a contribuição que a gente traz com relação a dados pessoais sensíveis.

O ponto seis, Sr. Presidente, nos parece que o interesse do Senado Federal, da maneira que está, é que todo ou a maioria do consentimento do usuário de internet, do consumidor, é um consentimento expresso. Então, ao abrir uma página de internet, um determinado serviço, o consumidor, o usuário de internet, na prática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Sr. Presidente, eu inquiri o senhor se me permite mais cinco minutos. (*Pausa.*)

Eu agradeço.

Então, da maneira que está, parece-me que o consentimento é expresso.

Aqui, nós temos uma coisa de que fui vítima ontem, que se chama fadiga do consentimento. Eu fui atualizar o sistema operacional do meu celular, só que eu estava correndo, e aquela coisa "concorda com os termos"; "concorda com os termos", e eu concordei com tudo e nem olhei. Isso se chama fadiga do consentimento.

Quando a gente fala de consentimento expresso como forma primordial consentimento de usuário, o risco que vemos no instituto é esse: o chamado fadiga do consentimento, que é uma grande contradição, porque, ao mesmo tempo em que o desejo do legislador é proteger o consumidor, só que a psique humana, com aquela rapidez, acaba expondo sua privacidade pela necessidade. Então, estou precisando ligar o meu celular, ligar para alguém, então estou consentindo com os termos ali.

O que acontece na Directiva Europeia? A Directiva Europeia nº 4.695 dá a entender que, na verdade, é um consentimento inequívoco. Esse consentimento inequívoco poderia abrir uma porta para o consentimento inicial, expresso, mas num segundo passo, em algum tipo de modificação da política de privacidade, um consentimento inequívoco. É uma questão terminológica que eu coloco para os senhores aqui para a discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só um minuto. Na Lei do Marco Civil se falar em consentimento de forma destacada, quer dizer, para não ficar perdido. "De forma destacada" é a expressão que o legislador usou no Marco Civil da Internet. Chamar a atenção de que aquilo é um consentimento, uma passagem obrigatória.

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – O senhor está certíssimo, Senador. Exatamente isso o que se quer. Seriam três passos: o consentimento expresso, claro, quem sabe em negrito, na hora em que se coloca aqueles termos, que parecem uma massa de informações, mas as informações importantes em destaque. Uma segunda fase, esse consentimento expresso. E

colocando aqui para os senhores uma terceira fase, uma atualização de termos de serviço. Quem sabe, se os senhores acharem interessante, um "consentimento inequívoco". É uma questão terminológica, que, se os senhores acharem interessante, discutirem isso: essas três fases que a gente coloca: consentimento destacado, expresso, e, numa atualização, inequívoco.

Para finalizar, o art. 6º, inciso VI, fala sobre a lógica de tratamento automatizado de dados. Diz o artigo:

Art. 6º São direitos básicos do titular:

VI – conhecimento da lógica de tratamento automatizado dos seus dados;

Aqui, Senador, o que eu vejo é o seguinte – nós fizemos a analogia no instituto –: é algo como entregar a fórmula da Coca-Cola para o consumidor. Nós sabemos que na Coca-Cola existem os produtos x, y e z. O x, y e z sabemos que existem na fórmula da Coca-Cola; agora, a quantidade de cada um que é colocada é um segredo do negócio da Coca-Cola. Aqui, o que a gente coloca é que, talvez, essa lógica de tratamento automatizado de dados é a fórmula de algumas grandes empresas. Essa fórmula aqui deve, sim, ser entregue a quem? Para as autoridades. O Senado Federal, sim, deve e tem o dever de saber como é feito isso. A dúvida que a gente coloca é: o consumidor, será que ele tem que saber como é feita essa lógica, esse segredo do negócio dessas empresas? Então, é isso o que a gente coloca para a discussão: se esse conhecimento da lógica do tratamento automatizado é algo que deve ser entregue ao consumidor – o funcionamento do algoritmo – ou se o funcionamento do algoritmo é algo que os senhores devem saber, mas não os consumidores, de maneira vasta, porque é a fórmula, o segredo daquele negócio. Então, é esse o ponto que a gente traz para a discussão dos senhores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Qual é a sua sugestão?

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Senador, eu acho que... Eu tenho muito receio de trazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Eu acho que esse conhecimento da lógica de tratamento automatizado dos dados...

(Soa a campainha.)

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – ... aos senhores, Legislativos, sim, devem ter o direito. Autoridade de dados, se os senhores entenderem que ela vá existir, sim! O Judiciário, sim. O consumidor, talvez não, porque isso é o segredo do negócio da empresa. Então, é isso o que a gente coloca: a autoridade brasileira, sem sombra de dúvida, deve saber como funciona esse algoritmo de busca, de publicidade, esse algoritmo de entrega de produto. Agora, o consumidor, talvez, não, porque pode ser usado pela empresa concorrente. Ela está entregando a fórmula da Coca-Cola; a Coca-Cola está entregando a fórmula para a Pepsi. Então, é essa a pontuação que fazemos.

O Senador Walter, pelo jeito, não concorda. Só fazer um aparte aqui, Senador. Eu estava naquele evento sobre segurança cibernética, e o senhor é um Senador que, há muito, tem-se preocupado com esses temas. Então, faço aqui minhas homenagens ao senhor que, há mais de uma década, já havia levantado...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Eu não sou tão velho assim... *(Risos.)*

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Mas, há uma década, o senhor havia levantado o Efeito Snowden. Quer dizer, há uma década o senhor já havia levantado isso, e eu só queria fazer essa pontuação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Foi em 1999.

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Mais de uma década.

Para terminar, Senador Cristovam Buarque, com relação às sanções expostas no PLS e no Substitutivo. Eu tenho certeza de que as empresas vão chiar e vão argumentar que as sanções são muito pesadas. Nesse roteiro de Nota Técnica, nós tomamos a liberdade de fazer uma comparação entre o substitutivo, o PLS nº 330 e o marco civil; o fizemos em cores para mostrar que há uma clareza – são quase iguais. Mudando a porcentagem de uma determinada multa, eles são basicamente semelhantes. Então, essas críticas que as empresas, porventura, venham a fazer, eu acho que elas não estão com muita razão, porque as sanções são basicamente semelhantes entre marco civil em vigor e PLS nº 330.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Preclusos os direitos...

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Precluso, Senador...

Para finalizar, eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da CCT, esta oportunidade.

Coloco o Instituto Brasileiro de Direito Digital à disposição desta Casa para qualquer necessidade que os senhores tenham, seja a de audiências públicas, elaboração de Notas Técnicas, simples consulta. A função nossa, na prática, é essa. O Instituto Brasileiro de Direito Digital é uma associação de pessoas, sem fins lucrativos, e não só sem fins lucrativos, mas nós não temos nem conta bancária. Nós não recebemos influxos de empresas, de Estado brasileiro, de ONGs, nada! Nem conta bancária nós temos. Nosso material são ideias. A nossa função precípua é esta: trazer informações importantes para os senhores, os tomadores de decisão.

Agradeço muito e me sinto muito honrado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que agradecemos muito suas colocações.

Passo a palavra a Leandro Vilain, que é Diretor de Política de Negócios e Operações da Febraban.

O SR. LEANDRO VILAIN – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Cristovam, Presidente desta Comissão, demais Senadores presentes e integrantes da Mesa.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer a oportunidade de estarmos aqui para compartilhar e debater algumas ideias. Obviamente, temos uma enorme preocupação, sabemos, não temos dúvida de que a proteção de dados é uma questão de grande relevância e é um assunto complexo. Por essa razão, o assunto deve ser analisado, de maneira profunda, envolvendo aspectos técnicos e operacionais, problemas do dia a dia, para garantir o que justamente se busca proteger, para que o consumidor final não seja o maior prejudicado.

Assim, entendemos que, apesar da nobre intenção expressa pelos autores dos Projetos de Lei do Senado nºs 330, 131 e 181, que tramitam conjuntamente, a conversão em lei da proposta, a gente acusa aqui de colocar um potencial risco de toda a estrutura de análise para o crédito do consumidor em risco, dentro do setor financeiro, o que seria extremamente danoso para o consumidor.

O substitutivo, apresentado nesta Comissão pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, traz avanços significativos em relação ao texto original, como, por exemplo, a supressão de restrições para atividades de uso e tratamento de informação e a retirada da nulidade das autorizações genéricas. Inicialmente, estava previsto, no art. 12 do PLS nº 181, que o tratamento se daria para finalidades específicas e delimitadas, impedindo que dados coletados para uma finalidade, mas úteis para outros fins, não sejam utilizados para finalidades diversas daquelas para as quais foram originalmente coletados. Essa restrição, que estava originalmente no PLS, inviabilizaria atividades de uso e tratamento de informação para adoção de melhores decisões, como é feito hoje nas análises de crédito feitas pelos bancos.

Adicionalmente, outra modificação positiva feita no substitutivo consiste na supressão da nulidade das autorizações genéricas, como falei anteriormente, para tratamento de dados pessoais, o que, certamente, traria um desincentivo à inovação, na medida em que novas tecnologias

permitem às instituições financeiras programar modelos ainda mais sofisticados e mais precisos para as necessidades de cada cliente ou para cada grupo de clientes.

Apesar dessas alterações, o substitutivo mantém inúmeros outros dispositivos que prejudicarão a operacionalidade e a utilização de bancos de dados para fins de análise de risco de crédito. Embora represente uma oportunidade de avanço social e econômico, a inclusão financeira exige maiores níveis de conhecimento sobre a população que ingressa no mercado de crédito, bem como o esforço de desenvolver modelos de análise ajustada à realidade de um consumidor que agora se inclui no sistema. A inclusão financeira vem, a cada ano que passa, aumentando – a gente vê os números –, e isso requer uma cautela e um cuidado muito grande, nesse novo consumidor que entra no sistema financeiro.

Dessa forma, é fundamental coletar informações úteis para análise de crédito de cada novo cliente, sob o risco de haver índices crescentes de inadimplência, trazendo desequilíbrio ao sistema financeiro e prejudicando aqueles que representam bons históricos de crédito.

Ao estabelecer restrições ao tratamento de dados e obrigatoriedade de publicação das metodologias utilizadas pelas instituições financeiras, a exemplo do disposto nos arts. 6º e 20 do Substitutivo, a proposição reduz a capacidade de realizar análise de crédito com acurácia, prejudicando a competição no mercado, ao impedir ofertas mais justas a cada perfil de risco. Além disso, os projetos do substitutivo propõem que os modelos de análise não seriam mais de conhecimento privativo, tornando públicas as metodologias utilizadas. Portanto, aumentando significativamente o risco de fraude.

Um sistema de informação de crédito preciso e de alta eficiência confere benefícios para os consumidores, permitindo-lhes obter maior acesso ao crédito em condições favoráveis, bem como capacidade para monitorar suas dívidas. A transparência e a boa governança dos sistemas de informações também são importantes para ampliar o acesso de novos clientes aos variados tipos de crédito e, ao mesmo tempo, para melhorar a gestão do risco das instituições financeiras. Há pouco falávamos aqui da fórmula da Coca-Cola, mas, traçando um paralelo, estamos falando aqui das fórmulas dos modelos de escolas, dos modelos de avaliação de crédito.

Esses modelos são extremamente sofisticados, complexos e que, às vezes, dentro de uma população, dentro de uma base de cliente muito grande, um determinado banco que possa ter dois, três milhões de clientes, às vezes estamos falando de algumas dezenas de centenas de modelos distintos para diferentes tipos de cliente, diferentes tipos de perfil. Então, ao tornarmos isso público, nós tornaremos público não uma fórmula de análise de crédito, mas talvez algumas dezenas de fórmulas de crédito dentro de um universo de cada instituição financeira.

Portanto, o tratamento das informações constantes dos bancos de dados, que reúnem informações sobre consumidores apresentam dupla vantagem para o consumidor: 1) contribuem para o desenvolvimento de sua reputação; 2) contribuem para o uso responsável do crédito, colaborando para o melhor gerenciamento das finanças pessoais, evitando comportamentos que levem ao endividamento excessivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor me permite só uma interrupção?

O SR. LEANDRO VILAIN – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Primeiro, nós temos uma legislação que, evidentemente todos nós a conhecemos, é a legislação sobre cadastro positivo, que aborda largamente o tema levantado pelo senhor. Mas, aqui no Substitutivo, eu fiz constar no parágrafo único do art. 3º a expressão "privativo":

Considera-se privativo o uso das informações armazenadas no âmbito das instituições públicas ou privadas, respeitadas as finalidades para as quais foi criado o banco de dados e observados os princípios de garantias definidos na lei.

Quer dizer, se uma instituição financeira tem um banco de dados para essa finalidade, análise de risco, o uso dessas informações é privativo da instituição. É o parágrafo único do art. 3º. Eu não suprimi a expressão "privativo". Está aí.

O SR. LEANDRO VILAIN – Certo. Mas eu acho que nós estamos falando sobre a abertura dos modelos de tratamento, quer dizer, tornar a entrega desse modelo de tratamento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E que foi levantada, aliás, pelo Dr. Frederico. É um assunto que merece reflexão.

O SR. LEANDRO VILAIN – Vamos a alguns dos pontos que destacamos, que gostaríamos de trazer à consideração.

O art. 3º, inciso VI, e o art. 6º, inciso VI, diz que o titular terá direito do conhecimento da lógica de tratamento automatizado de seus dados e comunicação individualizada sobre essas informações. Dessa forma, o PLS está comprometendo todo o processo de análise de crédito, ampliando a vulnerabilidade às fraudes, na medida em que se torna pública a metodologia da decisão de crédito, facilitando a ação de fraudadores para prover informações inverídicas para a decisão de crédito. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: a proposta de tornar pública a metodologia de tratamento de dados traria ainda um ambiente de menor competitividade, na medida em que todas as instituições financeiras seriam conhecedoras dos modelos de crédito do mercado uma das outras, havendo uma tendência, em médio prazo, em adotar uma convergência no modelo de análise do sistema financeiro.

Na medida em que todos têm conhecimento de todos os modelos, haveria naturalmente um sistema para convergir para um modelo único, o que trará menos competitividade.

Cabe ainda lembrar a importância de cada instituição financeira e manter seu próprio conhecimento do tratamento desses dados, criando oportunidade em cada uma das instituições com sua própria estratégia comercial, de que falávamos há pouco, em avaliar o risco de um cliente se tornar inadimplente.

Essas diversas estratégias comerciais também levam a uma maior competitividade e a um equilíbrio saudável do mercado, na medida em que essas ferramentas geram avaliações importantes para evitar o superendividamento por parte dos clientes.

O terceiro ponto, também bastante importante: as complexidades de um modelo de uma decisão de crédito nos levam a crer que o compartilhamento dessa informação com o cliente final vai ser de quase nenhuma compreensão por parte do consumidor, e não haveria nenhuma utilidade dessa informação. De novo, os modelos de crédito... Nós estamos falando de uma instituição financeira que tem alguns milhões de pessoas como clientes que podem, às vezes, levar a algumas dezenas de centenas de modelos diferentes. Cada um desses modelos chega, algumas vezes, a levar quase que uma centena de variáveis em consideração: quantidade de renda, renda familiar, onde mora, histórico de crédito, dias de maior atraso, contratos anteriores. Chega quase que a uma centena de variáveis. Levar isso a um consumidor final vai ser quase nenhuma compreensão. O consumidor vai ficar confuso e não vai agregar nenhum valor.

Lembramos, ainda, que há modelos de tratamento automatizado que leva em consideração o elevado número de variáveis. Por isso que é muito automatizado. Estamos falando de modelagens que você acaba fazendo, por um processo que nós chamamos de clusterização. Quando se tem uma base de dados muito grande, se faz segmentos dessa base e, por isso, como são modelos muito sofisticados, você tem que usar tratamentos automatizados, porque não há condições de um ser humano guardar todos aqueles modelos e aplicar na mão todos aqueles modelos devido a complexidade.

Por isso que faz de uma forma... Com uma elevada quantidade de variáveis, aquilo simplesmente não daria conta, a quantidade de contratos e transações feitas diariamente é muito grande, não daria conta, por isso que é feito de forma automatizada.

Além disso, a rejeição de crédito, quando se toma a decisão de rejeição de crédito por alguns desses modelos, é complexo suficiente para podermos dizer que ela nunca é em função de uma única variável. Eu não estou rejeitando crédito para essa pessoa ou estou aprovando crédito em

função da sua renda ou em função do seu passado positivo ou negativo, mas é uma composição desses fatores que levam a uma decisão de crédito. Nunca se toma uma decisão baseada numa única variável. Por isso que essas variáveis, algumas dessas modelagens, chegam a uma centena de variáveis distintas, e isso é constantemente testado.

Apenas para contextualizar, por exemplo, até para trazermos um pouco à nossa realidade, vou fazer um paralelo, não tão a ponto de chegar a comparar com a fórmula da Coca-Cola, ainda que eu tenha gostado do exemplo, mas vou tentar traçar um paralelo com os critérios de análise dos processamentos do Imposto de Renda de pessoa física no Brasil. Se aplicado esse modelo no Imposto de Renda de pessoa física, poderíamos imaginar que a Receita Federal teria que abrir a metodologia de avaliação a todos os contribuintes, abrindo possibilidades para sonegação e solicitação de análise manual para uma quantidade gigantesca de declarações, o que possivelmente levaria todo o sistema a um colapso num curto espaço de tempo. Estou aqui só traçando um paralelo para entender um pouco a complexidade dos modelos.

Adicionalmente à possibilidade de haver um elevado número de demandas administrativas e judiciais, levará o sistema a uma incerteza de ambiente jurídico, aumentando o risco, diminuindo a automação dos processos e, por consequência, maior restrição ao crédito ou a um maior descontrole das operações, que é um dos pilares do sistema financeiro.

O outro ponto que queremos levantar é que a necessidade da comunicação individualizada ao titular da informação, prevista no art. 3º, inciso IV, elevaria sobremaneira os custos dessas análises. Já o inciso V do mesmo artigo, ao requerer que seja informada a finalidade que fundamentou a coleta de dados, impedirá que dados coletados para uma finalidade específica sejam utilizados para outra finalidade, novamente elevando injustificadamente os custos de coleta.

Já no art. 10º, *caput*, e §1º, é assegurado ao titular dos dados a possibilidade de impugnar a avaliação de crédito, baseado no tratamento automatizado de dados, bem como direito à obtenção da decisão humana.

Ora, se cada instituição financeira tem o direito de adotar sua própria política de crédito baseada em regras e controles, não faz nenhum sentido adotar uma prática de revisar uma proposta de crédito que já tenha sido declinado pelo sistema automatizado. Nesse caso, o atendimento humano simplesmente vai repetir a aplicação das regras, chegando à mesma conclusão num sistema automatizado. Ou seja, o que estamos falando aqui é que se o sistema automatizado obedece a uma quantidade grande de regras, repito, o mesmo procedimento no atendimento humano, o resultado será o mesmo.

A repetição da análise sobre as mesmas regras obterão, nesse caso, os mesmos resultados, simplesmente trazendo mais incerteza ao processo, na medida em que a aplicação desse procedimento, sobre a forma de atendimento humano, vai estar sujeito a falhas, o que o sistema automatizado não teria, além de ser mais ineficiente e mais lento.

Além disso, o tratamento das informações de forma automatizada gera oportunidade de aplicação de regras muito específicas para cada grupo de clientes, podendo gerar centenas ou milhares de modelos, tornando ainda mais justa a análise de crédito.

Já no atendimento humano, em função da limitação do ser humano na memorização de critérios, as aplicações das regras de crédito teriam que ser mais simplificadas, trazendo decisões de crédito para uma média da carteira, podendo gerar injustiças aos clientes que estão fora dos padrões. Quem estiver nos extremos pode não ser, os extremos desses grupos, desses segmentos, que falei há pouco, podem não ser mais bem atendidos, na medida em que não tenho o processo automatizado.

No mesmo artigo, há também previsão de que o titular tem direito à obtenção de decisão humana fundamentada. Importante dizer que a fundamentação para a decisão de crédito nem sempre está baseada em uma única variável, mas num conjunto de informações que, de forma agregada, compõem a decisão de crédito.

O compartimento dessa decisão, conforme mencionado anteriormente – já falei anteriormente –, trará vulnerabilidade às fraudes, maior incerteza jurídica, pouco entendimento e o uso do consumidor final devido à sua complexidade.

Para a análise de crédito, portanto, é livre a adoção, pelas instituições financeiras, de critérios internos de estabelecimentos limites, desde que não sejam discriminatórios, possibilitando a essas se valerem do direito de conceder crédito a quem quiser, em virtude da liberalidade da contratação.

Também no art. VI, inciso II, há previsão do direito a recebimento de indenização por dano moral coletivo sem haver adequado tratamento normativo do processo em que tal dano deva ser discutido.

O art. 7º, *caput*, que dá possibilidade de titular de dados exigir, no prazo máximo de cinco dias úteis, relatório que contenha todas as informações relevantes sobre tratamento de dados, como finalidade, forma de coleta e período de conservação, trará insegurança jurídica sobre o processo da informação a ser compartilhada, o que será um retrocesso nos processos de análise de crédito e controle das instituições financeiras.

O consentimento expresso por parte do titular, previsto no art. 6º, inciso IV, como coleta, armazenamento e tratamento de dados, e o conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado dos dados levará a uma grande quantidade de informações ao cliente, que não terá capacidade de interpretar e tomar nenhuma decisão favorável a ele próprio, gerando prejuízo a um sistema que hoje funciona favoravelmente.

É importante lembrar também que, no Brasil, como o Senador Aloysio lembrou há pouco, os cadastros positivo e negativo submetem-se a diversas exigências, preocupados com a tutela das partes vulneráveis na relação de consumo. Entre outros limites, a consulta a bancos deles constantes depende de autorização do cliente, como no caso do cadastro positivo e a anotação do cadastro negativo.

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO VILAIN – Já no art. 12 do Substitutivo, inciso II, há previsão de que o tratamento de dados deverá ser feito somente na execução de um contrato ou na fase pré-contratual de uma relação em que o titular seja parte.

Aqui chamo a atenção: essa limitação vai trazer um impacto muito elevado no sistema de antifraude dos cartões de crédito; vai levar o sistema de antifraude dos cartões de crédito a um colapso. Por exemplo, há uma necessidade da análise comportamental prévia do cliente, para se avaliar o risco de uma transação fora dos padrões de comportamento em um ambiente de alta disponibilidade, 24 horas por dia, sete dias por semana. Acredito que muitos dos senhores aqui já tenham recebido telefonemas das centrais de fraudes dos bancos, dizendo: "Dr. Aloysio, o senhor está neste momento em Miami?" "Não, não estou, estou em São Paulo." "Porque estamos observando, o senhor não viajou para Miami nos últimos cinco anos, e tem uma transação acontecendo neste momento em Miami. Portanto, vou declinar, vou parar a transação." Esses são os processos que, os bancos, para chegarem a essa conclusão e fazerem um telefonema, muitas vezes, no meio da madrugada para o portador do cartão, há necessidade do conhecimento anterior.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – O que o banco pode fazer é adiar esses dados aleatórios.

O SR. LEANDRO VILAIN – Mas não tenho a autorização da fase pré-contratual, porque há uma limitação. Então, isso precisaria ser avaliado.

Se uma transação de cartão de crédito, por exemplo, pode ser aprovada, através desse padrão de compras, não haveria como executar essa análise no momento daquela transação, por causa da necessidade do conhecimento do comportamento da fase pré-transação ou pré-contratual.

Ainda no Substitutivo – falávamos de multas agora há pouco –, as multas são exorbitantes, a medida prevê que até 5%, no caso dos bancos – a medida prevê que até 5% do faturamento do grupo econômico no Brasil –, excluído o tributo ou mesmo proibição total, por cinco anos, de atividade de tratamento pessoal. Portanto, como já foi dito aqui, a importância do tratamento de

dados pessoais de forma automatizada é ampla e fundamental para haver equilíbrio dos controles de crédito, mas existem alguns pontos que ainda precisam merecer análise.

Para concluir, apesar de se tratar de uma matéria que visa dar maior segurança jurídica à proteção e ao manejo de dados pessoais, os projetos, assim como o Substitutivo, se excedem na pretensão, a ponto de prejudicar a outra ponta da relação do consumo, que é o consumidor.

No tocante ao mercado de crédito, suas disposições também atingem a avaliação de risco de crédito, o que compromete significativamente todo o sistema, tanto pressionando as taxas de juros ao consumidor para cima quanto deixando o setor mais permeável à fraude.

Pelas razões expostas, a gente recomenda um aprofundamento das discussões com as equipes técnicas e uma cautela maior na avaliação desses impactos, com alterações em alguns desses pontos que levantamos.

Por enquanto, é o que temos para falar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só uma pergunta: o senhor já trouxe alguma sugestão de alteração de pontos?

O SR. LEANDRO VILAIN – Sim, já as mandamos; acho que já estão na Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Passo a palavra, agora, à Diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira da Internet, Carol Conway.

O SR. CAROL CONWAY – Bom dia, Sr. Presidente, Exmº Senador Cristovam Buarque.

Bom dia Exmºs Senadores, colegas de Mesa, demais presentes.

Primeiro, muito obrigada pelo convite, em nome da Associação e em nome dos nossos associados. É sempre uma honra estar aqui debatendo esse tema, que é tão caro a toda a sociedade, não só às empresas e aos consumidores, mas ao futuro do nosso País e ao desenvolvimento tecnológico do nosso País.

Rapidamente – eu trouxe uma apresentação para tornar a minha exposição um pouco mais objetiva, eis que sou advogada e a objetividade, às vezes, nos foge –, apresentando a Abranet, que é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1996, praticamente com o início das atividades da internet comercial no Brasil. Os diretores da Abranet são voluntários, eleitos a cada biênio entre os associados.

A Abranet tem sede em São Paulo, abrangência em todo o território nacional e hoje conta com mais de 300 associados. Tivemos uma participação muito ativa no Marco Civil da Internet e, novamente, agradeço por estar sendo dada a oportunidade de a associação ter uma participação ativa nesse debate tão importante.

Em relação às atividades dos associados da Abranet, seria difícil listar todas, porque a internet é uma terra de muitas oportunidades. Tentei listar aqui algumas das principais atividades dos associados. Nós temos desde atividades de Data Center – estou chamando de Data Center a parte de hospedagem, desenvolvimento, suporte para outras atividades na internet –, a parte de plataformas sociais, busca, comércio e plataformas de pagamento, que têm sido cada vez mais expressivas na inclusão bancária e no comércio eletrônico do cidadão. A plataforma de vídeos, *e-mails*, VoIP, a parte de conexão à internet, que nem sempre é muito visível ao usuário, porque ela é a parte lógica que mexe com o IPs (Internet Protocol), autenticações e validações e não é transparente.

A parte de conteúdos; os portais de notícias, educação à distância, educação digital, que vem crescendo cada vez mais, parte de *blog*, *fotoblog* etc., além dos pequenos provedores de telecomunicações, que levam normalmente internet via rádio, telecomunicações via rádio, mas nos lugares do País onde a banda larga não é tão acessível.

Nossos associados, em geral, são empresas de pequeno e médio porte, mas também temos grandes empresas, empresas de representatividade, inclusive empresas líderes nacionais de internacionais.

Aqui, rapidamente, a distribuição dos provedores no Brasil.

Passo direto ao debate sobre a iniciativa.

Gostaria de incorporar aos nossos comentários a fala do Dr. Frederico, em nome da economia de tempo, dizendo que o debate, com certeza, é muito importante. Os pontos colocados em relação ao consentimento, o ponto do segredo da Coca-Cola também é um ponto que eu gostaria de colocar.

Novamente reiterar que esse debate é importante para toda a sociedade. Muitas vezes nós percebemos que o viés consumerista imediato fica muito forte, a defesa do consumidor naquele consentimento expresso, Senador. Mas o que entendemos é que esse debate pode favorecer o consumidor, o cidadão e a sociedade com o um todo. Temos que olhar tanto a ponta imediata da defesa do consumidor quanto os aspectos mediatos, que são a inovação tecnológica, a livre iniciativa, a sociedade da informação, a liberdade de expressão e comunicação.

Aqui rapidamente tentei sistematizar quem são os protagonistas desse ciclo tecnológico para embasar um pouco o que acabei de dizer. Temos o usuário final, os provedores de bens e serviços na internet, que não se limitam aos provedores associados da Abranet, os triviais, mas a toda a economia digital.

Aqui rapidamente tentei sistematizar quem são os protagonistas desse ciclo tecnológico para embasar um pouco o que acabei de dizer. Nós temos o usuário final, os provedores de bens e serviços na internet, que não se limitam aos provedores associados da Abranet, os triviais, mas a toda a economia digital. Hoje, um negócio pode estar off-line e amanhã pode estar on-line. Hoje alguém que tem um pequeno varejo no comércio de Brasília pode ser o gigante do comércio da internet. Então, o que nós estamos debatendo tem a ver com toda a economia digital.

O Estado, nos seus diversos papéis, também é uma ponta muito importante deste debate, não apenas o Estado normatizador e fiscalizador, e é essa a atividade que os senhores tão bem desempenham, mas também o Estado, como eu disse, indutor do desenvolvimento tecnológico e como grande tratador de dados. Então, aí já fica a nossa primeira sugestão, Senador: que seja avaliada também qual é a necessidade de o cidadão ser protegido em relação às condutas do Estado.

Nós reparamos no relatório que o texto do PL exclui as condutas e ações legislativas que seriam necessárias em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que, no relatório, o senhor cita o caso americano da NSA. Eu posso citar aqui também toda a polêmica que está acontecendo na França em relação ao uso dos dados do cidadão. Então, nós entendemos que uma lei que queira ser uma lei geral tem que também considerar o Estado como tratador de dados. Exemplos rápidos: a questão do Bolsa Família ou a da Lei de Acesso a Informação, que já endereça um pouco esse tema e que pode ser avaliada também e, até certo ponto, incorporada, por exemplo, como uma lei de aplicação subsidiária, porque temos lá o CDC como aplicação subsidiária no texto do seu relatório e do projeto também.

Na verdade, como racional para nossa avaliação do projeto e para as nossas sugestões, nós estamos sugerindo novamente que o consumidor, o cidadão, a sociedade sejam avaliados partindo da constituição – o senhor foi um Constituinte – integrativa de todos os pilares que vão levar ao desenvolvimento do Estado e à harmonização da proteção de dados como uma lei geral que possa produzir melhores resultados.

Portanto, nós listamos aqui quatro pontos da Constituição, sem prejuízo de outros, que nós entendemos que podem contribuir para um projeto de lei que seja concretamente protetivo à sociedade: os direitos da personalidade, que são aqueles muito mencionados quando o debate se iniciou e que obviamente são de maior importância – coloquei ali em primeiro lugar –, o direito à expressão e à informação, que também são muito importantes.

Como o colega citou, só para pegar carona no exemplo, falo da questão da competência ou da jurisdição sobre o projeto. Precisamos tomar cuidado para que o cidadão brasileiro possa ter acesso ao que vem de fora e também dar acesso ao que vem de dentro para quem está de fora, tomar cuidado para não retraindo o acesso do brasileiro a toda a beleza da internet, que é construída mundialmente, não tem essa barreira física. Então, tráfego de dados no País, etc., é um ponto que preocupa.

Logicamente, nós vamos entregar um paper com algumas sugestões e gostaríamos de pedir uma reunião com os técnicos, porque eles, mais do que ninguém, sabem explicar quais são os possíveis impactos técnicos do que nós muitas vezes queremos alcançar aqui para os dois lados: ônus e bônus.

A questão do direito à liberdade de iniciativa é muito importante também que seja ponderada e eu acho que o projeto pondera isso em alguns pontos. Eu só quis realmente enumerar.

A inovação é um direito do consumidor. O ciclo de inovação é muito importante.

E o direito ao desenvolvimento tecnológico, que está lá no art. 219 da Constituição. O mercado interno integra o patrimônio nacional. E o desenvolvimento tecnológico é um pilar do desenvolvimento nacional. Nós queremos que o Brasil passe para essa nova era como protagonista.

Aqui, já passando para os pontos mais concretos do projeto de lei, vou-me limitar a alguns. Novamente reitero que vou deixar um *paper*. Gostaria de solicitar uma reunião para trazer o pessoal técnico e louvar o que aqui foi dito mais uma vez, que o projeto de lei tem a belíssima característica de trocar aquele consentimento que o colega citou como fadiga de consentimento, que seria um direito muito mais formal do que material, por algo realmente material, que é o consentimento informado, a possibilidade de tratamento dos dados para fins legítimos. Isso incorpora na lei de dados o princípio da boa-fé e traz para quem está tratando os dados também a grandíssima obrigação de provar que está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CAROL CONWAY – Exatamente.

Então, além de louvar a boa-fé e acabar... Vou fazer um paralelo aqui. Todo mundo fala que existem muitos recursos no Judiciário, muitos meandros, etc. Acho que o Brasil, neste projeto, está privilegiando um sistema que, muitas vezes, vem do anglo-saxão, etc., que é aquela coisa de que a boa-fé e a legitimidade são obrigações do empresário, de quem trate dados em geral. Fica aí o nosso louvor a esse ponto.

Definições normativas. Também foi citada aqui a questão dos dados que não são necessariamente vinculados a uma pessoa. Nós gostaríamos de colocar luz nesse tema: o Big Data. O tratamento de dados anonimizados é relevante e atual. E acho que não é intenção que se furte dessa deliberação. Então, se queremos colocar o Brasil à frente na questão tecnológica, precisamos, sim, debater o Big Data e colocar uma definição, Senador, de dados anonimizados, que não se confundem com os dados pessoais. Então, fica o nosso pedido para que isso seja debatido e seja incorporado na lei para que tenhamos uma lei moderna no País.

Livre iniciativa e desenvolvimento tecnológico são pontos que coloquei aqui mais uma vez por efetiva crença de que nosso País pode se destacar, inclusive como um polo tecnológico da região.

A questão estatal, acho que também temos que debatê-la. O Estado é um grande tratador de dados. Não podemos fechar os olhos para esse debate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – E nem tudo comporta uma autorização prévia.

O SR. CAROL CONWAY – Exatamente.

Então, acho que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Receita Federal, alguns dados sobre saúde, sobre mobilidade, que são úteis para a formulação de políticas públicas. Eu só fiz exceção de segurança e defesa. Talvez fosse o caso de meditarmos sobre um alargamento dessas possibilidades.

O SR. CAROL CONWAY – Eu me permito, novamente, parabenizá-lo...

(Soa a campainha.)

O SR. CAROL CONWAY – ... pelo sistema adotado do consentimento legítimo, para o uso legítimo. Quando temos esse consentimento para o uso legítimo, a Receita está fazendo um uso legítimo. É importante, talvez, refinar um pouco o conceito de segurança pública e debater um pouco mais esses temas, porque NE6 ou agências francesas e outras – estou citando exemplos que me vêm à cabeça –, muitas vezes, se apoiam nesse conceito de proteção à vida, proteção à segurança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CAROL CONWAY – Exatamente, Senador.

Então, acho que é uma preocupação que deveríamos debater. E as empresas também aqui elucubrando. Trabalho para uma empresa nacional, mas não gostaria de ver uma autoridade me requisitar dados, falando: "Olha, você não pode evocar o projeto de proteção de dados", enfim, a autoridade fiscalizadora. É necessária? Não é necessária?

Novamente, eu gostaria de deixar aqui a nossa sugestão para que o debate fosse feito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só queria lembrar que, como estamos tratando de projeto de iniciativa parlamentar, não poderíamos propor a criação de uma entidade dessa natureza. Penso que, no Ministério da Justiça, existe – claro, no Ministério da Justiça! – um projeto que está em audiência pública, recolhendo sugestões. Penso até que esta fase já se encerrou, aliás, onde fui me abastecer, no Ministério da Justiça, mas esta iniciativa depende do Poder Executivo, não estava ao nosso alcance.

Acho que talvez seja necessário, dependendo da maneira como serão compostos os membros dessa autoridade pública... Porque, se for seguir o batidão atual, não sei não. É um tal de nomear gente a pedido de Deputado, de Senador, de partido político!

O SR. CAROL CONWAY – É.

Senador, novamente, estamos completamente em linha com a argumentação. Essa também é uma dúvida que temos, inclusive, temos algumas discussões na associação, uns concordam, outros, não. Eu, particularmente, acho que se deve pensar, se se pensar em uma autoridade, em um modelo de representação de setores. A internet tem o comitê gestor da internet, por exemplo, que conta com representantes dos provedores, da sociedade civil, dos consumidores, do Estado, quer dizer, acho que sempre é tempo de inovar e pensar: como construir? Podemos também pegar o exemplo dos tribunais de impostos, que têm representantes dos contribuintes, representantes do Fisco, enfim, mais robusto. O que realmente gostaríamos de deixar pedido é que essa iniciativa nos ajude a debater esta questão: quem é essa autoridade? Porque, se não, toda essa intenção, muitas vezes, lá na ponta, no dia a dia, acaba se frustrando.

(Soa a campainha.)

O SR. CAROL CONWAY – Já estou terminando aqui.

Outros pontos. A questão da competência e da abrangência já citei; a transparência e os segredos empresariais são um ponto que também já foi citado. Atualização e comunicação: o projeto fala que os provedores são obrigados a atualizar, de ofício, as informações. Isto é materialmente impossível: que os provedores atualizem, de ofício, todas as informações em seus bancos. Temo pela ineficácia, novamente, e pelo eventual descumprimento do termo da lei.

Normas subsidiárias. O Código de Defesa do Consumidor é importante, e mais outros. Vamos também mandar sugestões.

O regime de sanção. Apesar de o marco civil já ter um regime de sanção, novamente entendemos que toda lei tem espaço para discussões e melhoras, assim como V. Ex^a também está fazendo em relação ao marco civil, Senador. Então, de tudo o que puder ser melhorado, não pode ser vedada a discussão.

A regulamentação de outros países o colega trouxe.

E, quanto à consulta pública, a Abranet está contribuindo ativamente em todos os fóruns que o Ministério da Justiça tem colocado.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós que agradecemos.

Vou passar a palavra ao último inscrito, que é o Sr. Fabricio Missorino Lazaro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Eu gostaria de pedir ao Senador Lasier para assumir a Presidência porque há alguns projetos meus tanto na Comissão de Economia como na de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra Dr. Fabricio.

O SR. FABRICIO MISSORINO LAZARO – Sim.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite feito pela Presidente da Comissão e de parabenizar o trabalho feito pela relatoria. Nossas equipes estão em conjunto. As equipes técnicas do Ministério da Justiça com a relatoria também já estão fazendo as reuniões para tratamento técnico do assunto.

Eu gostaria de justificar a ausência aqui da Secretária nacional, Juliana. Nós temos um calendário de reuniões ordinárias com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Essas reuniões são agendadas no início do ano e hoje, coincidentemente, está acontecendo a terceira reunião do ano no Nordeste. Então, a equipe toda da Secretaria está nessa reunião, mas ela gostaria muito de estar aqui participando deste debate.

Como eu disse, nossas equipes técnicas já estão em contato com a equipe da relatoria, do Ex^{mo} Sr. Relator, e, diante de toda a fala técnica que foi trazida já aqui, acho que me cabe trazer um pouco de um dado a mais de contextualização dessa necessidade de proteção dos dados pessoais.

Eu acompanhei um pouco esse início, em 2005, de uma primeira alavancagem dessa discussão no Mercosul. A Argentina provocou essa necessidade de padronização dessa proteção dos dados. Estou falando de ambiente de Ministério da Justiça, como isso começou lá, essa discussão, para a gente. A Argentina começou com uma proposta de padronização da proteção de dados pessoais no Mercosul. A gente passou a fazer debates internos com o Ministério da Indústria e Desenvolvimento, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Justiça. Isso foi mais ou menos por uns cinco anos, de 2005 a 2010. Debates técnicos aconteceram até surgir uma primeira proposta legislativa. E essa primeira proposta legislativa passou por uma consulta pública em 2011, novos debates aconteceram. Em 2015 a gente faz uma nova versão do anteprojeto e abre-se um segundo debate público. Esse debate público recebeu mais de 1.110, foram 1.167 contribuições da sociedade civil. E é importante registrar isso, essa nova fase de legislação no Brasil de a gente poder contar com a participação não só do mercado, não só das agências mais especializadas, até da academia, mas também do cidadão comum, que pode acessar a plataforma e dar a sua opinião sobre a proposta legislativa. Acho que essa interação é importante registrar, essa possibilidade. Em parceria, nos dois Poderes, se pensou nisso. Acho que esta é uma iniciativa interessante de se registrar: a possibilidade de o cidadão, que é o maior beneficiado por essa proposição legislativa, poder também dar a sua opinião e isso ser levado em consideração no bojo dos debates.

É importante registrar que, dentre as preocupações técnicas pontuais específicas da proposta, acho que o mote maior nosso é a proteção ao cidadão em relação a um certo desequilíbrio de forças que existem entre quem detém os dados, quem detém as informações pessoais e quem está ali acessando o mercado de consumo para um crédito ou acessando o mercado de consumo para fazer um crediário, expondo seus dados, ou nas telecomunicações. Enfim, são vários os papéis que esse cidadão tem nos mercados de consumo e é necessário a gente olhar para ele de uma forma diferente, porque essa exposição realmente acontece.

O papel regulatório, nesse sentido, seria mais de acentuar dois pontos principais: acentuar a transparência nas regras e no comportamento desses atores que detêm as informações dos consumidores e também aumentar a privacidade, a proteção da privacidade daqueles que têm os seus dados ali comercializados.

Eu acho que é comum você ter no mercado várias variáveis de análise, por exemplo, de crédito. É normal que isso aconteça, é um sinal do novo mercado, mas é importante, também, que o cidadão conheça quais são as regras do jogo. A ausência desse conhecimento prévio, de um conhecimento um pouco mais elementar dos critérios que são colocados para se deliberar ou não pela concessão de crédito é um ponto que ele leva em consideração. E isso também o motivaria a acessar mais o sistema se ele tivesse mais transparência em relação às regras.

O Brasil, hoje, não só no ambiente interno de proposição de normas, também participa, fora do País, dos debates que acontecem. O Ministério da Justiça representa o Governo brasileiro na ONU, em ambientes de discussão técnica, sobre proteção de dados pessoais. Há uma parceria com a Alemanha e a China nessa discussão sobre proteção de dados pessoais. E é interessante ver que o Brasil, mesmo com uma internet relativamente nova, com um comércio eletrônico relativamente novo, com a qualidade técnica dos atores que participam desses debates, já é protagonista nessas discussões. É interessante isso!

E, no momento lá, em 1990/1991, na edição do CDC, mesmo não havendo esse ambiente na norma de defesa do consumidor, o tempo fez com que a gente se aprofundasse e tivesse essa necessidade de debater isso.

Na Lei de Defesa do Consumidor, Senador, não há nenhuma expressão em relação a comércio eletrônico, mas, mesmo assim, a gente tem essa preocupação em fazer essa atualização. Um decreto de 2013 trouxe algumas regras mínimas – o Decreto nº 7.962, se eu não me engano, de 15 de março de 2013 – e também trouxe alguns direitos básicos, regulamentando um pouco do Código de Defesa do Consumidor.

Então, essa evolução da proteção é o ponto principal, que nos deixa cada vez mais imbuídos dessa missão, tanto quanto o Poder Legislativo, e em parceria com este, na proteção de dados dos consumidores.

Eu queria trazer aqui só um dado oriundo do debate público: naquelas 1.167 contribuições que nós recebemos, o cidadão, de maneira geral, tanto o organizado em associações, como representantes do mercado que participaram do debate, fez ressaltar alguns pontos que apareceram com maior frequência, seja em relação ao escopo e à aplicação da norma, seja em relação aos dados pessoais, dados anônimos, dados sensíveis, como em relação aos princípios que se teria nessa norma, bem assim: consentimento e término do tratamento, direitos dos titulares, comunicação, interconexão e uso compartilhado, transferência internacional de dados, responsabilidade dos agentes, segurança e sigilo de dados pessoais, boas práticas, sanções administrativas e a estrutura administrativa.

Acho que esses foram os pontos que mais permearam o debate público, que ainda se estende mais por reuniões agora com alguns atores específicos. Contudo, os dados que eu pontuei agora são os que mais foram mencionados pelos cidadãos.

Foram enviados também 67 documentos ao Ministério da Justiça em relação ao debate público, além das contribuições no *site*; e todas essas contribuições estão disponíveis no endereço www.dadospessoais.mj.gov.br. Então, ali, está publicada toda a participação e os documentos que a sociedade ofertou aos governantes, a quem está participando dessa concentração das informações. Repito: as informações estão disponíveis em www.dadospessoais.mj.gov.br, dentro do portal do Ministério. Então, há ali esse acúmulo todo registrado da participação da sociedade civil.

A minha fala é mais no sentido de retratar esse panorama do que está acontecendo no âmbito do Poder Executivo. Registro que a nossa equipe técnica, da Secretaria, está em conexão direta com a equipe da Comissão, com a equipe da relatoria, participando dos debates técnicos para aprofundar esses pontos sensíveis que o debate público trouxe. Seria interessante a nossa participação para abrir esses pontos que o debate trouxe e fazer a conexão com a proposta legislativa. A nossa missão está sendo essa, ouvindo sempre os atores envolvidos. Acerca dessa participação, Senador, fico à disposição aqui para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, Dr. Fabricio.

Ouvidos todos os nossos convidados, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu achei utilíssima esta audiência pública.

Foi sensata também a sugestão do Senador Telmário, de eu aguardar a apresentação do relatório formalmente perante a Comissão para colher sugestões que viessem desta audiência pública.

A senhora disse que mandaria um texto, já está aqui conosco; A Febraban enviou para, penso, o Relator anterior, tanto é que o senhor menciona o relatório que já foi prejudicado... (*Risos.*)

O SR. FABRICIO MISSORINO LAZARO – Vou me corrigir: acabei de checar com o meu pessoal, estamos mandando isso hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso. Mas, de qualquer forma, a sua contribuição foi muito boa. Aguardo sugestões.

Senti que, enquanto o senhor falava, a Dr^a Laura se impacientava, querendo apartear-lo, talvez para trazer ao conhecimento da Comissão a forma como a União Europeia, o Canadá e outros países, que têm um sistema financeiro razoavelmente desenvolvido – talvez não tanto quanto o brasileiro, mas bastante desenvolvido – e uma consciência cidadã bastante forte, como a nossa está se tornando, pudessem ter uma ponderação sobre a maneira como esse assunto, que é delicadíssimo, não tenho dúvida nenhuma, é tratado nas legislações de outros países.

A minha preocupação, como foi ressaltado por todos, é ter uma lei geral. Creio que não é o caso de ter uma lei específica sobre o setor financeiro. Vamos tratar as questões específicas dentro desse marco geral mediante a aplicação dos conceitos, dos procedimentos previstos em lei, deixando, inclusive, espaço para regulamentação e evolução da jurisprudência.

Muitas questões novas foram levantadas, questões que não foram tratadas no substitutivo, como o problema dos dados anonimizados – expressão que eu não conhecia – e a questão do tratamento desses dados, da coleta desses dados, da necessidade de autorização prévia por parte do Estado, do Governo. Aqui faço exceção aos dados relativos à segurança e à defesa. A Dr^a Carol levanta os riscos da bisbilhotagem, mas, por outro lado também, é preciso considerar que muitas políticas públicas são estabelecidas mediante coleta de dados que nem sempre podem ser objeto de autorização prévia. Enfim, é um tema delicado, que precisa ser tratado com prudência.

O SR. CAROL CONWAY – Mas o sistema que o senhor adota é um sistema absolutamente compatível, Senador,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Compatível.

O SR. CAROL CONWAY – ... com o meu elogio, a questão da legitimidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso. Mas esse é um tema que tem sido bastante debatido. É uma questão que a senhora coloca. Tratamos de uma forma, mas vamos ver se há outras sugestões, eu as aguardo, para aperfeiçoar.

Há o problema da jurisdição, o tratamento de dados que apenas circulam pelo nosso País. Recentemente, tivemos o caso do *site* Tudo Sobre Todos, que traz à nossa reflexão uma complicação danada. Esse *site* tem o endereço, o domínio sueco, mas a empresa detentora do domínio está localizada nas Ilhas Seychelles, paraíso fiscal e também digital.

Eu penso que é o caso – e falei com o representante do Ministério da Justiça – de caminharmos para o estabelecimento de acordos, de protocolos, de convenções, como nós temos na área penal com outros países. Agora, falando com um representante do Ministério da Justiça, quero me basear em experiências anteriores que eu tive como relator e mesmo autor de proposições, em que o diálogo foi muito produtivo com o Governo. O pessoal diz: "Ah!, o Senador Aloysio é ranheta, vive brigando com o Governo!" É verdade. (*Risos.*)

Mas, em várias ocasiões, houve uma colaboração, que evidentemente não é registrada pela grande mídia, mas que foi útil para mim e creio que para a nossa elaboração legislativa. Refiro-me ao projeto de lei de minha autoria que estabelece um marco jurídico do relacionamento entre as organizações não governamentais e o Estado brasileiro.

Relatei aqui no Senado o projeto de lei que criou a Comissão da Verdade. Também com o Ministério da Justiça a interlocução foi muito positiva.

E, recentemente, ainda o Senador Lasier Martins tinha uma participação muito ativa na elaboração, na Comissão de Relações Exteriores, da nova Lei de Imigração.

Estamos caminhando com o Ministério da Justiça hoje para uma interação muito útil e proveitosa para mim. Eu quero agradecer aqui, na pessoa do Dr. Fabricio, a colaboração da sua equipe.

De modo que, depois de ter registrado o elogio à iniciativa do Senador Telmário, que não estava aqui para registrá-la – viu, Senador Telmário Mota? –, achei muito útil. A sua sugestão foi muito boa: fazer a audiência para eu apresentar, depois da audiência, recolhendo as sugestões que já foram apresentadas e outras que virão, eu posso apresentar, o meu relatório e, a partir disso, teremos uma nova rodada, já a partir das propostas de emenda parlamentar, o que também é algo que precisa entrar agora na dança. São as emendas parlamentares que vão ser apresentadas à medida que tivermos já um substitutivo publicado e pronto para receber as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, considerando a sua qualidade de Relator, há uma previsão da criação de um órgão fiscalizador e disciplinador dos dados pessoais?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lasier, é um tema que está sendo debatido no Ministério da Justiça. Vários dos nossos convidados já falaram da necessidade de pelo menos se estudar com cuidado esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A sua opinião também é nesse sentido?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu tenho dúvida, eu não tenho certeza, mas, em todo caso, não está ao meu alcance, porque, como é um projeto de iniciativa parlamentar, eu não posso apresentar a criação de sugestão de órgão. Talvez, se pudesse, no projeto, tratar de atribuições de um órgão que vier a ser criado, mas eu tenho dúvida inclusive sobre a constitucionalidade disso, do ponto de vista da iniciativa. Mas é algo que não está ao nosso alcance, como Parlamentares, criar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu quero, mais uma vez, agradecer muito as contribuições. Espero que possamos continuar a trabalhar juntos, a partir, agora, das sugestões, das propostas de emendas que virão. E aí nós teremos novamente uma rodada, talvez não numa audiência pública, mas uma rodada de exposições técnicas, como foi sugerido pela Dr^a Carol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O requerente da audiência pública, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Primeiro, eu quero agradecer a presença de todos os nossos convidados.

Esta audiência, naturalmente, tinha este objetivo: enriquecermos os conhecimentos, para buscarmos o mais próximo daquilo que seria o ideal. E, com certeza, o nosso Relator, que é um grande Senador, uma pessoa extremamente estudiosa – eu acho que o Senador Aloysio é daqueles que, antes de dormir, lê uma folha, para, no final do ano, ter lido trezentas e tantas folhas... *(Risos.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só leio romance.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade. *(Risos.)*

Obrigado, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele sabe que o sono é o inimigo do homem, e ele fica acordado e vai se aprimorando.

Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que este assunto é extremamente relevante, mexe com a nossa vida, mexe de uma forma geral, e precisa ser regulamentado de uma forma que garanta ao usuário, aos provedores, enfim, a todos. E aqui todos, na sua área, contribuíram muito.

Frederico, eu o vi com um senso crítico, é importante isso. Poderia ajudar, se for possível ainda, nessa fase da construção do relatório, ou então com emendas, para que depois possamos aprimorar aquilo que você acha que é fundamental.

A mesma coisa a Laura, que tem um estudo profundo. Ainda bem que você escolheu outro lugar para trabalhar e com muita maestria. Mas se fosse locutora de rádio, você era fenômeno, com certeza; tem uma voz extremamente propícia para isso.

O Fabrício já está contribuindo, o Leandro, todos. Eu vim de banco, Leandro, e sei também qual foi a sua maior preocupação. Fui gerente e auditor em instituições financeiras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Você era o sujeito que falava "não" sem consultar, por todo esse sistema informatizado, essa coisa toda.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O gerente é como uma moça bonita: ele senta para pegar cantada diariamente. Então, o cara chega e mata a família inteira. E se você botar o coração, meu amigo, você vai para a rua rápido. Então, eu fiz logo a opção pela parte de auditoria.

A Carol já se propôs também a ajudar, porque tem muito a ajudar aqui. Aquilo que for preciso contextualizarmos, ainda dentro da construção do relatório, eu tenho certeza de que o Senador Aloysio vai estar de portas abertas, enriquecendo mais esse trabalho. Aquilo que não for possível, vamos manter o contato, para que possamos trazer, através de emendas, e aprimorar o máximo.

Com relação, por exemplo, a um órgão regulador, ou regulamentador, ou que fiscalize, há essa complexidade da origem, mas acho que, a partir desse trabalho que está sendo feito, podemos sair com uma proposição de sugestão ao Executivo, para que seja criado. A Carol colocou que partisse dos órgãos envolvidos, da própria sociedade, para evitar o que o Senador Aloysio já disse: que alguns sem escrúpulos... Porque hoje os políticos não se conformam em ser só políticos. Eu aprendi muito quando eu era auditor de banco. Quando eu trabalhava em banco, havia um político do PSDB, o Mário Covas, em quem me inspirei muito, que dizia assim: "Eu sou político, eu vivo da política. Eu não uso a política para ser empresário, para ser outras coisas. Se fosse para ser empresário, eu ia ser empresário." Mas alguns não param por aí. Então, é muito perigoso. Por isso a sua sugestão é muito bem-vinda.

Quero agradecer a todos. Eu, pelo menos, saio daqui com muito mais clareza e imagino o nosso Relator, que estava muito atento. Eu tenho certeza de que todo esse corpo técnico vai melhorar esse trabalho, que vai atender a demanda e a ansiedade da população.

Meu muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me só um complemento sobre a questão desse órgão. Nós temos a limitação, aqui no Senado, evidentemente, de incluirmos esse ponto, se houver uma maioria favorável a isso, no projeto de lei. Mas, saindo do Senado e indo para a Câmara, o Governo poderá, mandando o seu projeto, o projeto do Senado seria apensado ao projeto da Câmara, e o problema de iniciativa não haveria.

Fica apenas a sugestão ao Dr. Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A Dr^a Laura havia pedido a palavra porque quer fazer referência ao que disse aqui o Dr. Leandro, da Febraban.

A SR^a LAURA SCHERTEL MENDES – Obrigada, Senadores.

Na verdade, fiquei bastante impressionada com a fala do Dr. Leandro Vilain pelo seguinte: eu até tinha preparado na minha fala, mas, infelizmente, não tive tempo de comentar – se o Senador Aloysio me permite –, que eu achei o projeto tímido em relação à avaliação de crédito, porque, na verdade, ele não traz nenhum dispositivo novo. Pelo contrário, ele traz normas que já existem na nossa legislação atual, como o senhor mesmo mencionou, Senador, do cadastro positivo.

Eu queria ler aqui o art. 5º da Lei do Cadastro Positivo, que traz um artigo muito semelhante a esse que os senhores aqui comentaram, da questão da Coca-Cola:

Art. 5º São direitos do cadastrado:

.....
IV – conhecer os principais elementos e critérios considerados para análise de risco, resguardado o segredo empresarial.

Então, me parece, Senador, que eventualmente uma sugestão seria, às vezes, colocar este adendo: "resguardado o segredo empresarial", e a gente salvaria, talvez, uma disposição tão relevante quanto essa de conhecer, de que o cidadão, de que o consumidor possa conhecer essa análise de risco, conhecer a lógica e o que levou a essa nota. Porque acho que – isso talvez não tenha ficado claro aqui –, muitas vezes, o cidadão, o consumidor não sabe por que ele teve o crédito rejeitado, simplesmente recebeu uma nota, e, às vezes, nem conhecimento dessa nota ele tem. Então, ele fala: "Ah, por que eu não tive" – e não é nem só o crédito – "um contrato de celular?" Por exemplo: "Por que eu não tenho direito a uma conta de celular pós-pago?" As empresas, muitas vezes, não explicitam isso. Contrato de seguro também. Às vezes, a pessoa não tem nem direito a um seguro de saúde ou vai ter um contrato que ela não pode pagar. E isso muito baseado nessa análise de crédito, de que, quando muito, ele vai receber a nota; essa nota, quando muito. E o que dirá a lógica por trás desses dados!

Então, eu fiquei bastante impressionada, porque minha posição é bastante – se me permite, Dr. Leandro – contrária mesmo. Eu achei o projeto tímido e que, na verdade, ele traz as disposições que a legislação já traz hoje. Então, pensar em colapso achei bastante complexo, já que a legislação já traz isso. E não só nesse inciso, mas também no inciso seguinte, desculpe-me, no inciso anterior, que diz o seguinte: "V – ser informado previamente sobre o armazenamento, a identidade" [...]. É o inciso VI que estou olhando: "Solicitar ao consulente a revisão de decisão realizada exclusivamente por meios automatizados".

Então, a possibilidade de você solicitar a revisão também já está prevista, hoje, na legislação do cadastro positivo. Então, até onde sei, não houve nenhum colapso nem nada em relação ao setor financeiro. Muito pelo contrário.

Eu queria agora lembrar aqui aos senhores as decisões recentes do STJ. Se os senhores se lembram dos RESPs, são dois RESPs, depois que foram julgados, recursos repetitivos: 1457199 e 1419697, em que estavam sendo discutidas 250 mil ações judiciais. Então, mostra como esse tema é conflituoso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LAURA SCHERTEL MENDES – A decisão do Superior Tribunal de Justiça foi no sentido de que o *credit score*, que os sistemas de avaliação são legítimos, são lícitos, mas que eles estão submetidos a certos limites. E o que eu gostaria de trazer aqui é que me parece que essas 250 mil ações judiciais demonstram que o conflito ainda está muito patente na nossa sociedade, apesar da lei do cadastro positivo.

Então, por isso, eu até gostaria de trazer aqui alguns outros exemplos de legislações. Claro, se os senhores imaginarem que talvez não seja o caso de colocar esses dispositivos na lei geral de proteção de dados, eventualmente, mas em outras legislações específicas, parece-me que esse tema, em razão desse teor dos conflitos atuais que a nossa sociedade tem vivido, merece, sim, uma regulamentação mais específica.

Então, por exemplo, aqui vou citar apenas duas legislações: a gente tem hoje a lei alemã de proteção de dados. A lei geral mesmo traz, no seu §28-B, diversas disposições só sobre análise de crédito. É uma disposição mais recente, não é a disposição que veio na lei original. Vou trazer aqui algumas coisas que ela traz. Ela traz como condição para legitimidade do *score* de crédito que ele se baseie em um critério matemático e estatístico reconhecido e passível de comprovação, conforme se extrai da lei federal de proteção de dados. Porque muitas vezes os senhores falaram da questão da lógica, da coisa da Coca-Cola, que estará entregando um segredo e tal. Mas como é

que a gente vai saber que essa avaliação, essa nota que foi dada ao consumidor se baseou em um critério científico–matemático e estatístico e que, de fato, é legítimo que o consumidor tenha algum contrato, que os contratos sejam recusados, ou que a ele seja dado acesso só a contratos mais onerosos, com base em uma análise que não é nem passível de verificação, de supervisão?

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Dr^a Laura, se me permite...

A SR^a LAURA SCHERTEL MENDES – É claro.

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Mas é isso que levantamos no Instituto Brasileiro. Sim, as instituições financeiras devem informar, sim; os provedores de aplicação na internet devem informar, sim; mas não necessariamente para o consumidor. É o Legislativo, é o Judiciário, é, quem sabe, uma autoridade de dados.

A SR^a LAURA SCHERTEL MENDES – Perfeito. Eu ia até mencionar essa disposição.

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Obrigado. E desculpe pelo aparte.

A SR^a LAURA SCHERTEL MENDES – Exatamente.

Ela precisa ser minimamente transparente para que a sociedade possa verificar, supervisionar, fiscalizar qual é o fundamento, muitas vezes, dessa negação do contrato ou dessa negação de crédito que o consumidor está recebendo.

Se decisões estão sendo tomadas que afetam a esfera econômica dele, é importante saber em que essa decisão se baseia. Por isso a legislação alemã prevê a necessidade desse critério matemático e estatístico reconhecido e passível de comprovação.

Ele fala que é fundamental que o titular tenha acesso não apenas ao próprio valor, mas também que ele conheça essa lógica. De extrema relevância também são os tipos de informações que formam esse *scoring*.

Vou trazer mais alguns dispositivos da lei alemã. Ela diz que mesmo quando o *credit scoring* for baseado, por exemplo, num geolocalizador, numa questão de endereço, que ele não seja baseado apenas na localização desse consumidor. Se só pelo endereço você já vai qualificar ou extrair o risco daquele consumidor, essa informação pode ficar sujeita a muitos equívocos. Então a lei exige que outras informações também, que essa decisão se baseie também em outras informações, não apenas na informação relativa ao endereço da pessoa.

Eu queria também trazer outra legislação, já antiga, dos Estados Unidos, além da legislação clássica, do *Credit Reporting Act*, referente à avaliação de crédito e aos relatórios de crédito. É uma legislação da década de 70. Uma das primeiras legislações de proteção de dados do mundo foi a legislação de crédito americana, que mostra como esse tema era sensível para a sociedade, uma sociedade que está se desenvolvendo. O acesso ao crédito é muito relevante. O que é interessante na legislação americana... Essa lei geral de crédito, de relatórios de crédito é muito conhecida, mas existe uma lei menos conhecida nos Estados Unidos, que é a lei da igual oportunidade de crédito. É a *Equal Credit Opportunity Act*, a qual, semelhante a esse dispositivo que eu citei da lei alemã, também prevê critérios matemáticos e estatísticos verificáveis.

Isso serve apenas para mostrar como nós, ao contrário do que o Dr. Leandro mencionou, na verdade, estamos bem atrasados nesse tema. A Lei do Cadastro Positivo, por exemplo, não trouxe a necessidade, infelizmente, de haver mesmo esse critério matemático e estatístico. Eu queria apenas trazer isso para os senhores, porque considero importante avançar nesse tema. Os senhores avaliem se é o caso de trazer isso para uma lei geral ou, eventualmente, para uma lei específica. Esse tema é tão relevante!

Eu queria tratar rapidamente de uma pesquisa americana já antiga, de 2002, que demonstra os graves efeitos que um processo de *scoring* equivocado pode acarretar para o consumidor. A Consumer Federation of America (CFA), federação dos consumidores americanos e também a associação nacional de crédito, desses relatórios de crédito, pesquisaram 500 mil notas ou avaliações de crédito e concluíram que um quinto de todos os consumidores americanos tinham sido classificados em categorias de risco mais altas em razão de *credit scores* equivocados. As consequências financeiras para o consumidor, com base nesses estudos, eram desastrosas. Eles disseram que calcularam a perda de US\$124 mil por consumidor na hipótese de um crédito

hipotecário, considerando que o consumidor obtivesse as taxas de juros da categoria de risco superior, *subprime*, em vez das taxas mais vantajosas correspondentes à categoria *prime marketing*.

Esse é apenas um exemplo que mostra como essa é uma questão sensível para os cidadãos, para os consumidores brasileiros. Acho que é realmente importante que o Congresso Nacional debata, discuta e possa avançar mesmo na legislação que temos hoje.

Apenas aqui para expressar minha preocupação, fiquei muito preocupada com uma posição da Federação Nacional dos Bancos, que é uma instituição que reúne bancos e instituições que tratam de dados tão sensíveis para os cidadãos brasileiros. Pelo menos, como cidadã brasileira, como estudiosa da área, fiquei muito preocupada ao ver essa posição exatamente de quem a gente imagina que trate de dados tão sigilosos e tão sensíveis dos cidadãos. Na verdade, a ideia dessa legislação é a proteção de dados pessoais. Então, com uma posição contrária a essa proteção, confesso que fiquei bastante preocupada, especialmente quando percebemos, nessa legislação que o Dr. Frederico também mencionou, que esse projeto está baseado em diversas legislações e normas que já existem em muitos países no mundo.

Apenas para mencionar um outro dado que o Ministério da Justiça também sempre traz, hoje a gente já tem 102 países no mundo que têm leis de proteção de dados pessoais. Desses 102 países, 92 têm autoridades competentes.

Então, na verdade, infelizmente não estamos falando de um tema... De fato, é um tema em que estamos atrasados. O que me preocupa nesse aspecto é que talvez toda a proeminência que o País teve na aprovação do marco civil – acho que a gente teve um papel extremamente importante –, todo avanço que tivemos e a proeminência que o País teve na aprovação do marco civil infelizmente acaba sendo compensada de forma negativa, com um atraso tão grande na proteção dos dados pessoais e da privacidade dos cidadãos brasileiros.

Apenas isso eu queria mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Obrigado.

O SR. LEANDRO VILAIN – Senador, posso usar da palavra por três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. LEANDRO VILAIN – Acho muito importante esse ponto que Dr^a Laura colocou, quando traz à tona a discussão no mercado americano. O mercado americano é o mercado onde se tem a maior diversidade de dados e o maior acesso de dados possível.

Quando se vai ao setor financeiro, por exemplo, há lá o *bureau* positivo em que todo cidadão americano, independentemente de autorização dele ou não, tem lá nos seus repositórios suas informações. Todos os bancos, Dr^a Laura, todos os bancos baixam a integralidade desse banco de dados do cadastro positivo para suas bases locais, que traz as informações mesmo de não clientes, para aumentar os seus dados estatísticos.

Então, a complexidade... Estamos falando do seguinte: se nós queremos ter um sistema financeiro mais justo, como a senhora colocou, que é o modelagem, infelizmente, no Brasil, não conseguimos ter o modelagem, como a senhora chamou há pouco, que é chamado de *Risk-Based Pricing*, quer dizer, o preço associado ao risco que aquele consumidor individual apresenta. Como a gente consegue fazer isso? Conseguimos fazer isso à medida que tivermos mais dados do cliente. Quanto mais dados, mais justos seremos.

Agora, toda decisão de crédito é absolutamente correta? Não, não é correta, nem as nossas avaliações subjetivas. Quando alguém, um amigo ou um parente vem à nossa casa e pede um dinheiro emprestado, quem de nós já não ficou sem receber? Porque foi uma avaliação subjetiva, não necessariamente... Não estou querendo trazer aqui... Os bancos não trabalham com avaliação subjetiva. Antes de mais nada, todos eles – pelo menos os que eu conheço – trabalham com avaliações matemáticas, modelos matemáticos complexos e absolutamente... Nós trabalhamos num setor regulado e o Banco Central, inclusive, fiscaliza esse modelo apara evitar o colapso e determinar a estabilidade do sistema financeiro, para saber se esses sistemas estão aderentes às inadimplências. Agora, é perfeito? Não, não é perfeito, nem a nossa avaliação é perfeita. Se fôssemos perfeitos, o banco não teria inadimplência.

Do mesmo jeito que a gente nega crédito talvez para uma pessoa que seja merecedora, os bancos também aprovam crédito para uma pessoa que também não é merecedora, é por isso que existe inadimplência, que, por sinal, no Brasil, é uma das mais altas do mundo, por diversos fatores. Um dos fatores também é a falta de informação. Porque no Brasil hoje, infelizmente, o *bureau* positivo, o cadastro positivo, que é um passo importante nessa direção, apresenta diversas limitações e lá não temos todas informações, como teríamos, por exemplo, no mercado americano.

O mercado americano ainda vai mais longe. Todas as instituições financeiras baixam para suas bases locais mesmo dados de não clientes para fazer esses tratamentos estatísticos. Então, ele tem condições, por exemplo, de ver se o Leandro, lá nos Estados Unidos, chega a um nível. Se eu for ao Peru, por exemplo, eu chego a um nível de uma instituição, baixado o *bureau* positivo, não só os meus dados do meu *bureau* positivo, mas inclusive os detalhes do meu contrato com o meu competidor. E é possível, então, que, se aquele cliente for bem avaliado no meu risco de crédito, e eu acho que o meu competidor está abusando da taxa de juros, eu tenho condição de ir lá e fazer uma oferta mais agressiva. Então, a competição é que vai trazer essa vantagem e essa justiça maior entre clientes de maior risco e menor risco.

O problema todo é quando trabalhamos na média. E a média, sim, eu concordo que ela acaba não sendo tão justa, na medida em que eu nego crédito talvez para algumas pessoas que seriam merecedoras, mas eu também aprovo crédito para pessoas que não são merecedoras. E, na média, isso acaba sendo compensado pela taxa de juros, que é alta. Esse é um dos fatores.

Eu não sei se ficou claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Incrementando o debate, veio uma pergunta aqui pelo Portal e-Cidadania do Sr. José Maria Eulálio Neto, aqui do Distrito Federal. Quero ver quem é dos senhores ou das senhoras que quer responder.

O Sr. José Maria pergunta seguinte: "Fazendo uma analogia entre restrição e oferta de crédito para um cidadão comum e um corrupto que lava dinheiro do tráfico de drogas e corrupção, qual a responsabilidade desta instituição? O gestor será responsabilizado?"

O SR. LEANDRO VILAIN – Hoje, muitos dos senhores sabem que a gente trabalha numa atividade regulada. Há diversos mecanismos hoje para a gente fazer os controles, incluindo o próprio Coaf. Apenas para citar um número, no ano passado... Nos bancos, nós temos sistemas de alertas que são baseados em dados comportamentais. Portanto, aqui há que se fazer uma avaliação se isso envolve segurança pública ou não, como é que pode ser tratada a exceção. Mas vou dar um exemplo prático: se eu tenho lá uma conta corrente de uma senhora, uma costureira de 53 anos, e, da noite para o dia, começam a entrar algumas centenas de milhares de reais nessa conta, isso é um dos indícios que correspondem a um sinal de alerta. É claro que eu tenho algumas regras, que é obrigatória a comunicação ao Coaf, mas outras podem ser indícios de movimentação. Então os sistemas dos bancos tratam esses comportamentos fora do padrão e acabam apontando.

Só para dar um número, no ano passado, só de transações acima de R\$100 mil – e obviamente estou falando de R\$100 mil para cima, porque esse é o seu limite obrigatório; abaixo disso, a gente também comunica, mas eu não tenho um número –, acima de R\$100 mil, foram 970 mil alertas, ano passado, fornecidos ao Coaf e, inclusive, alguns dos quais contribuíram para as operações que foram feitas pela Polícia Federal.

Então, esse é um trabalho incansável das instituições financeiras, que têm os seus modelos. E se os executivos das instituições financeiras, se esses alertas não foram dados, e houver evidências de que tiveram conhecimento, e não foi executado, são responsabilizados por essas movimentações criminalmente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A palavra continua à disposição, mas vamos aproveitar, Srs. Senadores, para votar um requerimento sobre outro tema, aproveitando a reunião de hoje da CCT. É um requerimento que vem do Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 56, de 2015**- Não terminativo -**

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação.

Para a referida audiência pública sugiro os seguintes convidados:

- Prof. Dr. Carlos Afonso Nobre, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC);

- Prof. Dr. Hernan Chaimovich Guralnik, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

- Prof. Dr. Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

- Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e

- outros estudiosos indicados e julgados pertinentes pelos senadores membros.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Se não há nenhuma objeção... *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Senador José Medeiros, o senhor teria alguma pergunta?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sim, Sr. Presidente. Vou ser o mais breve possível.

Sr. Presidente, senhores convidados, todos que nos acompanham pela TV Senado, eu tenho uma pergunta para o Dr. Leandro e outra para a Drª Carol.

Em geral, as normas que protegem os dados pessoais garantem a inviolabilidade da honra e da imagem do cidadão, sendo vedada a utilização desses dados para prejudicar o titular. Diante dessa perspectiva, como as instituições financeiras vislumbram a utilização de dados bancários, de natureza pessoal e sigilosa, para fins de concessão ou restrição de crédito? Quais os limites e cuidados a serem observados pelas instituições financeiras ao tratarem dados pessoais de seus clientes?

E uma pergunta para a Drª Carol: em que medida as leis destinadas à segurança dos dados pessoais impactam no desenvolvimento da internet, concebida como um ambiente de liberdade, que foi concebida com esse caráter? Quais são os principais aspectos a serem contemplados em uma lei de proteção de dados pessoais?

São essas duas perguntas. Talvez até já tenha sido tratado o tema aqui, mas eu estava em outra Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEANDRO VILAIN – Eu vou começar pela parte da segurança de dados. Usualmente, dentro dos bancos, existe uma área chamada segurança da informação, que fica embaixo de uma área de risco operacional. Esse assunto é tratado. Há hoje investimentos pesados na área de tecnologia para ter toda a parte de segurança. A base de dados de uma instituição financeira é o coração do negócio. Hoje, todo o resto, você constrói em volta daquilo ali. Mas a base de cliente é a informação mais importante que a instituição financeira tem, com todo o seu histórico de dados do cliente, com todas as suas movimentações ali dentro. Não estou nem falando da questão segurança pessoal do cliente, que é outro fator também muito relevante hoje no País. Só sob o ponto de vista comercial, essa infraestrutura conta hoje com diversos *firewalls*. Eu diria que a infraestrutura de tecnologia dos bancos no Brasil é uma das mais modernas do mundo.

Eu tenho a tranquilidade de dizer: hoje, o sistema financeiro gasta algo em torno de R\$20 bilhões por ano em tecnologia, justamente para proteger essas informações. Obviamente que, além disso, ainda há os *firewalls* do Internet Banking, que são acessíveis pelo *sites*, para você acessar dentro de um ambiente seguro. Então, a conservação dos dados é um ponto absolutamente prioritário dentro dos bancos e conta com uma infraestrutura de segurança da informação massiva.

Eu pediria só para repetir a primeira pergunta, porque acho que eu perdi a primeira. Eu falei de proteção de dados...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A utilização de dados bancários, de natureza pessoal e sigilosa, para fins de concessão ou restrição de crédito.

O SR. LEANDRO VILAIN – Claro. Vou usar as palavras da Dr^a Carol. Eu vou dar um exemplo. Gosto de tangibilizar as coisas, para vermos como funciona na prática. Então, entra uma pessoa numa agência bancária e vamos imaginar que peça lá um empréstimo de R\$10 mil. Obviamente, a primeira pergunta que você faz é: quanto você ganha? Isso é natural. Nós faríamos essa pergunta se fôssemos emprestar o nosso próprio dinheiro. Obviamente, se o sujeito diz que ganha R\$5 mil, essa é uma informação, está certo? Agora, eu vou lançar um desafio. Se esse cliente, que diz que ganha R\$5 mil, for um jovem universitário recém-formado, morando na casa dos pais, a sua decisão de crédito, possivelmente, vai ser uma. Se essa pessoa é de uma faixa etária maior, já está na maturidade da vida profissional dele, a mulher não trabalha, tem cinco filhos, duas ex-mulheres – como diria meu chefe, mais pensão que Rua do Catete, lá no Rio de Janeiro –, então a decisão de crédito é outra; só para tangibilizar um pouco que a decisão de crédito nunca é baseada numa única informação.

Claro que há informações que têm mais peso e outras que têm menos peso. Quanto maior a quantidade de informação, mais justos seremos na decisão de crédito, mais justos os bancos serão na decisão de crédito, inclusive pegando, como eu falei há pouco, os extremos, as pessoas que fogem muito ao padrão. Talvez essa pessoa que tem lá uma renda de R\$5 mil e tem seis filhos – não é muito natural que as pessoas tenham seis filhos nos dias de hoje, mas pode acontecer – pode acontecer de ter lá dez dependentes ou qualquer coisa do tipo. Mas quanto mais informações eu tiver, eu também consigo diferenciar esse consumidor que tem a mesma renda de um jovem universitário recém-formado numa boa universidade e, se me derem mais detalhes, eu posso talvez traçar aqui uma experiência, posso traçar uma expectativa de vida profissional desse jovem universitário. Então, as decisões de crédito são muito diferentes.

De novo, aqui o ponto é: quanto maior a quantidade de informação, mais teremos capacidade de inferir uma decisão de crédito. E isso acontece – o que estou falando aqui não é nenhuma novidade – na nossa vida pessoal. Se chegar uma pessoa estranha para você e lhe pedir dinheiro, talvez sua decisão de crédito seja diferente da de um parente, de um amigo próximo que venha a lhe pedir dinheiro, o qual você já conhece e sobre quem tem mais informações. É meio intuitiva essa questão. Então, esse é o ponto.

Como falei antes, como os bancos lidam com uma escala muito grande, nós estamos falando aqui em alguns bilhões de transações – não estou nem falando em bilhões de reais, estou falando em bilhões de transações por ano –, há necessidade de automatizar esse processo. E aí esse processo acaba fazendo o que a gente chama de segmentação ou clusterização, que é dividir, pegar uma base de dados muito grande e começar a segmentar em comportamentos, em grupos de comportamentos semelhantes. E para cada grupo desses são elaborados modelos matemáticos. E esses modelos levam em consideração diversas variáveis. Há modelos que chegam até a uma centena de variáveis: idade, gênero, formação, casado, solteiro, tem dependente ou não dependente. Então, essa é uma informação muito complexa. São dezenas e centenas de modelos para cada diferente grupo, e todas as informações, então, são modelos matemáticos que são levados em consideração pelo sistema no momento em que se toma a decisão de crédito.

E, obviamente, cabe ao banco – aí sim –, existem equipes de pessoas, equipes extremamente capacitadas, que ficam monitorando esses modelos. Esses modelos são acompanhados, para cada um desses modelos. Digo: olha, esse modelo aqui está reagindo – é o que a gente chama de

discricionário. Esse modelo, especificamente, para esse grupo de população, está sendo discricionário para essa população? Isso significa dizer que ele está dentro do aceitável. Ele está conseguindo tomar a decisão do que é certo e do que é errado dentro do que é aceitável.

Como eu falei antes: claro, nenhum modelo é perfeito. Nós, provavelmente, os bancos talvez neguem crédito para pessoas merecedoras de crédito – isso acontece; até nas nossas vidas pessoais isso também acontece –, mas também aprovam crédito para pessoas que não sejam merecedoras. Porque, senão, caso contrário, nós não teríamos inadimplência, todo mundo pagaria, porque os modelos estão absolutamente perfeitos, não seria preciso fazer nada, seria o mundo ideal, em que ninguém deixa de pagar, e isso não acontece. A gente sabe que a inadimplência está aí e que, aliás, vem subindo nos últimos meses. Então, existem vários modelos.

E aí levam em consideração o tipo de setor em que o cliente trabalha, a região geográfica, idade, renda, dependentes. Eu diria que é extremamente complexo. Eu trabalho em banco há quase trinta anos, e esses modelos têm um nível de complexidade gigantesca. E cada vez mais, com os sistemas, com os computadores, hoje, com maior capacidade de processamento e maior capacidade de variáveis podendo ser levadas em consideração, esses modelos estão se tornando cada vez mais sofisticados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. CAROL CONWAY – Senador, bom dia. Muito obrigada pela pergunta.

Em relação a se uma lei é benéfica ou maléfica para a liberdade na internet, a resposta mais objetiva é: depende. Há aquele ditado que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. A internet, por natureza, é um mercado que nós chamamos de mercado de dois lados. Precisam ter interesse nela tanto os usuários quanto os empresários, vamos dizer assim, além do Estado e da sociedade em geral. Mas há de haver alguém de um lado de um computador acessando e alguém do outro lado colocando conteúdo.

Para que exista esse interesse, essa simbiose, é necessário que exista algum tipo de segurança e interesse de que, naquele ambiente, a navegação seja uma navegação segura, inteligente, produtiva. E por outro lado, do lado de quem está na nuvem, é necessário que exista o estímulo para que a atividade se desenvolva na nuvem.

Então acho que um projeto de lei pode ser muito benéfico, sim, na medida em que ele traga segurança jurídica e equilíbrio entre os diversos pilares sobre os quais, na minha apresentação, eu tentei refletir um pouco, como o direito à privacidade. São pilares baseados na Constituição Federal. E a internet não é imune à Constituição Federal, ao nosso DNA. Então, o senhor tem o direito à privacidade, o senhor tem o direito à liberdade de iniciativa, que traz a inovação da qual o consumidor é o maior beneficiário. O País é o maior beneficiário dessa inovação, porque ela traz receita, traz produtividade, traz liderança no cenário internacional. A inovação tecnológica, a Constituição traz expressamente que o mercado interno é patrimônio nacional e é dever do Estado promover a inovação tecnológica. Há outros tantos princípios que devem ser harmonizados para que se obtenha um produto que se chama desenvolvimento do País.

Então, ter uma lei interfere na liberdade da internet? A resposta é: depende. Uma lei pode ajudar a liberdade da internet, separando, digamos assim, os bons dos ruins, porque, se tiver bons parâmetros, o sistema brasileiro se consolida e quem é ruim não vai ter interesse em vir para cá.

Não adianta também puxar a corda para um determinado lado. É o que eu sempre falo: às vezes, a gente vê a defesa do consumidor – e eu sou consumidora, o senhor é consumidor, todos nós somos, todos nós temos interesse –, agora, é necessário enxergar o que é a defesa do consumidor. E eu dou o exemplo do consentimento, a diferença entre um clique e um excesso de cliques, uma fobia de cliques como consentimento, diferentemente do consentimento que o Senador Aloysio propôs no relatório, no projeto, que é o consentimento pela legitimidade da relação. Se tenho uma relação com o senhor, como provedor, eu tenho obrigação de apenas e tão somente fazer uso legítimo daquele tratamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CAROL CONWAY – Exatamente.

Então, de novo, a legitimidade traz a boa-fé para o sistema, algo muito mais material do que formal, um mero clique que todo mundo dá, e ninguém lê.

Entendemos, sim, que pode ser muito bom ter uma lei geral que traga segurança jurídica e coloque às claras os temas, inclusive o tema dos dados anônimos, *Big Data*, etc. E esta Casa está, digamos, muito próxima da realidade ao nos permitir debater esse tema aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Walter Pinheiro saiu?

Eu estava por encerrar a reunião, mas ele havia mandado um recado de que faria uma intervenção aqui. Então creio que podemos aguardar um pouquinho, não é?

O SR. LEANDRO VILAIN – Se me permite, só para usar as palavras da Carol, quando se fala em legitimidade, considero essa questão importante e complexa. Não tem uma solução muito fácil. Como colocar no papel a questão de ter uma legitimidade do uso aquela informação? Acho que esse é o grande desafio que teremos que discutir um pouco mais.

Eu vou trazer à tona, por exemplo, a questão de fraudes, as fraudes que acontecem hoje no sistema financeiro. Hoje acontecem fraudes, e todos os senhores sabem, seja pela internet, seja por boleto bancário, seja por cheques clonados. Existe todo o tipo de fraudes, e infelizmente o sistema financeiro paga pela sua eficiência. Como hoje nós temos processos de transferência de numerário muitas vezes eletrônicos, *on-line*, através de TEDs e DOCs, a movimentação do fluxo desse dinheiro de fraudes acontece de uma forma muito rápida.

O que não se pode incidir aqui – de novo, só para tangibilizar – é que nós temos hoje uma enorme dificuldade, por exemplo, quando uma fraude é detectada num determinado banco, a gente identifica que aquele dinheiro saiu do banco a e foi ao banco b e eu não tenho mecanismo legal hoje para avisar ao banco b que aquela conta corrente destinatária do dinheiro tem um alerta ou ela deveria ter uma base de dados. Não contamos com uma base legal.

Essas são algumas das fragilidades e não podemos incidir no erro de novo. É legítima a intenção de proteger o real detentor daquele dinheiro, o real detentor daquela conta corrente? Claro que é legítima e estamos aqui, só que as coisas acontecem em minutos, não há tempo de buscar uma autorização do cliente, de buscar uma autorização judicial ou envolver Polícia Federal, envolver Polícia Civil...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, precisa-se tomar cuidado. De repente, o sistema financeiro passa a ser o detentor legítimo de tudo quanto é tipo de informação que a gente produz ao longo da vida.

O SR. LEANDRO VILAIN – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive, com os aplicativos agora que acompanham sua vida, aonde você vai e aonde você deixa de ir.

O SR. LEANDRO VILAIN – Este é o grande desafio: como separamos o joio do trigo? É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos aguardar um minutinho ou dois...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tenho um problema, preciso ir agora a uma reunião da Comissão Executiva do PSDB para analisar essa coisa tranquila que é a conjuntura atual do País. Sou Vice-Presidente do Partido, estou sendo chamado para ir discutir essa coisa. É só uma rotina, enfim. (*Risos.*)

Preciso ir.

Mas agradeço imensamente. Infelizmente, eu já havia previsto um horário de entendimento com o Presidente da Comissão para poder participar da reunião. Cada um de nós, como os senhores viram, tem muitas atividades: colegas vêm e participam de uma parte da reunião, têm que votar em outra, têm que relatar em outra. Enfim, essa é a nossa...

Para mim, estou amplamente satisfeito e vou explorá-los um pouco mais até a conclusão desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k. Bom, como a reunião está sendo gravada e transmitida, se os senhores ainda tiverem uma participação, sugiro dois ou três minutos a quem quiser se manifestar, enquanto esperamos a chegada do Senador Walter Pinheiro, que tanto se interessou por esta reunião e tem conhecimento da matéria. Ele foi votar numa outra Comissão.

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Frederico.

O SR. FREDERICO MEINBERG CERÓY – Eu teria interesse de colocar o Instituto Brasileiro de Direito Digital à disposição desta Casa para trazer o que há de melhor em relação à legislação e experiência estrangeira... Só um minuto, Presidente. *(Pausa.)*

Colocar, então, o Instituto Brasileiro de Direito Digital totalmente à disposição desta Casa para trazer, para municiar esta Casa com o que há de melhor em relação à legislação e experiência estrangeira no que tange a direito e tecnologia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Algum dos senhores ainda tem alguma manifestação a fazer? Senão, acho que vamos ter que encerrar esta reunião, aguardamos bastante.

Os senhores e as senhores trouxeram subsídios muito importantes a essa matéria que está em pauta e vai evoluir. Afinal, proteção aos dados pessoais é algo que interessa a todos. Já está no corredor? *(Pausa.)*

Não.

Então, agradecemos a todos, às senhoras e aos senhores, às assessorias e à imprensa, que nos acompanharam aqui.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)



ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 15 DE JULHO DE 2015, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15

Às onze horas e oito minutos do dia quinze de julho do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Angela Portela, Gleisi Hoffmann, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Wilder Moraes, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Registrou presença, também, o Senador Donizeti Nogueira, não membro. Deixaram de comparecer os Senadores Gladson Cameli e Sérgio Petecão. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião, destinada à eleição do vice-presidente da comissão para o biênio 2015/2016, à apresentação do cronograma de trabalho e à deliberação de requerimentos. O Presidente suspendeu a reunião às onze horas e nove minutos, marcando a reabertura para o mesmo dia, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário nº 13. Às quinze horas e trinta e oito minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, a reunião foi reaberta. Por aclamação, foi eleito vice-presidente da comissão o Senador Cristovam Buarque. Fizeram uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra e José Medeiros. Em seguida, o Presidente submeteu a apreciação da comissão os itens da 3ª parte da pauta: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 3 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Relacionamento do Senado com o cidadão". RESULTADO: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 4 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Democracia, Instituições e a Representação Popular". RESULTADO: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável". RESULTADO: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Senado do Futuro e o Senado para o Futuro". RESULTADO: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 7 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Impasses e Perspectivas da Sociedade brasileira". RESULTADO: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 8 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Futuro das Cidades e as Cidades Sustentáveis".

RESULTADO: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Também, em função do baixo quórum, nós vamos suspender a reunião, convocando sua reabertura para as 15h30min, no Plenário 13, inclusive com a mesma pauta.

Então, está suspensa a reunião e prorrogada para as 15h30min, no Plenário 13.

(Suspensa às 11 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro reaberta a reunião da Comissão Senado do Futuro.

A presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente para o biênio 2015/2016, à deliberação de requerimentos e à apresentação e deliberação de cronograma de trabalho.

Foi registrada até o momento uma indicação, de comum acordo. Inclusive eu quero aqui registrar que eu próprio, como Presidente, fiz um apelo ao nosso Senador Cristovam Buarque, para que contribuísse comigo como Vice-Presidente desta Comissão, em face da sua experiência como Senador da República, como intelectual, mas também na própria Comissão, quando da sua fundação, visto que foi exatamente o Senador Cristovam quem trouxe a sugestão da criação e da implantação desta Comissão aqui no Senado da República, buscando experiência de outros países. E nós esperamos que, agora, a partir do próximo semestre, possamos ter um desempenho naquilo que é a proposta da criação da Comissão Senado do Futuro.

Então, nós temos aqui registrada a indicação. Não tendo sido registrada nenhuma outra candidatura, eu quero consultar os senhores membros da Comissão se concordam em realizar, por aclamação, a eleição do nosso companheiro Cristovam Buarque como Vice-Presidente.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Com isso, quero declarar eleito, por aclamação, o Senador Cristovam Buarque como Vice-Presidente da Comissão.

Convido-o para ocupar aqui a Mesa, ao meu lado.

Pergunto também se o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente da Comissão, gostaria de dizer algumas palavras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu posso falar daqui mesmo, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer muito sua confiança e a de todos os colegas. Segundo, eu quero dizer que esta Comissão nasceu a partir de um convite que eu recebi de uma comissão similar que há no Senado do Chile. Eu fui lá, como conferencista, e me pareceu uma experiência tão importante, que eu trouxe a ideia e a levei ao Senador Renan Calheiros, que imediatamente a acatou, criou a Comissão e nomeou o Senador Luiz Henrique como Presidente e a mim como Relator.

A Comissão funcionou durante um ano, mas com as limitações de um ano eleitoral. Então, foram trabalhos muito concentrados no primeiro semestre, em que tivemos diversas palestras, e depois quase nada.

Com o falecimento do Senador Luiz Henrique, a Comissão podia até caminhar para parar. Mas o Senador Renan teve a iniciativa, a meu ver muito favorável, de nomear o senhor, Senador Wellington Fagundes, para Presidente e retomarmos os trabalhos.

Eu quero dizer que, no caso do primeiro ano de funcionamento, os meses em que funcionamos, a ideia foi trazer palestrantes que falassem aqui de temas que têm a ver com o encaminhamento do mundo no futuro, diferente do Chile.

No Chile, eles fazem uma reunião por ano. Concentram tudo em uma semana e trazem dezenas de palestrantes do mundo, cientistas de todas as áreas, políticos. Durante uma semana, de manhã e à tarde, o Senado promove os debates, com uma frequência muito grande, mas de pessoas da sociedade. Poucos Parlamentares, esta é a verdade, estavam presentes no ano em que eu fiquei quase que a semana inteira lá levando o meu tema, que foi "O futuro da política e o futuro do Parlamento".

Eu creio que uma primeira tarefa que eu imagino, Senador Fagundes, é discutirmos com será o trabalho desta Comissão, que pode ser seguindo o Chile, pode ser seguindo o que nós tentamos ou de alguma outra forma. Mas eu considero que é uma oportunidade muito grande para o Senado falar para o Brasil refletindo sobre para onde estamos indo. Não o Brasil, não a circunstância imediata, que nos aprisiona tanto hoje, no dia a dia, mas no longuíssimo prazo – 20, 30, 50 anos – para onde está indo o mundo em cada um dos seus aspectos. Essa é a ideia. E fico muito feliz de poder colaborar com o senhor no papel de um auxiliar, com o título de Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero registrar também, é claro, a indicação da nossa Presidência, de estar assumindo esta Comissão, que se deu através da indicação do meu Partido, do Líder, Senador Blairo Maggi, e também do Bloco, Senador Fernando Collor de Mello – é claro, em consonância com todos os oito companheiros nossos do Bloco.

Nós queremos aqui também dizer que já fizemos algumas reuniões com a secretaria da Comissão, com alguns colaboradores. Ontem, inclusive, nós tínhamos um jantar reunião. No entanto, nossos trabalhos foram até muito tarde. Tivemos o jantar, mas a reunião acabou sendo prejudicada.

Mas eu quero aqui então apresentar, neste plano de trabalho, o seguinte cronograma para as audiências referentes aos requerimentos, que também vamos colocar em aprovação daqui a pouco.

Aqui, eu acredito que todos os Parlamentares tenham aí os temas sugeridos, mas esses temas também podem ser depois discutidos, tendo alguma alteração. Para agosto, seria "O impasse e perspectivas da sociedade brasileira". Em setembro, "O Senado do futuro e o Senado para o futuro", ou seja, discutir o que pretendemos também em relação ao Senado para dentro da Casa, junto com toda a Consultoria, o papel do Senado aqui e aquilo também que o Senado pretende discutir com o futuro do País.

Em outubro, "Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável". Em novembro, "O futuro das cidades e cidades sustentáveis". Em dezembro, "Democracia, instituições e representação popular".

Esses foram os temas sugeridos. Aí, conforme o Senador Cristovam colocou, nós discutimos quantas reuniões deveríamos fazer. Como a nossa Comissão não é deliberativa, decidimos então fazer uma reunião por mês, escolhendo o tema.

O tema relacionado ao Senado como cidadão será abordado nos meses de agosto a dezembro, paralelamente com os demais temas, a partir do diagnóstico de como o Senado tem-se relacionado com cidadãos, levantando a forma de atuação de outros Parlamentares e propostas de aprimoramento para o Senado Federal.

Eu quero colocar isso em discussão. Há algum Senador que queira abordar essas sugestões? Nós teremos oportunidade, ainda, logo após o recesso, de discutir isso nas reuniões que faremos.

Pois não, Senador Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Embora eu não seja membro da Comissão, eu tenho interesse de, na medida do possível, participar. Eu quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes pela oportunidade.

Pode até estar implícito aqui, mas eu penso que, no momento que a sociedade brasileira vive, em especial, haveríamos de refletir sobre a questão da juventude. Talvez pudéssemos encaixar um subtema ou mais um tema aqui dentro que fosse essa perspectiva, a expectativa e o papel da juventude no processo de pensar o futuro do País.

Então, eu queria colocar essa consideração para ser observada: se, na apreciação das Senadoras e dos Senadores, vamos dizer assim, é cabível discutir aqui a juventude dentro da questão do futuro do nosso País e do mundo.

Era essa a minha observação, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Veja bem, Senador Donizeti, o senhor nem participou e exatamente está vindo aqui com uma sugestão que já tínhamos discutido.

A Casa tem aqui o programa Jovem Senador. Esse programa é feito com as escolas públicas do Brasil, inclusive com premiação. As inscrições estão até abertas agora. Nós já fizemos algumas reuniões, e é pretensão desta Comissão fazer um trabalho conjunto com esse programa que o Senado já vem implementando desde 2010. Esse tema é extremamente importante, e nós vamos fazer essa discussão. Por isso, nós gostaríamos inclusive de convidá-lo para que esteja aqui conosco trazendo ideias como esta.

Se nenhum Senador mais deseja usar a palavra, nós queremos aprovar, inicialmente, os cronogramas.

Pois não, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Wellington, eu quero saudar V. Exª, o Senador Cristovam, que ficou na Mesa, na condição de Vice-Presidente, e dizer da nossa disposição de participar e contribuir aqui com o debate.

Eu queria só acrescentar que, conforme V. Exª já colocou, nós vamos examinar a proposta de plano de trabalho apresentada, para posteriormente trazermos algumas sugestões aqui também no que diz respeito a promover o debate. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Com certeza, contaremos muito com a sua experiência e participação nesta Comissão, visto que V. Exª tem uma atuação muito forte aqui nas comissões, e isso é fundamental.

Senador Donizeti novamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É só para registrar que, quando se fala em Comissão Senado do Futuro, eu vejo o Senador Cristovam, porque acho que eu o ouvi falando isso algumas vezes pela imprensa. E, quando eu cheguei aqui, observei que existia a Comissão. Então, eu acho que a companhia de V. Exª na Mesa, para ajudar a conduzir os trabalhos, com o ex-Governador, Professor e Senador Cristovam Buarque vai ser de uma importância muito grande para o trabalho que tem de ser realizado.

Eu tenho dito que, no caso do Brasil, nós precisamos pensar o País respondendo a algumas perguntas. Eu já falei isso no Pacto Federativo. Que País nós queremos construir a partir de agora? Quanto custa construir este País? Em que tempo nós vamos construir este País? E quem paga essa conta da construção?

Eu tive oportunidade e apresentei uma PEC que trata de obrigar o Poder Executivo a fazer um planejamento com visão de 20, 30 anos, porque hoje nós trabalhamos com os quatro anos do PPA. E, por tudo o que eu vivi aqui nesses cinco meses, parece-me que isso é o que faz com que pareça que estamos numa roda-viva, só cuidando das iniciativas urgentes, e não pensando o País de longo prazo.

Então, eu quero parabenizar o Senador Cristovam e, na verdade, agradecer a S. Exª por ter aceitado ser Vice-Presidente e contribuir com esta Comissão. Acredito que será um trabalho muito profícuo, junto com o Senador Wellington, que tem sido também muito dedicado, no Senado, a servir o seu Estado e o Brasil.

Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Wellington, há um dos temas aqui que V. Exª propôs que é "Impasses e perspectivas", não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois bem, eu não sei se é pertinente, Senador Cristovam, demais colegas Senadores e Senadoras. Se for pertinente, ao retomar os trabalhos legislativos, no segundo semestre, eu apresentarei a sugestão.

Eu estive recentemente na Festa Literária Internacional de Paraty, e me chamou muito atenção lá o lançamento de um livro, cujo título é *Brasil, uma biografia*, de autoria da Profª Heloisa Starling e da Profª Lilia Moritz Schwarcz. Elas fizeram inclusive um resumo, na Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), sobre esse trabalho de autoria delas. O que me chamou atenção é que foi uma verdadeira aula de história. Aliás, o livro está sendo muito elogiado mesmo. Elas fazem uma análise da formação, do ponto de vista social, político, econômico, da sociedade brasileira. Elas pegam como marco referencial exatamente o tema da escravidão. Elas vão buscar as origens da escravidão fora do nosso País e como essa escravidão chega aqui no Brasil e, conseqüentemente, as influências da escravidão e os seus resquícios, é claro, até hoje. Foi um dos painéis de maior, digamos assim, presença de público lá.

Eu estou apenas fazendo essa referência – não sei se isso cabe. De repente, eu fiquei pensando em convidá-las, porque é um livro que está despertando tanta atenção. Se isso aqui é a Comissão do Futuro, dado o trabalho delas, que – repito – foi um trabalho de fôlego, Cristovam, não sei se isso seria pertinente. Se for, no momento adequado, no segundo semestre, nós trataremos do assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu acho que é uma ótima ideia. Eu estive com esse livro na mão.

Não o comprei, porque achei muito caro, mas vou terminar comprando. Os caros eu termino comprando mais adiante. (*Risos.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Por isso, eu quero que tragamos para o Brasil a lei do preço fixo do livro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Há pessoas que estão confundindo, pensando, Senador Wellington, que a lei do preço fixo do livro é uma lei que vai proibir o desconto. Pelo contrário, o desconto hoje do livro é fictício, porque, na verdade, o desconto é só durante determinado período.

Primeiro, aquilo não é desconto, porque o editor, na combinação com a própria livraria, já majora, já embute aquilo ali. E o fato é que você vê aquele desconto muito bonito durante 10, 15, 20 dias, e o desconto desaparece.

A lei do preço fixo do livro, aí, sim, vai estabelecer um desconto real. Só que ele tem, obviamente, um patamar de desconto. E a lei, aonde chegou, promoveu a cadeia produtiva do livro, fazendo sobreviver as pequenas e médias livrarias e levando a mais livrarias e mais espaços de circulação de livros.

Mas quem sabe isto aqui também não é um assunto para a Comissão Senado do Futuro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu falei isso do preço, mas quero dizer que seria muito interessante trazê-las até por um tema, Senadora, que seria a escravidão do futuro; as formas de escravidão que vamos ter daqui para frente – a escravidão de imigrantes que ficam abandonados, a escravidão dos meninos que hoje não têm escola e que serão escravos, Senadora Fátima. E a senhora é uma das grandes batalhadoras contra essa escravidão. Há a escravidão daqueles que não vão ter tratamento médico, que já existirá à disposição, mas não vão ter condições de comprar. E há até a escravidão dos que, por causa do tratamento médico, não vão poder morrer, apesar de sofrimentos.

Então, há muitas formas de escravidão que vamos ter daqui para frente. Seria interessante trazer alguém que falasse disso, e a Lilia Schwarcz seria uma boa pessoa para isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Ela e a Heloisa Starling. Eu fiquei encantada com a apresentação do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O importante é que esta Comissão, como eu disse aqui, como não é uma comissão deliberativa – nós temos discutido muito isso com a nossa assessoria –, nós queremos fazer com que esta Comissão tenha um dinamismo maior das

discussões, dos debates, até dos embates, e não com aquele formalismo do dia a dia das nossas comissões temáticas aqui, com todo o seu ritual.

Inclusive, a Senadora traz aqui um tema, a questão da escravidão. Nós estivemos aqui ontem, até muito tarde da noite, para discutir o ECA. Hoje V. Exª inclusive estava fazendo um pronunciamento. Estamos a discutir o que devemos fazer para punir mais os nossos jovens brasileiros. Enquanto alguns países do mundo estão fechando penitenciárias, nós temos as nossas como escolas da criminalidade. E ainda muitos estão estudando de que forma temos que penalizar mais. E não, como o Senador Cristovam sempre tem aqui defendido, que nós temos de dar oportunidade às nossas crianças, aos nossos jovens, com mais escolas, porque ninguém nasce bandido – eu sempre tenho dito isso. Alguém se torna bandido porque não teve as oportunidades de ter um carinho, um apoio familiar e, principalmente, educacional.

O Senador José Medeiros gostaria de usar a palavra.

Nós temos aqui a pauta para depois votarmos rapidamente. Mas não há problema algum. Estamos aqui inclusive divagando um pouco, já que é a primeira reunião em que estamos discutindo. E, claro, o objetivo das nossas próximas reuniões será exatamente promover esse tipo de debate.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Serei muito breve, Senador Wellington. É só para parabenizar V. Exª pela presidência desta Comissão.

Eu penso que vai ser um espaço de debate muito importante. O Senado Federal brasileiro tem justamente essa função de debater os grandes temas, e eu creio que esta Comissão vai nos dar tempo e espaço para fazer debates de temas importantes que às vezes não são possíveis nas comissões deliberativas.

Eu queria também sugerir, deixar para apreciação, um tema que eu acho que tem a ver com a Casa. Há um escritor que se chama Moisés Naím; eu creio que o Senador Cristovam Buarque o conhece.

Ele escreveu o livro *O Fim do Poder* e trata justamente deste momento que nós estamos vivendo, com o advento das comunicações, dessa rapidez. Antigamente, antigamente, às vezes, uma carta demorava um mês para chegar, e agora você passa um WhatsApp, e em milésimos de segundo as informações chegam. E ele trata justamente deste novo momento e de como as instituições estão se comportando – como o Legislativo, como o Judiciário e como o Executivo estão se portando diante disso; e os próprios partidos políticos. E faz uma análise sobre essas relações, como o mundo está neste novo momento.

Eu acho que é um tema que tem tudo a ver com a Casa e queria deixar também para apreciação. De repente, a gente poderia trazê-lo; se bem que ele é um escritor venezuelano, e não sei se se disporia a vir aqui, mas fica aqui a sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Inclusive, é bom dizer que o Senador Cristovam, no mandato passado, digo na Comissão, já tinha até definido uma lista muito grande, feito contatos, inclusive com autoridades do mundo inteiro, e isso é ainda uma proposta que a gente vai defender. Talvez não dê ainda para este ano, porque organizar um evento dessa envergadura demanda uma agenda dessas autoridades com muita antecedência.

Mas, como V. Exª colocou, também já discutimos aqui, porque o Senado hoje tem uma estrutura muito grande, inclusive nessa área da videoconferência. Já estamos conversando para termos uma maior participação popular também, porque precisamos integrar cada vez mais a sociedade com o nosso trabalho aqui, inclusive com a participação da sociedade no processo legislativo também.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Tem sido grande, não é? Nas comissões já participam por WhatsApp, já participam interativamente assistindo à TV Senado e mandando mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É. Aqui, como me lembra o secretário, nós temos já o programa da Casa também, que é o e-Cidadania. Então, é isso o que queremos aperfeiçoar também, para oportunizar mais.

Inclusive, nós estamos discutindo até a forma do plenário nas nossas reuniões. Talvez fizéssemos uma coisa diferenciada, como mesa-redonda, e não essa aqui no tipo sala de aula, onde quem está aqui acima parece um pouco superior. Mas tudo isso estamos discutindo e vamos marcar, logo para o início de

agosto, logo que voltarmos os trabalhos, uma reunião de trabalho com a Comissão, para que possamos discutir, e possam ser apresentados todos esses instrumentos que nós já temos aqui à mão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É rapidinho, no campo da sugestão. Primeiro, essa ideia que o senhor acabou de colocar agora, Presidente, é excelente, de fazer roda de conversa, em vez de fazer plenário de sala de aula. Então, isso é excelente.

E, segundo, nós temos tido o hábito, na Comissão de Agricultura do Senado, de fazer reuniões às sextas-feiras em alguns lugares. Eu não proporia que saíssemos daqui, mas, talvez, para ganharmos tempo e não ficarmos naquela correria de nos dividir entre uma comissão e outra, pudéssemos uma sexta-feira por mês realizar o trabalho da Comissão Senado do Futuro. Teríamos mais tempo e organizaríamos as nossas agendas, a partir das nossas agendas no Estado, para poder estar aqui.

Penso que, se nós formos fazer nos dias normais, a Comissão vai ficar prejudicada de muitas formas, porque nós temos muitas tarefas a cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Perfeitamente, Senador Donizeti. É isso o que já estamos discutindo, até porque vamos discutir temas de interesse de um modo geral, como já coloquei aqui. A nossa Comissão não é deliberativa. Então, nós queremos inovar nesse modelo de apresentar ou de trabalhar também na Comissão.

Eu vou aqui já me ater à pauta também. O item 1 da pauta são alguns requerimentos. Vamos ao primeiro.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 3, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Relacionamento do Senado com o cidadão.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Esse é o primeiro item.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 4, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Democracia, Instituições e a Representação Popular.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6, de 2015****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Senado do Futuro e o Senado para o Futuro.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Vamos colocar em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 7, de 2015****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Impasses e Perspectivas da Sociedade brasileira.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Colocamos em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 8, de 2015****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema: Futuro das Cidades e as Cidades Sustentáveis.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, aqui está toda a pauta aprovada. Se algum Senador quiser fazer algum comentário final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira mais discutir, então vamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, teríamos alguma reunião já marcada para agosto?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A nossa reunião está marcada para agosto, já dentro desse cronograma. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

Dia 17. Dia 17 é a terceira segunda-feira de setembro, exatamente, Senador Donizeti.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – De agosto, de agosto, terceira semana de agosto, na mesma sugestão, na mesma linha que V. Ex^a sugeriu. Vamos procurar fazer as nossas reuniões numa segunda ou numa sexta-feira, exatamente para não confrontar com a nossa atribuição do dia a dia das comissões deliberativas.

Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 8 minutos.)

Edição de hoje: 506 páginas
(O.S. 13126/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

